

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Edmilton da Silva

**A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAPITAL NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO (1920 – 1985)**

VITÓRIA
2024

Edmilton da Silva

**A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAPITAL NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO (1920 – 1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Cristina Dadalto.
Co-orientador: Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat.

VITÓRIA

2024

EDMILTON DA SILVA

**A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO
NORTE DO ESPÍRITO SANTO (1920 – 1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 29 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Dadalto (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat (Co-orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Pereira Campos
(Membro titular interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
(Membro titular interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozione
(Membro titular externo)
Universidade Vila Velha

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo
(Membro titular externo)
Universidade de São Paulo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586e Silva, Edmilton da, 1969-
A exploração de madeira e a territorialização do capital no norte
do Espírito Santo (1920-1985) / Edmilton da Silva. - 2024.
399 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Dadalto.

Coorientador: Cássio Arruda Boechat.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Exploração madeireira. 2. Imigração. 3. Fronteira agrícola. 4.
Territorialização do capital. 5. Modernização. 6. Região. I. Dadalto,
Maria Cristina. II. Boechat, Cássio Arruda. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um trabalho como esse, dou-me conta de que não o realizaria sem o apoio de tantas pessoas e instituições. Como a presente pesquisa foi realizada com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001, fica, portanto, registrada minha gratidão a esta indispensável entidade.

Sou grato à minha orientadora, prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Dadalto, por seu apoio, incentivo e confiança em mim depositados. Minha gratidão ao prof. Dr. Cássio Arruda Boechat, meu co-orientador, por suas observações e aconselhamentos.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca que avaliou esta pesquisa. Lembro dos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. Lembro ainda do prof. Dr. Jorge da Silva Macaísta Malheiros da Universidade de Lisboa.

Agradeço à minha família, esposa, filhos, aos meus pais e irmãos pelo apoio e incentivo. Sei de minhas muitas ausências.

Minha imensa gratidão aos meus entrevistados que disponibilizaram tempo de suas vidas para me atender e me permitir conhecer parte de suas histórias, sem as quais essa pesquisa não seria possível.

Sou grato aos servidores da Biblioteca Central da Ufes e da setorial (CCHN). Igualmente, lembro dos servidores do APEES e das bibliotecas do IJSN, da Emater, a Pública Estadual e a biblioteca da Prefeitura de Vitória. Lembro igualmente dos servidores do Fórum de Conceição da Barra empenhados na busca de documento indispensável a esta pesquisa.

Agradeço aos colegas pesquisadores do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM) da Ufes, do qual tenho orgulho de fazer parte.

Agradeço ainda a Alex Sander Gomes Santos pelo apoio com mapas e fotografias, bem como a Salomão da Silva Pinto e Nádia Sueli Pedrosa pela contribuição com alguns documentos e informações.

Uma vida é muito pouco para se estudar tudo
o que se gostaria porque o tempo, irrefreado,
soberano e constante, simplesmente passa.
“Consciência minha”.

Resumo

Esta tese analisa a relação entre a exploração de madeira da Mata Atlântica e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo, tendo como foco a importância econômica e política dessa exploração madeireira para o Estado, bem como para a própria região e municípios. Entende que essa atividade econômica desempenhou papel essencial para a territorialização do capital e efetiva colonização da área, concretizada nos anos 1980. A pesquisa tem como recorte temporal o ano de 1920 e o de 1985 porque destacam o período mais representativo, com início e declínio, da exploração madeireira no norte do Espírito Santo. Para tanto, apoia-se na história oral como metodologia, além de vasta documentação formada, dentre outros, por Mensagens e Relatórios de Governo, Censos do IBGE, jornais e revistas especializadas. Nesse contexto, a pesquisa detectou a existência de fronteiras agrícolas, enquanto fenômenos característicos da expansão capitalista, estreitamente relacionados ao surgimento do norte do Espírito Santo como região econômica e política, além de zona típica de exploração madeireira. Esta realizada mediante o funcionamento de centenas de empresas (majoritariamente pequenas e médias, regularizadas e clandestinas) do setor de madeira e de móveis. Algumas eram concessionárias do Estado, outras pertenciam a políticos locais (coronéis), alguns com longa tradição familiar, outros, formados na conjuntura marcada pela violência da qual tanto a política quanto a terra e a exploração madeireira fizeram parte. Esta última, especializada, complexa e árdua, realizada sobretudo por força de trabalho assalariada com direitos trabalhistas nem sempre assegurados, transformou-se numa das mais significativas fontes de renda para o Governo do Estado. Mais relevante, com efeito, do que a documentação permite avaliar.

Palavras-chave: Norte do Espírito Santo. Exploração de madeira. Territorialização do capital. Fronteiras agrícolas. Coronelismo.

Abstract

This dissertation displays the analyses of the relationship between timber exploitation in the Atlantic Forest and the territorialization of capital in northern Espírito Santo, focusing on the economic and political importance of the timber exploitation for this state, as well as for the region and municipalities themselves. This economic activity played an essential role in the territorialization of capital and the effective colonization of the area, which took place in the 1980s. The research focuses on the years 1920 and 1985 because they embody the representation of a period, the beginning and the decline, of timber exploitation in northern Espírito Santo. To this end, it relies on oral history as a methodology, in addition to extensive documentation formed, among others, by Government Messages and Reports, The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) Censuses, newspapers and specialized magazines. In this context, it was possible to detect the existence of agricultural frontiers, as characteristic phenomena of capitalist expansion, closely related to the emergence of northern Espírito Santo as an economic and political region, as being a typical zone of timber exploitation as well. This exploitation was carried out through the operation of hundreds of companies (mostly small and medium-sized, regularized and clandestine) in the wood and furniture sectors. Some of these companies were private sector enterprises under concession agreement, others belonged to local politicians (colonels, some of them with long family traditions), others were formed in a context of violence over politics, land and logging. The timber exploitation was specialized, complex and arduous, was carried out mainly by wage workers with labor rights that were not always guaranteed, became one of the most significant sources of income for the State Government. More relevant, in fact, than the documentation allows us to assess.

Keywords: Northern Espírito Santo. Timber exploitation. Territorialization of capital.

Agricultural frontiers. Coronelism.

Resumen

Esta tesis analiza la relación entre la explotación de madera de la Mata Atlántica y la territorialización del capital en el norte de Espírito Santo, haciendo foco en la importancia económica y la política de esa explotación para el Estado, así como para la región y municipios. Se comprende que dicha actividad económica jugó un esencial papel para la territorialización del capital y efectiva colonización del área, concretizada en los años 1980. La investigación se centra de 1920 a 1985, porque ese período de tiempo resalta lo más representativo, como inicio y declive, de la exploración de madera en el norte de Espírito Santo. Para eso, se apoya en la historia oral como metodología, además de amplia documentación formada, entre otros, por mensajes e informes gubernamentales, Censo del IBGE, periódicos y revistas especializadas. En ese contexto, la investigación detectó la existencia de fronteras agrícolas, como fenómenos característicos de expansión capitalista, estrechamente relacionados con el surgimiento del norte de Espírito Santo como región económica y política, además de la zona típica de explotación maderera. Esta se dio por el funcionamiento de cientos de empresas (en su mayoría pequeñas y medianas, regularizadas y clandestinas) del sector de madera y de muebles. Algunas eran concesionarias del Estado, otras pertenecían a políticos locales (coroneles/terratenientes), algunos con larga tradición familiar, otros, formados en la coyuntura marcada por la violencia de la cual tanto la política como la tierra y la exploración maderera formaban parte. Esta última, especializada, compleja y ardua, realizada, sobre todo, por la fuerza de trabajo asalariada con derechos laborales ni siempre asegurados, llegó a ser una de las más significativas formas de ingreso para el Gobierno del Estado. Más relevante, en efecto, que la documentación permite evaluar.

Palabras clave: Norte de Espírito. Explotación maderera. Territorialización del capital. Fronteras agrícolas. Coronelismo.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vila Colatina (Parte nova).....	96
Fotografia 2 – Vila Colatina (Parte nova): estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas inaugurada em 1906.....	96
Fotografia 3 – Ponte sobre o rio Doce em Colatina.....	100
Fotografia 4 – Ponte sobre o rio Doce em Colatina (Piso de madeira).....	100
Fotografia 5 – Tombador de madeira na praça de Colatina (Década de 1940).....	106
Fotografia 6 – Tombador de madeira na atual Av. Sílvio Avidos, em São Silvano, Colatina (Década de 1940?).....	107
Fotografia 7 – Travessia do rio Doce, em Linhares, por meio de balsa. Na parte superior, visualiza-se a Ponte Presidente Vargas em final de construção.....	115
Fotografia 8 – Travessia do rio São Mateus até a construção da ponte Régis Bittencourt no município de São Mateus.....	118
Fotografia 9 – Serraria de Barbados (Visão panorâmica).....	151
Fotografia 10 – Serraria Barbados Ltda. (Anos 1950).....	152
Fotografia 11 – Serraria Barbados S.A., escritório (Vista parcial).....	154
Fotografia 12 – Serraria Barbados S.A., galpões (Vista parcial).....	155
Fotografia 13 – Estrutura frontal do porto da Cimbarra na Ilha das Cobras (Mureta com aproximadamente 18 metros de comprimento por 50 cm de largura).....	164
Fotografia 14 – Parte da estrutura interna do porto da Cimbarra na Ilha das Cobras (Pilares e parte de uma mureta).....	165
Fotografia 15 – Porto da Cimbarra no rio São Mateus (1947).....	166
Fotografia 16 – Maria-fumaça “da Cimbarra”.....	167
Fotografia 17 – Um dos galpões e fornalha da antiga Serraria Pai João.....	168
Fotografia 18 – Madeira da Cimbarra (Toras de jequitibá rosa).....	169
Fotografia 19 – Serraria Diaz (Foz do rio São Mateus, Conceição da Barra).....	173
Fotografia 20 – Tora de peroba-do-campo com Laureano Diaz ao lado.....	174
Fotografia 21 – Balsas de toras de madeira no rio São Mateus (Área da Serraria Cacique).....	184

Fotografia 22 – Serraria Spelta (Caminhões carregados com toras de peroba)	200
Fotografia 23 – Cobraice em Conceição da Barra–ES.....	207
Fotografia 24 – Mobrasa S.A. (Década de 1970).....	211
Fotografia 25 – “Sobrado do Seu Castro” (Trapiche).....	253
Fotografia 26 – Madeireiros em Linhares (Década de 1970).....	302
Fotografia 27 – Corte de uma árvore de jequitibá (Pancas, década de 1970).....	304
Fotografia 28 – Embarque de madeira em locomotiva da EFVM.....	305
Fotografia 29 – Casas da Cobraice (Vista aproximada).....	331
Fotografia 30 – Casas da Cobraice (Vista em profundidade).....	331
Fotografia 31 – Caminhões da Bralanda em frente à Prefeitura de Conceição da Barra.....	310
Fotografia 32 – Fornalha da Serraria Sayonara (BR-101, bairro Sayonara, Conceição da Barra)	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão político-administrativa do Espírito Santo.....	44
Mapa 2 – Espírito Santo: formação dos municípios capixabas (1872 e 1900) com base na atual composição territorial do Estado.....	64
Mapa 3 – Espírito Santo: formação dos municípios capixabas (1940 e 1950) com base na atual composição territorial do Estado.....	64
Mapa 4 – Espírito Santo: divisão regional.....	71
Mapa 5 – Municípios atuais da região contestada entre Minas e Espírito Santo.....	74
Mapa 6 – Fronteiras agrícolas do Espírito Santo no século XX.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário no Espírito Santo (1950 e 1960)	188
Tabela 2 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário por regiões no Espírito Santo.....	193
Tabela 3 – Evolução das empresas madeiras e de mobiliário no norte do Espírito Santo (década de 1970)	209
Tabela 4 – Evolução das empresas madeiras e de mobiliário no Espírito Santo (1980 e 1985)	214
Tabela 5 – Participação da madeira e do mobiliário na indústria de transformação no Espírito Santo (1950 e 1960)	348
Tabela 6 – Valores das produções das indústrias de madeira e de mobiliário no norte do Espírito Santo.....	349

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cafeeiros e produção cafeeira em 1926 e 1927.....	93
Gráfico 2 – Produção cafeeira nos vales dos rios Itapemirim, Itabapoana e Doce na década de 1950	104
Gráfico 3 – Exportação de madeira pelo Espírito Santo entre 1945 e 1948	187
Gráfico 4 – Evolução da quantidade de caminhões de carga no Espírito Santo.....	309

LISTA DE SIGLAS

AI-2	Ato Institucional n.º 2
AI-5	Ato Institucional n.º 5
Albesa	Alcooleira Boa Esperança S.A.
Alcon	Companhia de Álcool Conceição da Barra
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Ales	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
Altaes	Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Arcel	Aracruz Celulose S.A.
BA	Estado da Bahia
Bandes	Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CCHN	Centro de Ciências Humanas e Naturais (Ufes)
Ceima	Sociedade Espírito-santense de Industrialização de Madeira Ltda.
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
Chenes	Companhia Hidrelétrica Norte do Espírito Santo
Cimbarra	Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNG	Conselho Nacional de Geografia
Cobraice	Companhia Brasileira de Indústria e Comércio
Codes	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
Cofavi	Companhia Ferro e Aço de Vitória
Cridasa	Cristal Destilaria Autônoma de Álcool S.A.
Creai	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
Cr\$	Cruzeiro
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual Acerlor Mital)
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
DF	Distrito Federal
DER-ES	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
Disa	Destilaria Itaúnas S.A
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DRD	Diretoria de Índios do Rio Doce
DSP	Departamento do Serviço Público
EB	Exército Brasileiro
ES	Estado do Espírito Santo
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas

Escelsa	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
EUA	Estados Unidos da América
Finan	Fundo de Investimentos da Amazônia
Findes	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Finor	Fundo de Investimentos do Nordeste
Fipeme	Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresas
FRDSA	Florestas Rio Doce S.A.
Frisa	Frigorífico Rio Doce S.A.
Frinasa	Frigorífico Nanuque S.A.
Fundap	Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
Funres	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
Gerca	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
Geres	Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
ha	Hectare
IBC	Instituto Brasileiro do Café
Ibes	Instituto de Bem Estar Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IHGES	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inquérito Policial Militar
IRS	Instituto de Readaptação Social
kg	Quilograma
km²	Quilômetros quadrados
Lasa	Linhares Agroindústria S.A.
LEMM	Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (Ufes)
m²	Metro quadrado
m³	Metro cúbico
MG	Estado de Minas Gerais
Mobrasa	Móveis Brasileiros S.A.
NCr\$	Cruzeiro novo
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Estado do Pará
PCB	Partido Comunista do Brasil (até agosto de 1961)
PCB	Partido Comunista Brasileiro (após agosto de 1961)
PIB	Produto Interno Bruto
PMES	Polícia Militar do Espírito Santo
PRES	Partido Republicano Espírito-Santense
Proálcool	Programa Nacional do Álcool
Provárzeas	Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Progressista
PRT	Partido Republicano Trabalhista

PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
QCG	Quartel do Comando Geral
RH	Recursos Humanos
RJ	Estado do Rio de Janeiro
\$	Réis
Saepe	Sociedade Administrativa Empreendedora Pró-Ecoporanga
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
Sicam	Serraria e Indústria de Compensados Alves Marques
Sindimol	Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte-ES
SP	Estado de São Paulo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
t	Tonelada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDN	União Democrática Nacional
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UPC	União dos Posseiros de Cotaxé
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 NORTE DO ESPÍRITO SANTO: COLONIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO E FRONTEIRAS AGRÍCOLAS	49
1.1 O norte do Espírito Santo: primeiras iniciativas de colonização e cenário geo-histórico...55	
1.2 Complementaridade e contradição: fronteira, e relacionamentos interétnicos.....	75
1.3 A evolução das fronteiras agrícolas sul do Estado e vale do rio Doce	87
1.4 A centralidade do município de Colatina no vale do rio Doce.....	103
1.5 A “expansão interna” da fronteira agrícola do vale do rio Doce.....	111
1.6 As “novas” fronteiras agrícolas do norte do Espírito Santo.....	121
1.7 A fronteira agrícola de Aracruz.....	124
1.8 A fronteira agrícola de Conceição da Barra.....	126
1.9 A fronteira agrícola da região contestada.....	130
1.10 A fronteira agrícola do vale da Suruaca.....	132
2 A ECONOMIA MADEIREIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: ASCENSÃO E DECLÍNIO.....	135
2.1 A territorialização do capital na ordem capitalista.....	137
2.2 A política de concessões e a exploração madeireira no norte do Espírito Santo.....	147
2.3 O norte do Espírito Santo, para além do próprio Estado: exploração madeireira, “triunfo” e declínio	186
3 O CORONELISMO E A DITADURA MILITAR NO ESPÍRITO SANTO: O CASO DO NORTE DO ESTADO.....	217
3.1 Coronelismo: diferenciações entre o sul e a zona central do Espírito Santo.....	222
3.2 Coronelismo no norte do Espírito Santo: os primeiros coronéis e a primeira república.....	229
3.3 A interventoria Bley e o “coronelismo capturado”.....	239
3.4 O norte do Espírito Santo: planejamento regional e coronelismo modernizado.....	243

3.5 O coronelismo modernizado no norte do Espírito Santo: contexto de antigas permanências	248
3.6 A morte dos coronéis no Espírito Santo	274
3.7 Ditadura Civil Militar, territorialização do capital e modernização.....	289
4 RELAÇÕES DE TRABALHO E ECONOMIA MADEIREIRA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO.....	298
4.1 Os "profissionais da madeira".....	300
4.2 A exploração de madeira e as relações de trabalho.....	323
4.3 A economia madeireira: significado e abrangência.....	337
CONSIDERAÇÕES FINAIS	352
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	361

Introdução

A exploração comercial de madeira em terras capixabas surgiu oficialmente com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho ao Espírito Santo, em 1535. A partir desse ano, a Mata Atlântica local começou a ser desmatada para o cultivo de cana-de-açúcar, para a edificação da vila, chamada posteriormente “Vila Velha”, bem como para suprir o mercado externo português (LACHINI, 2009). Essa atividade econômica alcançou patamares mais elevados no Espírito Santo, particularmente ao longo do século XVIII, constituindo-se numa das fontes de renda mais importantes para a Capitania, decaindo rapidamente, entretanto, no início do século XIX.

É provável que isso tenha afetado a economia capixaba, levando Dom João VI a tomar providências a fim de reverter tal situação. O certo é que a Carta Régia de 17 de janeiro de 1814 liberou o uso e o comércio de madeiras na Capitania do Espírito Santo, excetuando o pau-brasil, a peroba e o tapinhoã. A lei proibia a comercialização do pau-brasil¹ e das madeiras de construção naval. A peroba e o tapinhoã eram utilizados para a construção de navios e abasteciam o arsenal da marinha no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008).

Além da exploração madeireira, da tradicional produção de açúcar, aguardente, milho, arroz e farinha de mandioca, dentre outras mercadorias, que inseriram a Capitania Capixaba na economia colonial e metropolitana (CARVALHO, 2010), há que se destacar que o processo colonizador no Espírito Santo, em meados do século XIX, ainda estava concentrado em alguns pontos do litoral e não havia avançado mais de 20 km da costa para o interior. Situação que só começou a mudar a partir dessa época com a expansão do café no território capixaba e com o incremento da política de imigração estrangeira por parte do Governo Imperial.

¹ A Coroa Portuguesa, já no alvorecer do século XVI, começou a explorar o pau-brasil com fins comerciais, transformando-o em monopólio régio. A comercialização extraoficial dessa madeira era punida com o confisco de bens e com a pena de morte (LAMEGO, 1945). Ao que parece, isso não foi suficiente para impedir a extração dessa madeira em terras capixabas. No último quartel do século XVIII, o pau-brasil ainda era comercializado no Espírito Santo.

Coube ao governador da Capitania, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar (1804–1811), a promoção da cultura cafeeira no Espírito Santo. Há notícias de uma pequena produção de café advinda do vale do rio Doce, em 1812 (OLIVEIRA, 2008). Igualmente, há informações sobre a cultura cafeeira nos sítios de Vitória desde as primeiras décadas do século XIX, porém nada indica que se tratava de uma produção em maior escala porque os mapas de produtividade de 1826 e 1827 evidenciam uma quantidade insignificante com apenas 150 arrobas (VASCONCELLOS, 1978). Por volta de 1840, no entanto, a produção cafeeira em Vitória já atingia maiores proporções, alcançando níveis comerciais, expandindo-se também para o litoral (ALMADA, 1984).

Apesar dessa expansão inicial em Vitória, foi mediante o sul do Espírito Santo que o café adentrou às terras capixabas de forma mais intensa, transformando os vales dos rios Itapemirim e Itabapoana em zona de fronteira agrícola com características históricas, sociais, econômicas e políticas específicas. Segundo José Lázaro Celin (1984), o sul do Espírito Santo se constituía numa área privilegiada naquela época porque estava mais próximo da Capital Federal (Rio de Janeiro), que se encontrava em rápida expansão urbana, e do vale do Paraíba, que formava o centro irradiador da cafeicultura no Brasil. Esse vale passava por um período de grande expansão justamente quando suas terras virgens utilizadas para a cafeicultura já estavam escassas.

A partir de 1850, com maior ou menor intensidade, toda a Província se viu atraída pelo novo produto que suplantou a tradicional produção açucareira capixaba. O café alcançava melhores preços de venda do que o açúcar e possuía mercado consumidor certo. O Espírito Santo vivenciou, desde então, um verdadeiro surto cafeeiro. Este não alcançou, no entanto, a mesma intensidade em São Mateus, tradicional produtor de farinha de mandioca, nem em Santa Cruz (atual Aracruz), Nova Almeida e Linhares, que se dedicavam quase exclusivamente à extração de madeira (ALMADA, 1984).

De qualquer forma, esse surto cafeeiro transformou o café no principal produto em carreamento de divisas para a economia capixaba até o início dos anos 1960, no contexto da política de erradicação dos cafezais considerados improdutivos. Convém observar, contudo, que, nesse contexto, particularmente, até as últimas décadas do século XX, a economia madeireira no Estado e, especialmente, no norte do Espírito Santo foi muito mais relevante do que os dados oficiais indicam.

A política imigratória do Governo Imperial para o Brasil, a partir de meados do século XIX, oscilou entre a criação de núcleos coloniais formados com pequenos proprietários e o fornecimento de força de trabalho livre para a grande lavoura cafeeira.² Isso, sobretudo, a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravizados africanos mediante a Lei Eusébio de Queiros. No Espírito Santo, conforme observam Vilma Almada (1984) e Nara Saletto (1996b), os cafeicultores do vale do rio Itapemirim e vale do rio Itabapoana estavam suficientemente abastecidos de escravizados negros. Além disso, eram extremamente arraigados a esse tipo de força de trabalho e não se interessaram, em primeiro momento, pelo trabalho dos imigrantes estrangeiros. Desse modo, inicialmente, o único destino para esses imigrantes eram os núcleos coloniais.

A partir daqui, especialmente, apontaremos algumas das principais iniciativas nesse sentido, como parte de uma história que se conectará à história do norte do Espírito Santo e da exploração madeireira local, particularmente no que toca à fronteira agrícola do vale do rio Doce. A zona de Vitória, por exemplo, sediou as Colônias de Santa Isabel, em 1847, e a de Santa Leopoldina, em 1857. Já na região sul, foram criadas as Colônias de Rio Novo, em 1855,

² A imigração de estrangeiros no Brasil também sofreu influências das nascentes teorias científicas raciais da época, que afirmavam uma pretensa superioridade do branco europeu sobre as outras etnias, especialmente os negros e mestiços, considerados, sob essa perspectiva, com a escravidão, como os principais responsáveis pelo atraso do Brasil. Por isso, a elite intelectual, política e econômica do país defendia a vinda de europeus a fim de civilizar e branquear a população brasileira (AZEVEDO, 1987).

e a de Castelo, em 1880. Trata-se de colônias de pequenos proprietários formadas com imigrantes estrangeiros.³

Convém observar que a política de assentamento de núcleos coloniais no Espírito Santo atendia ao projeto de colonização proposto pelo Governo Imperial para o país. Mas, centrava-se, fundamentalmente, segundo Estilaque Ferreira dos Santos (2005), no desenvolvimento de Vitória e na defesa dos interesses políticos, econômicos e administrativos da pequena elite política radicada nessa cidade, justificando a criação das Colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina na região de Vitória e não em outro lugar.⁴

A Colônia de Rio Novo foi criada por uma empresa particular, a Associação Colonial Agrícola de Rio Novo, cujo presidente era o major Caetano Dias da Silva (GROSSELLI, 2008). Apesar dos empréstimos recebidos às expensas dos cofres públicos, a Colônia de Rio Novo não prosperou como empreendimento particular, sendo, por isso, encampada pelo Governo Imperial, em 07 de outubro de 1861 (ROCHA, 2000). A fundação da Colônia de Castelo ocorreu no contexto de mudanças na política imigratória do Governo Imperial que, em 1879, aboliu a imigração oficial subvencionada. Por isso, teve como finalidade receber os imigrantes que, eventualmente, tivessem partido da Europa com destino ao Brasil mediante contratos firmados anteriormente ou não soubessem das últimas deliberações do Governo Brasileiro em matéria de política imigratória.

Já o norte do Espírito Santo, embora tenha sido contemplado com colônias particulares (a Francilvânia, em 1856, a “Colônia Gunter”, em 1867, e Nova Venécia, em 1892), ficou

³ Tratavam-se de imigrantes alemães, pomeranos, suíços, austríacos, holandeses, luxemburgueses, espanhóis, belgas, portugueses, franceses e italianos, entre outros. Algumas colônias também receberam migrantes nacionais, principalmente cearenses. Obviamente, cada colônia possuía individualidades que podem ser melhor apreendidas, em termos gerais, nas obras “Imigração estrangeira no Espírito Santo - 1847–1896” de Gilda Rocha, publicada no ano de 2000, e “Colônias imperiais na terra do café” de Henzo Grosselli, publicada em 2008. Esta última encontra-se disponível na Coleção Canaã no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

⁴ Cabe assinalar que o Espírito Santo contava com a Colônia Agrícola de Viana desde 1813, ano de sua criação, com colonos açorianos, no atual município de Viana (região de Vitória). Essa colônia surgiu no contexto de mudanças políticas e administrativas provenientes da transmigração da família real portuguesa para o Brasil e de temor de possíveis ataques e invasões estrangeiras (MARIANO, 2019).

alijado do processo de criação de colônias oficiais por parte do Governo Imperial quando comparado com a zona de Vitória e sul do Estado (SILVA, 2019b). As primeiras colônias oficiais criadas no norte do Espírito Santo datam do final da década de 1880. A Colônia Antônio Prado, que deu origem à Colatina, e Acioli Vasconcelos surgiram em 1887, no vale do rio Doce. Na área de São Mateus, criou-se a Colônia de Santa Leocádia, em 1888. É bem verdade que a Colônia de Santa Cruz surgiu, em 1877, no município de Santa Cruz. Formada com colonos italianos e cearenses, essa colônia foi criada como um núcleo avançado da Colônia de Santa Leopoldina, ficando numa área que hoje compreende o município de Ibirapu,⁵ no limiar entre o norte do Estado e a área de Vitória.

O norte do Espírito Santo ocupa mais da metade⁶ da extensão territorial capixaba e, no decorrer do século XIX, ainda era, majoritariamente, habitado por grupos de indígenas conhecidos, de maneira geral, como Botocudos, considerados pelo Governo Imperial como entraves à “civilização”. No início do século XIX, a Coroa Portuguesa declarou-lhes guerra a fim de transformá-los em “vassalos úteis”. A partir dessa época, o norte do Espírito Santo vivenciou, mais notadamente, um processo de estruturação e de integração de seu espaço geográfico ao espaço global, tendo a violência contra grupos indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, entre outros, como uma das características principais da territorialização do capital na localidade.

Até as primeiras décadas do século XX, o norte do Espírito Santo era formado apenas pelos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Santa Cruz, Riacho, Colatina e Linhares. Esse último foi rebaixado à condição de distrito de Colatina, em 1921, após ter sido suplantado em importância política e econômica. Nessa época, o norte do Estado estava quase totalmente coberto pela Mata Atlântica, cuja madeira possuía elevado valor comercial, destacando-se,

⁵ Chamado inicialmente de Colônia ou Núcleo Colonial Santa Cruz, Núcleo Conde d’Eu, Quintino Bocaiuva, município de Guaraná, município de Pau Gigante e finalmente Ibirapu, em 1943.

⁶ Segundo os dados do IBGE (2022), o norte do Espírito Santo, conforme o recorte geográfico com o qual trabalhamos nessa pesquisa, corresponde a quase 56% da área territorial do Estado.

dentre outras, o jacarandá, a peroba, o Gonçalo-Alves, o ipê, o louro, o jatobá, a macanaíba, a maçaranduba, a sucupira, o cedro, a cerejeira, o angelim-pedra, o óleo vermelho, a canela, o vinhático e o jequitibá.

A corrente migratória do centro-sul do Estado, formada por imigrantes estrangeiros e descendentes das antigas colônias, além de migrantes nacionais, tendo Colatina como “porta de entrada da região norte”, conforme denominação de Cícero Moraes (1954, p. 38), avançou sobre o norte do Espírito Santo através do vale do rio Doce.⁷ Além dessa corrente migratória, a colonização do norte do Estado também se deu por meio de São Mateus, bem como pela onda migratória que chegou ao Contestado mineiro-capixaba proveniente de Minas Gerais.

Partindo de São Mateus, a penetração para o interior começou depois da segunda metade do século XIX, por iniciativa de ricos fazendeiros, destacando-se o barão de Aimorés e alguns dos seus familiares. A atividade desses empreendedores, fundando fazendas no interior, culminou com a criação dos povoados e vilas que deram origem aos atuais municípios de Nova Venécia e Boa Esperança. No entanto, a colonização do norte do Espírito Santo, mediante São Mateus, não avançou significativamente para além desses municípios.

Já o fluxo migratório procedente de Minas Gerais foi mais expressivo no extremo noroeste do Estado, na zona que compunha a região contestada entre Minas e Espírito Santo. Nessa área, aliás, a exploração de madeira possuía especificidades que a distanciavam dos principais centros madeireiros no Espírito Santo, sobretudo por conta da falta de infraestrutura territorial. Ademais, a exploração de madeira nessa área levou à ocorrência de alguns episódios

⁷ O vale do rio Doce, como recorte regional, “é uma referência ambígua, cuja enunciação não remete a uma delimitação espacial com sentido automaticamente reconhecido”. Na verdade, o rio Doce surge no município de Rio Doce, em Minas Gerais, do encontro entre o rio Piranga, que nasce na serra da Mantiqueira, no município de Ressaquinha, e o rio do Carmo, que nasce na Serra do Espinhaço, no município de Ouro Preto. A partir daí, o rio Doce percorre uma extensão de 853 km, drenando uma área de cerca de 83.400 quilômetros quadrados (km²). Desse total, 86% ficam em Minas Gerais e o restante no Espírito Santo (ESPÍNDOLA, 2015, p. 161), desaguardo no Oceano Atlântico no distrito de Regência, em Linhares. Logo, é possível falar de vale do rio Doce tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo ou mesmo com referência a ambos os estados. Por isso, queremos salientar que a delimitação espacial à qual nos referimos em nossa pesquisa, quando abordamos o vale do rio Doce, está restrita ao vale desse rio dentro do Espírito Santo, mais especificamente, na região norte do Estado.

de violência local: ameaças a autoridades e invasão do território capixaba por madeireiros de Minas Gerais, contrabando de madeira, etc. As migrações provenientes do sul da Bahia também se mostram relevantes na zona contestada, especialmente em Ponto Belo, Mucurici, Montanha e Ecoporanga. Vale observar que, tanto em Ecoporanga quanto em Barra de São Francisco, os migrantes provenientes do próprio território capixaba estavam quase tão bem representados em quantidade quanto os migrantes baianos.

De todo modo, tanto esses últimos quanto os mineiros e capixabas tornaram-se, mais visivelmente, posseiros na região contestada, constituindo-se em elementos indispensáveis à expansão da fronteira agrícola local. Com efeito, além dos posseiros, poderíamos dizer que a zona contestada entre Minas e Espírito Santo era constituída de vários seguimentos sociais.

Tratava-se de:

Gente em busca de trabalho e riqueza. Trabalhadores, empresários. Aventureiros em geral. Gente bem intencionada [*sic*]. Mal intencionada [*sic*] também. Campeões do machado. Maratonistas do traçador. Simples agricultores. Motoristas. Mecânicos. Comerciantes. Prestadores de serviços. Fugitivos das autoridades judiciais, que se tornavam mão de obra armada a serviço de quem pagasse melhor (HASSE, 2000, p. 9).

Durante a efetivação dos fluxos migratórios, boa parte do norte do Espírito Santo, particularmente o vale do rio Doce, transformou-se (a exemplo do centro-sul do Estado) numa região produtora de café e dependente dessa mercadoria produzida, na maior parte, por pequenos e médios proprietários com força de trabalho familiar. Além do café, notamos ainda a produção agrícola de outros produtos comerciais, como o cacau cultivado em Linhares e a farinha de mandioca produzida em São Mateus e Conceição da Barra. Isto, sem considerar que, em particular, as pequenas unidades agrícolas eram praticamente autossuficientes, produzindo também feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, frutas e legumes, além da criação de animais domésticos e de algum gado para o consumo de leite e derivados.

A ocorrência de fluxos migratórios no norte do Espírito Santo possui íntima relação com a exploração madeireira, iniciada mais intensamente por meio de empresas concessionárias do

Estado. Essa atividade ganhou corpo a partir do início da década de 1920, transformando-se em sustentáculo econômico do projeto político de modernização do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX. Para a efetiva realização desse projeto, o Estado deveria concretizar sua integração regional dentro do seu próprio território, integrando-se, em especial, com os grandes centros econômicos do país, particularmente com o Rio de Janeiro, com São Paulo e com Minas Gerais. O Estado tornou-se, então, o principal elemento de dinamização das fronteiras agrícolas no norte do Espírito Santo.

Para Nestor Gomes, presidente do Estado de 1920 a 1924, a reserva florestal capixaba se constituía numa riqueza destinada ao fortalecimento das finanças públicas. Daí o porquê de seu patrocínio às grandes empresas madeireiras e à montagem de serrarias no norte do Espírito Santo. Para tanto, em 1921, ele efetivou a encampação da Companhia Societé Forestière et Industrielle de São Mateus, cuja sede estava localizada em Paris, na França. Com isso, Nestor Gomes conseguiu reaver as terras que estavam sob o poder dessa empresa por força contratual desde 1913, liberando-as, portanto, para a efetiva colonização. Na verdade, mediante concessão do Estado, essa Companhia detinha quase todas as terras do vale do rio Doce no norte do Espírito Santo e parte do extremo norte dessa região, especialmente em Conceição da Barra.

A política de concessões do Estado estava lastreada na exploração da madeira da Mata Atlântica local. Essa madeira se constituía na principal forma de financiamento da colonização da região por meio da abertura de estradas, da construção de ferrovias, da navegação fluvial e de cabotagem, da fundação de pequenas vilas, além do estabelecimento de culturas agrícolas permanentes, entre outras imposições contratuais. A Estrada de Ferro São Mateus a Nova Venécia é um exemplo. Cedida, inicialmente, em concessão ao barão de Aimorés, em 1888, teve sua construção reiniciada, em 1922, como propriedade do Estado, entrando em efetiva atividade no ano de 1929. Sua desativação se deu, em 1942, após servir ao transporte, principalmente de passageiros, de café e de madeira.

Além dessa Estrada de Ferro, o Governo Capixaba ainda se tornou proprietário, no norte do Espírito Santo, da Serraria de Barbados, em Colatina, bem como da Companhia Territorial de Colonização para o norte do rio Doce, criada por Nestor Gomes, em 1923, também sediada em Colatina. Essa Companhia foi criada para vender pequenos lotes de terra, normalmente, de 25 a 30 hectares (ha). Deveria ainda colaborar com os municípios onde possuísse terras, além de fomentar a agricultura. A Serraria de Barbados foi, inicialmente, arrendada a terceiros e depois vendida a particulares, transformando-se numa das empresas madeireiras mais atuantes no Espírito Santo, com representantes em alguns dos principais Estados do país e exportação de madeira também para o exterior.

A política do Governo Estadual como gestor de concessões, no norte do Espírito Santo, revela a existência de projetos de colonização implementados mediante um Estado ainda não autonomizado. Situação em que, aliás, se encontrava o próprio Estado Nacional, subordinado ao poder das oligarquias regionais. Embora, quanto ao norte do Espírito Santo, não tenhamos notado a existência de um Estado capturado por tais oligarquias. Segundo Francisco de Oliveira (2008), somente a partir de 1930, com o surgimento de instituições responsáveis por planejar a modernização, transformando a territorialização do capital, ao mesmo tempo, em que reduzia paulatinamente o poder dessas oligarquias, é que podemos falar em planejamento regional.

No Espírito Santo, Jones dos Santos Neves caracteriza-se como marco divisor desse processo, destacando-se como o governador que adotou o planejamento regional como modelo de modernização e base de governo, particularmente em sua segunda administração à frente do executivo capixaba.⁸ O Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo implementado por ele foi essencial à criação de infraestrutura indispensável ao processo de modernização do Estado, concentrando investimentos no porto de Vitória, no aumento da oferta de energia elétrica, na ampliação de vias rodoviárias, além da construção de prédios públicos e pontes,

⁸ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em dois momentos: um como interventor federal (1943–1945) e outro como governador eleito democraticamente (1951–1955).

tornando-se fundamental também à efetiva territorialização do capital no norte do Estado. As pontes sobre o rio Doce, em Linhares, e sobre o rio São Mateus, em São Mateus, por exemplo, foram inauguradas em seu segundo governo.

Nos anos 1950, como parte mais abrangente do processo de modernização retardatária (KURZ, 2004) do país, o Estado tornou-se agente central do chamado desenvolvimentismo, que marcou um período específico de expansão e desenvolvimento capitalista no Brasil e em toda a América Latina (SILVA, 2004). No Brasil, Juscelino Kubitschek (1956–1961), cujo slogan de governo era “50 anos (de progresso) em 5 (de realizações)”, visava, através do Plano de Metas, investir em vários setores da economia, entre os quais a indústria e a construção civil. Setores, aliás, para os quais a oferta de madeira era fundamental tanto em forma de materiais de construção quanto em lenha e carvão vegetal utilizados como combustível.

Nessa época, o município de Aracruz se destacava como o maior produtor de lenha e de carvão vegetal do Espírito Santo. Além disso, parte significativa da produção madeireira do norte do Estado foi exportada para o Distrito Federal, servindo de base à construção de Brasília, capital do país, a partir de 1960. Apesar do triunfo da política desenvolvimentista levada a efeito por Juscelino Kubitschek, a década de 1960 representou um período de inflexão na vida econômica, social e política do país. O Governo Federal criou mecanismos a fim de erradicar os cafezais considerados improdutivos. No Espírito Santo, segundo Raquel Daré (2010), a ideia de “crise” do café foi utilizada como construção ideológica para inserir concepções desenvolvimentistas no Estado. Buscava-se, na realidade, liberar mais áreas para a inserção do capital nacional e internacional no Espírito Santo. Nesse cenário, a erradicação dos cafezais surgiu como solução.

O Espírito Santo teve, proporcionalmente, maior quantidade de cafeeiros erradicados. A região norte foi a mais atingida no cenário capixaba. Além do êxodo rural e da expansão da pecuária (forma predominante da nova ocupação da terra), essa região contou igualmente com

um acentuado crescimento do número de empresas madeireiras e de mobiliário, que alcançaram a quase totalidade dos seus municípios. Parte considerável dessas empresas pertencia a descendentes de imigrantes estrangeiros que as criaram com recursos próprios, em muitos casos acrescidos com as indenizações pagas por cova de café, sobretudo na segunda fase da erradicação dos cafezais a partir de 1967.

Os anos 1960 marcaram ainda o início da utilização de madeiras provenientes de outros Estados, sobretudo do sul da Bahia, por empresas madeireiras do norte do Espírito Santo. Isto se deve ao escasseamento de alguns tipos de madeira, como a peroba, por exemplo, bastante utilizada nas serrarias locais, bem como na fabricação de compensados. Além disso, muitos madeireiros do norte do Estado buscavam ampliar seus negócios, investindo em novas empresas do setor em áreas ainda pouco exploradas.

No campo político, a Ditadura Civil Militar implantada no Brasil a partir de 1964 interrompeu o curso democrático no país. No Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar (1963–1966), governador eleito e representante do coronelismo local, permaneceu no poder, renunciando dois anos mais tarde devido a acusações de corrupção. Iniciou-se o período dos governadores biônicos, indicados para exercer o Governo do Estado. Entre eles, Christiano Dias Lopes Filho (1967–1971) e Arthur Gerhardt (1971–1975), representantes dos interesses da indústria local, tornaram-se os mais expressivos. O primeiro implementou uma política de criação de órgãos destinados ao planejamento e à captação de recursos financeiros. O segundo orientou o seu governo para a implantação dos Grandes Projetos de Impacto (empreendimentos em escala internacional) no território capixaba mediante investimentos estatais e privados nacionais e estrangeiros.

No norte do Estado, em particular, inaugurou-se a Aracruz Celulose S.A. (Arcel), atual Suzano S.A., no município de Aracruz, no ano de 1972. Essa empresa é a responsável pelo desmatamento de imensas áreas, sobretudo nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra

e Aracruz, onde mantém imensas reservas de eucalipto. Para isso, essa empresa promoveu a violenta desterritorialização de povos originários e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.). Além de posseiros e pequenos agricultores, inclusive com amparo do próprio Estado.

A partir de meados dos anos 1970, a exploração de madeira no norte do Espírito Santo entrou em declínio. A Mata Atlântica local estava bastante comprometida. Ademais, a aplicação mais efetiva de leis ambientais, como o Código Florestal de 1965, restringiu o uso de madeiras nativas, contribuindo para que algumas das maiores empresas madeireiras da área encerrassem suas atividades. Outras mudaram-se para o sul da Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Entre elas, destaca-se a Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus (Cimbarra), que fechou suas portas no município de Conceição da Barra em 1978, e a Indústria de Madeireira Alves Marques Ltda. (Sicam) que se mudou de Colatina para o Pará nessa mesma data. A Mobra, maior indústria de móveis do Estado, localizada em Linhares, fechou as portas em 1979.

Adentrava-se aos anos 1980. O Brasil vivenciava um momento de inflexão econômica marcado pela alta da inflação, crescimento da dívida interna e externa, além da redução do comércio inter-regional no país (CANO, 1985; 2007). Tal situação, no entanto, não freou a tendência ao crescimento industrial do Espírito Santo. Empreendimentos ligados a programas do Governo Federal, como as usinas de álcool, estimulados pelos incentivos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975, e financiados pelo sistema Geres/Bandes (MOTA, 2002), fixaram-se no norte do Estado. O Espírito Santo, que possuía apenas a Usina Paineiras, em Itapemirim, ampliou sua capacidade produtiva para um total de sete usinas, todas do agronegócio sucroenergético.

A Destilaria Itaúnas S.A (Disa) e a Companhia de Álcool Conceição da Barra (Alcon), ambas em Conceição da Barra, chamam atenção, em especial, por representarem a continuidade

dos negócios de antigos exploradores de madeira no norte do Estado. Além delas, surgiram ainda a Linhares Agroindústria S.A (Lasa), em Linhares; a Cristal Destilaria Autônoma de Álcool S.A (Cridasa), em Pedro Canário, a Alcooleira Boa Esperança S.A (Albesa), em Boa Esperança, e a Almasa, em São Mateus. Tais empresas ocuparam espaços onde antes predominavam a exploração madeireira, a cafeicultura e a pecuária. Muitas áreas remanescentes da Mata Atlântica foram finalmente devastadas.

Dados do IBGE revelam que, em 1985, o Espírito Santo havia chegado ao seu mais baixo nível de “produção” madeireira. Dois anos antes, a Cobraice havia pedido concordata, finalizando suas atividades em Conceição da Barra. Inúmeras outras empresas madeireiras, todas de menor porte do que a Cobraice, também pararam de funcionar por falta de madeira. Algumas, como a Serraria Barbados, tiveram que diversificar a produção, integrando-se ao setor moveleiro a fim de continuar em atividade. A maioria delas, no entanto, não resistiu à falta de matéria-prima.

Embora o ramo madeireiro tenha declinado, o setor moveleiro de Linhares e Colatina, ao contrário, alcançou posição entre os mais importantes do país. Ocorre que esse setor buscou novas linhas de produção, investiu também em tecnologia, tornando-se mais dinâmico e menos dependente de madeira nativa. Queremos destacar que esse tópico, juntamente com os demais que dizem respeito à nossa pesquisa, abordados até aqui, serão retomados mais detidamente nos capítulos subsequentes.

Sobre o projeto de pesquisa.

Nosso interesse na temática surgiu ainda durante nossa pesquisa de mestrado sobre a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, cuja dissertação defendemos, em 2019, no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Durante os trabalhos de pesquisa, verificamos que a extração e a comercialização de madeira causaram alguns conflitos entre posseiros e donos de madeiras na região. Em nossas entrevistas com

membros da comunidade local, entre os quais alguns dos que participaram ativamente da extração de madeira, obtivemos as primeiras informações sobre o *modus operandi* de algumas empresas do setor.

Notamos que essa atividade econômica alcançava alta lucratividade, principalmente por conta do elevado preço de mercado das madeiras de lei encontradas na região e da constante demanda do mercado. Dessa forma, fomos levados a pensar sobre o real significado dessa atividade extrativista em termos socioeconômicos para o Estado e para os municípios “produtores” de madeira e derivados. Pensamos igualmente em termos comparativos, considerando, sobretudo, a produção cafeeira, visto que a região contestada entre Minas e Espírito Santo se constituía em grande produtora de café. Produto, segundo a historiografia capixaba, entendido como a “mola propulsora” da economia do Espírito Santo de meados do século XIX até o início dos anos 1960.

Propusemos, então, pesquisar a exploração de madeira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo, onde se insere a região contestada, a fim de entender a relação que houve entre esses dois fenômenos. Mais do que isso, analisamos a real importância econômica e política da exploração madeireira no norte do Espírito Santo para o Estado, bem como para a própria região e seus municípios. Entendemos que o estudo conjunto da exploração madeireira e da territorialização do capital no norte do Estado, no período que se estende de 1920 a 1985, revela singularidades nos campos político, econômico e social que possibilitam compreender suas estruturas e dinâmica mais apropriadamente.

Uma dessas singularidades diz respeito à territorialização do capital por meio da forma elementar do capital, isto é, a mercadoria. Em nosso caso, particularmente, a mercadoria madeira oriunda, majoritariamente, da Mata Atlântica local. Outra peculiaridade da territorialização do capital no norte do Espírito Santo versa sobre a formação das relações de

trabalho, tendo como base a violência econômica e a extraeconômica (distinção estabelecida, segundo Marx, em *O Capital*, volume 1, cap. 24).

Nesse caso, o conhecimento da origem, da estrutura, da organização, do funcionamento, além do capital econômico das empresas madeireiras, é imprescindível. Isto porque nos deparamos com afirmações de pesquisadores como Walter Alberto Egler (1962), Dammis Heinsdijk *et al.* (1965), Bertha Becker (1969; 1973), Nara Saletto (1996a) e Márcia Cristina Bergamim (2004), segundo as quais, a natureza econômica da exploração madeireira no norte do Espírito Santo, no século XX, assentava-se em bases capitalistas de produção. Ao contrário, segundo eles, a cafeicultura capixaba estava amparada no trabalho familiar, sem recursos técnicos.

Considerando que a década de 1920 representou um momento de alta dos preços do café, proporcionando a melhoria das finanças públicas, entendemos que o Governo Capixaba aproveitou a oportunidade para implementar projetos a fim de efetivar a colonização do norte do Estado, integrando-o ao mercado capitalista. A venda de lotes no vale do rio Doce por parte da Companhia Territorial de Colonização reforçaria o erário estadual, estimulando também o movimento migratório para a localidade ao atrair indivíduos que se fixariam à terra por meio da agricultura. A política de concessões a empresas madeireiras, intensificada nessa época, possibilitaria a exploração de uma riqueza incalculável em madeiras, especialmente as de lei. Além disso, as concessionárias do Estado estariam obrigadas a pagar impostos, fundar núcleos coloniais e a abrir estradas, algumas de ferro, entre outras imposições contratuais.

Notamos que, no campo político, o norte do Espírito Santo vivenciou intensa atividade coronelista até o Golpe Militar de 1964, em que políticos locais tornaram-se concessionários do Estado. Entre os representantes das oligarquias mais antigas, destacamos o coronel Eleosipo Rodrigues da Cunha, filho do barão de Aimorés, e seu sócio, Henrique Ayres de Oliveira, que obtiveram uma concessão do Estado para explorar madeira no município de São Mateus. Nessa

conjuntura, analisamos a posição do “coronel” no limiar da modernização. Além de político e de personificar, muitas vezes, a violência extraeconômica, o coronel também era capitalista, destacando-se significativamente, nessa condição, como agente de integração do Espírito Santo à dinâmica capitalista nacional. As oligarquias regionais do país evoluíam, aderindo a projetos modernizantes, à medida que a industrialização ganhava espaço no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial.

Trata-se de um “coronelismo mais novo”, de cunho populista, como observa Fernando Achiamé (2010), ou um “coronelismo esclarecido”, nas palavras de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (ALMEIDA, 2010), um dos maiores representantes dessa prática política no Espírito Santo.⁹ De todo modo, para Cássio Arruda Boechat (2013), significa dizer que esse coronelismo estava em movimento como promotor da modernização, contraditoriamente, alicerçado na técnica como novo fundamento da reprodução capitalista e da representação social. Com Carlos Lindenberg, por exemplo, segundo Leonardo Bis dos Santos (2016), houve uma clara mudança conceitual no que se refere à preservação ambiental no Espírito Santo, já em seu primeiro mandato como governador do Estado. Embora reconhecesse a importância da exploração madeireira para a economia capixaba, Carlos Lindenberg é responsável pela criação de sete reservas florestais no Espírito Santo, algumas delas no norte do Estado.

Mesmo assim, ainda não havia pesquisas mais aprofundadas em nossa historiografia sobre a economia madeireira no Espírito Santo, tampouco sobre o norte do Estado no que diz respeito, em especial, à territorialização do capital. A história econômica capixaba de meados do século XIX até os anos 1960 continua sendo vista e analisada sob o viés da produção cafeeira. É, portanto, da constatação dessa lacuna historiográfica que surgiu a nossa pesquisa. É bem verdade que recentemente apareceram alguns estudos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo que abordam a territorialização do

⁹ Carlos Lindenberg foi secretário de governo no Espírito Santo, senador da república e governador do Estado por dois mandatos, de 1947 a 1951 e 1959 a 1962.

capital em temas ligados ao norte do Estado. Trata-se de pesquisas como as de Gabriel Pedro Alves Lopes (2022) e Evandro Arruda de Martini (2023). A primeira analisa o vale da Suruaca como uma das últimas fronteiras da territorialização do capital no Sudeste brasileiro, na década de 1960. A segunda discute a territorialização do capital ao estudar a modernização do litoral norte capixaba, tendo o município de Aracruz como foco principal.

Quanto à exploração de madeira, encontramos o trabalho de Ivan Borgo, Léa Alvarenga Rosa e Renato Pacheco (1996) que investiga a colonização do norte do Espírito Santo e a exploração indiscriminada das florestas locais. Destaca também a atividade de algumas das principais empresas madeireiras concessionárias do Estado e parte da estrutura montada para extrair e comercializar a madeira. Essa pesquisa, no entanto, não se aprofunda em questões ligadas à mobilidade do trabalho e questões políticas, dentre outras.

No mesmo seguimento, temos os artigos “Ciclo da peroba inicia o desbravamento do Norte” e “Caminhão e trem: golpe fatal na peroba-do-campo”, ambos do jornalista Rogério Medeiros. Em tais artigos, o jornalista apresenta a partilha dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, subdivididos em bacias hidrográficas, entre os principais madeireiros da localidade. Ele analisa ainda a extração madeireira no norte do Espírito Santo, particularmente com relação à peroba e ao jacarandá, sob a ótica dos ciclos econômicos, destacando a relevância do caminhão e do trem como agentes intensificadores dessa atividade.

Embora tais artigos tenham sido indispensáveis à nossa pesquisa, não detectamos nenhuma “partilha” das bacias hidrográficas do norte do Espírito Santo, segundo os interesses de líderes políticos locais. As áreas cedidas em concessão seguiam o projeto do Estado a fim de levar adiante a colonização da região. Do mesmo modo, não notamos a existência do “ciclo madeireiro” com base em um suposto “ciclo da peroba”. É indiscutível o valor comercial dessa madeira, assim como do jacarandá, mas a extração madeireira obedecia primordialmente aos interesses do mercado e à disponibilidade da própria madeira. Os madeireiros exploravam o

que rendia lucro. É verdade que algumas empresas dedicavam-se mais à extração da peroba, pelo menos enquanto essa madeira podia ser encontrada mais facilmente; outros preferiam o jacarandá. Mas extraíam igualmente outras madeiras, embora de menor valor comercial.

Em sentido mais abrangente, Walter Alberto Egler (1962) examinou a paisagem física e natural, especialmente da área ao norte do rio Doce, com relação à cobertura florestal existente. Para ele, o avanço da frente pioneira nessa área, além da exploração madeireira, são os responsáveis pela devastação da Mata Atlântica local. Nesse contexto, Walter Egler analisou também parte da história do norte do Estado, abordando, particularmente, os municípios de Colatina, Linhares e São Mateus. Segundo ele, a conquista definitiva do vale do rio Doce é o resultado da propagação, desde o fim do século XIX, da onda colonizadora proveniente da zona serrana mais ao sul do Estado. Esse movimento migratório, conforme observa, teve como motivação o esgotamento dos solos naquela zona.

Convém observar, contudo, que o esgotamento dos solos é um fator importante, mas, sozinho, não explica o movimento migratório do centro-sul para o norte do Estado. É preciso entender esse fenômeno no contexto mais amplo do qual as crises cafeeiras também fazem parte, levando à ruína de grandes fazendas no sul do Estado. Deve-se considerar ainda a concentração fundiária, em especial, no vale do rio Itabapoana, alijando pequenos produtores, além da intensificação das ondas migratórias oriundas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que adentraram o Espírito Santo via sul do Estado.

Incluimos ainda a pesquisa de Bertha Becker (1969, 1973), em que ela examinou o norte do Espírito Santo como periferia deprimida em transformação. Isto é, como área periférica definida por sua relação de dependência com o “core” ou “núcleo” industrializado formado inicialmente por São Paulo e depois também por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ademais, segundo ela, a expansão pioneira no norte do Espírito Santo se subdivide em quatro fases distintas que vão desde as primeiras incursões, a partir de 1916, até os anos 1960, com a política

de erradicação dos cafezais. Sua pesquisa foi importante para entendermos o desenvolvimento dessa política no norte do Estado. Também serviu como embasamento de nossa compreensão a respeito de Conceição da Barra como uma fronteira agrícola específica com dinâmica própria.

Já a pesquisa de Vilma P. F. de Almada (1993) abordou as especificidades do que seriam as fronteiras agrícolas capixabas quanto aos aspectos demográficos, estrutura fundiária, processo de ocupação da terra e relações de produção, além do movimento de adaptação do capitalismo às condições históricas do Espírito Santo. Segundo ela, entre os anos 1900 e 1960, havia três fronteiras agrícolas no Estado: a fronteira do vale do rio Itapemirim e a do vale do rio Itabapoana na região sul e a fronteira do vale do rio Doce na região centro-norte. Esta última, formada com imigrantes europeus estabelecidos em pequenas unidades produtivas.

A pesquisa de Vilma Almada contribuiu fundamentalmente à nossa pesquisa, sobretudo por conta das supostas fronteiras agrícolas que analisou. Admitimos haver especificidades quanto ao vale do rio Itapemirim e vale do rio Itabapoana. Entendemos, no entanto, que esses dois vales formam uma única fronteira agrícola, a quem classificamos como “fronteira agrícola sul do Espírito Santo”. Quanto ao norte do Estado, do mesmo modo, estamos seguros de que o vale do rio Doce, ao contrário do que afirma Vilma Almada, formou uma fronteira agrícola específica com dinâmica própria, a quem classificamos como “fronteira agrícola do vale do rio Doce”, separada, portanto, da zona do centro, de Santa Leopoldina, em particular.

Estamos seguros ainda de que, além dessa fronteira agrícola e da fronteira de Conceição da Barra, a efetiva colonização do norte do Espírito Santo, no século XX, contou também com a expansão das fronteiras agrícolas de Aracruz, da região contestada e a do vale da Suruaca. Todas, aliás, classificadas e analisadas com base em critérios significativos, dentre os quais destacamos a historicidade de cada uma; a disponibilidade de terras, cobertura vegetal e rápido desflorestamento com vistas à exploração madeireira e produção agrícola; os fluxos migratórios

e incremento demográfico, além do crescimento da produção agrícola. Critérios estes que, a propósito, aludem à expansão capitalista.

Jaime Bernardo Neto (2012), por seu turno, investiga a estrutura fundiária capixaba, especialmente no que tange à gênese dos grandes imóveis rurais no extremo norte do Estado. O autor destaca o contexto político hegemonizado por entes ligados ao capital industrial e à oligarquia agrária, focalizando sua análise no surgimento de novas atividades econômicas no meio rural, como o rápido crescimento da pecuária bovina e a expansão da extração madeireira, notadamente no extremo norte do Estado. Zona qualificada por ele como a última fronteira de colonização do território espírito-santense.

O trabalho de Jaime Bernardo Neto, assim como o de Bertha Becker, contribuiu para entendermos a política de erradicação dos cafezais no norte do Espírito Santo, especialmente quanto à diversificação econômica no que tange à expansão da pecuária. Ademais, tornou-se fundamental para a identificação da fronteira agrícola de Conceição da Barra. Esta, enquadrada entre as mais representativas zonas madeireiras do Espírito Santo por conta da atividade de empresas do setor como a Cimbarra, a Diaz, a Cacique e a Cobraice, fez-se indispensável à territorialização do capital no norte do Estado.

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo analisar questões de ordem quantitativa e qualitativa sobre a exploração de madeira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo sob as perspectivas política, econômica e social. Mais especificamente, examinou em que medida esses fenômenos contribuíram para o surgimento e propagação de fronteiras agrícolas na área, tendo como alvo os mecanismos pelos quais políticos e empresários nacionais e estrangeiros tornaram-se concessionários do Estado. Investigou ainda a mobilidade do trabalho e as relações trabalhistas entre “profissionais da madeira” e empresários do setor, além do grau de relevância dessa atividade econômica para a colonização do norte do Estado e membros da sociedade local. Esta é composta por imigrantes estrangeiros e descendentes, migrantes

provenientes, principalmente, de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, além de posseiros, pequenos agricultores e comunidades originárias e tradicionais.

Um dos principais elementos do arcabouço teórico da pesquisa é a categoria região. Não se trata, porém, de uma região natural, tampouco de um espaço entendido como unidade administrativa. Pesquisamos o norte do Espírito Santo como “região econômica e política”. Nesse tipo de conceito, de acordo com Francisco de Oliveira (1985), o econômico e o político se fundem dialeticamente, compondo uma forma especial de territorialização do capital, com destaque para o controle da circulação de mercadorias, especialmente da força de trabalho. Isto proporcionava um certo controle territorial, permitindo às oligarquias “fecharem” a região.

Outro elemento do arcabouço teórico é a categoria fronteira, fundamentada em uma reflexão antirreducionista e antideterminista a partir da lógica da inserção do Brasil no capitalismo global. A fronteira possui dinâmica própria, sendo, portanto, singular e diferenciada internamente. Também é dotada de ordem econômica, política e social com quem está conectada. Por isso, é aberta para o capital poder circular “livremente” (BECKER, 1988). Não significa que não seja permeada por contradições. Segundo José de Souza Martins (1975; 2016), a fronteira é o lugar do trágico, marcado pelo genocídio de etnias contrapostas por interesses econômicos, além do abismo histórico que as separa. Logo, a fronteira é lugar de contradição. Nela, o camponês defronta-se com formas avançadas de tecnologia econômica, mas continua subjugado por tipos de poder e justiça que mesclam o poder pessoal do latifúndio e os modelos rituais de justiça institucional.

Assim, o coronelismo, como forma específica de justaposição do poder público com o privado, emerge como outra categoria de análise de nosso objeto de pesquisa, notadamente no que se refere à “região econômica e política”. Para Victor Nunes Leal (2012), a coexistência desse poder com um regime político de extensa base representativa levou ao estabelecimento de um compromisso entre o poder público e os chefes políticos locais em seus municípios. O

coronelismo, no entanto, pode variar no tempo conforme cada região, mas mantém um evidente destaque para os senhores de terras.

Por conseguinte, segundo Marta Zorzal e Silva (1995, p. 84), não é possível compreender o fenômeno coronelista sem fazer referência à estrutura agrária brasileira nem ao controle das eleições municipais por meio da subordinação e da dependência pessoal do eleitor rural no exercício do seu direito de expressão do voto. Nesse caso, a dinâmica de tais articulações políticas realizava-se por meio de uma “estrutura oligárquica e elitista” que lançava na marginalização institucionalizada o restante da população.

Essa marginalização não resultava exclusivamente de condicionantes políticos. Ao contrário, ela também possuía dimensões históricas e econômicas, assim como o próprio coronelismo. A subordinação do camponês aos interesses do capital decorre da ação conjunta dessas três dimensões que, no Brasil, segundo Régis Ricci dos Santos (2007), engendram a ocupação e posse da terra por grupos oligárquicos. Daí porque abordamos também a “territorialização do capital” como categoria analítica, entendida, de acordo com Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo (2019), como processo iniciado na colonização, a partir do século XVI, com dinâmica central na acumulação primitiva.

Desde então, a territorialização do capital reflete o tipo de inserção econômica do país no sistema capitalista. Grosso modo, ela é a responsável pelas transformações de estruturas econômicas, sociais, políticas e ambientais vigentes por meio de um processo dialético cuja finalidade é concentrar capital. Tal processo não decorre de uma ação livre e espontânea sem a intervenção do Estado. Essa intervenção na realidade brasileira e, particularmente, na do Espírito Santo, visava alcançar a modernização, atingindo o mesmo nível dos países industrializados.

O planejamento regional voltado para a integração nacional, tal como observado por Francisco de Oliveira (2008), constituiu-se no principal mecanismo utilizado para tal finalidade,

tanto numa realidade quanto na outra. Configura-se, porém, como uma modernização retardatária em relação à moderna produção de mercadorias dos países centrais do capitalismo. Essa modernização, segundo Robert Kurz (2004), insere-se em um cenário amplo de crise do próprio sistema capitalista global, do qual o Brasil, obviamente, faz parte.

Considerando que utilizamos fontes orais em nossa pesquisa, julgamos necessário adotar a história oral como metodologia capaz de produzi-las. A história oral, sob esse aspecto, privilegia a realização de entrevistas com pessoas que testemunharam ou participaram de acontecimentos como uma forma de o pesquisador melhor conhecer e analisar seu objeto de estudo (ALBERTI, 2004), tendo as entrevistas gravadas como base metodológica (MEIHY; HOLANDA, 2017). Segundo Alessandro Portelli (1997, p. 31), as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”.

Com efeito, as fontes orais contam não só o que o povo fez, mas também o que pretendia fazer, o que acreditava estar fazendo e o que, atualmente, pensa que fez. Logo, as fontes orais são condições necessárias, embora não suficientes, para a história dos segmentos sociais não hegemônicos. Quanto aos grupos dominantes, podemos afirmar que as fontes orais não são tão necessárias, o que não significa dizer, é claro, que são inúteis. Acontece que esses grupos exercem o controle sobre a escrita e, por isso, deixaram atrás de si um extenso registro escrito de sua história (PORTELLI, 1997).

Por esse lado, fizemos um total de 44 entrevistas formais gravadas com pessoas de todos os níveis sociais. Entre elas destacam-se: empresários (donos de madeireiras), marceneiros, lenhadores e operários, além daqueles que de alguma forma têm história de vida relacionada com a atividade das serrarias, derrubada de matas, produção de lenha, de carvão ou dormentes ou que tenham trabalhado em órgãos de fiscalização ambiental e/ou fazendária, no norte do Espírito Santo, até 1985. Entrevistamos, ainda, descendentes de imigrantes estrangeiros e

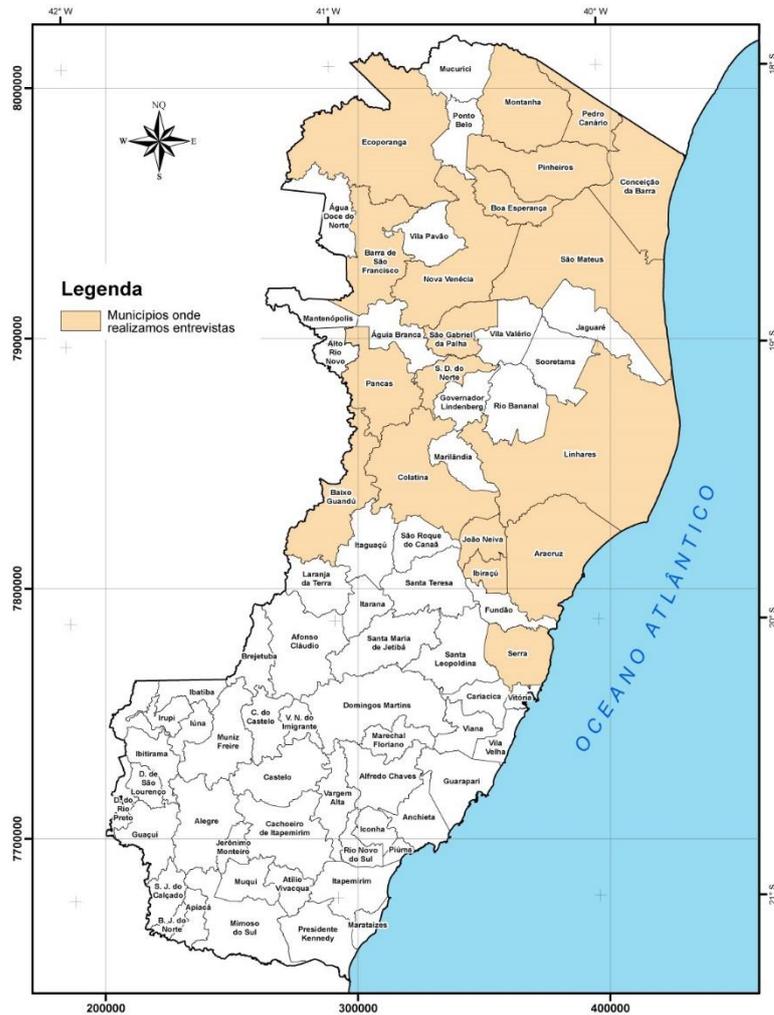
nacionais que migraram para o norte do Estado a partir do início do século XX, muitos dos quais estiveram envolvidos diretamente na exploração madeireira local.

Utilizamos 34 das 44 entrevistas realizadas. Dentre nossos entrevistados, há apenas três mulheres: uma que trabalhou na extração de madeira com o pai e irmãos; uma proprietária de marcenaria e uma operária do setor moveleiro. Número bastante reduzido no universo de 45 entrevistas, mas que se justifica porque, além das questões de ordem cultural e de gênero que ainda reservam “lugares” e “atividades” específicas para as mulheres, a exploração de madeira no norte do Espírito Santo se constituía numa atividade desenvolvida eminentemente por um público masculino. Ademais, foi mais fácil encontrar, em maior quantidade, componentes desse público que, obviamente, continuam vivos e em boas condições de saúde.

Nossa pesquisa tem registro no Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 33858620.2.0000.5542. Todas as nossas entrevistas têm Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por nossos entrevistados.

O mapa 1 demonstra a divisão político-administrativa do Espírito Santo, com destaque para os municípios onde fizemos nosso trabalho de campo, realizando entrevistas.

Mapa 1 – Divisão político-administrativa do Espírito Santo



Fonte: Elaboração própria.

Esses municípios despertaram nossa atenção porque alguns, como Conceição da Barra, sediaram as mais relevantes empresas madeireiras concessionárias do Estado. Outros, segundo dados do IBGE, possuíam abundante quantidade de empresas madeireiras em ação, como São Mateus, Linhares, Colatina e Aracruz. Além disso, alguns foram selecionados intuitivamente, por terem origem no desmembramento de municípios dotados de intensa atividade madeireira. É o caso de Pedro Canário e Montanha, desmembrados de Conceição da Barra e Baixo Guandu, Pancas, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha, que pertenciam à Colatina. Temos entrevistados ainda em Serra, Ibraçu e João Neiva, onde encontramos pessoas envolvidas na

exploração de madeiras no norte do Espírito Santo ou que tinham algo a contar sobre a ação de seus pais nesse tipo de trabalho.

A respeito das fontes escritas, nossa pesquisa contou, especialmente, com documentação encontrada, dentre outros lugares, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees). Trata-se, nesse caso, de Relatórios, Mensagens de Governo e de Secretarias de Estado com informações relacionadas à política de concessões às empresas madeireiras; à venda de terras no norte do Espírito Santo; aos principais produtos de exportação, entre eles, a madeira; à arrecadação de impostos, a medidas governamentais, etc. Boa parte desses documentos, além de obras especializadas sobre a história do Espírito Santo, está à disposição no próprio site desse Arquivo.

No portal do IBGE, disponível na internet, encontramos, particularmente nos Censos de 1920 a 1980 e Censos Industriais e Econômicos de 1975 e 1985, referências gerais acerca da extração de madeira no Espírito Santo, especificando, em alguns casos, as quantidades e os valores da produção por microrregião e municípios. Achamos, ainda, dados relativos ao gênero e quantidade de empresas do setor madeireiro e de móveis em funcionamento por período nos respectivos municípios capixabas. O mesmo portal apresenta também edições da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e do Anuário Estatístico do Brasil. Além de nos permitir fazer uma análise mais apurada acerca da exploração madeireira e da territorialização do capital no norte do Estado, essa documentação ainda nos forneceu informações a respeito de parte da história e da economia de alguns municípios do norte do Espírito Santo.

Já no portal de periódicos nacionais da Hemeroteca Digital Brasileira, igualmente com acesso livre na internet, encontramos, em especial, diversas edições de jornais publicados no Espírito Santo e em outros Estados brasileiros que contêm, muitas vezes, reportagens completas a respeito de temas (empresas madeireiras, política, economia, etc.) ligados ao nosso objeto de

pesquisa. Esses jornais foram essenciais para a história de muitas empresas madeireiras do norte do Estado que ainda eram totalmente desconhecidas de nossa historiografia.

Do mesmo modo, tivemos acesso, nas bibliotecas do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e Central e Setoriais da Ufes, a documentos e obras especializadas sobre o Espírito Santo. Esses documentos e obras contribuíram para analisarmos, em geral, o lugar da economia madeireira na política capixaba, bem como as transformações ocorridas no norte do Estado em virtude da territorialização do capital. Parte do acervo das Bibliotecas do IJSN e do Incaper encontra-se disponível na internet, outra parte só pode ser consultada nos respectivos locais. As Bibliotecas Central e Setoriais da Ufes foram indispensáveis para a consulta de obras especializadas.

A pesquisa está subdividida em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, analisamos a colonização do norte do Espírito Santo através do prisma da expansão das fronteiras agrícolas como fenômenos próprios da dinâmica capitalista. Nesse contexto, abordamos o norte do Estado enquanto região econômica e política onde se desenvolveu uma forma particular de territorialização do capital cujo sentido é, logicamente, a produção de mercadorias. Analisamos as relações entre as duas fronteiras agrícolas: a sul do Espírito Santo (vale do rio Itapemirim e vale do rio Itabapoana) e vale do rio Doce. Finalizamos com a análise da expansão dessa última fronteira no norte do Estado, bem como das demais já destacadas acima que igualmente compõem essa área.

No segundo, investigamos a relação entre a exploração madeireira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo. O conceito de capital com o qual trabalhamos qualifica-o como relação social e não como uma coisa propriamente dita. Assim, centramos nossa análise nas empresas madeireiras concessionárias, dispensando particular atenção às condições de estabelecimento e execução dos contratos de concessão como política de governo essencial ao projeto de integração regional do Estado. Examinamos também a erradicação dos cafezais e sua

relação com o aumento da quantidade de empresas dos setores madeireiro e de mobiliário na área. Encerramos o capítulo, averiguando a exploração de madeira no contexto da Ditadura Civil Militar e dos Grandes Projetos de Impacto, momento em que as madeireiras locais já contavam em grande medida com a madeira vinda de fora do Estado.

No terceiro capítulo, analisamos os principais fenômenos políticos que envolveram o nosso recorte temporal, quais sejam, o coronelismo da Primeira República, a Revolução de 1930, o período varguista em que mantivemos o foco, principalmente na interventoria de João Punaro Bley; a reabertura política no pós-1945 e a Ditadura Militar. Fizemos tal análise com vistas a demonstrar em qual cenário político e econômico se deu a exploração madeireira no norte do Espírito Santo. Assim, investigamos o coronelismo como fenômeno político de base oligárquica. Centramos nossa análise na figura do coronel enquanto líder político local, bem como no lugar ocupado por ele, no norte do Espírito Santo, em face das concessões do Estado, da propriedade da terra, das disputas políticas, do uso da violência e da exploração de madeira.

Discutimos se havia um “estado capturado” pelas oligarquias capixabas, contrapondo-se à modernização e, portanto, à própria autonomização do capital. Entendemos o coronelismo como fenômeno datado marcado por três eventos principais: a Revolução de 1930; o pós-1945 e o golpe militar de 1964. Tais eventos, em conjunto com o planejamento regional, levaram a continuidades de algumas características do sistema coronelista e a descontinuidades de outras. Isso provocou metamorfoses nesse sistema, conduzindo-o à sua progressiva diluição ao longo do processo histórico e político brasileiro.

Em termos de política regional, analisamos os governos de Jones dos Santos Neves, de Carlos Lindenberg e de Francisco Lacerda de Aguiar. Quanto à Ditadura Militar, focamos nossa análise, em particular nos governos de Christiano Dias Lopes Filho e de Arthur Gerhardt, investigando o contexto da efetiva centralização política no Espírito Santo, da territorialização

do capital e da modernização retardatária. Também nesse cenário, buscamos destacar o lugar do norte do Estado e da exploração madeireira local.

No quarto capítulo, evidenciamos os diversos “profissionais da madeira” (madeireiro, lenhador, serrador, balseiro, motorista, etc.), bem como analisamos algumas questões inerentes à mobilidade do trabalho e à economia madeireira. Notamos que os “profissionais da madeira” no norte do Espírito Santo caracterizavam-se, majoritariamente, pelo trabalho assalariado, mas também por trabalho em situação irregular. Tanto um quanto outro, aliás, estiveram marcados por arbitrariedades cometidas por muitas empresas madeireiras com vistas a descumprir direitos trabalhistas básicos assegurados em lei. No que versa à economia madeireira, em especial, estamos seguros de que sua importância econômica para o Estado, assim como para o norte do Espírito Santo e municípios, foi maior do que, de fato, a documentação encontrada nos permite avaliar.

Nas considerações finais, discutimos os rumos que a exploração madeireira e a territorialização do capital tomaram no norte do Espírito Santo, num contexto visivelmente marcado por variados momentos políticos e econômicos. Aventamos também possibilidades de avanços nesses estudos. Apresentamos, em especial, nossas considerações sobre a problemática e hipóteses que constituíram inicialmente o nosso objeto de pesquisa. Finalizamos nossas considerações finais, destacando a relação que há entre esse objeto e seu pesquisador.

1. NORTE DO ESPÍRITO SANTO: COLONIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO E FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Este capítulo tem como proposta analisar a colonização do norte do Espírito Santo sob a perspectiva da expansão de fronteiras agrícolas enquanto fenômenos complexos inerentes à dinâmica capitalista. Nesse caso, o estudo dos movimentos migratórios, da produção agrícola, da existência de terras devolutas, do alijamento de povos originários e comunidades tradicionais e da formação de um mercado de terras são fundamentais. Juntem-se as políticas de governo, muitas vezes contraditórias e conflitivas, constituindo-se, dentre outros, em elementos básicos da situação de fronteira. Centramos nossa análise a partir do século XIX, pois notamos a formação da maioria desses elementos no norte do Estado desde essa época. Além disso, tais elementos constituem-se em suporte indispensável a pesquisas sobre fenômenos nessa área em momentos posteriores, como a exploração de madeira.

Para tanto, dividimos o capítulo em dez seções. De início, analisamos o cenário geográfico-histórico do norte do Espírito Santo a partir de São Mateus, onde destacamos a ação de algumas personalidades, entre as quais o barão de Aimorés e alguns familiares, na colonização local. Entendemos, no entanto, que a conquista e a colonização do norte do Estado adquiriram solidez a partir das iniciativas de Antônio Pires da Silva Pontes, no início do século XIX. É dele a liberação oficial da navegação no rio Doce, bem como o início da militarização do vale desse rio, formando a base da efetiva territorialização do capital na área.

Além de historicizarmos a criação dos municípios do norte do Estado, apresentamos também as três regiões político-administrativas nas quais o Espírito Santo estava subdividido desde o alvorecer do século XIX: a região central, a região sul e a região norte. Abordamos essa última, em especial, como — “região econômica e política” — que representa uma forma particular de territorialização do capital cujo sentido é a produção de mercadorias. Sob essa perspectiva, situamos ainda o município de Aracruz como parte constitutiva do norte do Estado.

Finalizando a seção, abordamos a zona contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais devido, sobretudo, à sua singularidade como área de litígio e de fronteira agrícola.

Na segunda seção, analisamos a situação de fronteira com referência a Jackson Turner, cuja tese da fronteira conseguiu explicar o desenvolvimento dos Estados Unidos da América (EUA). Trata-se, porém, de uma tese centrada na figura do pioneiro, levando a uma separação entre a “civilização” e a “barbárie”. Percebemos que a concepção de Turner influenciou, ainda que de modo diferente, os estudos de Pierre Monbeig e Leo Waibel. Particularmente, esse último, assim como Turner, tem uma visão positivada do pioneiro, remetendo-lhe, inclusive, à ideia de modernização. Notamos que, para José de Souza Martins, ao contrário de Waibel, a figura central explicativa da realidade de fronteira não é o pioneiro, mas a vítima.

É a vítima, portanto, especialmente os indígenas na frente de expansão, que sofrem as mais diversas violências materializadas, inclusive, pelo Estado. Nesse contexto, destacamos a atuação da Diretoria de Índios do Rio Doce (DRD), a partir de 1824, a fim de pacificar os indígenas por meio dos aldeamentos, além do Regulamento das Missões, criado em 1845. Este estabelecido com nova proposta frente à ineficiência da Diretoria. Seja como for, na prática, os indígenas Botocudos foram encarados como entraves à civilização e massacrados no norte do Espírito Santo.

Não significa que não houve espaço para os relacionamentos interétnicos no norte do Espírito Santo; ao contrário, verificamos tais relacionamentos, particularmente com relação às zonas de contato. Finalizamos destacando a atividade do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em termos de liberação de áreas destinadas à colonização. Além disso, verificamos que a frente de expansão e a frente pioneira constituem a mesma unidade, isto é, a fronteira. Esta não é outra senão a fronteira agrícola, também chamada de fronteira agropecuária ou mesmo fronteira agrícola capitalista.

Na terceira seção, analisamos as fronteiras agrícolas, sul do Espírito Santo e vale do rio Doce, com base nos movimentos migratórios, crescimento demográfico e produção agrícola, dentre outros. Notamos que a fronteira agrícola sul do Espírito Santo, formada pelos vales dos rios Itapemirim e

Itabapoana, surgiu como *plantation* escravista e que esses dois vales tiveram desenvolvimentos distintos. O vale do rio Itapemirim foi o que primeiro alcançou o auge econômico, tornando-se o maior exportador de café e de madeira do Estado no período que se estende de meados do século XIX ao início do século XX.

Situação idêntica vivenciou também o vale do rio Itabapoana a partir desse último período, estendendo-se, em particular, com relação à produção cafeeira, até o final da década de 1940, quando a fronteira agrícola do vale do rio Doce, em processo de expansão, desde o final do século XIX, tomou-lhe a dianteira. Adotamos, particularmente, o principal município de cada uma dessas zonas de fronteira a fim de melhor analisar as especificidades de cada uma delas. Por isso, destacamos Cachoeiro de Itapemirim, no vale do rio Itapemirim; Alegre, no vale do rio Itabapoana; e Colatina, no vale do rio Doce.

Esse último município, a quem dispensamos maior tempo de estudo por conta de sua relevância para a compreensão e análise do nosso objeto de pesquisa, surgiu da Colônia Antônio Prado, criada no município de Linhares. Este município logo foi suplantado por Colatina em importância econômica e política. De 1920 a 1940, Colatina sofreu uma explosão demográfica formada por imigrantes estrangeiros e descendentes das antigas colônias do centro-sul do Estado, além de migrantes nacionais, principalmente fluminenses e mineiros. Por isso, investigamos também parte da história do sul do Espírito Santo, além de destacarmos, mesmo que superficialmente, alguns aspectos da região de Vitória. Acreditamos que não é possível compreender, em especial, a colonização do norte do Estado sem considerar sua intrínseca relação com o centro-sul capixaba.

Na quarta seção, analisamos particularmente a centralização de Colatina no vale do rio Doce devido à relevância que esse município adquiriu na área, tornando-se ainda um dos mais importantes do Estado. Sua ascensão se deu concomitantemente com a expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce desde o final do século XIX. Nesse processo, o município de

Colatina se transformou em polo cafeeiro e madeireiro. Colatina era um “grande tombador” de madeiras. Seu dinamismo socioeconômico o caracterizou ainda como típica cidade de zona de fronteira.

Colatina era o município capixaba com a maior população do Estado em meados da década de 1950 e polarizava os demais municípios do vale do rio Doce, servindo de referência também para municípios mineiros. Nessa época, Colatina funcionava como entroncamento rodoviário, possuía considerável rede hoteleira e bancária, etc., o que lhe conferia a ideia de “modernização”. Coube-lhe, segundo a elite política e econômica local, o título de “princesa do norte”. O que não significa dizer que o município não apresentasse problemas de infraestrutura e outros mais diretamente relacionados com sua condição de zona de fronteira, como a violência com relação à posse, ao uso e à propriedade da terra.

Na quinta seção, tratamos especificamente da “expansão interna” da fronteira agrícola do vale do rio Doce com relação, em particular, aos municípios de Linhares, São Mateus e Nova Venécia. Quanto ao primeiro, destacamos a propagação da fronteira, especialmente em relação aos atuais municípios de Sooretama e Rio Bananal, além da construção da Ponte Presidente Vargas sobre o rio Doce. Notamos que a relevância dessa ponte para o município de Linhares pode ser comparada com a importância da Ponte Florentino Avidos para Colatina.

Analisamos ainda parte do processo de integração rodoviária do qual Linhares, São Mateus e Nova Venécia fizeram parte. Verificamos que, de início, essa integração contribuiu para o declínio da economia mateense, ao contrário do que notamos em relação aos municípios de Linhares e Nova Venécia. Esse último, em particular, logrou emancipar-se de São Mateus e se transformou em polo econômico local. Finalizamos a seção abordando parte da dinâmica da produção de lenha em São Mateus, investigando também essa atividade em outros municípios capixabas.

Na sexta seção, apresentamos as fronteiras agrícolas como fenômenos históricos e transitórios, destacando que o fim de uma determinada fronteira já foi teorizado por estudiosos do tema. Apresentamos as “novas fronteiras agrícolas” do norte do Estado, a serem abordadas em seções específicas. Observamos que definir essas fronteiras, bem como suas respectivas zonas de expansão, são tarefas difíceis. Apresentamos um mapa com a área de abrangência de cada uma delas no momento mais representativo de suas expansões, incluímos também a fronteira agrícola sul do Espírito Santo.

Na sétima seção, analisamos o surgimento da fronteira agrícola de Aracruz por meio da migração interna de italianos e descendentes do município de Ibraçu a partir de 1910. Essa fronteira foi intensificada mediante a instalação da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), em Aracruz, no ano de 1944, ampliando o desmatamento da Mata Atlântica local, além de provocar as maiores alterações no modo de vida dos indígenas do município. Após a paralisação das atividades da Ferro e Aço, em Aracruz, a área de sua concessão coube à Aracruz Celulose, que transformou o município em polo da monocultura de eucalipto.

Na oitava seção, observamos que nosso entendimento, segundo o qual Conceição da Barra se constituiu em zona de fronteira agrícola no norte do Espírito Santo, não é totalmente novo em obras especializadas. Isso decorre do fato de que o extremo norte do Estado apresenta especificidades que lhe permitem ser classificado como área diferenciada no próprio norte do Espírito Santo. Tais obras, todavia, não são precisas quanto à classificação e expansão da fronteira de Conceição da Barra, tampouco apresentam análises mais aprofundadas sobre o tema.

Notamos ainda que essa zona de fronteira agrícola passou por acentuado crescimento demográfico, particularmente nos anos 1950, período em que o município de Conceição da Barra, mais diretamente, ainda era formado por Pinheiros, Montanha e Pedro Canário. Nessa época, Conceição da Barra apresentava uma das maiores coberturas de mata nativa do Estado.

Quadro, aliás, totalmente modificado já em meados da década de 1970, sobretudo por conta da exploração madeireira, uma das principais características da área.

Na nona seção, observamos que a fronteira agrícola da região contestada teve origem no deslocamento populacional provocado pelo esgotamento das jazidas auríferas na zona das Minas Gerais. Parte daquele contingente demográfico seguiu em direção ao leste, rumo à divisa de Minas com o Espírito Santo. Nesse contexto, houve a fundação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, além da abertura de rotas comerciais, cujo objetivo era atingir o município de São Mateus, no Espírito Santo. Isso permitiu que migrantes de Minas chegassem à zona contestada primeiro do que os capixabas.

Notamos ainda que a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais vivenciou um quadro de explosão demográfica entre 1940 e 1960, além de alcançar elevada produção cafeeira, especialmente em Mantena e Barra de São Francisco. Além disso, a zona contestada se tornou área de exploração madeireira, com destaque para os atuais municípios de Mucurici e Ponto Belo como áreas de abastecimento da madeireira Brasil-Holanda, sediada em Nanuque. Notamos que, após a explosão demográfica, seguiu-se um quadro de esvaziamento populacional num contexto de violência e medo, dentre outros fatores, que levaram ao fim da fronteira agrícola da região contestada.

Finalizamos o capítulo com a décima seção, em que apresentamos o vale da Suruaca como a “última fronteira agrícola do norte do Espírito Santo”. Esse vale ficou à margem da expansão das demais fronteiras agrícolas do norte do Estado devido à sua condição de zona alagada. O vale da Suruaca foi transformado em região do planejamento estatal com vistas a produzir um novo espaço mediante a abertura de canais de drenagem, de implementação de obras de infraestrutura, etc., para ser incorporado à esfera global capitalista. Na prática, as terras “liberadas” das águas serviram mesmo à pecuária bovina. As comunidades locais foram alijadas no processo.

1.1 O norte do Espírito Santo: primeiras iniciativas de colonização e cenário geo-histórico

Para o estudo da colonização do norte do Espírito Santo, importa destacarmos alguns fatos da história, bem como da evolução dos seus municípios mais antigos, quais sejam, São Mateus, Linhares, Aracruz, Conceição da Barra, Riacho e Colatina. Com efeito, é da evolução desses municípios (desmembramento, criação, supressão, recriação) que surgiram todos os que, atualmente, compõem o norte do Estado.

Quanto a São Mateus, embora não possamos comprovar oficialmente que surgiu de um povoado que teria existido desde meados dos anos 1540, como afirmam alguns memorialistas e a tradição oral (SANTOS, 2017; ALVES, 2021), estamos certos em admitir que se trata da vila mais antiga do norte do Estado. Sua elevação à condição de vila ocorreu em 26 de setembro de 1764, quando recebeu a denominação de Vila Nova de São Mateus (CANCELA, 2012). Sua promoção a município ocorreu em 1848. São Mateus notabilizou-se economicamente devido à produção de farinha de mandioca e ao seu porto, por onde circulavam mercadorias e escravizados (ALVES, 2021). Também porque se tornou fundamental à colonização do norte do Espírito Santo, por conta da atuação de algumas personalidades locais, destacando-se Antônio Rodrigues da Cunha.

Além de major da Guarda Nacional e membro da maior oligarquia rural atuante na vida política, econômica e cultural de São Mateus, o major Cunha, como era conhecido, deu início à fundação de fazendas no interior do município. Por volta de 1863, fundou a fazenda Cachoeira do Cravo, às margens do rio Cricaré (braço sul do rio São Mateus), para o plantio de café, de cana-de-açúcar e para a formação de pasto. Esgotadas as terras da Fazenda Cachoeira do Cravo, sete anos mais tarde, Antônio Rodrigues da Cunha fundou a Fazenda Serra de Baixo. A abertura dessa fazenda, há algumas léguas da primeira, deu origem ao povoado Serra dos Aimorés (RUSSO, 2013). Além de café, cana-de-açúcar e da criação de gado, as fazendas do major Cunha produziam farinha de mandioca, dentre outros produtos. Ele também se dedicou ao corte

de jacarandá e ao transporte marítimo de passageiros e de mercadorias com embarcações próprias.

A importância de Antônio Rodrigues da Cunha para a colonização do norte do Espírito Santo por meio de São Mateus vai além da fundação de fazendas no interior do município. A abertura de uma picada mata adentro ligando São Mateus à província de Minas Gerais, passando pelo Serro, Conceição e Diamantina até atingir o Peçanha, só conseguiu êxito graças à sua influência política e econômica. José Gomes Paim foi contratado para a abertura da picada que ficou conhecida como a “Picada do Paim”. A realização desse empreendimento obteve reconhecimento do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos governos de ambas as províncias (ESPÍRITO SANTO, 1872). Sua concretização adquiriu notoriedade, sendo publicada no Jornal do Comércio de Minas Gerais, nos seguintes termos:

Aqui chegou ontem de S. Mateus o Sr José Gomes Paim. O Sr Paim foi encarregado por um rico e prestimoso fazendeiro de S. Mateus de abrir uma picada daquele ponto até o *Pessanha* pondo assim em comunicação duas províncias Minas e Espírito Santo, [...]. O Sr Paim trouxe cartas de recomendação de várias pessoas importantes de S. Mateus, que convidam nos [*sic*] como vizinhos a entretermos com elas relações de comércio e amizade (ESPÍRITO SANTO, 1872. p. 91).

Não resta dúvida de que esse “rico e prestimoso” fazendeiro de São Mateus era, na realidade, Antônio Rodrigues da Cunha. Além dele, verificamos a participação e o empenho de outros fazendeiros na realização da “Picada do Paim”, mas não encontramos nenhuma menção aos seus nomes. Parece que o major Cunha foi, de fato, o maior benfeitor desse empreendimento. Há outras referências desse tipo em sua história. Em 14 de junho de 1878, o jornal *Actualidade* (ES) destacava a doação de um conto de réis que ele fez para ajudar aos “retirantes” cearenses, em São Mateus.¹⁰ Era a maior e única doação desse valor.

No ano de 1884, Antônio Rodrigues da Cunha foi nomeado para o posto de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional das Comarcas de São Mateus e Santa Cruz

¹⁰ Entre março e outubro de 1878, entraram no Espírito Santo 4.837 imigrantes provenientes da grande seca que assolou muitas províncias do Norte (atuais regiões Norte e Nordeste do país), principalmente o Ceará. Desse total, 1.399 chegaram a São Mateus (ESPÍRITO SANTO, 1878).

(GUARDA, 1884) e, nos últimos seis meses antes da Proclamação da República, recebeu o título de Barão de Aimorés (RUSSO, 2013). Além dele, outros familiares também se destacaram no desbravamento e colonização do norte do Espírito Santo. Seu irmão, o coronel Matheus Gomes da Cunha, fundou a Fazenda Boa Esperança, por volta de 1876 (o atual município de Boa Esperança iniciou com a formação dessa fazenda) e seu cunhado, o major José Gomes Sodré, fundou a Fazenda Terra Roxa, conhecida como Fazenda da Gruta, próximo ao rio Preto, na mesma área (MURARI *et al.*, 1992).

A criação dessas fazendas expandiu a colonização do norte do Espírito Santo mais para o interior, contribuindo também para a introdução de imigrantes italianos em São Mateus. Até o fim da década de 1880, o norte do Estado ainda não havia sido contemplado com a criação de núcleos coloniais por parte do Governo Imperial. Os primeiros imigrantes italianos, segundo Maria do Carmo de Oliveira Russo (2013), chegaram a São Mateus somente em 1888. Eram aproximadamente 50 famílias que ocuparam lotes demarcados no vale do Córrego Bamburral, formando a Colônia de Santa Leocádia, primeiro núcleo oficial criado no interior do norte do Espírito Santo.

A Colônia de Santa Leocádia distava cerca de 23 km da sede de São Mateus, estava localizada em zona coberta por matas, com solo pouco fértil, onde grassava a malária (impaludismo) e a febre amarela. Em fevereiro de 1889, tais condições levaram 169 imigrantes a abandonar a colônia a fim de trabalharem em fazendas dos Aimorés, entre elas a fazenda de Antônio Rodrigues da Cunha. No início de 1890, a crise econômica que elevou o custo de vida e diminuiu o auxílio financeiro do governo aos colonos conduziu a nova atitude de insatisfação. Dessa vez, um levante seguido de uma marcha até o município de São Mateus. A revolta não trouxe maiores consequências. As autoridades locais contiveram a entrada dos imigrantes na cidade sob a alegação de que havia um surto de febre-amarela. Além de Santa Leocádia, São

Mateus contou ainda com a Colônia de Nova Venécia, criada em 1892, como colônia particular (RIBEIRO, 1996; NARDOTO, 2016).

A existência da Colônia de Nova Venécia só se tornou realidade graças à influência política do Barão de Aimorés e de Constante Gomes Sodré (DERENZI, 1974). Localizava-se cerca de 60 km de São Mateus, próximo ao povoado Serra dos Aimorés, que se tornou distrito em 13 de agosto de 1896. Mais tarde, a Colônia de Nova Venécia passou a liderar economicamente esse distrito, tornando-se sede distrital (FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES, 1980). Em 1894, denominava-se Aimoreslândia. Nessa época, também era conhecida como “Barracão” devido a um estabelecimento comercial (casa, venda, roda d’água e abrigo para tropa) que Wantuil Rodrigues da Cunha, filho do Barão de Aimorés, construiu à beira do rio na área que se tornou centro comercial e industrial da colônia. Finalmente, recebeu a denominação de Nova Venécia em homenagem à cidade de Veneza, na Itália (MURARI *et al.*, 1992).

Apesar da diligência do Barão de Aimorés e de membros de sua família na abertura de picadas e fazendas no interior de São Mateus e da introdução de imigrantes italianos e retirantes cearenses nesse município, a “colonização do Norte do Estado, tendo São Mateus como centro irradiador”, na segunda metade do século XIX, “não fluiu para além de Nova Venécia e Boa Esperança”. Isso porque, nessa época, ainda “havia uma imensa e temida floresta a ser vencida, também faltavam braços para a lavoura, além da constante ameaça” dos indígenas Botocudos, os Pojichás, que habitavam o vale do rio São Mateus (SILVA, 2019a, p. 52).

Ao abordarmos parte da história do município de São Mateus no século XIX, estamos incluindo do mesmo modo a vila da Barra de São Mateus, atual Conceição da Barra, que pertenceu a São Mateus até 19 de setembro de 1891, quando se tornou município com sede própria (LIMA, 1995). Cabe salientar que o porto de Conceição da Barra desempenhou papel importante na economia do norte do Estado, formando uma espécie de complexo portuário

juntamente com o porto fluvial de São Mateus. Além disso, o povoado de Itaúnas, visitado pelo príncipe Maximiliano de Weid Newiede, ao redor de 1816, quando ainda era uma fazenda de gado bovino (RUSSO, 2013), tornou-se moradia de Olindo Gomes dos Santos Paiva, Barão de Timbuí, político e grande proprietário de terras em Conceição da Barra (NARDOTO; OLIVEIRA, 1999).

Mesmo tendo São Mateus como a vila mais antiga do norte do Espírito Santo, devemos sublinhar que, ainda no final do século XVIII, essa zona era praticamente desconhecida das autoridades e dos colonizadores portugueses. É bem verdade que alguns bandeirantes haviam descido os rios São Mateus e Doce à procura de riquezas, gerando conhecimento, em particular, sobre a navegabilidade e o curso dos rios e sobre a presença indígena. Isto, entretanto, não retirou o norte do Estado do isolamento (obviamente, sob a ótica do colonizador) a que foi relegado nos três primeiros séculos de colonização portuguesa. Autoridades no Espírito Santo, inclusive, consideravam o norte da capitania como parte da Bahia.

Inácio João Monjardim, capitão-mor do Espírito Santo (1782–1798), em documento escrito ao governador da Bahia, em julho de 1790, afirmava que, àquela data, havia no Espírito Santo apenas cinco vilas: a vila de Vitória, a do Espírito Santo (Vila Velha), Nova Almeida, Guarapari e Benevente. Inácio João Monjardim considerava o rio Doce como limite norte da Capitania do Espírito Santo. Nesse caso, toda a zona localizada entre o rio Doce e o rio Mucuri, onde obviamente já se localizava São Mateus e historicamente pertencia ao Espírito Santo, ficava excluída do território capixaba (SANTOS, 2002). A postura do capitão-mor, contudo, não estava desprovida de razão nem representava pouca diligência.

A criação da vila de São Mateus, em 1764, por Tomé Couceiro de Abreu, ouvidor da Comarca de Porto Seguro, tinha um significado estratégico para a administração da Coroa Portuguesa no Brasil. O objetivo era inibir possíveis desvios e contrabandos de ouro e pedras preciosas provenientes de Minas Gerais (CANCELA, 2012) e permitir a conquista de territórios

ocupados por grupos indígenas, assegurando o domínio português sobre áreas remotas da Capitania Real da Bahia. Essa capitania incorporou as antigas Capitanias de Ilhéus, em 1754, e Porto Seguro, em 1761, dando origem às Comarcas de Ilhéus e de Porto Seguro, em 1763. Nesse contexto, o norte do Espírito Santo foi considerado parte constitutiva da Capitania da Bahia, cujo limite se estendeu até o rio Doce (ALVES, 2021). A partir de então, a vila de São Mateus esteve sob a tutela administrativa do governo da Bahia até o ano de 1823, quando retornou ao controle do Espírito Santo (BONOMO, 2010; GOULARTE, 2015).

Com efeito, a conquista e colonização do norte do Estado encontram significados mais consistentes a partir do alvorecer do século XIX, inicialmente com Antônio Pires da Silva Pontes (1800–1804). A liberação oficial da navegação através do rio Doce e o início da militarização do vale desse rio no Espírito Santo são obras suas. Estilague Ferreira dos Santos (2005, p. 49) observa que, por meio de Silva Pontes, “a administração centralizada em Vitória”, pela primeira vez, formulou um projeto tangível de desenvolvimento regional, que embora estivesse centrado em Vitória, visava igualmente o crescimento de todo o Espírito Santo.

No ano de 1800, Silva Pontes criou os quartéis de Lorena, de Regência Augusta, do Porto de Souza e o de Coutins no vale do rio Doce (OLIVEIRA, 2008). Criou também o Corpo de Pedestres, uma companhia formada com 300 praças para atuar nesses quartéis (RUBIM, 1861) a fim de obter proteção contra os ataques dos indígenas Botocudos e garantir o comércio com Minas Gerais via rio Doce. Aliás, esse comércio e ligação do Espírito Santo com Minas Gerais, nos termos almejados por Silva Pontes, revelou-se ineficaz. A militarização do vale do rio Doce, no entanto, tornou-se realidade, constituindo-se em base da colonização do norte do Estado e de efetiva territorialização do capital nessa área.

A origem do município de Linhares, por exemplo, remete-se ao quartel de Coutins. Esse quartel sofreu um ataque dos Botocudos, sendo destruído menos de uma década depois de sua fundação. Em suas ruínas, construiu-se uma povoação à qual Manoel Vieira de Albuquerque

Tovar deu o nome de Linhares em homenagem ao Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Souza Coutinho (OLIVEIRA, 2008). Em 1833, Linhares ascendeu à condição de município, libertando-se de Nova Almeida, de quem fazia parte como distrito (BALESTRERO, 1976). Nessa época, Linhares produzia farinha de mandioca e açúcar, entre outros produtos. A criação de gado bovino já aparecia como atividade econômica significativa. Em 1895, Linhares se constituía em sede de comarca (FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES, 1980), mas, a partir de 1906, começou a perder posição para Colatina, que se tornou um dos municípios mais importantes do norte do Espírito Santo e ponto central de desenvolvimento da fronteira agrícola do vale do rio Doce.

Riacho, embora originalmente fizesse parte de Santa Cruz, é um município que, tal qual Linhares, também surgiu de um quartel construído em 1800. A construção desse quartel na confluência dos rios Riacho e Comboios visava repelir os ataques dos Botocudos aos viajantes, aos indígenas incorporados ou semi-incorporados, bem como à sociedade luso-brasileira que usava o local como ponto de passagem e de transporte de mercadorias (CRUZ, 1997). No início do século XIX, o povoado de Riacho chamava-se Campos do Riacho (SAINT-HILAIRE, 1974), sendo transformado na freguesia de São Benedito do Riacho, em 9 de dezembro de 1864.

Consta que, nos meses de junho e julho de 1887, a freguesia de São Benedito do Riacho exportou para Vitória 1.439 sacas de farinha; madeira dividida em “taboado”, “ripas” e “paus de prumo”, além de quantidades menores de café, milho, feijão e aguardente (A Província do Espírito-Santo, 11 ago. 1887, p. 4, *apud* MARTINI, 2023, p. 298). Riacho surgiu oficialmente como município em 25 de janeiro de 1891, quando se emancipou de Santa Cruz, cuja origem remonta ao ano de 1556. Consta também que, nesse ano, o padre jesuíta Braz Lourenço iniciou um aldeamento na foz do rio Piraquê-Açu, dando-lhe o nome de Aldeia Nova. No ano seguinte, os jesuítas criaram outra aldeia, dessa vez em Nova Almeida (atual distrito do município de Serra), chamando-a também de Aldeia Nova. Tudo leva a crer que a aldeia criada na foz do

Piraquê-Açu entrou em processo de estagnação, ficando conhecida como Aldeia Velha (CRUZ, 1997).

Em 16 de dezembro de 1837, Aldeia Velha foi elevada à freguesia, pertencendo ainda ao município de Nova Almeida. Mais tarde, em 3 de abril de 1848, alcançou a categoria de município com a denominação de Santa Cruz (COUTINHO, 2006, v. 1; MELO JÚNIOR, 2014). A exploração de madeira, nessa época, nos municípios de Linhares e Nova Almeida e também em Santa Cruz, era bastante significativa (SAINT-HILAIRE, 1974), sendo uma atividade realizada, na maioria, por indígenas que preferiam se dedicar ao corte de madeira do que ao trabalho na lavoura. Pelo menos é o que se depreende do relatório do presidente da província, Francisco Ferreira Correa, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1871.

Segundo esse presidente,

Para mais embarçar e reduzir a pequena lavoura da *provincia*, *introduzio se* em grande escala o corte de madeiras, especialmente do jacarandá, e *nelle* se veem, sem utilidade real para si, empregados muitos *individuos* que poderiam auferir maiores lucros, se se dessem aos trabalhos da lavoura.

Esta, de sua parte não pode competir com os possuidores de *córtes* que pagão *salarios ficticios*, a que não se quer *comprometter* o lavrador consciencioso, de modo que *affluem* os braços para os *córtes* de madeiras e *escasseão* para a lavoura. Vivendo de um *salario* pago em mercadorias sem valor, muitas vezes sem *domicilio* ou casa de *residencia*, essas infelizes *victimias* da má fé, embora *tenham* família, vivem *agregadas* a outros indivíduos, especialmente os *indios*, ou *delles* oriundos os quais não sabem, nem podem viver de outro modo, senão sob a tutela do amo ou patrão (ESPÍRITO SANTO, 1872, p. 117).

Salienta-se a preocupação do Governo Provincial com as condições da agricultura no Espírito Santo no início da década de 1870, num contexto marcado pela evidente ausência de superpopulação relativa. Francisco Ferreira Correa assegurava que a agricultura proporcionaria maior rentabilidade do que a extração de madeira, tanto para a Província quanto para o próprio lavrador. Para ele, o corte de madeiras de lei, notadamente de jacarandá, beneficiava apenas o patrão ou “empreendedor” individual. Nesse caso, o Governo Provincial, motivo maior de suas queixas, ficava triplamente prejudicado: não conseguia ampliar a oferta de força de trabalho nem lograva desenvolver a lavoura, base da economia capixaba àquela altura. Além disso, ainda

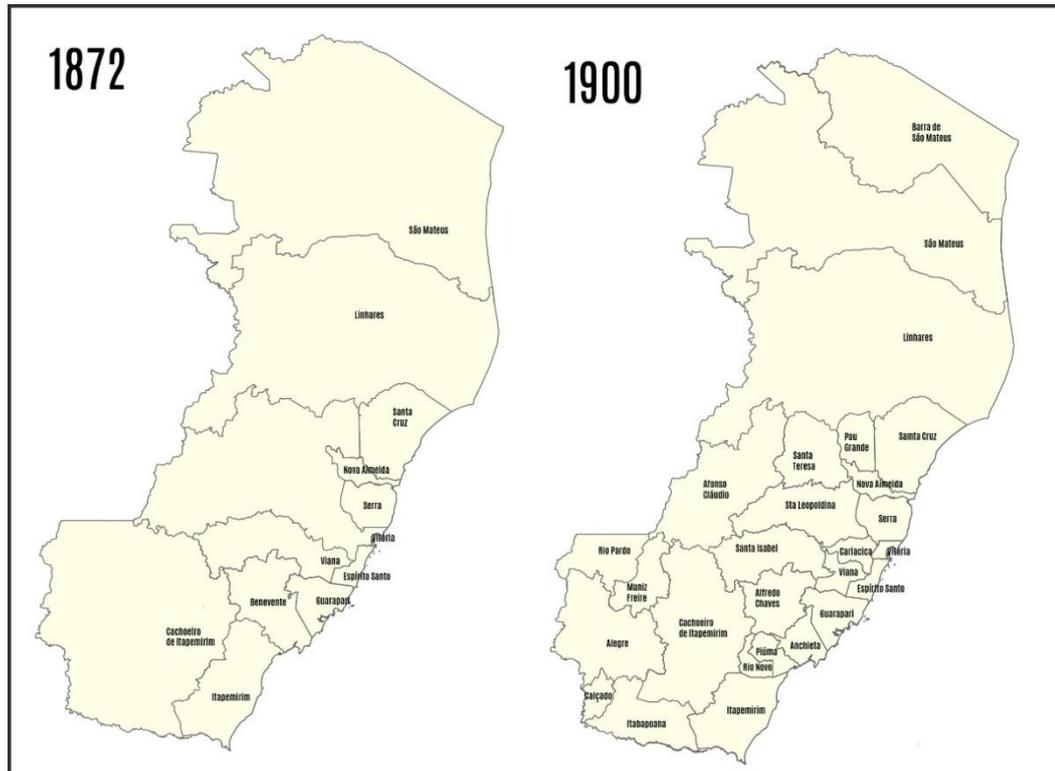
via aumentar a extração clandestina de madeira de lei sem que pudesse se beneficiar economicamente.

O pintor francês Auguste François Biard, quando visitou o Espírito Santo, no final da década de 1850, observou que Santa Cruz exportava madeira de lei, principalmente jacarandá, para Vitória, de onde era embarcada para o Rio de Janeiro e Europa (COUTINHO, 2006, v. 1). Vale observar que Pietro Tabachi, quando da instalação da Colônia Nova Trento, no município de Santa Cruz, no ano de 1874, pediu autorização ao Governo Imperial para extrair 3.500 árvores de jacarandá das matas do município como forma de pagamento pela criação da colônia (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996).

A criação da Colônia Nova Trento, nos moldes propostos por Tabachi, não se configurou em um empreendimento de pequena monta. Do mesmo modo, a quantidade de jacarandá solicitada por ele não era nada de reduzido valor de mercado. O jacarandá alcançava elevado preço comercial. Ademais, deve-se considerar a quantidade de árvores solicitadas, que também não era pequena. O jacarandá, com efeito, desde essa época se constituiu numa das madeiras mais valorizadas e exploradas nos municípios do norte do Estado.

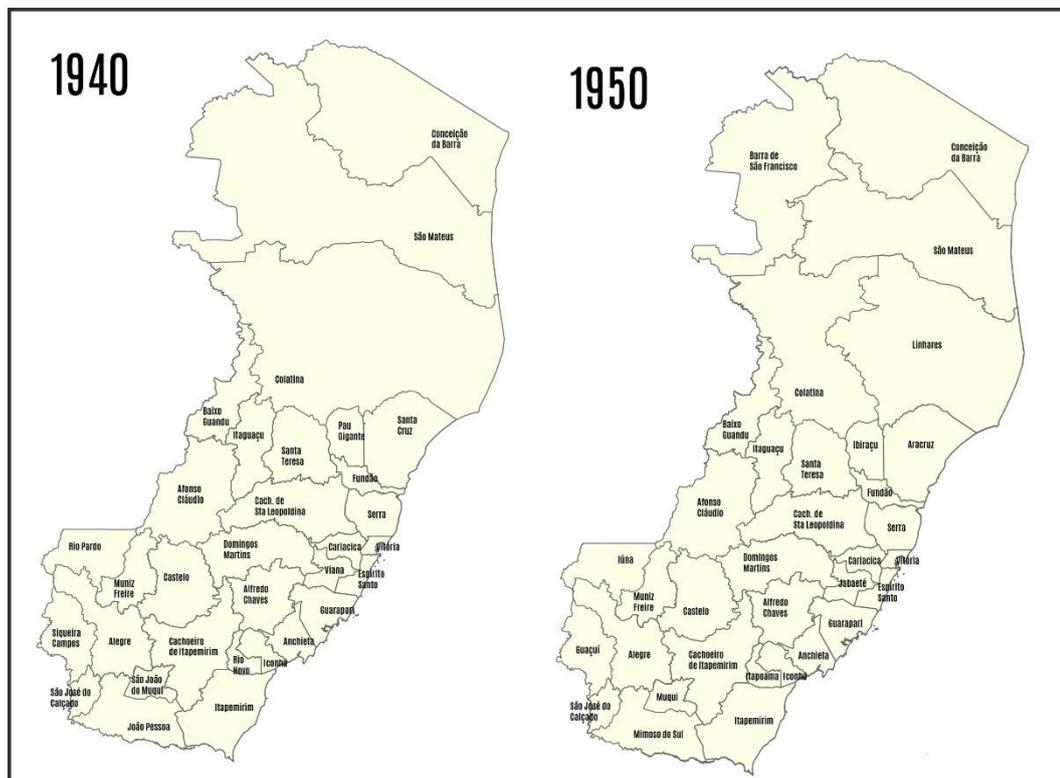
Os mapas 2 e 3 foram elaborados com vistas a demonstrar, especialmente, a evolução dos municípios dessa área, conforme alusão feita no início da seção. Adotamos os anos de 1872, 1900, 1940 e 1950 porque são as datas mais representativas nesse sentido. Os mapas que as representam mostram mais nitidamente a lenta ocupação do norte do Espírito Santo.

Mapa 2 – Espírito Santo: formação dos municípios capixabas (1872 e 1900) com base na atual composição territorial do Estado



Fonte: (IBGE, 1872; 1900). Elaboração própria.

Mapa 3 – Espírito Santo: formação dos municípios capixabas (1940 e 1950) com base na atual composição territorial do Estado



Fonte: (IBGE, 1940; 1950). Elaboração própria.

Em geral, percebemos que, até 1950, o norte do Espírito Santo sofreu poucas mudanças geográfico-administrativas, transformando-se na zona menos recortada do território capixaba, apresentando, por isso, os municípios mais extensos do Estado. No mapa de 1900, comparado com o de 1872, notamos apenas o surgimento de Conceição da Barra e de Riacho. O mapa de 1940 indica a supressão desse último município e também o de Linhares. Riacho deixou de existir como ente municipal, em 1931, apenas quarenta anos após ter sido criado, sendo reintegrado a Santa Cruz; e Linhares, superado em importância política e econômica por Colatina, foi rebaixado à condição de distrito, em 1921. Além disso, notamos o surgimento de Baixo Guandu, desmembrado de Colatina, em 1935.

O mapa de 1950 permite observarmos, em especial, que até esse momento não havia sido criado nenhum município na área de Conceição da Barra. Desmembrado de São Mateus, no entanto, temos o advento de Barra de São Francisco, em 1943. Constatamos ainda o reaparecimento de Linhares como ente municipal. Dessa vez, é claro, com uma área menor em virtude da consolidação política e econômica de Colatina. O surgimento e a supressão desses municípios no norte do Espírito Santo obedeceram a interesses políticos e econômicos regionais e a questões estratégicas que diziam respeito à garantia e preservação do espaço territorial do Estado. A transformação de Colatina em município atendeu às oligarquias locais. Barra de São Francisco é o primeiro município capixaba criado na zona contestada entre Minas e Espírito Santo, e o município de Riacho foi considerado inviável economicamente.

O Espírito Santo, como destacamos anteriormente, desde o alvorecer do século XIX, estava dividido em apenas três regiões político-administrativas: a região central, ou de Vitória, ou da capital; a região sul e a região norte. Por volta de 1850, cada uma dessas regiões era formada por algumas vilas e por não muitos municípios cujas funções administrativas, pelo menos teoricamente, estendiam-se por vastas áreas cobertas, majoritariamente, pela Mata Atlântica e que atualmente se subdividem em setenta e oito municipalidades. A região central,

por exemplo, era formada por Vitória, Espírito Santo (atual Vila Velha), Viana, Nova Almeida, Serra (sede, Carapina e Queimados); a região sul era formada por Guarapari, Benevente (antiga Missão de Reritiba e atual município de Anchieta), Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim; e a região norte era composta por Linhares, São Mateus, Vila da Barra de São Mateus, além de Santa Cruz e Riacho.

Embora adotada em documentos oficiais, essa divisão em regiões não era muito precisa em termos de limites naturais e municipais. Algumas vezes, o próprio Governo Capixaba deixava entender que considerava como norte do Estado toda a região localizada acima do rio Doce, tendo esse rio como a grande barreira entre o centro-sul e o norte do Espírito Santo. Em outras ocasiões, essa última região podia abranger toda a faixa de terras próximas à margem sul do rio Doce. O que permitia a inclusão de novas áreas, além daqueles antigos municípios cujo pertencimento ao norte do Estado não levantava dúvidas, como São Mateus, Conceição da Barra, Linhares e Colatina, juntamente com todos os municípios que deles surgiram a partir da década de 1930.¹¹

Para Ivan Borgo, Léa Alvarenga Rosa e Renato Pacheco (1996), não há dúvida de que o município de Aracruz, além de Fundão, Ibirapu e João Neiva, faz parte do norte do Espírito Santo. Segundo eles, o IBGE, entretanto, estende o norte do Estado ainda mais para o centro-sul até os municípios de Afonso Cláudio, Itarana, Laranja da Terra, Itaguaçu e Santa Teresa.¹² A justificativa para tanto repousa na adoção de um critério cultural. De acordo com essa instituição governamental, os contingentes populacionais que colonizaram esses municípios

¹¹ Originariamente, da área que pertencia a São Mateus, surgiram os municípios de Barra de São Francisco, em 1943; Nova Venécia, em 1953; Mantenópolis, em 1954; Ecoporanga, em 1955; Boa Esperança, em 1964; Jaguaré, em 1983; Água Doce do Norte, em 1989, e Vila Pavão, em 1994. De Conceição da Barra, da mesma forma, surgiram Mucurici, em 1954, de quem Ponto Belo se emancipou, em 1994; Pinheiros, em 1963; Montanha, em 1964; Pedro Canário, em 1983. De Colatina surgiram os municípios de Baixo Guandu, em 1935; Pancas, em 1953; São Gabriel da Palha, em 1963; Marilândia, em 1983; Águia Branca, em 1989; São Domingos do Norte, em 1990; Governador Lindenberg, em 1997. De Linhares surgiram os municípios de Rio Bananal, em 1983; Sooretama, em 1994, e Vila Valério, em 1997. Na verdade, esse último foi formado com partes da zona que pertencia a Linhares e a Colatina (MORAES, 1954; BORG0; ROSA; PACHECO, 1996).

¹² Nesse caso, temos que incluir também o município de São Roque de Canaã, já que se emancipou de Santa Teresa, em 1995, e não está incluído na análise do IBGE.

possuem características históricas comuns aos colonizadores do norte do Estado. Ademais, também utilizaram os rios Doce e Piraquê-Açu como vias de acesso.

Seguindo a concepção de um território espírito-santense *tripartite*, Cícero Moraes (2004), considerando aspectos históricos e geográficos tais como relevo, distribuição dos cursos de água, ocupação e colonização do território, afirma que o Espírito Santo está dividido em três regiões naturais definidas pelo nome do acidente geográfico que mais bem as caracteriza. Assim, temos a região do Itapemirim¹³ no sul, a região do porto de Vitória no centro e a região do rio São Mateus no norte do Estado. Essa última é formada pelos atuais municípios de Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Mantenópolis, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pinheiros e São Mateus. Já a região do porto de Vitória, segundo ele, é composta por Guarapari, Vitória, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Cariacica, Serra, Ibirapu, Viana, Vila Velha, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu, Colatina,¹⁴ Pancas, São Gabriel da Palha, Linhares, Fundão e Aracruz.

Percebemos que a região central do Espírito Santo, sob a perspectiva de Cícero Moraes, apresenta grande expansão territorial com a introdução dos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha e Linhares, os quais são reconhecidos tradicionalmente como pertencentes ao norte do Estado. Por conseguinte, essa região sofre um achatamento de sua extensão territorial. Constatamos ainda que o IBGE divide o território capixaba em oito microrregiões homogêneas. Notamos, em especial, que as três primeiras microrregiões são formadas por todos os municípios capixabas localizados ao norte do rio Doce, contando também com Fundão e Aracruz. Logo, poderíamos incluir esses dois municípios no norte do Estado,

¹³ Área formada por Alegre, Alfredo Chaves, Anchieta, Apiacá, Atílio Vicvaqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Iconha, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e São José do Calçado (MORAES, 2004).

¹⁴ Acrescentamos Colatina à região do porto de Vitória conforme divisão regional proposta por Cícero Moraes (2004), porque o autor afirma que essa região é formada por 20 municípios. Contudo, só apresenta um total de 19. Acreditamos que a ausência do município de Colatina se deu por uma inexpressiva distração.

embora não sejam banhados pelo rio Doce e não estejam localizados acima desse rio, condições que, habitualmente, garantem o pertencimento ao norte do Espírito Santo.

Assim, é possível notar que não há unanimidade quanto aos parâmetros de delimitação espacial do território capixaba. Além disso, fica evidente que esses parâmetros, dotados de subjetividade, conseguem ampliar ou reduzir a área de estudo, agregando, limitando, refutando ou mesmo confirmando, novas linhas de pesquisa e novas abordagens teórico-metodológicas que, por certo, produzirão novas interpretações sobre os fenômenos geográficos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Segundo Cássio Boechat e Carlos Toledo (2012), a área de estudo é uma síntese formada pelos aspectos e elementos empiricamente significantes e pela própria subjetividade do pesquisador. Entendendo a área, nesse caso, como produtora de mercadorias e constitutiva de um processo mais amplo, encaminhando-a à caracterização como região, formada juntamente com outras áreas.

Sendo os elementos empiricamente significantes, identificados consoante a ótica do pesquisador (BOECHAT; TOLEDO, 2012), entendemos ser possível haver uma multiplicidade de recortes espaço-temporais para a pesquisa de determinada região. O que torna ainda mais relevante a adoção de parâmetros explícitos e bem definidos para melhor delinear o espaço territorial de nosso objeto de pesquisa. Com relação a Aracruz, aliás, os estudos acadêmicos mostram não haver consenso quanto à inclusão ou não desse município no norte do Espírito Santo.

Em trabalhos — como os de Maria Helena Palmer Lima (2000), Márcia Cristina Bergamim (2004), Klítia Loureiro (2006) e Tatiana Gonçalves de Oliveira (2020) — fica evidente que Aracruz faz parte do norte do Estado. Outros estudos, como os de Bertha Becker (1969; 1973), José Antônio Buffon (1992), Vilma Almada (1993) e Fernando Achiamé (2010), o excluem totalmente dessa área. Em geral, essas obras não apresentam critérios de divisão regional definidos nem um conceito de região sob o qual se norteiam. Tanto a inclusão quanto

a exclusão de Aracruz no norte do Espírito Santo, enquanto espaço geográfico, aparecem naturalizadas, por isso, não suscitam questionamentos.

Com efeito, a diversidade quanto à “noção de região” conduz sua utilização no senso comum como região natural ou como unidade administrativa, por exemplo (GOMES, 2007). Mediante uma abordagem mais funcionalista do que propriamente geográfica ou de gestão e controle territorial, Maria Yedda L. Linhares (2001) afirma que a região é, sobretudo, uma invenção do historiador que se propõe a estudá-la. É um recorte espacial e histórico que pode coincidir com uma configuração geográfica preexistente, embora não necessariamente. A definição da região, para ela, constitui a primeira preocupação do historiador, que deve analisá-la a partir de problemáticas precisas. Sua delimitação no tempo e no espaço se dá em função das fontes e das possibilidades de tais fontes serem examinadas conforme a tradição histórica.

Francisco de Oliveira (1985), por outro lado, admite que uma região pode ser pensada, na prática, sob qualquer ângulo de diferenciação política, econômica, geográfica, cultural e antropológica, além de histórica. Seu conceito de região, no entanto, fundamenta-se, particularmente, na especificidade da reprodução do capital. Assim, para ele,

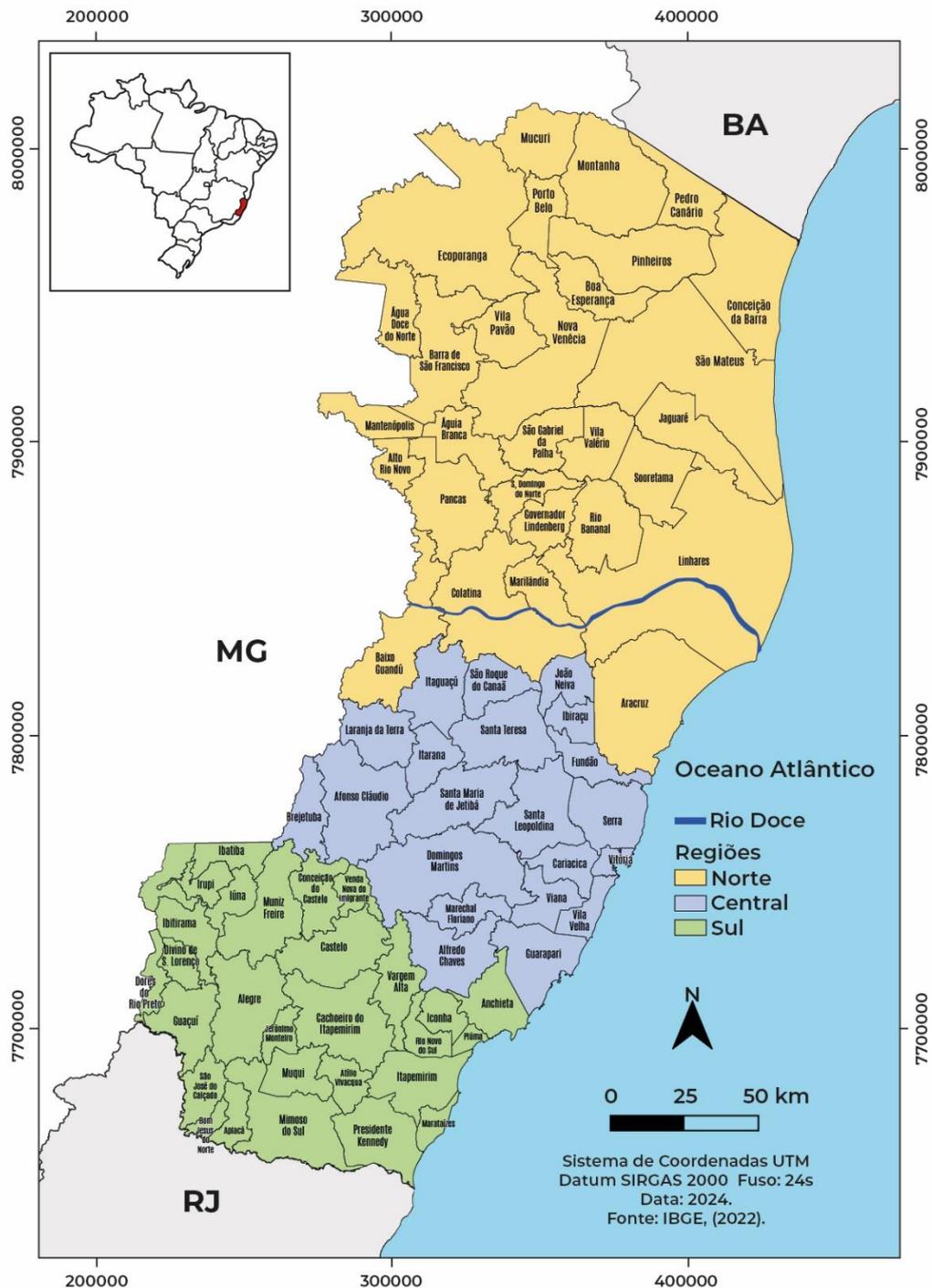
Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA, 1985, p. 29).

Mais do que isso, a região econômica e política possui especificidades que se formam historicamente e que compõem o espaço da mobilidade do trabalho no Brasil e uma forma particular de territorialização do capital, cujo sentido é a produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1985). É, portanto, sob essa ótica que entendemos o norte do Espírito Santo, ou seja, como uma região econômica e política onde ocorreu uma forma peculiar de territorialização do capital, transformando-a numa região “produtora” de madeira e de seus derivados, de café, de cacau e de outros produtos para o mercado.

É nesse contexto que consideramos o município de Aracruz como parte integrante do norte do Espírito Santo. Desde meados do século XIX, registra-se íntima relação econômica e política desse município com os demais que compõem a região. Em particular, com Linhares, durante quase todo o século XIX, e com São Mateus e Conceição da Barra, mais intensamente, a partir da década de 1960, com a implantação da monocultura de eucalipto. Além disso, a história da exploração madeireira em Aracruz obedece aos mesmos princípios econômicos, políticos e sociais que regulavam essa atividade no restante do norte do Estado.

Aracruz, tanto quanto os outros municípios do norte do Espírito Santo, serviu de base para inúmeras empresas madeireiras, algumas das quais se mantiveram em atividade até a década de 1980. Por isso, não nos resta dúvida de que o município de Aracruz faz parte da região norte do Estado, considerando-a, obviamente, como região econômica e política. O mapa 4 apresenta a divisão regional do Espírito Santo com a qual desenvolvemos nossa pesquisa. Trata-se de uma configuração regional que obedece à atual divisão político-administrativa do Estado, bem como às suas atuais divisas com o Rio de Janeiro, com a Bahia e com Minas Gerais.

Mapa 4 – Espírito Santo: divisão regional



Fonte: Elaboração própria.

Para completar o cenário geo-histórico do norte do Estado, importa evidenciar ainda a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, sobretudo por conta de suas implicações econômicas, políticas e sociais que a tornaram uma área singular nos territórios mineiro e capixaba. Trata-se de uma zona litigiosa, localizada no noroeste do Estado, na divisa

com Minas Gerais. A história dessa região remonta, mais visivelmente, ao Auto Demarcatório de 1800. Trata-se de um acordo de limite territorial assinado, em 8 de outubro de 1800, entre Antônio Pires da Silva Pontes e o governador da Capitania Mineira, Bernardo José de Lorena (1797–1803). O Auto de 1800 era uma das peças fundamentais do projeto de Silva Pontes com vistas a proporcionar o desenvolvimento do Espírito Santo. Mediante esse acordo, delimitava-se a divisa do norte do Estado com Minas Gerais, o que permitiria, por exemplo, organizar a futura cobrança de impostos em cada Capitania.

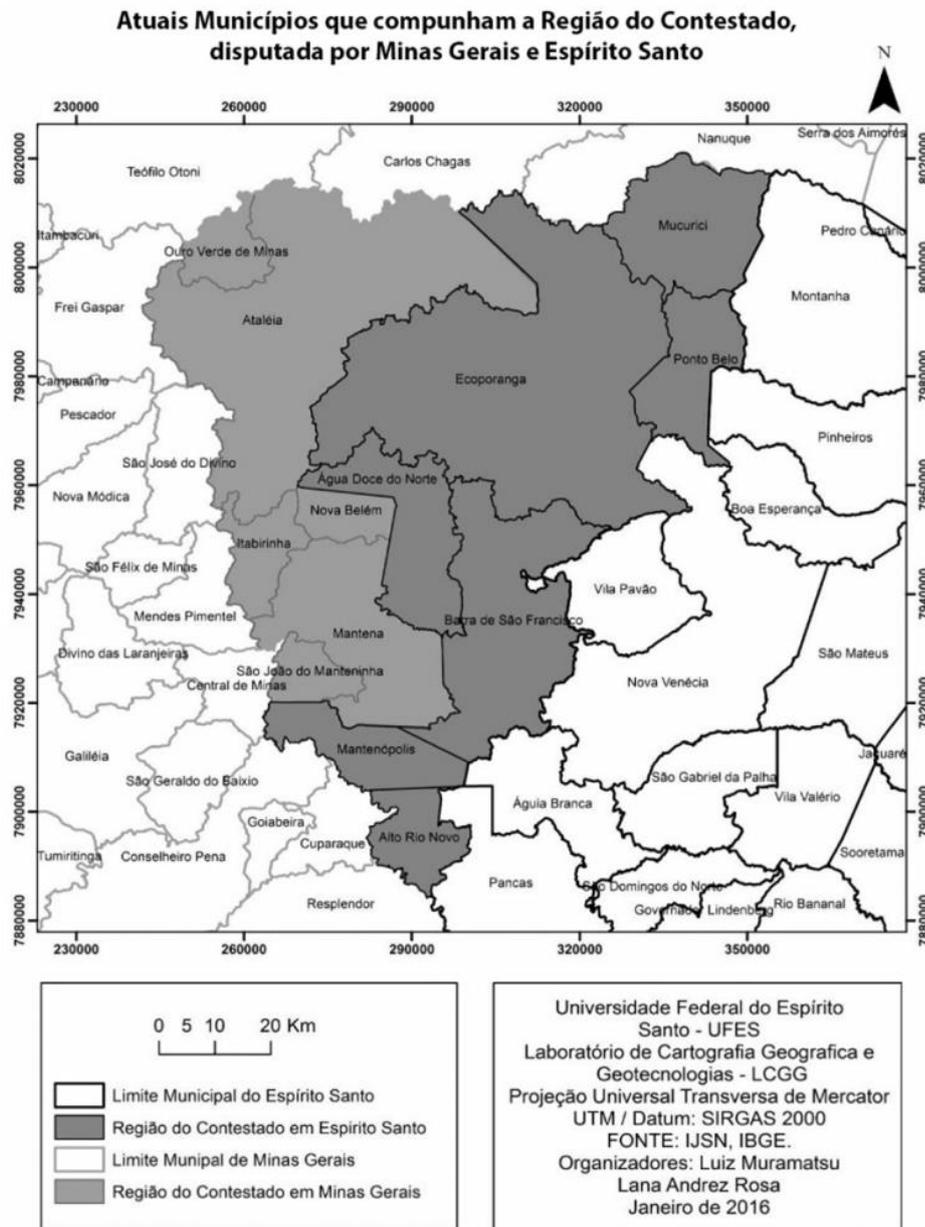
Em Vitória, Antônio Pires da Silva Pontes foi acusado de ceder grande extensão de terras do Espírito Santo à Capitania de Minas Gerais. O fato de ser mineiro, natural de Mariana, forneceu maior argumentação aos seus acusadores. Mesmo tendo sido aprovado por Carta Régia em 1816, o Auto de 1800 também recebeu críticas por parte dos mineiros, que igualmente se sentiram prejudicados. Além disso, esse documento mencionava a Serra dos Aimorés ou Serra de Souza como marco divisório para as terras localizadas ao norte do rio Doce entre as duas capitanias de modo muito vago e superficial (SANTOS, 2002). Isso levou a uma série de divergências entre os governos de Minas e Espírito Santo e ao subsequente surgimento de uma vasta extensão territorial sob litígio.

Em 1894, o governo mineiro propôs a delimitação entre o rio Guandu, no Espírito Santo, e o rio Manhuaçu, em Minas Gerais. Quatro anos mais tarde, o mesmo governo propunha demarcar definitivamente as divisas entre ambos os Estados. Em 1911, Jerônimo Monteiro e Júlio Bueno Brandão, respectivos presidentes do Espírito Santo e Minas Gerais, assinaram um acordo provisório, definindo os limites de atuação de cada governo na divisa (LOIOLA, 2008). Apenas um ano depois, um incidente fiscal os levou à Justiça por conta das áreas de Lajinha e São Manoel do Mutum, de onde também surgiram os municípios de São Sebastião do Ocidente e Bom Jardim; Chalé e Conceição do Ipanema. Um laudo do Serviço de Geografia do Exército Brasileiro (EB) embasou a decisão judicial a favor do Estado de Minas Gerais.

Essa decisão dizia respeito, contudo, à questão de divisa entre os governos mineiro e capixaba, ao sul do Estado, em áreas que envolviam o município capixaba de Rio Pardo (atuais Iúna, Ibatiba e Irupi). A disputa territorial entre ambos os Estados no noroeste do Espírito Santo, no entanto, só alcançou solução definitiva em 15 de setembro de 1963, com a assinatura do Acordo do Bananal, na cidade mineira de Mantena, entre Francisco Lacerda de Aguiar e José Magalhães Pinto, governadores do Espírito Santo e Minas Gerais.

A região contestada era formada pelo território dos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Ponto Belo e Mucurici, todos do lado capixaba, e Mantena, Itabirinha de Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataleia, em terras mineiras. Essa porção do território brasileiro, incrustada na Serra dos Aimorés, abrange uma área total de 10.137 km² (PONTES, 2007). Defini-la com exatidão não é tarefa fácil. É possível que partes de outros municípios também a integrem. O mapa 5, no entanto, apresenta a configuração geográfica que acreditamos representar mais fidedignamente a área. Os municípios capixabas estão em cinza-escuro, e os mineiros em cinza-claro.

Mapa 5 – Municípios atuais da região contestada entre Minas e Espírito Santo



Fonte: (MURAMATSU, 2015, p. 105).¹⁵

A zona contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais transformou-se numa das áreas de fronteira agrícola mais significativas para ambos os Estados. Além das questões de divisa e daquelas de ordem econômica, como a arrecadação de impostos e a extração de recursos naturais, o litígio quase levou as polícias militares mineira e capixaba ao conflito armado no

¹⁵ Convém observar que a obra na qual o mapa referenciado se encontra é do ano de 2015 e o mapa, em si, tem data de “janeiro de 2016”, portanto, posterior à própria obra. Possivelmente, trata-se de uma insignificante inobservância no momento da organização do mapa que não compromete em nada o seu conteúdo, tampouco a relevância da pesquisa que o contém.

local. O IBGE dispensou tratamento especial à área até o Acordo do Bananal, dando-lhe a denominação de “Serra dos Aimorés”, com análise estatística à parte dos dados de Minas Gerais e Espírito Santo. Conforme o Censo de 1950, aquela zona litigiosa contava com a extração de pedras semipreciosas que eram exportadas através do município de Teófilo Otoni, além da exploração de madeira que se constituía numa de suas principais atividades econômicas, superada apenas pela produção de café.

1.2 Complementaridade e contradição: fronteira e relacionamentos interétnicos

Para o estudo do fenômeno da fronteira no norte do Espírito Santo, em particular, ou em qualquer outra localidade, não há como deixar de referir-se a Frederick Jackson Turner (1861–1932). Este historiador notabilizou-se nos Estados Unidos e é considerado, segundo Arthur Ávila (2005), o “pai da historiografia moderna” desse país. A tese da fronteira de Turner, além de seu trabalho como historiador, alcançou ampla aceitação na academia e fora dela. Por meio dessa tese, Jackson Turner conseguiu explicar não só o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos numa linguagem científica, mas ainda criou uma narrativa épica para a origem da nação, transferindo a ação dos grandes personagens históricos para os milhares de anônimos que ajudaram a construir a democracia americana. Para ele, a fronteira havia sido o grande motor do desenvolvimento social norte-americano e o principal motivo de sua excepcionalidade diante de todas as outras nações.

A fronteira de Turner se configurou como o *locus* do individualismo, da democracia e do otimismo, já que por meio dela teria surgido uma nova sociedade em face da influência positiva da natureza. Nesse caso, positivismo e romantismo constituíram partes da dimensão ideológica de sua tese da fronteira, no final do século XIX (SALIZZI, 2020). Essa dimensão estava alicerçada na figura do pioneiro, homem chamado a dominar a terra selvagem e a barbárie, a lutar contra animais e o clima adverso e sair vitorioso. Assim, esta concepção da

fronteira, impregnada de etnocentrismo e culturalismo, promoveu sua compreensão como ponto de separação entre a “civilização” e os “bárbaros” (REBORATTI, 1990).

Ao explicar a origem da nação norte-americana como um processo autônomo de contínuo avanço dos colonos sobre terras “livres e abertas à conquista” (MACHADO, 1992), Turner negligenciava a importância das comunidades indígenas e o fato de o oeste americano já ser explorado e ter algumas cidades fundadas por franceses e espanhóis, antes mesmo da “conquista do oeste” (ESCAMILLA, 1999). Ademais, a figura ideologizada do pioneiro, o verdadeiro “*founding father*” da nação na concepção de Turner (ÁVILLA, 2005), escamoteava sob o manto da retórica o que, de fato, a fronteira significa: o avanço da sociedade capitalista sobre novas áreas (SALIZZI, 2020).

Pierre Monbeig (1984), um dos principais representantes dos estudos de fronteira no Brasil, apresentou os conceitos de precursores (aqueles que iniciaram a ocupação territorial em São Paulo: indígenas e mineiros¹⁶) e zona, frente ou franja pioneira, enfatizando a destruição ambiental provocada pela marcha pioneira sobre a floresta. Para ele, o alargamento da franja pioneira, isto é, da própria fronteira, é uma marcha irregular e confusa que incorporou imensa área do oeste paulista à economia nacional, seguindo concomitantemente com o esgotamento dos solos e a expansão das vias ferroviárias. Pierre Monbeig não se abstraiu das contradições desse processo devastador, já que não deixou dúvidas quanto ao caráter destrutivo e predatório da produção cafeeira baseada na queimada e no uso até a exaustão do solo.

Igualmente, não lhe escapou a estrutura fundiária formada durante a expansão de tal processo. Trata-se, de fato, de uma estrutura que beneficiou os grandes proprietários mediante

¹⁶ Os mineiros são aqueles oriundos de Minas Gerais que, a partir de 1850, migraram para São Paulo, chocando-se com os indígenas locais. Acontece que a Província Mineira não havia se restabelecido da crise econômica desencadeada pela decadência da mineração, crescia a pobreza e a migração se apresentava como possível solução. Dentre outros fatores, a Guerra do Paraguai (1864–1870) levou muitos mineiros a se embrenharem sertão adentro a fim de fugirem do alistamento militar. Muitos desses caboclos dirigiram-se para São Paulo, onde os cafezais começavam a despontar. A migração desses precursores se estendeu por aproximadamente 30 anos, quando, entre 1880 e 1910, “desapareceu” frente à massa dos pioneiros cafeicultores (MONBEIG, 1984).

a especulação imobiliária e a acumulação capitalista. De todo modo, Monbeig, influenciado por Turner, contribui para legitimar aspectos simbólicos da fronteira, como a ideia de progresso e democracia social e política contida no discurso de Jackson Turner. Para Leo Waibel (1955, p. 390), também influenciado por este último, a fronteira “é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada”.¹⁷

Há, todavia, uma diferença entre Monbeig e Waibel: os precursores de Monbeig são os homens de fronteira de Waibel (caçadores, extrativistas, coletores, pecuaristas) que ocupam uma fronteira demográfica. Os pioneiros, que têm uma relação mercantil com a terra, concentram-se na fronteira econômica. Leo Waibel, da mesma forma que Turner, apresenta uma versão ideologizada do pioneiro. Para ele, o pioneiro é aquele que expande e intensifica o povoamento, além de criar novos e mais elevados padrões de vida com a introdução de melhoramentos no campo da técnica e, inclusive, na vida espiritual, remetendo à ideia de modernização. Aliás, segundo Leo Waibel, no campo da agricultura, somente o agricultor pode ser considerado pioneiro, de fato, porque é o único que pode transformar a mata virgem numa paisagem cultural e alimentar uma elevada quantidade de pessoas numa área pequena.

Para José de Souza Martins (2016), diferente de Turner e Waibel, o pioneiro, visto em chave crítica, não se constitui em figura central da realidade de fronteira. Segundo ele, a figura central e metodologicamente explicativa de tal realidade é a vítima. É, portanto, na condição de vítima que sobressaem as características essenciais da condição de fronteira, quais sejam, a alteridade, a liminaridade própria de tal situação, além das ambiguidades que dela decorrem. Ora, se a fronteira também se caracteriza pela alteridade, logo, compete abordar a questão do “outro”. Este, que, na condição de fronteira, ainda não se confunde “conosco”, tampouco é

¹⁷ É assim que, mais diretamente, Leo Waibel (1955) conceitua “zona pioneira”. Esta é, para ele, a própria fronteira que só alcança o “estágio civilizado” quando os centros urbanos resultantes de sua expansão têm as ruas calçadas ou asfaltadas. Quando, ao mesmo tempo, constroem-se redes de abastecimento de água e canalização de esgoto e surgem indústrias de produtos manufaturados, além de formas mais elevadas de vida social, intelectual e religiosa.

reconhecido por outros grupos sociais como constitutivo do “nós”. Desse modo, José de Souza Martins observa que a fronteira

[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...]. (MARTINS, 2016, p. 11, grifos do autor).

Em outras palavras,

A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária (MARTINS, 2016, p. 141).

Trata-se, nesse caso, em particular, da frente de expansão, o que não significa dizer que José de Souza Martins esteja negando a importância do estudo da frente pioneira para o entendimento da situação de fronteira. Ele observa, contudo, que a frente pioneira caracteriza-se pelo fato de se constituir como empreendimento econômico, portanto, como fronteira econômica, resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista e da criação de novas regiões pela economia de mercado. Já na frente de expansão, a dimensão econômica é secundária porque ela não está estruturada fundamentalmente a partir de relações com o mercado. Assim, a frente de expansão se constitui como fronteira demográfica e não como frente econômica.

Na frente de expansão, ao contrário da frente pioneira, a apropriação da terra não ocorre como um empreendimento econômico. Não há propriedade privada da terra. O que acontece, na realidade, é o uso privado das terras comuns ou simplesmente a mera posse através da ocupação das terras devolutas. Logo, a terra não assume a condição de mercadoria e, por isso, não é vendida no mercado. Na frente de expansão, a figura central é o ocupante ou posseiro. Na frente pioneira, é o pioneiro (MARTINS, 1975). Outra característica fundamental da frente de expansão é o seu avanço sobre populações indígenas, provocando, invariavelmente, o massacre dessas populações, sua drástica redução demográfica e, muitas vezes, até o seu completo

desaparecimento. Aliás, para José de Souza Martins (2016, p. 141), a frente de expansão é a “categoria mais rica e apropriada para a reflexão sociológica” justamente porque se refere a lugar, “tempo de conflito e de alteridade”, o que não significa dizer que na frente pioneira não haja conflito.

A alteridade e o estado de conflito social, além da violência, são propriedades da frente de expansão que a levam à efetiva participação no processo de territorialização do capital, especialmente em áreas sob ocupação indígena. A violência, a propósito, seja ela econômica ou extraeconômica, configura-se como uma das modalidades mais representativas do fenômeno da territorialização do capital. A violência manifesta-se de diferentes formas. Às vezes, sutilmente, sob o manto de medidas políticas de cunho social ou de projetos de ajuste econômico que teoricamente visam o bem coletivo. Mas, também de forma concreta e explícita, mediante a guerra entre diferentes países, por exemplo, ou em caso de guerras internas contra comunidades originárias. É sob essa última perspectiva que entendemos o norte do Espírito Santo ao longo do século XIX e início do século XX para onde a política indigenista oficial visava levar o “progresso” econômico e a “civilização”.

Durante a exploração aurífera nas Minas Gerais, notadamente a partir do final do século XVIII, as Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e do Espírito Santo transformaram-se em zona estratégica para impedir o acesso à região das minas, evitar o extravio de ouro e impedir as invasões estrangeiras. Nesse contexto, o norte do Espírito Santo, desde o rio Doce, tornou-se o abrigo privilegiado de grupos indígenas que, assim, puderam se refugiar nas matas mais interiores, afastando-se do processo de expansão da sociedade colonial. Trata-se, especialmente, de grupos de indígenas aimorés conhecidos genericamente como Botocudos. Antônio Pires da Silva Pontes, quando da assinatura do Auto de 1800, sabia da presença de indígenas na área, tendo por certo que, sem o uso da força, seu projeto jamais alcançaria êxito.

Não obstante, ao aparato militar criado por Silva Pontes no vale do rio Doce, Dom João VI, através da Carta Régia de 13 de maio de 1808, mandou fazer “guerra ofensiva” aos Botocudos daquele vale, visando “civilizá-los” por meio das armas e das leis a fim de torná-los “vassalos úteis” à Coroa Portuguesa (BRASIL, 1891, p. 38). É claro que as determinações do príncipe regente diziam respeito a uma nova estratégia de ocupação do vale do rio Doce e de imposição do poder estatal.

Fundamentalmente, o vale do rio Doce

[...] abarcava um território que precisava ser controlado, seus povos nativos compunham populações que deveriam ser integradas ou eliminadas, e as possíveis riquezas que guardava deveriam ser aproveitadas ao máximo em função da recuperação econômica da Coroa Portuguesa (MARINATO, 2007, p. 58).

Desde as reformas pombalinas, já havia uma clara mudança na visão de lucratividade por parte da Coroa Portuguesa, que não mais se pautava na descoberta de metais e pedras preciosas ou, necessariamente, na exportação de produtos agrícolas. Vislumbrava-se também a exploração dos elementos naturais ou produzidos pela colônia brasileira como novas fontes de riquezas. Daí porque, a partir de 1800, tanto Silva Pontes quanto seu sucessor, Manoel Vieira da Silva de Albuquerque Tovar, enviaram amostras de madeiras¹⁸ e sementes para o Reino no intuito de fazer a Coroa conhecer melhor a terra e identificar as riquezas passíveis de exploração (CARVALHO, 2010).

Nessa época, além dos quartéis criados por Silva Pontes, o vale do rio Doce contava também com os quartéis de Monsarás (erguido provavelmente em fins de 1813 ou em 1814), na área chamada de Gyparanã da Praia; quartel de Comboios, quartel de Anadia entre o Porto de Souza e o povoado de Linhares; Primeiro Quartel de Linhares; Segundo Quartel de Linhares Junto à lagoa Juparanã; quartel de Aviz (construído por volta de 1816), chamado posteriormente de quartel do “Aviso”; quartel do Aguiar, próximo à lagoa de mesmo nome, além do quartel de

¹⁸ Em 1805, o então governador Manoel de Albuquerque Tovar enviou para o Reino uma remessa com amostras de todas as madeiras identificadas no Espírito Santo. No ano seguinte, saía do Porto de Vitória um carregamento de madeiras marcadas com o selo real composto de diversas toras de jacarandá, maçaranduba e araribá, além de tábuas de tapinhoã, vinhático, cerejeira e pequiá, dentre outras (CARVALHO, 2010).

Riacho (MARINATO, 2007) e do quartel de Piraque-Açú (DAEMON, 2010). Mais tarde, o Regulamento de 1824 instituiu a Diretoria de Índios do Rio Doce (DRD), determinando a formação de três aldeamentos na extensão do vale desse rio (MARINATO, 2007).

Essa Diretoria conseguiu instalar o aldeamento de São Pedro de Alcântara, totalmente abandonado, em 1827, e outro aldeamento em Porto de Souza, em 1828. Na verdade, houve só uma mudança de nomenclatura. O quartel aí existente passou a ser chamado de “aldeamento do Triunfo”. Embora tenha sido criada sob o discurso da pacificação dos indígenas, a DRD não conseguiu aldear, tampouco controlar e integrar os Botocudos. A falta de recursos financeiros e seu despreparo estrutural para atender aos indígenas estão entre as principais causas desse insucesso. Ademais, o contato com os colonizadores deixou os Botocudos mais aguerridos e violentos devido à exploração e chacinas promovidas pelos colonos; às doenças epidêmicas levadas por caçadores e soldados, dentre outros; além da escravização e das promessas não cumpridas, particularmente as de sustento. Além disso, o fascínio por ferramentas e armas europeias aumentou a guerra entre os grupos rivais (MARINATO, 2007).

Em 1845, o Regulamento das Missões dissolveu a DRD. A partir de então, usar-se-ia uma nova estratégia baseada na ação missionária. Os indígenas seriam aldeados sob a direção dos capuchinhos (MATTOS, 2004). Isso porque o Regulamento de 1824 não mencionou a presença de religiosos nem mesmo a necessidade de catequização dos indígenas, inclusive a gestão da DRD coube exclusivamente a militares. O Regulamento das Missões começou a ser implantado no Espírito Santo, por volta de 1848. O primeiro aldeamento com base no modelo do Regulamento das Missões surgiu no sul da Província (MARINATO, 2007) e no vale do rio Doce, o primeiro foi o de Mutum, instalado em 1859, nas confluências dos rios Mutum e Doce, onde funcionou precariamente até 1890 (OLIVEIRA, 2020).

Vale observar que os indígenas no Espírito Santo, sobretudo os de origem Tupiniquim e Temiminó, receberam sesmarias ou tiveram suas sesmarias confirmadas. Igualmente, os Puris

e Botocudos, incorporados à sociedade local, principalmente a partir de 1800, foram agraciados com as terras das aldeias. A Lei de Terras, no entanto, promulgada em 1850, não mencionou o indigenato. Seu regulamento e leis complementares foram nocivos ao patrimônio territorial indígena e incapazes de coibir as invasões das terras desses povos. A tendência geral foi de contínuo avanço sobre seus territórios e, por fim, a expulsão, levando ao aumento da massa de “caboclos” sem-terra e dependentes dos grandes proprietários rurais (MOREIRA, 2002).

Esses indígenas sofreram todo tipo de violência. Além daquelas levadas a efeito pelo próprio Estado, há também a violência simbólica, adotando, nesse caso, essa concepção de violência, segundo Pierre Bourdieu (2005). Naquele contexto, manifestava-se a particular invisibilidade e não reconhecimento do “outro”, o indígena, como parte constitutiva do “nós”, isto é, da sociedade e do próprio Estado nacional, ambos em gestação. Vânia Maria Losada Moreira (2001a, p. 121) observa que na segunda metade do século XIX — “a verdade histórica” — para colonos e autoridades, era única e inequívoca: os indígenas impediam o “desenvolvimento da lavoura e não passavam de bárbaros assassinos e canibais”.

Não significa que, no decurso do século XIX, não tenha havido espaço para relações interétnicas e mediações entre indígenas e colonizadores ou entre estes e as demais etnias no norte do Espírito Santo. Do vale do rio Doce a São Mateus, havia uma notória e complexa diversidade étnica e social. Além desses grupos, encontravam-se, dentre outros, escravizados, quilombolas, desertores, salteadores, soldados, além de imigrantes estrangeiros. A Colônia Francilvânia é um exemplo. Criada por França Leite, em 1856, essa colônia se constitui no primeiro empreendimento formado com imigrantes estrangeiros no norte do Estado. Tratava-se de uma colônia particular localizada de frente para o rio Doce, entre os rios São João e Pancas. Segundo Nara Saletto (1996a), a Francilvânia recebeu uma pequena parcela de imigrantes (46 colonos franceses, portugueses e alemães), tendo fracassado devido às doenças e ao isolamento, bem como aos constantes ataques dos Botocudos.

A “Colônia Gunter” é outro exemplo de empreendimento particular formado por imigrantes estrangeiros no norte do Espírito Santo na mesma época. Essa colônia ficava às margens da lagoa Juparanã, em Linhares, sendo criada, em 1867, com colonos do sul dos Estados Unidos, em particular, do Alabama. Seu nome deriva de Charles Grandison Gunter, fazendeiro e coronel confederado norte-americano, responsável pela entrada de imigrantes norte-americanos no Brasil após a derrota dos confederados na Guerra de Secessão. A “Colônia Gunter” teve duração curta, estendendo-se até 1870 (KEYES, 2013).

As relações interétnicas no norte do Espírito Santo, particularmente no vale do rio Doce e São Mateus, foram estudadas por Vânia Maria Losada Moreira (2017, p. 108) com base nos conceitos de “zonas de contato” e “sertão”. Esse último, utilizado no sentido de mundo “não policiado”, já que não se assemelha ao mundo da “civilização”. Por essa perspectiva, existiam, portanto, indígenas “civilizados” e “selvagens”. Os primeiros, da Província, e os últimos, do sertão. Não poucas vezes, o Governo Provincial lançou mão daqueles para combater estes, caracterizando uma situação de permanente conflito, ligada intimamente à própria formação territorial do Brasil, marcada pela conquista civil, religiosa e militar dos sertões, lugares de encontros, violências e mestiçagens entre afro-luso-brasileiros e indígenas.

Por isso, a adoção do conceito de zonas de contato já que representa o próprio sertão. Lugar, portanto, especialmente adequado à análise da situação de fronteira, bem como das relações interétnicas (MOREIRA, 2017). Para Mary Louise Pratt (1999), zonas de contato são

[...] espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação — como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (PRATT, 1999, p. 27).

A assimetria de tais relações aparece no norte do Espírito Santo mediante pelo menos dois tipos de alianças: uma de senhores e indígenas contra os “escravos do mato” e os quilombolas, e a outra, de “escravos armados” e senhores contra os indígenas. Curioso que essas alianças se davam no cenário de crise do sistema escravista, de intensificação das fugas e

formação de quilombos (MOREIRA, 2017, p. 70). Com efeito, a presença de quilombolas e indígenas considerados hostis, portanto, um obstáculo ao controle da expansão territorial no norte do Espírito Santo, esteve entre os maiores problemas das autoridades para garantir a segurança individual e das propriedades com reduzidas forças militares. Situação que levou os senhores de escravizados a fazerem tais alianças, consideradas, inclusive, bastante perigosas (ALVES, 2021).

As interações, entendimentos e práticas interligadas entre as diferentes etnias, normalmente estabelecidas em relações rigidamente dessimétricas de poder que marcam as “zonas de contato” (PRATT, 1999), têm na reciprocidade outra característica significativa dos relacionamentos interétnicos no norte do Estado. É o que verificamos entre João Antônio Lisboa e os soldados da DRD, formados, majoritariamente, conforme Francieli Marinato (2007), por indígenas, pardos e negros, frequentemente qualificados como avessos ao serviço militar. Ainda mais, por conta da excessiva disciplina, castigos sofridos por faltas disciplinares, atrasos de pagamentos, perigos a que estavam expostos nos quartéis e destacamentos, bem como pela fome que passavam diversas vezes. Daí porque João Antônio, à frente da DRD no período de 1826 a 1839, procurava agradá-los e amenizar suas misérias, concedendo-lhes empréstimos, licenças e folgas para caçarem, pescarem e cultivarem suas próprias terras.

Outro caso que demonstra certa “reciprocidade” nos relacionamentos interétnicos no norte do Espírito Santo diz respeito à Rita da Conceição Gomes da Cunha (mãe do barão de Aimorés) e quilombolas locais. Segundo Maciel de Aguiar (2007), o bom relacionamento de Rita Gomes da Cunha com o Quilombo do Morro, localizado em suas terras às margens do rio São Domingos, em Conceição da Barra, liderado pelo Negro Rugério, a transformou em um dos maiores produtores de farinha de mandioca da Província. Havia um acordo através do qual o quilombo produzia farinha exclusivamente para ela, recebendo em troca a garantia de que não acionaria as forças do governo nem os capitães-do-mato. O acordo também versava sobre a

compra de escravizados com parte da produção de farinha. Poucos anos depois da morte de Rita Cunha, o Quilombo do Morro foi destruído, em julho de 1881.

Os relacionamentos interétnicos concretizados por meio da reciprocidade garantem benefícios mútuos mesmo entre grupos dessimétricos em relação aos lugares de poder. João Antônio Lisboa soube “ler” o contexto que envolvia a vida militar dos soldados e a permanente incapacidade financeira da DRD, além do lugar que ele próprio ocupava nesse cenário enquanto diretor. Suas providências junto aos soldados levavam à acomodação das adversidades, evitando ou, ao menos, reduzindo os amotinamentos e as deserções naquela Diretoria marcada pela constante insuficiência de efetivos militares. Não é à toa que João Antônio Lisboa permaneceu por 13 anos à frente dessa Diretoria.

A reciprocidade nos relacionamentos interétnicos servia como mecanismo de apaziguamento dos ânimos e redução dos infortúnios, de modo a alcançar um ponto de equilíbrio momentâneo mediante negociações e “trocas” em face das tensões entre os diferentes grupos étnicos. Desse modo, os soldados, por exemplo, beneficiavam-se também porque não se colocavam na condição de ter que enfrentar os rigores das punições por indisciplina e deserções.¹⁹ Benefício, aliás, semelhante no caso dos quilombolas que, sob a proteção de Rita Cunha, podiam trabalhar e ter vida social fora do alcance dos capitães-do-mato e da repressão das autoridades.

Não notamos na obra de José de Souza Martins um tratamento teórico-metodológico dispensado aos relacionamentos interétnicos, embora façam parte indissociável da situação de fronteira, como verificamos. Martins reconhece a existência de tais relacionamentos, contudo, integra-os no contexto de conflito e alteridade característico da fronteira cuja realidade, para ele, é a condição de vítima. Os relacionamentos interétnicos na zona de contato revelam haver

¹⁹ As faltas disciplinares podiam ser punidas com surras e torturas ou prisão no tronco, ou nas celas dos quartéis. O perdão da punição, todavia, para desertores que se reapresentassem voluntariamente ou, quando capturados, optassem pelo reengajamento, era corriqueiro (MARINATO, 2007).

mais em jogo do que o lugar privilegiado que José de Souza Martins dispensa à vítima enquanto categoria metodológica para analisar sociologicamente a sociedade brasileira. Ademais, temos que admitir que, em muitos casos, a vítima não permanece vítima para sempre. Algumas vezes, torna-se, inclusive, dona do poder, transformando-se de oprimida em opressora.

Os variados grupos étnicos encontrados no norte do Espírito Santo no século XIX demonstram que a frente de expansão é formada por uma variedade étnica maior do que aquela constituída por indígenas e colonizadores. Tal variedade faz parte de um todo dialético unificado, embora com interesses divergentes e diametralmente opostos, de onde surgem a contradição e o conflito. É nessa condição, portanto, que os indígenas, mais notadamente, são encarados como “problema” sob a ótica do mundo “civilizado” que avança sobre suas terras originárias. No Brasil, esse “problema” perdurou até ser transferido para o Governo Republicano, que o assumiu por meio do Serviço de Proteção aos Índios.

A atuação dessa instituição governamental, criada em 1910, esteve permeada por contradições. Embora visasse proteger as terras e a cultura indígena, na prática, o que ocorria era a imposição de um processo de alteração no modo de vida dos nativos, os quais eram sistematicamente transferidos de suas terras tradicionais a fim de liberar as áreas destinadas à colonização. Ademais, todas as concepções sobre a natureza dos povos indígenas, defendidas na gestão do Serviço de Proteção aos Índios, representava-os como inferiores. Havia uma espécie de “paradigma evolucionista” que girava, tão somente, em torno da capacidade ou não de evolução dos povos indígenas (LIMA, 1987, p. 171).

No Espírito Santo, a propósito, as terras do norte do rio Doce só estiveram efetivamente disponíveis à colonização com formação de fazendas e concessões às grandes empresas madeireiras depois da instalação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1911, em Colatina (MOREIRA, 2001b). Os postos indígenas de Pipinque, na atual Nova Venécia, e o de Pancas, no atual município homônimo, surgiram nessa época. Posteriormente, os dois postos

concentraram-se apenas em Pancas. Em 1940, um surto de malária reduziu a população desse aldeamento, levando-o à extinção também por conta de dificuldades orçamentárias. Os que sobreviveram à doença foram transferidos para o aldeamento Guido Marlière (EMMERICH; MONSERRAT, 1975), em Minas Gerais. Assim, “resolvia-se o problema indígena” no vale do rio Doce. Não significa, todavia, que o norte do Espírito Santo tenha deixado de vivenciar, a partir desse momento, uma situação de fronteira.

É preciso entender que tanto a frente de expansão como a frente pioneira superam a simples dimensão espacial e formam conjuntamente as duas faces e os diferentes momentos históricos do mesmo fenômeno, isto é, da fronteira (MARTINS, 1975). Ademais, tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira se situam, ainda que de modos distintos, no interior da “economia de mercado” por meio da qual se articulam dialeticamente, formando uma unidade (QUEIROZ, 2014, p. 5) e diferentes modalidades da territorialização do capital. Logo, o estudo da situação de fronteira não é outro senão o estudo, de fato, da fronteira agrícola.

A propósito, a dimensão agrícola não está dissociada da situação de fronteira pesquisada por José de Souza Martins. Acontece que essa dimensão, em particular, no que toca à agricultura comercial em grande escala, configura-se, especialmente, num tema muito mais afeito à geografia agrária. Aliás, segundo Esteban Salizzi (2020), a expansão agrícola se refere a uma diversidade de processos conhecidos como: colonização, franja/zona pioneira, frente pioneira, fronteira de expansão e fronteira agropecuária, mais recentemente, generalizados sob a denominação de fronteira agrícola ou fronteira agrícola capitalista.

1.3 A evolução das fronteiras agrícolas sul do Espírito Santo e vale do rio Doce

A história da fronteira agrícola sul do Espírito Santo (vales dos rios Itapemirim e Itabapoana) e a do vale do rio Doce estão intimamente relacionadas, não apenas porque se referem, cada uma de forma específica, a processos radicais de transformação do espaço e de

reordenamento territorial. Com efeito, uma fronteira agrícola também pode ser analisada enquanto válvula de escape para sociedades marcadas por pressões sociais e econômicas, vinculando-se, assim, a movimentos migratórios em áreas não povoadas ou insuficientemente ocupadas. Essa é outra das formas através das quais podemos destacar os vínculos existentes entre a fronteira agrícola sul do Espírito Santo e a do vale do Paraíba. Esta última é a zona cafeeira mais antiga do país.

O vale do Paraíba, também chamado “zona do Paraíba” ou “zona do Rio de Janeiro”, abrange a depressão do rio Paraíba e sua zona montanhosa no Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e norte de São Paulo. Na segunda metade do século XIX, essa área representava a zona cafeeira mais rica de todo o país, desenvolvendo-se mediante o sistema econômico-capitalista da “*plantation*”, totalmente dependente do trabalho de escravizados. A partir dessa época, as terras virgens disponíveis no vale do Paraíba começaram a se tornar escassas, levando muitos fazendeiros a migrar para outras áreas (WAIBEL, 1955, p. 393–394), entre as quais os vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, que formam a fronteira agrícola sul do Espírito.

Esta, estreitamente relacionada com a expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce no norte do Estado, compõe igualmente o fenômeno da exploração madeireira no Espírito Santo por meio de inúmeras empresas dos setores madeireiro e de mobiliário. A fronteira agrícola sul do Espírito Santo, embora tenha surgido como *plantation* escravista, apresenta, na realidade, processos de expansão e desenvolvimento distintos em cada um dos vales dos rios que a compõem. A zona do vale do rio Itapemirim, tendo Cachoeiro de Itapemirim como município principal, foi a que primeiro alcançou o auge econômico e demográfico, ainda no transcurso da segunda metade do século XIX, estendendo-se até o início do século XX.

Dados do Recenseamento de 1872 revelam que Cachoeiro de Itapemirim concentrava a maior população do Espírito Santo, com um total de 18.496 pessoas, das quais 7.482 eram trabalhadores escravizados. Tratava-se da maior concentração de escravizados da Província. Se

considerarmos o município de Itapemirim, que também faz parte do vale do rio Itapemirim, chegaremos a um total de 28.177 pessoas, entre as quais estavam 10.355 escravizados. Nesse caso, o vale do rio Itapemirim sozinho detinha mais de um terço de toda a população da Província e quase 46% da população escravizada do Espírito Santo. Para Vilma Almada (1984), a concentração de escravizados no vale do rio Itapemirim resulta mais do deslocamento de fazendeiros fluminenses e mineiros que, durante a expansão cafeeira do vale do Paraíba, migraram para o sul do Espírito Santo²⁰ do que dos tráficos inter e intraprovincial.²¹

Além do incremento demográfico, em 1873, o vale do rio Itapemirim²² foi o responsável pela venda de 141.645 arrobas de café, que representam quase um terço de todo o café exportado pelo Espírito Santo nesse ano. O café desse vale alcançava, inclusive, melhor preço no mercado por ser considerado de melhor qualidade do que o café de Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1874). Se compararmos as exportações cafeeiras do vale do rio Itapemirim do ano de 1873 com a de 1851, que foi de 18.600 arrobas (SALETTO, 1996b), verificaremos que entre elas houve um aumento da ordem de 661,53%, reforçando a intensidade de propagação da cultura cafeeira no local.

A produção cafeeira era a principal, mas não a única. O vale do rio Itapemirim produzia ainda milho, açúcar e madeira, entre outros produtos. O açúcar, base econômica do sul do Espírito Santo, estava em declínio devido à expansão do café. A exportação de madeira desse

²⁰ Inicialmente, esses fazendeiros vinham mais da Zona da Mata de Minas Gerais e do vale do Muriaé, no Rio de Janeiro (CRUZ, 1950). Além deles, vieram igualmente fluminenses e mineiros pobres atraídos pelas terras devolutas, além de luso-brasileiros do próprio Espírito Santo. Esses migrantes menos “remediados” estavam um pouco em toda parte, trabalhando para fazendeiros, em pequenos sítios particulares ou mesmo nas cidades (SALETTO, 1996b).

²¹ De fato, não há indicação de que o vale do Itapemirim tenha atraído abundante quantidade de escravizados do tráfico intraprovincial. Quanto à Província Capixaba, o tráfico interprovincial, no entanto, não deve ser desconsiderado. A produção de café no Espírito Santo, assim como nas demais zonas cafeeiras do Brasil, continuou a depender, essencialmente, do trabalho escravo fornecido, em particular, pelas províncias empobrecidas do Norte e Nordeste do país. Essas províncias tornaram-se as principais fontes de abastecimento de cativos para as zonas cafeeiras após o fim do tráfico intercontinental (ALMADA, 1984; SALETTO, 1996b).

²² Os dados apresentados para o ano de 1873 referem-se, na verdade, à produção de Itapemirim e de Cachoeiro de Itapemirim. Por isso, prefiro chamar de “vale do rio Itapemirim”, já que esses dois municípios eram os únicos nessa localidade na época (ESPÍRITO SANTO, 1874). Na verdade, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim compunham a maioria da extensão territorial do sul do Espírito Santo, mas se desenvolveram ligados diretamente ao vale do rio Itapemirim.

vale ficava atrás somente do café e era a maior do Espírito Santo, superando Santa Cruz e Linhares, cujas exportações provinham, principalmente, da exploração madeireira (ESPÍRITO SANTO, 1874). Por essa época, grandes fazendas de Cachoeiro de Itapemirim, como a Fazenda do Centro, a Boa Esperança, a Boa Vista, a Santa Teresa e a Criméia, possuíam a melhor técnica cafeeira do país, com utilização de máquinas modernas de beneficiamento, ferramentas e animais de tração, dentre outros. O vale do rio Itapemirim podia ser comparado com as mais florescentes zonas cafeeiras de todo o país (ALMADA, 1984).

A expansão das lavouras no sul do Espírito Santo seguiu em direção às terras do interior dos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana por conta das condições naturais mais propícias dessas áreas, destacando-se o solo de massapê. Este, mais consistente e resistente à erosão, é considerado por agricultores e técnicos o solo mais fértil do Espírito Santo.²³ Além disso, o relevo, nesses vales, apresenta ondulações mais suaves, com clima úmido e chuvas regulares (SALETTTO, 1996b). Tais condições naturais aliadas a outras, como a navegabilidade dos rios e a existência de portos fluviais em Itapemirim e em Cachoeiro de Itapemirim, proporcionaram larga vantagem a esses municípios. Daí porque a fronteira agrícola sul do Espírito Santo se expandiu mais intensamente, primeiro no vale do rio Itapemirim e não no vale do rio Itabapoana.

Ademais, a Segunda Divisão Militar, organizada no Espírito Santo por Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar em cumprimento à Carta Régia de 13 de maio de 1808, localizava-se no vale do rio Itapemirim. O sul do Espírito Santo, nessa época, ainda contava com abundante quantidade de indígenas Puris e Botocudos (MOREIRA, 2001a). Particularmente, nas duas primeiras décadas do século XIX, os enfrentamentos entre militares e indígenas e entre esses últimos e colonos tornaram-se mais frequentes, no vale do Itapemirim, alcançando dimensões cruentas. Um confronto entre militares e indígenas, no ano de 1810, resultou na morte de 20

²³ Cabe observar que os solos predominantes no Espírito Santo classificam-se em latossolo vermelho-amarelo distrófico. Possui fertilidade variando de média a baixa e pH em torno de 5 (ESPÍRITO SANTO, 1994).

desses últimos indivíduos. No mesmo ano, um ataque de indígenas à Fazenda Muribeca deixou vários colonos mortos (DAEMON, 2010).

Francisco Alberto Rubim (1812–1819), quando governou a Capitania do Espírito Santo, construiu mais dois quartéis no vale do Itapemirim, ambos chamados “quartel da Barca”. Nessa época, o vale do rio Itabapoana contava com apenas um pequeno quartel guarnecido por três soldados (OLIVEIRA, 2008). Na década de 1820, os indígenas do vale do rio Itapemirim já estavam completamente desestruturados. Em 1824, algumas famílias de Botocudos foram transferidas dessa zona para o aldeamento de São Pedro de Alcântara, no vale do rio Doce. Outros indígenas migraram espontaneamente do vale do Itapemirim para esse aldeamento.²⁴ Nos últimos quatro meses de 1824, a violência (escravização, rapto de crianças, chacinas, etc.) praticada por colonos desse vale contra indígenas da área levou alguns grupos de Botocudos a se deslocarem para Vitória, onde permaneceram alguns meses em negociação com o Governo do Estado (MARIANTO, 2007).

O Aldeamento Imperial Afonsino, estabelecido no vale do Itapemirim, na área do atual município de Conceição do Castelo, reflete bem o estágio de propagação da fronteira agrícola sul do Espírito Santo. Segundo Gilda Rocha (1979), esse aldeamento foi criado em 1846, mais especificamente, na zona da cabeceira do rio Castelo, contando inicialmente com cerca de 50 indígenas Puris. Embora tenha passado por momentos promissores, um dos quais teria chegado a 90 aldeados, o certo é que a má administração e a exploração dos indígenas puseram fim ao aldeamento. Nos primeiros anos da década de 1860, ele estava completamente extinto. Os indígenas restantes haviam fugido novamente para a mata.

Logo, quando os colonos, majoritariamente fluminenses e mineiros, deslocaram-se para o sul do Espírito Santo, mais intensamente a partir de meados do século XIX, já encontraram a

²⁴ Não significa dizer que esses indígenas foram bem tratados no aldeamento São Pedro de Alcântara ou no quartel do Aguiar, para onde também foram conduzidos. Com efeito, o tratamento dispensado a eles, nesses aldeamentos, foi marcado pela brutalidade e cometimento de chacinas (MARIANTO, 2007).

área, especialmente o vale do rio Itapemirim, em término do estágio da fronteira caracterizado como frente de expansão. Não significa dizer que os indígenas desapareceram do sul do Estado. De qualquer forma, entendemos que o “problema indígena”, nessa zona, estava “resolvido” com a fronteira passando para uma nova fase, a da frente pioneira. A distinção se faz necessária para melhor entendimento da dinâmica da fronteira agrícola sul do Espírito Santo, bem como das especificidades que a singularizam em relação aos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim que a compõem.

Obviamente, sabemos que a frente de expansão e a frente pioneira compõem o mesmo fenômeno, isto é, a fronteira, como, aliás, já observamos ao tratarmos desse fenômeno na segunda sessão desse capítulo. A construção da Estrada de Ferro Caravelas é mais uma particularidade que retrata bem a evolução da fronteira agrícola no sul do Estado, tendo o vale do Itapemirim, inicialmente, como zona de maior propagação. Trata-se, com efeito, da primeira estrada de ferro do Espírito Santo.

Os primeiros 71 km de trilhos da Estrada de Ferro Caravelas foram inaugurados, em 1887, a fim de transportar o café de Alegre e de Castelo para Cachoeiro de Itapemirim e de lá para o porto de Itapemirim, agilizando o comércio e a exportação local (QUINTÃO, 2008; FERREIRA, 2015). Esse porto era o principal do sul do Estado e o porto capixaba mais próximo do Rio de Janeiro, para onde escoava a produção exportável da área (principalmente café, açúcar e madeira) até o final do século XIX²⁵ (SIQUEIRA, 1995).

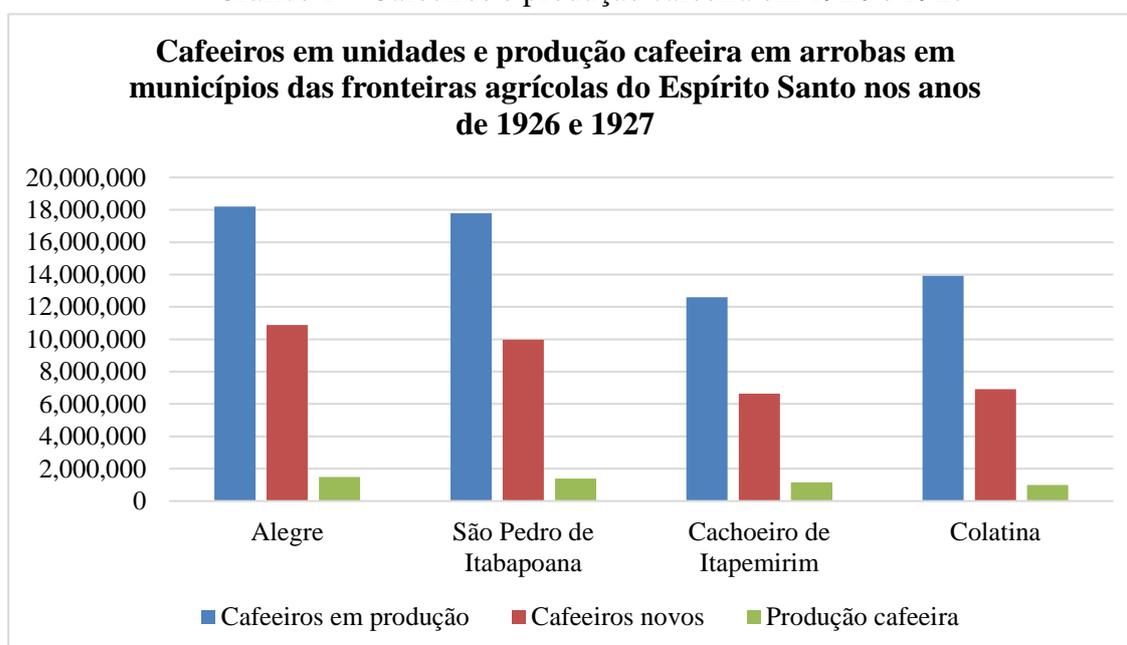
Entre 1900 e 1920, o vale do rio Itabapoana, entretanto, passou por uma acentuada revitalização populacional, intensificada pela corrente migratória do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nesse período, os municípios de Alegre e São Pedro de Itabapoana, localizados nesse vale, apresentaram os maiores índices de crescimento médio anual do Espírito Santo, 7,0% em

²⁵ Convém observar que, no início do século XX, o porto de Itapemirim se mostrava insuficiente para comportar embarcações de maior porte, contribuindo para a ascensão do porto de Vitória. Este, no final dos anos 1910, já concentrava a maioria do movimento marítimo do Estado (SIQUEIRA, 1995).

Alegre e 5,5% em São Pedro de Itabapoana, superando os registrados por todos os Estados cafeeiros, inclusive o Paraná (ALMADA, 1993). O município de Alegre, nos anos de 1926 e 1927, figurava com a maior quantidade de cafeeiros em produção e cafeeiros novos, apresentando também a maior produção de café do território capixaba. São Pedro de Itabapoana ocupava a segunda colocação em todos os quesitos destacados (ESPÍRITO SANTO, 1928).

Nesse contexto, o item “cafeeiros novos”, especialmente, desperta mais atenção porque sugere que esses cafeeiros foram plantados em áreas de desmatamento recente, o que também implica em exploração de madeira local. Se compararmos apenas os dados de Alegre ou de São Pedro de Itabapoana com os de Cachoeiro de Itapemirim, ou de Colatina, representados no gráfico 1, teremos uma noção do processo de crescimento da fronteira agrícola sul do Espírito Santo no vale do rio Itabapoana nas primeiras décadas do século XX. Mesmo individualmente, os dados estatísticos de Alegre ou de São Pedro de Itabapoana superam aqueles apresentados por Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Gráfico 1 – Cafeeiros e produção cafeeira em 1926 e 1927



Fonte: Espírito Santo (1928). Elaboração própria.

Ao mesmo tempo, notamos que a fronteira agrícola do vale do rio Doce, mediante Colatina, estava em plena expansão e já superava o município de Cachoeiro de Itapemirim nos

quesitos “cafeeiros novos” e “cafeeiros em produção”. Diferente da fronteira agrícola sul do Espírito Santo, a fronteira no vale do rio Doce, em larga medida, recebeu mais incentivos por parte do Governo Capixaba. Seu surgimento, embora esteja situado no contexto de militarização da área do rio Doce, despontou mais visivelmente enquanto fronteira agrícola, em especial, a partir das últimas décadas do século XIX, com a criação de novos núcleos coloniais formados por imigrantes estrangeiros nos vales dos rios Doce e Piraquê-Açu.

Na vertente sul do rio Doce, ainda no período imperial, foram criadas as Colônias Antônio Prado e Acioli Vasconcelos no ano de 1887. Os primeiros imigrantes chegaram nessas colônias apenas no ano seguinte. A Colônia Demétrio Ribeiro²⁶ surgiu, em 1891, na divisa do rio Doce com o Piraquê-Açu, para interligar os municípios de Linhares e Santa Cruz por meio da colonização (RIBEIRO, 1990). A Colônia Muniz Freire, criada em 1892, ocupava parte dos municípios de Linhares e Riacho e não prosperou. Seus colonos, na maioria italianos, ficaram isolados com as cheias do rio Doce provocadas pelas chuvas do final de 1894 e início de 1895. Além das privações e sofrimento causados pelas condições climáticas, os imigrantes foram acometidos por um surto de malária que lhes causou inúmeras mortes (ALMADA, 1984; RIBEIRO, 1996; SALETTO, 1996b).

O relatório do cônsul da Itália no Brasil, Carlo Nagar, publicado em Roma no mês de abril de 1895, denunciou, entre outras questões, a desorganização do serviço de imigração estadual, a propaganda enganosa utilizada para contratação de imigrantes na Itália, além dos contratos estabelecidos, segundo ele, para prejudicar os interesses dos imigrantes. Por meio desse relatório, Carlo Nagar revelou as contradições da política imigratória levada a efeito por Muniz Freire (1892–1896) no Espírito Santo. O governo italiano proibiu a emigração de seus súditos para o Estado, em 20 de julho de 1895. O presidente do Estado Muniz Freire rebateu as

²⁶ Os Núcleos Demétrio Ribeiro e Acioli Vasconcelos foram localizados na área que compõe o atual município de João Neiva, onde ainda existem referências a esses núcleos. A sede do Acioli Vasconcelos ficava localizada no atual distrito de Acioli. Além disso, em João Neiva, há também uma vila chamada Demétrio Ribeiro (RIBEIRO, 1990).

acusações do cônsul italiano, admitindo, no entanto, que no vale do rio Doce teriam falecido cerca de 45 imigrantes ao invés dos aproximadamente 300 referidos por Carlo Nagar. De todo modo, a proibição do governo da Itália não foi suficiente para impedir a entrada de novos imigrantes italianos no Espírito Santo.

As colônias dos vales dos rios Doce e Piraquê-Açu, entre 1892 e 1895, período que representa a retomada da imigração subvencionada no Estado e o momento mais promissor da política imigratória de Muniz Freire, receberam 2.162 imigrantes estrangeiros dos 12.177 que chegaram ao Estado no mesmo intervalo. Se considerarmos que a criação dessas colônias tinha como objetivo dar continuidade ao processo de assentamento de imigrantes estrangeiros como pequenos proprietários, a exemplo das colônias imperiais do centro-sul do Estado (ROCHA, 2000), logo entenderemos que o norte do Espírito Santo continuou alijado em termos de política imigratória oficial.

É preciso entender, contudo, que as colônias dos vales dos rios Doce e Piraquê-Açu foram criadas na conjuntura de crise e abolição do sistema escravista brasileiro, o que agravou a situação do fornecimento de força de trabalho, particularmente para os grandes cafeicultores. Nesse contexto, é de se compreender que o Governo Capixaba privilegiaria as fazendas de café do sul do Espírito Santo em detrimento das colônias recém-criadas. Afinal, tratava-se da maior zona cafeeira do Estado à época. Dentre tais colônias, no entanto, a Colônia Antônio Prado foi a que mais prosperou, tornando-se, em poucas décadas, centro administrativo e econômico, suplantando, até, o antigo município de Linhares, de quem fazia parte.

Criada com a denominação de Senador Prado, em homenagem a Antônio da Silva Prado (Conselheiro do Império, Ministro de Terras e político), essa colônia recebeu inicialmente imigrantes italianos²⁷ vindos de Gênova. Esses imigrantes são considerados oficialmente os

²⁷ Os imigrantes que se dirigiam à Colônia Antônio Prado, pelo menos até 1890, chegavam a Vitória e seguiam até Santa Leopoldina, através do Rio Santa Maria da Vitória, em canoas; depois, seguiam até Mutum, sede da colônia (atual Boapaba, distrito de Colatina), passando por Santa Teresa, Santo Antônio dos Polacos, Barracão de Petrópolis e São Roque. Esses primeiros imigrantes não ficaram na Hospedaria da Imigração da Pedra D'água,

fundadores da Colônia Antônio Prado (RIBEIRO, 1996), apesar de que outros imigrantes estrangeiros e descendentes já se encontravam na área de sua instalação. Muitos deles saíram do Núcleo Timbuí (ROCHA, 2000). Outros eram de Porto do Cachoeiro (RIBEIRO, 1996), que se tornou sede da Colônia de Santa Leopoldina e centro comercial da zona serrana.²⁸

O povoado de Colatina, criado em 1889 (PIZZOL, 2021), surgiu por meio da Colônia Antônio Prado, especialmente mediante o porto fluvial localizado na margem direita do rio Doce, utilizado para embarque e desembarque de imigrantes. A inauguração da estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 28 de dezembro de 1906, levou Colatina a uma nova fase de desenvolvimento. Menos de um ano depois, em 22 de novembro de 1907, o então distrito de Colatina já servia de sede ao município de Linhares (RIBEIRO, 1996).

As fotografias 1 e 2 mostram parte de Colatina no início do século XX e retratam a estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas no local.

Fotografia 1 – Vila Colatina (Parte nova)



Fotografia 2 – Vila Colatina (Parte nova): estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, inaugurada em 1906.



Fonte: (PIZZOL, 2018).

como afirmam alguns autores, porque essa edificação não havia sido construída nessa época. Depois de 1890, os imigrantes também seguiam de vapor até Regência e, daí, seguiam através do rio Doce em canoas ou pranchas (RIBEIRO, 1996).

²⁸ Porto do Cachoeiro prosperou economicamente como entreposto comercial, transformando-se em sede da Colônia de Santa Leopoldina. Recebeu a denominação de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Era para lá que as tropas de muares se dirigiam, transportando a produção agrícola dos altos de Santa Teresa, Itaguaçu e Afonso Cláudio, dentre outras localidades. A partir de Cachoeiro de Santa Leopoldina, essa produção seguia em canoas pelo rio Santa Maria até Vitória (COSTA, 1982).

Após 1910, o Espírito Santo começava a sair da crise econômica que teve origem na superprodução cafeeira de 1896. A partir daí, as finanças estaduais voltaram a se recompor, alcançando uma melhora significativa na arrecadação (CELIN, 1984), principalmente com a política de valorização do café da década de 1920²⁹ (ROCHA; MORANDI, 2012). Ainda no início dessa década, notadamente em 30 de dezembro de 1921, Linhares perdia sua condição de ente municipal para Colatina (RIBEIRO, 1996). A elevação de Colatina a município evidenciava sua nova realidade como centro político e econômico naquele cenário de expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce.

Em 15 de setembro de 1923, o presidente do Estado Nestor Gomes (1920–1924) criou a Companhia Territorial de Colonização como sociedade anônima com sede em Colatina.³⁰ A maioria do patrimônio dessa Companhia era constituída de terras, tendo o Governo do Estado como acionista majoritário. O objeto principal era comprar e vender terrenos à vista ou em prestações. Além disso, a Companhia Territorial devia colaborar em matéria de saneamento e abertura de estradas com os municípios onde possuísse terrenos. Devia ainda servir de modelo no tocante à cultura do arroz e do algodão e na indústria pastoril, a fim de incrementar a colonização e o desenvolvimento da pequena lavoura (COMPANHIA, 1923).

A Companhia Territorial contratou agenciadores de terra, espécie de corretores de imóveis, encarregados de encontrar interessados, principalmente no sul do Espírito Santo, em adquirir terrenos no vale do rio Doce. Os terrenos mediam normalmente de 25 a 30 hectares e

²⁹ Na verdade, desde o início do século XX, o Governo Federal tomava medidas a fim de valorizar o café por meio de políticas de manutenção de preços desse produto. Para tanto, nos anos 1920, em particular, o Governo Federal pegou empréstimos junto aos banqueiros ingleses com vistas a financiar a compra de café dos produtores brasileiros, retirando parte do produto do mercado. Também construiu armazéns junto aos entroncamentos das estradas de ferro nas zonas cafeeiras para conservar o café no interior. Tais medidas visavam sustentar os preços do café por meio do controle da oferta. Além disso, o Governo Brasileiro também criou a Caixa de Estabilização para manter a estabilidade da moeda nacional, o mil-réis. Nesse contexto, a cafeicultura capixaba adquiriu um novo ímpeto de desenvolvimento, tendo o Governo Federal como garantidor da política de manutenção dos preços do café no cenário macroeconômico (BERTOLANI, 2017).

³⁰ Essa Companhia Territorial foi instalada oficialmente, em Colatina, no dia 10 de outubro de 1923, tendo Argeu Hortêncio Monjardim como diretor-gerente e Mário Fundão como diretor-secretário (COMPANHIA, 1923). Esses diretores renunciaram, em 31 de julho de 1924, por conta de afazeres pessoais em Vitória. Foram eleitos para os mesmos cargos respectivamente Atílio Vivacqua e Ildefonso Carvalho de Brito (COMPANHIA, 1924).

eram vendidos em condições vantajosas a prazo e em prestações anuais, criando, com isso, uma alternativa para que trabalhadores pudessem se tornar sítiantes. Tal situação, aliada ao fato de que Colatina surgiu de um núcleo colonial de pequenos produtores, ajuda a explicar por que, na década de 1920, o vale do rio Doce possuía a estrutura fundiária menos concentrada do Espírito Santo. Suas propriedades agrícolas eram as menores do Estado quando comparadas com as congêneres dos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana.

No vale do rio Doce, as fazendas tinham em média 42 hectares, enquanto no vale do rio Itapemirim o tamanho médio dessas propriedades rurais era de 77,1 hectares e no vale do Itabapoana era de 107,8 hectares. Se compararmos ainda o percentual de estrangeiros donos de propriedades rurais no mesmo período nas três zonas, notaremos que 32,5% dos estrangeiros do vale do rio Doce possuíam propriedades rurais. No vale do Itapemirim, esse percentual era de 26,9% e no vale do Itabapoana era de apenas 12%. O vale do rio Itabapoana apresentava propriedades agrícolas maiores porque não foi contemplado com a criação de núcleos coloniais constituídos por pequenos proprietários (ALMADA, 1993).

Além disso, ficou distante da política de venda de terras em pequenos e médios lotes implantada pelo Governo do Estado, diferentemente do que se fez no vale do rio Doce por meio da Companhia Territorial de Colonização. Ademais, o norte do Espírito Santo contou ainda com a venda de pequenos lotes por companhias particulares, destacando-se Bertolo Malacarne, descendente de imigrantes italianos de Alfredo Chaves, que detinha concessão do Estado e vendia terras na área desde o início da década de 1920.

A Companhia Territorial de Colonização conseguiu introduzir cerca de 4 mil novos habitantes em Colatina até o final de 1927 (MATTOS, 1927). Até maio de 1928, essa Companhia havia expedido títulos de propriedade no montante de mais de 82.068 hectares, fora os lotes que ainda aguardavam as respectivas escrituras. Também era proprietária de 2.350.000 cafeeiros e, entre outras realizações, construiu 411 quilômetros de caminhos no município

(ESPÍRITO SANTO, 1928b). A atuação da Companhia Territorial, contudo, não foi suficiente para avançar com a colonização para além da margem direita do rio Doce, seguindo em “sentido norte” rumo ao interior do norte do Estado. A ocupação dessa zona, em particular, só ganhou impulso, de fato, a partir de 1928, com a construção da ponte sobre o rio Doce, em Colatina.

A partir da concretização desse empreendimento do Governo do Estado, a cidade de Colatina tornou-se “a porta de entrada” e “centro de irradiação para a zona norte” (MORAES, 1954, p. 38); também a “cidade chave” e “entreposto de todo o movimento com o norte” do Estado (EGLER, 1962, p. 162) ou ainda, uma “cidade ponte”, utilizando, nesse caso, essa terminologia cara aos geógrafos (ACHIAMÉ, 2010, p. 58). É bem verdade que colonos alemães³¹ haviam transposto o rio Doce desde 1916, formando, de modo ainda incipiente, uma corrente migratória para o norte do Espírito Santo por meio de Pancas.

Essa transposição ocorreu pelo território mineiro via Resplendor, até atingir o rio Panquinhas no Espírito Santo (EGLER, 1962; RÖLKE, 2016), de onde fizeram uma picada ao longo do rio Pancas até alcançar o município de Colatina. Não sabemos ao certo por que esses colonos deram toda essa volta por Resplendor. Talvez, por conta da incidência de malária no vale do rio Pancas. Outra possibilidade repousa no fato de que Resplendor, por essa época, já apresentava considerável desenvolvimento e os posseiros mineiros haviam iniciado o desbravamento em direção ao norte do Espírito Santo (EGLER, 1962).

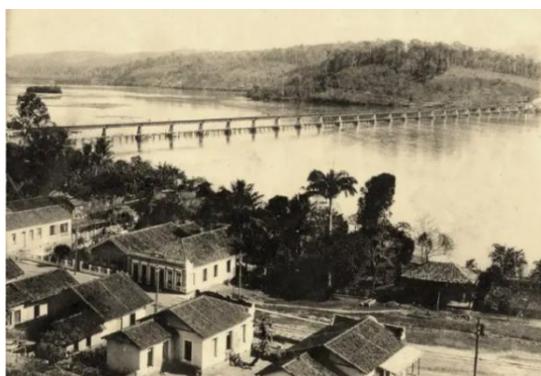
Transpor o rio Doce não era fácil. Antes da ponte em Colatina, a travessia desse rio constituía-se num processo demorado, difícil e perigoso porque se fazia por meio de uma balsa formada com canoas e presa por um cabo de aço. A ponte sobre o rio Doce em Colatina media 780 metros de extensão quando foi inaugurada (RIBEIRO, 1996). Sua edificação, durante o governo de Florentino Avidos (1924–1928), fez parte do projeto de construção da Estrada de Ferro Norte do Rio Doce para interligar a cidade de Colatina ao município de São Mateus. A

³¹ Além de colonos alemães, havia colonos pomeranos e outros identificados como alemães. Em Laginha do Pancas, distrito do município de Pancas, há uma comunidade de pomeranos.

construção dessa estrada de ferro malogrou, com exceção da ponte, que foi inaugurada em 28 de junho de 1928, depois de praticamente dois anos e meio de construção.

As fotografias 3 e 4 mostram a ponte sobre o rio Doce em Colatina em ângulos e momentos distintos. A da esquerda é da década de 1930 e apresenta o atual bairro Maria das Graças ainda coberto de mata. A da direita mostra a ponte com piso de madeira, substituído por um de concreto em 1943.

Fotografia 3 – Ponte sobre o rio Doce em Colatina



Fotografia 4 – Ponte sobre o rio Doce em Colatina (Piso de madeira)



Fonte: (MADURO, 1987).

A ponte ferroviária sobre o rio Doce em Colatina, “batizada” como ponte Florentino Avidos,³² ligou definitivamente as duas “bandas” do Estado: o norte de terras devolutas e de colonização recente e o centro-sul (SILVA, 2019a), de onde iniciou um processo de migração interna e de pequena distância para as “terras quentes”³³ do norte do Espírito Santo. Trata-se, conforme observa Maria Cristina Dadalto (2006; 2008), de uma migração formada por

³² Em Vitória também há uma ponte Florentino Avidos, conhecida popularmente como “Cinco Pontes”, que foi igualmente inaugurada, em 1928, no governo de Florentino Avidos.

³³ O norte do Espírito Santo, em geral, era considerado pelos imigrantes estrangeiros e descendentes como “terra quente” e as colônias do centro-sul como região de “terra fria”. Essa classificação encontra respaldo nos critérios de instalação dos imigrantes estrangeiros no Espírito Santo, determinados pela geografia e não pela fertilidade do solo ou distribuição da vegetação. Os imigrantes estrangeiros preferiam se instalar na região serrana, onde as temperaturas são mais amenas, sendo mais fácil viver e se proteger de doenças comuns nas terras mais quentes. De todo modo, “terra fria” são aquelas regiões localizadas em altitudes superiores a quinhentos metros. Nesse sentido, a classificação de “terra quente” não se restringe apenas ao norte do Estado, já que a antiga Colônia do Rio Novo estava situada em altitudes que variam de setenta a oitenta metros acima do nível do mar, portanto, considerada também região de “terra quente” e de colonização mais difícil (RÖLKE, 2016). Ademais, no município de Pancas, no norte do Espírito Santo, encontramos áreas classificadas como regiões de “terra fria” (BECKER, 1969; 1973).

imigrantes e descendentes italianos, alemães e pomeranos, dentre outros, especialmente de Castelo, Iconha, Venda Nova, Rio Novo e Alfredo Chaves, atraídos pela oferta de terras férteis para a cultura do café desenvolvida, normalmente, em pequenas unidades de produção familiar.

Entre 1920 e 1940, notamos uma acentuada queda na quantidade de imigrantes estrangeiros e descendentes nos municípios de Santa Leopoldina, Santa Teresa e Ibiráçu, da ordem de 302%, 144% e 149% (ALMADA, 1993). Nesse período, os Recenseamentos de 1920 e 1940 revelam que a taxa de crescimento demográfico em Colatina atingiu mais de 196% ou, em média, 9,81% ao ano, superando a taxa de crescimento populacional do próprio Estado e de todos os seus municípios.

Tais dados permitem entender que muitos dos pequenos proprietários estrangeiros e descendentes, além daqueles que não conseguiram terras particulares, localizados nas antigas colônias do centro-sul do Estado, adotaram o norte do Espírito Santo como principal área de atração populacional. Junte-se a esses igualmente aqueles que tiveram suas terras subdivididas por direito de herança ou esgotadas pelo uso.³⁴ Vale observar que a cultura cafeeira (associada direta ou indiretamente à exploração de madeira), nos momentos de crise ou de alta dos preços do café, exerceu forte influência na gênese e na expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce.

Os ganhos com a alta do café, na década de 1920, possibilitaram que grandes cafeicultores do sul do Estado adquirissem propriedades menores para seus filhos no norte do Espírito Santo (SALETTTO, 1996a). De igual modo, a crise cafeeira de 1937 a 1938, gerada pela supressão do imposto de exportação pago pelo Governo Federal, e a decorrente da Segunda

³⁴ Embora estejamos tratando do norte do Espírito Santo, queremos destacar que essa área não foi a única a atrair imigrantes estrangeiros e descendentes oriundos do centro-sul do Espírito Santo. Muitos deles também se deslocaram para outros municípios capixabas, como Afonso Cláudio, além de outros Estados do país, mais notadamente para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com respeito a esse último, Sandra Nicoli, Patrícia Genovez e Sueli Siqueira (2013) observam que, em especial, imigrantes italianos e descendentes de Alfredo Chaves, Castelo e Santa Teresa deslocaram-se para os municípios de Aimorés, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, no início do século XX. A Estrada de Ferro Vitória a Minas contribuiu para tanto.

Guerra Mundial, levaram à fragmentação da grande propriedade do vale do rio Itapemirim. No vale do rio Itabapoana, ao contrário, manteve-se a velha estrutura fundiária baseada nos latifúndios, com formação, inclusive, de outras fazendas. Diante da instabilidade financeira, os pequenos agricultores, particularmente do vale do rio Itabapoana, não tiveram outra opção a não ser vender suas terras, transformando-se em força de trabalho nas fazendas ou migrar para outras localidades, como o norte do Espírito Santo (ALMADA, 1993).

Essa zona, enquanto fronteira aberta, representava a possibilidade de aquisição de terras por compra a preços baixos, por simples posse, através da grilagem ou da expropriação, ou mesmo através da concessão gratuita. A Lei Estadual n.º 1.711,³⁵ de 18 de fevereiro de 1929, previa tal possibilidade para todo o Espírito Santo. É nesse contexto, portanto, que imigrantes estrangeiros e descendentes migraram para o norte do Espírito Santo, dando origem a diversos núcleos urbanos. Entre esses núcleos, destacam-se Marilândia, Novo Brasil (antiga Nova Itália), São Domingos, São Gabriel da Palha, São Rafael, São Sebastião do Bananal, São Pedro de Marilândia, Pancas, Tiradentes, São João Grande, Patrão-Mor, Moacir, Baunilha, Santa Luzia e Mutum. Alguns deles se tornaram municípios.

Imigrantes poloneses também contribuíram para a colonização do norte do Espírito Santo no século XX. Um contrato firmado, em 6 de outubro de 1928, com a Sociedade de Colonização em Varsóvia, levou à criação da Colônia de Águia Branca, transformada, posteriormente, em município homônimo (DADALTO; SIUDA-AMBROZIAK, 2020). O contrato previa a concessão gratuita de uma área de 50 mil hectares no norte do rio Doce, no município de Colatina ou de São Mateus, a qual deveria ser dividida em 2 mil lotes de 20 a 30

³⁵ Esta lei é considerada a primeira lei de terras do Espírito Santo. Em seu capítulo V, havia previsão para concessão gratuita de terras públicas (um lote agrícola de 25 hectares ou um lote pastoril de 50 hectares) para cidadãos brasileiros chefes de famílias, desde que provassem ser aptos para o trabalho e que tivessem bom comportamento. Havia outras condições, entre elas a de não poder receber mais de um lote; de cultivar o lote recebido e nele residir no prazo de um ano; não derrubar mais árvores do que as necessárias para sua cultura e nem deixar de aproveitar a área derrubada e de pagar a medição da terra em até dois anos. A lei também previa o incentivo à produção cacaueteira nos vales do rio Doce, São Mateus e Itaúnas (DEMONER, 1986).

hectares. Entre outras obrigações, a concessionária deveria introduzir pelo menos 1.800 famílias com, no mínimo, três pessoas válidas para o trabalho. O marido e a esposa deveriam ter menos de 50 anos, um filho ou filha deveria ser maior de 13 anos. A fim de cumprir o contrato de oito anos, a Sociedade de Colonização teria que assentar, ao menos, 100 famílias anualmente (ESCRITURA, 1934b). O contrato não foi cumprido. Apenas 777 camponeses deram entrada na colônia (FRANCESCHETTO, 2014).

A presença de imigrantes estrangeiros e descendentes oriundos do próprio Estado, bem como de poloneses em Águia Branca, não diminui a presença dos migrantes “nacionais”³⁶ no norte do Espírito Santo ou em qualquer zona de fronteira do território capixaba. Considerando apenas o principal município de cada uma das fronteiras analisadas até agora (Cachoeiro de Itapemirim para o vale do rio Itapemirim e Alegre para o vale do rio Itabapoana, caso da fronteira agrícola sul do Espírito Santo, e Colatina para a fronteira agrícola do vale do rio Doce)³⁷ e o Recenseamento de 1940, percebemos que o percentual de negros e pardos, nesses municípios, era de 38,02%, 39,29% e 38,92%. Dessa forma, não resta dúvida de que essa população teve uma influência decisiva nas fronteiras agrícolas do Estado, composta, sobretudo, de acordo com Vilma Almada (1993), por fluminenses e mineiros.

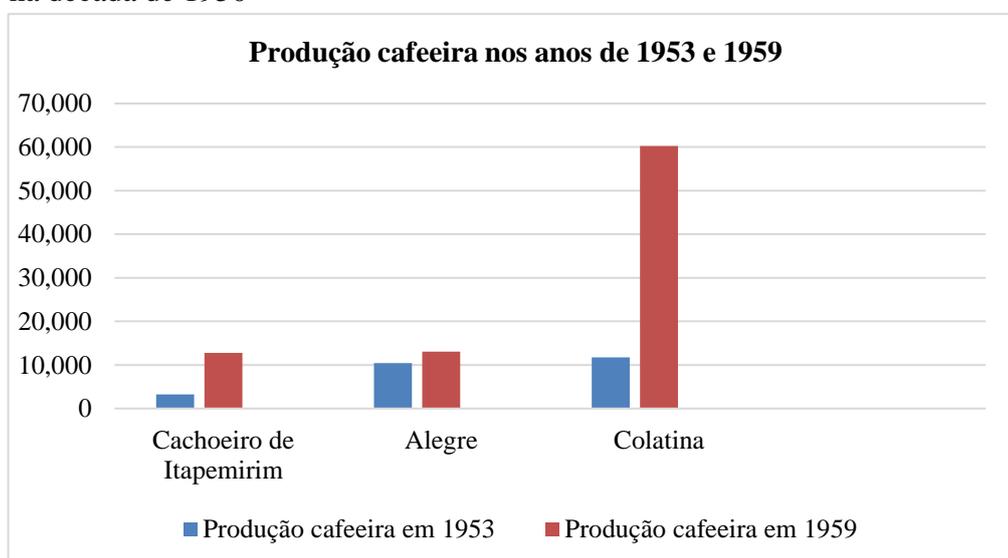
1.4 A centralidade do município de Colatina no vale do rio Doce

³⁶ Usamos a denominação “nacionais” apenas para distinguir os imigrantes estrangeiros e descendentes daqueles de origem luso-brasileira provenientes dos demais Estados do país e do próprio Espírito Santo. Não nos abstraímos do fato de que os filhos de imigrantes estrangeiros nascidos no Brasil também são “nacionais”, além das questões de naturalização que, aliás, não fazem parte de nossa análise nesta pesquisa.

³⁷ Adotamos apenas o principal município de cada fronteira agrícola porque é difícil definir com exatidão a área de cada uma delas, principalmente no caso do sul do Estado, onde os vales dos rios Itapemirim e Itabapoana estão muito próximos. Além disso, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Colatina polarizavam os demais municípios em suas respectivas fronteiras agrícolas. Visamos também evitar o superdimensionamento de dados. Lembramos, nesse caso, de Vilma Almada (1984; 1993) quando analisa a quantidade de trabalhadores escravizados na “Comarca cafeeira de Itapemirim”. Na realidade, “comarca” se refere a uma determinada área da administração judiciária. A utilização do termo permite englobar vários municípios numa mesma zona. De igual modo, no caso do vale do rio Doce, em particular, há superdimensionamento de dados quando a autora inclui os municípios de Santa Leopoldina e Santa Teresa, juntamente com Colatina/Linhares, sob a denominação de “região centro-norte”.

A ascensão de Colatina no vale do rio Doce se deu concomitantemente à expansão da própria fronteira agrícola nessa área desde o final do século XIX. Conquanto essa fronteira estivesse em franca expansão, notadamente a partir dessa época, cabe destacar que até o final dos anos 1940, era o vale do rio Itabapoana, já em processo de declínio populacional,³⁸ quem ainda se mantinha como o maior produtor de café do Estado. Posição que, aliás, não conseguiu manter a partir dos primeiros anos da década de 1950, quando perdeu lugar também nesse quesito para o vale do rio Doce. O gráfico 2 demonstra como se deu esse processo.

Gráfico 2 – Produção cafeeira nos vales dos rios Itapemirim, Itabapoana e Doce na década de 1950



Fonte: (IBGE, 1953; 1959). Elaboração própria.

Percebemos que, em 1953, Colatina havia superado moderadamente a produção cafeeira de Alegre. Notamos também que, no ano de 1959, os três municípios, incluindo Cachoeiro de Itapemirim, aumentaram suas produções de café. Colatina, no entanto, nesse ano, superou em muito a produção cafeeira dos outros dois municípios, apresentando o maior crescimento percentual de todo o Estado, chegando a 412,72%, com uma produção de 60.216 toneladas de café. Com efeito, a década de 1950 marcou o período do auge da fronteira agrícola do vale do

³⁸ Considerando apenas o município de Alegre no vale do rio Itabapoana, destacamos que esse município, em 1940, apresentou um crescimento demográfico de 32,20%, para em seguida, perder população nas décadas de 1950 e 1960 com taxas negativas de 5,46% e 15,89%, respectivamente (IBGE, 1940, 1950, 1960).

rio Doce e de ascensão de Colatina como seu principal município e um dos mais importantes e dinâmicos de todo o Espírito Santo.

Walter Alberto Egler (1962), geógrafo que realizou expedições no Espírito Santo, organizadas pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), nos anos de 1949 e 1950, detendo-se, particularmente, no norte do Estado, apresenta informações que ilustram bem o dinamismo socioeconômico de Colatina naqueles anos. Segundo ele,

Colatina é, acima de tudo, cidade dinâmica. As ruas estão sempre repletas de gente movimentando-se de um lado para outro, fazendo as suas compras, realizando negócios ou apenas em trânsito para outros lugares. Os hotéis e pensões estão sempre superlotados e os restaurantes contam com numerosa freguesia. Sempre há um trem parado na rua, carregando sacos e mais sacos e imensas toras de madeira. Ao mesmo tempo, na pequena praça em frente à prefeitura, reúne-se a mais grotesca coleção de ônibus que se pode imaginar. Estes fazem a ligação de Colatina com os quase inacessíveis extremos da penetração pioneira da região ao norte. Mantena, Pancas, São Mateus e uma série de outros centros secundários têm assim ligação regular com Colatina e, além disso, há constante ligação com Vitória, com escalas em Santa Teresa e Santa Leopoldina.

As ruas sempre movimentadas, percorridas por uma população geralmente maltratada que vem ou que vai para o interior, não oferecem o descanso de um parque ou de um ajardinamento. O eterno aspecto da fileira de vagões carregando e descarregando em plena rua contribui para enfear o seu aspecto urbano.

Mas, deixando de lado esta primeira impressão, reconhece-se em Colatina um coração que pulsa, enviando e recebendo sangue de uma extensa região que está sob sua direta influência. A cada canto da cidade ergue-se uma bomba de gasolina e oficinas de conserto não faltam. O comércio, evitando todo o supérfluo que representa luxo, oferece ao comprador do interior, que vem à cidade abastecer-se os mais variados utensílios e produtos necessários à sua faina rural. Poucas, também, são as diversões públicas. Colatina não tem tempo para se divertir.

Dois atividades principais caracterizam a mesma: a extração de madeira e a cultura do café [...] (EGLER, 1962, p. 168–169).

Segundo o Censo Econômico de 1950, Colatina possuía um total de 204 empresas atuando na exploração comercial de madeira bruta e madeira beneficiada (toras, vigas, postes e dormentes). Tratava-se da maior quantidade de empreendimentos do ramo em todo o Estado, conferindo ao município a posição de polo industrial no vale do rio Doce, responsável pela maioria da madeira exportada pelo Espírito Santo na época. Vale observar que São Mateus, classificado entre os maiores núcleos de exploração madeireira no norte do Estado, contava com 104 empresas no mesmo setor. Além disso, municípios como Conceição da Barra e Linhares não apresentaram nenhuma madeireira operando na mesma atividade econômica.

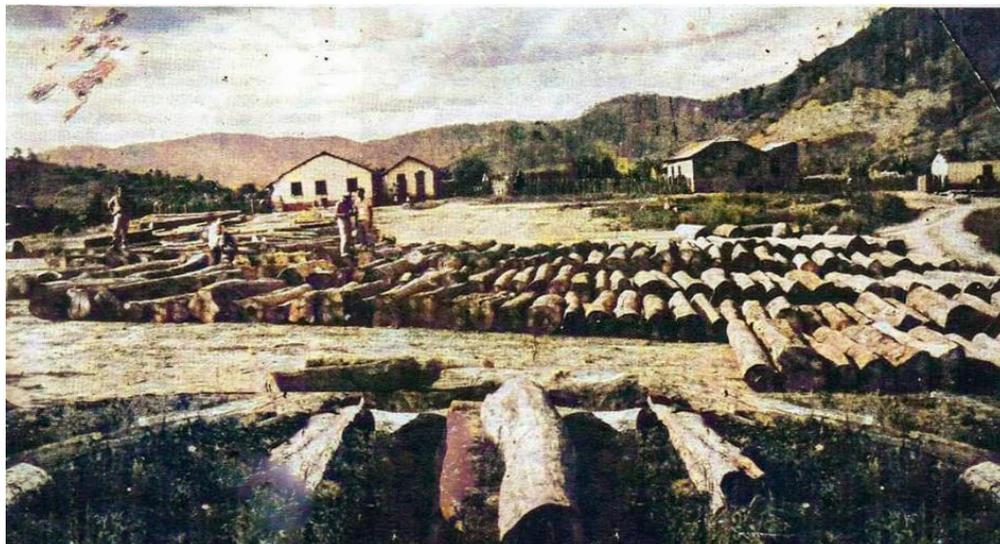
A exploração madeireira, particularmente no vale do rio Doce, transformou Colatina em um “grande tombador” de madeira. No bairro São Silvano, em especial, onde se encontrava boa parte das serrarias do município, entre elas, a Serraria Floresta, a Indústria Eugênio Meneguelli Ltda., a Serraria Spelta Ltda., a Indústria Madeireira Alves Marques Ltda. (Sicam), havia toras de madeira espalhadas por “todos os lados”. Espécie de depósito ao ar livre no meio da mata, nas margens dos rios, próximo de linhas férreas, em terrenos baldios, cantos de ruas, beira de estradas, frente e pátio das serrarias ou em praças públicas, os tombadores serviam também para a medição e o corte da madeira e, muitas vezes, para a realização de um preparo inicial das toras mediante o descascamento a fim de serem processadas ou vendidas. As fotografias 5 e 6 apresentam dois tombadores de madeira em Colatina, na década de 1940. Por meio delas, podemos ter uma noção mais apurada da localização desses tombadores e de como esses espaços eram utilizados.

Fotografia 5 – Tombador de madeira na praça de Colatina (Década de 1940)



Fonte: (CAVAZZONI, 2022).

Fotografia 6 – Tombador de madeira na atual Av. Sílvio Avidos, em São Silvano, Colatina (Década de 1940?)



Fonte: (MADURO, 1987).

O jornal Folha Capixaba, em reportagem de 18 de agosto de 1956, destacou as seguintes informações sobre a cidade de Colatina:

[...] população estimada em 120 mil habitantes.³⁹ Atividades econômicas – café, pecuária e madeiras. Estabelecimentos econômicos, há na sede 25 atacadistas, 535 varejistas, 53 estabelecimentos industriais e 07 bancários. Veículos registrados na Prefeitura, 1000, entre automóveis, caminhões, ônibus e caminhonetes. Há 5 hospitais, 3 bons cinemas, 32 pensões, 7 hotéis e cerca de 2 mil ligações elétricas. [...]. (COLATINA, 1956, p. 10).

Tais dados remetem, necessariamente, à ideia de modernização. Obviamente, isso não significa que Colatina não apresentasse sérios problemas de infraestrutura ligados, entre outros, ao abastecimento de água, ao recolhimento de lixo e ao calçamento de ruas. Problemas, aliás, denunciados pela mesma reportagem do jornal Folha Capixaba. No entanto, é difícil não se impressionar com o vertiginoso crescimento socioeconômico e estrutural de um município que, pouco mais de 20 anos antes, praticamente não possuía energia elétrica, estava quase todo reduzido à margem sul do rio Doce e mal havia inaugurado a sede de sua Prefeitura.

³⁹ Vale observar, em particular, o rápido crescimento demográfico de Colatina. O Recenseamento de 1950 apontava uma população de 100.437 habitantes para esse município, seguido de Cachoeiro de Itapemirim com 81.082; Alegre com 58.968 e Vitória com 50.922 pessoas, completando o quadro dos municípios capixabas com mais de 50 mil habitantes na época.

De fato, trata-se de características encontradas em zonas de fronteira agrícola onde, normalmente, se verifica grande afluxo migratório, acelerada expansão da agricultura e o surgimento rápido de ruas, casas, povoados e cidades. Algumas cidades, a propósito, surgem muito rápido, praticamente de um dia para outro (SILVA, 2023b). Além disso, a acentuada valorização das terras, outra marca dessas zonas, expõe uma das contradições mais visíveis em áreas de fronteira agrícola, qual seja, a violência, em particular pela posse, uso e propriedade da terra.

Moacir de Freitas (2021) conta que, no início dos anos 1950, seu pai havia formado lavoura de café numa área de terra devoluta, próximo ao braço sul do rio São José, em Águia Branca. Observa ainda que seu pai

[...] mediu lá um quadro de mata (500 x 1000 metros), formou o café..., cana..., deu cada cana enorme. Eu era criancinha, garotinho, mas cheguei a presenciar isso. A terra não tinha dono. Era terra devoluta. Havia um vizinho que já era fazendeiro lá, forte no lugar, um tal de Ermolau Coutinho. Eu estava com seis, sete anos, quando comecei a presenciar aquelas plantações. Sei que o terreno do meu pai era muito bonito. Meu pai não tinha recursos para registrar a terra no cartório. Esse tal de Coutinho foi lá no cartório e registrou o terreno que era do meu pai.

Chegou um oficial de justiça, eu creio que era, e mostrou ao meu pai: “olha, o senhor tem um despejo aqui”. “Despejo de quê?” “É que o senhor está no terreno do...”. “Não! Eu derrubei. Eu formei aqui... Eu que comecei”. “Mas, olha, está aqui, está registrado”.

Meu pai já estava lá há uns 8 anos. Ele [Ermolau Coutinho], para o meu pai sair e não ficar de mãos vazias, deu uma pratinha de um real e outra de cinquenta [centavos].⁴⁰ Eu não sei quanto era esse dinheiro na época. Era para meu pai fazer a mudança e desocupar. Certamente para não morrer, não é? Você sabe... Aí meu pai olhou para a família, olhou para os filhos, para a mulher, minha mãe, e disse: “é, o que eu vou fazer?” “Vou ter que sair mesmo”. Botou a gente no carro, viemos parar em São Silvano.

São Silvano não tinha nenhuma casa, era tombador de madeira. Tinha casca de madeira de jacarandá... Meu pai chegou ali, no centro, próximo à igreja católica, fez tipo uma cabana de casca de madeira e nós entramos embaixo. Ficamos ali. [Meu pai] fazia biscates para um, para outro, e nós íamos comendo e bebendo daqueles biscates que ele fazia (FREITAS, 2021).

As arbitrariedades cometidas por Ermolau Coutinho para expulsar posseiros no norte do Espírito Santo não passaram despercebidas, pelo menos não da mídia jornalística carioca. Segundo reportagem do jornal *Voz Operária* (RJ) (1952),

⁴⁰ A referência ao “real” é apenas uma forma do entrevistado expressar valor, já que não se lembra da moeda corrente na época. De todo modo, fica evidente que se tratava de algo de pequena monta. O “real”, atual moeda brasileira, entrou em vigor a partir de 1994.

Os posseiros do distrito de São Domingos, Espírito Santo, estão sendo alvo de uma campanha de terror iniciada contra eles pelo latifundiário Ermolau Coutinho, dono da fazenda “São Silvano”, situada no braço sul do Rio São José. Esse latifundiário, comandando vários cangaceiros, está invadindo as residências dos posseiros da zona e exigindo que eles abandonem as terras em que trabalham. Os camponeses detidos pelo latifundiário foram conduzidos em caminhões para a delegacia de polícia, cujo tenente é simples serviçal do odioso latifundiário. São mais de 40 os posseiros ameaçados de perder suas terras, [...]. (TERROR, 1952, p. 9).

A reportagem revisita outro tema importante no que respeita às questões entre fazendeiros, grileiros e posseiros em áreas de fronteira agrícola, qual seja, o envolvimento de autoridades. Nesse caso, em particular, destaca-se a participação de autoridades policiais. Ademais, fica evidente que os habitantes dessas áreas padecem de problemas ligados à assistência social, à moradia, ao amparo jurídico, além da violência contra a pessoa e à dignidade humana. Características, como podemos perceber, encontradas no município de Colatina, nos anos 1950.

Mesmo assim, desde o início da década de 1930, Colatina era conhecida como a “Princesa do Norte” (LEGIÃO, 1931). A questão era simples: se Cachoeiro de Itapemirim era a “Princesa do Sul”, desde os anos 1920 (EXCURSÃO, 1929), deveria haver igualmente uma “Princesa do Norte”. A elite política e econômica colatinense não perdeu tempo. O título está associado, sobretudo, ao desenvolvimento e ao dinamismo econômico, mas é claro, possui evidente dose de ufanismo enquanto era utilizado com vistas a enaltecer a história, as qualidades ligadas à posição geográfica, bem como às conquistas do município como produtor de mercadorias principalmente de café e madeira. Com isso, Colatina adquiria projeção e legitimidade como centro econômico e político no norte do Estado. O epíteto, entretanto, não se trata de uma invenção da elite política e econômica de Cachoeiro de Itapemirim nem da Colatinense.

Em 1910, já se fazia menção ao município de Serra, na atual região metropolitana de Vitória, como a “Princesa do Norte” (TÃO, 1910). Mais tarde, na década de 1920, atribuía-se a mesma designação ao município de São Mateus. Naquela ocasião, discutia-se a letargia econômica que havia se abatido sobre o município devido à decadência do comércio no porto

do rio São Mateus (NOSSA, 1927). Em todo caso, é inegável, que ao irromper os anos 1950, Colatina havia se tornado “uma capital regional, cidade de comércio e indústria”, “um verdadeiro nó de comunicações” onde se destacava a madeira e se cruzavam a rodovia de Vitória para o norte e a Estrada de Ferro da Vale do Rio Doce (antiga Vitória a Minas)⁴¹ (GEIGER, 1951, p. 435).

Nessa época, o município de Colatina vivia de sua posição como centro da expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce e da exportação, principalmente, de café, de gado bovino e de madeira. Quanto à fronteira agrícola, sua expansão, no início dos anos 1950, seguindo em “sentido norte”, havia alcançado seu ponto extremo no rio 15 de Novembro, na bacia do rio São Mateus.⁴² Lateralmente, em direção ao leste, a fronteira agrícola do vale do rio Doce apenas se avizinhava com o município de Linhares. Significa que parte desse município, especialmente sua porção leste, além da maioria da zona de Nova Venécia e do município de São Mateus, não havia sido atingida pela expansão dessa fronteira.

Mesmo no vale do rio Pancas, importante eixo para a expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce, ainda havia mata preservada (EGLER, 1962). Essas áreas compõem o que chamamos de “expansão interna” da fronteira agrícola do vale do rio Doce. Elaboramos essa ideia com vistas a melhor analisarmos o desenvolvimento da fronteira agrícola do vale do rio Doce, no norte do Espírito Santo, nos anos 1950 e 1960. É perceptível que essa fronteira, no início da década de 1950, não havia perdido intensidade, embora tivesse alcançado a bacia do rio São Mateus. O que não significa afirmar que ela tenha se propagado, pelo menos, não muito além desse limite.

⁴¹ Em primeiro de junho de 1942, mediante o Decreto-lei n.º 4.352, o Governo Federal encampou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, a quem a Estrada de Ferro Vitória Minas pertencia, desde 1940. Com essa encampação, surgiu na mesma data a Companhia Vale do Rio Doce S.A, tornando-se, portanto, proprietária da Estrada de Ferro Vitória Minas (ARARIPE, 1954).

⁴² Bertha Becker (1969, 1973) aponta os rios 2 de Setembro e 15 de Novembro como extremos do avanço da “franja agrícola” sobre o norte de Colatina. Como ficou claro, nesse caso, o que ela chama de “franja”, nós qualificamos como “fronteira agrícola do vale do rio Doce”. Entendemos ainda que essa fronteira não avançou até o rio 2 de Setembro nem se limita com ele. Esse rio faz parte da área de propagação da fronteira agrícola da região contestada.

Isso decorre do fato de que a fronteira tem fim. Mais do que isso, uma fronteira agrícola empírica, ao contrário da que Von Thünen concebeu em seu “Estado Isolado” (embora também lhe tenha incorporado distorções), não se desenvolve de modo idêntico, nem linearmente ao longo de um determinado território ou região. Trata-se, na verdade, de um fenômeno complexo, não harmônico, caracterizado pela tensão entre o Estado e o mercado e entre segmentos da sociedade de fronteira, que tem implicações em âmbitos da geopolítica, social, econômico, cultural e ambiental. Além disso, a fronteira agrícola, sobretudo quando incentivada pelos governos, possui caráter estratégico.

A fronteira agrícola possui historicidade: origem, meio e fim. Também possui dinâmica própria movida pela disponibilidade e fertilidade de “terras livres”, bem como pela existência de recursos naturais exploráveis. Acrescente-se a interferência do Estado, sobretudo quando a fronteira constitui projeto de governo, com investimentos em infraestrutura e concessão de incentivos fiscais e creditícios, dentre outros. Por isso, a fronteira agrícola exerce forte atração migratória e de capitais nacionais e internacionais.

Em última instância, a fronteira agrícola possui íntima relação com o sistema capitalista, sendo ela mesma uma das formas pelas quais o capital se expande e se territorializa, derrubando barreiras, modificando a paisagem e as estruturas socioeconômicas vigentes, revelando suas contradições; transformando “tudo” (fauna e flora, a terra e seus recursos minerais, além da própria força de trabalho expropriada dos meios de produção) em mercadoria, na incessante corrida para conquistar e ampliar mercados. Características, aliás, encontradas na fronteira agrícola do vale do rio Doce, de onde emergiu a centralização de Colatina. A propósito, é sobre a “expansão interna” dessa fronteira que se dedica a próxima seção.

1.5 A “expansão interna” da fronteira agrícola do vale do rio Doce

Destacamos, especialmente, os municípios de Linhares, Nova Venécia e São Mateus, visivelmente nos anos 1950 e 1960 como áreas de “expansão interna” da fronteira agrícola do vale do rio Doce. Isso porque, como já observamos, a análise do desenvolvimento dessa fronteira apenas quanto à sua propagação no “sentido norte” não condiz com a complexidade do fenômeno, tampouco corresponde à sua zona de abrangência. Com relação ao município de Linhares, estamos seguros de que sua porção noroeste, onde atualmente se localizam os municípios de Sooretama e Rio Bananal, representa um caso especial em termos de expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce.

Nos anos 1950, Sooretama e Rio Bananal, desmembrados de Linhares, em 1983 e 1994, ainda estavam praticamente por desbravar,⁴³ constituindo-se em zona de atração populacional por conta da existência de terras virgens e madeiras de lei. Geraldo Cuzzuol (2021), que chegou a Linhares em 1948, com apenas um mês de nascimento, disse que, quando era criança, em meados da década de 1950, ainda havia muita mata em Chumbado, distrito do atual município de Sooretama. Segundo ele,

Ali no chumbado tinha muita mata naquela época. Nossa! O papai derrubou muita mata aí tirando madeira. [Ele] trabalhou por quatro anos no Patrimônio da Lagoa, lá no Chumbado, derrubando mata para os outros. Meus irmãos, às vezes, antes de derrubar a mata, tiravam madeira para lavrar dormentes que iam para Aracruz (CUZZUOL, 2021).

A produção industrial em Linhares era muito pequena nos anos 1950, contava com apenas nove empresas, incluindo cinco serrarias, as demais ocupavam-se quase exclusivamente com o beneficiamento de café e cereais. O cacau representava 63,72% de toda a produção agrícola do município e a cultura cafeeira contribuía com 30,9%. Produtos como a mandioca, o feijão e a batata-doce não chegavam a se destacar (IBGE, 1959). Poucos anos antes, conforme

⁴³ Vale observar que até o início da década de 1950, o município de Linhares havia sido contemplado com a criação das seguintes reservas florestais: Reserva do rio Barra Seca, criada em 1941, e o Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres de Sooretama, criado em 1943 (formam a atual Reserva Biológica de Sooretama); o Parque Biológico da Região Leste, criado em Linhares e Aracruz no ano de 1953 (atual Reserva Biológica de Comboios) e a Reserva Natural da Vale do rio Doce. Essa última é uma reserva particular (SANTOS, 2016).

o Censo Industrial de 1950, havia apenas uma empresa madeireira em Linhares e se ocupava da produção de lenha. A propósito, a menor produção de lenha no Estado, com apenas 200 m³.

O que sugere que a paisagem florestal no município não havia sido drasticamente comprometida, ainda no início dos anos 1960, pelo menos não na área onde a fronteira agrícola do vale do rio Doce estava em expansão. Genoveva Hupp Gama da Silva (2021), cujos pais moraram em Colatina e Linhares desde os anos 1930, disse que sua família chegou ao Chumbado, em 1960, e que, ainda nesse ano, era possível encontrar mata nativa naquele distrito.

Vejamos:

Quando nós chegamos ali [no Chumbado] era mata pura, mata virgem mesmo, de ter peroba, jacarandá e tudo quanto é madeira de lei. O papai comprou terra, oito alqueires. No Chumbado, nós trabalhávamos na roça com café, o papai e o resto dos meus irmãos menores. Os maiores lavravam dormente. [...]. O papai empreitou [a mata] para um agrimensor chamado Aracati. Era para esse homem tirar a madeira, toda a madeira de lei, e deixar a mata para nós derrubarmos e passar o fogo para fazer plantação. Era para ele pagar essa madeira ao papai, só que ele não pagou. Nós chegamos ali, em 1960, e no início de 1961, ele ainda estava derrubando aquela mata. Era muita mata. Ele era agrimensor. Você sabe que agrimensor mede terra, não é? Mas ele tirou muita madeira dali, muito caminhão. Eu não sei para onde ele levou aquela madeira (SILVA, 2021).

Os testemunhos de Geraldo Cuzzuol (2021) e de Genoveva Hupp (2021) contribuem para a melhor compreensão da dinâmica da fronteira agrícola do vale do rio Doce, em Linhares, particularmente no que se refere à exploração madeireira através da produção de dormentes por pequenos agricultores e do arrendamento da “mata fechada” para extração de madeira. Práticas comuns no norte do Espírito Santo na mediada em que as correntes migratórias ocupavam novas áreas, integrando-as mais diretamente ao mercado.

No início dos anos 1950, o município de Linhares detinha a segunda menor densidade demográfica do Estado, com oito habitantes por km². Entre os Censos de 1950 e 1960, no entanto, seu crescimento populacional chegou a mais de 121%. Em 1950, Linhares tinha uma população de 29.381 habitantes. Em 1960, essa população chegou a 64.974 pessoas. Os números também impressionam quando lembramos das cinco serrarias localizadas no município em meados de 1950. Dados do Censo Industrial de 1960 informam que,

aproximadamente cinco anos mais tarde, Linhares já contava com 34 empresas madeireiras em operação, sendo 25 serrarias e 9 firmas de móveis.

Tais dados refletem, ao menos em parte, os resultados dos investimentos em infraestrutura no município, que também o destacam no Espírito Santo em termos de integração regional. Linhares, tal qual Colatina, é cortado pelo rio Doce que o separa do centro-sul do Estado. A transposição desse rio no município, até os primeiros anos da década de 1950, ainda se fazia por meio de canoas, botes e balsas. Essas últimas, impulsionadas, muitas vezes, por varas. Essas balsas nem sempre estavam em bom estado de conservação, aumentando, com isso, os riscos da travessia e a apreensão nos usuários desse meio de transporte. A situação piorava em caso de “mau tempo”, nos períodos em que o rio estava cheio com maior volume de água e, principalmente, em casos de grandes enchentes.

A inauguração da Ponte Presidente Vargas, em 22 de junho de 1954, sobre o rio Doce, em Linhares, resolveu a situação. Essa ponte media 638 metros de extensão, 11 de largura e 12 de altura. Sua construção iniciou no fim do governo de Carlos Lindenberg (1947–1951) e durou quatro anos e meio, com a maioria dos trabalhos realizados no segundo governo de Jones dos Santos Neves (1951–1955). A denominação da ponte é uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas. Ele esteve presente na inauguração juntamente com Jones dos Santos Neves, Luiz Derenzi, diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER–ES), Carlos Lindenberg, então senador, e Régis Bittencourt, diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), além de deputados federais e estaduais, entre outras autoridades (PERROTA, 1954). A fotografia 7 mostra como se dava a travessia de veículos no rio Doce, em Linhares, antes da Ponte Presidente Vargas.

Fotografia 7 – Travessia do rio Doce, em Linhares, por meio de balsa. Na parte superior, visualiza-se a Ponte Presidente Vargas em final de construção



Fonte: (ESPÍRITO SANTO, 1958).

Evidencia-se, portanto, a relevância da Ponte Presidente Vargas como peça fundamental do processo migratório e do crescimento econômico de Linhares, sobretudo no que toca à instalação de empresas, especialmente as madeireiras, impulsionando a exploração de madeira no município a partir da segunda metade dos anos 1950. Sua edificação fez parte do Plano Rodoviário Nacional, criado, em 1944, para a construção e pavimentação das estradas de rodagem a fim de articular os mercados regionais do país, servindo diretamente à integração rodoviária do Estado por meio da BR-5, atual BR-101. Tal integração, particularmente entre Linhares e São Mateus, tornou-se realidade a partir da década de 1930.

Até o final dos anos 1920, o município de São Mateus só dispunha de comunicação efetiva por via marítima, por onde se integrava à capital, Vitória, e a outros Estados, especialmente Rio de Janeiro e Bahia. A picada da linha telegráfica, desde 1876, era a única ligação terrestre de São Mateus com Linhares. Para Cícero Moraes (1953, 2004), somente muita força de expressão poderia considerá-la como uma via terrestre. Segundo ele, essa picada media 20 léguas de São Mateus a Linhares e era um verdadeiro deserto em que não se encontrava

nenhum habitante. Caso se quisesse ir a Vitória, depois de Linhares, ainda havia mais 10 léguas até Cavalinho, no atual município de João Neiva, onde se localizava a estação mais próxima da Estrada de Ferro Vitória a Minas, para, enfim, embarcar no trem rumo a Vitória.

De 1936 em diante, a integração rodoviária de São Mateus com Vitória tornou-se “mais fácil”. Dessa vez, uma estrada de rodagem, de chão batido, ligando São Mateus a Linhares, possibilitava o trânsito de caminhões e ônibus. As dificuldades, contudo, não eram poucas. A sinuosidade da estrada alongava a distância, tornando a viagem mais demorada.⁴⁴ No período das chuvas, por exemplo, transitar por ela, por veículos automotores, tornava-se uma verdadeira aventura por conta dos atoleiros. A abertura dessa estrada, no entanto, segundo Eliezer Nardoto (2011), contribuiu para o declínio do porto de São Mateus, atingindo a economia do município.

A Estrada Colatina-Nova Venécia, iniciada no final dos anos 1920, conseguiu interligar esses dois municípios praticamente três décadas depois, em 1947 (SARTÓRIO, 2007, v. 1). São Mateus ganhava, então, outra via de acesso à Vitória, passando por Nova Venécia e Colatina, que, enquanto centro político e econômico do vale do rio Doce, estava em condições de oferecer melhores negócios para cafeicultores e madeireiros, dentre outros. Assim, as relações comerciais de Nova Venécia com São Mateus sofreram um desvio para Colatina. Com isso, São Mateus perdia seu distrito mais próspero, ao mesmo tempo, em que Nova Venécia lograva desenvolver-se mais rapidamente.

Desde 1939, o futuro município de Nova Venécia já se nivelava com São Mateus em termos econômicos. Sua ligação com Colatina, a partir de 1947, no contexto de expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce, o transformou no centro de quase toda a zona produtora

⁴⁴ O trajeto de São Mateus a Vitória, nessa época, dava-se da seguinte forma: seguia-se de São Mateus a Linhares, passando por Jaguaré, Juncado, Santa Luzia, Chumbado, margeando a lagoa Juparanã, para enfim transpor o rio Doce, em Linhares, por meio de uma balsa, obviamente, até a construção da Ponte Presidente Vargas. Daí em diante, seguia-se por Bebedouro, Jacupemba e Desengano, ainda em Linhares. Chegava-se a Guaraná, já em Aracruz, de onde se seguia na direção leste, pela antiga Estrada de Água Boa, até Sauaçu, ainda em Aracruz. Alcançava-se Praia Grande, no atual município de Fundão, de onde se atingia Nova Almeida e Jacaraípe. Daí, seguia-se na direção oeste até Pitanga, no município de Serra, para sair na atual Ponte da Passagem sobre o rio Santa Maria, em Vitória (SARTÓRIO, 2007, v. 1).

da Serra dos Aimorés, polarizando os municípios de São Gabriel da Palha, Boa Esperança e Pinheiros. Na década de 1950, a expansão de Nova Venécia, bem como sua atividade industrial, foram direcionadas para áreas próximas à estrada para Colatina (FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES, 1980). Nesse período, Nova Venécia teve um aumento populacional de quase 93%. Os Censos Demográficos de 1950 e 1960 revelam que o município saltou de uma população de 22.284 pessoas para 42.992 habitantes.

Finalmente, em 1953, Nova Venécia se constituía como município independente de São Mateus, tendo a maioria de suas rendas oriundas da pecuária e do café. Quase todas as indústrias do município decorriam das atividades de beneficiamento de produtos agrícolas ou de gêneros derivados do leite. Das mais importantes, enumeram-se quatro cerâmicas, três fábricas de aguardente e apenas duas empresas madeireiras (IBGE, 1959). Essa reduzida quantidade de empresas do setor madeireiro se justifica pelo fato de que, embora Nova Venécia estivesse na área de abrangência da fronteira agrícola do vale do rio Doce, o município servia muito mais como zona de abastecimento das várias empresas madeireiras de outros lugares, especialmente de São Mateus.

Na década de 1950, contudo, Nova Venécia ainda apresentava uma regular reserva em madeiras de lei, entre as quais se encontravam peroba, cerejeira, bicuíba e jequitibá (IBGE, 1959). Praticamente, um ano após a emancipação política desse município, notadamente, em dezembro de 1954, chegava ao fim a construção da ponte sobre o rio São Mateus. Construída em cimento armado, fora do centro urbano, medindo 206 metros de extensão, a Ponte Régis Bittencourt, como foi batizada, pôs fim à utilização de balsas para atravessar o rio. A fotografia 8 nos permite ter uma noção de como se dava essa travessia no porto do município de São Mateus.

Fotografia 8 – Travessia do rio São Mateus até a construção da ponte Régis Bittencourt no município de São Mateus



Fonte: (ESPÍRITO SANTO, 1958).

Ao contrário da Ponte Presidente Vargas, inaugurada apenas seis meses antes, cuja importância socioeconômica para o município de Linhares é notória, a Ponte Régis Bittencourt, embora também fizesse parte do plano de integração rodoviário do Estado por meio da BR-5, não trouxe resultados positivos para a economia de São Mateus. Pelo menos, não no que toca ao comércio realizado no porto da cidade. No início dos anos 1950, o porto de São Mateus sofria um processo de gradativo esvaziamento de suas funções comerciais. A ponte Régis Bittencourt caracteriza-se como peça importante desse processo. Além do advento das estradas e caminhões, a construção de navios maiores com maior calado inviabilizou o transporte de mercadorias através desse porto.

Tal situação gerou um clima de instabilidade econômica em São Mateus. Frente à nova realidade, alguns comerciantes mudaram-se para municípios mais prósperos. O comércio, entretanto, predominante no porto, passou a ser exercido na cidade alta, ao longo da década de 1960, contando com a BR-101 como indutor (BONOMO, 2010). Com relação à cobertura florestal, verificamos que, no início dos anos 1950, as matas ainda cobriam mais de 51% da

área dos estabelecimentos agropecuários registrados no município (IBGE, 1959), o que nos permite acreditar que, nessa época, São Mateus possuía imensa reserva de madeiras de lei. Fato confirmado por Mateus Nascimento (2021), que trabalhou por mais de 20 anos tirando lenha em uma área próxima ao rio Preto. Segundo ele,

Do rio Preto para cima era mata purinha, mata bruta. Era ali que tirávamos lenha para vender para a Cacique. Trabalhei uma porção de tempo porque o nosso ganha-pão era ali. Aquele terreno era do finado Ciro. Era um terreno largado porque ele não fazia questão. Nós tirávamos lenha, cortávamos. Aí, tinha um rapaz por nome Joathan. Ele era da Serraria Cacique. Ele pegava a lenha para vender e nos pagava para a gente comprar as coisinhas de casa. Nós tirávamos a lenha de graça, podia tirar à vontade. Ele [o Ciro] não nos cobrava nada. Nós derrubávamos qualquer madeira. Só não tirávamos madeira como o ipê, por exemplo, porque não prestava para o que eles queriam, mas as outras madeiras, aquelas madeiras moles, nós podíamos derrubar, mesmo. As madeiras com mais galhos eram mais importantes. Tinha pau que nós derrubávamos quatro árvores grandes e dava para tirar doze metros de lenha. O ipê, a peroba, que eram madeiras de lei, madeira comprida, nós não derrubávamos, não, ficava lá. Nós só tirávamos aquela madeira branca, madeira para lenha, mesmo, madeira para serraria [...]. Tirei lenha de metro por mais de vinte anos [...]. Nessa época, eu acho que não existia nem Ibama, não, porque o povo “rolava” o machado, derrubava um... Nessa época não existia motosserra, era no machado, mesmo. Eu via contar aí, vinte, trinta homens no machado, pou pou pou. Só via o pau quebrar (NASCIMENTO, 2021).

Além da cobertura florestal existente em São Mateus, evidencia-se a flagrante ausência de políticas eficazes de preservação ambiental, representada, particularmente, pela derrubada da mata nativa para produção de lenha. Aliás, prática comum no Espírito Santo àquela época, contribuindo para a devastação da Mata Atlântica no Estado e que constitui um dos ramos da exploração madeireira no norte do Espírito Santo. Embora, na verdade, não muito significativo. Boa parte da madeira que poderia ser transformada em lenha, nessa área, foi destruída pelas queimadas.

Quanto à produção de lenha em outros municípios do Estado, o Censo Industrial de 1950 aponta Cachoeiro de Itapemirim e Serra com produções de 88.606 m³ e 86.215 m³ de lenha, as maiores em suas respectivas regiões. A liderança no Estado cabia, porém, à Aracruz, com um total de 130.850 m³ de lenha produzidos no mesmo período. Dados do IBGE (1959) informam que, em 1956, as matas de Aracruz constituíam 35,61% da área dos estabelecimentos agrícolas pesquisados no município.

Em Baixo Guandu, esse índice não chegava aos 28% (IBGE, 1959). Trata-se de um município que, como vimos, foi desmembrado de Colatina, em 1935, e estava na zona de expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce desde, pelo menos, os anos 1920. Por isso, sua cobertura florestal estava mais comprometida. Informações do jornal A Gazeta (1994) dão conta de que, no início da década de 1990, a cobertura de mata nativa, em Baixo Guandu, era de apenas 2,8%. O artigo cita a indústria madeireira como responsável pela devastação.

A produção de lenha em Conceição da Barra, por exemplo, segundo o mesmo Censo Industrial, era de somente 11.303 m³. Muito reduzida, de fato, se considerarmos o registro de 271 empresas do setor no município. Embora possamos nos surpreender, inicialmente, com a quantidade dessas empresas, convém observar que os municípios de Iúna, no sul do Estado; Afonso Cláudio e Santa Teresa, na região de Vitória, apresentaram cadastro de mais de 1.000 empresas, cada um, só na produção de lenha. Apenas Santa Teresa possuía quase 1.400. A lenha produzida nesses municípios juntos variou, contudo, de 31 mil m³ a pouco mais de 41 mil m³, quase insignificante, considerando a imensa quantidade de empresas no setor.

O Censo Industrial de 1950 não apresenta registro de nenhuma outra empresa madeireira além daquelas produtoras de lenha no município de Conceição da Barra. Sabemos, no entanto, que a Cimbarra, uma das maiores madeireiras do Estado até o final da década de 1970, atuava na área de Conceição da Barra desde meados dos anos 1920. Igualmente, observamos que o município de Iúna não apresentou nenhum outro tipo de empresa madeireira, excetuando as quase 1.050 produtoras de lenha. Essa imensa quantidade de estabelecimentos em “atividade” à época, “exclusivamente” na produção de lenha, sugere a existência de “empresas fantasmas” no setor madeireiro relacionadas à sonegação de impostos ou, pelo menos, à possibilidade de pagamento de impostos reduzidos. O imposto cobrado sobre a lenha era menor do que o da madeira.

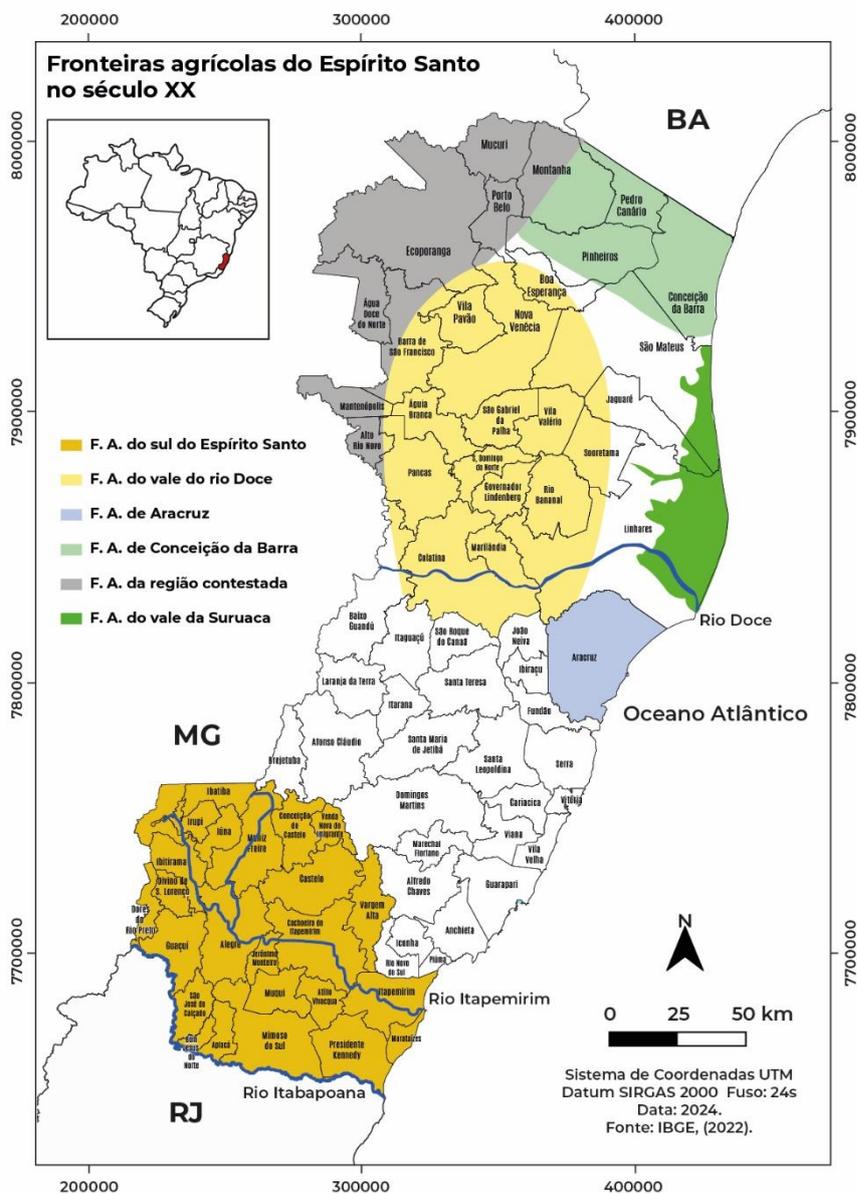
Acreditamos que o Decreto-lei n.º 14.797, de 29 de julho de 1943, tenha contribuído para tanto. Mediante esse decreto, Jones dos Santos Neves buscava desenvolver a indústria no Espírito Santo, concedendo isenção de impostos por cinco anos a todas as empresas criadas no Estado para exploração de matérias-primas (O INTERVENTOR, 1944). Convém assinalar que, no final de 1941, havia somente 59 indústrias de madeira e de mobiliário cadastradas no Estado (ESPÍRITO SANTO, 1943b).

Em 1949, cerca de oito anos depois, conforme o Censo Industrial de 1950, havia um total de 9.541 empresas em atividade no Espírito Santo atuando na produção de lenha, carvão vegetal e madeira em bruto e serrada (toras, vigas, postes e dormentes). A imensa maioria dessas empresas, na realidade, ao menos teoricamente, produzia lenha, reforçando, portanto, o nosso entendimento quanto à sonegação de impostos.

1.6 As “novas” fronteiras agrícolas do norte do Espírito Santo

O estudo sobre a colonização do norte do Espírito Santo envolve o conhecimento e a análise de outras fronteiras agrícolas presentes nessa área e que ainda são pouco representadas e mal definidas em obras especializadas, além, é claro, da fronteira agrícola do vale do rio Doce. Trata-se das fronteiras agrícolas de Aracruz, de Conceição da Barra, da região contestada e a do vale da Suruaca. Essa última é aquela que concretizou o processo de colonização do norte do Espírito Santo nos anos 1980. O mapa 6 apresenta as áreas de abrangência dessas fronteiras agrícolas, incluindo também a fronteira agrícola sul do Espírito Santo.

Mapa 6 – Fronteiras agrícolas do Espírito Santo no século XX



Fonte: Elaboração própria.

Definir a área de abrangência dessas fronteiras agrícolas não é trabalho fácil. Há que se considerar, em primeiro lugar, a historicidade de cada uma delas para, enfim, apreender suas particularidades que as definem como fronteiras agrícolas específicas. Além da historicidade, consideramos, entre outros elementos definidores, o crescimento demográfico, inclusive com relação à composição dos migrantes; a existência de terras disponíveis e a cobertura florestal existente; o acelerado desmatamento para produção agropecuária e exploração madeireira. Com

relação à historicidade da fronteira, entendemos que ela também é um fenômeno histórico. Seu caráter avassalador e transitório não anula sua história.

A ideia segundo a qual as fronteiras têm fim e são transitórias já foi teorizada. Para Leo Waibel (1955), por exemplo, o fim de uma fronteira se dá quando a terra onde essa fronteira se expande é ocupada e a mata local praticamente não existe mais. Para José de Souza Martins (2016, p. 133–134), “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. Logo, o seu fim está relacionado ao término do próprio conflito, à constituição de um tempo espacial hegemônico, ou seja, “quando o *outro* se torna parte antagônica de *nós*”.

Para Bertha Becker (1985, 1988), o término de uma fronteira agrícola ocorre quando a organização capitalista alcança a totalidade do espaço por onde essa fronteira se expande. Assim, a fronteira agrícola representa o processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global. Nesse caso, conforme Carlos Alberto Franco da Silva (2007, p. 292), a fronteira agrícola “condiciona a (re)produção de um espaço geográfico mediante a incorporação de terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital”.

Quanto ao norte do Espírito Santo, verificamos um certo condicionamento por parte do Estado que, embora ainda não autonomizado, tornou-se, tanto quanto possível, o gestor da venda de terras e, sobretudo, da política de concessões às empresas madeireiras, direcionando, assim, a colonização da área conforme seu próprio projeto. Não significa dizer que as fronteiras agrícolas no norte do Espírito Santo não tenham sofrido interferências de forças representantes do capital. Todas elas têm história marcada pela exploração de madeira e pela territorialização do capital. Também apresentaram situações de conflito social e fizeram parte do processo de modernização do Estado. Portanto, estavam subordinadas às forças capitalistas, base das contradições inerentes às fronteiras agrícolas.

Salientamos que os espaços “vazios” entre as fronteiras agrícolas do norte do Espírito Santo, representados no mapa 6, não implicam em áreas de cultivo ou de produção de outras mercadorias diferentes, ou alheias à expansão dessas fronteiras. Tivemos como intenção primordial demarcar a área de extensão e abrangência de cada uma delas em seus períodos mais representativos, considerando, obviamente, que se tratam de fenômenos transitórios e de difícil delimitação geográfica. Principalmente, se considerarmos que os grandes municípios do norte do Espírito Santo foram sendo desmembrados em municípios menores.

Além disso, tanto a exploração madeireira quanto a territorialização do capital ou, em sentido amplo, a própria modernização do norte do Estado, não se restringiram à expansão das fronteiras agrícolas. Tais fenômenos perpassam outros momentos políticos e econômicos da história do Espírito Santo, bem como do próprio país. Assim, começamos pela fronteira agrícola de Aracruz, única no norte do Estado que se restringe ao município de mesmo nome.

1.7 A fronteira agrícola de Aracruz

É bem verdade que o município de Aracruz, quando ainda se chamava Santa Cruz, com extensão territorial que se estendia do litoral à divisa com Minas Gerais, sediou a Colônia Nova Trento, em 1874, e o Núcleo Colonial Santa Cruz, em 1877. A primeira, segundo José Maria Coutinho (2006, v. 1), ocupava área do atual município de Fundão e o segundo está na origem de Ibiracu. Os dois municípios, aliás, não estão incluídos no norte do Espírito Santo, conforme a concepção de região econômica e política que adotamos. Por isso, não consideramos Nova Trento nem o Núcleo Colonial Santa Cruz como colônias do norte do Estado.

Esse último núcleo colonial, formado com imigrantes italianos e cearenses, foi criado como um prolongamento avançado da Colônia de Santa Leopoldina (GROSSELI, 2008), assim como também o foi o Núcleo Timbuí, criado em 1874, e o distrito de Jetibá, que surgiu no final de 1888. Os atuais municípios de Santa Teresa e Santa Maria de Jetibá surgiram desses dois

últimos núcleos coloniais (HEES, 2014). A relação direta do Núcleo Santa Cruz com a fronteira agrícola de Aracruz reside no fato de que Ibirapu, formado até 1988 por esse município e pelo atual João Neiva, está na origem da fronteira agrícola de Aracruz mediante, sobretudo, o incremento populacional.

Ocorre que imigrantes italianos e descendentes, dentre outros, de Ibirapu iniciaram um processo de formação de fazendas, grilagem de terras e montagem de serrarias, em Aracruz, a partir da década de 1910. O coronel Venâncio Flores migrou para o interior desse município nessa época, onde montou duas fazendas, tornando-se um dos maiores proprietários de terras em Aracruz e grande produtor de café e outros gêneros, além de criador de gado bovino e de equinos. Destaca-se ainda, entre outros, Eugênio Bitti, que, posteriormente, adquiriu parte das propriedades de Venâncio Flores, os irmãos Giovanni e José Modenesi e César Sarcinelli. A Serraria São João, uma das maiores do norte do Estado, surgiu de uma sociedade entre esse último, Eugênio Bitti e Giovanni Modenesi. A expansão da fronteira agrícola de Aracruz contou ainda com a instalação da Cofavi, a partir de abril de 1944. Mediante o Decreto-lei n.º 15.470, essa empresa adquiriu do Governo do Estado 7.260 hectares de Mata Atlântica para exploração de carvão vegetal em Aracruz (COUTINHO, 2006, v. 2).

Até a chegada da Cofavi ao município de Aracruz, a população Tupiniquim local não havia sido acometida com mudanças mais contundentes (LOUREIRO, 2006). Apesar de os dados do IBGE indicarem um aumento populacional de 116,9% entre 1920 e 1940, passando de 7.372 para 15.990 habitantes, a derrubada das matas naturais para a criação de pasto e a produção agrícola, até aquele momento, era lenta. As maiores alterações no modo de vida dos indígenas ocorreram, de fato, somente após a chegada da Cofavi ao município, conferindo à fronteira agrícola de Aracruz características típicas de zonas de frente de expansão.

A partir de então, os indígenas da aldeia de Caieiras Velha foram progressivamente expulsos de seu território original (CICCARONE, 2001). A população de Aracruz continuou

crescendo durante a maioria do período de atuação da Cofavi no município, porém, com menores índices de crescimento, chegando a pouco mais de 50%. Dos 15.990 habitantes registrados pelo IBGE, em 1940, contavam-se 24.037, em 1960, segundo o mesmo órgão federal. José Maria Coutinho (2006, v. 2) observa que foram contratados milhares de trabalhadores braçais para o desmatamento e produção de carvão. Vinham, principalmente, de Minas Gerais e da Bahia, além daqueles do próprio município e de outros do norte do Estado.

Em 1962, a Companhia Ferro e Aço deixou de usar carvão vegetal em seus fornos de ferro gusa, paralisando as atividades em Aracruz (BORGIO; ROSA; PACHECO, 1996). Sua concessão coube à Aracruz Florestal S.A., que a recebeu do Governo do Estado no ano de 1967 (CICCARONE, 2001; LOUREIRO, 2006). Ao fim, a concessão que era da Cofavi coube mesmo à Aracruz Celulose S.A., já que a Aracruz Florestal se tornou sua subsidiária em 1972. A partir de então, houve a derrubada de extensas áreas de floresta natural para a implantação da monocultura do eucalipto. Nesse processo, analisado no terceiro capítulo, a Aracruz Celulose lançou mão da violência, expropriando povos originários e comunidades tradicionais em Aracruz, bem como em São Mateus e Conceição da Barra.

1.8 A fronteira agrícola de Conceição da Barra

Os dados sobre Conceição da Barra, tais como: cobertura florística, produção agrícola, crescimento populacional e índice de desmatamento, dentre outros, permitem classificar a área desse município como zona de fronteira agrícola com características e historicidade próprias. Tal entendimento, contudo, não é totalmente novo. Para Bertha Becker (1969, 1973), a partir de 1960, o norte do Espírito Santo perdeu seu caráter de fronteira, excetuando o extremo norte, Conceição da Barra, que o manteve, segundo ela, apenas no período de 1960 a 1964. Ela reconhece a importância da expansão da frente pioneira para a colonização do norte do Estado, mas centraliza sua análise, especialmente na produção de café e no crescimento demográfico.

Daí, porque entende que o processo de erradicação dos cafezais na região, seguido do declínio populacional, marcou o fim da fronteira no norte do Estado, excetuando seu extremo norte.

Ao estudarmos o norte do Espírito Santo ou mesmo a história, em particular, de um de seus municípios, não é difícil entender que o extremo norte do Estado apresenta especificidades que lhe permitem, minimamente, a análise como área diferenciada na região. São questões relativas ao tipo de solo, à colonização, à cobertura florística, à produção agropecuária, além da estrutura fundiária, dentre outras. Encontramos esse tipo de abordagem em pesquisas como as de Mário Mazzei Guimarães (1954), Simone Raquel Batista Ferreira (2009) e Jaime Bernardo Neto (2012).

Quanto à primeira, trata-se de um trabalho jornalístico resultado de duas viagens que Mário Mazzei fez ao Espírito Santo no ano de 1953. Nessas ocasiões, ele visitou praticamente todas as zonas cafeeiras do Estado. Segundo ele, considerando principalmente a produtividade cafeeira; a ocupação fundiária; os tipos de cafezais e os movimentos migratórios, o norte do Espírito Santo estava dividido em duas zonas: o “velho norte” e o “norte recente”. A primeira zona era formada por Colatina, em ambas as margens do rio Doce; e a segunda, era constituída pelos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Joeirana e Ametista (atuais municípios de Ecoporanga e Mantenópolis), além de Mantena. Este, do lado de Minas Gerais.

Para Mário Mazzei, no início dos anos 1950, a nova frente pioneira do Espírito Santo localizava-se no “norte recente” na área de São Mateus e Conceição da Barra, estendendo-se para as divisas com a Bahia e Minas Gerais. Já Simone Ferreira e Jaime Bernardo Neto, embora “abordem” o extremo norte do Estado, não apresentam um recorte geográfico bem definido que defina a área apropriadamente. Ao contrário de Simone Ferreira, que centraliza sua análise, visivelmente, em Conceição da Barra, Bernardo Neto amplia seu “leque” de pesquisa, incluindo no extremo norte do Estado os municípios de Montanha, Pinheiros, Pedro Canário, São Mateus,

Boa Esperança, além de Conceição da Barra, Mucurici e Ponto Belo. Os dois últimos, reconhecidos também por ele como parte integrante da região contestada.

Bernardo Neto, assim como Bertha Becker, apresenta o extremo norte do Estado como “última fronteira” do território capixaba, embora classifique a região contestada com a mesma denominação. O que sugere que haveria, portanto, “duas últimas fronteiras no Espírito Santo” e não uma só. Discordamos da ideia segundo a qual Conceição da Barra seria a última fronteira do Estado. Como já observamos, esse título cabe ao vale da Suruaca, que será analisado mais adiante. Acreditamos que a fronteira agrícola de Conceição da Barra estendia-se pelos atuais municípios de Montanha, Pinheiros e Pedro Canário, parte do distrito de Itauninhas, em São Mateus, além, é claro, do próprio município de Conceição da Barra.

Essa fronteira caracteriza-se enquanto tal, notadamente a partir de 1950. Apenas entre os Censos de 1950 e 1960, a fronteira agrícola de Conceição da Barra teve um incremento demográfico superior a 208%. Além disso, no início da década de 1950, ainda possuía uma das maiores coberturas de mata nativa do Espírito Santo. Dados do IBGE (1959) informam que, em 1956, mais de 75% da área das propriedades agrícolas em Conceição da Barra ainda era de mata nativa e que, durante os anos de 1953 a 1957, esse município recebeu a plantação de cerca de 3 milhões de pés de café. Consoante o Censo Agrícola de 1960, Conceição da Barra produziu 1.379 toneladas de café, em 1959. E, no ano seguinte, contava com quase 2,5 milhões de cafeeiros novos, além de praticamente a mesma quantidade de cafeeiros em produção.⁴⁵

O município de Montanha, conhecido popularmente, nos anos 1950, como “Comercinho da Palha” ou simplesmente “Palha”, teve sua primeira casa construída de 1949 para 1950 (PALHA, 1954). Vinhático, um de seus distritos, do mesmo modo, começou a ser colonizado a partir de 1950. A distinção se faz necessária porque Montanha se emancipou do município de

⁴⁵ Não se incluem nesses dados apenas aqueles relativos a Itauninhas porque não encontramos esse tipo de informação sobre esse distrito. Acreditamos, contudo, que parte do distrito de Itauninhas compõe a fronteira agrícola de Conceição da Barra devido à sua importância como meio de acesso e centro de apoio à exploração de madeira no município de Pinheiros.

Conceição da Barra, em 1964. Vinhático, que compõe quase a metade da extensão territorial de Montanha e faz limite com os municípios de Pedro Canário e Pinheiros, no entanto, pertenceu à Conceição da Barra até 1980 (OLIVEIRA, 1999).

Além da possibilidade de aquisição de terras, o distrito de Vinhático também se tornou atrativo devido à exploração de madeira. No início dos anos 1950, o major da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) Djalma Borges denunciava a invasão do distrito por madeireiros de Nanuque–MG. Segundo ele, esses madeireiros, entre os quais Wilmar Reuter, organizavam invasões por meio de posseiros e, às vezes, até mendigos (INFILTRAÇÃO, 1952). Vinhático, aliás, teria se formado mediante as residências e barracões construídos para os empregados da Cimbarra. Essa madeireira mantinha um porto no rio Itaúnas, no local conhecido como “Império”, no atual Pedro Canário, de onde escoava a madeira até sua serraria em Conceição da Barra. Entendemos que o início da fronteira agrícola de Conceição da Barra se deve às atividades dessa empresa.

A colonização de Pinheiros também está relacionada com a exploração madeireira iniciada por volta de 1940, entre as localidades de Jundiá e Santo Antônio. Os primeiros migrantes eram de São Mateus, chegaram a Pinheiros via Itauninhas. Depois chegaram os de Minas Gerais e da Bahia via Nanuque. O primeiro núcleo populacional surgiu onde está a atual sede do município, chamado inicialmente de “Comercinho do Pinheiro” e se originou do armazém que José Pinheiro Gama administrava no local. Em 1956, o “Comercinho do Pinheiro” passou a ser conhecido como “Barrinha”, em referência à Conceição da Barra, de quem Pinheiros se emancipou, em 1963. Na década de 1950, a madeira de Pinheiros era conduzida em caminhões à Serraria Cacique, localizada em São Mateus (PREFEITURA, 1992).

Em 1970, as matas nativas de Pinheiros correspondiam a 18,07% da cobertura florestal do Estado. Em 1975/1976, esse percentual era de apenas 9,51% (INSTITUTO, 1983), devido, sobretudo, à exploração de madeira. Esse período marca o término da fronteira agrícola de

Conceição da Barra, devido ao acentuado desmatamento, do qual Pinheiros é um exemplo, bem como pela ocupação fundiária. Ademais, a zona de expansão da fronteira agrícola de Conceição da Barra deixou de ser atrativa em termos demográficos.

1.9 A fronteira agrícola da região contestada

A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais se constitui em outra fronteira agrícola de importância fundamental para a efetiva colonização do norte do Espírito Santo. Sua formação remonta ao período minerador e ao esgotamento das jazidas auríferas em Minas Gerais, quando ocorreu maior dispersão da população local. Segundo Izabel Missagia de Mattos (2004), a ambição de encontrar novas áreas de mineração, além da conquista de terras e do apresamento de indígenas, levou os mineiros a se deslocarem rumo ao Leste. Esse deslocamento também sofreu influência das autoridades de Minas Gerais, interessadas em alcançar o Oceano Atlântico. Ademais, em 1851, houve a fundação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Trata-se de empreendimento dos irmãos Teófilo Otoni e Honório Esteves Otoni cuja finalidade era promover o desenvolvimento da área do Mucuri mediante a abertura de rotas comerciais que a interligassem ao litoral.

A meta era atingir o município de São Mateus, de onde seria possível escoar a produção do leste de Minas Gerais (GARCIA, 2015). Teófilo Otoni manteve uma relação amistosa com os Botocudos, o que o permitiu construir estradas e criar fazendas no vale do Mucuri. Também fundou a freguesia de Filadélfia, atual cidade mineira de Teófilo Otoni, e instalou as colônias do Mucuri⁴⁶ (DUARTE, 2002). Além disso, a política indigenista do Governo Imperial, que se concretizou mediante a guerra contra os Botocudos, além dos aldeamentos e da catequese,

⁴⁶ As colônias do Mucuri serviram para abrigar estrangeiros de várias nacionalidades (portugueses, holandeses, alemães, chineses, madeirenses, franceses, suíços, austríacos, belgas, holandeses, prussianos). Além delas, a Colônia Militar do Urucu foi criada para proteção dos empreendimentos do próprio Teófilo Otoni. Criou-se também a Colônia Dom Pedro II que, em 1862, possuía 1.183 pessoas de várias nacionalidades (MATTOS, 2004).

“eliminou a ‘ameaça’ indígena”, permitindo que os mineiros chegassem à região contestada antes do que os capixabas (SILVA, 2019a, p. 53).

Aliás, os povoados criados na porção capixaba da região contestada foram polarizados inicialmente por municípios mineiros. Nanuque, por exemplo, polarizou os atuais municípios capixabas de Mucurici, Ponto Belo e Montanha (BERNARDO NETO, 2012). A exploração madeireira em Nanuque o levou a ser considerado “a capital da madeira” e o município de maior índice por hectare em produção de madeira de lei (CORREDOR, 1982). Entre as maiores empresas instaladas em Nanuque, destacava-se a madeireira Brasil-Holanda Indústria S.A, considerada a maior fábrica de compensados da América Latina. Essa empresa, conhecida popularmente como Bralanda, foi responsável por boa parte da exploração de madeira e pela introdução de trabalhadores, principalmente em Mucurici e Ponto Belo.

A exploração de madeira na zona contestada só era superada pela produção de café. Na década de 1940, o município de Barra de São Francisco já estava cercado por cafezais e repleto de cafeicultores e Mantena, rapidamente, assumiu a posição de primeiro produtor de café de Minas Gerais (EGLER, 1962). Segundo o prefeito de Mantena, chegavam somente nessa cidade cerca de 4 mil pessoas por ano (GEIGER, 1951). Dados do IBGE revelam que, entre 1940 e 1960, a região contestada entre Minas e Espírito Santo viveu um quadro de verdadeira explosão demográfica. Em apenas vinte anos, sua população aumentou seis vezes, ou 573,62%, saltando de 66.994 habitantes, em 1940, para 384.297, em 1960. Trata-se do maior incremento populacional entre os Estados vizinhos, maior, inclusive, do que o crescimento demográfico do próprio país no mesmo período.

A essa explosão demográfica seguiu, no entanto, um acentuado êxodo rural já em fins da década de 1960, de tal modo que, na década posterior, a região contestada vivenciava uma situação de expressivo esvaziamento populacional devido ao clima de medo e insegurança que acometeu a sociedade local. É claro que esses fatores não são os únicos a serem considerados.

A erradicação dos cafezais, o fracasso das políticas fundiárias e o escasseamento da madeira também contribuíram para tanto. De qualquer forma, o esvaziamento populacional tornou-se mais visível justamente naqueles lugares onde foram maiores as agressões praticadas contra posseiros e supostos invasores, notadamente nos municípios de Ecoporanga e Mucurici (PONTES, 2007). Essa conjuntura, da qual o decréscimo populacional fez parte, marcou o término da fronteira agrícola da região contestada.

1.10 A fronteira agrícola do vale da Suruaca

No contexto de expansão das fronteiras agrícolas no norte do Estado e de colonização dessa área, é indispensável analisar a fronteira agrícola do vale da Suruaca, frequentemente mencionada em obras especializadas como um alargamento da “fronteira no norte do Espírito Santo”, assim como também se faz em relação à fronteira de Conceição da Barra. Entendemos, todavia, que, contrariamente à ambiguidade presente na expressão destacada, o vale da Suruaca é uma fronteira agrícola com características próprias. Se não for a última do Espírito Santo, seguramente, qualifica-se como a “última do norte do Estado”. Diferente das demais fronteiras agrícolas dessa região, a fronteira do vale da Suruaca é o resultado de uma estratégia específica de governo, em que o Estado rompeu o espaço anterior a fim de produzir um espaço novo que deveria ser incorporado à esfera global para atender ao desenvolvimento do capitalismo.

Ocorre que o vale da Suruaca, porção norte da foz do rio Doce, estendendo-se até as proximidades da foz do rio São Mateus, ficou à margem da expansão das demais fronteiras agrícolas do norte do Estado. Isto porque a zona desse vale, segundo Simone Ferreira (2009), era constituída por uma complexa rede de rios, mangues, lagoas, restingas, lagoas, praias e mar, normalmente inundada, especialmente durante as cheias do rio Doce. A riqueza hídrica era tanta que essa parte do norte do Estado ficou conhecida como “Pantanal Capixaba”. Não

obstante, era ocupado por comunidades indígenas, marisqueiras, pesqueiras, quilombolas e ribeirinhas.

A denominação “vale da Suruaca” atribuída à antiga lagoa “Tapada” ou “Barra Seca” ocorreu, a propósito, quando a área foi transformada em região do planejamento estatal. A partir de 1965, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) iniciou a construção de canais nas várzeas litorâneas do Riacho e da Suruaca. As obras se estenderam até o fim da década de 1980, contando ainda com as atividades do Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) (LOPES, 2022). O projeto inicial envolvia a abertura de aproximadamente 272 km de canais de drenagem e a implementação de obras de infraestrutura, como a construção de pontes, diques, comportas, além da abertura de estradas (REBELLO, 2012).

A terra seria utilizada para fins agropecuários, tendo como foco a exportação e o abastecimento das cidades em processo de urbanização. A produção agrícola estaria voltada, principalmente, para o arroz, mas objetivava também produzir milho, cacau, cana-de-açúcar, além da criação de gado bovino. Tratava-se, portanto, de agroindústria e agropecuária altamente tecnificadas. A Fazenda Agril Agroindustrial, de propriedade de Ângelo Coutinho, localizada em Aracruz, surgiu nesse contexto a fim de beneficiar o arroz produzido no vale da Suruaca e vale do Riacho. Contraditoriamente, as terras “liberadas” das águas foram utilizadas, em particular, para a pecuária bovina. A população expropriada se viu obrigada a migrar, sobretudo para a área da Grande Vitória (LOPES, 2022).

Percebemos, com isso, que a lógica do capital, normalmente, ignora o espaço vivido pelas comunidades locais a fim de refuncionalizá-lo em virtude da acumulação capitalista. Com efeito, a fronteira agrícola — enquanto parte do processo de territorialização do capital — desestrutura o modo de vida das comunidades originárias e tradicionais, transformando, inclusive, o próprio ambiente. O caso da fronteira agrícola do vale da Suruaca, em especial,

revela ainda que o capital, ao se territorializar, transforma a produção de alimentos num processo gerador de mercadorias. Com efeito, trata-se de uma das características mais representativas das contradições das fronteiras agrícolas e marca concreta da subordinação do local ao global.

2. A ECONOMIA MADEIREIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: ASCENSÃO E DECLÍNIO

A proposta desse capítulo é analisar a exploração madeireira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo mediante a política de concessões empreendida pelo Governo do Estado, bem como através da criação de empresas particulares dos setores de madeira e de mobiliário. Entendemos as concessões do Estado como mecanismos legais intrinsecamente relacionados à territorialização do capital na área. Mais do que isso, essas concessões revelam um Governo Estadual consciente de sua incapacidade de levar adiante sozinho seu projeto de colonização e integração regional. Nesse contexto, percebemos que tanto a criação quanto o fechamento de empresas madeireiras, concessionárias e particulares relacionam-se a eventos da história nacional e internacional.

Para tanto, subdividimos esse capítulo em três seções. Inicialmente, visamos definir a territorialização do capital como fenômeno histórico e parte integrante da dinâmica do próprio capital, de seu movimento de expansão e desenvolvimento. Por isso, a territorialização do capital compõe a ordem capitalista em sentido amplo. Mas não se confunde com o capitalismo nem com o capital, tampouco com o “marxismo”. De todo modo, entendemos ser no processo de territorialização que o capital demonstra seu poder avassalador, mediante o qual subjuga e destrói até a natureza, inclusive por meio da exploração de madeira nativa.

Na segunda seção, analisamos a exploração madeireira no norte do Espírito Santo com base na política de concessões do Governo Estadual. Além da exploração de madeira, houve concessões para abertura de estradas, construção de vias férreas e pontes, assentamento de colonos, produção agrícola, navegação e venda de terras. As concessionárias do Estado compunham-se de grandes, médias e pequenas empresas. Entre as maiores, estavam as estrangeiras e as do Rio de Janeiro. A Companhia Société Forestière et Industrielle de São Mateus, por exemplo, era francesa com sede em Paris. Conseguiu uma concessão que abrangia

boa parte do norte do Estado, estendendo-se desde Conceição da Barra até o vale do rio Doce. A origem da Serraria Barbados, em Colatina, remonta a essa empresa.

A Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus (Cimbarra) destaca-se dentre as concessionárias do Rio de Janeiro, tendo montado uma grande serraria em Conceição da Barra. Entre os concessionários da própria região, destaca-se o coronel Eleosipo Rodrigues da Cunha, no município de São Mateus, e Carlos Alberto dos Reis Castro, em Conceição da Barra. No Governo do Estado, os maiores entusiastas da política de concessões para o norte do Espírito Santo foram Nestor Gomes e Florentino Avidos. Cabe observar, no entanto, que o Governo Capixaba evitou ceder concessões em áreas das regiões contestadas, especialmente na zona litigiosa com Minas Gerais.

Na terceira seção, analisamos a exploração de madeira no norte do Estado, tendo por base eventos históricos de ordem nacional e internacional. Nesse contexto, destacamos o fim da Segunda Guerra Mundial, seguido da reconstrução da Europa Ocidental e suas implicações na exportação de madeira do Espírito Santo, nas décadas de 1940 e 1950. Essa última, marcada pelo desenvolvimentismo, teve no incremento da construção civil, bem como na urbanização, fatores que ampliaram a quantidade de empresas dos setores madeireiro e de mobiliário no Espírito Santo. Embora o maior número dessas empresas no Estado, nessa época, localizava-se na região sul.

Já na década de 1960, além da construção civil e do processo de urbanização também vivenciado no Espírito Santo, notamos que o capital desmobilizado da cafeicultura encontrou novas formas de reinvestimento, principalmente na pecuária e na exploração madeireira. O rebanho bovino estadual dobrou. Surgiu, em Colatina, o Frigorífico Rio Doce S.A. (Frisa) e o norte do Espírito Santo superou as demais regiões do Estado em quantidade de empresas dos setores madeireiro e de mobiliário. Estas espalharam-se em praticamente todo o norte do

Estado, com destaque para os municípios de Linhares, Colatina, Nova Venécia, São Mateus e Conceição da Barra. Nesse contexto, Barra de São Francisco surgiu como polo madeireiro local.

Quanto aos anos 1970, percebemos que a queda na oferta de madeira nativa levou ao fechamento de algumas empresas, bem como à migração e/ou abertura de filiais em outros Estados, especialmente na Bahia. A década de 1970, no entanto, não se caracteriza apenas por esses acontecimentos. Ainda havia madeira no norte do Espírito Santo, em particular em áreas pouco exploradas nos anos anteriores, o que levou algumas madeireiras a migrarem na própria região. O norte do Estado contou também com a abertura de novas madeireiras. A Móveis Brasileiros S.A. (Mobrasa), por exemplo, mudou do Rio de Janeiro para Linhares nessa época.

Os anos 1980, todavia, marcaram a derrocada da exploração madeireira no norte do Espírito Santo, embora a crise tenha se manifestado notadamente no setor madeireiro. O setor de móveis, com efeito, vinha se consolidando desde as décadas anteriores e não havia sofrido queda na quantidade de empresas. Os fatores que levaram a tal derrocada estão relacionados com o acentuado declínio na oferta de madeira nativa, com a crise da construção civil e com a maior aplicação das leis ambientais. Além disso, o Governo da Bahia “fechou” o sul desse Estado a fim de impedir a saída de madeira em toras, especialmente para o Espírito Santo.

2.1 A territorialização do capital na ordem capitalista

A territorialização do capital enquadra-se no contexto do capitalismo enquanto sistema econômico e modo de produção característico da sociedade capitalista moderna. A propósito, tanto a territorialização do capital quanto o próprio capitalismo, de quem ela faz parte de forma intrínseca e inseparável, se constituem como fenômenos históricos. Não temos, entretanto, a ambição de explicar a gênese do capitalismo. Podemos dizer, todavia, de modo simples e direto, considerando, sobretudo, a teoria marxiana, que o entendemos como forma concreta de organização da produção e da sociedade, resultado de uma construção social e histórica em processo de constante mobilidade e transformação. Com tais características, o capitalismo

configura-se, portanto, como campo de possibilidades, de contradição e renovação e de superação devido, em especial, ao seu caráter contraditório e expansivo.

Para Max Weber (2005), o capitalismo possui um “espírito” caracterizado por princípios racionais desenvolvidos no universo cultural da Era Moderna, notadamente no contexto da Reforma Protestante. Nesse cenário, o capitalismo foi se concretizando enquanto fenômeno histórico a partir de certos valores culturais oriundos da ética protestante, especialmente de sua vertente calvinista. Weber encontrou um *ethos* que enfatiza a vocação para o trabalho, a frugalidade, a honestidade nos negócios, a poupança e a valorização do tempo. Tais princípios secularizantes da vida constituem, para ele, o “espírito do capitalismo”, mas em sentido específico, do capitalismo moderno da Europa Ocidental e da América do Norte, além de convergirem para legitimar o modo de vida burguês emergente.

Esse “espírito do capitalismo” remete a um conjunto de motivações éticas que inspiraram empresários e operários a uma nova relação moral com o trabalho, determinada por uma vocação. A concepção do trabalho como vocação religiosa serviu como ponto de apoio normativo para que comerciantes e empreendedores do capitalismo se entregassem sem descanso e conscienciosamente, como afirma Weber, à persecução do ganho, sinal maior de sucesso no cumprimento da vocação. Quanto aos operários, a vocação os transformou em trabalhadores compenetrados, dóceis, incansáveis e convencidos de que deveriam cumprir suas obrigações onde quer que a providência os tivesse colocado.

Esse capitalismo seria, portanto, uma criação recente na história da humanidade que trouxe consigo uma particularidade fundamental, qual seja, a organização capitalista racional alicerçada no trabalho formalmente livre. Nesse sentido, esse capitalismo típico do Ocidente se constitui, para Max Weber, na forma mais bem definida de capitalismo da história, revelando-se mediante a existência de empresas cujo principal objetivo é obter o maior lucro possível com a organização racional do trabalho e da produção. Portanto, o caráter típico do capitalismo

ocidental seria o resultado da combinação singular entre o desejo do lucro e a disciplina racional.

Seguindo essa concepção do capitalismo como fenômeno histórico e cultural dotado de um “espírito”, Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009, p. 41–42) afirmam que esse sistema econômico não sucumbiu à derrocada, contrariando as previsões regularmente anunciadas, nem parou de expandir o seu “império” porque teve como base certo número de representações e justificações compartilhadas. Essa base apresenta o capitalismo como “ordem aceitável e até desejável, a única possível”, ou pelo menos, “a melhor das ordens possíveis”. Assim, o espírito do capitalismo, para eles, é formado por um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem diretamente para justificar e sustentar essa mesma ordem, legitimando, ao mesmo tempo, suas formas particulares de agir, bem como as disposições que lhes são coerentes.

Essas justificações, diferentes daquelas impostas pela busca do lucro, dão suporte diretamente ao cumprimento de tarefas penosas, bem como à adesão a um estilo de vida favorável à ordem capitalista. Também devem conseguir conter ou superar a exasperação, ou o niilismo que essa ordem provoca nos oprimidos por ela e, às vezes, igualmente naqueles que têm a responsabilidade de mantê-la e de transmitir seus valores. Nessa perspectiva, os autores defendem a existência de uma ideologia dominante com sentido diferente daquele atribuído, muitas vezes, pela vulgarização marxista.

Tal ideologia, para eles, constitui o próprio espírito do capitalismo e abarca a maioria dos participantes do processo, sejam “fortes” ou “fracos”, fornecendo-lhes o que o capitalismo não pode oferecer em termos de engajamento. Daí porque o entendimento desse sistema enquanto mundo vivenciado só pode ser alcançado mediante a ideologia que o justifica e lhe confere sentido, despertando a boa vontade daqueles sobre os quais o espírito do capitalismo repousa.

Luc Boltanski e Ève Chiapello apresentam o desenvolvimento da ciência econômica como parte constitutiva do espírito do capitalismo, particularmente no sentido de que esse desenvolvimento serve para corporificar a crença segundo a qual a economia constitui uma esfera autônoma e independente da ideologia e da moral. Por isso, estaria submissa, exclusivamente, às leis positivas que a compõem. Segundo eles, há um discurso que visa legitimar igualmente a ideia de que tais leis estão a serviço do bem comum e a busca do interesse individual serve do mesmo modo ao interesse da coletividade.

Ademais, para os autores, há ainda o discurso da gestão empresarial que mistura preceitos gerais e exemplos paradigmáticos, constituindo hoje a forma mais excelente pela qual o espírito do capitalismo é incorporado e oferecido como “objeto” de utilidade coletiva que deve ser compartilhado. Esse discurso é dirigido prioritariamente aos executivos, cuja aglutinação ao capitalismo é indispensável ao funcionamento das empresas, à formação do lucro e, conseqüentemente, à manutenção do próprio sistema capitalista. A simples resistência passiva, por exemplo, por parte desses executivos, pode minar a ordem desse sistema por dentro.

As formulações de Max Weber (2015) e de Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) revelam o capitalismo como sistema econômico que tem, sobretudo, o lucro e a administração racional como pilares essenciais. Com efeito, as concepções acerca da existência de um espírito do capitalismo, como apresentam, divergem, particularmente, no que toca à essência e atribuições de tal espírito. Este, de base ética, com poder criador e legitimador, para Weber, pelo menos quanto ao moderno sistema capitalista ocidental; ou fundamentalmente ideológico, capaz de preservar e expandir, no caso de Boltanski e Chiapello. Depreende-se, portanto, que o capitalismo está sujeito a limitações. A ação de seu “espírito”, mesmo com conotações distintas, em última instância, se propõe a rompê-las. Depreende-se igualmente que o capitalismo possui contradições, nesse caso, a mais visível versa sobre a oposição capital/trabalho, relacionada à

produção e à obtenção de lucro. Este último, sinal da vocação, em Weber, e fim em si mesmo, em Boltanski e Chiapello.

Encontramos algumas dessas características intrínsecas à ordem capitalista, mais notadamente em conceitos amparados na economia política⁴⁷ e que, de certo modo, são mais coerentes com a realidade. Entre eles, destacamos, em especial, o conceito de capitalismo apresentado por Jacob Gorender (2002), que o define como:

[...] modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia; em que a força de trabalho converte em mercadorias, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isso é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas valor de mercado (GORENDER, 2002, p. 16).

Tal definição expõe alguns aspectos básicos do capitalismo relacionados à sua dinâmica e evolução, especialmente porque se trata de um sistema dotado de historicidade, já que o trabalho assalariado juridicamente livre, por exemplo, é uma realidade específica de seu modo de produção. Ademais, ressalta o caráter dinâmico e necessariamente expansivo do capitalismo porque esse sistema precisa, incessantemente, produzir valor, reconvertendo, para tanto, parte de sua mais-valia em capital, novamente reinvestido na produção de mercadorias, caracterizando, portanto, a reprodução ampliada do capital em forma de valor de troca. Por isso, o capitalista necessita, como observam José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), se apropriar de um *quantum* cada vez maior de mais-valia a fim de continuar acumulando capital.

Desde o Manifesto Comunista, Karl Marx e Friedrich Engels (2010), com efeito, já haviam evidenciado o caráter dinâmico e expansivo do capital que, conforme observam, cria vínculos em toda parte, “invadindo o globo”, compelido que é pela necessidade de novos mercados fornecedores de matérias-primas e de novas zonas de consumo. Para eles, o capital, em seu processo de expansão, supera todas as barreiras, exceto aquela que ele impõe a si

⁴⁷ Mais diretamente, entendemos a economia política como “a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana” (ENGELS, 1976, p. 75).

próprio⁴⁸ devido às contradições inerentes à sua condição de existência, quais sejam, produção voltada, necessariamente, para o mercado e lucro como objetivo exclusivo, dentre outras. Tais contradições, segundo eles, são as causas das crises de superprodução do capital.

As contradições internas do capital, no entanto, não impedem sua mobilidade, ao contrário, elas o dinamizam (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). Além disso, o desenvolvimento desigual dos ramos industriais, a generalização da produção mercantil e a progressividade do sistema capitalista também são fatores que o impulsionam a se movimentar, bem como a se expandir (MARX, 2013, p. 230). Mas, o capital não é uma coisa nem uma grandeza fixa, é uma relação social entre pessoas intermediada por coisas (MARX, p. 384, nota 781, livro I). Em outras palavras,

O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade.
O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social (MARX; ENGELS, 2010, p. 52 – 53).

As relações sociais são, antes de tudo, relações de essência histórica. Por isso, são mutáveis e transformáveis. São, com efeito, resultados da ação dos homens, exercendo sobre eles pressão e constrangimentos. Nessa condição, as relações sociais acarretam efeitos e consequências que fogem à vontade humana, mas são, igualmente, alternáveis e alteradas conforme o desejo coletivo e organizado dos grupos sociais (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). Logo, podemos entender o capital como relação social e histórica de produção e, portanto, como um poder social sujeito à monopolização. De fato, na sociedade capitalista, o capital é monopolizado, especialmente por um determinado grupo, os donos do capital, para quem, em última instância, só interessa o lucro, uma das premissas de existência do próprio capitalismo indispensável ao seu movimento e expansão.

⁴⁸ Essa barreira é permanente expansão a que o capital impõe a si. No Manifesto Comunista, podemos depreender que Marx e Engels caracterizam o capital como um fenômeno dinâmico, altamente expansivo, instável e contraditório, histórico e fadado a ser ultrapassado. Para eles, o capital não existirá indefinidamente.

Quando abordamos questões relativas ao capitalismo, normalmente surgem associações desse tema com o “marxismo”, expressão que, aliás, apareceu com sentido pejorativo por meio de Bakunin (HAUPT, 1985). Tais associações não são desprovidas de razão, já que Karl Marx é um dos maiores estudiosos desse sistema econômico. Não significa dizer, contudo, que sua obra não tenha limitações, basta observar que Marx faleceu em 1883, deixando inacabada sua obra mais importante, isto é, “O Capital: crítica da economia política”.

O marxismo, grosso modo, pode ser definido como um sistema teórico racionalista de interpretação da realidade por meio de uma análise histórica. Há, no entanto, um marxismo original, aquele que representa as concepções de Marx e Engels. Ocorre que, antes mesmo da morte de Marx, já havia tantas e tão diversificadas interpretações de suas ideias que ele próprio declarou ter certeza de que não era marxista. Seus textos, muitas vezes ambíguos, bem como sua obra demasiado ampla, ainda não totalmente conhecida, formam a base de uma doutrina complexa, muitas vezes deturpada e vulgarizada. Por isso, quando falamos de marxismo, sobretudo no século XX, já não estamos falando de Marx, mas de versões e interpretações de sua obra (SILVA; SILVA, 2009).

De fato, após a morte de Marx, logo surgiu o que se convencionou chamar de marxismo ortodoxo, tendo Friedrich Engels como principal representante e, depois dele, Karl Kautsky. Nessa época, contudo, já havia uma visível oposição entre ‘ortodoxos’ e a ala ‘revisionista’ representada por Eduard Bernstein,⁴⁹ de onde surgiram alguns dissidentes, divergindo de ambas as tendências, dentre os quais destacamos Rosa Luxemburgo, na Alemanha, e Vladimir Lênin e seus seguidores russos. Esses dissidentes formaram um grupo, classificado como ‘socialismo radical’. Posteriormente, o marxismo ortodoxo passou a ser identificado como o marxismo leninista. Logo, os demais seriam heterodoxos (VIANA, 2018, p. 16).

⁴⁹ Karl Kautsky, discípulo preferido de Engels, após a morte do mestre, assumiu o papel de intérprete e guardião da verdadeira doutrina de Marx, tornando-se o principal opositor da tendência revisionista que ganhava adeptos no seio da social-democracia alemã, cujo principal expoente era Eduard Bernstein (MUSSE, *apud* PEREIRA, 2016, p. 25).

Ao invés dessas classificações, em certo sentido, afeitas à doutrina religiosa, Nildo Viana (2018, p. 26) propõe a utilização dos conceitos de marxismo autêntico e pseudomarxismo. O primeiro caracteriza o marxismo, que representa fundamentalmente as aspirações do proletariado. O segundo expressa toda a concepção que se diz marxista, porém não reflete os interesses do movimento operário revolucionário. Em tal concepção, inclui-se também a ala formada pelos marxistas ortodoxos. Para o autor, o pseudomarxismo alcança, no máximo, uma espécie de capitalismo reformado, já que está “envolvido até a raiz do cabelo” com a sociedade capitalista e não consegue ultrapassá-la nem se quer no plano mental.⁵⁰ Por outro lado, a luta revolucionária do proletariado, marca teórica e política do marxismo autêntico, leva ao fim do capital e do Estado, instaurando a sociedade autogerida, concretizando a emancipação humana.

Steven Gouldner (2014, p. 12–14) ironicamente afirma que o ‘marxismo’ dominante hoje é o ‘marxismo’ da classe dominante. Para ele, o marxismo original de Marx e Engels é o ‘marxismo revolucionário’, já deturpado por Eduard Bernstein e Karl Kautsky. O primeiro procurou romper com o caráter revolucionário do marxismo, defendendo a ideia de que a luta pelo socialismo deveria se basear em preceitos éticos e não na luta revolucionária por parte do proletariado. O segundo, considerado o pai do ‘realismo político’, acreditava que o marxismo deveria romper com a ideia de uma ‘crise final’ do capitalismo e com a possibilidade de existência de uma ‘sociedade sem estado’. O autor também observa que mesmo a apropriação bolchevista do marxismo apresenta três variantes principais: o leninismo, o trotskismo e o stalinismo, tendo o leninismo como base para as outras duas.

Entendemos que esse marxismo original ou autêntico e revolucionário caracteriza a obra de Marx e, portanto, o que se entende por teoria marxiana. Mais do que isso, essa teoria é aquela

⁵⁰ No grupo dos pseudomarxistas, além de Karl Kautsky e Eduard Bernstein, Nildo Viana (2018) também inclui Vladimir Lênin, George Lukács, León Trotsky, Nikolai Bukhárin, Josef Stálin, Antônio Gramsci, Louis Althusser e Perry Anderson, dentre outros.

que provém, necessariamente, dos escritos do próprio Karl Marx e não de autores marxistas que têm sua obra como base teórica e que deram origem aos vários marxismos, dentre os quais destacamos o latino-americano. Segundo Michael Löwy (2006), desde os anos 1920, todos os partidos comunistas da América Latina, inclusive o Partido Comunista Brasileiro (PCB), teriam adotado a cartilha do marxismo soviético, formada por equívocos e abstrações sobre o sentido da história embasadas em citações descontextualizadas de Marx, Engels e Lênin. Trata-se da versão russa do marxismo sistematizado por Nikolai Bukhárin em seu Tratado de Materialismo Histórico.

Com efeito, antes da fundação do PCB, em 1922, praticamente não havia marxistas nem marxismo no Brasil. Somos forçados, no entanto, a admitir que a nacionalização dessa corrente teórica no país se deve a Caio Prado Júnior, que elaborou uma interpretação marxista original da história brasileira a partir de realidades nacionais concretas (RICUPERO, 2000). Tal interpretação, de certo modo, chega a surpreender porque Caio Prado Júnior a concebeu sem conhecer mais profundamente a obra original de Marx. Seu conhecimento da teoria marxiana se deu por meio da versão bolchevique, mais aprofundada a partir da viagem de estudos que fez à União Soviética, em 1933. Convém salientar ainda que Caio Prado Júnior traduziu o Tratado de Materialismo Histórico de Bukhárin, publicado no Brasil, em 1935⁵¹ (PEREIRA, 2016). Apesar de suas contribuições à história do marxismo no país, só podemos falar de um marxismo verdadeiramente brasileiro a partir do início dos anos 1960, longe do PCB e próximo da universidade (RICUPERO, 2000).

Nossos breves apontamentos sobre o sistema capitalista e sobre o capital, além das observações inerentes ao “marxismo”, têm por finalidade especificar apropriadamente a territorialização do capital a que investigamos como fenômeno histórico, particularmente, no

⁵¹ Vale observar que a tradução do Manifesto Comunista, em 1924, em Porto Alegre–RS, por Otávio Brandão, pode ser considerada um marco na história da divulgação das ideias de Marx no Brasil, o que não significa dizer que os comunistas brasileiros, nessa época, conhecessem bem os textos clássicos do comunismo (RIOS, 1999).

que respeita à exploração de madeira no norte do Espírito Santo. A territorialização do capital constitui intrinsecamente parte da dinâmica do próprio capital, de seu movimento de expansão e desenvolvimento. Por isso, compõe a ordem capitalista em sentido amplo, estando presente desde a chamada acumulação primitiva, já no início do século XVI, quando o capital revelou sua tendência à mundialização. Logo, a territorialização do capital acompanha todas as fases de desenvolvimento do sistema capitalista, lançando sempre mão dos recursos materiais e culturais inerentes a cada uma delas a fim de se expandir, fixando-se em novos territórios.

Um dos recursos mais visíveis utilizados durante o processo de territorialização do capital em todas as épocas é a violência econômica ou extraeconômica com que se formam as relações sociais de trabalho. As consequências desse processo dizem respeito às modificações e à redefinição das estruturas socioeconômicas vigentes, subordinando-as à reprodução do capital cuja finalidade é sua própria valorização. Mas, o capital também cria simultaneamente novas condições para se expandir e incorporar novas áreas e populações às relações comerciais. Para tanto, vale-se da ciência, dos avanços tecnológicos, dos discursos políticos e ideológicos, etc., vinculando-se diretamente com a marcha da modernização.

Ademais, é no processo de territorialização que o capital também demonstra seu poder avassalador, por meio do qual subjuga até as forças da natureza, canalizando rios, drenando pântanos, integrando regiões, explorando continentes inteiros. A procura sempre constante por mercadoria, forma elementar do capital, também o faz movimentar-se, mostrando seu poder, levando-o a se expandir e a se territorializar. Daí o nosso interesse em investigar a territorialização do capital no norte do Espírito Santo, especialmente, por meio da madeira, enquanto mercadoria, explorada na Mata Atlântica local, por diversas empresas madeireiras, muitas das quais eram concessionárias do Estado.

2.2 A política de concessões e a exploração madeireira no norte do Espírito Santo

A concessão de serviço público é um instrumento legal utilizado pela Administração Pública desde a Idade Moderna, cujo objetivo principal é o afastamento do Estado daquilo que não lhe é considerado serviço próprio. Nesse caso, o Estado transfere a execução desse serviço, por meio de um contrato, a um empreendedor particular, isto é, a uma pessoa jurídica de direito privado que o executará por sua conta (SALOMÃO NETO, 2013). No Brasil, convém observar que a cesmaria, por exemplo, era uma concessão. Compete destacar ainda que, durante todo o século XIX, as concessões de serviços para colonização, construção de ferrovias e realização de outros interesses comerciais foram largamente utilizadas no país. A criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, dentre outros empreendimentos, se deu mediante uma concessão negociada, em 1847, com os governos imperial e de Minas Gerais. A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no início do século XX, também se deu mediante uma concessão do Governo Federal.

No Espírito Santo, particularmente, com relação à exploração madeireira, destacamos a concessão cedida à empresa do Rio de Janeiro Lichtenfels & Cia⁵² mediante contrato assinado, em 11 de março de 1911. O contrato teria duração de 30 anos. Por meio dele, a empresa se obrigava a fundar sete núcleos coloniais com 500 famílias cada um no prazo de seis anos.⁵³ Dentre outros direitos, a concessionária poderia explorar madeira nas matas do Espírito Santo durante o período de vigência do contrato, obrigando-se, contudo, ao pagamento antecipado de 4.000:000\$000 (4 mil contos de réis) referentes aos 800 mil m³ de madeira que deveria extrair

⁵² Trata-se de uma empresa de engenharia com atividades nas áreas de construção e importação, além de obras hidráulicas, mecânicas e elétricas, dentre outras. Bernardo Lichtenfels, sócio da empresa, era quem respondia por ela. A Lichtenfels & Cia tinha escritório no Rio de Janeiro e, em Viena, na Áustria, também mantinha um escritório provisório, em Vitória, no Espírito Santo.

⁵³ O contrato previa uma série de obrigações com relação aos núcleos coloniais, entre elas destacamos a obrigatoriedade de dar trabalho aos imigrantes, fornecendo-lhes também alimentação durante o primeiro ano de estabelecimento na colônia, além de ferramentas e animais reprodutores (cavalos, gados, suínos, carneiros, cabras, galinha, etc.). No caso desses últimos, seriam dois indivíduos de cada raça para cada núcleo. A concessionária deveria fundar escolas nos núcleos e pagar os respectivos salários dos professores. Deveria ainda disponibilizar um médico e um farmacêutico para cada núcleo colonial (ACTOS, 1911).

nos primeiros dez anos. Nesse período, a concessionária ficaria isenta de ônus com impostos municipais ou estaduais. Findo esse prazo, pagaria o imposto previsto em lei, porém, com desconto (ACTOS, 1911).

Jerônimo Monteiro (1908–1912) enfrentou severas críticas à assinatura desse contrato. Seus opositores o acusaram de ceder as matas do Espírito Santo em monopólio à Lichtenfels & Cia, que, segundo eles, se tornava a única fornecedora de madeira às serrarias. Afirmavam ainda que o valor pago pela madeira era muito baixo (ESTADO, 1911). Acreditamos, todavia, que essas críticas encontravam abrigo, além da própria oposição política, no desconhecimento das imposições às quais a empresa havia se sujeitado. A oposição parecia não considerar os investimentos que a concessionária teria de fazer com os núcleos coloniais, dentre outras responsabilidades. Não queremos dizer com isso que o contrato não fosse vantajoso para a Lichtenfels & Cia, caso contrário, essa empresa não o teria efetivado.

Cabe observar, no entanto, que, em 18 de abril de 1913, depois de algumas prorrogações de prazo e reformas contratuais, o Governo do Estado rescindiu o contrato com a Lichtenfels & Cia, ficando com prejuízos por inadimplências dessa concessionária (ESPÍRITO SANTO, 1914). Tudo indica que os constantes pedidos de prorrogação para cumprimento de cláusulas contratuais, bem como os aditamentos no contrato original, diziam respeito à falta de liquidez financeira da concessionária. Logo de início, a Lichtenfels & Cia não conseguiu pagar os 4 mil contos de réis adiantados como estava previsto, também não levou adiante a formação de núcleos coloniais nem a exploração da madeira nas matas do Estado.

Ainda, em 1913, o Governo Estadual efetivou um novo contrato para exploração de madeira no Espírito Santo, diferente daquele estabelecido com a Lichtenfels & Cia. Firmado com a Companhia Societé Forestière et Industrielle de São Mateus, esse novo contrato restringia-se ao norte do Estado, embora com uma área de concessão que abrangia boa parte dessa área, estendendo-se desde Conceição da Barra e São Mateus até o vale do rio Doce.

Em Conceição da Barra, por exemplo, a Societé Forestière deveria extrair madeira, colonizar uma parte dos terrenos do município e desobstruir o rio Itaúnas. Também estava obrigada a fazer os “melhoramentos” necessários no porto da cidade a fim de estabelecer a navegação contínua através dele, durante o ano inteiro (ESPÍRITO SANTO, 1913). A Companhia Societé Forestière obrigava-se ainda a construir uma grande serraria em Colatina, a futura Serraria de Barbados, entre outras obrigações contratuais. Seu representante no Brasil era Charles Spitz, muito conhecido no meio político e econômico capixaba.⁵⁴

Apesar do poder econômico da concessionária, ela não conseguiu cumprir as obrigações contratuais, pelo menos, não como desejava juntamente com o Governo Capixaba. Acreditamos que a crise provocada pela conjuntura da Primeira Guerra Mundial, levando à queda dos preços do café e da madeira, contribuiu para o insucesso da empresa no norte do Espírito Santo. Além disso, a Societé Forestière enfrentava constantes invasões das áreas de sua concessão, sem que o Estado, tampouco a Justiça, apresentassem solução satisfatória ao caso.

Em 1921, com apenas oito anos de vigência contratual, chegava a termo o processo de encampação⁵⁵ da Companhia Societé Forestière. Sem essa rescisão contratual, o Governo do Estado não poderia levar adiante o seu projeto de colonização para o norte do Espírito Santo. Além do insucesso em cumprir as normas do contrato, a concessionária ainda mantinha “presa” abundante quantidade de terras do Estado, dentre outras propriedades, que não proporcionavam o devido retorno financeiro aos cofres públicos. A mensagem de Nestor Gomes, enviada à Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em 31 de outubro de 1921, nos dá uma noção do

⁵⁴ Além da Companhia Societé Forestière, o capital francês possuía outra concessionária no Espírito Santo. Trata-se da Societé Minière et Industrielle Franco Bresilienne contratada, em 04 de setembro de 1909, para extrair areia monazítica e outros minerais encontrados nas terras devolutas do Estado. Charles Spitz também a representava no Espírito Santo (DIRECTORIA, 1909). Ele ainda representou o Governo Capixaba na França, em 1916, durante as negociações da dívida externa do Estado, na condição de procurador nomeado pelo chefe do executivo estadual, Marcondes Alves de Souza (1912–1916).

⁵⁵ Trata-se da rescisão unilateral da concessão antes do prazo estabelecido. O concedente, em nosso caso, o Estado, retoma a execução do serviço quando a concessão se revela contrária ao interesse público. Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011) observa que, em todas as modalidades de concessão, o concedente reserva para si alguns direitos, poderes e vantagens, entre os quais a rescisão unilateral do contrato, fiscalização, punição, etc.

patrimônio da Societé Forestière no norte do Estado quando houve a rescisão do contrato entre ela e o Governo Capixaba. Vejamos:

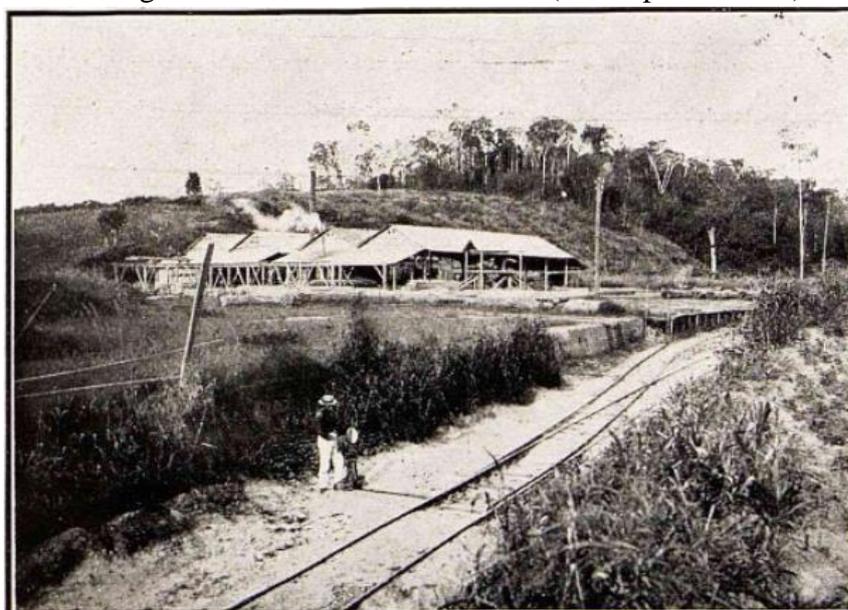
A 21 de [julho] do corrente ano [1921] tive a fortuna de ver concluída a operação de compra dos bens da Societé Forestière, iniciado em fins do *anno* de 1920 e ajustada em meiado do semestre anterior, bens esses constantes de uma extensão territorial, em *mattas* virgens riquíssimas em madeiras, de cerca de dois mil e quatrocentos quilômetros quadrados, até então segregados, por completo, da nossa expansão agrícola; de uma grande serraria – a maior do Estado – colocada entre a linha da Estrada de Ferro Diamantina e o rio Doce, *exactamente* no ponto mais apropriado para o aproveitamento das madeiras *daquellas mattas*, que lhe ficam fronteiras; algum gado de trabalho, embarcações, diversos acessórios e miudezas e *comprehendendo* também sete mil e quinhentas *acções* da Companhia Estrada de ferro Santa Cruz – Barbados, [...]. A serraria já tem *quasi* concluídos os retoques e *supprimentos* de *materiaes* de que carecia, devendo entrar em breve em franco movimento (ESPÍRITO SANTO, 1921, p. 5–6).

Chama a atenção nesse patrimônio as ações que a Societé Forestière possuía da Companhia Estrada de Ferro Santa Cruz–Barbados. Com efeito, essa Companhia também se constituía em concessão estadual, sendo igualmente encampada ao fim do processo rescisório com a Forestière. Segundo o Diário da Manhã (ES), em artigo de 22 de julho de 1921, além das propriedades da Societé Forestière e da Companhia Estrada de Ferro Santa Cruz–Barbados, o Estado recuperava mais 60 mil hectares de terra que cabia a essa Companhia ao longo de sua ferrovia. A Santa Cruz–Barbados serviria para ligar a Estrada de Ferro Vitória a Minas ao então município de Santa Cruz, de modo a facilitar o transporte de minério de ferro das jazidas de Itabira–MG até o futuro porto a ser construído nesse município.

A Serraria de Barbados, quando da encampação da Companhia Societé Forestière, ainda não havia entrado em funcionamento. Sua localização estratégica, em Colatina, entre a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o rio Doce, facilitaria o transporte da madeira tanto para o beneficiamento quanto para a exportação. O rio Doce, aliás, como se fez em outros rios do norte do Estado, poderia ser utilizado para transportar as toras até a serraria. Ademais, a construção da Estrada de Ferro Santa Cruz–Barbados e do futuro porto, em Santa Cruz, tornaria a exportação de madeira da serraria menos onerosa, visto que o transporte de madeira mediante a Vitória a Minas era considerado muito caro.

A história da Serraria de Barbados, em Colatina, no Espírito Santo, é longa. Concluída a encampação da Societé Forestière, essa serraria e a Companhia Estrada de Ferro Santa Cruz–Barbados foram incorporadas ao patrimônio do Banco do Espírito Santo.⁵⁶ Após reformas e ampliações, a Barbados foi arrendada à firma Chagas, Lino & Cia. (ENCAMPAÇÃO, 1921). A fotografia 9 mostra a Serraria de Barbados, ainda em meados da década de 1920, quando estava sob a administração dessa firma. Além dos galpões e da área externa que servia de tombador de madeiras, podemos visualizar parte da linha férrea da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Fotografia 9 – Serraria de Barbados (Visão panorâmica)



Fonte: (COELHO, [192-]).

Em 1925, Florentino Avidos readquiriu a Serraria de Barbados, incorporando-a, dessa vez, ao patrimônio da Companhia Territorial de Colonização (ESPÍRITO SANTO, 1925), que a arrendou à empresa R. Chagas & Cia.⁵⁷ (R. CHAGAS, 1929). Esse arrendamento expirou em

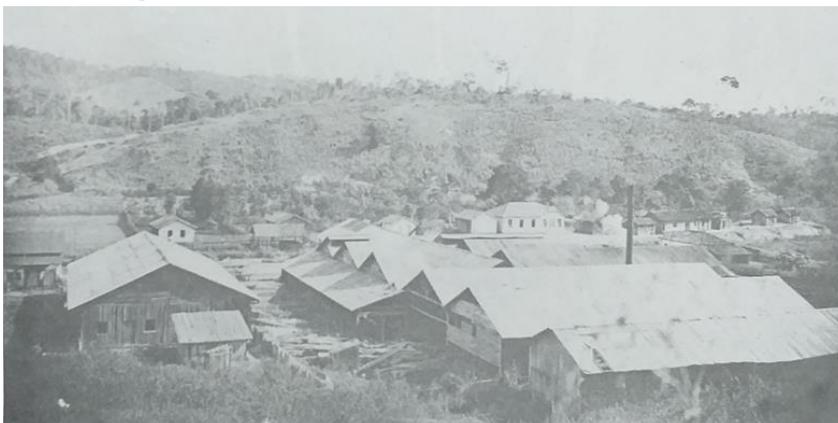
⁵⁶ Trata-se do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, criado em 01 de junho de 1911, no governo de Jerônimo Monteiro. Ficou mais conhecido pela denominação simplificada de “Banco do Espírito Santo”. Em 1917, foi encampado por Bernardino de Souza Monteiro e, na segunda metade da década de 1920, Florentino Avidos vendeu parte das ações desse banco ao Banco Pelotense. A crise econômica de 1929, seguida da crise política de sucessão presidencial de 1930, levou o Banco do Espírito Santo à falência e completa liquidação, em 1931 (MORAES, 1992).

⁵⁷ Tanto a R. Chagas & Cia., quanto a Chagas, Lino & Cia., tinham Randolpho Chagas como sócio. Essa última empresa contava igualmente com Cezar Lino como sócio. Ele era sócio de outra empresa que também trabalhava

30 de junho de 1930, tendo sido prorrogado por mais cinco anos (VIANNA; LIMA, 1931). Acontece que a crise de 1929 afetou drasticamente a indústria e o comércio de madeiras, levando à paralisação dos trabalhos na serraria desde janeiro de 1931. Poucos meses depois, precisamente, em 28 de abril do mesmo ano, rescindia-se, consensualmente, o contrato com a empresa R. Chagas & Cia. A partir daí, a Companhia Territorial teve em vista fazer um novo arrendamento ou mesmo vender a Serraria de Barbados, que, sem funcionar, apenas gerava despesas com conservação, reparos, seguro, etc. (COMPANHIA, 1932).

Vendida pelo Governo do Estado no início de 1940, a Serraria de Barbados, quatro anos mais tarde, compunha o patrimônio formado por outras empresas madeireiras, localizadas em Aimorés–MG, de que era sócio Godofredo Chaves Baião (UMA GRANDE, 1944). Em meados da década de 1950, apareceu com a denominação de Serraria Barbados Ltda., que, com as outras duas de Aimorés, denominadas Serrarias Aimorés Ltda., empregavam 450 operários (BAIÃO, 1956). Nessa época, a Serraria Barbados exportava peroba do campo para a Finlândia (LICENÇAS, 1957). A fotografia 10 mostra essa serraria, nos anos 1950, ainda com estrutura e galpões em madeira. Característica comum às serrarias do norte do Espírito Santo, sobretudo naquele período.

Fotografia 10 – Serraria Barbados Ltda. (Anos 1950)



Fonte: Acervo de Yeda Ferrari Baião.

com exploração de madeira, a Lino & Cia. Quanto a Randolpho Chagas, em particular, José Coelho ([192-]) o apresenta como agricultor em Leopoldina–MG, onde foi promotor de justiça, advogado e político, tendo feito parte do governo municipal por vários anos.

A década de 1960, embora tenha sido de prosperidade para a Serraria Barbados, bem como para a economia madeireira no norte do Espírito Santo, marcou o momento em que houve o acidente mais grave da história da empresa, quando 5 operários faleceram e outros 12 saíram feridos. Esse acidente ocorreu devido à explosão de uma caldeira. Zilda Maria Aguiar Falcão (2022) disse que “a caldeira estourou às duas e meia da tarde” e que o irmão de seu pai faleceu nesse acidente. Uma das serrarias de Aimorés, ligada à Serraria Barbados, também passou por um evento semelhante, marcado, dessa vez, por um incêndio. Segundo Zilda Maria,

[...] uma serraria lá de Aimorés, da Barbados, pegou fogo e o pessoal de lá veio para cá [...]. Só sei dessa de Aimorés que pegou fogo lá e o povo veio morar aqui. Até precisaram rebocar umas casas aí, fazer depressa, com a própria madeira da firma, com as coisas da firma, por conta deles aí [...] (FALCÃO, 2022).

Tais acidentes, apesar da quantidade de mortos, não abalaram a credibilidade da empresa. Em 1968, a Serraria Barbados recebeu um empréstimo de NC\$ 280 mil do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)⁵⁸ (SEIXAS, 1968). Quatro anos após, essa serraria, na condição de sociedade anônima, tendo José Baião como diretor-presidente, contava com 450 funcionários sob a coordenação de seis diretores. Sua produção mensal chegou aos 1.300 m³ de compensados,⁵⁹ 18 mil portas compensadas e maciças, 10 mil m² de tacos de madeira para assoalho, 20 mil metros de aduelas, 40 mil metros de alisares e 10 mil metros de rodapés (SERRARIA, s/d).⁶⁰

⁵⁸ Trata-se, na verdade, de empréstimo oriundo do Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresas (Fipeme), órgão instituído pelo BNDE para estimular o desenvolvimento econômico do país, em particular, mediante as pequenas e médias empresas, atenuando as diferenças regionais e fomentando a exportação de produtos industrializados (FIPEME, 1968). Os empréstimos concedidos pelo BNDE às empresas madeireiras de que trata essa pesquisa foram concedidos no âmbito do Fipeme.

⁵⁹ O compensado, ainda produzido em alta no país, é uma chapa formada pela colagem de três ou mais lâminas, ou folhas, retiradas industrialmente das toras. Oferece mais resistência do que a madeira comum. Pode ser produzido com tamanho e espessura variados e proporciona melhor aproveitamento da madeira, alcançando também melhor preço de mercado (SOUZA, 1947).

⁶⁰ O documento referenciado, “SERRARIA, s/d”, trata-se de uma pequena revista editada pela própria empresa na década de 1970. Por meio dela, a Serraria Barbados divulgou sua capacidade produtiva na empresa de Colatina–ES, destacando sua boa localização, a qualidade de seus produtos, bem como sua solidez financeira. Entre outras informações, divulgou igualmente as outras filiais da Barbados na época: uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia, além da Serraria Barbados do Nordeste S.A., criada em 1973. A revista se constituía, sobretudo, numa obra de propaganda, já que na mesma época havia outras três empresas madeireiras que produziam madeira compensada, como a Serraria Barbados S. A., uma delas era a Serraria Industrial Alves Marques, também localizada em Colatina. As outras duas eram a Companhia Brasileira de Indústria e Comércio (Cobraice), em Conceição da Barra, e a Mobra, em Linhares. Infelizmente, a citada revista não apresenta autoria definida nem local e data de edição.

No final de 1973, José Baião, juntamente com um grupo de empresários espírito-santenses da indústria madeireira, fez uma viagem (organizada pela Prefeitura de Colatina com apoio do Governo do Estado) pela Europa, Japão e Estados Unidos da América (EUA). O objetivo deles era conhecer as inovações no ramo da indústria madeireira, além de estabelecer novos contatos que dinamizassem a economia de suas empresas (IBEME, 1973). Os resultados da viagem foram satisfatórios, pelo menos para a Serraria Barbados. Alguns meses depois, no início de 1974, o Bandes lhe concedeu novo financiamento, dessa vez da ordem de Cr\$ 7,2 milhões, com o qual a empresa pode inovar sua produção e se expandir (MELLO, 1974).

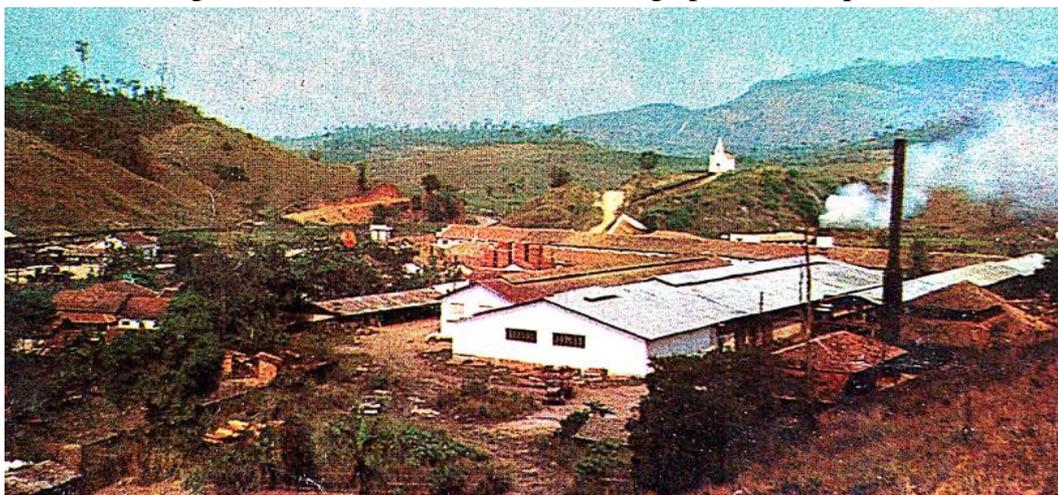
A década de 1970 marcou o período áureo da história econômica da Serraria Barbados no Espírito Santo. Além do departamento de vendas centralizado no Rio de Janeiro, a empresa possuía representantes comerciais nas principais cidades do país, entre as quais Recife, Fortaleza, Salvador, Ubá, Juiz de Fora, além de São Paulo. Nessa década, o BNDE a classificou como a oitava maior empresa particular do Espírito Santo por conta do volume de sua produção e solidez financeira (SERRARIA, s/d). As fotografias 11 e 12 permitem-nos observar que as instalações da empresa (área de escritório e galpões) também haviam mudado nessa época, compondo-se de estruturas em alvenaria.

Fotografia 11 – Serraria Barbados S.A., escritório (Vista parcial)



Fonte: (SERRARIA, s/d).

Fotografia 12 – Serraria Barbados S.A., galpões (Vista parcial)



Fonte: (SERRARIA, s/d).

Nos anos 1980, a Serraria Barbados passou por transformações em consequência da crise vivenciada no setor da construção civil, das leis ambientais, além, sobretudo, da nova realidade representada pela escassez de madeira, levando a empresa a pedir concordata, em 1983 (VILLASCHI FILHO; BUENO, 2000). A Barbados deixou de trabalhar com tacos para assoalho e rodapés, entre outros, e começou a produzir também móveis para residência: mesas, cadeiras, dormitórios, etc. As transformações implantadas por essa empresa na década de 1980, principalmente em sua área de produção, revelam, em particular, a concretização de estratégias utilizadas para impedir sua falência. A Serraria Barbados se manteve em funcionamento, em Colatina, até o início da década de 1990.

A longa história dessa empresa, sobretudo como empreendimento particular, chama a atenção para a capacidade administrativa e empresarial de sua diretoria aberta a inovações, sem as quais nenhuma empresa se mantém no mercado capitalista. Igualmente, revela uma das componentes mais importantes do projeto de colonização e de integração regional do Estado para o norte do Espírito Santo, qual seja, a exploração de madeiras por meio de contratos de concessão. Nesse caso, a montagem de grandes serrarias se constituía como peça fundamental desse projeto, reforçando a importância da Serraria de Barbados para o Governo Capixaba, em

particular, enquanto ela fez parte do patrimônio do Estado após a encampação da Société Forestière.

A rescisão do contrato com essa concessionária francesa, além de liberar as terras do Estado no norte do Espírito Santo para a colonização, integrava ainda o plano de crescimento econômico do Governo Capixaba para o Estado por meio da exploração madeireira. Esperava-se que a exportação de madeira levasse o Espírito Santo a um novo surto econômico do qual, obviamente, a Serraria de Barbados fazia parte. Vejamos o que disse Nestor Gomes em sua mensagem à Assembleia Legislativa, poucos meses após a rescisão contratual com a Société Forestière:

No movimento de exportação de madeiras, é que devemos esperar, para breve, um grande surto, empenhado que estou em promover tudo quanto seja possível e em facilitar tudo quanto seja razoável, afim [*sic*] de aproveitarmos melhor e mais desenvolvidamente esse tesouro de madeiras que possuímos, verdadeiramente colossal mas que, a dormir, não representa nada (ESPÍRITO SANTO, 1921, p. 79).

Para tanto, Nestor Gomes tomou providências no sentido de construir serrarias, mediante concessões, nas zonas com maior potencial madeireiro do Estado. Para a região sul, já existia um contrato firmado com uma empresa do Rio de Janeiro a fim de adquirir o maquinário e toda a aparelhagem necessários para montar uma serraria em Ponte de Itabapoana ou Maylasky.⁶¹ Também havia preparação para instalar outra, com maior capacidade, na Barra do Itapemirim.⁶² Para o norte do Estado, havia negociações em andamento com um grupo de industriais alemães para a construção de uma grande serraria em Conceição da Barra. Nestor Gomes visava montar outra serraria, em São Mateus. Também estava em estudo a instalação de uma serraria, maior do que as anteriores, na Barra do Rio Doce, em Linhares (ESPÍRITO SANTO, 1921).

⁶¹ O contrato para montagem de uma serraria nesse local foi celebrado entre o Governo do Estado e Demerval Amaral, em fevereiro de 1924, ainda na administração de Nestor Gomes, resultando na construção da Serraria Santa Maria. Encampada por Florentino Avidos, compôs o patrimônio do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1930).

⁶² Pelo menos, até o início de 1924, essa serraria não havia sido instalada. De todo modo, nesse momento, havia outras sete empresas madeireiras em funcionamento no município de Cachoeiro de Itapemirim, com previsão de se inaugurar mais uma (ESPÍRITO SANTO, 1924).

A montagem dessa serraria se concretizou após a formação da Companhia de Madeiras Nacionais Rio Doce, em 31 de dezembro de 1923, com sede no Rio de Janeiro. Essa empresa tornou-se concessionária do Estado mediante a Lei n.º 1.414 de 12 de abril de 1924 (PARTE, 1924), por meio da qual obteve o direito de explorar madeira em vastas áreas de florestas às margens do rio Doce, Lagoa Juparanã e rio São José. A Companhia de Madeiras Nacionais montou, então, sua serraria na foz do rio Doce, em Linhares (Regência), como previa o contrato (ESPÍRITO SANTO, s/d), devendo beneficiar no mínimo 600 m³ de madeira por mês.

O contrato entre o Governo do Estado e a Companhia de Madeiras Nacionais impunha também a essa última a obrigatoriedade de estabelecer a navegação entre Regência e o porto do Rio de Janeiro, com escalas em Vitória. Para tanto, essa Companhia dispôs o navio “Rio Doce”, o que lhe permitiu cumprir, por alguns anos, essa cláusula do contrato (O “RIO DOCE”, 1924). Além da serraria, embora ainda estivesse sendo construída, em 1926, a Companhia de Madeiras Nacionais montou um serviço médico e farmacêutico e de saneamento. Também ligou a Lagoa de Terra Alta ao rio Doce por meio de um canal navegável e fez melhorias no canal da Lagoa das Palmas (ESPÍRITO SANTO, 1926).

Tudo indica que a Companhia de Madeiras Nacionais Rio Doce passou por dificuldades na execução das demais cláusulas contratuais (medição de terrenos, produção mínima de madeira, manutenção de um navio para transporte da produção, etc.) (ESCRITURA, 1934a). Mediante solicitação da empresa, o Governo do Estado as prorrogou até janeiro de 1930, exceto aquela referente à exportação do volume mínimo de madeira, pois vigoraria somente a partir de 1935 (AGUIAR, 1930). Apesar da solidez financeira e da suposta capacidade administrativa dos diretores da Companhia,⁶³ o contrato, inicialmente de 30 anos, prorrogável por mais 20, foi rescindido pelo Governo do Estado, em 1934, após dez anos de vigência.

⁶³ Em meados da década de 1920, divulgava-se a solidez financeira da Companhia, dotada de um capital de 1.300:000\$000 (mil e trezentos contos de réis), divididos em 6.500 ações de 200\$000 (200 mil réis) cada uma. Apresentavam-se a diretoria e o conselho fiscal da empresa, destacando a importância que ela teria no ramo madeireiro para o país. Além disso, esperava-se que sua área de exploração se transformasse em centro de cultura

Para o município de Riacho, o Governo Estadual cedeu concessão a Elpídio Wanderley e Herculano Leal. O contrato, de 30 de janeiro de 1924, garantia-lhes o direito exclusivo de explorar madeira no vale do rio Jimiúma para localização de colonos. Eles deveriam montar uma serraria no município até 31 de dezembro de 1924, com capacidade para beneficiar 200 m³ de madeira por mês. Teriam que desobstruir o rio (canalizando as lagoas convergentes) e medir os terrenos concedidos, o que não foi realizado. Em 1926, os concessionários incluíram Raul de Paula na concessão (ESPÍRITO SANTO, 1930). Dois anos depois, haviam cumprido apenas parte do contrato e “desanimado” quanto à construção da serraria e à exportação de madeira devido às dificuldades de acesso ao porto do Riacho. O contrato foi reformado novamente, ficando os concessionários responsáveis apenas por assentar 40 famílias por ano no município (ESPÍRITO SANTO, 1928b, p. 341). De qualquer modo, a concessão acabou sendo rescindida.

Das empresas concessionárias do Estado no norte do Espírito Santo, a Companhia de Madeiras da Barra de São Mateus (Cimbarra), instalada no município de Conceição da Barra, foi a que mais explorou madeira na região durante o mais longo período. Suas atividades se estenderam até o ano de 1978. Segundo o Diário da Manhã (ES) (1924a), a primeira concessão da empresa é resultado de um contrato firmado, em 18 de fevereiro de 1924, entre o Governo do Estado e Raulino Alfredo da Costa. A efetivação desse contrato sugere que as negociações com o grupo de empresários alemães para a construção de uma serraria em Conceição da Barra não deram certo.

A Cimbarra estava sediada no Rio de Janeiro. Sua fundação oficial se deu, em 2 de maio de 1925, por Arthur Donato, José Ramos Nogueira, além do próprio Raulino Alfredo da Costa e de Francisco Ferreira de Mesquita (COMPANHIA, 1930). Este último ocupou o cargo de presidente da empresa até, pelo menos, o ano de 1935. No primeiro ano de sua instalação em

de cacau e outros produtos. Contava-se para tanto com Guilherme Guinle, presidente da Companhia, e com Lineo de Paula Machado, os quais agiriam como suporte financeiro da empresa (COELHO, [192-]). Os dois são apresentados pelo jornal Diário da Manhã (ES) (30 abr. 1926) como capitalistas. Guilherme Guinle, em especial, é citado como chefe de uma das mais importantes famílias de milionários do país, além de industrial e filantropo.

Conceição da Barra, a Companhia Industrial investiu quase 1.000.000\$000 (mil contos de réis) em formação de pastos, montagem de uma grande serraria, construção de uma linha ferroviária e organização de um serviço de navegação particular de Conceição da Barra ao Rio de Janeiro, dentre outras realizações (AS NOSSAS, 1926). Para cumprir o contrato, levando adiante a exploração da madeira, só os investimentos da Cimbarra, até 1930, chegaram à considerável quantia de 3.000.000\$000 (3 mil contos de réis) (COMPANHIA, 1930).

A reportagem publicada no Jornal Vida Capixaba, em 1930, ilustra melhor o resultado desses investimentos e a magnitude das realizações alcançadas por meio deles. Vejamos:

O rio Itaúnas, até então abandonado, como via de navegação fluvial pelo seu estado de obstrução completa, presentemente já se pode navegar em toda a sua extensão, calculadamente, entrando pelo braço Norte, 120 km, iniciativa única e exclusiva da companhia. A serraria em Conceição da Barra de São Mateus honra a indústria deste ramo, pois é uma das melhores dentro do nosso estado, apesar das condições penosas do grande areal em que se construiu para obter-se fundações sólidas, que lhe garantissem este conceito. Está aparelhada para serrar 500 metros cúbicos [m³] de madeira por mês. A Companhia ligou também os estuários do Rio Itaúnas e São Mateus, por meio de uma linha férrea, tendo nas suas extremidades dois possantes guindastes para os serviços de carga e descarga, tendo construído mais uma magnífica ponte de atração de navios (COMPANHIA, 1930, n.p).

O rio Itaúnas corta total ou parcialmente os atuais municípios de Ponto Belo, Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros e Conceição da Barra, onde deságua no Oceano Atlântico. O projeto de construção de uma grande serraria nesse último município visava à utilização do rio Itaúnas como via de comunicação e de interiorização, além do transporte de madeiras e de outros produtos. Daí porque a serraria da Cimbarra, conhecida localmente como “Pai João”,⁶⁴ teria que ser construída, por imposição contratual, em ponto estratégico a fim de utilizar o curso natural do rio.

A construção dessa serraria deveria ser iniciada no prazo máximo de seis meses da assinatura do contrato, devendo entrar em funcionamento até 31 de maio de 1925. Teria que ser construída obrigatoriamente “na margem Oeste da chamada vala ou canal de ligação” entre os

⁶⁴ Tal denominação se deve ao fato de que um senhor idoso, conhecido na comunidade como “Pai João”, ter vivido no local onde a Cimbarra construiu sua serraria. Também é possível encontrar anúncios de venda de madeira nos jornais da época, especialmente da década de 1960, em nome da serraria “Pai João”.

rios Itaúnas e São Mateus (ESCRITURA, 1924a, p. 2). Aberto artificialmente,⁶⁵ em 1922, no governo de Nestor Gomes, esse canal facilitaria a comunicação por meio de ambos os rios, permitindo que produtos das zonas mais distantes do município chegassem à foz do rio São Mateus, de onde seriam exportados e/ou comercializados (ESPÍRITO SANTO, 1921; 1922). A concessão à Cimbarra previa a utilização desse canal como meio de transporte da madeira entre os rios. Reduzir-se-iam, assim, os custos da exploração da madeira e, ao mesmo tempo, manter-se-iam tanto o rio Itaúnas quanto o próprio canal em condições de navegabilidade.

A madeira beneficiada pela Cimbarra era exportada para o Rio de Janeiro em navios através do rio São Mateus. A empresa precisou construir um “porto” ou “ponte de atração” na foz desse rio, que fica distante apenas pouco mais de 3 km de onde a Serraria Pai João estava localizada. Obviamente, o canal aberto, em 1922, possibilitava à Cimbarra utilizá-lo como meio de transporte de madeiras da serraria ao rio São Mateus e vice-versa. Segundo Antônio Honorato da Silva (2021), o referido canal, da serraria até a foz do rio São Mateus,

[...] tinha uns três ou quatro metros de largura e separava o que hoje é a cidade daquela área onde é Santo Amaro, Chácara do Estado [...]. Pelo canal, eles traziam madeira bruta, só as toras na balsa. Havia um cidadão, por nome Seu Tite, que morava aqui, ele trazia a balsa de São Mateus. Às vezes, eu fico pensando..., guiar uma balsa de madeira com cinquenta toras..., nesse rio, meu irmão... Ali tinha o guindaste, onde hoje é o pontilhão velho.⁶⁶ [...] Descia era muita balsa, quando eles iam buscar, era de dois a três dias para chegar aqui. Quando a maré enchia, eles amarravam... jogavam um ferro lá e atracava no mangue. Quando a maré começava a vazar, eles já começavam a descer (SILVA, 2021).

A madeira a que se refere Antônio Honorato era aquela que descia em balsas através do rio São Mateus até Conceição da Barra, onde estava o porto da Cimbarra. Boa parte dessa madeira, ainda em toras, era embarcada em navios, seguindo para o Rio de Janeiro. Outra parte seguia para a serraria, através do canal, a fim de ser beneficiada e depois retornava para o porto, seguindo, então, para o Rio de Janeiro. De todo modo, os objetivos que levaram à abertura desse

⁶⁵ Esse canal ou vala foi aberto artificialmente, valendo-se, sempre, das condições geográficas locais. Em algumas áreas, aproveitava-se a existência de mangues, o que facilitava os trabalhos; em outras, a abertura se dava em terra firme.

⁶⁶ Esse pontilhão a que se refere Antônio Honorato é o “porto” ou “ponte de atração” construído pela Cimbarra na foz do rio São Mateus.

canal estavam longe de ser alcançados ainda no início dos anos 1930. Ademais, esse canal havia se tornado oneroso por conta dos pesados encargos para sua manutenção, sobretudo, depois que a Cimbarra, mediante um aditivo contratual, ficou responsável apenas pela desobstrução do rio Itaúnas, ficando o referido canal ou vala por conta do Estado. O que não impedia que a Cimbarra o utilizasse, principalmente nesse pequeno trecho entre o rio São Mateus e a serraria.

Embora a Serraria Pai João também recebesse madeira por meio do rio São Mateus, sua principal via de abastecimento, a propósito, uma das componentes fundamentais da concessão se dava através do rio Itaúnas. A Serraria Pai João, além das demais constituídas por contrato com o Estado, eram instaladas em locais estratégicos, segundo o projeto do Governo Estadual que considerava, particularmente, a proximidade com as zonas de exploração madeireira, além dos recursos disponíveis para o transporte e escoamento da produção. Nesse caso, o Estado considerava, principalmente, a possibilidade de se utilizar os rios locais ou as ferrovias construídas, ou as que eventualmente estivessem em construção mais próximas.

Por isso, a desobstrução do rio Itaúnas, uma das incumbências da Cimbarra, se fez indispensável para que a madeira extraída no interior de Conceição da Barra pudesse chegar à serraria. O rio Itaúnas apresentava excesso de plantas aquáticas⁶⁷ ao longo do seu curso. A ação das marés impedia o transporte de madeiras por meio dele, enquanto a maré estava “enchendo” até atingir a preamar. Com a maré “enchendo”, a água do mar adentra o rio. Nesse caso, sua correnteza, sobretudo nas proximidades da foz, seguia o sentido inverso da “descida” das toras. A profundidade do rio Itaúnas até o “Império”, localizado no atual município de Pedro Canário, há aproximadamente 60 km, distante da serraria, variava de três a sete metros; daí para frente, não passava de 50 centímetros (cm). Por isso, a Cimbarra estabeleceu um “porto” no Império onde as toras de madeira chegavam por meio de caminhões para serem conduzidas em balsas até a serraria, seguindo o curso do rio.

⁶⁷ Segundo Adeluais Gomes Viana (2020), essas plantas são conhecidas como Tininga ou Balseiro.

Essas balsas eram formadas, normalmente, com três ou quatro toras presas umas às outras. Por meio desse processo, quatro homens conduziam até 200 toras de cada vez, no percurso que durava cerca de oito dias (RELATÓRIO,⁶⁸ 1938). Ocorre que aproximadamente nos últimos 2,2 km antes de chegar à serraria, essas balsas teriam que passar pela foz do rio, conhecida localmente como “boca da barra”, lugar fundo, com maior correnteza, onde as ondas “batiam” mais forte, dificultando, com isso, o trabalho dos balseiros.

A Cimbarra usava canoas, chamadas “jaú”, para transportar mercadorias (feijão, milho, farinha, etc.) de suas propriedades na área de concessão. As provisões para os balseiros também seguiam nessas canoas. O “jaú” era uma canoa grande feita com tronco de madeira, media uns oito metros de comprimento, por uns dois metros de largura e cerca de um metro e meio de fundo. Por suas proporções e peso das cargas, também enfrentava dificuldades para passar na “boca da barra” a fim de alcançar o canal aberto pelo Governo do Estado.

Por isso, cerca de 400 metros antes dessa embocadura, a Cimbarra abriu um novo canal artificial por dentro do mangue, cortando caminho até chegar ao canal aberto pelo Governo Estadual e, enfim, à serraria. Segundo Adeluais Gomes Viana (2020), o local do início desse canal ainda, nas margens do rio Itaúnas, recebeu o nome de “Paio!” porque havia um barracão utilizado como depósito de equipamentos e mercadorias da empresa, além de servir de base para os balseiros. O novo canal aberto pela Cimbarra media cerca de 2 km de comprimento por três a quatro metros de largura. Por ele, conduziam as canoas (jaús) e as toras de madeira, após serem desfeitas as balsas. A utilização desse novo canal só era possível com a maré em preamar, aumentando, com isso, o volume de água em seu interior.

⁶⁸ O documento referenciado é um relatório acerca da estrutura, organização, funcionamento e produção da Cimbarra, em Conceição da Barra, no ano de 1938, intitulado “Relatório de uma viagem de observações”, encaminhado à diretoria da empresa. Ao término desse documento, seu autor apenas o assinou. Conseguimos decifrar somente o seu prenome como “Gastão”. Não há indicação de autoria em qualquer outra parte do relatório. Por isso, preferimos referenciá-lo dessa forma, isto é, com a primeira palavra de seu título.

Vencido o percurso do novo canal aberto pela Cimbarra, a madeira e jáús saíam num trecho do canal aberto pelo Governo Estadual que ficou conhecido pela população local como “Riacho da Madeira”. A partir daí, chegava-se à Serraria Pai João e ao rio São Mateus. Fica evidente, portanto, a imensa dificuldade enfrentada pela Cimbarra para explorar a madeira de sua concessão, dando cumprimento às normas impostas pelo contrato e, ao mesmo tempo, obter lucro suficiente que justificasse todos os seus investimentos na zona de Conceição da Barra. Por meio desse trajeto, a Cimbarra continuava à mercê das condições naturais, representadas principalmente pela ação das marés, tornando o processo menos dinâmico e mais oneroso.

Trata-se, no entanto, de um processo utilizado pela Cimbarra por um curto intervalo de tempo, cerca de um ano e quatro meses, apenas. A inauguração dessa empresa se deu em 2 de maio de 1925. Ela entrou em atividade em 31 de maio do mesmo ano e, em 5 de setembro de 1926, inaugurava sua ferrovia, bem como o porto para o embarque da madeira no rio São Mateus. Além dos investimentos particulares da Cimbarra, inerentes à sua concessão, a construção da ferrovia e do porto na foz do rio São Mateus contaram com auxílio financeiro e material do Governo do Estado, resultado de aditamentos no contrato original. Tais aditamentos tiveram como objetivo recompensar a empresa por redução em sua área de concessão motivada por interesses próprios do Estado ou em virtude de contestações do Governo da Bahia e/ou de Minas Gerais nas zonas em litígio entre esses Estados e o Espírito Santo. Os aditamentos no caso da Cimbarra se devem, particularmente, a esses últimos motivos.

A Estrada de Ferro da Cimbarra⁶⁹ começava aproximadamente 650 metros antes do “Paiol”, no mesmo lado, margem direita, do rio Itaúnas, no local conhecido como “Ilha das Cobras”. Daí, até a serraria, mede aproximadamente 3,2 km. Nesse local, a Cimbarra construiu um porto fluvial composto por uma oficina e mais duas edificações utilizadas como moradia, depósito, guarda e proteção do lugar, além do guindaste, com o qual se retiravam as toras que

⁶⁹ Assim, preferimos chamá-la porque não encontramos nenhuma denominação específica pela qual a ferrovia da empresa fosse conhecida. Ademais, essa substantivação faz jus à ferrovia, além de facilitar o enredo da história.

aí chegavam, em balsas, mediante o rio, para seguirem nas locomotivas até a serraria. Segundo Adeluais Gomes Viana (2020), esse porto ficou conhecido como “Guindaste”.

O que, de certa forma, especifica bem sua função principal, qual seja, retirar as toras de madeira da água (rio Itaúnas) a fim de serem transportadas através da linha férrea. Com efeito, o “guindaste” funcionava mais apropriadamente como uma pequena estação ferroviária. As fotografias 13 e 14 mostram algumas estruturas em concreto armado que continuam na Ilha das Cobras, às margens do rio Itaúnas, onde a Cimbarra montou, especificamente, o guindaste do porto.

Fotografia 13 – Estrutura frontal do porto da Cimbarra na Ilha das Cobras (Mureta com aproximadamente 18 metros de comprimento por 50 cm de largura)



Fonte: Acervo do autor (15 de janeiro de 2022).

Fotografia 14 – Parte da estrutura interna do porto da Cimbarra na Ilha das Cobras (Pilares e parte de uma mureta)



Fonte: Acervo do autor (15 de janeiro de 2022).

A Estrada de Ferro da Cimbarra compunha-se de um trecho de estrada de ferro que seguia da Ilha das Cobras à Serraria Pai João e de outro, de aproximadamente 3 km, que ligava a serraria ao porto do rio São Mateus. Esse último trecho da ferrovia seguia praticamente paralelo ao canal aberto, em 1922, pelo Governo do Estado. Em síntese, o trajeto principal da madeira da Cimbarra ficou assim: no Império, as toras eram lançadas no rio, de onde, em balsas, eram conduzidas até o “Guindaste”. A partir daí, seguiam pela ferrovia até a serraria. Cortadas em pranchas ou transformadas em tacos, caibros, vigas, dormentes, etc., seguiam novamente por meio da estrada de ferro até o porto do rio São Mateus, de onde eram transportadas em navios para o Rio de Janeiro. Nem todas as toras eram beneficiadas na serraria. De todo modo, seguiam o mesmo trajeto de exportação.

A fotografia 15 mostra parte da movimentação no porto da Cimbarra, na foz do rio São Mateus, em 1947. Podemos visualizar um pequeno tombador de madeira no canto esquerdo, além do guindaste,⁷⁰ carregando navios ao centro, e alguns operários trabalhando, um em particular, está empurrando uma das pranchas ou “trole” utilizadas no transporte de madeira.

⁷⁰ Esse “guindaste”, em especial, diferente daquele da Ilha das Cobras, era um pau-de-carga. Localizava-se no final da atual Avenida Pai João.

Fotografia 15 – Porto da Cimbarra no rio São Mateus



Fonte: (LIMA JÚNIOR; LIMA; BONICENHA, 2011, p. 19).

Edson Calixto (2021), antigo mecânico da Cimbarra, disse que a empresa possuía quatro locomotivas (marias-fumaça) para o transporte de madeira. Segundo ele,

As Marias-fumaça só tinham número. Número 1, número 2,..., nenhuma delas tinha nome específico. Nunca funcionavam as quatro. Era assim, uma vinha trazer madeira e a outra ficava na expectativa lá, na hora que a outra retornava, a que estava esperando vinha. O transporte da madeira tinha os dias. Sempre os navios atracavam de mês em mês com as marés [...]. Então, a firma tinha, no período de um mês, muita madeira já pronta. Nunca dependia de trazer madeira do “Paiol”. O carregamento dos navios era uma coisa só. Só funcionava lá [no “Paiol”] depois que despachava o navio porque ele tinha a maré certa para sair, senão ficava preso. As quatro Marias-fumaça eram todas da Cimbarra. Elas tinham que estar todas prevenidas. É igual a uma frota de carros, às vezes, sempre tem dois ou três quebrados. Então, era assim: duas estavam em funcionamento e duas estavam prontinhas de reserva (CALIXTO, 2021).

Percebemos que a empresa possuía critérios sólidos de administração. Ademais, todo o seu funcionamento — extração, transporte, beneficiamento da madeira e exportação — estava organizado, obedecendo às características geográficas locais: ação das marés, profundidade e o curso dos rios, etc., que também levaram à construção da Estrada de Ferro da Cimbarra e ao modo como foi organizada. A fotografia 16 mostra uma Maria-fumaça idêntica àquelas

utilizadas pela Cimbarra para o transporte de madeira.⁷¹ Esta locomotiva está, atualmente, em frente à Prefeitura do Município.

Fotografia 16 – Maria-fumaça “da Cimbarra”



Fonte: Acervo do autor (12 de janeiro de 2022).

A formação de toda essa vasta estrutura empresarial justificou os altos investimentos que a Cimbarra teve de fazer desde o primeiro ano de contrato com o Governo do Estado a fim de cumprir as normas de sua concessão. A Serraria Pai João contava ainda com energia elétrica própria e maquinário moderno, sem os quais não poderia beneficiar, inicialmente, 500 m³ de madeira por mês. Além disso, a Cimbarra dispunha de caminhões desde, pelo menos, 1938. Contou também com a utilização de cinco tratores na produção e, em meados da década de 1950, segundo o jornal Folha Capixaba (1956c), tinha um total de 320 operários.

Antônio Honorato (2021) trabalhou nessa empresa por aproximadamente 21 anos desde 1956. Segundo ele, só a serraria contava com 244 operários, revezando-se em dois turnos distintos (das 06 às 15h e das 15 às 23h 30 m). Entre eles, havia umas dez mulheres, excetuando as três do escritório, além da enfermeira do posto médico. As mulheres selecionavam tacos (classificação e controle de qualidade). Algumas delas, observa Antônio Honorato, trabalhavam como operadoras de ponte rolante (espécie de “guindaste móvel”, suspenso em barras de ferro fixas, utilizado para elevar e movimentar as toras de madeira na serraria). A Cimbarra possuía

⁷¹ Contrariando o que se veicula no município, Edson Calixto (2021) observa que essa Maria-fumaça não é uma daquelas que compunham a “Estrada Ferroviária da Cimbarra”. Segundo conta, tais locomotivas foram inutilizadas por ele, depois que a empresa parou de utilizá-las. Esta que, atualmente, se encontra em frente à Prefeitura Municipal, é fruto de uma doação da Prefeitura de Cabo Frio-RJ.

ainda uma pequena vila operária próxima à serraria, um armazém de secos e molhados, onde se vendia “de tudo”, inclusive tecidos, além de um posto médico.

A fotografia 17 mostra parte da estrutura da antiga Serraria Pai João que continua de pé. A área pertence atualmente à Prefeitura de Conceição da Barra, onde mantém a Secretaria de Transportes.

Fotografia 17 – Um dos galpões e fornalha da antiga Serraria Pai João



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-51451747/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Além da serraria, dos portos e da ferrovia, dentre outras estruturas montadas nos rios Itaúnas e São Mateus e no centro do município, a Cimbarra criou a localidade de Morro d’Anta, situada há cerca de 5 km à frente do porto do Império. Morro d’Anta possuía boas instalações para moradia, além de armazém, padaria, pequena oficina, almoxarifado e uma pequena frota de caminhões. Nessa localidade funcionava ainda a sede da administração das matas. Há alguns quilômetros à frente de Morro d’Anta, a Cimbarra abriu uma estrada de penetração com 10 km de extensão denominada “Três de Agosto”. Quase no final dessa estrada existia um núcleo de casas simples para trabalhadores e um armazém para abastecimento (RELATÓRIO, 1938). As

toras transportadas em caminhões até o porto do Império, de onde eram conduzidas em balsas para a Serraria Pai João, eram provenientes dessas localidades.

A fotografia 18 mostra algumas toras de madeira da Cimbarra ainda no meio da mata. Por meio dela, podemos observar parte do processo de classificação e controle dessa madeira, com numeração, indicando que, àquela altura, já haviam sido classificadas mais de 1.100 toras, e identificação da empresa. Nesse caso, com uma sigla reduzida, “CIM” (Companhia Industrial de Madeiras).

Fotografia 18 – Madeira da Cimbarra (Toras de jequitibá rosa)



Fonte: (RELATÓRIO, 1938).

Além de Morro d’Anta e Três de Agosto, na outra extremidade da mata, próximo à fronteira com a Bahia, a Cimbarra possuía outra localidade denominada Cascata, onde mantinha algumas casas para trabalhadores. Nesse local, utilizava-se o carretão de boi para arrastar as toras ao invés de tratores (RELATÓRIO, 1938). A Cimbarra fazia parte do Grupo Arthur Donato, que, em 1966, era formado também por outras empresas como a Navegação Arthur

Donato, a Arthur Donato Comércio e Indústria S.A.,⁷² a Frigoria Indústria e Comércio do Frio S.A., além das Indústrias Reunidas Caneco S.A. Esta última, mais conhecida como “Estaleiro Caneco” (MICROECONOMIA, 1969), recebia a madeira retirada em Conceição da Barra. Era construtora de navios cargueiros para a Marinha do Brasil. Também construía rebocadores, barcas com capacidade para até 2 mil passageiros utilizadas, na época, no transporte Rio–Niterói, além de barcaças para o transporte de sal no Nordeste (TOVAR, 1966).

Para compreender a longa permanência da Cimbarra no norte do Estado, é preciso considerar a obstinação, bem como a capacidade de negociação junto ao Governo do Estado, demonstrada pelos fundadores e primeiros diretores da empresa, em Conceição da Barra, além da competência organizacional e administrativa do Grupo Arthur Donato. É necessário considerar igualmente o trabalho árduo e mal remunerado de centenas de operários. Mais do que isso, é indispensável ter em conta a solidez financeira da empresa, dotada de recursos financeiros próprios ou provenientes de linha de crédito voltada ao investimento, ancorados, obviamente, em benefícios garantidos pelo Estado, bem como na expectativa de grande lucro.

Sem lucro, o sistema capitalista não faz sentido. É o lucro que atrai as empresas para a fronteira. Para elas, é indispensável a existência de matéria-prima e de um produto que possa ser explorado em larga escala e que igualmente tenha aceitação no mercado. Com efeito, no caso da Cimbarra, a existência de quantidades incalculáveis de madeira de lei no norte do Espírito Santo preencheu esse requisito. Além da madeira, sobre a qual a Cimbarra pagava ao Estado somente o imposto de exportação, havia a garantia de aquisição gratuita de terras. Trata-se de cláusula contratual estabelecida na maioria das concessões do Governo Capixaba nas primeiras décadas do século XX, especialmente quando dizia respeito à montagem de serrarias e à colonização. A propriedade gratuita de terras servia tanto à formação de culturas agrícolas,

⁷² Faziam parte desse grupo empresarial os irmãos Arthur João Donato, Serafim José Donato e Humberto Donato, que se revezavam na presidência das empresas.

ao assentamento de colonos e à fixação de empresas quanto ao pagamento aos concessionários pela execução de serviços.

Logo, não se trata de privilégio exclusivo da Cimbarra. A especulação imobiliária, além da concentração e grilagem de terras, no entanto, são características, especialmente das frentes pioneiras. O contrato assinado entre a Cimbarra e o Estado, com duração inicial de 20 anos, conforme O Diário da Manhã (ES) (1924a), assegurava à empresa a propriedade gratuita e definitiva de até 100 lotes de 25 ha cada um, onde a Cimbarra assentasse colonos, trabalhadores ou operários. A Companhia também teria gratuidade dos terrenos das matas concedidas que, eventualmente, conseguisse colonizar ou utilizar para culturas próprias de caráter permanente e benfeitorias conexas, além, é claro, dos terrenos necessários à instalação da serraria e anexos.

Sem dúvida, essas garantias contratuais permitiram à Cimbarra concentrar imensas extensões de terras no norte do Espírito Santo, onde se tornou grande proprietária, além, é claro, do lucro oriundo da exploração da madeira. Tais garantias propiciaram lucro à empresa também como construtora de estradas. Além da “Três de Agosto”, a Cimbarra construiu a estrada de rodagem Cajuby a Império, inclusive para viabilizar sua exploração de madeira local. A estrada Cajuby a Império ficou com 48 km de extensão ao término de sua construção, em 1935. Ela resultou de um aditamento no contrato original entre o Estado e a Cimbarra.⁷³ Essa empresa renunciou a alguns benefícios, ficando o Estado responsável financeiramente por abrir a estrada. As negociações para o aditamento garantiram à Cimbarra a contratação para essa empreitada.

Além disso, as terras da Cimbarra no norte do Espírito Santo a transformaram, segundo o Jornal Folha Capixaba (1955c), em uma das grandes latifundiárias do Estado. Segundo esse jornal, a Cimbarra teria garantias do Governo Capixaba para ocupar 10 mil alqueires na região, todavia, por medições fraudulentas, estaria ocupando uma área improdutiva muito maior.

⁷³ A estrada Cajuby a Império, além de atender à cláusula contratual a favor da Cimbarra, teve como propósito ligar o norte do Espírito Santo ao Estado da Bahia e Minas Gerais. Cajuby era umas das estações da Estrada de Ferro Bahia a Minas (ESPÍRITO SANTO, 1935).

Convém observar que essa ocupação de terras por parte da Cimbarra, a abertura de estradas, sua atividade colonizadora e industrial; esta última, ligada, é claro, à exploração madeireira, qualificam-na como a concessionária mais representativa do Estado no que diz respeito à territorialização do capital no norte do Espírito Santo. A Cimbarra foi a responsável, mais visivelmente, pela expansão da fronteira agrícola de Conceição da Barra. Aliás, não podemos esquecer que, além da exploração de madeira, essa empresa também era produtora agropecuária local.

Além da Cimbarra, a Serraria Diaz, do mesmo modo, explorou madeira em Conceição da Barra. Essa serraria localizava-se junto à foz do rio São Mateus e surgiu no ano de 1942, com a denominação de Diaz, Castro Ltda., formada mediante a sociedade entre a firma Diaz, Irmão & Cia. e Carlos Alberto dos Reis Castro. Este último deixou a empresa em 1945, quando também houve a mudança de nomenclatura da firma para Serraria Conceição da Barra Ltda. (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996), ficando a Diaz, Irmão & Cia. como única proprietária (INDUSTRIALIZANDO, 1956d). Essa serraria era mais conhecida localmente como “Serraria de Laureano Diaz” ou simplesmente “Serraria Diaz”. Adeluais Gomes Viana (2020), um de seus funcionários, disse que se tratava de uma empresa pequena que produzia tacos de madeira para assoalho e madeira serrada e que, assim como a Serraria Pai João, também contava com algumas mulheres como operárias. Segundo ele,

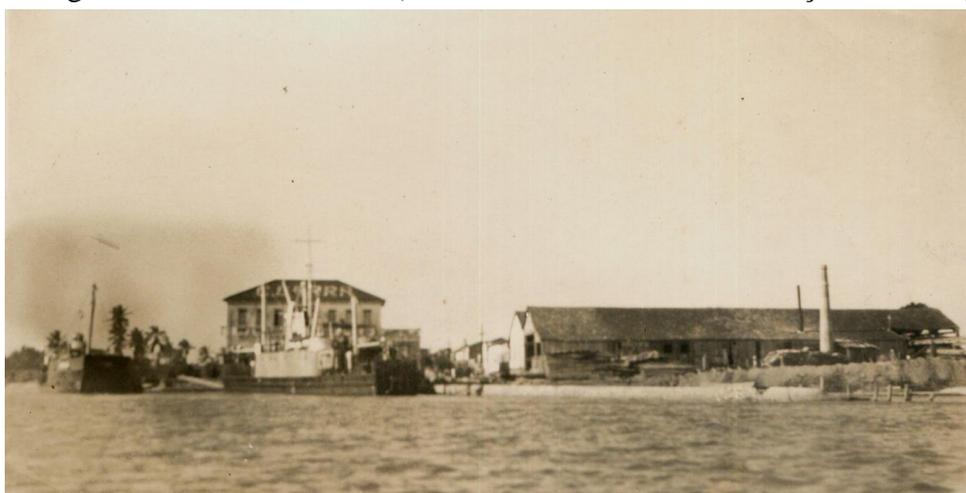
A Serraria de Laureano Diaz ficava na beira do rio, onde hoje é a Barra Pesca. Trabalhava com tudo quanto é tipo de madeira, mas usava mais peroba, jequitibá. Usava também paraju, barriga d’água, curubixá, bicuíba. A madeira vinha de caminhão. Todos os dias tinha caminhão batendo madeira lá no pátio. A madeira que vinha pelo rio não subia “para serrar”, os navios a levavam inteira. A “Diaz” tinha só dois caminhões, o restante era particular. Era uma empresa pequena. Ela tinha dois engenhos verticais e um horizontal e trabalhava com uma caldeira só. A “Serraria Diaz” também tinha seu porto para embarcar madeira a fim de ser exportada. Os navios da “Diaz” eram os maiores. Eram de ferro, tipo chata. Eram o Bripe 1 e o Bripe 2.⁷⁴ Havia mais uns quatro ou cinco navios particulares que também vinham carregar. A madeira da “Diaz” era tirada aqui para cima, para o lado do Quadrado, Boa Vista..., na margem do rio Cricaré; jogavam na água, embalsavam e descia de rio abaixo até chegar aí. Atracava em frente ao cais. Quando os navios vinham, era só pegar da balsa e carregar, suspendendo tudo e jogando para dentro. Os navios da “Diaz” ficavam mais de 15 dias carregando com dois guindastes (VIANA, 2020).

⁷⁴ Na verdade, esses dois navios pertenciam à empresa Brito, Pereira & Cia. (FONSECA, 1955).

Embora pequena, quando comparada com a Pai João, a Serraria Diaz possuía um bom fluxo de madeira suficiente para manter sua produção. Essa madeira chegava à serraria por meio de dois trajetos: caminhões que descarregavam as toras no tombador da empresa e também mediante o rio São Mateus, onde a Serraria Diaz, assim como a Cimbarra, dispunha de porto particular para exportação. A localização estratégica da serraria Diaz, junto à foz do rio São Mateus, facilitava a organização do seu porto, que ficava anexo à própria empresa, tornando tanto a recepção da madeira que descia, em balsas, por meio desse rio quanto a própria exportação da empresa menos dispendiosa.

As fotografias 19 e 20 estão relacionadas à história da Serraria Diaz. A primeira, em seu canto direito, mostra a localização da serraria ao lado do trapiche da cidade, mais conhecido como “Casarão de Seu Castro”, edificado no final do século XVIII, ambos às margens do rio São Mateus. A segunda mostra Laureano Diaz, sócio da empresa Diaz, Irmão & Cia., e administrador da serraria, ao lado de uma tora de peroba-do-campo presa sobre trilhos a fim de ser transportada para beneficiamento. Chama a atenção o diâmetro dessa tora, o que nos permite ter uma ideia de seu tamanho e da dimensão da árvore da qual foi retirada.

Fotografia 19 – Serraria Diaz (Foz do rio São Mateus, Conceição da Barra)



Fonte: Acervo de Salomão da Silva Pinto. (Gentilmente cedida).

Fotografia 20 – Tora de peroba-do-campo com Laureano Diaz ao lado



Fonte: (MEDEIROS, 1999).

A Serraria de Laureano Diaz encerrou suas atividades em 1965 ou 1966 (VIANA, 2020). A empresa Diaz, Irmão & Cia., da qual fazia parte, atuava no ramo de navegação de cabotagem, trapiche e gêneros de estiva (DIAZ; DIAZ; GONÇALVES, 1937). Também construía navios, entre eles, o navio “Diaz”, construído, em 1943, no próprio município de Conceição da Barra e que, na época, era o maior navio em madeira do país, com o comprimento de 44,6 metros (NOGUEIRA, 1961). A empresa possuía outros navios como o Muniz Freire, o União e o Rio Almada. Os dois últimos naufragaram com perda total.⁷⁵ Os navios utilizados pela Serraria Diaz e pela Cimbarra, entre os quais, dessa última, destacava-se o Serafim Donato, constituíam verdadeiras frotas independentes que, mediante o porto do município, conduziam a madeira de cada uma dessas empresas aos grandes centros consumidores, especialmente ao Rio de Janeiro.

⁷⁵ O navio Rio Almada tinha capacidade para 360 toneladas. Era novo e estava em sua segunda viagem quando naufragou em Cabo Frio–RJ, em virtude de uma tempestade, na madrugada de 30 de abril para primeiro de maio de 1952. Estava carregado com gasolina, cerveja, cachaça, tubo de oxigênio e cereais. Dos 14 tripulantes, cinco faleceram em consequência do naufrágio (DIÁRIO, 1952). Já o navio União afundou, no dia 6 de junho de 1959, próximo à foz do rio São Mateus, quando se aproximava para acessar o porto de Conceição da Barra. A tripulação, composta de dezessete homens, conseguiu se salvar (SOÇOBROU, 1959).

Esse porto, conhecido na cidade simplesmente como “Cais da Barra”, foi batizado com a denominação de “Cais Mestre Bento”.⁷⁶ Sua construção em concreto armado, no ano de 1953, visava proteger a cidade contra o avanço do rio São Mateus e do mar. Trata-se de uma obra financiada pelos Governos Federal e Estadual e realizada durante a administração de Jones dos Santos Neves, que, aliás, esteve no município para inaugurar o cais e o fórum da cidade (O GOVERNADOR, 1953). O porto de Conceição da Barra era um dos grandes dinamizadores da economia do norte do Espírito Santo desde meados do século XIX, tornando-se fundamental para a economia do Estado e do próprio município com a exploração madeireira no século XX.

Adeluais Gomes Viana (2020) apresenta outras características das frotas utilizadas pela Cimbarra e Serraria Diaz, permitindo-nos também, com isso, ter uma visão mais apurada da dinâmica do porto do município. Segundo ele,

Os navios da Cimbarra eram os maiores, quer dizer, fora os da Diaz. Os da Diaz eram os maiores e eram de ferro, e os da empresa aí [Cimbarra] eram todos de madeira. Eram o “Serafim”, que era o nome de um dos donos, Serafim Donato; e um que se chamava “São Mateus”, que era grandão também e tinha muitos marinheiros que trabalhavam nele. Dela mesmo, tinha esses dois grandes. Vinha mais uns seis de outras empresas particulares. Só para levar madeira daqui, em toda maré, entrava uma base de oito a dez navios. Isso aí ficava bonito, aquele rio ali, de navio atracado por tudo quanto é canto (VIANA, 2020).

No mesmo sentido, Aloísio Moraes dos Santos (2021) destaca outros navios envolvidos no transporte de madeira de Conceição da Barra, indicando ainda uma das formas pelas quais a dinâmica do porto movimentava a economia local. Vejamos:

Sei até o nome dos navios que transportavam essa madeira: era o Ludimar, o Rixales⁷⁷ e o Sergipe. Inclusive, eu era um menino de oito anos. Eu vendia gaturamo.⁷⁸ Pegava passarinho para vender nesses navios. Carregava abóbora, tábua serrada, que meu pai era serrador, entregava a madeira nas construções para quem ia fazer a construção e as abóboras, eu entregava nos navios, e os passarinhos, eu também vendia nos navios (SANTOS, 2021).

⁷⁶ O nome do cais “Mestre Bento” foi sugestão do governador Jones dos Santos Neves em homenagem ao prático mestre Bento, que durante o exercício de seu ofício veio a óbito, em Conceição da Barra, juntamente com dois colegas de serviço. O mestre Bento ainda nadou por mais de duas horas após o mar ter partido e levado ao fundo o bote em que estavam (O GOVERNADOR, 1953).

⁷⁷ O navio Rixales, além do Cacique e do Rex I, pertencia à empresa Transportes Marítimos Cacique Ltda. O navio Sergipe pertencia aos Transportes Marítimos Araújo Ltda. (FONSECA, 1955).

⁷⁸ Ave passeriforme encontrada em toda América do Sul. Famoso pela beleza de sua plumagem (machos com plumagem amarela e preto azulado) e sua imensa capacidade de imitar o canto de outros pássaros. Conhecido como gaturamo-verdadeiro, possui outras denominações (gaturamo-imitador, gaturamo-itê, etc.), dependendo de cada localidade.

Além dos navios já destacados, Antônio Honorato (2021) observa que havia outros que também ancoravam no porto de Conceição da Barra, os quais eram utilizados, principalmente, no transporte de madeira, citando dentre eles o navio Norma, o Cacique, o Luiz Soares, o Progresso, o Santelmo e o Araitá.⁷⁹ O movimento de todos esses navios no porto de Conceição da Barra chama a atenção para a importância econômica que esse município adquiriu no Estado, sobretudo no que toca à exploração de madeira. Segundo o jornal Folha Capixaba (1956c), em 1953, Conceição da Barra era o terceiro maior exportador de madeira serrada do Espírito Santo e o segundo em valor de produção, após Colatina. Possuía uma das maiores produções de tacos de madeira, além de ser o maior exportador estadual de toras, tendo exportado, nesse ano, 3.464 m³, no valor de Cr\$ 3,781 milhões.

Percebemos que, no alvorecer da década de 1950, Conceição da Barra disputava com Colatina as primeiras posições em termos de exportação de madeira no Espírito Santo. Tais resultados, obviamente, assim como a própria expansão da fronteira agrícola do município, estão ligados à política de concessão levada a efeito pelo Governo do Estado, particularmente no que se refere à Cimbarra. Embora tenha sido a mais importante nesse quesito, essa empresa não se constituía na única concessionária do Estado em Conceição da Barra. Havia concessões menores para colonização, produção agrícola, exploração de produtos naturais e madeira, além daquelas voltadas à construção de estradas.

A concessão cedida a Carlos Alberto dos Reis Castro, por exemplo, visava colonizar terras no Córrego Jundiá, começando desde a confluência desse córrego com o rio Preto ou rio Itauninhas. Carlos Castro obteve ainda 1.000 ha para a cultura de 15 mil pés de cacau, os quais deveriam ser entregues ao Estado em três anos, mas sua concessão foi rescindida devido à inexecução de cláusulas contratuais. Ele solicitou ao Estado a escritura de 31 lotes que teriam

⁷⁹ O navio Norma pertencia à Empresa Fluvial Marítima; o Luiz Soares à Empresa Soares & Irmão; o Progresso à Empresa de Navegação Cricaré Ltda. (FONSECA, 1955). Não encontramos informações sobre o Santelmo e o Araitá.

sido colonizados antes da rescisão, de mais 31 colonizados após, além dos 1.000 ha a que teria direito caso tivesse cumprido o contrato. De todo modo, o decreto estadual que o rescindiu já garantia o direito aos lotes colonizados antes da encampação (ESPÍRITO SANTO, 1930).

Carlos Alberto dos Reis Castro também explorou madeira com uma pequena serraria na área do Córrego Jundiá. Edson Calixto (2021) disse que seu pai, baiano de Alcobaça, chegou ao norte do Espírito Santo em 1943, tendo trabalhado por três anos na serraria de Carlos Castro.

Vejamos:

O primeiro emprego [de meu pai] quando chegou ao Espírito Santo foi na serraria do senhor Castro. Ele trabalhou três anos lá. Onde hoje é o Assentamento do Jundiá,⁸⁰ ali era a serraria do Seu Castro. A serraria não tinha nome, não. Era conhecida como “serraria do Seu Castro”. Ele era português e tinha um irmão que era fazendeiro chamado Alberto Castro [...]. [Meu pai] trabalhava de mecânico. Ele era conhecido como ferreiro, mas mecânico é outra função. Ele saiu de lá porque foi chamado para trabalhar na Cimbarra, mas a serraria do Seu Castro já estava praticamente acabando (CALIXTO, 2021).

Além de concessões como a de Carlos Alberto dos Reis Castro, que exigiam menor mobilização de capital, principalmente quando comparadas com os investimentos da Cimbarra, existiam contratos exclusivos para exploração de produtos naturais de natureza agrícola que, em princípio, exigiam ainda menor disponibilidade financeira. Alfredo José da Cruz e Leonel de Oliveira Soares adquiriram concessão do Estado para aproveitar sementes de coco indaiá em Conceição da Barra e São Mateus. Mesmo assim, tiveram seus contratos rescindidos por descumprimento de disposições contratuais (ESPÍRITO SANTO, 1930). Outros contratos firmados na década de 1920, voltados, mais notadamente, para a abertura de estradas, também não foram levados adiante.

O contrato de cinco anos estabelecido com Joaquim Mariano Netto para construção de uma estrada de 70 km, com cinco metros de largura, em Conceição da Barra, estava prestes a vencer e este concessionário, ainda no final de 1930, não havia feito praticamente nada. Com Trajano de Medeiros & Cia., entretanto, cuja concessão também estava paralisada na mesma

⁸⁰ O Assentamento Pontal do Jundiá localiza-se no distrito do Braço do Rio, em Conceição da Barra.

data (ESPÍRITO SANTO, 1930), a situação transcorreu distintamente. Essa empresa, com sede no Rio de Janeiro, atuava nos ramos de serraria, carpintaria e metalurgia, fabricando, carros e material para estradas de ferro e já havia montado uma grande serraria em Presidente Bueno (atual Nanuque–MG), a Serraria Ponte Velha, que também possuía uma ferrovia própria para escoar a produção.

A Trajano de Medeiros & Cia. tornou-se concessionária do Governo Capixaba, em 31 de dezembro de 1921. Nestor Gomes a contratou para extrair madeiras no vale do rio Itaúnas e construir uma estrada de ferro para interligar os portos de Conceição da Barra e São Mateus com a Bahia e com Minas Gerais mediante a Estrada de Ferro Bahia a Minas. A nova via férrea chamar-se-ia “Estrada de Ferro Itaúnas”. Sua construção foi suspensa por Florentino Avidos, em julho de 1924. Na ocasião, havia 10 km de linha construídos e 23 km de leito pronto. A paralisação da construção da ferrovia, segundo Florentino Avidos, justificava-se por conta dos elevados custos. Para ele, a ferrovia também era impraticável do ponto de vista econômico. Ademais, acreditava que os favores concedidos à concessionária eram excessivos (ESPÍRITO SANTO, 1922; 1925).

Além disso, a construção da Estrada de Ferro Itaúnas foi impugnada pelo Governo da Bahia em virtude de pendências territoriais ainda não resolvidas. Posteriormente, também o Governo de Minas Gerais a contestou pelo mesmo motivo. A propósito, o Governo Capixaba evitou estabelecer contratos com empresas para exploração de madeira nas áreas contestadas, particularmente na zona de litígio entre o Espírito Santo e Minas Gerais. As concessões mais abrangentes foram mesmo aquelas cedidas no município de Conceição da Barra a Trajano de Medeiros & Cia., que, como pudemos observar, não prosperou, e a cedida à Cimbarra, que chegou até o atual município de Montanha e a divisa com a Bahia. Mesmo nesses casos, os contratos traziam ressalvas quanto a futuras contestações dos Estados vizinhos.

Em São Mateus, os contratos entre o Governo Estadual e empresas madeireiras foram menos extensos e não tão complexos quanto aqueles de Conceição da Barra. O contrato mais significativo para exploração madeireira em São Mateus foi aquele estabelecido com a firma Cunha, Ayres & Cia., cujos proprietários eram Eleosipo Rodrigues da Cunha e Henrique Ayres de Oliveira. Este último ocupou o cargo de prefeito de São Mateus e o primeiro, conhecido como Lolô Cunha, era um dos mais atuantes e respeitados líderes políticos daquele município, fazendo parte da antiga oligarquia política mateense formada pelo barão de Aimorés, de quem era filho.

A Cunha, Ayres & Cia. firmou contrato com o Governo do Estado para exploração de madeira e colonização de 3 mil hectares de terras devolutas próximo ao córrego “Entre Rios” na vertente do braço norte do rio São Mateus⁸¹ (ESPÍRITO SANTO, 1930). Em 1926, essa empresa arrendou o navio Penedo, de propriedade do Governo Estadual, para servir aos portos do norte do Estado e a São Mateus, devendo fazer quatro viagens mensais. As condições desses portos, no entanto, não permitiram a realização do serviço com o Penedo, que, após modificação contratual, ficou destinado apenas às viagens entre São Mateus e Vitória. A Cunha, Ayres & Cia., contudo, diante de prejuízos, pediu a rescisão do contrato, devolvendo o navio (ESPÍRITO SANTO, s/d).

Para dar prosseguimento à exploração de madeira em São Mateus, conforme foram contratados, Lolô Cunha e Henrique Ayres de Oliveira montaram a Sociedade Industrial de São Mateus Cunha, Ayres & Cia., com serraria estabelecida no quilômetro 47 da Estrada de Ferro São Mateus. Essa serraria produzia vigas, barrotes, portais, tábuas para assoalho e forro, caibros, ripas e dormentes, dentre outros. Exportava ainda toras, especialmente de peroba do campo, jacarandá, louro, cedro, roxinho e óleo vermelho (S. INDUSTRIAL, 1928).

⁸¹ O rio São Mateus é formado por dois rios ou braços principais cujas nascentes estão em Minas Gerais. O braço norte, chamado rio Cotaxé, nasce no município de Itambacuri; o braço sul, chamado rio Cricaré, nasce no município de São Félix. Ambos os rios, ao se encontrarem no município de São Mateus, formam o rio São Mateus, bastante conhecido informalmente como rio Cricaré (ESPÍRITO SANTO, 2018).

Lolô Cunha, em particular, atuou também no ramo da construção civil. A ponte sobre o rio São Mateus em Nova Venécia é obra sua e resultou de um contrato entre ele e o Governo do Estado sob a administração de Nestor Gomes. Era uma ponte de madeira construída sobre pilares de alvenaria. Media 106 metros de comprimento, ligando ambas as margens do rio em Nova Venécia. Sua construção visava, principalmente, facilitar o movimento migratório que se dirigia para aquela localidade (ESPÍRITO SANTO, 1928a).

Na década de 1940, Eleosipo Cunha possuía um estaleiro particular junto ao porto de São Mateus, onde construiu, pelos menos, dois navios para navegação de cabotagem, o Timbira e o Barão de Aimorés, entre outras pequenas embarcações. Os navios eram utilizados para o transporte de suas mercadorias, principalmente madeira, levada para o Rio de Janeiro, onde possuía um porto particular. Nessa época, Lolô Cunha monopolizava a exploração de madeira no município, bem como os vagões de carga da Estrada de Ferro São Mateus. Com o desmonte dessa ferrovia, ele passou a utilizar caminhões para transportar madeira até o porto do município (NARDOTO, 2016).

A Estrada de Ferro São Mateus originou-se de um contrato de 30 anos, a contar de 17 de janeiro de 1888, entre Antônio Rodrigues da Cunha e o Governo do Estado. Antônio Cunha deveria construir uma estrada de ferro de bitola estreita de São Mateus à localidade de Serra dos Aimorés, no mesmo município (SECRETARIA, 1888). Para administrar a concessão, ele criou a empresa “Estrada de Ferro São Matheus a Aymorés”. Mediante novo contrato, em 29 de outubro de 1890, essa concessão passou para Antônio Gomes Sodré e Antônio Rodrigues da Cunha Júnior (COMPANHIA, 1895). Em ambas as ocasiões, os concessionários não levaram à frente os trabalhos da ferrovia, embora tenham construído 25 km de leito, aproveitados como estrada pública (ESPÍRITO SANTO, 1925).

Por contrato de 17 de janeiro de 1912, a concessão passou para Joaquim Mariano de Amorim Carrão, que igualmente não a levou adiante (CONGRESSO, 1912), ficando paralisada

até o início da década de 1920. A melhoria dos preços do café, a subsequente retomada do crescimento econômico no Estado e a procura por madeira, especialmente por jacarandá, no mercado europeu, levaram à retomada da construção da ferrovia, dessa vez por parte do próprio Governo Estadual (NARDOTO, 2016). Especificamente em 1922, Nestor Gomes reiniciou a construção da agora Estrada de Ferro São Mateus,⁸² após rescisão do contrato vigente. Em 1923, embora ainda não estivesse totalmente construída, já era possível transportar passageiros por ela. No ano seguinte, havia 44 km de linha em tráfego provisório e 12 km de leito construído (ESPÍRITO SANTO, 1924).

A Estrada de Ferro São Mateus interligaria o porto de São Mateus à Vitória a Minas, passando, obviamente, pelo distrito de Nova Venécia até chegar a Colatina. Objetivava-se ainda fazer sua ligação com a Estrada de Ferro Bahia a Minas por meio da Estrada de Ferro Itaúnas. Assim, concretizar-se-ia a integração regional com Vitória, favorecendo, sobretudo, o comércio entre São Mateus e Colatina, além da colonização do norte do Espírito Santo, que estaria mais facilmente integrado com a Bahia e com Minas Gerais. Como sabemos, o projeto de construção da estrada de ferro no trecho entre Colatina e Nova Venécia malogrou, incorrendo na mesma situação a Estrada de Ferro Itaúnas. De todo modo, a Estrada de Ferro São Mateus, ligando o centro de São Mateus ao distrito de Nova Venécia, ficou pronta definitivamente em 1929.

Contava com cinco locomotivas, dois carros de passageiros de primeira classe, um carro de segunda classe, um carro correio, oito vagões de mercadorias, dois de animais, um carro de inspeção e 28 carros abertos para transporte de madeira (SECRETARIA, 1932). Possuía uma pequena vila operária e posto médico, dentre outras repartições e propriedades, além das estações em São Mateus, distritos de Nestor Gomes, Santa Leocádia, Santa Teresa e Nova Venécia. A Estrada de Ferro São Mateus serviu ao transporte de passageiros e mercadorias,

⁸² A partir da Lei nº 1.327, a ferrovia apareceu com a denominação de Estrada de Ferro São Mateus (PARTE, 1921). A referida denominação permaneceu até a completa desativação da ferrovia em 1942. Em obras gerais sobre a história do Espírito Santo, essa ferrovia aparece como “Estrada de Ferro São Mateus a Nova Venécia”. Também aparece em documentos oficiais, embora com menor frequência.

especialmente café e madeira, até o início do ano de 1942, quando foi desativada em virtude da ampliação do sistema rodoviário, em particular, do maior uso de caminhões para o transporte de mercadorias. Além disso, as ferrovias com bitolas de 600 milímetros (mm), como ela, estavam obsoletas.

Na ocasião, retiraram-se 63 km de linha férrea. Ao mesmo tempo, o leito da via ia sendo alargado de três para cinco metros, ainda provisoriamente, para o tráfego de automóveis. Os trilhos foram vendidos a Gilberto Sá Mota (a maior quantidade); à firma E. Rocha & Cia., e à Cimbarra. O Estado doou uma pequena parte a terceiros. Os ferroviários da Estrada de Ferro São Mateus tinham estabilidade assegurada por lei. Com o fim da ferrovia, alguns deles foram transferidos para a Companhia Vale do Rio Doce, outros continuaram na folha de pagamento do Estado, aguardando solução dos processos de aposentadoria (ESPÍRITO SANTO, 1943a).

Os contratos para construção da ponte sobre o rio São Mateus em Nova Venécia por Eleosipo Cunha e aquele que resultou na construção da Estrada de Ferro São Mateus não são os únicos que visavam, mais diretamente, a integração de São Mateus aos demais municípios do norte do Estado. O contrato estabelecido com Antônio dos Santos Neves, por exemplo, visava ligar São Mateus ao município de Riacho por meio de um canal. Em 1930, no entanto, segundo mensagem de Aristeu Borges de Aguiar à Assembleia Legislativa, a abertura desse canal estava paralisada. O concessionário buscava desobstruir o rio Barra Seca até o ponto de extração de madeiras, para, enfim, custear as despesas com os serviços de sua concessão.

Corroborar-se, portanto, nossa asserção, segundo a qual a madeira representava o principal produto, juntamente com a terra, a financiar as concessões no norte do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX. Não significa dizer que todas as empresas madeireiras desse período na localidade fossem concessionárias do Estado. A Serraria Cacique, fundada em 1930 e estabelecida em São Mateus, a partir de 1938, é um desses exemplos. Trata-se de uma

empresa não concessionária do Estado, sediada no Rio de Janeiro, que explorou madeira no norte do Espírito Santo por mais de quatro décadas.

A Cacique era uma fábrica de móveis que também produzia compensados. Surgiu com a razão social de Fábrica de Móveis Cacique Ltda., mantendo tal denominação posteriormente, porém na condição de sociedade anônima. Oswaldo Schuback era seu diretor-presidente. O *modus operandi* para aquisição de madeira a fim de manter a produção da empresa, embora não sendo concessionária do Estado, passava necessariamente por ele, isto é, por um Estado em processo de modernização, cuja integração regional contava invariavelmente com a colonização de sua região norte. Por isso, a política de concessões e venda de terras, dentre outras, sem as quais o próprio capital teria encontrado maiores dificuldades para se territorializar. A aquisição de terras do Estado configura-se, portanto, como o principal mecanismo mediante o qual a Serraria Cacique manteve sua produção, em São Mateus, por tão longo período.

As terras eram requeridas em nome de empregados ou pessoas de confiança da empresa que as pagava ao Governo Estadual, ficando, então, com a posse das terras para retirar a madeira de que necessitava. Mediante tal subterfúgio, a Serraria Cacique chegou a ter cerca de 3 mil alqueires de terras no norte do Estado. Sua madeira provinha, sobretudo, da área próxima ao Córrego Jundiá e ao rio Santo Antônio, no atual município de Pinheiros. Inicialmente, a própria Cacique administrava a derrubada e o transporte da madeira, contratando trabalhadores por empreitada. Nesse caso, as toras eram puxadas por juntas de bois da mata até um tombador, de onde seguiam em caminhões até Piaúna, na beira do rio São Mateus, seguindo em balsas, por esse rio, até o atracador da empresa que ficava na área do porto de São Mateus. Em seguida, as toras eram retiradas da água por juntas de bois (processo substituído depois por um guincho) a fim de serem beneficiadas e exportadas para a matriz no Rio de Janeiro (NARDOTO, 2016).⁸³

⁸³ Essa referência resulta especificamente de entrevistas que Eliezer Nardoto fez com Ruy Alves Barbosa, José Coradini e Godofredo Marrani. As entrevistas foram utilizadas em textos corridos, sem a identificação da “fala” de cada entrevistado.

A fotografia 21 mostra algumas balsas de toras de madeira no rio São Mateus, na área da Serraria Cacique. Mediante essa fotografia, podemos ter noção de como essas balsas eram constituídas e do processo de retirada delas da água a fim de seguirem para o beneficiamento.

Fotografia 21 – Balsas de toras de madeira no rio São Mateus (Área da Serraria Cacique)



Fonte: (NARDOTO, 2016).

No início da década de 1950, a Cacique terceirizou seu processo de derrubada, extração e transporte da madeira até a serraria, contratando para tanto Lousival Carvalho. Entre os trabalhadores arregimentados por ele para o serviço estava José Pinheiro Gama. O armazém que José Pinheiro Gama administrou nas proximidades do Córrego Jundiá e que deu origem ao “Comercinho do Pinheiro” pertencia a Lousival. O nome do atual município de Pinheiros é uma homenagem a José Pinheiro Gama. Com Lousival Carvalho, a madeira da Cacique passou a ser transportada até a serraria por meio de caminhões (PREFEITURA, 1992). Estes, cada vez mais utilizados, sobretudo a partir da década de 1950, tornaram-se o único meio de transporte da madeira da Serraria Cacique também para o Rio de Janeiro.

Essa fábrica de móveis contava com 400 operários⁸⁴ no início de 1953 (ACATARÃO, 1953), entre os quais trabalhavam algumas mulheres. Sua produção em São Mateus, formada

⁸⁴ Desse total, cerca de 100 operários trabalhavam na matriz da empresa no Rio de Janeiro (NA MINHA, 1954).

inicialmente por peças de móveis (cadeiras, mesas, camas, dormitórios, etc.), que seria montada na fábrica da empresa no Rio de Janeiro, além de toras de madeira, antes da utilização massiva de caminhões, eram transportadas mediante navios, particularmente, o Rixales, o Cacique e o Rex I. Em alguns casos, esses navios também transportavam madeira de outras empresas, como a Cimbarra, por exemplo, que, normalmente, contratava outras embarcações para transportar sua produção, partindo do porto de Conceição da Barra.

A Serraria Cacique fechou suas portas, em São Mateus, em dezembro de 1981, de forma vexatória, menos de dois anos após o falecimento de Oswaldo Schuback, e, em 6 de janeiro de 1982, decretava sua falência, deixando o restante de seus funcionários sem receber as devidas indenizações trabalhistas. Oito anos depois, no início de 1990, após ação judicial, seus ex-funcionários dividiram entre si o terreno onde a serraria estava instalada com demais repartições próximo ao porto de São Mateus, formando, com isso, o atual bairro Cacique.

A aquisição de terras do Estado, principal forma através da qual a Serraria Cacique adquiriu madeira, assim como a política de concessões levadas a efeito pelo Governo Capixaba, revelam, em particular, a existência de um governo consciente, sobretudo, de sua situação financeira. Não significa atraso econômico, já que se trata de um Estado, embora com limitada representatividade política no país, imerso no campo econômico nacional, bem como na própria ordem capitalista mundial. Obviamente, estamos falando de um Estado com características específicas que o diferenciam, por exemplo, quanto à sua colonização na própria região sudeste da qual faz parte. Além disso, o Espírito Santo dispunha de um Governo Estadual dinâmico disposto a concretizar, em sentido amplo, seu projeto de integração regional, em que o norte do Estado se constituía em peça fundamental.

Aliás, como sabemos, o norte do Espírito Santo abrange mais da metade da extensão territorial capixaba. Sua efetiva colonização e concomitante integração regional contavam com o capital estatal, mas se dariam, fundamentalmente, por meio do capital privado nacional. Nesse

sentido, os mecanismos legais mediados pelo Estado atuaram de modo a ajustar e transformar a territorialização do capital na área. Fenômeno que, como parte integrante da dinâmica e do movimento do capital, sujeita-se às contradições do sistema capitalista, sofrendo, portanto, as interferências dos momentos de crise e de aquecimento econômico que interferem na velocidade e na forma como o capital se territorializa.

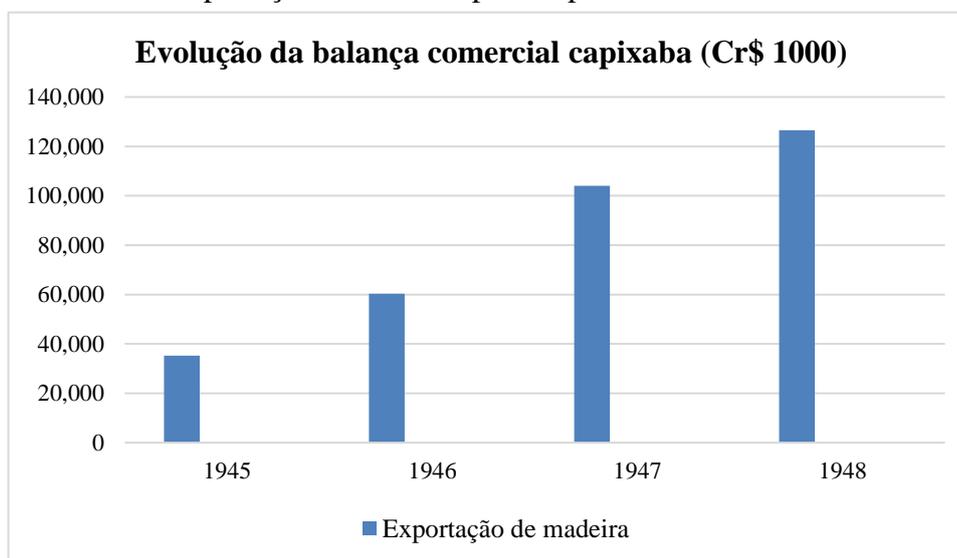
2.3 O norte do Espírito Santo, para além do próprio Estado: exploração madeireira, “triunfo” e declínio

Um dos momentos mais representativos da história da humanidade e, em particular, do século XX, versa sobre a Segunda Guerra Mundial, fenômeno de cunho político e econômico, que influenciou a dinâmica da própria territorialização do capital no mundo. Mais do que isso, terminada a guerra, o mundo mergulhara numa nova ordem marcada pela polarização político-ideológica entre capitalismo e socialismo, na qual os Estados Unidos emergiram como potência dominante do “ocidente”, encarregando-se de auxiliar os demais países. Prova disso é o Plano Marshall, principal forma de assistência financeira aos aliados europeus. Esse Plano estava baseado na Doutrina Truman, que acentuava a necessidade de revitalizar as democracias e conter o comunismo sob a liderança da União Soviética (URSS).

Ademais, com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu uma verdadeira obsessão chamada ‘desenvolvimento econômico’, ancorada na concepção segundo a qual as políticas públicas de governo estimulariam a acumulação de capital e a industrialização. Desse modo, alcançar-se-ia um ritmo de crescimento econômico mais rápido do que qualquer outro já experimentado na história. Nesse contexto, esperava-se que a madeira atingisse grande valor de mercado para a América Latina. A Europa, faminta de madeira, seria reconstruída. No Brasil, a madeira era matéria-prima de um setor industrial que atendia a um crescente mercado interno (DEAN, 2018, p. 280).

Os efeitos do pós-Segunda Guerra Mundial logo foram sentidos no mercado madeireiro capixaba. Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 15 de março de 1950, Carlos Lindenberg observou que a ampliação dos mercados compradores de madeira, já nos primeiros anos desse período, elevou a exportação de madeira no Estado. Assim, em 1948, a madeira alcançou o segundo posto entre as principais mercadorias exportadas, com 12,20%, atrás apenas do café, com 59,62%. O gráfico 3 mostra o avanço da exportação de madeira do Espírito Santo, em termos de saldo na balança comercial capixaba, entre os anos de 1945 e 1948. Vejamos:

Gráfico 3 – Exportação de madeira pelo Espírito Santo entre 1945 e 1948



Fonte: Espírito Santo (1950). Elaboração própria.

Tal exportação atendeu, sobretudo, ao mercado interno brasileiro. Mas é inquestionável a influência que o término da Segunda Guerra Mundial provocou na reprodução do capital em escala global, de tal forma que a exploração madeireira no norte do Estado, por exemplo, além da própria territorialização do capital na região, recebeu influência direta do fim dessa guerra. A centralidade que a questão do desenvolvimento econômico adquiriu nessa época serviu de base para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, levando ao incremento da construção civil na década de 1950, bem como ao aumento do consumo de madeiras.

A partir daí, a demanda por madeira também recebeu estímulos do setor moveleiro, decorrente do processo de urbanização em curso no país. José Antônio Buffon (1992) observa que, a contar desse período, houve significativo aumento da taxa de urbanização na área de Vitória com a incorporação de Vila Velha e Cariacica. Outros centros, como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, igualmente foram atingidos por essa onda de urbanização.

Tais processos (incremento da construção civil e aumento da taxa de urbanização), aliás, intrinsecamente interligados, refletiram diretamente na dinâmica da exploração madeireira no Espírito Santo, elevando significativamente o número de serrarias e de fábricas de móveis no Estado. A tabela 1 destaca alguns dados que representam melhor como se deu essa evolução.

Tabela 1 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário no Espírito Santo (1950 e 1960)

		Censo Industrial de 1950		Censo Industrial de 1960	
		Estabelecimentos	Pessoal empregado	Estabelecimentos	Pessoal empregado
Gênero de Indústria	Madeira	79	1.324	349	2.347
	Mobiliário	45	209	172	706

Fonte: IBGE (1950; 1960). Elaboração própria.

Considerando apenas a quantidade de empresas madeireiras e de mobiliário, notamos que as taxas de crescimento, nos anos 1950, chegaram a 341,77% e 282,22%. Nessa época, surgiram novas empresas madeireiras no norte do Espírito Santo, como a Sociedade Indígena de Madeira Ltda. e a Serraria Parket S.A. A primeira, segundo Euflasina Oliveira (1999), pertencia à família Reuter e estava sediada no Rio de Janeiro, onde foi criada em 1956. Essa empresa comprava madeira nos atuais municípios de Mucurici e Montanha e a enviava para o Rio de Janeiro através do porto de Conceição da Barra.

Em 1958, a família Reuter comprou uma empresa madeireira que a Cimbarra montou na localidade de Três de Agosto, onde havia construído um núcleo colonial (OLIVEIRA, 1999). Dois anos depois, a Sociedade Indígena de Madeira Ltda. fundia-se à Indústria de Madeiras

Bueno, sediada em São Mateus, e à Madeiras Gerais, Antônio Batista, com sede em Minas Gerais. Na ocasião, Antônio Batista Mota e Irany de Oliveira Carrera passaram a integrar a sociedade. Elevava-se o capital da empresa para Cr\$ 55 milhões, sendo Wilmar, Walmy, Jair e Jorge Reuter Mota os detentores da maioria do capital. Cada um participou com Cr\$ 10,3 milhões. Além deles, Gilson, Clóvis e Aderval Reuter Mota (FIRMAS, 1960) também eram sócios da empresa que, em meados de 1961, passou a se denominar “Indígena” — Comércio e Indústria de Madeiras S.A. Wilmar Reuter foi seu diretor-presidente até o início dos anos 1970.

Quanto à Serraria Parket, instalada em São Mateus, tratava-se de empreendimento de uma família alemã, cujo procurador no Espírito Santo era Willy Thowarth. A Serraria Parket era especializada na fabricação de parquets (pequenos tacos de madeira que formavam desenhos geométricos, fixados em papelão, com patilhas cerâmicas). Esses parquets eram exportados, principalmente para Brasília (NARDOTO, 2016). Apesar do notável crescimento da quantidade de empresas madeireiras e de mobiliário, no Espírito Santo na década de 1950, dados do Censo Industrial de 1960 revelam que a maioria delas estava no sul do Estado, seguido da região de Vitória na segunda colocação. Essa última só perdia para a região norte, especificamente no setor de madeira. O norte do Estado contava com 114 empresas nesse setor e a região de Vitória com 104. Depreende-se, portanto, que a exploração madeireira, naquela época, era uma realidade vivenciada em todo o Espírito Santo e não exclusivamente no norte do Estado.

Se tomarmos ainda os dados do Censo Econômico de 1950, verificaremos que o norte do Estado — considerando o número de empresas no Espírito Santo, no ano de 1949, nos setores de lenha, carvão vegetal, toras, vigas, postes e dormentes de madeira — só possuía mais empresas do que as outras duas regiões (sul e de Vitória) na produção de toras. O norte contava com 261 empresas nesse setor, enquanto a região sul e a de Vitória tinham 58 cada uma. A superioridade do norte do Estado em relação às outras duas regiões na produção de toras de madeira é um dos indicativos das etapas de avanço das fronteiras agrícolas no Espírito Santo.

Ademais, revela uma das principais modalidades através das quais o capital inicia sua territorialização em áreas de floresta nativa, isto é, através da exploração de madeira bruta, em toras, particularmente.

O sul do Estado, zona da fronteira agrícola sul do Espírito Santo, era a maior produtora de açúcar do território capixaba até meados do século XIX, quando começou a vivenciar o surto cafeeiro. Logo, tanto a devastação florestal para a implantação da cultura de cana-de-açúcar e de café quanto a exploração comercial de madeira na área já se desenvolvia desde longa data. Importantes municípios como Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim só contavam com uma empresa no setor de toras, cada um, em 1949.

O município de Alegre, que, aliás, se desenvolveu mais recentemente comparando com os dois últimos, contava com nove empresas no setor de toras de madeira. Os municípios de Colatina e São Mateus respondiam pela totalidade das empresas produtoras de toras no norte do Estado. Das 261 empresas do setor, 171 estavam em Colatina e 90 em São Mateus. Juntas, essas empresas produziam mais de 84% das toras de madeira no Espírito Santo no ano de 1949. Colatina, centro da fronteira agrícola do vale do rio Doce, embora com 171 empresas, respondia por apenas pouco mais de 27% das toras produzidas no norte do Estado. O restante da produção, ou seja, mais de 82%, atribuía-se a São Mateus.

Cabe observar, no entanto, que o município de Conceição da Barra sediava duas grandes exportadoras de toras de madeira na época: a Cimbarra e a Serraria Diaz. O Censo Econômico de 1950 não as relaciona nesse município. Acreditamos que elas fizeram parte daquelas empresas computadas como pertencentes ao município de São Mateus, dando, assim, primazia a este município na produção de toras quando, na realidade, ele não a possuía. Outra opção seria considerar que essas duas empresas madeireiras foram relacionadas em Conceição da Barra, porém como produtoras de lenha. De todo modo, achamos improvável, já que a Cimbarra, por exemplo, era concessionária do Estado. Logo, somos levados a acreditar que o município de

Conceição da Barra, e não o de São Mateus, era, de fato, o grande produtor de toras de madeira no Espírito Santo no ano de 1949. A propósito, esse período marca o início da dinamização da fronteira agrícola de Conceição da Barra.

Além da construção civil e do processo de urbanização que ampliaram a quantidade de empresas nos setores madeireiro e de mobiliário no Espírito Santo, devemos também incluir a erradicação dos cafezais como um dos fatores que exerceu influência nesses setores no Estado, particularmente na década de 1960. A crise da cafeicultura no Brasil teve origem, segundo Haroldo Corrêa Rocha e Ângela Maria Morandi (2012), na grande produção ou *boom* cafeeiro da primeira metade dos anos 1950, que levou a uma acentuada queda dos preços internacionais do produto a partir de 1955. O Governo Federal deixou a solução dessa crise a cargo do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), criado em 26 de outubro de 1961. O Gerca inaugurou o programa de erradicação dos cafezais como nova forma de intervenção na política cafeeira.

Esse programa, executado em duas fases, entre junho de 1962 e maio de 1967, liberou 71% da área plantada com café no Espírito Santo, deixando praticamente 60 mil pessoas desempregadas na zona rural (ROCHA; MORANDI, 2012), levando ao êxodo, especialmente para a zona da Grande Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim (BECKER, 1969; 1973). O Espírito Santo é o Estado que mais sofreu com o programa de erradicação dos cafezais. Respondeu por 22% do cafezal erradicado no Brasil, quando sua produção representava pouco mais de 10% da nacional (ROCHA, 1986; BECKER, 1969; 1973; ROCHA; MORANDI, 2012). No próprio Estado, a região norte foi a mais atingida.

Além disso, a contínua depreciação da produção cafeeira e a praga da broca-do-café levaram a uma erradicação espontânea nessa área. Na zona contestada, entre os anos de 1960 e 1966, a eliminação voluntária foi praticamente igual à erradicação efetuada durante o primeiro plano do Gerca. No restante da área, entretanto, essa eliminação chegou a mais de três vezes no

mesmo período (BECKER, 1969; 1973). Cabe observar que os programas de erradicação dos cafezais promoveram uma forte injeção de recursos financeiros na economia do Estado ao desmobilizar ou liberar o capital cafeeiro, que ganhou liquidez com as indenizações pagas pelo Gerca aos cafeicultores.

Durante o primeiro programa de erradicação, que se estendeu de junho de 1962 a agosto de 1966, a indenização se manteve em Cr\$ 15,00 por cova de cafeeiro. No segundo, entre agosto de 1966 e maio de 1967, o valor dessa indenização sofreu notável reajuste, passando para Cr\$ 400,00 (ROCHA, 1986; ROCHA; MORANDI, 2012). Diante do clima de desespero que já imperava, o segundo programa apareceu aos cafeicultores como única “salvação”, sobretudo porque essa política chegou ao homem do campo sob a conotação de que “o café não valia mais nada”. Portanto, houve verdadeira corrida para a erradicação, dando origem, inclusive, às mais variadas formas de especulação e fraude (BECKER, 1969, p. 51; 1973, p. 54). O capital desmobilizado da cafeicultura logo encontrou outras formas de reinvestimento e valorização, principalmente na pecuária e na exploração de madeira.

O beneficiamento da madeira, a propósito, não exigia grandes investimentos. A pecuária bovina, por sua vez, apresentava-se como a forma menos onerosa de ocupação de grandes áreas de terra, particularmente quando se trata de criação extensiva. Como resultado, observamos que, na década de 1960, o rebanho bovino do Espírito Santo teve um acréscimo de 112%, passando de 653.890 cabeças para 1.386.809 (ROCHA, 1986). Mediante a pecuária, o norte do Estado, em particular, durante a erradicação dos cafezais, se integrou mais diretamente ao mercado interno, tornando-se o principal fornecedor estadual dos frigoríficos Toniato e Frincasa, além de exportar gado vivo e leite para o Rio de Janeiro (BECKER, 1969, 1973).

Tal integração econômica se deu igualmente com o mercado internacional. Na esteira do pessimismo gerado pela erradicação dos cafezais e diante do aumento do rebanho bovino, surgiu em Colatina, em novembro de 1968, o Frigorífico Rio Doce S.A. (Frisa). Inaugurado em

22 de agosto de 1971, logo precisou passar por ampliações a fim de atender à demanda do mercado. A primeira se deu em 1973, com a construção de novas câmaras de resfriamento, congelamento e estocagem. Em 1976, o Frisa construiu outra câmara de estocagem de produtos congelados com capacidade para 8 mil toneladas. Nessa ocasião, também adquiriu o Frigorífico Nanuque S.A. (Frinasa). Em 1978, o Frisa comprou as instalações de uma fábrica de embutidos e charqueada em Niterói–RJ, e, em 1981, houve nova ampliação do complexo frigorífico com a implantação de uma fábrica de conservas e adequações a fim de atender ao Mercado Comum Europeu. No ano seguinte, o Frisa já exportava para países do Mercosul, Oriente Médio, além de Grécia, Suíça, Hong Kong e Cingapura (MADURO, 1987).

Com relação à exploração madeireira, há que se observar que a maioria dos produtos de madeira produzidos no Espírito Santo destinava-se ao mercado interno do país. Convém salientar, todavia, que, em meados dos anos 1960, a Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha Ocidental e a Holanda se constituíam nos principais compradores de madeira serrada do Estado no exterior (ESPÍRITO SANTO, 1967). Dados do IBGE apontam que, em 1970, havia no Espírito Santo um total de 690 empresas no setor madeireiro e 332 no setor de móveis. Trata-se de um aumento nesses setores da ordem de 97,7% e 93%, quando comparados com os dados de 1960. A tabela 2 demonstra a evolução da quantidade dessas empresas nas três regiões do Estado, em 1970, após a erradicação dos cafezais.

Tabela 2 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário por regiões no Espírito Santo

Censo Industrial do Espírito Santo (Dados de 1970)		
Regiões	Estabelecimentos (Setor madeireiro)	Estabelecimentos (Setor de mobiliário)
Norte	415	121
Central	167	118
Sul	108	93

Fonte: (IBGE, 1970). Elaboração própria.

Percebemos que a região norte havia superado o sul do Estado em número de empresas, tanto no setor madeireiro quanto no mobiliário. Com efeito, o norte do Estado apresentou os maiores índices de crescimento nesses setores, entre 1960 e 1970: 264% no setor madeireiro e 181,3% no de mobiliário. Além disso, percebemos que a exploração madeireira se intensificou na região com o surgimento de diversas pequenas e médias empresas, estendendo-se ainda para áreas até então pouco exploradas, particularmente na região contestada, onde a Brasil-Holanda S.A., mais conhecida como “Bralanda”, se destacou em alguns municípios.

Entre as pequenas e médias empresas madeireiras, destacamos em Conceição da Barra, a Serraria Sayonara. Rubens Damasceno Lira (2021), que trabalhou com madeira, produzindo estacas para cerca no norte do Estado, disse que essa empresa surgiu às margens da BR-101, no atual bairro Sayonara, no final da década de 1960. Vejamos:

No ano de [19]69 para [19]70 aconteceram três coisas importantes: a estrada de Pinheiros, o asfalto e a serraria. [...] Os donos da serraria eram pessoas muito trabalhadoras. Começaram com a serraria e hoje estão com a usina de álcool que se chama Alcon. Na época, quem começou com a serraria aqui foi Seu Nerzy junto com o pai dele, Francisco Dalla Bernardina.
[O bairro] Sayonara começou pela família da gente. Meu tio, que se chamava José Rodrigues de Lira, vendeu a terra para Seu Nerzy. Aí, Seu Nerzy colocou o nome da filha dele: “Sayonara”. Quando a serraria chegou aí, ainda levou um tempo para meu tio vender a terra. Eu não sei se a serraria já se chamava Sayonara, mas o nome da comunidade é devido à filha dele (LIRA, 2021).

Com efeito, a origem da Serraria Sayonara remonta ao Córrego do Macaco, no Braço do Rio, em Conceição da Barra, onde Francisco Dalla Bernardina, conhecido como Seu “Quinha”, montou, inicialmente, uma serraria. No início dos anos 1960, Seu Quinha se mudou de Colatina para São Mateus a fim de ficar mais próximo do trabalho, com a atividade agropecuária e com a serraria, sediada mais tarde, no final da década de 1960, às margens da BR-101. A família também criou outra empresa, a Agropecuária Sayonara. Aproveitando os incentivos do Pro-álcool, alguns proprietários rurais se uniram a essa empresa e fundaram a Alcon em 6 de abril de 1981 (FERNANDES, 2018; SÁ, 2021).

Atualmente, a Alcon é uma empresa societária familiar. É a maior usina sucroalcooleira do Espírito Santo em atividade. Além de etanol e açúcar, produz ainda energia elétrica a partir

da queima da palha e do bagaço da cana-de-açúcar.⁸⁵ Quanto à Serraria Sayonara, esta construiu algumas casas (barracos de madeira) para funcionários junto às poucas residências que já existiam na BR-101 onde Seu Quinha montou a empresa. A Serraria Sayonara produzia madeira serrada em geral. Também produziu taco e carvão vegetal.

O refugo da madeira que não tinha valor comercial era queimado na fornalha da própria serraria. Trata-se de um processo bastante comum em empresas madeireiras no norte do Espírito Santo. Ainda é possível encontrar algumas fornalhas de antigas serrarias na área. A fotografia 32 mostra a fornalha, atualmente, de pé e em bom estado, da Serraria Sayonara. Com base nessa fotografia, podemos ter uma noção mais apurada de como eram essas estruturas e de como se dava a queima de refugos de madeira por meio desse processo. Vejamos:

Fotografia 32 – Fornalha da Serraria Sayonara (BR-101, bairro Sayonara, Conceição da Barra)



Fonte: Acervo do autor (12 de janeiro de 2022).

Embora o processo de queima de refugo de madeira por meio de fornalhas fosse o mesmo, convém observar que a fornalha da serraria Sayonara representa só um dos modelos

⁸⁵ Informações colhidas no site da empresa. Disponível em: <https://usinaalcon.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

dessas estruturas. Há outros: fornalhas mais estreitas e mais altas, fornalhas maiores, mais de uma fornalha por empresa, etc. Diferente da serraria Sayonara, a Brasil-Holanda S.A., conforme Marcos Lobato Martins (2010), surgiu em 1947, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com o propósito de exportar madeira para a Europa, Estados Unidos e Japão. Essa empresa chegou a ser considerada a maior produtora de compensados da América Latina.

Inicialmente, a Bralanda também exportava madeira bruta em toras, produzia madeira serrada, tacos, portas, etc. Sua produção, pelo menos até a maior utilização de caminhões de carga, seguia por meio da Estrada de Ferro Caravelas até o Porto de Caravelas, na Bahia, onde era embarcada em navios para o Rio de Janeiro. Segundo o jornal *Comunitário* (1968), no final da década de 1960, a Bralanda mantinha uma produção diária de 120 m³ de madeira, que correspondia a 12 caminhões carregados. Além da madeira beneficiada, a empresa também exportava jacarandá. Nessa época, a Bralanda contava com cerca de 1.000 operários que se revezavam em escalas de dia e de noite.

Sediada em Nanuque–MG, a Brasil-Holanda não era uma simples madeireira. Tratava-se de uma empresa de grande porte, formada por um poderoso grupo empresarial dotado de uma rede produtiva que se estendia desde a extração da madeira na mata fechada, passando pelo processamento na empresa até o embarque para exportação. Além de transformar Nanuque em polo madeireiro, a Bralanda também se destacou na exploração de madeira no sul da Bahia, bem como nos municípios de Mucurici, Ponto Belo, Pinheiros e Montanha, no Espírito Santo, particularmente nos dois primeiros, que faziam parte da zona contestada mineiro-capixaba. O povoado de Itabaiana, em Mucurici, dentre outros, surgiu de residências e casas de comércio construídas para atender aos trabalhadores da Bralanda.

Dentre as empresas madeireiras que surgiram no norte do Estado, na década de 1960, particularmente em Montanha, área de exploração da Bralanda e de outras empresas, entre elas a Cimbarra, destacamos a “Marcenaria do Davi”. Neusa Maria Pereira da Silva Santos (2022),

filha de Seu Davi, dono da marcenaria, disse que sua família saiu de Colatina para Montanha a fim de trabalhar com serraria. Vejamos:

Quando a minha família veio para cá, já veio trabalhar com serraria. Foi em 1962 ou 1963. Lembro que eles fabricavam muita carroceria de caminhão de boi. Depois, começaram a fabricar móveis e esquadrias: portas e janelas. Móveis em geral para casa. Móveis de madeira maciça, alguns entalhados, quando achava entalhador. Na época, usava muita madeira nativa daqui mesmo. Teve uma época em que trabalhava muita gente com o meu pai, uma faixa de uns 10 a 12 funcionários, quando tinha bastante serviço, bastante trabalho. Primeiro, meu pai trabalhava ali [na mesma rua], fazendo mais carroceria para transportar boi e muita carroça de tração animal. Lá começou a ficar pequeno, aqui já era uma serraria. Meu pai comprou aqui do Seu Zé Rigoni. Aqui começou com o nome de “Luzilar”, o nome da marcenaria (SANTOS, 2022).

Percebemos que, além de móveis, a “Marcenaria do Davi” produzia carroças de tração animal e carrocerias para caminhões utilizados, obviamente, no transporte de gado bovino. Produções, aliás, bastante peculiares em um município como Montanha, no início da década de 1960, sobretudo naquele cenário de crescimento do rebanho bovino no Estado. A propósito, foi justamente nesse contexto que a R. Mambrini & Cia. Ltda. instalou-se em Colatina. Trata-se de uma empresa dedicada à produção de carrocerias para caminhões, porém de maior porte do que a “Marcenaria do Davi”, no município de Montanha. Segundo Bertha Becker (1969; 1973), esse município e Mucurici, ainda no final dos anos 1960, caracterizavam-se como essencialmente pastoris, com incidência, inclusive, do sistema mata–pastagem. Trata-se de uma modalidade de desmatamento na qual a mata dava lugar diretamente ao gado bovino, sem que antes o solo fosse utilizado para a lavoura de café.

Excetuando os municípios de Mucurici e Ponto Belo, onde claramente a Brasil-Holanda exerceu forte influência na exploração madeireira, acreditamos que os demais municípios da região contestada, especialmente Ecoporanga, Barra de São Francisco e Mantenópolis, mantiveram boa parte de suas reservas florestais preservadas, pelo menos até os anos 1960. Esses municípios, sobretudo nessa época, estendendo-se até o final da década de 1970, serviram como reserva de madeira para o funcionamento de novas empresas madeireiras e de mobiliário, particularmente de Colatina.

A distância em relação aos principais polos madeireiros do norte do Estado, a ausência de estradas de rodagem capazes de suportar o fluxo de caminhões, além da disputa territorial entre Minas e Espírito Santo, deixaram a zona contestada um tanto quanto isolada no que toca à extração comercial de madeira. É bem verdade que, na década de 1950, chegava madeira a Colatina oriunda de Barra de São Francisco, mesmo que a duras penas por conta das péssimas condições da estrada, principalmente em períodos chuvosos. Valter Rodrigues (2022), que chegou a Ecoporanga no ano de 1966, conta que, nessa época, no entanto, o município possuía boa reserva florestal, abastecendo as empresas em que trabalhou. Vejamos:

Aqui em Ecoporanga ainda havia muita mata. Tinha muita peroba, muita canela. Tinha pau-louro. Comecei com marcenaria em 1966. De 1975 até 1981, eu trabalhei com a serraria de Girson Junger Vidaurre, era o nome do dono da serraria. Ele tinha fábrica de sinuca. Fui para lá trabalhar como encarregado e fabricar sinuca. Éramos quatro, os outros três trabalhavam e eu fazia sinuca. Ele tinha uma rede de sinucas. A madeira vinha das matas daqui mesmo: tudo do Córrego 2, Santa Rita, de todo lado aqui, Cotaxé. Trabalhávamos só com madeira daqui. A madeira era toda da região, a única coisa que se comprava fora era o compensado. Ainda em 1982, havia muita, muita madeira aqui. Eh, daqui saía é muita madeira, nos anos 60. Saía cada uma tora de peroba. Tinha aquelas “carretonas”. Botava em cima daquelas carretas e ia tudo para a Serraria Barbados, em Colatina, e para aquela serraria que tinha ali, em São Silvano: a Sicam. Era uma fábrica de compensados. Mas era muita peroba mesmo, não era pouca não. Isso aqui deu muita peroba (RODRIGUES, 2022).

Além da condição da cobertura florestal de Ecoporanga, chama a atenção a produção de mesas de sinuca, mesmo que para atender aos municípios próximos: Nova Venécia, Barra de São Francisco, etc., como afirmou Valter Rodrigues (2022). Esse tipo de móvel, a propósito, é muito utilizado para diversão em bares, sobretudo naquela época, o que também expressa relação com o processo de urbanização em curso. Cabe observar que a marcenaria de Girson Junger Vidaurre começou a funcionar, pelo menos, com registro a partir do final de 1965. Barra de São Francisco, assim como Ecoporanga, também se constituiu em área de reserva de madeira, transformando-se, porém, em polo madeireiro local, especialmente nas décadas de 1960 e 1970.

Obviamente, o município de Barra de São Francisco não pode ser comparado, por exemplo, com Colatina, São Mateus, Conceição da Barra e Linhares, em volume de madeira, quantidade de serrarias, porte das empresas madeireiras e de mobiliário. É inquestionável, no

entanto, a importância que esse município adquiriu na região contestada como centro de atração de parte da madeira dos municípios vizinhos (Ecoporanga, Água Doce do Norte, Nova Venécia, Vila Pavão, Águia Branca) e como ponto de exportação para Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro, além de Colatina e Ibirapu, dentre outros municípios, no próprio Estado.

Ismael Dariva (2022), cuja família chegou à Barra de São Francisco em 1958, oriunda de Conceição do Castelo-ES, expôs parte da história da exploração de madeira no município, tendo como base, principalmente, o trabalho de seu pai, Lucindo Dariva. Com isso, entendemos mais apropriadamente o *modus operandi* para aquisição de madeira em Barra de São Francisco e no norte do Estado. Tendo ainda maior compreensão acerca do estágio de cobertura florestal existente no município, além de identificarmos alguns dos principais lugares de exportação de madeira. Vejamos:

Na época, o pessoal quase não comprava madeira a metro, comprava a mata fechada. [Meu pai] ia lá explorar. A fiscalização era tudo “a bangu” mesmo. Tinha mata demais, não dava nem para fiscalizar. Era como foi em Rondônia no passado, Mato Grosso e assim por diante. Pelo menos, segundo contam as histórias. Ele comprou um caminhão chamado F-600. Era um caminhão da Chevrolet e começou a puxar madeira, pagava frete também. Desse engenho, ele colocou dois. Colocou um daqueles que têm um monte de serra e a máquina de café.

Não tinha energia na época, era tudo na base do motor. Ele vendia madeira para Belo Horizonte e Valadares. Eu era menino e via os caminhões encostarem. Até Valadares, não tinha asfalto. Ele comprava só a madeira. Vendia madeira de todo jeito, madeira para esquadrias: porta e janela. Meu pai vendia a madeira. Ele não tinha maquinário para fazer. Meu pai levava madeira também para Colatina e Ibirapu. Ele vendia a madeira em toras. Levava em um caminhão dele. Para Belo Horizonte, ele levava com o caminhão truck a maior quantidade. O frete ficava mais barato.

Em Colatina, era para uma família chamada Spelta, serraria Spelta, já, em Ibirapu,⁸⁶ era para a família Fiorotti. Ele não levava para o Rio, não que eu lembre, levava mais para Belo Horizonte. Lembro de uma empresa lá, que deu um prejuízo grande a ele, a empresa faliu. Comar era o nome dela. Lembro direitinho. Ele chegou em casa nervoso, bravo, falava muito. A serraria do meu pai era em São João do Itaperuna. Não tinha nome, era conhecida como “Serraria Dariva”. Trabalhava de quatro a seis pessoas com ele. Antigamente, pagava muito a diária. Tinha muita roça. O cara, às vezes, tocava a roça e prestava serviço para a gente na serraria (DARIVA, 2022).

Destacamos Colatina, como um dos principais polos madeireiros abastecidos com madeira de Barra de São Francisco, particularmente a partir da década de 1960. A serraria Spelta Ltda., por exemplo, entrou em atividade, pelo menos, com registro, no início de 1972,

⁸⁶ O município de Ibirapu sediou muitas empresas madeireiras. O Censo Industrial de 1960 apresenta um total de 12 no setor de madeira e 5 no de mobiliário. Quantidades que haviam saltado para 29 e 9, respectivamente, conforme o Censo Industrial de 1970.

funcionando até o fim de 1986 e pertencia a Antônio Spelta. Segundo José Barbosa Neto (2022), a serraria Spelta contava com cerca de 25 funcionários e produzia madeira para a construção civil (caibros, ripas, esquadrias, aduelas, tacos, etc.). A fotografia 22 mostra a serraria ao fundo com três caminhões à sua frente carregados com toras de madeira. Trata-se de partes de uma única tora de peroba com um total de 52 m³, o que indica que, ao menos até o início da década de 1970, ainda podia se encontrar e derrubar esse tipo de madeira, com tal volume, no norte do Espírito Santo.

Fotografia 22 – Serraria Spelta (Caminhões carregados com toras de peroba)



Fonte: Acervo de Elder Gobetti⁸⁷ (Gentilmente cedida).

O ano de 1986 marca o fim do funcionamento da serraria Spelta e também o término das atividades com madeira nativa por parte da família de Ismael Dariva (2022). Segundo ele, ainda no início dos anos 1980, sua família trabalhava com essa espécie de madeira, em Barra de São Francisco. É claro que naquela época a situação da exploração madeireira no norte do Espírito Santo era muito diferente dos períodos anteriores, sobretudo com relação à quantidade de madeira nativa disponível e à aplicação das leis ambientais. Afinal, o norte do Espírito Santo apresentava uma história de pelo menos 60 anos de intensa extração de madeira em suas

⁸⁷ Essa foto, dentre outras, encontra-se no Restaurante Parada Gobetti, localizado à margem da BR-259, em Baunilha, Colatina.

reservas florestais. Ainda assim, em Barra de São Francisco, por exemplo, havia madeira nativa suficiente para tocar uma serraria como a da família de Ismael Dariva. Vejamos:

De [19]83 a [19]86, foram três anos. Eles arrendaram a serraria da rua da Cobra, que eu te falei, que era do senhor Valdomiro Haiti. Eu ajudava, era menor de idade. Estudava aqui. Nessa época, eu não trabalhava com eucalipto, não, era madeira nativa, mesmo. Vinha tudo da região aí. Tipo assim: você tinha uma madeira, tinha documento, algumas já tinham autorização de corte, a maioria, não é? Então, dava autorização de corte, levava para lá, serrava. Fiscalização era assim: tinha muita serraria. Então, tinha muita madeira, dificilmente aparecia lá (DARIVA, 2022).

Percebemos que, no início da década de 1980, a situação da exploração madeireira no norte do Estado havia mudado significativamente. Embora houvesse alguma madeira nativa, como a de Barra de São Francisco, onde a fiscalização tributária e ambiental ainda se mostrava deficiente, não havia mais extração em massa, tampouco circulação e exportação de madeira como nos anos 1960. Nessa época, a indústria moveleira, em Colatina, passou de 24 para 28 estabelecimentos e o setor madeireiro teve um acréscimo de 148,57%, passando de 35 para 87 empresas. Dentre elas, destacamos a Indústria Eugênio Meneguelli⁸⁸ Ltda., fundada em 1966. Antônio Luiz Spalenza (2022), que nela trabalhou de 1981 a 2009, disse que:

O dono [da empresa] era Seu Jorge Meneguelli, chegava a ter até 200 empregados, depois foi acabando. O pessoal foi saindo até fechar. Em 2009, fechou. Produzia madeira serrada e esquadrias de madeira: porta, janela, aduela. Há muito tempo produziu taco, depois parou. Houve uma época em que produziu dormentes também. Não era uma empresa de compensados, era de madeira comum, madeira maciça. A madeira vinha mais do sul da Bahia. Aqui era muito difícil, no Espírito Santo já não havia madeira. A empresa também produziu carvão, mas muito pouco. [Ela] tinha caminhão próprio para o transporte da madeira e, às vezes, pagava frete. Devia ter uns cinco ou seis caminhões. A maioria era frete. Era muita madeira que vinha (SPALENZA, 2022).

Chama a atenção a longevidade da madeireira Indústria Eugênio Meneguelli Ltda., que estendeu suas atividades, em Colatina, até o ano de 2009. Em especial, quanto à utilização de madeira do sul da Bahia, devemos ter em conta que Antônio Spalenza (2022) começou a trabalhar nessa empresa em 1981, quando a extração de madeira nativa no norte do Espírito Santo havia decaído significativamente. Ademais, muitas serrarias da região já haviam se transferido para o sul da Bahia ou aberto filiais nessa localidade, onde, em muitos casos,

⁸⁸ Eugênio Meneguelli foi um antigo marceneiro em São Silvano, Colatina. Tinha uma serraria na localidade, pelo menos desde a década de 1940 (MADURO, 1987).

adquiriram áreas de mata nativa, mantendo-as como reserva de madeira. É óbvio que a Indústria Eugênio Meneguelli Ltda., tratando-se de uma empresa que surgiu oficialmente, em 1966, utilizou muita madeira de Colatina e municípios próximos, aliás, como as demais de sua época.

Outra empresa madeireira localizada em Colatina, classificada como uma das mais importantes do Estado, era a Sicam, fundada em 1952, com a denominação de Serraria Alves Marques Ltda. Seus fundadores foram Aristides Tomaz Pepino, Sílvio Rodrigues Marques e Manoel Alves Lamas. A Sicam começou industrializando peroba do campo, produzindo consueiras, tacos e caibros para construção. Em 1956, Aristides Tomaz Pepino retirou-se da sociedade e Sílvio Rodrigues Marques assumiu a direção da empresa, dando início à sua expansão com maior dimensionamento na década de 1960. Em 1962, a Sicam começou a produzir compensados, tornando-se a primeira empresa do gênero em Colatina, denominando-se Serraria e Indústria de Compensados Alves Marques. Sua produção mensal era de 600 m³, 80% da madeira com a qual a empresa trabalhava, nessa época, era extraída no próprio Estado, o restante vinha de Minas Gerais. A maioria da produção, 60%, destinava-se ao Rio de Janeiro, o restante era distribuído para São Paulo e norte do país (UMA GRANDE, 1973).

A Sicam recebeu um empréstimo do BNDE em 1966, quando mais de um bilhão de cruzeiros foram divididos entre quatro empresas. A Sicam foi a única contemplada no Espírito Santo nessa ocasião. Em 1967, ela recebeu outro empréstimo do BNDE, dessa vez no valor de NCr\$ 70 mil (BNDE, 1966; 1967). No ano seguinte, a Sicam se expandiu para o norte do país, montando uma serraria no Estado do Pará, e, no início da década de 1970, possuía uma reserva de mata nativa de 1.500 alqueires, a maioria na Bahia. Além disso, havia alcançado ainda uma produção mensal de 1.200 m³ de compensado e 9 mil portas, contando para tanto com 330 funcionários (UMA GRANDE, 1973).

José Barbosa Neto (2022), um dos funcionários da Sicam, conta-nos como era parte da estrutura interna e de funcionamento da empresa, em Colatina. Vejamos:

Quando entrei na Sicam, em 1977, a Sicam já era bem calibrada, não é? Era uma firma que tinha muito funcionário. Aquilo, para sair ... Era uma hora e meia de almoço. A Sicam era serraria, mas depois quase não fazia madeira para vender, fazia só laminado. Tinha os tanques de cozinhar madeira. Depois, laminava para fazer o compensado. [Havia] uma lagoa onde a madeira ficava para não secar, para ficar sempre molhada. Depois, dali, ela ia para cozinhar. A lagoa devia ter mais ou menos uns 100 metros por 60.

Tinha 4 secadores, 3 caldeiras, oficina mecânica e oficina elétrica para enrolar motor quando queimava. Quase todo dia, queimado motor. Era turno de 6 em 6 horas: pegava de 6 às 2h; de 2 às 10h e 10 às 6h. Trabalhava direto, dia e noite. Também trabalhava mulher. Secador é próprio de mulher, mesmo. Cada três mulheres no secador tinham um homem, que era para puxar o peso, para puxar o carrinho de chapa, mas não era pesado porque era tudo cimentado, tudo lisinho (BARBOSA NETO, 2022).

Notamos que, além da estrutura organizacional, de fato, em 1977, a Sicam já era uma empresa “bem calibrada”, como disse José Barbosa Neto (2022). No ano seguinte, ela passou por novas transformações, mudou a sua denominação de “Serraria e Indústria de Compensados Alves Marques Ltda.” para “Indústria Madeireira Alves Marques”. Nessa ocasião, além da filial do Pará, em Paragominas, a Sicam ainda possuía uma no Rio de Janeiro e outra em Itamaraju, na Bahia (LAMAS, 1978). Em especial, quanto à de Paragominas, José Barbosa Neto (2022), que lá esteve a serviço da Sicam, observa que:

Lá em Paragominas, no Pará, era uma serraria só, de primeira. Depois, eles puseram uma caldeira a diesel para poder trabalhar. Fui para lá, não sei se foi em [19]79, um negócio assim, [19]79 ou [19]80, mas nem tenho ideia mais. Fui fazer três tanques para cozinhar madeira, mas fizemos um só. Aí, “puxamos” um pedaço de barracão. Eles desmancharam uma caldeira aqui e levaram para lá, para montar lá (BARBOSA NETO, 2022).

Edson Calixto (2021) também esteve na Sicam de Paragominas, onde trabalhou por 15 anos, depois que a Cimbarra encerrou as atividades em Conceição da Barra. A Sicam aproveitou a ocasião e adquiriu parte do maquinário dessa empresa, também contratou Edson Calixto como força de trabalho especializada. Vejamos:

Fui para o Pará. Fiquei 15 anos lá. [Exercia] a mesma função, mexendo com madeira serrada, que, transportada por carro, saía para tudo quanto é ponto do país. Depois, [a empresa] parou de serrar madeira e passou a laminar para fazer compensado. Começou fazendo só a lâmina, depois passou a fazer o compensado, mesmo. O nome dela era Sicam. A matriz dela era aqui, em Colatina. Eles compraram o maquinário da Cimbarra, quando a empresa estava fechando. Compraram ponte rolante, compraram as serras que cortavam as toras, as serras-fitas, vários maquinários, agora não sei definir quais eram.

Como eu era mecânico na época da Cimbarra, eles perguntaram se eu queria ir. Fiquei indeciso porque já estava com uma proposta de trabalhar aqui na Friesp.⁸⁹ Eles

⁸⁹ Frigorífico Espírito-santense de Pescado S.A. Criado em agosto de 1972.

queriam que eu fosse trabalhar com eles lá no Pará para montar essas máquinas porque eu as conhecia, fui eu que as desmontei e sabia como as montar. Aí ficou essa questão, optei por ir para o Pará. Fui com uma proposta de trabalhar um ano, se eu me desse bem e quisesse ficar, se não quisesse. Eles assinaram logo a minha carteira. Cheguei lá, trabalhei um ano, dei por esquecido, e quando pensou que não, já estava com 15 anos. Gostei do lugar e eles gostaram de mim. Para eu vir embora, deu trabalho. [No Pará], se for contar assim por alto, devia ter uma média de uns 50 funcionários, só no pesado, fora o corpo de escritório, que já deixo fora. Mais ou menos com uns cinco anos que eu estava lá, a Sicam fechou as portas aqui. Ela mexia com compensado aí, em Colatina, também, e mandou um “bocado” de maquinário para essa filial lá no Pará. Lá, era Sicam, depois que passou de serraria para laminado, eles mudaram para outro nome, Iconal, era o nome da firma (CALIXTO, 2021).

A compra de maquinário da Cimbarra por parte da Sicam não se trata apenas da aquisição de equipamentos por um custo supostamente abaixo do mercado. A Cimbarra era especialista na industrialização de toras de madeira. Seu maquinário, mesmo considerando a longa permanência da empresa em Conceição da Barra, por certo, não se afastava do que havia de mais moderno. Ademais, a Sicam, ao mesmo tempo, contratou o mecânico Edson Calixto, especialista naquele equipamento, o que, por certo, reduzia os custos de manutenção, evitando também possíveis paralisações da produção caso não houvesse pessoal qualificado para realizar consertos necessários. Cabe observar que a filial de Paragominas passou cerca de dez anos trabalhando com toras e madeira serrada até migrar para a produção de compensados. Primeiro, produzindo apenas lâminas de madeira transportadas para a Sicam de Colatina. Depois, com a produção do compensado propriamente dito, quando dispunha de todo o maquinário necessário e a matriz de Colatina, não demoraria a fechar as portas.

A expansão da indústria de madeira e de móveis, na década de 1960, além da região contestada, destacando-se Barra de São Francisco e de Colatina, tradicional polo madeireiro local, também se tornou relevante com relação aos municípios de Linhares, São Mateus, Nova Venécia e Conceição da Barra. Entre os Censos Industrial de 1960 e Econômico de 1970, Linhares, por exemplo, passou de 25 para 118 estabelecimentos industriais no setor de madeira.

Cabe observar que, na década de 1960, o município de Linhares ainda dispunha de boas reservas florestais em processo de exploração. Além disso, o município já estava integrado com Vitória, bem como com São Mateus, até o sul da Bahia, chegando a Salvador. Afinal, tanto a

Ponte Presidente Vargas, em Linhares, quanto a Régis Bittencourt, em São Mateus, já haviam sido construídas. Linhares também podia contar com a BR-101, que facilitava a comunicação e o transporte rodoviário, ainda que não houvesse sido pavimentada.

São Mateus, no mesmo período, passou de 2 para 18 empresas madeireiras. Além da questão da erradicação dos cafezais e do processo de urbanização, cabe lembrar que o comércio de São Mateus havia mudado da área do porto para a cidade alta, desenvolvendo-se sob a influência da BR-101. Algumas das novas serrarias do município foram instaladas às margens dessa rodovia, contribuindo para dinamizar a economia do município. Nova Venécia, que após sua efetiva ligação rodoviária com Colatina, afastou-se da influência de São Mateus, tornando-se polo econômico local, também teve sua economia fortalecida na década de 1960, com a ampliação da quantidade de empresas madeireiras. Saltou de 5 para 37 empresas nesse setor.

Algo semelhante, embora não na mesma proporção, aconteceu em Conceição da Barra, que, ainda no final da década de 1950, transportava madeira mediante o porto da cidade, e que contava com a Cimbarra como sua principal empresa madeireira. Conceição da Barra passou de 3 para 17 empresas no setor de madeira. Uma delas, no entanto, era a Companhia Brasileira de Indústria e Comércio (Cobraice), uma das maiores indústrias madeireiras do país, que construiu uma filial no distrito de Braço do Rio, no início dos anos 1960, às margens da BR-101. Apesar de seu poder financeiro, a Cobraice contou com empréstimos do Poder Público para se instalar em Conceição da Barra e para ampliar sua área de produção.

A Cobraice foi fundada por Gilberto Sá Motta, no Rio de Janeiro, em 1939, transferindo-se depois para Belo Horizonte, devido à proximidade com as fontes de matéria-prima. Em 1943, a empresa adquiria uma serraria completa, novos equipamentos para extração de madeira e reservas florestais. A antiga sede do Rio de Janeiro, transformada em filial, foi ampliada. Instalaram-se as filiais de São Paulo e Paraná. A criação de novos mercados levou a Cobraice a exportar para toda a Europa. Em Governador Valadares, além da sede, a Cobraice possuía as

serrarias Sá Motta, Santa Inês, Pastoril e uma moderna fábrica de compensados. Em Teófilo Otoni, localizava-se a Serraria Independência e, em Carlos Chagas, a Serraria Carlos Chagas. A Cobraice possuía ainda escritórios e depósitos no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Brasília, e despachantes em Caravelas, Itajaí, Angra dos Reis, Itararé, Ourinhos e Santos, tendo também se dedicado à agropecuária. Antes da instalação da filial em Conceição da Barra, a Cobraice mantinha um escritório e porto de embarque em Vitória, pelo menos desde o início da década de 1950 (“COBRAICE”, 1960).

No início de 1966, a filial do Espírito Santo recebeu financiamento do BNDE no valor de Cr\$ 607 milhões e mais 65 mil dólares para instalação de uma serraria e ampliação da fábrica de compensados de Conceição da Barra. Elevava-se, então, a capacidade produtiva da empresa no município para 1.500 m³ mensais. Seu compensado era utilizado para construir gabinetes para máquinas de costura que eram exportados para os Estados Unidos e países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (BNDE, 1966). Em 1973, inaugurava-se a primeira etapa das obras da nova ampliação da empresa. Dessa vez, com financiamento do Bandes no valor de Cr\$ 8,3 milhões. Na ocasião, a Cobraice, em Conceição da Barra, elevou sua produção para 107.142 chapas de compensados finos, tipo exportação, por mês, aumentando ainda em 20% sua capacidade de produção de compensados não finos. A empresa contava com 520 funcionários antes da ampliação e, após a aplicação dos recursos do Bandes, gerou mais 300 empregos diretos (A IMPORTÂNCIA, 1973).

Jorge Timboíba Duarte (2020), que trabalhou na Cobraice por 18 anos, entre 1964 e 1983, onde desempenhou diversas funções como gerente de Recursos Humanos (RH) e diretor financeiro, disse que o escritório central do Grupo Cobraice ficava em Belo Horizonte, e que a empresa de Conceição da Barra tornou-se a matriz desse grupo. Seu direto-presidente era Renato Sá Motta. A fotografia 23 mostra parte das instalações da Cobraice, em Conceição da Barra. Por meio dela, podemos ter uma noção da estrutura e do funcionamento da empresa.

Fotografia 23 – Cobraice em Conceição da Barra–ES



Fonte: Facebook (Amigos da Cobraice).⁹⁰

Cabe observar que a instalação da Cobraice, no norte do Espírito Santo, se deu durante o pleno desenvolvimento da fronteira agrícola de Conceição da Barra, o que, obviamente, influenciou na escolha do local de montagem da empresa. É evidente que outros critérios, como a proximidade com a BR-101, foram fundamentais para a escolha do município, principalmente em se tratando de um grupo empresarial como a Cobraice. A imensa quantidade de madeira ainda existente em Conceição da Barra, além da disponibilidade de força de trabalho, no entanto, não são fatores de pouca importância. Isso fica mais claro quando conhecemos parte da estrutura organizacional e de funcionamento da empresa, particularmente com relação às áreas de abastecimento, escoamento da produção e reposição de força de trabalho.

Segundo Jorge Timboíba Duarte (2020), a madeira com a qual a Cobraice trabalhava, em grande medida, era proveniente do próprio município. Vejamos:

A madeira para a Cobraice saía daqui mesmo do município de Conceição da Barra. Vinha muita madeira. Mas, muita mesmo. Vinha de outros municípios: Pedro Canário, sul da Bahia. Direto da Bahia, vinha muita madeira. A madeira era toda comprada. A Cobraice não tinha terra. A madeira específica para o compensado era o Jequitibá. Ela tinha outras madeiras nobres que vinham, mas era para madeira serrada. A Cobraice

⁹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/p/AMIGOS-DA-COBRAICE-100075554275968/?locale=pt_BR. Acesso em: 16 jul. 2024.

produzia madeira de compensado e madeira serrada em geral. A maioria da madeira produzida ia para o Rio de Janeiro e São Paulo.

A Cobraice não tinha frota de caminhões. Era caminhão de caminhoneiro. Eles paravam lá, carregavam e iam embora. Ela tinha caminhão de diversas pessoas para transportar a madeira bruta até a empresa, mas também era de empreiteiro. Eu trabalhava no RH, logo de início, só de funcionários eram 1.200 funcionários, só da Cobraice, fora dos empreiteiros. Os empreiteiros eram as pessoas que comparavam um caminhão e ficavam transportando. Às vezes, a Cobraice comprava o caminhão para [o caminhoneiro] pagar com os fretes que conseguia.

Alguns fazendeiros iam lá e vendiam a madeira, sabendo que ela comprava, iam lá e negociavam, inclusive, eu fiquei um período muito grande na tesouraria e fazia pagamento para diversas pessoas que vendiam madeira para a empresa. A Cobraice tinha muitos funcionários de Minas: Governador Valadares, Carlos Chagas, Teófilo Otoni. Também de Colatina, Vitória. Muitas pessoas da região da Bahia.

Vinha gente de tudo quanto é região. Era um volume generalizado. Trabalhávamos 24 horas por dia, em três turnos. Havia a necessidade de estar contratando constantemente. Havia aquele problema de muita gente que não se adaptava, então, tinha que contratar mais. Trabalhei lá com português e espanhol. Espanhol, tínhamos dois, inclusive libanês, grego e italiano. Tínhamos algumas máquinas, como as “emendadeiras”, por exemplo, que requisitavam muito serviço de mulheres. Nesse setor, trabalhavam umas 30, 40 mulheres ou mais (DUARTE, 2020).

Além da madeira ainda disponível em Conceição da Barra e da proximidade com novos centros de abastecimento, lembramos que o município passou por um cenário de explosão populacional nos anos 1950, como vimos no primeiro capítulo. Obviamente, esse incremento demográfico contribuiu para a futura manutenção do quadro de funcionários da empresa. A propósito, trata-se de uma indústria que chegou a funcionar com 1.200 empregados diretos e que, inclusive, empregou trabalhadores estrangeiros, como observou Jorge Timbofba. No início dos anos 1980, a Cobraice estava em processo de abertura de uma nova filial, dessa vez no município de Imperatriz, no Maranhão, por certo, pressionada que estava por novas fontes de matéria-prima.

Nessa época, todavia, notadamente, no final do ano de 1983, o grupo Cobraice teve sua concordata (atual recuperação judicial⁹¹) decretada. Seu patrimônio estava avaliado em Cr\$ 4 bilhões. O grupo possuía um passivo de Cr\$ 1,9 bilhão acumulado por conta da retração do mercado, bem como de suas elevadas despesas financeiras. A concordata teve como propósito

⁹¹ A antiga concordata, substituída pela Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, trata-se da atual “recuperação judicial”. É um recurso jurídico previsto na legislação brasileira para empresas em situação de crise financeira, visando sua recuperação a fim de se evitar a falência. Mediante esse recurso, garante-se, inicialmente, a manutenção do emprego e o interesse dos credores, preservando a função social, bem como o estímulo à atividade econômica (BRASIL, 2005).

ganhar tempo suficiente para cobrir esse passivo. Antes de sua decretação, contudo, a Cobraice tinha um faturamento médio mensal de Cr\$ 350 milhões (COBRAICE, 1983). Em Conceição da Barra, embora com imensas dificuldades, essa empresa estendeu seu funcionamento até o ano de 1987.

Se pudéssemos destacar uma única característica da exploração de madeira no norte do Espírito Santo, na década de 1960, elencaríamos o incrível crescimento dos setores madeireiro e de mobiliário e sua respectiva expansão por toda a área. Como vimos, todavia, a realidade não é tão simples. Assim como afirmar que, na década de 1970, houve um declínio abrupto da exploração de madeira no norte do Estado, com fechamento de empresas e transferências para o sul da Bahia, Pará e Rondônia, dentre outros, não explica tudo. A realidade também, nesse caso, é mais complexa.

Nos anos 1960, o crescimento do número de empresas no setor madeireiro no norte do Espírito Santo chegou a 264%; já na década de 1970, o declínio no mesmo setor não alcançou os 40%. Além disso, os anos 1970 marcaram o período de consolidação do setor de móveis nessa região, destacando-se os municípios de Colatina e Linhares como polos moveleiros no Espírito Santo. A tabela 3 permite-nos entender como se deu essa evolução. Vejamos:

Tabela 3 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário no norte do Espírito Santo (década de 1970)

Gênero de Indústria				
Censo Industrial	Madeira		Móveis	
	Estabelecimentos	Pessoal Empregado	Estabelecimentos	Pessoal Empregado
1970	415	4.501	121	326
1975	321	5.657	126	703
1980	250	4.482	137	1.226

Fonte: (IBGE, 1970; 1975; 1980). Elaboração própria.

Percebemos que a redução do número de empresas madeireiras não afetou a quantidade de pessoal empregado no setor. A média de pessoas por empresa até aumentou, passando de

10,8 para quase 18 pessoas. O setor moveleiro, ao contrário do madeireiro, ampliou seu número de empresas, passando de 121 para 137. Não parece, na verdade, ser um crescimento muito significativo. A média de pessoas empregadas por empresa, no entanto, que passou de 2,7 para quase 9 pessoas, relativamente, foi muito superior à média do setor de madeira. Disso tudo, podemos tirar, pelo menos, duas conclusões: as empresas do setor madeireiro e de móveis, no norte do Estado, na década de 1970, tornaram-se maiores e mais competitivas, absorvendo, inclusive, força de trabalho. Além disso, a demanda por madeira continuou em alta.

A matéria-prima, isto é, a madeira necessária para garantir o funcionamento dessas empresas, provinha, em grande medida, da própria região, como vimos, por exemplo, no caso da Cobraice. Obviamente, não estamos afirmando que, nos anos 1970, havia tanta madeira no norte do Espírito Santo quanto havia nas décadas anteriores. Uma das características mais representativas da exploração de madeira na área, nesse período, versa, inquestionavelmente, sobre a entrada maciça de madeira do sul da Bahia e, em menor quantidade, de Estados como o Pará, Rondônia e Mato Grosso. Lembramos, em particular, do município de Linhares, como grande receptor de madeira do sul da Bahia, privilegiado que foi pela BR-101. A quantidade de madeira ainda existente nesse município, sua infraestrutura e localização, aliados aos incentivos do Poder Público, o transformaram em centro de atração para a abertura de novas empresas.

Destacamos a Móveis Brasileiros S.A. (Mobrasa), fundada por Hertz Uderman e Jacob Solter (UDERMAN; SOLTER, 1963). Essa empresa iniciou sua transferência do Rio de Janeiro, onde estava instalada, para Linhares, no alvorecer da década de 1970, com a proposta de produzir móveis para residência, chapas de compensado, portas, tacos e outros artigos de madeira (LEITURA, 1970). Nessa época, a Mobrasa já havia investido, em Linhares, cerca de Cr\$ 2 milhões, absorvendo 150 empregos fixos. Calculava-se que sua transferência definitiva contaria com um investimento total de Cr\$ 4,1 milhões e que o quadro de funcionários dobraria (EMPRESA, 1970). O Governo Capixaba participava mobilizando recursos do Bandes. Após

a efetiva transferência para Linhares, a Mobraza ocuparia 125 mil m² de área construída (SEIXAS, 1970). A inauguração da empresa, em Linhares, se deu em 18 de janeiro de 1975 (HOMENS, 1975). A fotografia 24 nos permite ter uma noção da estrutura da Mobraza, em Linhares, na década de 1970.

Fotografia 24 – Mobraza S.A. (década de 1970)



Fonte: (BERGAMASHI; FERREIRA; SUPELEE, 2021).

Essa empresa, no entanto, fechou suas portas no município ainda nos anos 1970. Em 1979, os irmãos Rigoni, que atuavam na produção de móveis de madeira, a adquiriram com apoio do Bandes. A nova unidade foi rebatizada com a denominação de Indústria de Móveis Movelar S.A., com produção voltada para atender ao mercado, principalmente no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais (BERGAMASHI; FERREIRA; SUPELETE, 2021). Linhares também atraiu empresas madeireiras do próprio norte do Estado. Significa que as transferências e/ou abertura de filiais de tais empresas não ocorreram apenas em relação a outros Estados. O mesmo fenômeno também aconteceu internamente no próprio norte do Espírito Santo.

Osmar Francisco Arpini (2022), que começou a trabalhar com madeira desde os 13 anos, em São Gabriel da Palha, observa que seu tio, Otávio Arpini abriu uma serraria em Linhares, no ano de 1972. Vejamos:

Naquela época, a madeira, as serrarias e esquadrias eram o que tinha aqui, em São Gabriel. Ele montou uma fábrica de esquadrias lá, no bairro Nossa Senhora da Conceição, em Linhares. Moramos um ano lá, depois retornamos. Aqui era fábrica de

esquadrias, portas e janelas de madeira. Acho que era “Fábrica de Esquadrias Arpini”. Trabalhava com mais de 20 pessoas, eu acho. As toras vinham de fora, mais da Bahia. A produção dele era grande. Havia muita venda de portas e janelas. A serraria dele aqui funcionou até 1971. Ele abriu essa serraria lá, em 1972, e levou os quatro irmãos daqui para lá. Em Linhares, cada máquina tinha um exaustor de poeira. Quando voltei para cá, que cheguei no sol, que olhei aquela poeira danada, até estranhei (ARPINI, 2022).

Parece que a serraria de Otávio Arpini, em Linhares, contou com maquinário moderno, embora não tenha contribuído para sua maior permanência no município. Ao retornar a São Gabriel da Palha, no entanto, sua família e ele continuaram no ramo madeireiro. Osmar Arpini, por exemplo, ainda trabalhou na Fábrica de Esquadrias Valgoni por três anos, de 1973 a 1976. Vale observar que, além de Linhares, outros municípios do norte do Estado também atraíram novas empresas madeireiras na década de 1970. A Malenza Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. é uma delas. Essa serraria começou a funcionar à margem da BR-101, em Pedro Canário, em 1972, estendendo suas atividades nesse município até 1989, contando com cerca de 20 funcionários, subdivididos em dois turnos de trabalho dedicados à produção de madeira serrada.

Em São Domingos, Antenor Rubim abriu nova serraria, aproveitando a oportunidade gerada pelo financiamento do Banco do Brasil que lhe permitiu adquirir novo maquinário (uma serra fita) e energia elétrica, em 1974. Ele conta que já atuava no setor de madeira com seu pai, Agostinho Rubim, e irmãos, e que os madeireiros Orlando Dalmásio e Roque Dalmásio o advertiram dizendo que a exploração de madeira em São Domingos havia acabado. Vejamos:

São Domingos acabou. Você é um garoto novo ainda. Você tem que ir para uma região que tem madeira: Bahia, Pará ou algum canto melhor. Como eles falaram que São Domingos havia acabado, eu falei: vou ficar por um curto prazo aqui. [Depois], eu dei muito serviço para eles. Eles faziam corretagem de madeira. Compravam madeira e mandavam para Belo Horizonte, Rio de Janeiro. Eles compraram muita madeira na minha mão. Eles viram que eu estava me dando bem com a serraria e resolveram montar uma serraria em Paragominas (RUBIM, 2022).

A redução da oferta de madeira nativa no norte do Espírito Santo, na década de 1970, atingiu mais diretamente as empresas que estavam mais acostumadas com a abundância de madeira e, conseqüentemente, com a relativa facilidade de aquisição desse produto. É o caso da Cimbarra, como vimos, habituada à produção em alta escala ou como atravessadores, dentre os quais os irmãos Dalmásio, pouco empenhados em adquirir madeira e mais acostumados com

os lucros que ela proporcionava. Antenor Rubim (2022) observa que exportou sua produção para Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, além de Juiz de Fora e Ubá, em Minas Gerais, e utilizou muita madeira, inclusive do próprio município de São Domingos. Vejamos:

Aqui, eu cheguei a trabalhar até com 30 funcionários. Nesse período, quando comecei a trabalhar com a serraria, [...] eu só serrava madeira para obra. Todo pedido que chegava era madeira para obra: caibro, madeira em geral. Portas e janelas, já foi num período mais para frente, na década de [19]80 que comecei a fazer um aproveitamento melhor da madeira com a esquadria. A madeira, como fala, de modo geral, do Estado, eu trabalhava com todas. A maioria era de São Gabriel, São Domingos, do nosso município, mesmo, que tem ainda muita madeira; Boa Esperança, Pinheiros, uma região aí, da divisa do Estado do Espírito Santo com a Bahia. Rodei o Estado todo (RUBIM, 2022).

A “Serraria Rubim”, como percebemos, é um exemplo de empresa madeireira aberta no norte do Estado, nos anos 1970, que alcançou sucesso contando, principalmente, com a madeira nativa da própria área. Basta dizer que essa serraria continua em atividade em São Domingos, utilizando madeira reflorestada (eucalipto). Ademais, verificamos, por meio da história dessa empresa e de seu proprietário, outra modalidade através da qual o Estado criou mecanismos, levando à territorialização do capital no norte do Espírito Santo, qual seja, o financiamento às empresas madeireiras e de mobiliário por meio do Banco do Brasil.

A primeira agência desse banco no Espírito Santo surgiu em Vitória, em 1917, a segunda, em Cachoeiro de Itapemirim, em 1933, e a terceira, em Colatina, em 1940. Desde a fundação da agência de Vitória, não faltou assistência financeira do Banco do Brasil aos cafeicultores e madeireiros do Estado. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai), criada em 1937, com atividades até 1969, auxiliou a agricultura e a indústria. Aliás, até os anos 1960, os fundos de recursos internos ou externos destinados à indústria eram quase todos administrados pelo Banco do Brasil. Quando as consequências da erradicação dos cafezais se fizeram sentir mais intensamente, esse banco financiou toda a atividade substitutiva da cafeicultura, dentre elas, a pecuária (MORAES, 1992) e a indústria madeireira e de mobiliário. Depois da Creai, o Banco do Brasil criou a Carteira de Crédito Rural. O financiamento a Antenor Rubim, por exemplo, é proveniente desse sistema de crédito.

A década de 1980, ao contrário da anterior, foi marcada pela crise na construção civil, seguida do declínio da demanda por compensados. Além disso, acentuaram-se as dificuldades para obtenção de madeira nativa no norte do Estado. Situação que, aliás, piorou, sobretudo, a partir de meados dos anos 1980, com o “fechamento” do sul da Bahia a fim de impedir a saída de madeira em toras, em especial para o Espírito Santo. Tais fatos, no entanto, enquadravam-se no contexto da década de 1980, marcado por crises econômicas, aumento da dívida externa brasileira e pressão de grupos ambientalistas, bem como pela maior fiscalização dos órgãos ambientais, levando ao aumento dos preços da madeira, tornando inviável o funcionamento de muitas serrarias.

Em fevereiro de 1981, o jornal A Gazeta publicou uma reportagem em que destacava o fim da madeira nativa em São Mateus. Na ocasião, evidenciava-se, em especial, o fechamento de empresas, além do desemprego de “profissionais da madeira”, dentre eles, alguns motoristas de caminhões e donos de serrarias, conscientes de que a devastação da Mata Atlântica local havia sepultado a atividade madeireira no município. A tabela 4 nos permite compreender como se deu a evolução das empresas do setor de móveis e de madeira no Espírito Santo, na primeira metade dos anos 1980. Por meio dela, notamos em particular o declínio das empresas desse último setor. Vejamos:

Tabela 4 – Evolução das empresas madeireiras e de mobiliário no Espírito Santo

Gênero de Industria				
Censo Industrial	Madeira		Móveis	
	Estabelecimentos	Pessoal Empregado	Estabelecimentos	Pessoal Empregado
1980	462	8.069	342	2.757
1985	321 ⁹²	6.061	377	3.429

Fonte: (IBGE, 1980; 1985). Elaboração própria.

⁹² O Censo apresenta duas especificações: “estabelecimentos” e “empresas atuantes”. Ambas têm dados distintos. Preferimos, todavia, fazer nossa análise com base no total de empresas que efetivamente estavam atuando nos respectivos setores de madeira e de móveis.

Com efeito, a redução da quantidade de empresas do setor madeireiro no Estado, no período em análise, chegou a 30,5%. Com relação ao norte do Espírito Santo, em particular, embora não possamos avaliar com base em dados concretos,⁹³ acreditamos que esse percentual é ainda maior. Desde 1970, essa área apresentava mais empresas madeireiras do que as regiões de Vitória e sul do Estado. Quanto às empresas do setor de móveis, notamos um acréscimo, no Espírito Santo, de 10,23%. Do mesmo modo, entendemos que esse percentual também é maior no caso do norte do Estado. Afinal, segundo Arlindo Villaschi Filho e Flávio de Oliveira Bueno (2000), os anos 1980 marcaram o início do maior crescimento da indústria moveleira no município de Linhares. A propósito, as indústrias de móveis desse município, juntamente com as de Colatina, formam um dos maiores polos moveleiros do país.

No segundo quinquênio dos anos 1980, o setor madeireiro no norte do Espírito Santo apresentou resultados ainda piores do que no quinquênio anterior, marcando a decadência desse setor na área. A elevada pauta imposta, em 1987, por Waldir Pires, governador da Bahia, para a saída de madeira em toras do sul daquele Estado, “fechou” essa zona madeireira para o Espírito Santo e, em particular, para sua região norte, principal consumidora de madeira em toras da Bahia. Segundo Dalsizo Armani, então presidente do Sindicato da Indústria de Madeira e Móveis de Linhares,⁹⁴ em reportagem de A Gazeta (1989), apenas em 1989, só em Linhares fecharam 26 serrarias, levando à demissão de 910 operários.

Além de marcar a efetiva decadência da exploração de madeira nativa, em particular, no norte do Espírito Santo, a década de 1980 representa um dos períodos mais importantes da história política do país. Nessa época, o Brasil deixou de viver sob o Regime Militar autoritário implantado, em 1964, com o golpe militar que deu início a um processo de redimensionamento

⁹³ O Censo Industrial de 1985 apresenta apenas dados gerais sobre o Espírito Santo, não discriminando por municípios como faz o Censo Industrial de 1980. Logo, não dispomos de dados sobre a quantidade de empresas dos setores madeireiro e de móveis sobre as regiões do Estado (norte, central e sul) para o ano de 1985.

⁹⁴ Trata-se atualmente do Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte-ES, sob a mesma sigla “Sindimol”.

da política local no país, levando ao fim do coronelismo e ao surgimento do político moderno. Cabe observar, todavia, que durante a vigência dessa prática política, muitos coronéis (políticos locais) tornaram-se grandes madeireiros e beneficiários de concessões do Estado para explorar madeira no norte do Espírito Santo. Essas são algumas das questões que formam o nosso objeto de análise no próximo capítulo.

3. O CORONELISMO E A DITADURA MILITAR NO ESPÍRITO SANTO: O CASO DO NORTE DO ESTADO

Esse capítulo está subdividido em sete seções. Nosso objetivo é analisar o coronelismo e a Ditadura Militar no Espírito Santo com foco no norte do Estado. Entendemos o coronelismo como sistema político e forma específica de poder privado característico da Primeira República, mas que apresenta, no entanto, continuidades e descontinuidades que o presentificaram, embora já transmutado, ainda após a reabertura política de 1945. Da análise dessas continuidades e descontinuidades, entendemos que o coronelismo tem fim com a Ditadura Militar e que Francisco Lacerda de Aguiar é o seu último representante no Espírito Santo.

Assim, na primeira seção, apresentamos o coronel como líder ou chefe político local, cuja origem remonta à criação da Guarda Nacional, em 1831. Esse coronel, pelas funções que ocupava, especialmente no âmbito do município, personificava o Estado, muitas vezes ele mesmo era o próprio Estado presente. No Espírito Santo, o líder político local, sobretudo na Primeira República, tem origem em oligarquias de base familiar, algumas das quais remontam a antigos barões do Império, como a família Monjardim, em Vitória, e a parentela do barão de Aimorés, no norte do Estado.

Entendemos também que as regiões capixabas apresentam especificidades quanto ao sistema coronelista. No sul do Espírito Santo, de onde surgiu a oligarquia Monteiro, separada, posteriormente, em jeronimistas e bernardinistas, os grupos oligárquicos representavam os anseios dos grandes cafeicultores. Já na região de Vitória, esses grupos estavam voltados aos interesses mercantis-exportadores. O que possibilitou o surgimento do vendeiro como líder político local, além da organização da Associação Comercial de Vitória com influência na política do Estado.

Na segunda seção, analisamos o surgimento das oligarquias, especificamente no norte do Espírito Santo, a partir das primeiras décadas do século XIX, com a delegação de poderes privados a João Felipe Dupin de Almeida Calmon. As famílias que dele se formaram deram

origem a diversos líderes políticos locais, como Alexandre Calmon. Este tornou-se um dos principais personagens da história do norte do Estado, bem como do próprio Espírito Santo, protagonizando, por exemplo, a Revolta de Xandoca, uma das mais representativas em termos de luta por poder político entre as oligarquias capixabas.

Da extensa parentela do barão de Aimorés, destacamos, em especial, seu filho, Eleosipo Rodrigues da Cunha, que dominou a política no município de São Mateus, sobretudo durante a Primeira República. Eleosipo Cunha configura-se num dos coronéis mais representativos do norte do Espírito Santo. Através dele e de seu sócio, Henrique Ayres de Oliveira, destacamos o papel desempenhado pela Junta de Sanções implantada após a Revolução de 1930. Os dois foram condenados em processos movidos por essa Junta. Analisamos ainda a estrutura do poder coronelista com relação à violência, ao clientelismo, bem como ao “compromisso coronelista” e à relevância do voto como fonte de poder dos líderes políticos locais nesse contexto.

Na terceira seção, analisamos o governo de João Punaro Bley, marcado por um rearranjo político entre os dois grupos oligárquicos representantes da elite dominante estadual: um ligado ao setor agrário e o outro aos exportadores de café. Tal rearranjo, resultado de um reformismo autoritário, caracterizou-se como estratégia de conciliação que beneficiou, principalmente, os grupos oligárquicos do Estado, com evidente permanência de relações clientelistas. O que nos levou a considerar João Punaro Bley e Getúlio Vargas, cada um em sua esfera de poder, como “coronéis”, além da existência de um “coronelismo capturado” ou “encabrestado”.

Tal coronelismo, de modo algum, significou ausência de conflitos. De todo modo, no Espírito Santo, a administração Bley contou com representantes de antigas oligarquias, entre os quais se destacaram Carlos Lindenberg e Celso Calmon Nogueira da Gama. Quanto ao norte do Espírito Santo, em especial, o governo de João Punaro Bley foi mais incisivo na região contestada mediante a instalação de destacamentos policiais a fim de garantir o controle do Estado sobre a área, já ameaçada pelo Governo de Minas Gerais.

Na quarta seção, examinamos a centralização política que teve lugar no país, a partir de 1930, marcando o início do processo de integração nacional por meio da “abertura das regiões” e do planejamento regional, levando a um coronelismo modernizado após 1945. Notamos que o norte do Espírito Santo possui especificidades quanto ao “fechamento” e à “abertura” da região, embora não tenhamos dúvidas de que a área se constituía, de fato, numa região dos coronéis, na Primeira República. O que não significa dizer que se tratava de um Estado capturado pelas oligarquias, ainda que não estivesse autonomizado, condição para a qual concorreria ainda o planejamento regional. Este é entendido como um modelo através do qual o país concretizaria seu processo de modernização retardatária.

Já na quinta seção, analisamos o coronelismo modernizado no norte do Estado, tomando como base sua incidência nos municípios. Detectamos a atividade política de antigos coronéis típicos da Primeira República ainda no pós-1945, como Eleosipo Rodrigues da Cunha. Além disso, destacamos, mais detidamente, Carlos Alberto dos Reis Castro como típico líder político local formado, em particular, mediante a posse de fortuna oriunda do comércio e de seu carisma. A análise acerca de Carlos Castro, em que consideramos também seu filho, José Carlos, e seu irmão Alberto Castro, serviu para investigarmos, em especial, a intrínseca relação entre força policial e coronelismo. Ademais, contribuiu para entendermos parte do processo de grilagem de terras na área.

No tocante a essa questão, destacamos Otto de Oliveira Neves, rival político de Eleosipo Cunha, e prefeito de São Mateus por mais de uma década, além de deputado estadual em duas legislaturas consecutivas. Quanto às eleições, notamos a prática da violência, da fraude eleitoral, da coação e da corrupção levada a efeito por líderes políticos locais, bem como por empresas madeireiras como a Cimbarra. Identificamos o surgimento de novas lideranças políticas ligadas diretamente ao contexto de expansão de fronteiras agrícolas no norte do Estado

e à repressão a posseiros locais, com destaque, nesse caso, para Manoel Lapa, em Conceição da Barra.

A repressão aos posseiros ganhou maior evidência na zona contestada, notadamente em Ecoporanga, onde estavam mais bem organizados. Nesse município, a disputa política adquiriu relevo por meio de crimes de mando e da rivalidade entre Tolentino Xavier e João Corsino. Finalizando a seção, abordamos a atividade política do coronel Bimbim na zona contestada e, especialmente, na zona do vale do rio Doce, abrangendo municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde mantinha o domínio político por meio da violência. O coronel Bimbim tornou-se o principal líder de uma organização criminosa que teve fim já na Ditadura Militar.

Na sexta seção, analisamos ainda o coronelismo modernizado, porém com base nos governos de Jones dos Santos Neves, Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar. Trata-se de representantes de antigas oligarquias capixabas que desenvolveram projetos de governo divergentes voltados a atender setores específicos da elite econômica local. Jones dos Santos Neves adotou o planejamento regional como base de governo, levando adiante um plano de valorização econômica para o Estado com realizações nos setores energético, habitacional e educacional, dentre outros, afastando-se dos interesses coronelísticos. Carlos Lindenberg representava as forças agro fundiárias do sul do Estado, em especial, e para Francisco Lacerda de Aguiar, o fundamental era a agropecuária. De todo modo, para os dois últimos, contudo, a industrialização não era totalmente descartada.

A administração desses três governadores nos chamou a atenção quanto à postura do coronel no limiar da modernização. Isto porque ficou claro que havia um conflito entre forças agromercantis e industrializantes que afetava a forma de ser do próprio Estado. De qualquer modo, entendemos que a modernização, por suas características, não lhes deixou outra opção a não ser aderir ao movimento. Também, por isso, podemos dizer que os coronéis desse período compõem um coronelismo modernizado. Notamos que Francisco Lacerda de Aguiar, diferente

do que ocorreu com a maioria dos governadores quando da instituição do Regime Militar, permaneceu no poder, tendo de renunciar depois, levando ao fim do coronelismo no Espírito Santo. Mais do que isso, entendemos que a concretização do projeto político do novo regime voltado, necessariamente, para a modernização do sistema capitalista fez o coronelismo decair de vez no país.

Na sétima e última seção, analisamos as administrações dos governadores biônicos do Estado, tendo como foco o processo de consolidação da modernização retardatária no Espírito Santo. Notamos que Christiano Dias Lopes, o primeiro desses governadores, assumiu o governo ainda num quadro de criminalidade com visível envolvimento de autoridades locais, levando-o a tomar providências no sentido de garantir o monopólio da violência nas mãos do Estado. Além disso, o novo governador fez uma reforma administrativa voltada ao planejamento e à captação de recursos financeiros necessários à modernização da economia capixaba. Percebemos que, naquele contexto, o Poder Público, tanto em âmbito federal como estadual, tinha pressa em criar mecanismos capazes de alavancar o crescimento econômico do Espírito Santo.

Arthur Gerhardt, sucessor de Christiano, marcou sua administração orientando o Estado com vistas à implantação dos chamados Grandes Projetos de Impacto e mobilização do capital, principalmente o estrangeiro, necessário para tanto. A Aracruz Celulose é a maior expressão desses Grandes Projetos no norte do Espírito Santo, onde ocupa imensas áreas com eucalipto, sobretudo em Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, levando à concentração fundiária e à desterritorialização de comunidades originárias e tradicionais. Convém observar também que Elcio Álvares e Eurico Rezende, os dois últimos governadores do Espírito Santo no Regime Militar, não se destacaram à frente do Executivo Estadual como os seus dois antecessores.

3.1 Coronelismo: diferenciações entre o sul e a zona central do Espírito Santo

O coronelismo, de modo algum, pode ser entendido como um fenômeno simples. Sua categorização na literatura especializada, o debate em torno de sua origem, fonte de poder, permanência e/ou declínio, é longo e complexo. Os estudiosos do coronelismo, no entanto, são unânimes em admitir que o ápice ou o período áureo desse fenômeno situa-se entre 1889 e 1930. Trata-se, segundo Victor Nunes Leal (2012), de um sistema político que forma uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis de atuação política, da qual o coronel faz parte como componente intrínseco. Por isso, liga-se aos governadores e ao presidente da República num jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente a partir dos municípios.

Victor Nunes Leal (2012) observa ainda que o coronelismo é uma forma específica de manifestação de poder privado que conseguiu coexistir juntamente com o regime representativo mediante um compromisso. Logo, o coronelismo, segundo ele, é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes políticos locais, com evidente destaque para os senhores de terra. Portanto, não há como compreender o sistema coronelista sem fazer referência à estrutura agrária brasileira que se constitui em base de sustentação das manifestações desse poder.

Para Raymundo Faoro (2001), Eul-Soo Pang (1979) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), dentre outros, a grande propriedade não é suficiente para explicar o coronelismo. O elemento indispensável a tal explicação seria, para os dois primeiros, o Estado patrimonialista brasileiro; para a última, seria, fundamentalmente, o carisma. De todo modo, para cada um deles, é preciso que haja, necessariamente, um sistema eleitoral e troca de favores entre as três esferas do poder (municipal, estadual e federal) associados ao carisma ou ao patrimônio estatal. O que, obviamente, reforça a ideia de compromisso entre o poder público fortalecido e a decadente influência dos líderes políticos locais.

O fenômeno coronelista não é novo no Brasil. A “patente” do coronel, líder político local, tem origem na Guarda Nacional. Com o fim das Companhias de Ordenanças no país, em 1831, o Governo Imperial, durante a regência de Diogo Antônio Feijó, criou, no mesmo ano, a Guarda Nacional. Tratava-se de um órgão militar cuja função, em linhas gerais, era defender a constituição, a liberdade, a independência e a unidade do Império abalados durante o Período Regencial. As patentes da Guarda Nacional eram concedidas aos senhores de terra conforme o poder socioeconômico de cada um. Tratava-se de capitães, majores e tenentes-coronéis. Aos chefes mais ricos e poderosos, concedia-se a patente de coronel. Ao lado desse coronel legalmente constituído, segundo Raymundo Faoro (2001), prosperou o “coronel tradicional”, chefe político e senhor dos meios capazes de sustentar seu estilo de vida e sua posição social.

A história da Guarda Nacional pode ser subdividida em três fases: a primeira estende-se de sua criação em 1831 até 1850, quando passou por reformas. Nessa fase, a Guarda Nacional mobilizou-se intensamente na campanha de pacificação do país. A segunda fase engloba o Segundo Reinado, estendendo-se de 1850 a 1889, e caracterizou-se por um princípio de aristocratização de seus quadros dirigentes, facilitando, com isso, o envolvimento na corrupção eleitoral. A última fase é a republicana, na qual a Guarda Nacional foi absorvida pelo exército, renegada a uma função militar secundária (CASTRO, 1995). É nessa fase, portanto, que ela perdeu seu caráter militar até se tornar uma força meramente honorífica e decorativa, com patentes distribuídas apenas aos correligionários (LEAL, 1997). Isto é, àqueles cujo poder e a tradição já os havia sagrado “coronéis”.

Para Edgar Carone (1978), o coronel, líder político local, configura o próprio poder personalizado em si, já que desempenha diversas funções, além da faculdade de proteger, julgar e tudo resolver no campo de seus domínios. Vejamos:

O coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais, e não ideológicos. É o *chefe do clã*, título que engloba “não só a *família* que lhe segue e obedece as pegadas mais próximas, mas o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro”. Aos agregados, ele dispensa favores: dá-lhe terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em

compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas, ajuda-os a fugir dos compromissos fiscais do Estado. É o *juiz*, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É *comerciante e agricultor*, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência econômica fundamental do município. É *homem de fé* pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É *hospitaleiro* com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos que o procuram (CARONE, 1978, p. 253-254, grifos do autor).

Evidencia-se, portanto, que esse coronel não é mais identificado diretamente com o posto outorgado através da Guarda Nacional. Ademais, convém observar que a extensão e personificação de seu poder, nos moldes apresentados por Edgar Carone, são representativos da Primeira República. Isso porque o fenômeno coronelista envolve características da política municipal que podem variar no tempo e no espaço conforme cada região. No Espírito Santo, por exemplo, embora as oligarquias tivessem em comum a base familiar, as regiões de Vitória, a norte e a sul, devido, principalmente, à diferenciação em termos de formação socioeconômica, apresentaram especificidades relacionadas aos chefes políticos locais ou a seus prepostos, pelo menos, até a Revolução de 1930.

No sul do Estado, a maioria dos coronéis representava os interesses dos grandes proprietários de terras, cuja base econômica era, sobretudo, a produção cafeeira (SILVA, 1995). Durante o Império, destacou-se Joaquim Marcelino da Silva, que recebeu o título de barão de Itapemirim, em dezembro de 1846, e era líder do Partido Liberal. Joaquim Marcelino foi deputado provincial por quatro mandatos, ocupou o cargo de vice-presidente da Província oito vezes, além de ter sido presidente provincial interino em algumas ocasiões. Sua influência política superava os limites do município e da Província, já que possuía prestígio junto ao imperador. Seus principais inimigos políticos em Itapemirim eram o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, líder do Partido Conservador, e o major Caetano Dias da Silva. Esses dois últimos eram cunhados. O major Caetano é aquele da fundação da Colônia de Rio Novo, no sul do Espírito Santo, abordado na Introdução dessa tese. Todos os três foram acusados de

traficarem escravizados no município mesmo após a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu e criminalizou tal prática (MACHADO; MACHADO, 2019).

Convém destacar ainda a figura de outro grande proprietário de terras no sul do Espírito Santo, agraciado com o título de barão. Trata-se do tenente-coronel da Guarda Nacional João Bernardes de Souza, laureado com o título de barão de Guandu, em 25 de setembro de 1889. João Bernardes era natural de Juiz de Fora–MG, tendo chegado ao sul do Espírito Santo, em 1851, fixando-se na localidade conhecida como Estação do Castelo, que na época pertencia ao atual município de Cachoeiro de Itapemirim. O barão de Guandu não ocupou cargos públicos, mas sua influência política não ficou restrita ao âmbito do poder local. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, primeiro presidente do Estado no período republicano, por exemplo, quando em visita a Cachoeiro de Itapemirim, hospedou-se na residência de João Bernardes. Este também possuía laços de parentesco com a família Horta de Araújo (SIMONATO, 2008).

Bernardo Horta de Araújo, a título de exemplo, era neto do barão de Itapemirim. Seu pai, José Feliciano, várias vezes deputado da Assembleia Legislativa Provincial, ocupou também o cargo de deputado geral pela Província. Bernardo Horta de Araújo tornou-se redator-chefe do jornal *O Cachoeirano* e um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Ocupou cargos no governo municipal. Tornou-se vice-governador do Espírito Santo, nomeado pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca, e fez parte ainda de três legislaturas consecutivas como deputado federal (SANTOS, 2012).

Na Primeira República, no entanto, a oligarquia Monteiro era a mais representativa do Estado. Sua origem se deve a Jerônimo de Souza Monteiro, líder das forças agrofundiárias do sul do Espírito Santo, cuja família dominou a vida política partidária estadual. Tal domínio, contudo, sofreu dissensão, separando a oligarquia entre os partidários de Jerônimo Monteiro, os jeronimistas, e os partidários de seu irmão, Bernardino de Souza Monteiro, os bernardinistas. Jerônimo continuou agregando, principalmente, as forças agrofundiárias do sul, e Bernardino,

as forças mercantis exportadoras do sul e da região de Vitória. Bernardino assumiu a liderança do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) e, conseqüentemente, a direção do aparelho regional de Estado, além do processo sucessório capixaba, até 1930 (SILVA, 1995).

Interessante notar que, desde Jerônimo Monteiro (1908–1912) até Florentino Avidos (1924–1928), todos os governadores do Espírito Santo pertenciam ao sul do Estado. Além disso, tanto esses governadores quanto Aristeu Borges de Aguiar (1928–1930), oriundo da região de Vitória, estavam ligados à oligarquia Monteiro. Esta, embora a mais representativa, não era a única no sul do Espírito Santo. Dentre outras, destacamos a oligarquia Vivacqua, formada por grandes proprietários rurais e comerciantes exportadores de café. Manoel Vivacqua, um de seus membros, era deputado estadual no final da década de 1930. Atílio Vivacqua, segundo Hannah A. Alcure Araújo (2024), tornou-se um dos mais destacados políticos capixabas do século XX. Era filho do coronel Antônio Vivacqua. Inicialmente, Atílio compôs o Partido Republicano Espírito-Santense e era bernardinista como seu pai. Um dos municípios capixabas foi batizado com o seu nome.

Já na região de Vitória, os coronéis representavam interesses mercantis-exportadores, base para o surgimento do vendeiro rural, exercendo a ação política típica de coronel, além do tradicional grande proprietário (SILVA, 1995). Entre esses últimos, destacamos a família Monjardim, com presença no Espírito Santo desde os tempos coloniais, mediante o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Seu genro, o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, ocupou a vice-presidência da Província muitas vezes durante o Império. O filho desse último, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, agraciado com o título de barão de Monjardim, em 24 de agosto de 1889, destacou-se ainda durante o Império e na República como deputado provincial e federal. Ocupou a vice-presidência do Espírito Santo várias vezes, tornando-se ainda o primeiro presidente eleito do Estado durante a República. Alguns de seus filhos e netos tornaram-se políticos. Argeu Monjardim ocupou o cargo de vice-

presidente do Estado e Manoel Monjardim chegou a senador e duas vezes deputado federal. Além deles, José Francisco, Américo e Adelpho Monjardim tornaram-se prefeitos de Vitória em duas ocasiões cada um e Carlos Monjardim também ocupou a Prefeitura desse município (MONJARDIM, 2003).

Quanto ao vendeiro, seu poder tinha como base a venda e a função socioeconômica que ambos desempenhavam, sobretudo, na zona de pequenas propriedades ocupada por imigrantes estrangeiros e descendentes. Segundo Cione M. Raasch Manske (2021), a venda, além de casa de comércio onde o colono obtinha o que não produzia no sítio e entregava seu café, era lugar de sociabilidades. Com efeito, um dos poucos onde se podia encontrar medicamentos para cefaleias, vermífugos e problemas de estômago, dentre outros. A venda era lugar de conversas sobre temas ligados ao cotidiano, obtenção de informações variadas. Servia como ponto de auxílio em diversas ocasiões: parto, festas de batizados e/ou casamentos. O vendeiro, além de intermediário comercial, era conselheiro, protetor, padrinho. Tudo isso o colocava em evidência, juntamente com sua venda, tornando-o, inclusive, mais importante do que o pastor local.

O vendeiro também era uma espécie de “banqueiro” que fornecia crédito e administrava receitas. As despesas dos pequenos produtores ficavam assentadas numa caderneta na venda. Ao receber o café, o vendeiro fazia o abatimento daquilo que lhe era devido. Caso houvesse crédito, este ficaria com o vendeiro, que administrava o dinheiro do colono, mas não lhe pagava juros (RÖLKE, 2016). Essa era uma entre outras formas pelas quais o capital comercial se apropriava do excedente produzido pelo trabalho familiar. Assim, o vendeiro desfrutava de verdadeiro monopólio junto à sua clientela, que frequentemente incluía toda uma localidade e, às vezes, municípios inteiros. Essa relação de dependência econômica, social e política transformava o vendeiro num pequeno coronel ou, pelo menos, num cabo eleitoral. Ademais, os comerciantes de maior porte que desempenhavam as funções de vendeiros ou eram seus

intermediários comerciais tornavam-se frequentemente coronéis (SALETTTO, 1996a; 2018), controlando votos, impondo candidatos, dominando a política local.

Dentre os coronéis desse tipo, destacamos o imigrante português Antônio José Duarte, que chegou a Piúma, no sul do Estado, em 1874, deslocando-se posteriormente para Iconha, onde montou a Casa Comercial Duarte e Beiriz, em 1886, em sociedade com José Gonçalves da Costa Beiriz. A Costa e Beiriz comprava terras e as vendia em pequenos lotes aos imigrantes. Vendia ainda gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos, querosene e utensílios, ficando com a produção cafeeira local. Até o início do século XX, a Costa e Beiriz foi considerada uma das maiores casas de comércio do Espírito Santo. Mediante a administração dessa casa comercial, Antônio José Duarte tornou-se coronel da Guarda Nacional, líder oligárquico, delegado de polícia, juiz de paz e esteve várias vezes à frente da governadoria municipal (CAPRINI, 2007). Antônio José Duarte, todavia, não ocupou cargos políticos no Estado, mas dominou a vida política de Iconha até 1920, sendo, inclusive, cotejado pelos governadores (SALETTTO, 2018).

Considerando ainda os interesses mercantis-exportadores na região da capital, convém destacar a Associação Comercial de Vitória, criada em 9 de julho de 1909 (ESPÍRITO SANTO, 1909), por conta, em particular, do relevante papel desempenhado por ela na política capixaba na década de 1920. Essa associação tornou-se um ator decisivo nos episódios da Revolução de 1930, no Espírito Santo (SILVA, 1995; ACHIAMÉ, 2010; SALETTTO, 2018). Seus diretores, embora conservadores, no dia 15 de outubro de 1930, fizeram uma visita ao presidente do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, antialiancista, sugerindo um acordo com os revolucionários. Para Fernando Achiamé (2010), tudo indica que essa visita se tratou mais de um ultimato. Na manhã do dia seguinte, Aristeu Borges de Aguiar abandonou o poder, fugindo com sua família para o Rio de Janeiro.

É óbvio que os membros dessa associação buscavam a estabilidade política, condição fundamental para a territorialização do capital e indispensável para assegurar o devido retorno

dos investimentos financeiros. A década de 1920 proporcionou consideráveis ganhos de capital com a recuperação do preço do café e o acentuado crescimento das exportações do produto, levando também ao desenvolvimento do comércio da capital. O Porto de Vitória já congregava as exportações de café do sul do Estado e havia se tornado um porto eminentemente cafeeiro, embora também exportasse madeira, tornando-se, a partir dessa época, fundamental para a economia espírito-santense. Logo, é possível entender que a Associação Comercial de Vitória, representante da elite econômica do Estado, formada por coronéis, agiria, especialmente em momentos políticos decisivos, como um “grande coronel”, personificando o poder dos associados, cobrando atitudes e favores, lembrando de acordos firmados, impondo decisões.

A nomeação para o cargo de interventor do Espírito Santo, após a Revolução de 1930, é bastante esclarecedora. As oligarquias não chegaram a um acordo quanto ao indicado para assumir a pasta. Por fim, Getúlio Vargas nomeou o capitão do Exército Brasileiro João Punaro Bley, considerado politicamente neutro, que não pertencia ao Estado e havia sido indicado pela Associação Comercial de Vitória. Além disso, João Punaro Bley também pertencia ao grupo tenentista que pressionava por participação no rearranjo político pós-revolucionário, embora não tenha se colocado, pelo menos, não declaradamente, como opção para a Interventoria do Espírito Santo (SILVA, 1995; ACHIAMÉ, 2010). De qualquer forma, ele soube muito bem se posicionar nesse rearranjo político do pós-1930.

3.2 Coronelismo no norte do Espírito Santo: os primeiros coronéis e a Primeira República

Os primeiros coronéis no norte do Espírito Santo surgiram por meio da delegação de poderes privados a personalidades locais com vistas à colonização, inicialmente, no vale do rio Doce, a partir do início do século XIX (MARINATO, 2007). João Felipe Dupin de Almeida Calmon destacou-se como um dos exemplos mais representativos. Chegou a Linhares, em 1809, após convite do governador da Capitania, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, acumulando prestígio social e poder por meio de sua rede de sociabilidades e privilégios garantidos pelo

Estado. Tornou-se proprietário da Fazenda Bom Jardim e possuía força de trabalho escravizada. Sua fazenda, além de centro econômico, funcionava como base de apoio à colonização.

João Felipe Calmon auxiliava aos que procuram se estabelecer no local, facilitando-lhes o transporte, acolhendo-os em sua própria casa, concedendo-lhes víveres. Auxiliava ainda aos comerciantes mineiros com canoas e remadores (SAINT-HILAIRE, 1974). Ele próprio também era comerciante no rio Doce, além de receber da Coroa autorização para explorar madeira na área (MARINATO, 2007). À sua fazenda chegavam rústicas estradas e picadas e, como base de apoio à colonização no vale do rio Doce, tornou-se igualmente ponto estratégico para a defesa contra os Botocudos, mas também de entradas para o combate e para o apossamento de terras indígenas. A Fazenda Bom Jardim tornou-se o *locus* do poder local e João Felipe Calmon, o maior representante desse poder.

Mais fortalecido, aliás, com o posto de tenente, um dos mais altos da hierarquia militar no vale do rio Doce, e que conferiu a João Felipe a condição oficial de supervisor do “Serviço de Civilização dos Índios” e salvaguarda da “Navegação do Rio Doce” (CALMON JÚNIOR, 1975, p. 37). Desse modo, João Felipe tornou-se a principal referência política no vale daquele rio, na primeira metade do século XIX, constituindo-se em base da formação de duas famílias oligárquicas: a Calmon e a Calmon Nogueira da Gama. Tais famílias, embora tivessem atuação mais diretamente ligada aos municípios de Linhares e Colatina, também exerceram influência na política do Estado.

Anselmo Calmon, por exemplo, que assumiu os negócios da família após a morte de seu pai, João Felipe, foi quem providenciou o acolhimento ao imperador Dom Pedro II quando este visitou Linhares no ano de 1860 (ROCHA, 2008). Sua irmã, Henriqueta Calmon, casou-se com Carlos Augusto Nogueira da Gama, dando origem à família Calmon Nogueira da Gama (CALMON JÚNIOR, 1975). O coronel da Guarda Nacional, Augusto Calmon Nogueira da Gama, chefe político de Linhares, que exerceu importantes cargos políticos ainda no império,

sendo também deputado estadual por seis vezes, era filho desse casal (BOU-HABIB FILHO, 2007).

A mudança da sede do município de Linhares para Colatina no ano de 1907, além das construções da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da estação dessa ferrovia, deslocando o eixo de desenvolvimento econômico do vale do rio Doce para Colatina, teve como motivação o autoritarismo de Alexandre Calmon. Este era sobrinho-neto de João Felipe de Almeida Calmon e ocupava a intendência da câmara de Linhares,⁹⁵ em 1906, quando, contrariando lideranças políticas linharenses, inclusive membros de sua própria família,

[...] arrancou, quase à força, todo o arquivo da Prefeitura e Câmara Municipal de Linhares, [levando-o] para a vila, que assim se tornou, de fato, a sede municipal; pela Lei nº 488, de 20 de novembro de 1907, conseguiram os políticos legalidade para a situação, pois ficou oficializada a transferência da sede do município da cidade de Linhares para a vila de Colatina; [...]. No mesmo ano, desde agosto, por autorização da Corte de Justiça do Estado, ficou oficializada também a transferência da sede da Comarca de Linhares para a vila de Colatina (TEIXEIRA, 1974, p. 80).

Convém observar que, nessa ocasião, Alexandre Calmon representava os interesses da empresa Sá & Carvalho, que fornecia víveres e equipamentos para a construção da estrada de ferro e que, ademais, já residia em Colatina por quase três anos (BOU-HABIB FILHO, 2007). Os linharenses não se conformaram com a perda do prestígio político de Linhares, relegado à mera condição de distrito de Colatina. A recondução de Linhares ao *status* de município, em 1943, é resultado da luta política e do prestígio de Celso Calmon Nogueira da Gama, de outros membros dos troncos familiares de João Felipe Calmon, além de importantes componentes da sociedade linharenses. O primeiro prefeito de Linhares, nessa nova fase, nomeado por Jones dos Santos Neves, foi Roberto Calmon, filho do coronel Lastênio Calmon. Linhares também retornou à condição de comarca em 1948 (ZUNTI, 2000).

Alexandre Calmon, conhecido como coronel Xandoca, em 1908, era promotor público nomeado no governo de Jerônimo Monteiro. Em 1912, elegeu-se vice-presidente do Estado na

⁹⁵ Até a Reforma eleitoral, de 30 de outubro de 1915, não existia a figura de prefeito. Os municípios eram administrados por uma câmara, ou intendência. Um de seus membros era escolhido por seus pares para administrar a cidade com mandato de um ano (BOU-HABIB FILHO, 2007).

chapa de Marcondes Alves de Souza, indicado por Jerônimo Monteiro para o suceder no Governo Capixaba. Alexandre Calmon também se tornou pecuarista, em Colatina, onde possuía máquina de beneficiar café e serraria. Além disso, converteu-se num dos protagonistas de uma disputa política que passou para a história do Espírito Santo como a Revolta de Xandoca.⁹⁶

Acontece que, nas eleições de 1916, Alexandre Calmon e José Gomes Pinheiro Júnior, ambos dissidentes do monteirismo, saíram candidatos a vice e a presidente do Estado. Antônio Francisco Atayde e Bernardino de Souza Monteiro eram os candidatos monteiristas aos mesmos cargos. Depois das apurações, a chapa monteirista foi declarada vencedora. A oposição também se declarou eleita. Bernardino assumiu o poder no Palácio Anchieta, em 23 de maio. No dia seguinte, a oposição instalou sua sede do Governo Estadual no município de Colatina. Os deputados antimonteiristas fizeram o mesmo com a Assembleia Legislativa. A resistência desse movimento coube a Alexandre Calmon, daí o porquê ficou conhecido como a Revolta de Xandoca. Durou 33 dias e polarizou todos os municípios do Estado. Há informações de dezenas de mortes nos embates entre jagunços e policiais. Quase 1.000 pessoas foram obrigadas a sair do Espírito Santo. Por fim, o Congresso Nacional anistiou os revoltosos. O Governo do Estado coube mesmo a Bernardino de Souza Monteiro (BOU-HABIB FILHO, 2007).

Com efeito, a Revolta de Xandoca pôs em evidência uma das maiores disputas políticas entre as facções oligárquicas no Espírito Santo. Seu desfecho marcou ainda a consolidação da oligarquia Souza Monteiro, embora saibamos que, posteriormente, essa oligarquia passou por dissensão, separando-se entre bernardinistas e jeronimistas. É óbvio que, além dos preceitos legais relativos à eleição de Bernardino, essa consolidação se efetivou porque boa parte dos coronéis apoiava o governo, o que lhe concedeu estabilidade. A própria anistia aos revoltosos concedida pelo Congresso Nacional também visava tal propósito.

⁹⁶ Acerca dessa Revolta, sugerimos a leitura da dissertação “A Revolta da Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916)” de Namy Chequer, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes no ano de 2007.

O norte do Espírito Santo, assim como as regiões sul e central do Estado, também contou com a influência política de poderosos barões que dominaram municípios inteiros, com prestígio reconhecido, inclusive, pelo imperador. Olindo Gomes dos Santos Paiva, laureado com o título de barão de Timbuí, em 1874, coronel da Guarda Nacional, grande proprietário de terras em Conceição da Barra e de navios que faziam viagens a partir do porto de São Mateus, é um deles. Tornou-se deputado provincial por três mandados. Era do Partido Liberal e aliado de Antônio Rodrigues da Cunha, agraciado com o título de barão de Aimorés, nos últimos meses antes do fim do Império. Solteiro, Olindo Paiva faleceu sem deixar herdeiros oficiais.

De Antônio Rodrigues da Cunha, ao contrário do barão de Timbuí, originou-se extensa parentela que dominou a vida política de São Mateus até meados do século XX.⁹⁷ Dentre seus filhos, destacamos Eleosipo Rodrigues da Cunha, que além de concessionário do Estado, industrial e madeireiro, tornou-se prefeito e presidente da Câmara de Vereadores de São Mateus em diversas ocasiões, durante a Primeira República. Eleosipo Cunha caracteriza-se como um típico coronel desse período, envolvendo-se em querelas locais por terra, além da manutenção do poder político, em que notamos a utilização de práticas clientelistas, autoritárias e outras próprias do sistema de reciprocidade, como a nomeação de apaniguados para cargos públicos.

Em 1929, Eleosipo Cunha ocupava a presidência da Câmara de Vereadores de São Mateus e Aldemar de Oliveira Neves, a prefeitura. Os dois eram opositores políticos e Aldemar buscava anular leis aprovadas pela Câmara quando Henrique Ayres, sócio de Eleosipo na empresa Cunha, Ayres & Cia. era prefeito do município, tendo o próprio Eleosipo como presidente da Câmara também naquela ocasião. A questão dizia respeito ao pagamento de

⁹⁷ Essa parentela, com efeito, formou-se da união entre o comendador Antônio Rodrigues da Cunha e Rita Maria Rodrigues da Cunha, que juntos tiveram 12 filhos e 59 netos. Todos, praticamente, casaram-se com membros de famílias com alguma ascendência econômica no século XX. Entre os filhos do casal, destacam-se o barão de Aimorés, o comendador Reginaldo Gomes da Cunha, o coronel Matheus Gomes da Cunha, além de Constança Gomes da Cunha. Esta casou-se com o médico Graciano dos Santos Neves, mãe do governador Graciano dos Santos Neves Filho e tia-avó do também governador, Jones dos Santos Neves. Dos filhos do barão de Aimorés, além de Eleosipo, destaca-se também Antônio Rodrigues da Cunha Júnior (RUSSO, 2013).

impostos ao município. Em 7 de outubro de 1929, Eleosipo Cunha assumiu arbitrariamente a prefeitura e arrombou o cofre da sede em busca de documentação relativa ao recolhimento de impostos. O fato foi denunciado por seu irmão, Wantuil Cunha, além do prefeito Aldemar de Oliveira Neves, que pediu intervenção do Governo Estadual. O presidente do Estado, na época, era Aristeu Borges de Aguiar, já às voltas com a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder.

Eleosipo Cunha enviou uma carta, com data de 14 de outubro de 1929, ao presidente do Estado, prestando contas sobre a fidelidade de votos, a repressão a opositores, os “liberais”, além do que teria ocorrido na prefeitura. Segundo ele, o arrombamento do cofre se fez na presença de peritos, escrivão e testemunhas, sendo necessário para que pudesse ter acesso a documentos relativos ao pagamento de impostos. Em 16 de junho de 1931, o jornal Diário da Manhã (ES) publicou a referida carta, da qual reproduzimos alguns trechos. Vejamos:

[...] aqui torna-se *myster* UM POUCO DE *DEPLOMACIA* ACOMPANHADO TAMBÉM DE UM POUCO DE PRESSÃO, e assim agindo-se com facilidade ficará *extincto* os *taes LIBERAES*. [...], se o *presado* amigo quiser REDUZIR TUDO ISTO A EXPRESSÃO MAIS SIMPLES BASTA UM GESTO DE ENERGIA. O Ely Cardoso tem um irmão que é empregado da Estrada de Ferro por nome Nestor Cardoso, o *Antonio Andrade Junior* tem *tambem* um filho empregado na mesma Estrada de nome Thor Andrade, PARA *ACOVARDAL-OS* SERIA BOM UM GESTO CONTRA ESTES.

Faço-lhe ver este meu gesto, adiantando ainda o *esplendido* resultado, pois foi apreciado nem só pelos meus amigos como inimigos, na certeza de que nestes poucos dias tem reinado a maior harmonia em São *Matheus*, mesmo os *taes liberaes* estão em completo *desanimo*, estou certo se o amigo ME APOIASSE com algumas nomeações, de *logares* vagos que temos na *policia*, isso serenaria por uma vez, não lhe dando mais trabalho e sem ser preciso EU FAZER NENHUMA ARBITRARIEDADE (UM PADRÃO, 1931, p. 1, grifos do autor).

Quanto aos “liberais”, o coronel Eleosipo sugeria a truculência e a ameaça. A estrada de ferro a que se referiu era a Estrada de Ferro São Mateus, de propriedade do Estado. Quanto à tomada da prefeitura, assegurava que havia levado paz ao município, mas pedia cargos na polícia. Diante daquela situação, as nomeações beneficiariam o coronel Eleosipo duplamente: nomearia gente sua, quem sabe jagunços, provavelmente, já que se tratava de cargos na polícia, e confirmaria, mais uma vez, seu poder de mando local. Segundo Victor Nunes Leal (2012), é no sistema de reciprocidade que o chefe político local se constitui em suporte da situação política em âmbito estadual e esta, transforma-se em base do Governo Federal. Este sistema,

particularmente, no contexto de relações entre o município e o Estado, é a garantia do bem e do mal que os líderes políticos locais estavam em condições de fazer aos seus jurisdicionados.

Em São Mateus, Aldemar de Oliveira Neves seguiu com seu mandato na prefeitura até o início de novembro de 1930 (NARDOTO, 2016), quando foi deposto pela Junta Governativa, encarregada de administrar o Estado durante a Revolução de 1930 (ACHIAMÉ, 2010). Eleosipo Cunha, no ano seguinte, respondeu a julgamento na Junta de Sanções. Tratava-se de um tribunal da Justiça Revolucionária criado no país após a Revolução de 1930. Segundo Themístocles Brandão Cavalcanti (1978), visava-se apurar as irregularidades administrativas, bem como os responsáveis por atos contrários à vida constitucional praticados durante o regime anterior.

No Espírito Santo, a Junta de Sanções se constituía de um Conselho Julgador formado por João Punaro Bley, como presidente, e por mais outros dois membros, além de um Ministério Especial composto por um procurador. Essa Junta julgou e condenou Eleosipo Rodrigues da Cunha. Segundo o Diário da Manhã (ES) (1931), sua pena compunha-se da perda dos direitos políticos por sete anos e da obrigatoriedade de ressarcir os cofres públicos com 13:863\$900 (treze contos, oitocentos e sessenta e três mil e novecentos réis) relativos às despesas irregulares pagas com recursos públicos na época em que ocupou a prefeitura. Dias antes, seu sócio na Cunha, Ayres & Cia. e ex-prefeito de São Mateus, Henrique Ayres de Oliveira, recebeu pena idêntica à de Eleosipo pelo cometimento dos mesmos crimes. Apenas o valor a ser ressarcido era diferente, mas quase o mesmo.

O trabalho da Junta de Sanções, contudo, não pode de modo algum ser comparado com uma espécie de “caça às bruxas” como pode parecer em primeiro momento: a “justiça” acoçando os coronéis em seus próprios redutos. Ex-prefeitos e ex-presidentes de Câmaras de Vereadores de diversos municípios do Estado foram processados e condenados por ela, muitos também foram absolvidos. O efeito da Justiça Revolucionária representado por essa Junta foi, sobretudo, moral e constitui documentação inestimável sobre fatos anteriores a 1930. A Junta

de Sanções pautava-se pelo espírito liberal que norteou a Revolução. Aos acusados, garantia-se a ampla defesa e o contraditório, base das Constituições brasileiras desde 1824. O debate, durante o julgamento de Eleosipo Cunha, entre Afílio Vivacqua, seu advogado, e o procurador especial da Junta de Sanções que, segundo o Diário da Manhã (ES) (1931), empolgou a plateia que afluiu para assistir ao julgamento, é prova disso.

Os pagamentos realizados com recursos da prefeitura que levaram à condenação de Henrique Ayres de Oliveira e Eleosipo Cunha cobriram despesas com serviços de obra para o município, com fornecedores e até com empresas ligadas ao próprio prefeito ou a familiares. Havia também despesas com trabalhos domésticos, caixas de charutos, de vinho e de cerveja; aguardente, fogos de artifício, perus, galos e galinhas. Além de esteiras, alimentação, chapéus e calçados, terno e gravata, dentre outros, fornecidos a eleitores. Os pagamentos, muitas vezes, eram autorizados por meio de bilhetes escritos em papel de rascunho ou nas costas de folhetos de propaganda eleitoral.

Moacir de Freitas (2021) destaca alguns fatos da vida política em Colatina em que notamos o uso da violência como prática política e medida utilizada para garantir a eleição de determinados candidatos. Notamos igualmente a adoção do clientelismo com vistas a cooptar eleitores, inclusive com a promessa de doação de terrenos para formação de pequenas roças, por exemplo. Além disso, notamos o emprego de subterfúgios semelhantes àqueles observados nas eleições em São Mateus. Vejamos:

A disputa política era a lei do mais forte, entende? A lei do perigoso, não é? Digamos assim. [...]. Fazia troca de favores. O cara para votar, no início, na época do meu pai, por exemplo, só ia votar de terno, mas ninguém comprava, quem dava era o político. Dava o terno e gravata. Aquele voto era comprado e era garantido porque o cara tinha palavra, compromisso moral, falava: eu vou votar com você. E votava, mesmo (FREITAS, 2021).

Percebemos que o recurso à violência, ao autoritarismo, bem como ao clientelismo nas disputas políticas locais, não eram restritas ao município de São Mateus nem praticados apenas por Eleosipo Rodrigues da Cunha e Henrique Ayres de Oliveira, tampouco eram exclusividades

do Espírito Santo. Tratava-se de vícios sociopolíticos e administrativos que há décadas existiam no Brasil. A desorganização dos serviços públicos locais, por exemplo, observa Victor Nunes Leal (2012), é uma característica secundária do sistema coronelista, assim como também é o falseamento do voto.

O jornal Diário da Manhã (ES), em 5 de julho de 1931, poucos dias após a condenação de Eleosipo Cunha pela Junta de Sanções, expunha de forma irônica como se dava o direito ao voto no sistema coronelista. Vejamos:

O sr. ex-coronel Eleosippo Cunha, no seu casangue epistolar, soube dar provas inconfundíveis de que foi um político de raça, de *accôrdo* com *aquelles* saudosos tempos em que o direito de voto era a coisa mais sagrada deste mundo, uma vez que o eleitor votasse com o governo e não quisesse levar no lombo uma dose de chanfalhadas *policiaes*, ou a gurungumba dos jagunços a soldo honesto dos régulos *municipaes* (AOS DOMINGOS, 1931, p. 1).

Percebemos, portanto, que o coronelismo como prática política do regime democrático representativo configura-se como uma representação que não representa, pelo menos, àqueles alijados do poder (SILVA, 1995), embora houvesse, obviamente, o recurso ao sistema eleitoral e ao eleitorado em virtude da importância do voto como fonte de poder do chefe político local. A propósito, como entende boa parte dos estudiosos do coronelismo. Ibarê Dantas (2019), todavia, é uma exceção. Segundo ele, o poder e o prestígio de um líder político local não diziam respeito ao número de votantes, mas à capacidade de controlar e impor a coerção, alcançada por meio das milícias particulares. Portanto, o controle do eleitorado, para ele, foi, no máximo, consequência dessa capacidade.

A carta de Eleosipo Cunha enviada a Aristeu Borges de Aguiar, em especial, é bastante elucidativa quanto a essa questão. Com efeito, aquele coronel destacava o uso da coerção para silenciar opositores, mas, ao esclarecer um equívoco com relação a um membro de sua família, deixava claro a quantidade de eleitores de que dispunha, naquele caso, em particular, dando a entender que se tratava de votos garantidos. Ademais, fica evidente que Eleosipo Cunha estava

prestando contas ao presidente do Estado, reforçando o entendimento no sentido de que havia um compromisso entre eles. Vejamos o que disse.

Peço licença para *communicar* ao presado amigo a situação aqui. [...]. Quando *ahi* estive garanti-lhe que a minha cunhada D. Chiquinha não estava com os *liberaes*, [...], *ella* dispõe de uns 50 eleitores, [...], os outros [os *liberaes*] só *tem* os *proprios* votos, [...] (UM PADRÃO, 1931, p. 1).

Logo, diante de tal compromisso, fica difícil compreender que o voto não constituía fonte de poder do chefe político local. Do mesmo modo, não nos parece razoável aceitar que apenas a capacidade de controlar e impor a coerção fosse suficiente para garantir o poder do coronel nessa época em que o clientelismo era um dos meios através dos quais se buscava garantir o voto do eleitorado. Aliás, é de se entender que o eleitor votasse naquele que tudo fazia para que ele pudesse votar, dando-lhe para isso, o terno, o sapato, a gravata, o transporte, a alimentação. É de se entender, ademais, que o trabalhador rural, em condição de miséria, garantisse seu voto àquele que lhe servia de fiador, comprava sua produção, prestava-lhe auxílio em momentos difíceis, dava-lhe trabalho e moradia (comum, especialmente nas grandes propriedades) e, em muitos casos, era até seu compadre.

Nesse contexto, não há como estranhar os votos de cabresto, bem como a formação de currais eleitorais. A base política do coronelismo era o domínio dos governadores sobre o voto estabelecido através dos chefes políticos locais, os coronéis dos municípios, caracterizando a ‘política dos coronéis’ ou o “compromisso coronelista”,⁹⁸ constituindo-se no elo primário da ‘política dos governadores’. Isto é, do compromisso entre os governadores e o presidente da República, garantindo a eleição desse último e a composição das Câmaras Federais (LEAL, 2012, p. 226–227). A revolução de 1930 visava derrubar esse sistema. Na prática, no entanto,

⁹⁸ Vale observar que Paul Cammack (1979) refuta totalmente a ideia de um “compromisso coronelista”. Para ele, tal compromisso, da forma como Victor Nunes Leal o elaborou, é fictício. Logo, deve ser relegado ao campo do mito. Paul Cammack centra sua análise na representação de interesses das classes dominantes, o que o leva a acreditar que os coronéis, da forma como o apresentam Victor Nunes Leal, seriam desprovidos de interesses socioeconômicos. Além disso, segundo ele, o Governo Estadual detinha o controle do processo eleitoral, o que torna ilógico acreditar que tal Governo precisava das oligarquias municipais para conseguir a maioria nas eleições e, assim, se manter no poder. É possível admitir certo exagero no valor do voto na Primeira República. A análise de Paul Cammack, todavia, é um equívoco que anula o clientelismo como base do sistema coronelista. Algo que, definitivamente, não comungamos.

não significou a destruição do controle coronelista, embora tenha marcado o início do processo de autonomização do Estado por via dos mecanismos de centralização política.

3.3 A interventoria Bley e o “coronelismo capturado”

Com a nomeação de João Punaro Bley para interventor no Estado, após a Revolução de 1930, houve um rearranjo político entre os dois grupos oligárquicos que representavam a elite dominante no Espírito Santo: um, ligado ao setor agrário e, outro, aos exportadores de café, com predomínio deste último como, a propósito, já se dava na Primeira República. Tal rearranjo resultou, segundo Fernando Achiamé (2010), do reformismo autoritário, versão regional do projeto centralizador e reformista do Governo Central, com vistas ao saneamento financeiro do Estado e à centralização político-administrativa. Esse reformismo caracterizou-se, na prática, como estratégia de conciliação na qual os grupos oligárquicos foram os principais beneficiários. Mesmo porque, nesse contexto, João Punaro Bley se encontrava duplamente comprometido: com o Executivo Federal que lhe dava suporte político e com as oligarquias que o apoiavam.

É esse, portanto, o quadro político e institucional capixaba da década de 1930 (SILVA, 1995), marcado por continuidades e descontinuidades com relação ao sistema coronelista. José de Souza Martins (1999) observa que, mesmo recorrendo a militares para ocupar o lugar dos antigos chefes políticos regionais, as oligarquias mantiveram suas relações clientelistas, prestando obediência, no entanto, aos novos donos do poder, os militares e burocratas do Estado centralizado. O que indica que, ao fim, recorreu ao mesmo sistema de compromissos com lideranças políticas locais que sempre serviu de base ao coronelismo.

Nesse contexto, é difícil não considerar João Punaro Bley como um coronel acima dos demais coronéis no Estado, ou pelo menos, um novo tipo de coronel (VASCONCELLOS, 1995). Cabe destacar que Punaro Bley se manteve no controle do aparelho regional capixaba até 1943. Em 1935, houve eleições indiretas para os governos dos Estados. Nessa ocasião, ele conseguiu se eleger, após indicação de Carlos Lindenberg, herdeiro da oligarquia jeronimista.

Com a implantação do Estado Novo, a partir de 1937, novamente ele surgiu como opção viável, permanecendo no governo como interventor (SILVA, 1995; ACHIAMÉ, 2010). Em ambas as situações, as divergências intra-oligárquicas não deixaram outra alternativa senão continuar com João Punaro Bley no poder. Outra vez, o rearranjo político entre o Governo e as oligarquias não sofreu mudanças significativas, reforçando, com isso, a ideia segundo a qual João Punaro Bley sagrou-se, de fato, “coronel acima dos coronéis” no Espírito Santo.

Seguindo o mesmo raciocínio, diríamos, então, que Getúlio Vargas tornou-se o maior de todos os coronéis, um grande “coronel nacional”. A estrutura de sustentação do seu governo, concluído no início dos anos 1940, compunha-se de um amplo acordo com as oligarquias da Primeira República. A política de manutenção dos preços internacionais do café, e aquela conduzida internamente pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), destinava-se a tais oligarquias. Ademais, a manutenção da estrutura latifundiária no país também fez parte desse acordo. As conquistas dos trabalhadores urbanos, além disso, não foram, de modo algum, estendidas ao campo (VASCONCELLOS, 1995).

Mesmo a estrutura técnica de decisões burocráticas centralizada no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938, e seus congêneres, os “daspinhos” nos Estados, tiveram que conviver com a lógica do poder coronelista (SOUZA, 1990, p. 86 e 96). Mas, trata-se, com efeito, de um “coronelismo capturado” ou “encabrestado”, fazendo alusão, nesse caso, ao rompimento com o “compromisso coronelista” da Primeira República, cuja unidade era o “voto de cabresto”. Não nos abstraímos da periodização ou fases da Era Vargas, entendemos, contudo, que, grosso modo, o “coronelismo capturado” constituía-se numa de suas realidades, ainda mais, durante o Estado Novo. Trata-se de uma época marcada por intensas transformações, sobretudo no campo político, tanto em âmbito nacional como regional. O rearranjo político, que, por si, já pressupõe adequação e convivência, além da

permanência do coronelismo, este, “capturado” ou “encabrestado”, não significa, de modo algum, ausência de conflitos.

Em âmbito federal, Getúlio Vargas tomou medidas para evitar o “encastelamento” dos novos grupos dirigentes. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, chegou a institucionalizar um “rodízio” de interventores (SOUZA, 1990). No Espírito Santo, ainda em 1935, João Punaro Bley, contando com maioria na Assembleia Legislativa, rompeu politicamente com Jerônimo Monteiro Filho, exonerando as pessoas indicadas pelo grupo jeronimista. Tal rompimento, contudo, não abalou a estrutura oligárquica de sustentação do governo (ACHIAMÉ, 2010). Carlos Lindenberg, primo de Jerônimo Monteiro Filho, deixou o mandato de deputado federal para fazer parte do governo Bley, como secretário da Agricultura, Terras e Obras, respondendo também pela Secretaria da Fazenda durante algum tempo. Carlos Lindenberg permaneceu na condição de secretário de Estado do governo Bley até 1939 (ALMEIDA, 2010).

A estrutura de governo de João Punaro Bley contou com Celso Calmon Nogueira da Gama, como um dos maiores representantes das oligarquias do norte do Estado. Celso Calmon ocupou a pasta da Secretaria do Interior e Justiça. Seu prestígio o levou a substituir João Punaro Bley interinamente, à frente do governo, em 11 ocasiões (ZUNTI, 2000). Essa, no entanto, não é a única referência que podemos estabelecer entre João Punaro Bley e o norte do Espírito Santo. Com efeito, o Código Florestal de 23 de janeiro de 1934, o primeiro do país, levou o interventor estadual, em meio aos debates sobre a preservação das matas do Estado, a criar duas reservas florestais no norte do Espírito Santo em 1941. Cabe observar, todavia, que essas reservas florestais foram criadas apenas “no papel”, sem qualquer resultado prático em termos de preservação da Mata Atlântica local naquele momento (SANTOS, 2016).

Convém salientar que a fronteira agrícola do vale do rio Doce estava em plena expansão no início dos anos 1940. O Estado ainda mantinha contrato para exploração de madeira com a Cimbarra, por exemplo. Desde o início de sua primeira interventoria, João Punaro Bley teve

que lidar com as concessões em vigor cedidas no norte do Espírito Santo durante os governos anteriores, e que, obviamente, possuíam implicações econômicas e políticas. Além disso, o Governo não dispunha de estrutura que lhe permitisse demarcar reservas florestais. Grande era a falta de agrimensores para a medição de terras. Na verdade, o norte do Espírito Santo ainda, no início dos anos 1940, não era conhecido com minúcias, o que impossibilitava demarcações exatas. Ademais, havia a questão litigiosa entre Minas e Espírito Santo, de modo que as divisas entre os dois Estados até então não haviam sido definidas. Logo, somos levados a entender que a criação dessas duas reservas florestais se constituiu, de fato, em algo feito “para inglês ver”.

A interventoria de João Punaro Bley, entretanto, foi mais efetiva nessa zona contestada, particularmente mediante a instalação de destacamentos da Polícia Militar do Espírito Santo e a criação do distrito de Barra de São Francisco, em 1935.⁹⁹ Tais medidas visavam garantir a presença e o direito do Governo Estadual na área. Nesse ano, o distrito recém-criado já recebeu seu primeiro destacamento policial. Os demais surgiram a partir de 1937, quando a Polícia Militar mineira começou suas incursões no local. O destacamento de Vargem Grande foi instalado nesse mesmo ano; os de Gabriel Emílio e de Mantena, em 1938, e os de Floresta e de Central, em 1939 (MORAES, 1939).

Ainda com relação ao norte do Espírito Santo, convém salientar que o governo de João Punaro Bley também contou com Jones dos Santos Neves como representante das oligarquias locais, especialmente de São Mateus, onde Jones nasceu. Sua participação no governo Bley se deu mediante o Conselho Consultivo do Espírito Santo¹⁰⁰ de que fez parte. Jones dos Santos Neves foi o escolhido por Getúlio Vargas para assumir a interventoria, em 1943 (SILVA, 1995), em decorrência de fissuras entre as oligarquias, levando Getúlio Vargas a fazer novo rearranjo

⁹⁹ De fato, a criação do distrito de Barra de São Francisco se deu em 1935. O povoado que lhe deu origem, no entanto, chamava-se São Sebastião e foi criado em 1928, por ato do tenente da Polícia Militar do Espírito Santo Arthur Mello (MORAES, 1954).

¹⁰⁰ Esse Conselho foi criado para cumprir funções desempenhadas pela Assembleia Legislativa depois de seu fechamento com o Governo Provisório, em 1930, e com o Estado Novo, em 1937 (SILVA, 1995).

político. A João Punaro Bley coube o cargo de diretor comercial da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce. Assim, terminava a interventoria Bley no Espírito Santo.

3.4 O norte do Espírito Santo: planejamento regional e coronelismo modernizado

O rearranjo político característico da Era Vargas, embora marcado pelo “coronelismo capturado”, centralizou poder nas mãos do Estado, tornando-o núcleo organizador da sociedade enquanto se autonomizava do capital representado pelas oligarquias regionais. São elas que, segundo Francisco de Oliveira (1985), fusionam o econômico e o político na região de modo a “fechá-la” por meio da reprodução de relações de produção e assim, obstaculizam e bloqueiam a entrada de outras formas de geração do valor, bem como de outros meios de relações de produção. O que transformou o Brasil num país cuja marca fundamental era a existência de regiões econômicas independentes dominadas pelas oligarquias regionais. Com a centralização política, a partir de 1930, começou o processo de integração nacional por meio da “abertura das regiões” e do planejamento regional, impondo, portanto, um novo padrão de acumulação.

O “fechamento da região” nessa perspectiva resulta de um processo histórico, mas não é possível entendê-lo sem o considerar também como um objetivo lógico perseguido pelas oligarquias regionais, embora não formulado por elas, necessariamente, nos mesmos termos propostos por Francisco de Oliveira. Significa dizer que não necessariamente todas as oligarquias regionais conseguiram atingir, sob marcadores cronológicos idênticos, tal objetivo, qual seja, o controle da região, mantendo, ao mesmo tempo, relativamente estáticas as relações de produção (MARTINI, 2023). Nesse sentido, tanto o “fechamento” quanto a “abertura” da região norte do Espírito Santo são especificidades que fogem ao modelo clássico proposto por Francisco de Oliveira (1985) e enquadram-se no contexto da exploração aurífera na região das Minas Gerais. Esta, transformada em zona de interesse imediato e de administração exclusiva da Coroa Portuguesa, provocou transformações diretas na Capitania Capixaba.

Descoberto ouro no final do século XVII, o Espírito Santo ficou relegado à condição de zona estratégica para impedir o descaminho do metal precioso e as invasões estrangeiras à região das minas. Maria do Carmo de Oliveira Russo (2013) observa que a Coroa fechou a entrada do rio São Mateus desde o início do século XVIII, evitando o trânsito de colonos para o interior. Proibindo ainda aos mineiros descerem até o mar pelas vias fluviais. A criação da vila de São Mateus, em 1764, também teve como objetivo evitar o acesso às Minas Gerais. A rota do rio Doce, da mesma forma, foi rigorosamente controlada à circulação de pessoas. Além disso, os decretos que proibiam a abertura de caminhos para as Minas Gerais eram reeditados com frequência. A partir de então, a zona interior do norte do Espírito Santo passou a figurar nos documentos oficiais como “áreas proibidas”.

A efetiva “abertura” do norte do Estado se deu oficialmente com Antônio Pires da Silva Pontes, em 1800, no cenário de esgotamento das minas no qual a Coroa Portuguesa buscava revitalizar sua economia, contando com o Brasil como pilar estratégico. É com Silva Pontes que, pela primeira vez, delimita-se geograficamente a divisa entre as Capitânicas do Espírito Santo e Minas Gerais. Silva Pontes abriu o rio Doce à navegação a fim de interligar comercialmente as duas Capitânicas. Os primeiros quartéis do vale do rio Doce e a primeira organização militar, o Corpo de Pedestres, a atuar na área, foram criados por ele. É, efetivamente, com Silva Pontes que o norte do Estado, a partir do vale do rio Doce, transformou-se em zona de fronteira aberta à colonização.

Não há dúvidas de que o norte do Espírito Santo, sobretudo na Primeira República, caracteriza-se por uma região dos coronéis. Mas é a condição de “região fechada”, inicialmente e, depois, de “região aberta” pelo Poder estatal, personificado pela Coroa portuguesa e ratificada no Império e na República, que lhe garante excepcionalidade. Tanto o “fechamento” quanto a “abertura” do norte do Estado, nesse caso, não têm a ver com o poder de garantir ou não relações de produção estáveis, tampouco se relacionam com a existência local de uma superpopulação

relativa.¹⁰¹ É preciso não perder de vista que as oligarquias do norte do Espírito Santo, tanto quanto as novas relações de produção, estas, obviamente, após o sistema escravista, formavam-se simultaneamente à própria colonização da região, levada a efeito pelo Estado. Nesse contexto, tais oligarquias se constituíam em parte imanente do processo ao mesmo tempo, em que representavam o Estado. Com efeito, mais do que isso, elas eram o próprio Estado presente.

Lembramos das famílias formadas a partir de João Felipe Calmon, desde as primeiras décadas do século XIX, e da extensa parentela do barão de Aimorés, a partir de meados desse século, além daqueles coronéis, sem tradição familiar, que se constituíram como tal ao longo da Primeira República. Ainda, nessa época, o norte do Estado estava praticamente todo coberto pela Mata Atlântica. Nesse contexto, não notamos um Estado capturado pelas oligarquias, ao contrário, havia um Estado forte, embora não autonomizado, e dinâmico, junto ao qual elas se achegavam, incorporando-se ao projeto de integração regional, por ele desenvolvido, como condição de existência.

Tal projeto contava fundamentalmente com a colonização do norte do Estado e sua concomitante integração, inicialmente com Minas Gerais e com a região de Vitória. Dele, a exploração madeireira assumiu posição central, nas primeiras décadas do século XX, como estratégia política por meio do mecanismo das concessões cedidas a muitos coronéis locais. Também, nesse caso, a força do Estado se fez reconhecer. Líderes políticos locais, alguns das antigas oligarquias, obtiveram concessões no norte do Estado sob regime jurídico com direitos e deveres estabelecidos iguais a quaisquer pessoas. Tanto antes quanto depois da Revolução de 1930, o Governo do Estado encampou concessões diante da inexecução contratual. De todo

¹⁰¹ Cabe observar que, para Francisco de Oliveira (1985), o “fechamento” de uma região somente ocorre quando suas oligarquias conseguem reproduzir as relações de produção. Já a “abertura” da região e a consequente “integração” nacional acontecem quando tal relação social não pode mais ser produzida, levando à perda de hegemonia por parte das oligarquias e sua consequente substituição por outros grupos de caráter nacional e internacional. Para Carlos de Almeida Toledo (2008), a diferença reside no fato de que o “fechamento” de uma região é condição da reprodução do capital num contexto de ausência de superpopulação relativa. Logo, não se traduz em atraso da mentalidade de suas oligarquias.

modo, a “abertura” do norte do Espírito Santo antes dessa revolução não lhe garantiu, de imediato, a almejada integração regional, tampouco há que se falar em integração nacional.

Para tanto, além da centralização política, a partir dos anos 1930, e da “abertura” das regiões, a integração nacional completar-se-ia com o planejamento regional que se constituiu, nesse contexto, em mecanismo adverso ao coronelismo. Para Francisco de Oliveira (1985, p. 23), o planejamento regional é um marco de um sistema capitalista de produção, não é ‘neutro’ nem ‘revolucionário’. É, segundo Erick Kluck (2016, p. 188), um “modelo estatal de modernização” cuja origem situa-se na constatação da existência de regiões como problema nacional e do planejamento como sua solução. O cerne do planejamento regional, observa Peter Hall (2007), é, portanto, a resolução de problemas por meio de uma instituição controlada pelo Estado centralizado em cada região para intervir nas áreas a fim de alcançar o “equilíbrio regional”.

O que remete à noção de “região planejada” determinada pelo Estado como uma dimensão do espaço econômico, conformando e transformando a territorialização do capital na passagem de um momento regional para um momento do Estado Nacional (OLIVEIRA, 1985; TOLEDO, 2008; BOECHAT, 2009; 2013; LEITE, 2010; 2015). Essa forma de planejamento originou-se do modelo estatal de modernização que, nos anos 1930, fez parte da agenda política do New Deal do governo de Franklin Delano Roosevelt. A noção de “região planejada” internacionalizou-se, nos anos 1940, através das missões de “cooperação” técnica, científica e política,¹⁰² promovidas pelos Estados Unidos e por órgãos voltados ao desenvolvimento internacional, dentre os quais a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto, o

¹⁰² Trata-se da Missão Cooke, liderada por Morris Llewellyn Cooke, que esteve no Brasil, em 1941, para assessorar o governo Vargas nos estudos voltados à industrialização, além da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, que trouxe planejadores norte-americanos ao Brasil, em 1948, sob a chefia de John Abbink. Mais tarde, em 1951, estudos dessas Missões serviram para formar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). É a partir dessa Comissão que se dá a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952 (CHIQUITO, 2015).

planejamento regional foi considerado “quase uma fórmula mágica para a superação do ‘atraso’ de determinadas regiões” (CHIQUITO, 2015, p. 44).

O período de internacionalização do planejamento regional coincidiu com o diagnóstico acerca da economia dos países latino-americanos realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada, em 1948, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Esse diagnóstico, baseado nos conceitos de “centro” e “periferia”, segundo Clélio Diniz (2001), identificou uma relação prejudicial aos “países periféricos” nas relações de troca com os “países de centro”, já que esses últimos exportavam bens industrializados ao passo que os primeiros exportavam bens primários. Ocorre que os preços desses bens não se elevavam nem com o aumento da demanda devido ao excesso de fatores de produção (terra e trabalho), além disso, quando a demanda baixava, os preços desses bens também baixavam.

Para o pensamento cepalino, a indústria representava o que havia de mais moderno em termos de forças produtivas. A modernização, nesse caso, tinha um programa específico a ser adotado: o da substituição de importações de produtos manufaturados mediante a internalização da indústria no Brasil (FURTADO, 1987). O que, na ausência de recursos econômicos por parte dos grupos dominantes, dar-se-ia por meio do Estado, utilizando, para isso, o planejamento regional (DINIZ, 2001). À industrialização, associava-se também o processo de urbanização, contexto da modernização retardatária brasileira iniciada a partir de 1930.

A caracterização da modernização retardatária, segundo Robert Kurz (2004), surge da problematização entre aquilo que se considera “atrasado” em relação à “modernidade”. Essa última é vista positivamente. O que leva, portanto, a uma dicotomização entre o “novo” e o “tradicional”. Assim, países periféricos como o Brasil são vistos como atrasados, justamente pela falta de modernização. Robert Kurz observa que a modernização retardatária desses países é uma forma particular e concreta de modernização, sobretudo quando comparada com o padrão de reprodução das relações sociais de produção do capitalismo industrial inglês. Logo, a

modernização retardatária representa uma relação de não simultaneidade que coloca para o Terceiro Mundo a premente necessidade de um esforço acelerado de modernização das relações sociais de produção. Tal esforço teria como propósito a recuperação desses países em relação àqueles já modernizados, alcançando, obviamente, seus níveis de produtividade num espaço temporal menor.

Nesse contexto, o planejamento regional se constituiu, portanto, num modelo através do qual o Brasil concretizaria seu processo de modernização retardatária mediante um coronelismo modernizado. O conhecimento técnico se constitui em um de seus principais recursos, que, aliás, coaduna-se com o planejamento regional. Nesse tipo de coronelismo, entretanto, ainda se verificam permanências da antiga ordem pré-1930, entre as quais se destaca o uso da violência econômica e extraeconômica e a confusão entre o público e o privado.

3.5 O coronelismo modernizado no norte do Espírito Santo: contexto de antigas permanências

O surgimento de um novo tipo de coronelismo diferente, sobretudo, daquele do Brasil da Primeira República, tem como base a abertura política resultante da deposição de Getúlio Vargas no final de 1945. No ano seguinte, a Constituição Federal redemocratizou o país, levando-o a um pluripartidarismo democrático. Segundo João Gualberto Vasconcellos (1995), pode-se dizer, caricadamente, que na Primeira República só havia um partido político dotado de muitas faces, dependendo da situação, e que não representava os interesses da maioria da população. Tratava-se de uma mera coordenação de interesses bem definidos que dominava a vida política no Espírito Santo e no país.

Daí a importância da questão pluripartidária para caracterizar o coronelismo do pós-1945. Trata-se de um pluripartidarismo marcado por um jogo de alianças político-partidárias cuja finalidade era o acesso ao poder ou sua manutenção (SILVA, 1995) mediante as eleições democráticas que voltaram ao cenário político e, com elas, a importância do voto, muitas vezes

barganhado como um bem de troca. Vê-se ressurgir antigas práticas típicas da Primeira República, como o clientelismo, a coação, a fraude eleitoral e a violência praticada por velhos e novos coronéis com o uso do braço armado do Estado, ou com jagunços e pistoleiros, ou com os dois. Ainda com evidente imbricação entre o público e o privado.

Segundo Maria Isaura P. de Queiroz (1977), o coronelismo é uma forma de mandonismo local, com maior expressão na Primeira República, e o coronel é integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país, definido num contexto amplo baseado não apenas em características políticas. O coronel, em última instância, é chefe de uma parentela.¹⁰³ Das relações de solidariedade vertical e horizontal no seio dessa parentela é que advém o seu poder. Maria Isaura relativiza a importância da propriedade fundiária enquanto considera a liderança coronelista como uma liderança de parentela e econômica, priorizando, nesse caso, a estrutura de clientela política.

Para ela, o carisma do coronel advém de seu poder econômico que lhe possibilita fazer favores e arrebanhar eleitores. Essa é, em última instância, a função da parentela, possibilitando o entendimento do jogo político como uma rede de reciprocidades de direitos e deveres na qual o voto adquire importância fundamental para o controle das eleições. Nesse caso, a quantidade de votos de que dispunha um chefe político local ou regional no momento das eleições serviria de base para medir a extensão de seu poder. Segundo Maria Isaura, haveria, então, vários graus de coronéis, desde um pequeno coronel que dominava não mais de uns 200 votos, às vezes, menos, até o grande coronel, o mandão nacional, abaixo de quem estariam os demais.

¹⁰³ A “parentela” brasileira, também chamada de “pirâmide familiar”, era formada por um núcleo bastante extenso de indivíduos unidos por parentesco de sangue, mas também acrescida dos afilhados e de suas famílias, visto que o batismo estabelecia um parentesco religioso extremamente prezado entre as famílias e a criança. A parentela brasileira fazia parte de um complexo socioeconômico no qual a cidade se constituía em elemento fundamental por ser a sede do poder político. Ademais, a parentela apresentava vantagens econômicas tanto para os chefes quanto para os demais membros que a compunham. Mediante a solidariedade, amparavam-se membros que passavam por negócios desastrosos, por exemplo. A solidariedade, normalmente, operava com base na interdependência entre as diferentes partes sobrepostas de uma parentela. Contudo, questões políticas, mais notadamente, podiam cindir uma parentela. Quando isso acontecia, desencadeavam-se lutas que se assemelhavam a verdadeiras guerras, especialmente quando se tratava de grandes parentelas (QUEIROZ, 1977, p. 180–190).

Segundo ela, a posse de fortuna se constituía no fator principal para o indivíduo realizar favores e, assim, granjear clientela, levando-o a ascender ao coronelato. Para tanto, o comércio teria concorrido mais do que qualquer outra atividade econômica. Trata-se da comercialização de qualquer tipo de mercadoria oriunda de grandes plantações, de criação de gado, de lavras variadas. Além disso, havia ainda outro ingrediente que entrava na ascensão socioeconômica e política daqueles que se tornavam coronéis tanto na parentela como fora dela, qual seja, a posse de qualidades pessoais inequivocamente manifestas através do carisma. Isso porque a liderança coronelística, sempre econômica e de parentela, assumia também característica nitidamente carismática.

A propósito, são essas características, relacionadas nitidamente à atividade comercial e ao carisma, que levaram Carlos Alberto dos Reis Castro à posição de chefe político no norte do Espírito Santo, principalmente em Conceição da Barra. Carlos Castro atuou na produção de energia elétrica, na exploração de madeira e na venda de terras no norte do Estado. Ele era imigrante português natural de Viseu, centro norte de Portugal, onde nasceu, em 11 de maio de 1891. Era filho de José Antunes da Silva Castro e Lucinda Ferreira Henriques dos Reis. Chegou ao Rio de Janeiro em 1909, deslocando-se posteriormente para o Espírito Santo. O jornal *Diário da Manhã* (ES), em reportagem de 1 de outubro de 1926, sobre a Cimbarra e a inauguração de sua estrada de ferro, já o qualificava como um “esforçado industrial” e “proprietário da usina Força e Luz”. Qualificava-o ainda como um dos responsáveis pela chegada da energia elétrica em Conceição da Barra.

Carlos Castro fez parte da equipe que abriu uma picada de 90 km, no meio da mata, por onde passaria a Estrada de Ferro Rio Doce–São Mateus, no trajeto de Colatina a Nova Venécia. O Governo Estadual também tinha o propósito de interligar essa estrada de ferro à Mayrink, em Minas Gerais (estação da Estrada de Ferro Bahia a Minas). Para averiguar a possibilidade desse empreendimento e, portanto, o melhor trajeto a ser seguido, contratou, então, Carlos Castro para

abrir outra picada que, saindo de Nova Venécia, chegasse a Mayrink (ESPÍRITO SANTO, [1926]). Carlos Castro concluiu a tarefa, sugerindo, no entanto, outro ponto de chegada para a futura ferrovia. De qualquer forma, o Governo Capixaba não conseguiu construir nenhuma das duas estradas de ferro.

Mesmo durante a execução desses trabalhos, Carlos Alberto dos Reis Castro já era referenciado por Florentino Avidos, presidente do Estado na época, nos seguintes dizeres:

Na execução de tão árduos trabalhos, teve o Governo na pessoa do Snr. Dr. Carlos Alberto dos Reis Castro um auxiliar corajoso e decidido, que, além desses picadões, está fazendo outro de Nova Venécia a Mayrink, na Estrada de Ferro Bahia e Minas, facultando o conhecimento de toda essa região despovoada e prestando valioso concurso (ESPÍRITO SANTO, [1926], p. 36).

Carlos Castro tornou-se referência nesse tipo de trabalho no norte do Espírito Santo. A estrada de rodagem, de chão batido, ligando São Mateus a Linhares, construída em 1936, é obra sua. Trata-se de um encargo para o qual Carlos Lindenberg, secretário da Agricultura, Terras e Obras, naquela ocasião, o convidou. Acerca dessa estrada, Amylton de Almeida (2010, p. 453) disse que Carlos Lindenberg “chamou um amigo, o português Carlos Castro, que, guiando-se pela via telegráfica, construiu a estrada de São Mateus a Linhares”.

Observamos que Carlos Castro já fazia parte de uma rede de sociabilidades, tornando-se referencial político e sinônimo de empreendedorismo no norte do Estado. Convém lembrar que, nessa época, ele havia sido concessionário do Estado, embora sua concessão tenha sido encampada por inexecução de cláusulas contratuais, como vimos no segundo capítulo. De todo modo, Carlos Castro já havia acumulado ganhos financeiros suficientes para adquirir carro e imóveis. Em 4 de novembro de 1937, segundo Eliezer Nardoto e Herinéa Lima (1999), ele cruzou de automóvel a estrada entre São Mateus e Linhares que havia construído. Tornou-se o primeiro a fazer isso com um veículo automotor.

Um ano antes, ainda em 1936, Carlos Castro adquiriu uma edificação do século XVIII da Prefeitura de Conceição da Barra. Esse edifício ficou conhecido como “Casarão ou Sobrado do Seu Castro”, tornando-se cartão postal e um dos símbolos da cultura do município. Também

conhecido como “Trapiche” por ter se constituído, inicialmente, como armazém, loja de secos e molhados e moradia. Pertenceu ao português João Bastos de Almeida Pinto, que o construiu em 1786. Segundo Sônia Bastos Lourenço (1997), após a morte de João Bastos, o trapiche ficou com seu filho, Elysio Bastos de Almeida Pinto, que igualmente o utilizou como moradia e ponto comercial, de onde exportava piaçava, coco e madeira em embarcações próprias. Ocorre que, em 1910, Elysio Bastos se mudou para o Rio de Janeiro, a fim de oferecer educação superior às suas dez filhas.

Em 1936, a Prefeitura de Conceição da Barra colocou o Trapiche a leilão.¹⁰⁴ Segundo Salomão da Silva Pinto,¹⁰⁵ uma das empresas interessadas pretendia arrematá-lo para demolilo a fim de utilizar as pedras de sua estrutura que estavam escassas no município. Foi nessa ocasião que Carlos Castro o comprou da prefeitura, utilizando-o como moradia. O “sobrado do Seu Castro” sofreu algumas modificações e esteve arrendado de 1969 a 1984, período em que serviu como hotel e restaurante. Em 1988, passou por novas reformas, adquirindo aspecto mais moderno. Marieta Castro Sampaio de Oliveira, filha de Carlos Castro, utilizou a edificação novamente como hotel. Finalmente, em 2014, a Prefeitura Municipal readquiriu o antigo Trapiche, onde passou a funcionar a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Atualmente, encontra-se em processo de tombamento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A fotografia 25 nos permite ter uma noção do atual estado desse “casarão”, bem como de sua localização na embocadura do rio São Mateus, em Conceição da Barra.

¹⁰⁴ Sônia Bastos Lourenço (1977, p. 4), neta de Elysio Bastos, afirma que o Trapiche foi a leilão ‘misteriosamente’ como também se deu, segundo ela, com outras propriedades de sua família. Infelizmente, não conseguimos informações documentais sobre a aquisição desse imóvel por parte da Prefeitura de Conceição da Barra naquela ocasião. De todo modo, o Trapiche foi a leilão 26 anos depois que Elysio Bastos foi embora para o Rio de Janeiro. É provável que o casarão tenha passado ao domínio do município por incorrer no Artigo 582, inciso II, parágrafo segundo do Código Civil Brasileiro de 1916, que amparava o Poder Público em casos de desapropriação de imóveis abandonados por mais de dez anos.

¹⁰⁵ Salomão da Silva Pinto é poeta e servidor da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Conceição da Barra. Obteve essas informações em entrevista com Marieta Sampaio de Oliveira, filha de Carlos Alberto dos Reis Castro, e Ana Regazzi Gomes, arrendatária do “sobrado” por 15 anos (1969–1984).

Fotografia 25 – “Sobrado do Seu Castro” (Trapiche).



Fonte: Prefeitura de Conceição da Barra.¹⁰⁶

Dentre os empreendimentos de Carlos Alberto dos Reis Castro, destacamos ainda sua participação na exploração de madeira no norte do Estado. Vimos também no segundo capítulo que, em 1942, ele havia constituído sociedade com Laureano Diaz, formando a Serraria Diaz, Castro Ltda. e que, nessa época, também era dono de uma pequena serraria no Córrego do Jundiá. Ivan Borgo, Léa Alvarenga Rosa e Renato Pacheco (1996) observam que, em 1948, essa serraria estava registrada em nome de Carlos Castro, de sua esposa, Maria Gazzinelli Castro, e de seu filho, José Carlos Gazzinelli de Castro, com a denominação de Serraria Jundiá da Barra de São Mateus Ltda. Além disso, sua filha, Marieta Castro, em 1954, era sócia de José Gaia na firma Madeira Ltda. O que nos leva a entender que a exploração madeireira, nesse caso, constituía um negócio de família.

Carlos Castro também atuou ativamente na venda de terras no norte do Espírito Santo, particularmente em Conceição da Barra. No final da década de 1940, ele foi contratado pela firma Malacarne & Santos, de Bertolo Malacarne, para dirigir os trabalhos de colonização nesse

¹⁰⁶ Disponível em: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/informacoes-turisticas-e-culturais>. Acesso em: 25 out. 2023.

município. Sua tarefa consistia na fiscalização, medições e venda de terras, além da contratação e dispensa de empregados e pagamento dos seus respectivos salários (DEMONER, 1983). Segundo o jornal Folha Capixaba (1955c, p. 2), Carlos Castro ainda representou os interesses de um grupo de empresários paulistas no norte do Espírito Santo. Numa reportagem sobre grilagem de terras, latifúndio e violência contra posseiros na área, especialmente com relação a esse grupo, o jornal destacou o seguinte: “Como se sabe, o grupo paulista, que tem por trás ‘tubarões’ do porte do sr. Horácio Lafer,¹⁰⁷ possui mais de 4 mil alqueires [no norte do Espírito Santo], sendo que apenas cultiva 200”.

As atividades desenvolvidas por Carlos Castro, como a venda de terras do Estado, outras incumbências recebidas do Governo Estadual, sua rede de sociabilidades, além de seus negócios particulares, tornaram-no conhecido e influente no norte do Espírito Santo. Em diversas ocasiões, precisou contar com o aparato do Estado. Em outras, ele mesmo era o Estado presente, o que levou à crença local de que ele “mandava na polícia”. No início da década de 1950, ainda durante as disputas na região contestada entre Minas e Espírito Santo, segundo Euflásina W. de Oliveira (1992), Carlos Castro mandava a polícia para o local, geralmente em grupo de 20 a 30 soldados. Manoel Vanderlei, fazendeiro local, dava-lhes “rancho”, cavalos e arreios com apoio de outros fazendeiros. Os soldados patrulhavam a localidade, especialmente a zona de Cotaxé, distrito do município de Ecoporanga.

Cotaxé chamava-se “Pedra da Viúva”, tendo se tornado palco do movimento camponês no Espírito Santo, onde o baiano Udelino Alves de Matos liderou camponeses em luta pela terra (DIAS, 1984; VILAÇA, 1997; 2007). Esse movimento camponês tornou-se eminentemente político com a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) mediante a União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), fundada em novembro de 1954 (DIAS, 1984; GARCIA, 2011). De qualquer

¹⁰⁷ Horácio Lafer era empresário e político, elegendendo-se deputado federal pelo Estado de São Paulo. Chefiou a delegação brasileira, em 1953, durante a Conferência da Cepal, no Brasil. Nessa ocasião, ele ocupava o cargo de ministro da fazenda no governo de Getúlio Vargas (GONÇALVES, 2011).

maneira, os posseiros no norte do Estado, especialmente em Ecoporanga, onde estavam mais bem organizados, representados, normalmente, como invasores, criminosos, bandidos e comunistas, sofreram as mais brutais repressões da Polícia Militar do Espírito Santo. Em muitos casos, a ação policial beirou à barbárie (SILVA, 2019a; SILVA; DADALTO, 2020; SILVA, 2022).

É do desequilíbrio entre os poderes do Governo e do coronel, acentuado em favor desse último, que se dava a fusão entre o público e o privado, de modo a permitir ao coronel o controle patrimonial dos cargos públicos (CARVALHO, 1998). O cargo de delegado de polícia, nos Estados, desde a Constituição de 1891, esteve sob a responsabilidade dos Governos Estaduais, resultando na subsistência da polícia partidária, utilizada como instrumento de ação política, como, aliás, já se fazia desde o Império. Assim, durante a Primeira República, a organização policial se constituiu em mais um dos sustentáculos do sistema coronelista (LEAL, 2012).

A nomeação de delegados, nessa época, obedecia à indicação dos líderes políticos locais. Algo que não havia mudado ainda durante o coronelismo modernizado do pós-1945, conferindo, até então, certo controle sobre o eleitorado, basicamente por meio da coação e da violência. Em Conceição da Barra, por exemplo, Getúlio da Silva Guanandy, dono de padaria, conhecido como Seu Tulinho, e o barbeiro Wanthuil Lima Fonseca revezavam-se no cargo de delegado conforme o resultado das eleições para o Governo do Estado. Maciel de Aguiar (2021) observa que o médico Mário Vello Silves era o maior adversário político de Carlos Castro, em Conceição da Barra. Ao término das eleições, um deles indicaria os cargos do Município e o outro, os de competência do Estado, como o de delegado, diretor do Posto de Saúde, etc.

É óbvio que tanto um quanto o outro buscavam garantir as eleições nos âmbitos municipal e estadual em administrações simultâneas, reservando para si e para o seu partido político a indicação de todos os cargos no município, o que nem sempre foi possível. A imbricação entre o público e o privado, notadamente no que respeita ao “controle da polícia”,

além das relações interpessoais, trouxe consequências nefastas à família de Carlos Alberto dos Reis Castro. Na madrugada do dia 4 de agosto de 1952, aproximadamente, há uma hora e 30 minutos, na Praça Getúlio Vargas, em Conceição da Barra, seu filho, José Carlos, então com 23 anos, foi assassinado por dois policiais militares, o cabo João das Mercês, subdelegado local, e o soldado Leodomiro Pedro de Almeida.

O homicídio foi cometido por motivo fútil. Além disso, pelas circunstâncias em que se deu, praticado por agente público, contra pessoa de reconhecida índole moral, benquista na sociedade, filho de influente líder político, causou repercussão, inclusive fora do Estado. As testemunhas disseram, no Inquérito Policial (1952) instaurado para apurar o crime, que antes do homicídio, o cabo João das Mercês havia discutido com José Carlos. A causa foi a realização de um baile, na noite do dia 3 de agosto, no clube social do município, próximo à Praça Getúlio Vargas, para o qual João das Mercês não havia sido convidado. Durante a suposta discussão, o cabo João chegou a sacar seu revólver contra José Carlos, tendo-lhe dito, segundo Nestor Alves de Oliveira: “José Carlos você é metido a político e tem a mania de querer mandar no povo daqui, mas em mim você não manda, você é político vagabundo; [...]”.

As testemunhas disseram ainda que, na mesma ocasião, o cabo João das Mercês queria acabar, a todo custo, com uma “tocata” (seresta) que se processava, próximo ao bar de Gentil Lopes, aliás, onde havia começado, continuando próximo ao bar depois que este fechou. Tratava-se, segundo as testemunhas, de uma represália do militar por não ser convidado para o baile que já havia terminado. José Carlos lhe disse que não havia motivos para tanto, porque aquilo era apenas uma brincadeira. Após intervenções e pedidos de algumas pessoas, o cabo João saiu do local. Voltou pouco tempo depois acompanhado do soldado Leodomiro, os dois armados de fuzil. Nesse momento, o cabo João disse que José Carlos era valente, atirando em seguida. O soldado Leodomiro também atirou. Resultado: José Carlos foi assassinado. Adriano Pinto, que não tinha nenhum envolvimento no caso, levou dois tiros.

Sobre o ocorrido, Adeluais Gomes Viana (2020) reforça a ideia, segundo a qual Carlos Castro “mandava na polícia”, além de destacar a “relação de amizade” entre José Carlos e o cabo João das Mercês. Vejamos:

O pai dele [de José Carlos] “ficava com a polícia, mandando na polícia”, tinha um cidadão aí, chamado cabo João, e tomou amizade com ele [com José Carlos], ficou, assim, amigo porque sabia que o Zé Carlos era um cara bom, não é? Aí, aproveitando, saía para beber cerveja com o finado Zé Carlos e daí começou a fazer dívida e falava (a polícia toda vida ganhou pouco, ainda mais naquela época) que estava devendo em tal canto, assim, assim, e o finado Zé Carlos ia lá e pagava. Pagava sem nada, sem precisar devolver o dinheiro (VIANA, 2020).

Tal relação de amizade foi confirmada pelo próprio cabo João das Mercês em oitiva no Inquérito Policial (1952) quando disse que José Carlos “era seu conhecido com quem aliás mantinha boa relação de amizade”. Já o soldado Leodomiro disse que:

[...] se antes soubesse que o cabo João das Mercês iria proceder de maneira tão bárbara não o acompanharia; que o declarante ignora completamente qual a causa que deu origem a sena [*sic*] sangrenta, e, conforme ouvira da propalação pública, foi por motivo de somenos importância, pois não havia razão para tal (INQUÉRITO, 1952, p. 9).

O carisma de José Carlos, o prestígio de seu pai, aliados à forma como se deu o crime, levaram à reação imediata de centenas de populares nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Segundo o jornal Folha do Povo (ES) (1952b),

Enquanto o soldado Leodomiro se achava detido na delegacia de Conceição da Barra, João das Mercês continuava foragido, havendo no seu encalço mais de trezentas pessoas, dispostas a massacrá-lo. Por esse motivo João resolveu entregar-se ao Dr. José Morcef Filho, juiz da comarca de São Mateus, [...] (O COVARDE, 1952b, p. 5).

Após o cometimento do crime, como podemos perceber, o cabo João das Mercês se evadiu do local, apresentando-se, no dia seguinte (5 de agosto, por volta das 10 h), no fórum de São Mateus. A revolta com o crime e a influência dos “Castros” manifestaram-se também dessa vez. Vejamos:

Sendo a vítima José Carlos Gazzinelli de Castro, pessoa grandemente relacionada nos meios sociais e políticos de Conceição da Barra e São Mateus, os populares desta cidade, quando tiveram conhecimento de que já se encontrava preso no Fórum local o assassino, para lá se dirigiram, tentando invadir o recinto e fazer justiça pelas próprias mãos. — Graças porém às ponderações dos juízes Drs. Carlos Camargo Teixeira Campos e José Morceff Filho, de Conceição da Barra e São Mateus, respectivamente, e dos promotores Cândido Cassa e José Athayde, como também do 4º delegado auxiliar de Vitória, Dr. Carlos Carvalho, o povo se acalmou, podendo então o criminoso ser conduzido para a Capital, onde foi entregue ao Quartel de Polícia, ficando à disposição da Justiça pública (O COVARDE, 1952b, p. 5).

Na ocasião, tanto o cabo João quanto o soldado Leodomiro foram entregues à Polícia Militar no Quartel do Comando Geral (QCG), em Vitória, em 7 de agosto de 1952, onde há um presídio para policiais militares envolvidos em crimes de natureza comum ou propriamente militar. Isto, enquanto permanecerem nos quadros dessa instituição policial. Apenas seis dias depois, em 13 de agosto, os dois militares conseguiram fugir do presídio. As circunstâncias da fuga, segundo o jornal Folha do Povo (ES) (1952b), com evidente conivência de colegas de cela, além de que ambos os presos teriam fugido com grande soma de dinheiro, levantaram a suspeita de que o homicídio de José Carlos pudesse ter sido encomendado por desafetos políticos de seu pai, Carlos Castro.

Algo, aliás, jamais comprovado. Na verdade, não foi sequer considerado nos autos. Tal suspeita, no entanto, aventada por quem não dispunha de informações mais apuradas sobre o andamento das investigações, não é desprovida de razão. Informações dão conta de que José Carlos seria candidato à Prefeitura de Conceição da Barra. A incidência de crimes de mando no norte do Espírito Santo, ainda, nessa época, não era incomum. A propósito, trata-se de uma marca do coronelismo utilizada, muitas vezes, para eliminar opositores a fim de se garantir a vitória nas eleições. De todo modo, as provas acerca da materialidade e autoria do crime de que foi vítima José Carlos são irrefutáveis. Os fugitivos foram recapturados, excluídos da Polícia Militar do Espírito Santo e encaminhados à cadeia pública. O julgamento se deu em Conceição da Barra, em 27 de janeiro de 1953. Conforme o Inquérito (1952), foram condenados por unanimidade. Sentença: 30 anos de reclusão.¹⁰⁸

O controle das eleições municipais, em Conceição da Barra, entretanto, ainda nessa época, contou com outros tipos de violência, além do flagrante envolvimento de empresas do

¹⁰⁸ Feita justiça, os recursos e subterfúgios da lei garantiram benefícios aos apenados. João das Mercês teve sua pena comutada de 30 para 20 anos, cumpriu 10 anos e um mês e dois dias de prisão no Instituto de Readaptação Social (IRS), saiu em liberdade condicional, em 30 de novembro de 1962. Leodomiro Pedro de Almeida também cumpriu sentença condenatória no IRS e teve igualmente a pena comutada em 10 anos. Consta um pedido de livramento condicional com data de 5 de maio de 1966, o que sugere que tal benefício lhe foi concedido ainda no primeiro semestre desse ano (INQUÉRITO, 1952).

setor madeireiro, como a Serraria Diaz e a Cimbarra. As duas, aliás, faziam oposição a Carlos Alberto dos Reis Castro. Lembrando que esse último e Laureano Diaz foram sócios na Serraria Diaz, Castro Ltda. A propósito, Laureano Diaz elegeu-se vereador em Conceição da Barra para a legislatura de 1951 a 1955.¹⁰⁹ Convém observar ainda que Mário Vello Silveiras ocupou o cargo de diretor da Cimbarra, onde também trabalhava como médico do posto de saúde da empresa. Segundo o jornal Folha Capixaba (1954), a Cimbarra se empenhou ativamente nas eleições de outubro de 1954, lançando mão, inclusive, de meios visivelmente ilegais a fim de garantir a eleição de seus candidatos. Vejamos:

Quem disputou as eleições em Conceição da Barra e Mucurici, pode-se dizer, foram os candidatos da Cimbarra. Os seus cabos eleitorais foram o juiz, o promotor, o padre e a polícia, além de um secretário do governo.

Grileiros e ladrões de madeira de nosso Estado, ganhando fácil, gastaram fortunas na compra de voto. O corpo de fiscais municipais foi transformado em reduto de cabos eleitorais da Cimbarra. Foram escolhidos elementos hábeis no suborno e na coação, sob a promessa de gordas gratificações, caso o trabalho fosse bem feito.

Madeireiros que não cedessem à cabala eleitoral da Cimbarra iam à falência ou tinham que sair da zona perseguidos pelos fiscais.

A atuação do juiz da 27ª zona foi implacável. Qualquer eleitor suspeito de oposição tinha a sua qualificação rejeitada.

Criminosa foi a sabotagem à qualificação e à entrega dos títulos. Mais de mil eleitores deixaram de receber os seus títulos por responsabilidade do juiz.

[...].

Outro ativo cabo eleitoral da Cimbarra foi o padre da paróquia local. Este fez uma “tournée” político-religiosa. Convocava os fiéis para prédica religiosa e, na hora, cuspiam sobre os presentes todo o seu ódio ao povo, fazendo propaganda dos candidatos da Cimbarra. Quem não fosse candidato da empresa exploradora era comunista, portanto do partido do diabo.

[...].

A polícia ameaçou céus e terras. Fez o que pôde para esmagar o voto de oposição. O tenente, prefeito de Mucurici, para citar só um exemplo, declarou: “quem não votar nos meus candidatos, passadas as eleições, vai levantar urubus” (FARÇA, 1954, p. 2).

Jorge Timbofba Duarte (2020) conta que seu irmão Alcides faleceu em um acidente enquanto trabalhava nas eleições de 1954 para “os Donatos”, donos da Cimbarra. Vejamos:

Eu tinha um irmão, na época, eu [estava com] nove anos, meu irmão, 19. Ele foi para um comício, ele estava trabalhando para o pessoal “dos Donatos”, para lá de Pinheiros, e lá saiu para um comício com o pessoal. Era época de eleição. Ele foi em cima do caminhão, era um pau-de-arara, e aquele monte de gente. Ele segurou na beira da carroceria, numa curva, ele caiu embaixo do pneu, no dia em que fez um mês que meu pai morreu (DUARTE, 2020).

¹⁰⁹ Relação dos vereadores da Câmara Municipal de Conceição da Barra. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20(4).pdf). Acesso em: 8 set. 2024.

O interesse da Cimbarra na política, e que justificou seu empenho e investimentos nessa eleição, em especial, diz respeito, obviamente, à sua condição de empresa madeireira e grande proprietária de terras no norte do Estado. Em meados dos anos 1950, em pleno desenvolvimento da fronteira agrícola de Conceição da Barra, intensificava-se a exploração de madeira na área, tendo a Cimbarra como a maior empresa do setor. Além disso, havia os posseiros, considerados invasores, contra quem lutar. Nesse caso, a defesa e a manutenção dos interesses econômicos da empresa contavam, invariavelmente, com a barganha política. Daí o porquê de seu empenho em influir no resultado das eleições mediante o poder econômico, a fraude, a ameaça, a corrupção.

As disputas políticas no município contavam também com represálias de todo tipo. Antônio Honorato da Silva (2021) disse que começou a trabalhar na Serraria Diaz ainda criança, com 12 anos, carregando pó de madeira para jogar no rio São Mateus, tendo sido dispensado do serviço porque seu pai disse haver votado em Carlos Castro. Vejamos:

Trabalhei na Diaz, papai disse que votou em Seu Castro. Aí, no outro dia, quando cheguei para trabalhar, o Seu Basti [gerente da serraria]: você para cá, você para cá, você para cá, fez aquela fila. Esses aí, podem ir embora, não tem mais trabalho, não. Fui embora. Papai chegou: tem trabalho lá, não, meu filho? Digo: não, porque Seu Basti mandou a gente embora, eu e mais uns três, por causa de política. Aí, tinha Djalma Pereira, que era do PSD e estava reformando aquele “Sobrado do Seu Castro”. Papai conversou com ele e ele disse: manda ele vir aqui para fazer massa primeiro. Fui que eu encarava, mesmo. Ele disse: fica aí. Demorou, ele chegou e disse: vai lá no fórum, o moço quer falar com você. O promotor era Dr. Milton, esqueci o nome do juiz. Ele disse: “Senta aí, por que botaram você para fora?” Oh, rapaz! Aí, eu danei a chorar, moleque novo. Eu me lembro que eles me deram água, lá, eu bebi. Marcaram a audiência, testemunhas: Seu Manoel Goela e Geraldo. Eu me lembro quando chegou [o dia da audiência]. Seu Alceu disse: como mecânico da firma, esse menino aí sempre foi trabalhador, não é malcriado, é respeitador. E foi um atrás do outro. Advogado, Antônio Vieira Bicalho. Aí disse: oh, a criança não é culpada de nada. Naquela época, me indenizaram em 4.200 [cruzeiros] (SILVA, 2021).

A existência de leis trabalhistas, nessa época, mais do que um expediente utilizado para regular as relações entre patrões e empregados, reprimindo os abusos dos primeiros contra os últimos, indica que o país estava modernizando-se. Nesse contexto, embora o Espírito Santo, por exemplo, ainda se caracterizasse como um Estado eminentemente agrário, é evidente que o poder dos líderes políticos locais havia se enfraquecido. No norte do Estado, porém, ainda em

processo de colonização, sob a expansão de fronteiras agrícolas, velhos expedientes como a coação e a represália, a barganha eleitoral, o controle de cargos públicos e a utilização da polícia partidária tornavam-se mais representativos.

Naquele contexto dos anos 1950, de movimentos políticos organizados, sobretudo, pelo PCB, em prol da reforma agrária, sobressaiam-se as notícias acerca de grilagem de terras, da existência de grandes latifúndios, bem como dos abusos e crimes cometidos por fazendeiros e forças policiais. A Cimbarra, por exemplo, contou regularmente com o aparato policial militar para manter as terras de sua concessão. Ocorre que o contrato firmado entre ela e o Governo do Estado para exploração de madeira no norte do Espírito Santo assegurava-lhe a inviolabilidade dos seus direitos, inclusive mediante o uso da força policial, conforme podemos verificar.

O Governo obriga-se:

- a) a garantir em sua plenitude, todos os direitos conferidos ao Concessionário, na forma do presente contrato, mantendo-os invioláveis enquanto durarem;
- b) a impedir ou reprimir, pelos meios policiais ao seu alcance, os assaltos ou desordens de que possam resultar interrupções, prejuízos ou danos a qualquer dos serviços do Concessionário, decorrentes do presente contrato, sob pena de ficar o Estado responsável pelo pagamento dos prejuízos que daí resultarem; (ESCRITURA, 1924a, p. 3).

Da responsabilidade contratual do Estado junto à Cimbarra ocorreu, por exemplo, a ação policial, comandada pelo major Djalma Borges, em 6 de fevereiro de 1952, quando o Estado precisou entregar à empresa uma área de 10 mil hectares na margem direita do córrego em Vinhático. Chegaram à Assembleia Legislativa do Espírito Santo algumas denúncias, acolhidas, pelo menos, inicialmente, pelo deputado estadual Arnaldo Bastos, informando a respeito de supostas arbitrariedades cometidas contra posseiros pela polícia. O major Djalma Borges escreveu uma carta ao parlamentar a fim de explicar o que, de fato, havia acontecido. Segundo ele,

4 - A Cimbarra, por Lei, tem de receber 10.000 hectares de terras do Estado, na margem direita do Córrego de Vinhático, para que possa liberar 150.000 hectares nos terrenos ora ocupados por ela;

5 - A região da margem direita do Vinhático é rica em madeira, e os madeireiros de Nanuque, com os olhos voltados para ela, arrebanharam no Estado da Bahia e mesmo de Minas Gerais, grande leva de homens de toda espécie e despejaram naquela região, mandando invadir aquilo que “eles pagariam as escrituras em nome dos invasores e ficariam com direito às madeiras” (INFILTRAÇÃO, 1952, p. 1).

As informações do major Djalma Borges abordaram um aspecto legal que embasava a ação policial naquela localidade, qual seja, garantir a manutenção dos direitos do Estado e da Cimbarra, estabelecidos contratualmente. Isto depois de uma tentativa de homicídio contra um policial militar e ameaças a outras autoridades e agrimensores.¹¹⁰ Além disso, a carta do major Djalma Borges ressalta o interesse de madeireiros da Bahia e de Minas Gerais na madeira e nas terras do norte do Estado.

As operações policiais no norte do Espírito Santo, contudo, particularmente envolvendo posseiros, nem sempre estavam revestidas de legalidade. Em 27 de novembro de 1955, o jornal Folha Capixaba denunciava arbitrariedades cometidas por diligência policial comandada pelo tenente Moacir Cipreste para favorecer o fazendeiro Alberto dos Reis Castro, irmão de Carlos Castro. Esse tenente da Polícia Militar do Espírito Santo é o mesmo que, na condição de prefeito interino de Mucurici, teria ameaçado eleitores nas eleições do ano anterior a fim de beneficiar candidatos da Cimbarra. Segundo o jornal,

De há muito o sr. Alberto Castro vem tentando botar para fora de sua fazenda os lavradores mais velhos. Não encontrando meios legais para afastar os lavradores, usou um velho método salazarista, inventando uma tentativa de envenenamento a sua pessoa, acusando todos os empregados da “Fazenda Caboclo”. [...]. Assim, é que foi com alguns soldados, o tenente Cipreste, para apurar e punir os culpados [...]. [...], o tenente Cipreste ordenou que um soldado de cor preta pusesse uma cela num camponês montasse no pobre homem como se fora num animal. Cumprindo as ordens do tenente Cipreste, o soldado montou e esporou o camponês. Depois de castigá-lo miseravelmente, de surrá-lo, de humilhá-lo, não satisfeito ainda, o tenente Cipreste ordenou que fosse o camponês pendurado numa árvore pelos testículos. Finda a tortura, o tenente Cipreste ofereceu-lhe Cr\$ 30,00 e mandou que sumisse, ameaçando-lhe de morte se por acaso ainda voltasse à fazenda do sr. Alberto Castro. Com o corpo em chagas, quase sem forças mesmo assim o lavrador ainda conseguiu atingir a casa do seu sogro sr. Filinho Damião. Dias depois morreria após grandes sofrimentos e sem nenhuma assistência médica ou farmacêutica. Dezenas de lavradores da “Fazenda Caboclo” estão foragidos pelas matas devido às ameaças de morte (ASSASSINATOS, 1955d, p. 2).

¹¹⁰ Segundo o major Djalma Borges, o que motivou sua missão em Vinhático foi a resistência de supostos invasores, manipulados por madeireiros mineiros e baianos, que ameaçaram secretários de Estado e agrimensores no local, tentando, inclusive, contra a vida do soldado João dos Santos Loureiro, que saiu gravemente ferido (INFILTRAÇÃO, 1952).

Adeluais Gomes Viana (2020), cuja família administrou a venda de secos e molhados de Pedro Canário,¹¹¹ no início dos anos 1950, localizada próximo à fazenda de Alberto Castro, disse que:

Esse Alberto Castro tinha 3 mil, quase 4 mil alqueires de terra, para lá da divisa, já ficava no sul da Bahia, mas o negócio é todo para cá. Gado, na época em que a gente morava lá, ele tinha 5 mil cabeças. Tinha fazenda, casas boas, muitos empregados. Depois, quando ele endoidou e começou a matar os empregados, aí não teve jeito. Quem matou os empregados — você vê a influência — eram os policiais de São Mateus que iam lá pegar os caras, levá-los para o mato, dar sal para comer, azeite de бага, até matar.

Porque o satanás entrou no couro. Ele disse que os empregados — ele estava tendo um negócio lá, um mal-estar — é que estavam botando DDT¹¹² na casa dele, nos cantos da casa, para ele ficar naquela situação, já ficando fora de si, não é? Você vê como era antigamente, ele vinha a São Mateus e os policiais iam lá matar esses caras. Mataram cada cara que mamãe chegava a chorar. Uns caras bons, à toa, à toa. Os caras trabalhavam para ele. [...]. Aí, vai daqui, vai dali, mas o maior é o de lá [de cima], disse: não, tudo tem limite. Ele mesmo entrou lá, para dentro de casa, pegou a repetição, puxou o gatilho e se suicidou, lá, na própria fazenda (VIANA, 2020).

Como podemos perceber, as razões para o cometimento das arbitrariedades policiais na fazenda de Alberto Castro, segundo o jornal *Folha Capixaba* (1955d), dizem respeito à expulsão de antigos posseiros. Adeluais Gomes Viana (2020) aventa motivos patológicos para tanto. De qualquer forma, o que se destaca é a violência policial e o prestígio político de Alberto Castro, capaz de mobilizar o aparato do Estado. O jornal *Folha Capixaba* (1955d, p. 2) o qualificou como “cabo eleitoral do sr. Zanelo, Secretário da Agricultura”, além de irmão “do sr. Castro, velho politiqueiro”. Convém observar que, em 10 de janeiro de 1956, menos de dois meses após a reportagem do jornal *Folha Capixaba*, denunciando as arbitrariedades, Alberto Castro cometeu suicídio. O fato foi noticiado em *O Jornal (RJ)*, em 10 de janeiro de 1956, numa nota curta, sem mais informações.

Quanto a Carlos Castro, seu conhecimento acerca do norte do Estado, adquirido com a venda de terras, abertura de picadas, etc., levou-o, dentre outros, como Otto de Oliveira Neves,

¹¹¹ O nome do atual município de Pedro Canário é uma homenagem ao dono dessa venda.

¹¹² O DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) é um inseticida usado para combater doenças causadas por mosquitos, como a malária, a leishmaniose e a febre-amarela. Foi utilizado no Brasil até 1998, sendo banido definitivamente do país mediante a Lei n.º 11.936 de 14 de maio de 2009, devido ao seu alto nível de toxicidade (JANARY JÚNIOR, MORAES, 2019).

em 1957, a testemunhar em favor do Espírito Santo no processo que tramitava no Supremo Tribunal Federal sobre a região contestada (MINAS-E SANTO, 1957). Mais tarde, em 1959, ele fez parte, como primeiro vice-presidente, da diretoria da Companhia Hidrelétrica Norte do Espírito Santo (Chenes). Trata-se de uma entidade criada pelos prefeitos e vereadores, entre outros, dos municípios de Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra e Mucurici. Visavam promover estudos, organizar projetos e entendimentos que possibilitassem a eletrificação do norte do Espírito Santo mediante o aproveitamento de suas cachoeiras (DISPOSTA, 1959). Nessa época, Carlos Castro havia sido eleito vereador de Conceição da Barra para a legislatura de 1959 a 1963.¹¹³ Ele não a concluiu devido ao seu falecimento, em 15 de dezembro de 1961.

O conhecimento de Otto de Oliveira Neves acerca da zona contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, diferente de Carlos Castro, provinha de sua condição de fazendeiro na área, além de ter trabalhado quando prefeito de São Mateus para definição das divisas entre os dois Estados. Barra de São Francisco, centro do comando das defesas capixabas no Contestado, se constituiu como município em 1943, até então pertencia a São Mateus. Otto Neves foi prefeito de São Mateus de 1934 a 1945.

Sua administração, segundo Eliezer Nardoto (2016, p. 402), foi marcada pela disputa de poder entre os seus seguidores e os seguidores de Eleosipo Rodrigues da Cunha. Este era da União Democrática Nacional (UDN), enquanto Otto Neves pertencia ao Partido Social Democrático (PSD). A rivalidade entre os dois, além de questões políticas, envolvia ainda disputas por terras no município. Otto de Oliveira Neves “era o único homem, naquele período, com coragem, astúcia e homens armados para enfrentar o Cel. Eleosippo Cunha”. Após

¹¹³ Relação dos vereadores da Câmara Municipal de Conceição da Barra. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20(4).pdf). Acesso em: 8 set. 2024.

prefeito, elegeu-se deputado estadual em 1947 e 1950. Tornou-se um dos mais ricos do norte do Espírito Santo. Constavam entre seus bens 3 mil alqueires de terra e 15 mil cabeças de gado.

O jornal Folha Capixaba (1955a), entretanto, o acusou de grilagem de terras. Segundo o jornal, Otto de Oliveira Neves, com apoio da Delegacia de Terras e da Secretaria de Agricultura, iniciou medições numa área já ocupada pelo posseiro Euclides Chaves de Oliveira, resultando no completo desapossamento desse posseiro. A área pretendida por Euclides Chaves media 40 alqueires. Numa primeira medição, ele perdeu 20 alqueires. Na segunda ocasião, perdeu mais 7 alqueires. Na última investida, a Delegacia de Terras informou que os 13 últimos alqueires seriam entregues a Crescêncio de Oliveira Souza, vaqueiro de Otto. O vaqueiro teria requerido as terras antes do posseiro Euclides.

Epaminondas Chaves Neri (2022), filho de Euclides Chaves de Oliveira, assevera:

Papai tinha uma propriedade lá no “Presidente” de 40 alqueires. O Otto Neves foi tomando, a fazenda dele fazia divisa, foi tomando, quando pensou que não, sobraram 13 alqueires só. [...] Depois, papai, para não perder tudo, essa terra — começou, de três em três meses chegava a comissão, fazendo uma medição, querendo pegar até a casa do velho meu pai, assim, pegou e vendeu para ele o restante que tinha (NERI, 2022).

Além das informações do jornal Folha Capixaba (1955a), segundo Epaminondas Chaves, seu pai foi obrigado a vender para Otto os 13 alqueires que ainda restavam de sua posse. É possível, de fato, que isso tenha ocorrido. Acreditamos, contudo, não se tratar, necessariamente, de uma venda de terras. É provável que o posseiro Euclides Chaves tenha recebido “algum dinheiro” para, enfim, deixar a terra de vez. Algo que, aliás, já havia perdido. Conforme Eliezer Nardoto (2016), Otto de Oliveira Neves construiu, na Fazenda Presidente, uma represa no rio do Norte, onde colocou uma turbina para gerar energia elétrica a fim de “tocar” as máquinas da serraria que também montou na propriedade. Nesse caso, conforme observa Ana Carolina Leite (2014), a violência personificada pelo coronel era o que lhe garantia continuar personificando a propriedade da terra e do capital. A possibilidade do uso da violência

era, portanto, o penhor de um padrão de acumulação no qual a terra e o capital não estavam autonomizados. Nesse contexto, o trabalhador, é claro, não era livre do acesso à terra.

Otto Neves, mediante a violência, tornou-se proprietário da terra ocupada pelo posseiro Euclides Chaves. Explorou a madeira contida na propriedade e, provavelmente, pelo menos era o costume, botou fogo na vegetação restante, transformando a terra em pasto para o gado. Processo que, aliás, não se deu apenas com a posse de Euclides Chaves. As questões relativas à posse e à propriedade de terra destacaram-se durante a colonização do norte do Espírito Santo, especialmente nas fronteiras agrícolas de Conceição da Barra e da região contestada, na década de 1950. Nessa época, além da atuação de líderes políticos locais de antiga tradição familiar e de outros que se constituíram como tal mediante o comércio, a barganha eleitoral e o carisma, notamos o aparecimento de novas lideranças com histórico divergente desses padrões. Referimo-nos, nesse caso, em particular, a Manoel Lapa de Souza.

Um pequeno coronel, nos moldes de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977). Manoel Lapa dominou votos suficientes para se tornar cabo eleitoral e também se eleger vereador em Conceição da Barra por duas vezes. Segundo o jornal *Folha Capixaba* (1956c), ele era natural de Rio das Contas-BA, onde atendia pelos nomes de “Manoel Gonçalves” e “Neném do Anacleto” e de onde saiu foragido, refugiando-se no norte do Espírito Santo. De posseiro perseguido pela polícia, tornou-se perseguidor. Associando-se com a polícia, espancou e ajudou a espancar muitos posseiros nos “trabalhos” que teria realizado para a Cimbarra, para Carlos Lindenberg e Carlos Castro. Para se eleger vereador, teria utilizado a ameaça, a coação e a intimidação de eleitores por meio de um grupo de homens armados.

No norte do Estado, Manoel Lapa se estabeleceu em São João do Sobrado, distrito do atual município de Pinheiros. Embora o primeiro núcleo populacional desse município tenha sido “Comercinho do Pinheiro”, conhecido depois como Barrinha, foi São João do Sobrado que primeiro se desenvolveu, impulsionado que foi a partir de 1949, inicialmente pela exploração

de madeira e pela abertura de estradas no local (PREFEITURA, 1992). Como vimos no segundo capítulo, Pinheiros se constituiu em uma das principais áreas de abastecimento de madeira da Serraria Cacique, localizada em São Mateus. Nas eleições de outubro de 1954, São João do Sobrado já possuía eleitores suficientes para eleger um vereador. Essa é uma das ocasiões em que Manoel Lapa se elegeu. Ele era um dos moradores mais antigos do distrito. Acreditamos que não apenas a violência, mas também seu carisma, serviram para tanto. A violência, normalmente, era mais direcionada ao “convencimento” dos eleitores recalcitrantes.

Para o jornal Folha Capixaba (1956a, p. 7), a condição de vereador serviu para acobertar o “Sindicato do Crime” que Manoel Lapa teria criado na vila das “Ostras”, divisa entre Minas e Bahia, onde teria organizado “verdadeiras expedições de ladrões de cavalos”. Ademais, como cabo eleitoral de Oswaldo Zanello, reeleito deputado estadual em outubro de 1954, e mediante pedido da Cimbarra, conseguiu também o cargo de guarda-florestal, o que teria facilitado a execução de alguns “serviços” encomendados por políticos locais, como o cometimento de crimes de mando, entre eles, alguns assassinatos.

Manoel Lapa conseguiu se eleger vereador de Conceição da Barra pela segunda vez, em 1962,¹¹⁴ empenhando-se, dentre outros, pela emancipação de Pinheiros. Para isso, contaram com o apoio, na Assembleia Legislativa, particularmente do deputado Setembrino Pelissari e de Luiz Batista (PREFEITURA, 1992). O surgimento de líderes políticos locais, no contexto do coronelismo do pós-1945, também se tornou visível na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, especialmente por conta das disputas políticas mediante o cometimento de crimes de mando.

No final de 1951, Manoel Gonçalves, prefeito de Barra de São Francisco, foi assassinado na cidade com um tiro à queima-roupa disparado por um desconhecido que o abraçou e cometeu

¹¹⁴ Relação dos vereadores da Câmara Municipal de Conceição da Barra. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/RELACAO%20VEREADORES%20ANTERIORESATUALIZADA%20(4).pdf). Acesso em: 8 set. 2024.

o homicídio (O ABRAÇO, 1951). Em Ecoporanga, a disputa política alcançou destaque entre dois primos: Tolentino Xavier Ribeiro e João Corsino de Freitas. Desde a criação do município de Ecoporanga, em 1955, até o alvorecer dos anos 1970, esses dois revezaram-se na Prefeitura do Município. Nesse período, Tolentino Xavier ocupou o executivo municipal por três vezes e João Corsino duas. Esse último ainda se elegeu deputado estadual em 1958.

A disputa política entre Tolentino Xavier e João Corsino não se trata de uma cisão no seio da parentela, levando a uma luta sangrenta pela manutenção do poder político. Ambos se tornaram líderes políticos na mesma época, no contexto de expansão da fronteira agrícola da zona contestada. É claro que cada um deles constituiu sua própria clientela política, sem a qual não teriam ocupado cargos políticos elegíveis. Tolentino Xavier trabalhou como recenseador na região da Serra dos Aimorés nos Censos de 1940 e 1950, desempenhando a função, segundo José Guimarães Lobo (1953), com esforço, dedicação e honestidade.

Em 1953, ele ocupava a Câmara Municipal de Barra de São Francisco como vereador, assumindo interinamente a Prefeitura de Ecoporanga, em 1955. João Corsino, por sua vez, iniciou a vida pública como assessor de Cristolino Cardoso, prefeito de Barra de São Francisco. Dentre outras atividades econômicas, João Corsino também se tornou dono de cartório em Ecoporanga (SILVA, 2019a). Denunciou as arbitrariedades policiais cometidas contra posseiros no município e, algumas vezes, intermediou o diálogo entre estes e as forças policiais. A disputa política entre ele e Tolentino Xavier contava, de um lado, com o madeireiro Mário Marques e esse último, aliados; e do outro, com João Corsino e seus correligionários. Estes sofriam ameaças de policiais militares a mando de Tolentino Xavier e de jagunços, por parte de Mário Marques (DIAS, 1984).

Em 9 de dezembro de 1960, dois pistoleiros assassinaram, em Ecoporanga, o fazendeiro, líder político e dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (Altaes), José da Cruz, ex-candidato a prefeito do município pelo PSD, nas eleições de

outubro de 1958 (CORRE, 1960). Segundo testemunhas, o mandante do crime foi o então deputado João Corsino, que teria destacado “a ‘necessidade’ de acabar com a ‘cabeça de boi’¹¹⁵ (José da Cruz) de Ecoporanga” (DEPUTADO, 1961a, p. 5). João Corsino, por meio de uma carta publicada no jornal Folha Capixaba (1961a), se defendeu das acusações dizendo que, realmente, José da Cruz era seu adversário político, mas que não teve nenhum envolvimento com o caso.¹¹⁶

A disputa política entre João Corsino e Tolentino Xavier ganhou destaque outra vez, em abril de 1962, quando Tolentino, então prefeito de Ecoporanga, denunciou no jornal A Gazeta (1962) o que seria um ardiloso plano concebido para matá-lo. Segundo Tolentino Xavier, João Corsino, deputado estadual na época, queria controlar a prefeitura por meio de um vereador eleito para assumir a presidência da Câmara Municipal. Depois disso, a próxima etapa seria o assassinato de Tolentino, que se concretizaria mediante um pistoleiro contratado para tanto.

A fusão entre o público e o privado com relação a Tolentino Xavier e João Corsino, além do controle dos cargos públicos, teve maior evidência, em particular, com esse último. Mediante o Decreto n.º 66.999, de 5 de agosto de 1970, o Governo Federal confiscou 12 propriedades agrícolas que compunham os bens de João Corsino e as incorporou ao patrimônio da Prefeitura de Ecoporanga. A fundamentação jurídica para isso tem base no devido processo legal e na comprovação de enriquecimento ilícito no exercício de função pública. Em 1976, após recurso, mediante o Decreto n.º 78.236, de 12 de agosto desse ano, João Corsino conseguiu readquirir duas propriedades, as demais permaneceram confiscadas.

¹¹⁵ “Cabeça de boi”, nesse caso, caracteriza alguém que traz prejuízos, que impede o desenvolvimento de algo ou de algum lugar, que dificulta o bom andamento das “coisas” e que, portanto, precisa ser retirada para que tudo flua bem.

¹¹⁶ Em entrevista para pesquisa de mestrado em história realizada no Departamento de História da Universidade do Espírito Santo, Orlandina Ormezinda Silva, esposa de José da Cruz, ainda, em 2018, afirmou que seu marido foi assassinado por dois policiais militares que ficaram completamente impunes (SILVA, 2019a).

A utilização da força policial na zona contestada obedeceu a princípios semelhantes aos encontrados, por exemplo, em Conceição da Barra. Também naquela zona, a Polícia Militar do Espírito Santo serviu para garantir pretensos direitos de reconhecidos grileiros. Uma diferença diz respeito à quantidade de diligências policiais e aos efetivos utilizados. Em Ecoporanga, onde os posseiros estavam mais bem organizados, houve maior número de ocorrências e, em diversas ocasiões, a quantidade de policiais nas diligências foi maior. Além disso, a região do Contestado contou quase sempre com policiais militares nomeados para os cargos de delegados e subdelegados. Em Barra de São Francisco, ademais, localizava-se o Comando Central da Polícia Militar capixaba e uma Delegacia de Capturas.

Eram apenas três dessas delegacias no Estado. As outras duas ficavam, uma, em Afonso Cláudio, para atender a região de Vitória, e a outra, em Alegre, cobrindo a região sul. Essas delegacias estavam responsáveis pela prisão de foragidos, cumprimento de mandados de prisão, etc. (GAVIORNO; SPERANDIO; FERREIRA, 2001). A “Captura”, no senso popular, era “toda diligência policial que não fosse composta pelo policiamento local e tivesse mais policiais do que o de costume” (SILVA, 2019a, p. 63). A marca peculiar da “Captura” era a violência e o terror que representava. Convém destacar também que a Polícia Militar do Espírito Santo desempenhava dupla missão na região contestada; uma era o controle e a preservação do espaço territorial do Estado ameaçado pelo Governo de Minas Gerais, a outra era a manutenção e a preservação da ordem pública (SILVA, 2019a; SILVA; DADALTO, 2020; SILVA, 2023a).

Dentre os delegados de Captura da Zona Norte, sediada em Barra de São Francisco, destacamos o major Orlando Cavalcante e o tenente José Scárdua. Esse último manteve estreita relação com o temido coronel Bimbim, Secundino Cipriano da Silva, líder político de Aimorés–MG e “senhor do vale do rio Doce”. Segundo Rogério Medeiros (2001, p. 8), até “os mais famosos matadores da região” dependiam do beneplácito do coronel Bimbim para executar suas

vítimas. Mesmo figuras legendárias como o tenente José Scárdua não deixaram de lhe reverenciar e obedecer.

A história do coronel Bimbim tornou-se conhecida no Brasil e notícia no New York Times, a partir de 8 de outubro de 1958, por conta do assassinato do prefeito de Aimorés, José Henrique Filho, o Zequinha, em Baixo Guandu–ES. Pesou contra o coronel Bimbim a acusação de ter sido o mandante do homicídio. Inicialmente, ele permaneceu em sua fazenda armado com metralhadoras e cercado por cerca de 60 capangas. Segundo o jornal Última Hora (1958), o coronel Bimbim não acreditava que, aos 64 anos, mais de 30 anos de mando, construtor de vilarejos, senhor absoluto de uma área superior ao Estado do Rio de Janeiro, vice-prefeito de Aimorés, tivesse seu prestígio abalado com uma incursão da polícia à sua fazenda.

Organizou-se, no entanto, “verdadeira caçada” composta por quase duas centenas de policiais militares de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de jagunços, a fim de prendê-lo e conter a violência em Aimorés depois do assassinato de Zequina. O coronel Bimbim conseguiu escapar. Em sua fazenda, em Alto Capim (município de Aimorés), a polícia efetuou a prisão de alguns dos seus jagunços e apreendeu fuzis, metralhadoras, mosquetões, além de outras armas com emblema do Exército Brasileiro (PRESOS, 1958). Localizado por repórteres no esconderijo, o coronel Bimbim disse ter apenas seis revólveres no cofre de sua fazenda, de onde desapareceu 1,5 kg de prata.

Tanto ele quanto o tenente José Scárdua tiveram a prisão preventiva decretada pelo juiz de Resplendor–MG em novembro de 1958 (DECRETADA, 1958). Ainda assim, o coronel Bimbim permaneceu foragido por seis meses, homiziando-se na Paraíba e em outros Estados do Nordeste. Reapareceu, em abril de 1959, após o arquivamento do processo e a revogação do mandado de prisão em aberto em seu desfavor.¹¹⁷ Em 13 de abril de 1959, “desembarcou no

¹¹⁷ Segundo Rogério Medeiros (2001), quem matou o prefeito Zequinha foi um pistoleiro apelidado de Tiãozinho, levado para Baixo Guandu pelo tenente Scárdua. Tiãozinho teve ajuda de um olheiro chamado Joaquim Belo, que vigiou a vítima.

aeroporto de Vitória, com imperturbável serenidade. Declarando que não alimentava rancores dos seus inimigos”. Hospedou-se por vários dias na luxuosa residência do, então, ex-governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar e, depois, na casa do tenente José Scárdua (HOSPEDADO, 1959, p. 6-D).

Este, apesar do salário de policial militar, era bem rico. Possuía um palacete em Vitória, além de algumas fazendas de café às margens do rio Doce. Era conhecido como jagunço “chapa branca” devido à proteção que recebia de políticos que o tinham como um dos melhores cabos eleitorais (JAGUNÇOS, 1958, p. 3). Ao noticiar a chegada do coronel Bimbim a Vitória, embora não visasse esconder os crimes de que ele era acusado, O Jornal (RJ) (1959) o qualificou como:

[...] um homem com a experiência de 65 anos de vida e de lutas. Além de dedicado e extremoso chefe de família, [que] abriga em sua fazenda localizada no Alto Capim, em Aimorés, *cêrca* de 50 órfãos, sem contar uma centena de pessoas necessitadas que vivem sob o seu amparo moral e financeiro (HOSPEDADO, 1959, p. 6-D).

O delegado José Lúcio Campos Gentil, responsável pelas diligências organizadas para prender o coronel Bimbim, disse que ele era “pior do que Lampião”, qualificando-o como o “rei dos jagunços”. Diziam que o coronel Bimbim mandava matar qualquer um que “cruzasse” seu caminho e que jamais se arrependeu dos crimes que praticou (HOSPEDADO, 1959, p. 6-D). A morte do prefeito de Aimorés, por exemplo, não seria para o coronel Bimbim assumir a prefeitura. A administração de Zequinha estava quase no fim, tampouco teria ocorrido por questões políticas. O motivo teria sido porque Zequinha, também coronel e chefe de jagunços, teria repreendido o coronel Bimbim por mandar matar um ex-policial militar e queimado o corpo. Ademais, Zequinha teria ameaçado denunciá-lo. Segundo o jornal Última Hora (1958), até o assassinato de José Henrique, o coronel Bimbim era o responsável direto por mais de 500 mortes.

Tantos foram os homicídios só no Espírito Santo, onde elegeu deputado estadual ao seu sobrinho, Sebastião Cipriano do Nascimento, vulgo Totó,¹¹⁸ que o coronel Bimbim e seguidores tornaram-se conhecidos como integrantes do “sindicato do crime” de Baixo Guandu. De fato, o coronel Bimbim tornou-se o principal líder dessa organização criminosa. Sua morte, em 18 de abril de 1964, devido a problemas cardíacos, com um ano e quatro meses no cargo de prefeito de Aimorés, para o qual se elegeu, em 1962, levou ao fim do “sindicato” (MEDEIROS, 2001). Algo que, pela estrutura montada e nível de comprometimento político, além da participação e envolvimento de diversas autoridades policiais, levou quase uma década para terminar, de fato.

A luta desencadeada com a morte do coronel Bimbim para ocupar o seu lugar, além de acertos de contas por velhas rixas entre antigas famílias do vale do rio Doce e zona contestada, levou à tentativa de assassinato do tenente Scárdua, em Itapina, Colatina, em 1965. O major Orlando Cavalcante, considerado, segundo o *Jornal do Brasil* (RJ) (1968), um dos grandes chefes de pistoleiros, não teve tanta sorte. Um consórcio de diversos interessados em sua morte colocou vários pistoleiros em seu encalço durante dois meses. Após algumas tentativas frustradas, conseguiram assassiná-lo, em Nova Almeida, Serra, em 26 de fevereiro de 1967.

Por fim, pelo menos, no que se refere aos grandes pistoleiros, chegou a vez do tenente José Scárdua, assassinado numa barbearia na Vila Rubim, Vitória, em 3 de fevereiro de 1973 (ANTIGO, 1973). Esse crime, ajuste tardio de antigas rivalidades e vinganças, aconteceu no contexto da Ditadura Militar. Nessa época, o processo de centralização política no Espírito Santo já estava completo e, portanto, liberado do coronelismo, mesmo desse coronelismo modernizado do pós-1945, bem como da violência que representou, particularmente, no norte do Estado.

¹¹⁸ Totó teve seu nome inscrito no rol dos matadores capixabas (MEDEIROS, 2001). Além de deputado estadual, também se elegeu prefeito de Afonso Cláudio-ES e ocupou o cargo de auditor do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

3.6 A morte dos coronéis no Espírito Santo

O coronelismo modernizado no Espírito Santo abrangeu o período administrativo de três governadores: Jones dos Santos Neves, Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente conhecido como Chiquinho. Os três começaram na política ainda jovens. Jones dos Santos Neves era de uma família influente de São Mateus, onde nasceu, em 29 de dezembro de 1901. Entre outras funções públicas, elegeu-se senador e administrou o Espírito Santo como interventor federal de 1943 a 1945 e governador eleito de 1951 a 1955.

Carlos Lindenberg era herdeiro da oligarquia jeronimista. Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 13 de janeiro de 1899. Era sobrinho de Jerônimo Monteiro, por quem nutria verdadeira admiração e respeito (VASCONCELLOS, 1995). Dentre outros cargos públicos, elegeu-se deputado federal e senador, foi secretário de Estado e governou o Espírito Santo em duas ocasiões: de 1947 a 1951 e de 1959 a 1962. Francisco Lacerda de Aguiar era de São José do Calçado, onde nasceu, em 3 de outubro de 1903. Começou sua vida pública como vereador em Guaçuí, onde ocupou a prefeitura por duas vezes, como interventor e prefeito eleito. Também se elegeu deputado federal e governou o Espírito Santo em duas ocasiões, de 1955 a 1959 e de 1963 a 1966.

Embora oriundos de oligarquias regionais, eles desenvolveram projetos de governo divergentes voltados para setores específicos da elite econômica estadual. Tais diferenças levaram a formas particulares de territorialização do capital no Espírito Santo e de utilização dos aparatos estatais necessários à integração do Estado em âmbito local e nacional. Jones dos Santos Neves, dentre eles, destacou-se pela adoção do planejamento regional como linha mestra de seu governo. Em sua primeira administração (1943–1945), elaborou as bases de um plano de valorização econômica para o Espírito Santo, implementado posteriormente em seu segundo governo (1959–1962). Ainda como interventor, pôs em prática, segundo João Gualberto (1995), uma administração mais dinâmica do que a do seu antecessor, João Punaro. Em 1943, criou o

Departamento do Serviço Público (DSP) a partir de orientações do Dasp, reorganizou também a configuração do governo, além de ter criado critérios para o funcionalismo público.

Quanto ao norte do Estado, Jones dos Santos Neves demonstrou um pretense “esforço colonizador” ao propor uma “marcha para Oeste” no Espírito Santo nos moldes da “marcha para Oeste” de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Isto é, uma “marcha” cuja finalidade, em última instância, seria a integração nacional, no caso de Getúlio Vargas, e regional, segundo Jones dos Santos Neves, para quem o norte do Estado era “atrasado” e “vazio”. Tanto num caso como no outro, entretanto, verifica-se que essa “marcha para Oeste” alimentou os anseios de latifundiários e especuladores. Quanto ao norte do Espírito Santo, em particular, não notamos durante a interventoria jonista qualquer ameaça a tais grupos nem a execução de nenhum plano específico de colonização.

Nessa época, a propósito, a colonização do norte do Estado ganhava força, notadamente, com a expansão das fronteiras agrícolas do vale do rio Doce, da zona contestada e de Aracruz, como vimos no primeiro capítulo. Tratava-se, portanto, de fronteiras mantidas nessa condição por força e/ou incapacidade do Estado. Lembramos da concessão cedida à Cofavi, em Aracruz, além da reforma da ponte Florentino Avidos, em Colatina, esta, em 1943, e aquela, em 1944. Dispensável dizer que, entre as fronteiras agrícolas do norte do Espírito Santo, a da região contestada caracterizava-se como a mais desordenada em termos de ocupação territorial.

A formulação do Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo por parte de Jones dos Santos Neves provém das experiências vivenciadas em outros países com o planejamento regional, bem como das concepções do Welfare State nos Estados Unidos e Europa. Seu Plano, elaborado no primeiro ano de sua administração como governador eleito, expunha as vantagens do planejamento como técnica para se alcançar objetivos a longo prazo, além de reorientar a política de desenvolvimento socioeconômico do Estado, apresentando a industrialização como via de transformação. Tratava-se de um plano quinquenal aprovado pela Lei n.º 527 de 3 de

outubro de 1951. Para sua implementação, exigia-se um certo suporte técnico, aparato que o Estado ainda não havia utilizado e seria inaugurado por Jones (SILVA, 1995).

Tal suporte tratava-se, com efeito, da utilização do trabalho complexo (MARX, 2017), insuficiente no Estado devido à ausência de instituições de ensino superior fora dos campos da odontologia e do direito. De todo modo, Jones dos Santos Neves valeu-se de técnicos do próprio Estado e de outros que trouxe do Rio e de São Paulo. Nesse contexto, se deu a ampliação do ensino superior no território capixaba com a criação de algumas instituições e da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1954.¹¹⁹ Seu Plano de Valorização baseava-se no aparelhamento e ampliação do porto de Vitória, no suprimento de energia elétrica, além da construção e melhoria dos troncos rodoviários estaduais. A antiga Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas foi desmembrada em Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização e Secretaria de Viação e Obras Públicas. Esta, pela importância para a execução do Plano, acabou absorvendo a maioria dos recursos financeiros do Estado. Todos os órgãos a ela vinculados foram entregues a técnicos (SILVA, 1995). O DER-ES coube ao engenheiro Luiz Serafim Derenzi.

Além das obras previstas, esse Departamento construiu diversas estradas vicinais, tendo pavimentado 100 km com asfalto, numa época em que o país só possuía 2.500 km de estradas pavimentadas (VASCONCELLOS, 2010). O DER-ES, além disso, lançou o Espírito Santo na vanguarda da pavimentação nacional ao desenvolver a técnica de estabilização granulométrica dos solos, um marco em termos de pavimentação no Brasil. Trata-se de uma técnica de menor custo (SARTÓRIO, 2007, v. 1) que confere maior resistência e impermeabilidade ao solo, impedindo, com isso, deformações excessivas.

Quanto ao norte do Estado, entre outras realizações, lembramos do Cais “Mestre Bento” e do Fórum Desembargador Ferreira Coelho, ambos em Conceição da Barra, além do Fórum

¹¹⁹ Antes da Universidade Federal do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves havia criado as seguintes instituições de ensino superior: Escola Politécnica, Escola de Belas Artes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1951, Instituto de Música do Espírito Santo, em 1952, e Escola de Auxiliares de Enfermagem, em 1953 (ESPÍRITO SANTO, 1954).

Desembargador Santos Neves, em São Mateus, inaugurados em fevereiro de 1953. Na mesma ocasião, oficializava-se o início da construção da Ponte Régis Bittencourt, em São Mateus. Esta, além da Ponte Presidente Vargas, em Linhares, inaugurada em 1954, constituía-se em obras indispensáveis à integração regional e à territorialização do capital no norte do Espírito Santo.

No setor habitacional, Jones dos Santos Neves criou o Instituto do Bem Estar Social (Ibes), em 22 de fevereiro de 1952. Mediante essa autarquia, se construiu um conjunto, batizado como “Alda Santos Neves”, nome da esposa de Jones, com 886 casas, dois edifícios para lojas comerciais, um cinema, um ambulatório médico, igreja, escolas, cinco parques e jardins, dentre outras repartições (ESPÍRITO SANTO, 1954). Tratava-se de uma “minicidade”, em Aribiri, Vila Velha. As casas seriam repassadas para famílias operárias por meio da venda ou do aluguel, obedecendo a um esquema de inscrição de candidatos. Na prática, contudo, o que ocorreu foi uma mediação clientelista sob a capa da seleção segundo critérios técnicos (SILVA, 1995). Assim, o conjunto “Alda Santos Neves” se constituiu, de fato, numa forma de segregação espacial.

A administração de Jones dos Santos Neves seguiu a mesma direção adotada por Getúlio Vargas, de quem era amigo e discípulo (ESPÍRITO SANTO, 1954). Aliás, a modernização da matriz energética brasileira adquiriu destaque a partir do segundo governo Vargas, quando começou a participação do Governo Federal na produção de energia elétrica no país (VIANNA, 1987). Por isso, Jones a incluiu como meta em seu Plano de Valorização Econômica. A proposta inicial era construir quatro usinas hidroelétricas no rio Santa Maria.¹²⁰ A Usina de Rio Bonito, entretanto, foi a única cuja construção começou ainda em seu governo, financiada inicialmente com recursos do Estado e, depois, mediante acordo com Getúlio Vargas, ficou por conta do BNDE, a partir de 12 de janeiro de 1954 (ESPÍRITO SANTO, 1958).

¹²⁰ Além da Usina de Rio Bonito, as demais seriam a de Timbuí Seco, Suíça e Santa Leopoldina (ESPÍRITO SANTO, 1952).

Por esse acordo, o Governo Capixaba se responsabilizava em organizar uma empresa de eletricidade no Estado, que seria a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (Escelsa). As obras no setor energético, na administração Santos Neves, não se limitaram a isso. Destaca-se ainda a ampliação da Hidrelétrica Lutzow, em Baixo Guandu, a Usina Hidrelétrica de João Neiva e a de Alfredo Chaves, além de outras menores, e dos conjuntos Diesel-elétricos instalados no Estado (ESPÍRITO SANTO, 1954). A Escelsa, entretanto, foi criada em 6 de setembro de 1956, e a Usina de Rio Bonito só foi inaugurada em 1960 (BITTENCOUT, 1984). De todo modo, o fornecimento de energia elétrica no Estado ainda era insuficiente, o que influenciava, é claro, a territorialização do capital e a exploração de madeira no norte do Espírito Santo.

Osias Furlan (2022) conta que sua família, oriunda de Anchieta, chegou a Nova Venécia, em 1958, onde instalou uma pequena serraria, na década de 1960. Nessa época, a energia do município ainda provinha de motores a diesel, segundo ele, era uma “energia problemática”. Com a chegada da energia hidrelétrica à Boa Esperança, ele e seus irmãos mudaram-se, então, para esse município, onde instalaram novas serrarias. Vejamos:

Meus irmãos começaram, na década de 1960, como uma serrariazinha lá, [em Nova Venécia], depois, quando me formei adulto, a gente comprou uma serrariazinha, em Santo Antônio, e de lá, mudei para aqui, logo, de imediato, porque chegou a energia aqui, aí, eu montei, porque [em Nova Venécia], era motor a diesel, aqui era elétrica. [...]. Em Nova Venécia, eles botaram uns “motorzão”, lá, entendeu? Não era hidráulica a energia, dessa que temos hoje, era “uns motorzão, tinha dois ou três motor, ali que era um monstro”, aí, eles distribuíam energia para o interior todo [...] (FURLAN, 2022).

Dentre outros municípios do norte do Estado abastecidos com energia elétrica oriunda de motores a diesel, destacamos o município de Pinheiros, que contou com esse tipo de energia até 1970. Tratava-se, porém, de um fornecimento realizado, segundo Leomar Schaffeln (2022), mediante um convênio da prefeitura com a Serraria J. Força¹²¹ que chegou a Pinheiros, em

¹²¹ Trata-se da empresa J. Força & Irmãos, classificada no ramo madeireiro de esquadrias. Em 1966, essa empresa ficou na sétima colocação em consumo de madeira em toras no Estado, com um total de 6.431 m³ (ESPÍRITO SANTO, 1967).

1962, proveniente de São Roque do Canaã, que, na época, compunha o município de Santa Teresa. Vejamos:

Quando viemos para Pinheiros [em 1964], não tinha energia da Escelsa. A energia de Pinheiros era gerada por um motor da prefeitura com convênio com essa serraria, a J. Força. A energia funcionava das 6 horas da manhã às 10 horas da noite. Quem estivesse na rua tinha que vir embora antes porque ela encerrava às 10 horas em ponto e só voltava a funcionar no outro dia, às 6 horas da manhã. Inclusive, há uma rua que está na praça e sobe para o bairro Domiciano com o apelido de “Rua do Motor” que é onde ficava o motor que gerava energia para o município. Deve ter ficado assim até antes de 1972 (SCHAFFELN, 2022).

Uma das características da energia elétrica fornecida por motores a diesel no norte do Estado era justamente sua restrição a determinado período diário. Além disso, tratava-se de um recurso limitado, disponibilizado mais nos centros dos municípios. Mesmo assim, apresentava dificuldades quanto ao funcionamento de maior quantidade de maquinário em empresas como serrarias, por exemplo. Talvez, por isso, Osias Furlan (2022) a tenha classificado como “energia problemática”. Vale lembrar que a Chenes, criada por líderes políticos do norte do Estado, buscava meios de solucionar o problema do fornecimento de energia elétrica em municípios locais, ainda no início da década de 1960. Algo que, aliás, o Plano de Valorização Econômica de Jones dos Santos Neves, mesmo com a inauguração da Usina de Rio Bonito, não havia resolvido.

A propósito, retomando seu Plano de Valorização, ainda quanto ao campo educacional, agora, especificamente, com relação ao ensino primário, diríamos que se trata de uma das áreas em que Jones mais se distanciou do coronelismo de sua época ao atingi-lo numa de suas bases de sustentação clientelista. De fato, esse era um de seus objetivos: livrar o setor educacional da influência política e criar estruturas capazes de o modernizar. No balanço que fez acerca dos três primeiros anos de sua administração, destacou o seguinte:

[...], é, justamente, sob o aspecto da Política Educacional que mais sobre-excedem e avultam os saldos em nosso favor. Declarávamos apenas que a Educação era tema predileto do nosso espírito. E trazíamos, simplesmente, no torçal da consciência, o firme propósito de praticar a Política da Educação, ao invés de fazer política com a Educação. Foi essa uma conquista que mais me entenece o espírito e constitui legítimo título de ufanía de imprecívél recordação. Vínhamos, há dezenas de anos, subordinando aos interesses inconfessáveis dos grêmios político-partidários a sacrossanta missão do ensino (ESPÍRITO SANTO, 1954, p. 22).

É claro que sua política educacional não se fez sem atritos com o bloco dominante. A nomeação de “professores de emergência” se constituía em um dos suportes de manutenção do domínio coronelístico e de preservação das oligarquias no controle do aparelho regional de Estado. Jones dos Santos Neves entregou a Secretaria de Educação e Cultura ao educador Rafael Grisi, vindo de São Paulo. Também reestruturou a carreira profissional dos professores com a criação de concurso para ingresso e remoção, além da revisão dos critérios de promoção e gratificação vigentes. Tais mudanças levaram à perda do apoio dos coronéis do interior, de modo a refletir negativamente para o PSD nas eleições de 1954 (SILVA, 1995).

Com isso, a Coligação Democrática (PR, PSP, UDN, PDC, PRP, PRT) acabou se fortalecendo, levando Francisco Lacerda de Aguiar ao governo do Estado (1955–1959). Cargo que o PSD reconquistou nas eleições de outubro de 1958, após complicada gestão de Francisco Lacerda de Aguiar, resultando no rompimento com quase todos os partidos que compunham a Coligação Democrática. Assim, Carlos Lindenberg, governador de 1947 a 1951, retornou ao poder outra vez, para a administração de 1959 a 1962 (OLIVEIRA, 2017). Os dois adotaram posturas distintas quanto ao processo de industrialização do Estado implementado no governo de Jones dos Santos Neves.

Lacerda de Aguiar representava os interesses das oligarquias mercantis exportadoras. Para ele, o fundamental era a agropecuária. A industrialização não era totalmente descartada, mas se constituía em atividade complementar à agrícola. Por isso, sua administração marcou, concretamente, um período de inflexão no ritmo da política de desenvolvimento implementada por Jones dos Santos Neves. Seu governo representou ainda o retorno das oligarquias mercantis exportadoras à direção do aparelho institucional, além de proporcionar maior abertura para as classes populares, conferindo um viés populista à sua administração. Já Carlos Lindenberg representava os interesses das forças agro fundiárias do Estado de base cafeeira, especialmente, do sul. De certo modo, ele retomou o projeto jonista de desenvolvimento, porém com feições

mais conservadoras (SILVA, 1995). Não tanto quanto em seu primeiro governo, mais atento ao velho coronelismo e exercido consoante a velha máxima: “aos amigos os favores, aos inimigos a lei” (VASCONCELLOS, 1995, p. 205).

As eleições de outubro de 1962 impuseram enorme derrota ao PSD. Carlos Lindenberg, que se desincompatibilizou do governo para concorrer ao senado, não conseguiu se eleger e Jones dos Santos Neves, que concorreu ao cargo de governador, perdeu para Lacerda de Aguiar, que assumiu o governo pela segunda vez, em 31 de janeiro de 1963. Ocorre que, em 31 de março de 1964, começou a Ditadura Civil Militar no país. Lacerda de Aguiar, ao contrário do que ocorreu com vários governadores, em muitos Estados, não foi deposto. Sua adesão, mesmo que tardia, ao movimento político-militar assegurou-lhe o governo do Estado. Mas, à medida que o regime se perpetuava, seu governo tornava-se um obstáculo tanto ao regime quanto às elites regionais derrotadas no pleito de outubro de 1962, identificadas com os setores urbano-industriais, e que se alinharam à Ditadura Civil Militar. Houve uma verdadeira cruzada anti-Chiquinho (OLIVEIRA, 2017), levada a efeito pela ala do PSD na Assembleia Legislativa, bem como pelo jornal *A Gazeta*, cujo proprietário era Carlos Lindenberg.¹²²

Francisco Lacerda de Aguiar respondeu a um Inquérito Policial Militar (IPM) acusado de corrupção. Foi absolvido. Afastou-se do governo por problemas de saúde. Alguns meses depois, em 5 de abril de 1966, renunciou ao cargo. Concretizava-se o fim do coronelismo no Espírito Santo. Mesmo do coronelismo modernizado, cujas transformações em relação àquele tradicional da Primeira República não passaram despercebidas nem de coronéis, nem de estudiosos do assunto. Segundo Rogério Medeiros (1982, n.p), Carlos Lindenberg, por exemplo, admitiu a existência de um “coronelismo esclarecido”, reconhecendo que sua carreira

¹²² O jornal *A Gazeta* foi adquirido por Carlos Lindenberg em 1949. Pertencia a Eleosipo Rodrigues da Cunha. Os dois eram desafetos políticos. Carlos Lindenberg adquiriu esse jornal mediante um artifício: pediu para um amigo comprá-lo sem que Eleosipo soubesse que, na verdade, o dono seria Carlos Lindenberg. Eleosipo não venderia o jornal para ele (ALMEIDA, 2010). O jornal *A Gazeta* tornou-se, na época, o veículo de comunicação oficial do PSD. Atualmente, compõe a Rede *Gazeta*, afiliada da Rede Globo no Espírito Santo.

política foi bem-sucedida por conta dos ensinamentos que recebeu dos antigos coronéis. Rogério Medeiros, no mesmo sentido, defende, para a época, a existência de “um coronelismo mais novo, mais populista”.

Para Erivaldo Fagundes Neves (2008), trata-se de uma oligarquia “academicizada”. Isto é, aquela formada pelos filhos dos coronéis que se tornaram bacharéis na primeira metade do século XX, preparados para ocupar cargos na burocracia estatal e tocar os negócios da família, porém cada vez mais autonomizados do papel de administradores. Essa “academicização” se dava, obviamente, por meio da formação em cursos superiores. Cássio Arruda Boechat (2013) destaca, nesse caso, a existência de um bacharelismo, isto é, a formação de bacharéis, portanto, de homens com formação universitária, filhos de coronéis, e promotores da modernização. Esta, aliás, foi pensada mesmo antes do planejamento institucionalizado.

De qualquer forma, o que queremos evidenciar, em especial, para o período em análise, é a submissão da região ao planejamento regional científico e centralizado, num contexto de Estado nacional em processo de autonomização. Convém observar, nesse caso, que os três governadores capixabas desse coronelismo “esclarecido” eram bacharéis, formados no Rio de Janeiro, inclusive em áreas distintas do conhecimento científico. Jones dos Santos Neves era farmacêutico, Carlos Lindenberg formou-se em direito e Francisco Lacerda de Aguiar, em engenharia elétrica. Sem nos abstrairmos do fato de que eles representavam grupos específicos da elite econômica estadual, diríamos que os três, cada qual à sua maneira, articulando com as bases aliadas, mas impondo, ao mesmo tempo, seus traços personalísticos e oligárquicos, atuaram como agentes da modernização do Estado.

É óbvio que Jones dos Santos Neves destacou-se, nesse contexto, por conta da adoção do planejamento regional que, aliás, coadunava-se com a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas, com quem, já observamos, havia cultivado grande amizade. Com relação a Carlos Lindenberg, particularmente no que respeita à preservação ambiental, devemos destacar que ele

se tornou o mais modernizante entre os três. Leonardo Bis dos Santos (2016) observa que foi com Carlos Lindenberg, à frente da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, em 1937, que, pela primeira vez, surgiu a proposta de criação de reservas florestais no Espírito Santo.¹²³ Posteriormente, como governador em 1948, Carlos Lindenberg criou, de uma só vez, sete reservas florestais em terras capixabas, sendo três no norte do Estado: duas em Conceição da Barra e uma em Barra de São Francisco.¹²⁴ Além disso, em 1960, em seu segundo governo, criou mais duas reservas florestais no Estado. O que estava na base da criação dessas reservas, embora não tenham sido todas delimitadas, segundo Leonardo Bis, era a rede de sociabilidades que Carlos Lindenberg manteve com o zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão e com o naturalista Augusto Ruschi, reconhecidos no Brasil e no exterior.

Quanto à política econômica, destaca-se a priorização dada por Carlos Lindenberg aos setores energético e agropecuário. Ao primeiro, essencial à industrialização, ele o retomou, sanando, antes, a dívida com o BNDE, deixada por Francisco Lacerda de Aguiar, para enfim, iniciar a construção da Usina de Suíça, em 1960, nos moldes do Plano de Valorização de Jones dos Santos Neves. No setor agropecuário, visou modernizar a produção cafeeira, apoiando o programa do IBC voltado à produção de café de melhor qualidade. Buscou ainda, através da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), o ensino de técnicas novas de adubação do solo, de combate a pragas e higiene animal, de produção de alimentos,

¹²³ É possível que a ideia de criação de reservas florestais por parte de João Punaro Bley, em 1941, tenha sido gestada quando Carlos Lindenberg esteve à frente da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. De todo modo, vimos que naquela ocasião as duas reservas criadas por João Punaro não foram implementadas.

¹²⁴ As reservas de Conceição da Barra são as atuais Reserva Biológica Córrego do Veado, atualmente localizada em Pinheiros, depois que este surgiu como município, em 1963, e o Parque Estadual de Itaúnas, reconhecido e implementado como unidade de conservação por meio do Decreto n.º 4.967-E de 8 de novembro de 1991. Desde 1999, o Parque Estadual de Itaúnas compõe o conjunto natural denominado “Costa do Descobrimento”, tombado pela Unesco como patrimônio da humanidade (SANTOS, 2016). A reserva florestal de Barra de São Francisco não foi implementada. Em mensagem a Ales, em 1952, Jones dos Santos Neves informou que as invasões de terras na área são a causa de sua não efetivação (ESPÍRITO SANTO, 1952). Acreditamos, no entanto, que isso ocorreu devido à incapacidade do Estado em fiscalizar suas reservas florestais, na época, e de fazer valer suas medidas, frente, muitas vezes, a interesses particulares.

além da abertura de linhas de crédito aos produtores rurais, dentre outras medidas (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Em relação a Francisco Lacerda de Aguiar, sua segunda administração essencialmente não se desviou da primeira. Também não se afastou muito da política de Carlos Lindenberg no sentido de conter a desestruturação da base econômica que começava a se configurar no meio rural capixaba. Os rumos da política econômica levada a efeito por Francisco Lacerda de Aguiar foram atualizados com base no Plano Diretor da Acares voltado para o meio rural com vistas à diversificação econômica, além do desenvolvimento socioeconômico mediante dois planos básicos: o Plano de Industrialização Rural, concebido para se tornar o ápice da política de desenvolvimento planejada para o Estado, e o Plano Educacional de Emergência que visava erradicar o analfabetismo no Espírito Santo (SILVA, 1995).

Em ambos os casos, embora sob acirrada resistência do setor progressista encastelado na Assembleia Legislativa, a política econômica da administração Lacerda de Aguiar logrou resultados positivos. Só no exercício de 1964, efetivaram-se 1.000 novos financiamentos. Quanto ao Plano de Industrialização Rural, em dezembro de 1965, o jornal *Correio da Manhã* (RJ) noticiava o seguinte:

[...] a instalação de 10 usinas para o beneficiamento da mandioca e 5 para a do milho, além de 2 fábricas para a produção de doces e 2 para o fabrico de óleos vegetais. Somente com relação à mandioca, prevêm [*sic*] os técnicos do governo capixaba que dentro de poucos meses estarão plantados cerca de 2 mil alqueires de terra, para o abastecimento das 10 usinas.

[...] umas 600 famílias ficarão com a responsabilidade da lavoura da mandioca, nas várias regiões do Estado onde o produto vem sendo cultivado para o fornecimento às usinas, evitando-se, assim, que aqueles lavradores engrossem o êxodo para as cidades, com o abandono das atividades agrícolas.

Quanto às fábricas de doces e de óleos, [...] as primeiras já estão em pleno funcionamento, com produção diária de 12 mil quilos. Quanto às de óleos vegetais, cada uma das duas usinas terá, dentro de três meses, uma capacidade de produção de cerca de 14 toneladas diárias (LACERDA, 1965, p. 7).

Com relação ao Plano Educacional de Emergência, destaca-se também a construção de 273 escolas singulares para o ensino primário, 13 grupos escolares para o ensino médio, além da instalação de escolas normais em vários municípios, dentre outras realizações (ESPÍRITO SANTO, 1965). A política econômica desses governadores capixabas da redemocratização pós-

1945 nos chama a atenção quanto à posição do coronel no limiar da modernização. Isto porque há um evidente conflito no campo político entre grupos agromercantis e industrializantes, levando a transformações político-institucionais que afetaram a forma de ser do próprio Estado, tendo-os como agentes ativos e participantes.

Marta Zorzal e Silva (1995) observa que, no início dos anos 1960, o reaparelhamento institucional do Estado, além da modernização econômica, tornaram-se inevitáveis por conta da pressão exercida pelas forças ligadas à transformação capitalista em curso no cenário nacional. Semelhantemente, para Ibarê Dantas (2019), a modernização dos aparelhos de Estado está relacionada com a expansão da economia nacional, a partir de meados da década de 1950, impulsionada pela industrialização do Sudeste sob a ação do capitalismo monopolista.

O quadro delineado parece não deixar opção para líderes políticos locais, seja no âmbito municipal ou regional, a não ser aderir à modernização econômica e política. Convém salientar que esses coronéis, mesmo os tradicionais, eram capitalistas. O latifúndio, por exemplo, é uma empresa que, assim como qualquer outra, move-se sob a lógica do lucro. O coronel, além de fazendeiro e chefe político, era dono de cartório, da venda (no caso do vendeiro) e do armazém. Era comerciante, pecuarista, madeireiro, industrial, grileiro e homem do seu próprio tempo.

Logo, o coronel era um empresário. Sua posição enquanto grileiro implica na condição da terra transformada em mercadoria como qualquer outra com valor de mercado. O tempo do coronel é o tempo do capital que se expande e se territorializa. Nesse caso, não há contradição na postura modernizante dos coronéis, especialmente daqueles do pós-1945. Ademais, o maior nível de complexificação socioeconômica verificado nessa época exigia que os governos aos quais eles representavam tomassem medidas condizentes com a realidade presente.

Tal realidade, segundo Marshall Berman (2005), tem sido alimentada por um turbilhão de grandes descobertas na área das ciências físicas, pelos sistemas de comunicação de massa, pela descomunal explosão demográfica e acelerada urbanização, além dos movimentos sociais

e do mercado mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. É esse turbilhão do qual ninguém escapa, caracterizado por um contínuo vir-a-ser, que ele denomina modernização. À parte da ordem filosófica, segundo Max Weber (2005, p. 135), a moderna ordem econômica, ligada à produção industrial, é como uma “prisão de ferro”. Essa ordem, capitalista, inexorável, legalista e burocrática, determina, portanto, “com força irresistível a vida de todos os indivíduos nascidos sob este regime, e não apenas os envolvidos diretamente na aquisição econômica”.

Que dizer, então, acerca daqueles que, além disso, ocupavam cargos políticos? Era de se esperar que agissem sob os ditames dessa ordem. O que nos leva a acreditar, com relação ao Espírito Santo, particularmente, no que respeita à adoção do planejamento regional por Jones dos Santos Neves, que mais do que amizade com Getúlio Vargas e convicções pessoais, tratava-se de uma posição antenada com o contexto de sua época. Não significa dizer que não houvesse espaço para contradições e ambiguidades. Destacamos, por exemplo, a incompatibilidade da política econômica levada a efeito por Francisco Lacerda de Aguiar, em seu primeiro governo, voltado, prioritariamente, para a agricultura, enquanto no contexto federal, dava-se prioridade à industrialização sob o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Convém salientar que Francisco Lacerda de Aguiar era “um legítimo representante da mais empedernida aristocracia rural” capixaba (MEDEIROS, 1982, n.p). Mesmo assim, seu segundo governo correspondeu mais às pressões industrializantes vigentes, embora continuasse priorizando o setor rural, visivelmente, por meio da modernização. A propósito, é justamente pela modernização desse setor, representada pela integração regional, além da ação de partidos de esquerda e das Ligas Camponesas, que o coronelismo pós-1945,¹²⁵ segundo Ibarê Dantas (2019), entrou em declínio. Situação que ficou ainda mais preocupante para os coronéis quando,

¹²⁵ Para Ibarê Dantas (2019), o coronelismo se subdivide em três fases: a primeira, que se estende de 1900 a 1930; a segunda, de 1930 a 1945; e a terceira, de 1945 a 1964. Resumidamente, o poder do coronel na primeira fase, segundo Ibarê, fundamentava-se no controle da coerção. O voto ocupava importância secundária. Na segunda fase, também chamada de fases das interventorias, o poder coronelístico fundamentava-se na reconhecida tradição de mando do coronel. Na terceira, o voto é que desempenhava papel fundamental, levando o coronel a assistir seu eleitorado paternalisticamente, com quem mantinha laços de dominação e dependência pessoal.

a partir de 1962, alguns governadores participaram do ideário populista-reformista propondo a reforma agrária. Nesse contexto, a intervenção militar de 1964 representou a “salvação” para os já combalidos coronéis. Mas, a concretização do projeto político do novo regime autoritário sob o controle dos militares, voltado para a modernização do sistema capitalista, fez o coronelismo declinar de vez.

Conclusão a que também chegou Maria Teresa Miceli Kerbauy (2016), porém seguindo uma ótica menos economicista. Segundo ela, a passagem da sociedade rural brasileira para uma sociedade urbana não foi suficiente para eliminar o coronelismo. Ao contrário, foram os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas que criaram, de fato, as condições políticas favoráveis ao fim do fenômeno. Tais mudanças são aquelas impostas pelo Regime Militar entre 1964 e 1974, período marcado pela intensificação do autoritarismo, bem como por uma arena partidária eleitoral muito restrita. É nesse período que se dá a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo através do Ato Institucional n.º 2 (AI-2) e do Ato Complementar n.º 4, ambos de 1965, posteriormente incorporados à Constituição Federal de 1967. Além disso, essa Constituição, juntamente com o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o mais repressivo do regime, restringiu o papel do legislativo.

É preciso entender, no entanto, que antes disso, desenrolava-se um processo, levando a transformações no modo coronelista por todas as regiões. Começando pela extinção da Guarda Nacional, tal processo passou pela modificação no Código Eleitoral, pela ampliação do Exército Nacional e pela criação de infraestruturas de comunicação, rompendo com o isolamento do interior. Também passou pela instauração de padrões técnicos de planejamento regional via instituições universitárias, pela constituição de um sistema de crédito centralizado e legislações trabalhistas (BOECHAT, 2013; LEITE, 2015; KLUCK, 2016). Além disso, as transformações no modo coronelista ainda passaram pela presença cada vez mais efetiva do aparelho de governo no controle da violência e fraudes eleitorais, além do surgimento de novas formas de

mediação entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, rompendo com a intermediação exclusivista dos coronéis (KERBAUY, 2016).

Esse processo também criou mecanismos, quais sejam, o clientelismo de massa, o burocratismo e o corporativismo. Maria Teresa M. Kerbauy (2016) afirma que tais mecanismos passaram a mediar as relações políticas, fazendo desmontar o sistema coronelístico, implicando em um quadro político mais profissionalizado, de onde surgiu o político moderno. Este é o que vive profissionalmente da política, exercendo-a em caráter permanente. É quem transforma os partidos em verdadeiras empresas políticas, cujo fim é a conquista do voto. Essa nova maneira de ser e de fazer política, contudo, não prescinde do clientelismo. Essa continuidade, todavia, engendra uma resistência em se admitir o fim do coronelismo, de modo que a categoria continua sendo utilizada para analisar contexto político que não mais se enquadra no fenômeno.

Tal resistência se deve

[...] ao fato de não existirem suficientes refinamentos analíticos que contextualizem o clientelismo enquanto modalidade do comportamento eleitoral que caracteriza tanto sociedades tradicionais rurais, envolvendo os notáveis locais e suas clientelas, quanto sociedades modernas-urbanas que, mesmo pautadas por comportamentos universalistas, estabelecem relações de clientelas em consequência das poucas alternativas de manifestação da vida política (KERBAUY, 2016, p. 18).

Além disso, os estudos acadêmicos analisam o poder local, juntamente com o interior e o rural, como fenômenos idênticos, já que partem de um padrão polarizado entre moderno e tradicional, rural e urbano. Com isso, esse poder, também mal sistematizado em tais estudos enquanto nova realidade configurada a partir de 1964, é identificado especificamente ligado às práticas coronelistas, entre as quais se sobressai o clientelismo (KERBAUY, 2016). Junta-se a este, já transmutado em clientelismo de massa, também o patrimonialismo e o autoritarismo.¹²⁶ Continuidades que ainda ofuscam entendimentos quanto à atualidade da política brasileira, presentificando um fenômeno fora de seu contexto. Tantas são as descontinuidades,¹²⁷ diversas

¹²⁶ Destacamos que não é nossa intenção analisar tais categorias nessa pesquisa, algo que, aliás, extrapola nosso objeto de pesquisa nesse momento.

¹²⁷ O que chamamos de “descontinuidades”, vários autores, entre eles Maria Lucinete Fortunato (2000), Fernando Achiamé (2010) e Ibarê Dantas (2019), dentre outros, chamam de “rupturas”.

as transformações sociais, políticas e econômicas, que aquilo que permanece não se configura mais como coronelismo.

3.7 Ditadura Civil Militar, territorialização do capital e modernização

A Ditadura Militar que pôs fim ao coronelismo levou ao poder nos Estados os chamados “governadores biônicos”. A denominação se deve ao fato de que esses governadores não eram eleitos democraticamente. O presidente da República, um general, indicava um candidato e a Assembleia Legislativa Estadual ratificava a indicação. No Espírito Santo, os governadores biônicos foram Christiano Dias Lopes Filho (1967–1971), Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971–1975), Élcio Álvares (1975–1979) e Eurico Vieira de Rezende (1979–1983).

Christiano Dais Lopes tornou-se o “comandante da cruzada anti-chiquinho”, sobretudo em seu terceiro mandato como deputado estadual, quando Francisco Lacerda de Aguiar detinha o apoio da maioria dos deputados na Assembleia. Antes disso, ocupou o cargo de chefe de gabinete no governo de Jones dos Santos Neves, que se tornou seu grande exemplo de governo. Christiano Dias Lopes Filho compunha a “Ala Moça” do PSD, composta pelas novas lideranças congregadas no partido pelos antigos chefes políticos.

Quando ele assumiu o governo, o Espírito Santo ainda vivia sob a insegurança e o medo causados por conta da criminalidade, sobretudo daquela oriunda das rivalidades entre grupos de pistoleiros em luta após a morte do coronel Bimbim. Tal criminalidade, como já destacamos, mantinha ainda intrínseca relação com o coronelismo modernizado do pós-1945. Vejamos o que noticiou o *Jornal do Brasil* (RJ), em 12 de junho de 1968, com um ano e meio de governo de Christiano Dias Lopes:

Sob um clima de pavor e medo, que se acentuou nos últimos cinco anos, vivia já não apenas o povo do interior, mas também o de Vitória, uma vez que o banditismo, aos poucos, com a cumplicidade de oficiais da Polícia Militar, deputados e até mesmo das mais altas autoridades governamentais, tomava conta da própria Capital do Estado [...].

As notícias sobre o banditismo no Espírito Santo, os crimes praticados impunemente pelos frios pistoleiros se circunscreviam ao Estado, já que ninguém se atrevia a denunciá-los, nem mesmo a imprensa, pois que uma poderosa rede de figuras

influentes, com cobertura em Vitória, Belo Horizonte e Rio tratava de evitar, sob pena de morte, que qualquer informação chegasse ao conhecimento dos jornais ou do rádio do resto do país. Por sua vez, a Justiça não tinha meios para enfrentar o banditismo, pois não contava com apoio dos outros poderes do Estado, e juízes e promotores do interior e até mesmo os desembargadores viviam sob a mira das garruchas dos pistoleiros.

[...]. Desejos de mando, questões de terra e questões políticas, rivalidades entre antigas famílias posseiras da região do Rio Doce, da Zona do Contestado, roubo de animais, e, recentemente, roubo de automóveis nas Capitais do Sul, principalmente no Rio, moviam os elementos de duas perigosas quadrilhas que lutavam entre si pela supremacia criminosa e nessa luta ensanguentavam e intranquilizavam o Espírito Santo (ESPÍRITO, 1968, p. 14).

Por isso, Christiano Dias Lopes considerava a pasta da segurança pública no Estado como a parte mais difícil de sua administração. Para esse cargo, acumulando igualmente a chefatura de polícia, nomeou seu irmão, José Dias Lopes, que havia sido prefeito da Guanabara-RJ. Este reformulou a metodologia policial, reaparelhou as delegacias do interior, nomeando bacharéis e membros da Polícia Militar de reconhecida idoneidade para os cargos de delegado, além de ter fornecido segurança ao Poder Judiciário. Empreendeu ainda uma campanha de desarmamento em todo o Estado, tendo como resultado a apreensão de enorme quantidade de armamento. Vejamos:

São centenas de armas, de todos os feitios e calibres - desde o revólver pica-pau, feito em casa, espingardas, carabinas, mosquetões, garruchas, metralhadoras, inclusive -, apreendidas em menos de um ano pela Secretaria de Segurança, na campanha pela extinção do banditismo organizado no Espírito Santo, abarrotam vários depósitos improvisados no edifício da chefatura de polícia [...] (ESPÍRITO, 1968, p. 14).

Tratava-se da maior apreensão de armas de fogo então registrada na América do Sul (ESPÍRITO, 1968). Assim, Christiano Dias Lopes mostrava para as antigas lideranças políticas e demais membros de organizações criminosas atuantes no Estado que a realidade no Espírito Santo havia mudado. Àquela altura, o Estado estava autonomizado politicamente. Por isso, dispunha de legitimidade para desarmar velhos coronéis e seus braços armados (jagunços e pistoleiros), ao mesmo tempo, em que buscava garantir o monopólio da violência nas mãos do próprio Estado. Além disso, Christiano Dias Lopes empreendeu uma reforma administrativa com vistas à adequação do aparelho de governo à política econômica do novo regime,

estimulando a criação de entidades e órgãos destinados ao planejamento e à captação de recursos necessários à modernização da economia capixaba.

Antes de assumir o governo, em agosto de 1966, o futuro governador encomendou um estudo intitulado “Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo” que resultou num trabalho de dois volumes, servindo de base inicial à sua administração. Tal estudo foi financiado pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), criada, em 1958, por empresários locais, empreendendo acirrada oposição ao governo Lacerda de Aguiar. O estudo concluiu que o Espírito Santo não poderia intensificar seu desenvolvimento, nos anos vindouros, tendo como base produtos tradicionais, sujeitos às constantes flutuações de demanda e preços. O setor madeireiro, no entanto, foi considerado essencial. Sugeria-se a instalação de indústrias de madeira compensada, o que permitiria a utilização de madeira de crescimento rápido. Como atrativo a tais empresas, sugeria-se a criação de financiamentos e isenções fiscais.

É nesse contexto que a Cobraice se instalou em Conceição da Barra, como destacamos no segundo capítulo dessa tese. Aliás, em 1964, as maiores produtoras de madeira compensada no Espírito Santo eram a Serraria Cacique, em São Mateus, e as serrarias Alves Marques e Barbados, em Colatina. As três compunham um grupo formado na época pelas 80 maiores empresas do setor no país. Seguindo orientação do “Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo”, Christiano Dias Lopes criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), logo no início de sua administração, em 1 de fevereiro de 1967.

Essa Companhia ficou responsável pela aplicação dos recursos financeiros do IBC/Gerca voltados à diversificação agrícola no Estado por conta da crise econômica provocada pela política de erradicação dos cafezais (ESPÍRITO SANTO, 1968). Além desses recursos, que compunham mais de 70% do orçamento da Codes, essa Companhia contava também com financiamento do próprio Governo Estadual e do BNDE. As empresas mais beneficiadas com

o financiamento da Codes foram as de produtos alimentares (indústria de carne, de café e de açúcar), com 59,8%, além das empresas madeireiras e de mobiliário com 11,1% dos recursos (ROCHA; MORANDI, 2012).

Ainda, em 1967, outro estudo denominado “Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo” confirmou a importância da exploração madeireira para o crescimento econômico do Estado. Na ocasião, destacava-se que a Mata Atlântica no norte do Espírito Santo, se explorada racionalmente, permitiria, a curto prazo, a extração de 30 milhões de m³ de madeira. Insuficientes, de todo modo, às necessidades do mercado local e externo. Sugeriu-se, então, a drenagem das matas alagadas e o reflorestamento em grande escala com espécies de crescimento rápido, porque a silvicultura também foi apontada como forma de diversificação econômica naquele cenário de erradicação dos cafezais.

A drenagem das áreas alagadas no norte do Estado se estendeu durante toda a Ditadura Militar, indo até o final da década de 1980, período em que, já observamos, o “vale da Suruaca” foi transformado em região do planejamento estatal. Quanto ao reflorestamento, vimos também que a espécie escolhida para tanto foi o eucalipto, componente indispensável à implantação do Projeto Aracruz no norte do Estado. Em 1969, a política de financiamento e incentivos fiscais adotada no Espírito Santo ganhou nova estrutura. Em 20 de junho desse ano, mediante a Lei n.º 2.413, Christiano Dias Lopes, seguindo orientações do Banco Central, adaptou a Codes para, por meio dela, criar o Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes).

Menos de três meses depois, por meio do Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969, o Governo Federal criou o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) para fomentar empreendimentos industriais e agropecuários no Estado. Para administrar os recursos financeiros do Funres, o mesmo Decreto criou o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres). Fernando C. Macedo e Diogo F. Magalhães (2011)

observam que o Funres particularizou o Espírito Santo ao torná-lo o único Estado no país a dispor de um instrumento de desenvolvimento regional instituído pelo Governo Federal.¹²⁸

O Governo Capixaba tinha pressa, na verdade, corria contra o tempo a fim de dotar o Espírito Santo com instrumentos capazes de impulsionar o crescimento econômico do Estado. Apenas seis meses após a criação do Funres, Christiano Dias Lopes, mediante a Lei n.º 2.508 de 22 de maio de 1970, criou o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O objetivo era aumentar as importações e exportações através do Porto de Vitória e atrair investimentos em atividades industriais. De qualquer forma, o Geres e o Bandes ficaram responsáveis por administrar a política de incentivos fiscais e de financiamento em todo o Estado.

Até 1974, esses dois órgãos financiaram 40 projetos industriais. Dez desses projetos eram de ampliação e 30 de implantação de novas indústrias concentradas, principalmente nos ramos de produtos alimentícios, minerais não metálicos, metalurgia e têxteis (ROCHA; MORANDI, 2012). Mais do que isso, o Bandes, em particular, tornou-se o “grande pensador” e “guardião” da política de crescimento econômico do Estado, a partir do capital local, até o final da década de 1970 (CORRÊA; BERTOLANI, 2012, p. 30). Adquiriu ainda importância fundamental para o financiamento de projetos de pequeno e médio porte que compunham a cadeia produtiva dos Grandes Projetos de Impacto, orientados na administração de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971–1975). Este era engenheiro, expoente da Findes e primeiro presidente da Codes, onde trabalhou por três anos, o que lhe permitiu desempenhar importante participação no governo de Christiano Dias Lopes.

O governo de Arthur Gerhardt teve como marca principal justamente a mobilização de recursos, sobretudo do exterior, para a implantação desses Grandes Projetos no Espírito Santo.

¹²⁸ Convém observar que fundos similares como o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finan) estavam direcionados ao desenvolvimento de um grupo de Estados que compunham uma mesma macrorregião (MACEDO; MAGALHÃES, 2011).

Trata-se de empreendimentos em escala internacional, cuja implementação dependia do capital estrangeiro e, obviamente, do apoio do Governo Federal mediante o BNDE, além, é claro, do Bandes. Os Grandes Projetos de Impacto efetivaram-se no decurso da década de 1970 com a implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND) (1975–1979), coordenado pelo Governo Federal, com vistas a articular capitais privados nacionais e estrangeiros com investimento estatal.

Dentre os setores atendidos no contexto do II PND, destaca-se o de papel e celulose, representado no Espírito Santo pela multinacional Aracruz Celulose (DALCOMUNI, 1990), atual Suzano S.A. Seu surgimento no Estado está relacionado com o contexto de diversificação econômica por conta da erradicação dos cafezais, bem como da ampliação da demanda mundial por celulose e papel, aliados às condições geográficas (clima, solo, localização) e à aquisição de terras a baixo custo. Do contexto de implantação dos Grandes Projetos de Impacto, a Aracruz Celulose é a que se enquadra no norte do Espírito Santo.¹²⁹ Quando foi inaugurada, em 1972, no decorrer do mandato de Arthur Gerhardt, essa empresa contava com a Aracruz Florestal S.A., fundada, em 25 de janeiro de 1967, como subsidiária.

Contando com o suporte do aparato burocrático militar a seu favor, além de falsificações de documentos e da violência contra indígenas e posseiros,¹³⁰ a Aracruz Celulose se apropriou de praticamente todo o território onde viviam os Tupiniquim e Guarani Mbya, no município de Aracruz. Mantinha-se a narrativa oficial, segundo a qual não havia indígenas no Espírito Santo, e o Governo Capixaba empregava todos os esforços a fim de alavancar a economia local rumo

¹²⁹ Além da Aracruz Celulose, os Grandes Projetos de Impacto são formados pelo Porto de Tubarão, finalizado em 1966, pelas usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce: CVRD I, que entrou em operação em 1969; a CVRD II, em 1973; a Itabrasco, em 1976; a Nibrasco, em 1978; a Hispanobras, em 1979. Também pela usina de pelotização da Samarco, que começou a funcionar em 1978, no município de Anchieta, além da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual Arcelor Mital, construída entre 1973 e 1983. Incluindo ainda melhorias no sistema de transporte portuário com a expansão dos portos de Vitória, Tubarão e Praia Mole (FORTUNATO, 2011; MACEDO; MAGALHÃES, 2011).

¹³⁰ Uma das formas de violência nesse caso diz respeito à prática de se atear fogo nas casas de indígenas e posseiros a fim de desalojá-los e impedir seu retorno ao mesmo local. Trata-se, com efeito, de um expediente que foi muito utilizado por policiais e jagunços no norte do Espírito Santo, especialmente na região contestada.

à moderna economia capitalista (CICCARONE, 2001; LOUREIRO, 2006). Nesse contexto, a empresa se apropriou também de terras de comunidades quilombolas no Sapê do Norte, em São Mateus e Conceição da Barra, onde mantém extensas áreas plantadas com eucalipto.

Cultura que, aliás, também se estendeu para outros municípios do Espírito Santo, dentre os quais o de Linhares. Dados do Censo Agropecuário de 1975 dão conta de que 66,3% da área conjunta desse município e de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra eram ocupadas, em 1950, por matas naturais. Percentual que decaiu para 16,1%, em 1975. Em contrapartida, as florestas artificiais, majoritariamente de eucalipto, que, em 1950, ocupavam 0,4% da mesma área, passaram para 12,1%, em 1975 (MOTTA, 1982). Não significa dizer que o desmatamento evidenciado no período se deve exclusivamente ao cultivo de eucalipto, lembramos da expansão das fronteiras agrícolas nesses municípios, bem como da exploração madeireira.

De todo modo, chama-nos a atenção o planejamento estatal quanto à gestão do território no norte do Espírito Santo, particularmente no que respeita à implantação dos Grandes Projetos de Impacto. No caso do Vale da Suruaca, buscava-se, segundo Gabriel P. A. Lopes (2022), impulsionar a fronteira agrícola a fim de expandir a produção de alimentos e matérias-primas para atender à acelerada urbanização em curso, além de dar suporte à instalação dos Grandes Projetos no Estado. Trata-se do planejamento estatal “abrindo” a fronteira, o que não significa acesso livre à terra, ao contrário, nesse caso, verificamos a desterritorialização de comunidades tradicionais que viviam da pesca artesanal, da cata de mariscos, da pequena agricultura.

Quanto à Aracruz Celulose, enquanto maior expressão dos Grandes Projetos de Impacto no norte do Estado, notamos que o planejamento estatal agiu no sentido de restringir o acesso à terra, “fechando”, portanto, a fronteira mediante a silvicultura. O principal recurso utilizado, obviamente, foi o reflorestamento com eucalipto, precedido pelo desmatamento, caracterizando o sistema mata-eucalipto. Uma das consequências mais visíveis, sem dúvida, é a concentração fundiária. Nesse contexto, o “fechamento da fronteira” diz respeito à existência de um espaço

antes acessível à pequena produção camponesa (óbvio, com as comunidades indígenas, em Aracruz, e comunidades quilombolas em Conceição da Barra e São Mateus), que passou a ser capturado pela lógica capitalista, sinal evidente da territorialização do capital com base na propriedade da terra.

Daí porque entendemos que a territorialização das ações do Estado no sentido de impor a modernização retardatária criou crises em diferentes áreas, de tal forma que o caráter impositivo dessa modernização revelou a violência intrínseca ao próprio processo (LOPES, 2022). Convém observar que, depois de Arthur Gerhardt, Élcio Álvares (1975–1979) e Eurico Rezende (1979–1983) não conduziram o Espírito Santo a novos saltos desenvolvimentistas como fizeram os seus antecessores. De todo modo, Élcio Álvares, diferente de Eurico Rezende,¹³¹ ainda criou alguns órgãos a fim de ampliar o suporte tecnocrático do Estado, destacando-se a Fundação Jones dos Santos Neves e a Secretaria de Planejamento. Vale destacar, todavia, que no final dos anos 1970, vivia-se o processo de abertura democrática (lenta e gradual) associado ao agravamento da crise econômica do modelo desenvolvimentista (FELIPE; VILLASCHI FILHO; OLIVEIRA, 2011).

A propósito, como destacamos no segundo capítulo dessa tese, essa crise não afetou a exploração de madeira nativa no norte do Espírito Santo. As empresas do setor tornaram-se mais competitivas, absorvendo, inclusive, novas tecnologias e força de trabalho, já que a demanda por produtos oriundos da madeira continuou em alta. É nos anos 1970, aliás, que o setor moveleiro do norte do Estado se consolidou, tornando-se um dos maiores polos do país na década de 1980. Diferente, contudo, do que ocorreu no ramo madeireiro, quando a crise da

¹³¹ Élcio Álvares, embora mais jovem, pertencia ao grupo que, antes de 1964 havia formulado o processo de desenvolvimento implementado por Christiano Dias Lopes e Arthur Gerhardt. Eurico Rezende também era remanescente do cenário anterior ao golpe de 1964, porém com carreira política na oposição ao PSD, já que esteve ao lado das forças políticas aglutinadas por Atilio Vivacqua e Francisco Lacerda de Aguiar. Sua indicação ao governo do Estado rompeu o princípio técnico burocrático de indicação política vigente. Eurico Rezende possuía como base de sustentação política o setor primário exportador, logo, não manteria o mesmo estilo de gestão de seus antecessores (FELIPE; VILLASCHI FILHO; OLIVEIRA, 2011).

construção civil, aliada ao esgotamento da oferta de madeira, fechou diversas empresas, levando ao desemprego de profissionais do setor.

4 RELAÇÕES DE TRABALHO E ECONOMIA MADEIREIRA NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

A proposta desse quarto e último capítulo é apresentar os principais “profissionais da madeira” encontrados no norte do Espírito Santo até meados da década de 1980, analisando a exploração madeireira na área com base no trabalho desempenhado por estes profissionais e nas relações trabalhistas entre eles e os empresários do setor. Analisamos também a mobilidade do trabalho com relação à violência econômica e extraeconômica. Nesse contexto, destacamos algumas situações relativas ao descumprimento de direitos trabalhistas básicos, tais como o devido pagamento do salário mínimo, então vigente, e de indenizações obrigatórias. Ademais, analisamos a economia madeireira no norte do Espírito Santo, destacando o fisco estadual, bem como a relevância dessa economia para o Estado. Assim, dividimos o capítulo em três seções.

Na primeira seção, classificamos a exploração madeireira como uma atividade rústica e pesada que exigia força de trabalho especializada, desde a derrubada da árvore na mata até o processamento da madeira nas empresas. Dentre alguns “profissionais da madeira”, destacamos o marceneiro, visto que muitos deles aprenderam a profissão, inicialmente, como aprendizes e alguns se tornaram donos de empresas. Dentre os madeireiros, em particular, evidenciamos Gualter Nunes Loureiro, Anthero Bragatto e o emblemático Rainor Grecco.

Este último recebeu o título de “assassino de árvores” pela devastação que provocou em vários países e, sobretudo, no Brasil. Gualter Loureiro, além de madeireiro e pecuarista, também se elegeu prefeito de São Mateus, e Anthero Bragatto se tornou importante empresário do setor de madeira. Além disso, mediante o trabalho de outros “profissionais da madeira”, entre os quais evidenciamos o lenhador ou machadeiro e o carvoeiro, bem como os vendedores de lenha e de carvão, pudemos compreender a relevância desses produtos, na época, para a economia doméstica e de diversas empresas, além da economia do próprio país.

Na segunda seção, investigamos a mobilidade do trabalho no norte do Estado, além da formação da superpopulação relativa a ela associada. Notamos que essa superpopulação teve

origem na própria área enquanto zona de fronteiras agrícolas; na grilagem de terras, como modelo clássico de expropriação, para a qual também concorreu o Estado, além do contexto de erradicação dos cafezais nos anos 1960. Analisamos, mais detidamente, as relações de trabalho nos setores madeireiro e de mobiliário caracterizadas, majoritariamente, pelo assalariamento. Detectamos, nesse contexto, inúmeras arbitrariedades relacionadas ao não cumprimento de normas legais básicas, como o pagamento do salário mínimo vigente e a assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Algumas das empresas enquadradas em tais práticas ilegais localizavam-se em Colatina, o que não significa afirmar serem as únicas.

Na terceira seção, analisamos a economia madeireira no Espírito Santo e, em particular, no norte do Estado, tendo como base o sistema tributário estadual. A deficiência do Governo Capixaba em fiscalizar as divisas territoriais do Estado e as matas locais; a imensa quantidade de empresas madeireiras clandestinas, além da ausência de referências mais consistentes em documentos oficiais, por exemplo, fizeram-nos compreender que algumas questões relativas à exploração madeireira no norte do Espírito Santo simplesmente não podem ser respondidas. Vale observar que o Governo Estadual reformou o Código Tributário do Estado, criou novos postos fiscais, cargos e funções, dentre outras medidas, a fim de ampliar a arrecadação de impostos.

Nesse cenário, notamos que tais providências, embora com resultados positivos, não se mostraram suficientes para conter a sonegação fiscal e o contrabando de madeira. Além disso, ficou evidente o enorme desperdício desse produto, inclusive das madeiras de lei, mediante as queimadas praticadas com fins agropecuários por posseiros, pequenos agricultores, médios e grandes proprietários, além de empresas reflorestadoras do setor de eucalipto. Isso levou à subnotificação dos dados relativos à exploração de madeira, em particular, no norte do Estado. Tais fatos, aliados à variedade de unidades de medidas e de valor monetário utilizados para

registrar informações sobre a produção e a exportação de madeira, impossibilitaram a realização de análises mais aprofundadas sobre a economia madeireira no Estado.

4.1 Os “profissionais da madeira”

A exploração madeireira no norte do Espírito Santo tratava-se de uma atividade, em boa medida, informal, também muito arriscada, pesada e rústica, mas que exigia conhecimento especializado desde a extração até o processamento. A extração, sobretudo, até os anos 1950, contava com o trabalho de machadeiros ou derrubadores, serradores, jangadeiros e carreiros, dentre outros, que lançavam mão de juntas de bois e dos rios locais como meios para transportar as toras até as serrarias ou portos de embarque. Já no processo de beneficiamento, contava-se majoritariamente com operários assalariados, embora houvesse diversos casos de trabalhadores em situação irregular.

Essas são algumas das características da exploração madeireira no norte do Estado que a tornaram uma atividade complexa. Para melhor compreendê-la, é preciso conhecer quem eram, quais os principais interesses e qual o cotidiano de trabalho dos “profissionais da madeira”. Dentre estes, destacamos o mateiro. Ele era o grande conhecedor da mata e sabia onde se encontrava tal e qual espécie de madeira. No “Relatório de uma viagem de observações” (1938) sobre as atividades da Cimbarra, praticamente 14 anos após o início dos trabalhos dessa concessionária, em Conceição da Barra, “Gastão”, seu autor, registrou o seguinte acerca da mata, então existente, e dos mateiros, empregados da empresa. Vejamos:

E tão grande foi a minha impressão, que não posso deixar de *traduzil-a* na palavra *escripta*, cópia fiel do que vi e senti em face da Natureza, da grandeza de Deus.

Eil-a:

A poucos passos da estrada, a floresta se estende, *mysteriosa* e sombria.

É um mundo novo a desafiar novos braços para *abatel-o*, novas forças para *domal-o*.

Toda a área conquistada pelos machados é uma insignificância diante desse *immenso* palco fechado, que aguarda a hora de *humanisar-se* e *industrialisar* as suas reservas.

O homem se engrandece nesse combate com a *matta-virgem*.

Para *brechál-a* e *conquistal-a*, não são necessários apenas os instrumentos da devastação.

É preciso, acima de tudo, o espírito de resistência.

Há que travar uma luta demorada, tenaz, contra essa muralha verde que à primeira vista parece dócil com a sua trama de flabelos e o seu festim de *parasytas*, mas que guarda, no fundo, o segredo das couraças, resistindo aos domadores valentes, e sensível ao machado do caboclo brasileiro, o único violador de seus atalhos.

Só a este *ella* se entrega, demoradamente vencida.

Só a este faculta o direito de pisar o mesmo solo pisado pelas onças.

[...].

Meus olhos brilham de curiosidade e de espanto.

Lá adiante, agitando a vegetação menor e bufando como um monstro antediluviano, surge um *tractor* — um tank a serviço da *civilização* — trazendo a reboque um enorme *tóro* de peroba. O monstro avança sempre e o solo fica juntado de folhas.

Aos golpes dos facões, despregam-se os *parasytas*, os cipós e trepadeiras com que a floresta se emaranha para melhor defender-se e dominar.

[...].

Uma nova emoção me domina.

A agilidade, a destreza dos caboclos é admirável.

Aquelles homens parecem desconhecer o que seja o sentido da fadiga.

A seiva das árvores comunica-se ao braço dos caboclos, dando-lhe aos músculos a violência dos elementos desencadeados.

Ruídos *vegetaes* protestam *cahindo* de *bôrco* sobre o solo, na *vóz* dos galhos decepados pelos facões.

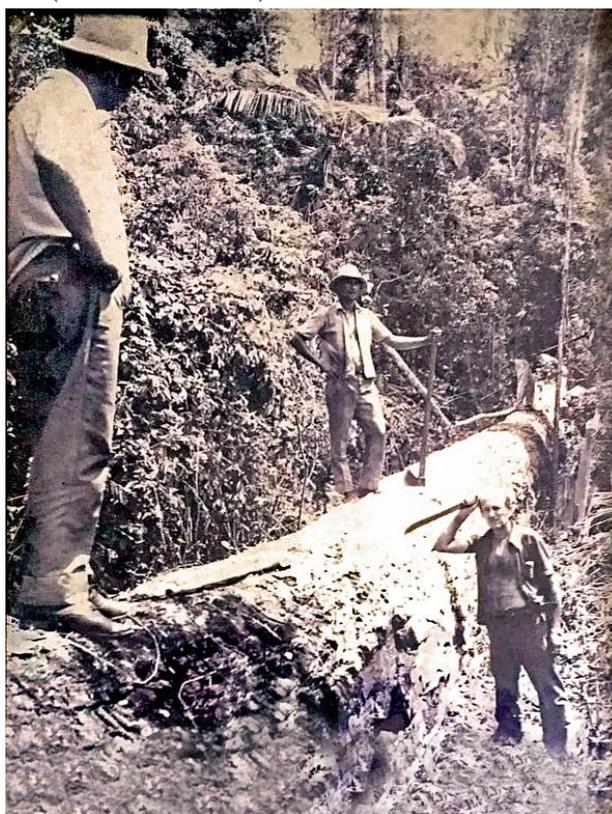
A floresta alimenta os braços que terão de *abatel-a* (RELATÓRIO, 1938, p. 3-5).

Mediante essa descrição quase poética, podemos ter uma ideia da dimensão da Mata Atlântica no norte do Espírito Santo. Devemos salientar, contudo, que se tratava apenas de parte da área cedida à Cimbarra. A entrada na floresta e a derrubada das árvores são descritas como uma luta épica travada entre a própria mata, quase invencível, e o mateiro, caboclo brasileiro, único capaz de vencê-la. Este, identificado como nativo da terra (negro, pardo, mestiço), aclimatado e totalmente ambientado, é identificado como um gigante tal qual a própria mata, um herói, não há juízo pejorativo sobre ele, nesse caso.

Apesar do tom de deslumbramento, a descrição acerca da mata e do caboclo mateiro também machadeiro não é demasiada. Ele, de fato, entendia de derrubada de árvores, conhecia os mistérios da mata. Quando necessário, percorria sua extensão para avaliar os exemplares existentes, opinando sobre a compra do terreno, por exemplo, ou apenas dos exemplares que se pretendia explorar. Era um trabalhador, antes de tudo. Mas, também, um especialista na devastação da mata, armado com o machado e o facão a serviço, muitas vezes, o único, das empresas madeireiras para quem o lucro era a primeira intenção. Não se trata, portanto, de humanização da paisagem ou de civilização, mas sim de colonização, em última instância, de valorização econômica do espaço terrestre.

Se não fosse mateiro/machadeiro, podia ser apenas machadeiro ou lenhador, aquele que trabalhava só na derrubada de árvores ou tirando lenha. Lembramo-nos de Mateus Nascimento, lenhador, que, como vimos no primeiro capítulo, trabalhou por mais de 20 anos tirando lenha nas proximidades do rio Preto, em São Mateus. A fotografia 26 mostra a derrubada de uma árvore no município de Linhares, para a serraria Spelta Ltda., provavelmente na década de 1970. Apesar da época, diferente daquela dos primeiros mateiros/machadeiros da Cimbarra, notamos que ainda se usava o machado e o facão nesse tipo de trabalho. Com efeito, em se tratando de madeira nativa no norte do Espírito Santo, esses instrumentos continuaram sendo muito utilizados mesmo com a popularização da motosserra, no Estado, a partir da década de 1970.

Fotografia 26 – Madeireiros em Linhares
(década de 1970)



Fonte: Acervo de Elder Gobetti. (Gentilmente cedida).

Outro conhecedor dos mistérios da mata, entendido em derrubada de árvores, também mateiro, era o serrador, que podia trabalhar para si próprio ou como empregado, podia atuar apenas derrubando árvores e seccionando-as em toras ou produzindo tábuas, dentre outras

peças. Nesse último caso, é claro, em situações e/ou lugares específicos em que não se dispunha de outros recursos como serras movidas por queda d'água ou mesmo serras elétricas, como se fez na construção de casas por imigrantes, sobretudo, nos primeiros decênios da imigração estrangeira no Espírito Santo. De todo modo, Valter Rodrigues (2022) observa que, na década de 1960, ainda era possível encontrar serradores, em Ecoporanga, que beneficiavam madeira na própria mata para vender. Segundo ele, a marcenaria de seu sogro trabalhava com madeira de serraria e com madeira comprada a serradores particulares. Vejamos:

Mas tinha o “serrador do mato” também que serrava lá e vendia para a gente mais barato. Geralmente, tinha um pessoal na roça, aí, que era serrador mesmo, serrava para todo mundo. Ia lá e serrava no braço. Aqui tem um “menino”, em Vila Nova, esqueci o nome dele agora, ele serrava muito no braço, mas muito, ele e o irmão dele. Serrava na terra dos outros para “defender o dele”. Você contratava, oh: preciso serrar madeira para uma casa. Ele ia lá, pegava e serrava por dia, serrava na empreitada, fazia um estaleiro lá, botava a madeira em cima e dois serradores serravam. Sou filho de serrador também. Meu pai trabalhava nisso, lá no Chale–MG. Ele era serrador. Era desse jeito. Você chamava ele para serrar, ele ia lá, derrubava [a árvore], fazia um estaleiro e serrava a madeira de que o pessoal precisava. Naquele tempo, podia derrubar à vontade, tinha muita [mata]. Hoje, é que acabaram com tudo. Se soubessem usar, nós teríamos muito aqui, até hoje. Mas, foi aparecendo gente com o “zoião” muito grande e foi acabando com tudo (RODRIGUES, 2022).

Além do “serrador do mato”, que trabalhava para atender a uma demanda esporádica, retirando madeira de uma mata, provavelmente de uso comum, havia aqueles que prestavam serviço como funcionários de empresas madeireiras, trabalhando especificamente na derrubada de árvores. Para isso, tanto quanto o “serrador do mato”, usava-se uma serra longa conhecida como “grupião” ou “traçador”. Nesse caso, também havia a necessidade de pelo menos dois serradores. Fazia-se um jirau ou estaleiro, a partir do qual se cortava a árvore. A fotografia 27 mostra como se dava o corte de árvores por meio desse sistema. Em particular, retrata a derrubada de uma árvore de jequitibá, em Pancas, na década de 1970.

Fotografia 27 – Corte de uma árvore de jequitibá
(Pancas, década de 1970)



Fonte: Acervo de Teobaldo Stur. (Gentilmente cedida).

Outro desses “profissionais da madeira” versa sobre o carreiro, condutor de junta de bois. Esta era formada por dois bois emparelhados presos por uma canga de madeira utilizada para arrastar as toras após o seccionamento no meio da mata até os tombadores. Estes, nesse caso, ficavam na beira das estradas ou próximo a linhas ferroviárias a fim de facilitar o embarque em caminhões, ou em locomotivas. Em muitos casos, o tombador ficava próximo a rios onde as toras seriam lançadas para serem conduzidas em balsas. A fotografia 28 apresenta um embarque de madeira numa locomotiva da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no início do século XX, no distrito de Acioli, no atual município de João Neiva.

Fotografia 28 – Embarque de madeira em locomotiva da EFVM



Fonte: (TORRES FILHO, 1913).

Se observarmos a tora que está sendo empurrada para cima da prancha da locomotiva, teremos noção de quão árduo e difícil era esse trabalho realizado, nesse caso, exposto na fotografia, por nove homens com auxílio de “escoras” de madeira e alavancas. Trata-se somente de uma etapa do transporte da madeira. Notamos ainda que a ponta direita da referida tora possui um desbastamento ou arredondamento, comum, aliás, nos casos de toras arrastadas por juntas de bois. A parte desbastada ficava para frente a fim de evitar encravamento no chão ou que a tora ficasse presa em raízes ou galhos ao longo do arrastão, facilitando assim seu deslizamento na superfície do terreno.

As juntas de bois eram as mais utilizadas, principalmente nas primeiras décadas de exploração madeireira no norte do Estado. Empresas maiores, como a Cimbarra, podiam dispor de alguns tratores utilizados nas derrubadas e arrastões. Mesmo a Cimbarra, no entanto, também lançou mão de juntas de bois para transportar toras de madeira. A partir da década de 1960, quando o Brasil começou a produzir tratores, seu acesso ficou mais fácil também às pequenas serrarias. De todo modo, as juntas de bois, normalmente, de quatro a seis juntas, às vezes mais, dependendo do tamanho das toras, arrastavam essas peças de madeira, presas por correntes, por

quilômetros muitas vezes. Em alguns municípios do norte do Estado, como Pancas, utilizavam-se juntas de bois para transporte de toras de madeira ainda no início dos anos 1970.

Havia, no entanto, restrições a esse tipo de transporte: longas distâncias, terrenos muito acidentados ou alagadiços, toras muito grandes. Havia também desvantagens: lentidão, além de que cada junta arrastava apenas uma tora de cada vez, exceto em casos de arrastão de pranchas quando um “serrador do mato”, por exemplo, recebia uma encomenda de madeira de alguma marcenaria ou mesmo para construção de casas. O carreiro era especialista nesse tipo de serviço. Os bois, mansos e adestrados no trabalho, conheciam sua voz e gestos. Com o auxílio de um garruchão (vara com argolas de ferro na ponta), o carreiro os dominava. Os bois conheciam o tilintar desse equipamento. Ao ser agitado, seguido de um comando do carreiro, eles partiam, paravam, viravam à direita ou à esquerda. Ferroados com o mesmo garruchão, lançavam-se para frente com mais força.

Outro profissional importante no transporte de madeira no norte do Estado, até os anos 1950, era o balseiro ou jangadeiro. Ele era o condutor de balsas através dos rios. Essas balsas ou jangadas eram formadas por três ou quatro toras presas umas às outras e conduzidas com auxílio de varas ao longo de um percurso que podia durar vários dias. Daí porque, normalmente, montava-se uma pequena cabana sobre elas para servir de abrigo. Cozinhava-se sobre elas também. Quatro balseiros podiam guiar até 200 toras. Às vezes, precisavam desobstruir o rio interditado por plantas aquáticas e/ou galhos de árvores. Em se tratando de rios influenciados pela ação das marés, como o Itaúnas e o São Mateus, necessitavam prender as balsas todas juntas às margens dos rios à noite, quando iam descansar. As balsas também poderiam ficar soltas no rio, em local afastado da correnteza da maré. Tais medidas eram fundamentais para evitar que elas dispersassem ou que houvesse perda de toras ou retrocessos no trajeto. A maré, que auxiliava na “descida” das balsas, também poderia ser prejudicial. Os balseiros ou jangadeiros sabiam disso e a utilizavam a seu favor.

Nem toda madeira boia. Aquelas com densidade inferior a “1” são as que boiam, por isso, são chamadas de “madeiras de boia”, as outras, em oposição, são as “madeiras de fundo”. Durante a montagem das balsas, isso deveria ser considerado. Dentre as “madeiras de boia”, destacamos a peroba do campo, o cedro, a canela, o louro, o Gonçalo-Alves e o vinhático. Todas, aliás, exploradas no norte do Espírito Santo. É claro que a formação de balsas com esse tipo de madeira facilitava o trabalho, o que não impedia atender à demanda do mercado por outras madeiras. O jacarandá, muito valorizado, sobretudo, durante a exploração madeireira no norte do Estado, é uma “madeira de fundo”, seu transporte mediante o rio também se dava em balsas. Nesse caso, as toras de jacarandá formavam balsas com madeiras mais leves que lhe serviam de suporte para não afundarem (MORAES, 2004).

Várias empresas madeireiras no norte do Espírito Santo utilizaram os rios locais para transportar toras mediante a utilização de balsas conduzidas por balseiros. Além da Cimbarra, mais intensamente, da Serraria Diaz e da Cacique, abordadas no segundo capítulo, destacamos a Serraria Barbados que, embora contasse com a linha da Estrada de Ferro Vitória a Minas, também utilizou o rio Doce para transportar toras de madeira em balsas. Para isso, a Barbados possuía um pequeno porto próximo à empresa, onde as balsas ancoravam. O rio São José é outro, dentre os rios do norte do Estado, que também foi utilizado para transportar madeira em balsas ou jangadas.

Ao longo desse rio, afluente do rio Doce, com desembocadura na lagoa Juparanã, em Linhares, havia uma população de madeireiros e jangadeiros que conduziam balsas de toras, principalmente peroba, até um pequeno porto que havia nessa lagoa. Além das balsas, a lagoa Juparanã também recebia madeira por meio de caminhos abertos na mata (DEFFONTAINES, 1944), sobretudo, até o início dos anos 1950. Às margens da lagoa Juparanã, formou-se um povoado chamado “Patrimônio da Lagoa”, atualmente pertencente ao município de Sooretama,

onde se localizava a serraria do João da Guarda,¹³² que processou madeira no local, até pelo menos o final da década de 1960.

Segundo Genoveva Hupp Gama da Silva (2021), cujo marido trabalhou nessa serraria, tratava-se de uma empresa que operava com pelo menos vinte funcionários. Vejamos:

Na serraria do João da Guarda, lá na lagoa Juparanã, tinha o serrador, o bitolador, o que pegava a prancha, o que tirava o pó, o fogueiro, porque lá botava lenha para gerar energia, eu não sei como era. Havia gente que fazia a limpeza, o guindasteiro. Acho que havia mais ou menos de vinte a vinte e cinco pessoas trabalhando lá. A serraria era grande, saíam dois, três caminhões por semana, carregados de madeira, de tábua. Eles serravam tábua, serravam esse negócio, como é? Para fazer baldrame. [...]. Fizeram casas lá, na serraria, para nós todos. Morávamos lá. Morei lá uns dois anos. [...]. Não pagávamos nada, pegávamos água no poço e lavávamos roupa na lagoa Juparanã [...]. Eram umas dez casas (SILVA, 2021).

Não temos dúvida de que a serraria do João da Guarda possuía boa estrutura funcional. Tratava-se, acreditamos, de uma média empresa, já que, dentre outros equipamentos, possuía guindaste, talvez ponte rolante, caldeira e algumas casas para trabalhadores. É possível que contasse com mais empregados do que destacou Genoveva Hupp. Ademais, essa empresa também recebia madeira transportada por caminhões, em alguns casos, mediante motoristas particulares. Um dos irmãos de Genoveva Hupp, aliás, faleceu esmagado por uma tora quando transportava madeira em um caminhão F-600. Ela, no entanto, não tem certeza se seu irmão estava a serviço da serraria do João da Guarda ou de outra.

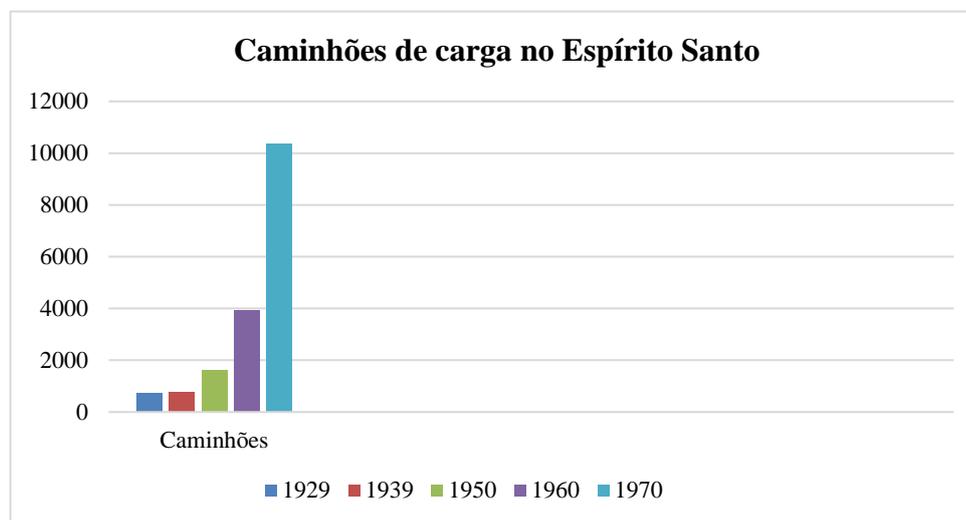
A propósito, o motorista de caminhão ou caminhoneiro é outro profissional que se tornou indispensável à exploração madeireira no norte do Espírito Santo, sobretudo, a partir da década de 1950, com a ampliação da malha rodoviária no Estado, além da construção de pontes, particularmente no norte espírito-santense. A importância desse profissional está relacionada também com o crescente aumento da frota de caminhões no Espírito Santo. Esta, com efeito, conforme dados representados no gráfico 4, já apresentava acentuado incremento desde os anos

¹³² Infelizmente, não conseguimos identificar o nome dessa empresa. “Serraria do João da Guarda” é uma referência a um possível dono ou administrador da serraria. Encontramos, no norte do Espírito Santo, inúmeras referências a empresas madeireiras, principalmente as pequenas, identificadas apenas mediante os nomes dos proprietários ou da família que as possuíam.

1940. A partir de 1950, no entanto, seus percentuais de crescimento foram ainda maiores.

Vejam os:

Gráfico 4 – Evolução da quantidade de caminhões de carga no Espírito Santo



Fonte: (ESPÍRITO SANTO, 1929; IBGE, 1942; 1952; 1962; 1972). Elaboração própria.

Na década de 1940, a frota de caminhões de carga no Espírito Santo cresceu 116,18%, alcançando quase 142% nos anos 1950 e 162,55% na década de 1960. Nesse último período, em especial, o Espírito Santo saltou de um total de 3.944 para 10.355 caminhões de carga. A construção de estradas e pontes no norte do Espírito Santo, associada ao acentuado incremento da quantidade de caminhões no Estado, levou a exploração de madeira a lugares mais distantes, intensificando a produção ao mesmo tempo em que, acelerava a devastação florestal em curso. Lembramo-nos da importância dessa associação “construção de estradas e pontes e aumento do número de caminhões de carga” para a expansão das fronteiras agrícolas e a territorialização do capital no norte do Estado.

Lembramo-nos igualmente da complementação estabelecida entre essa “associação” e a Estrada de Ferro da Vale do Rio Doce (antiga Vitória a Minas) quanto à fronteira agrícola do vale do rio Doce, sobretudo no que toca à exportação de café e madeira, dentre outros produtos. É nesse contexto, portanto, que caminhões de carga e motoristas tornaram-se fundamentais para o transporte de madeira, tanto para o beneficiamento nas empresas do setor quanto para a

exportação do produto. A fotografia 31 mostra uma frota de dez caminhões da Bralanda em frente à Prefeitura de Conceição da Barra. Vejamos:

Fotografia 31 – Caminhões da Bralanda em frente à Prefeitura de Conceição da Barra



Fonte: (MEDEIROS, 1999).

Segundo Rogério Medeiros (1999), a chegada desses caminhões em Conceição da Barra foi comemorada com festa. Eles destinavam-se ao transporte de madeira no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Minas Gerais, áreas de exploração madeireira da Bralanda. Não significa que essa empresa dispunha somente desses caminhões para a execução desse tipo de serviço. Convém destacar que algumas empresas madeireiras, como a Cobraice, financiaram a aquisição de caminhões para alguns motoristas a fim de receber o investimento em forma de trabalho realizado para a própria empresa. Além disso, muitos motoristas também conseguiram adquirir seu caminhão particular mediante linhas de crédito e financiamento. Entre os quais destacamos Gualter Nunes Loureiro, que se tornou madeireiro, fazendeiro e prefeito de São Mateus.

Ele era natural de Aracruz, onde, segundo sua esposa, Odetti G. Loureiro, em entrevista a Eliezer Nardoto (2016), começou trabalhando com um caminhão velho e sem vidro nas portas, transportando madeira para Vitória. Nessa ocasião, conheceu Arthur Donato, que o convidou a

trabalhar no transporte de madeira de Conceição da Barra ao Rio de Janeiro. Lembrando que Arthur Donato era o diretor-presidente do Grupo Arthur Donato, dono da Cimbarra, dentre outras empresas. Gualter Loureiro aceitou o convite, adquirindo um caminhão a prestação para realizar o serviço. Mais tarde, ele próprio começou a comprar madeira em São Mateus. Comprou a serraria da diocese do município, além de algumas fazendas de gado que o tornaram grande pecuarista em São Mateus, onde se elegeu prefeito para o mandato de 1977 a 1981. Gualter Nunes Loureiro, como outros madeireiros do norte do Espírito Santo, mudou-se para Paragominas-PA, em 1986.

Estamos seguros de que parte dos bens adquiridos por Gualter Loureiro era proveniente de sua condição de madeireiro. Obviamente, nem todos os motoristas de caminhões atuantes no transporte de madeira no norte do Estado se deram tão bem quanto ele. Antônio Pires de Aguiar, por exemplo, segundo o jornal *A Gazeta* (1981), trabalhou 30 anos transportando madeira em São Mateus, desde o início da década de 1950. No início dos anos 1980, contudo, vivia desolado, sem ter o que fazer devido ao término da madeira nativa no município. Antônio Pires passava a maioria do tempo nos bares, o caminhão encostado, só não foi embora, àquela época, como outros, porque não tinha para onde ir ou, talvez, não tinha como sair de São Mateus e recomeçar em outro lugar.

Dentre os “profissionais da madeira”, com relação àqueles mais diretamente ligados ao processamento do produto, destacamos o marceneiro. Trata-se de um profissional altamente especializado. Sua marcenaria caracterizava-se pelo uso, preferencialmente, de madeira de lei, normalmente semiprocessada pelas serrarias. Fabricava móveis em geral: mesas, cadeiras, camas, guarda-roupas, cristaleiras, cômodas, além de portas e janelas, dentre outros. Muitos móveis produzidos pelos marceneiros eram verdadeiras “obras de arte” pela qualidade e beleza da madeira, entalhe, pintura ou envernizamento, modelo e criatividade do profissional. Mas havia também as marcenarias voltadas à produção de mesas de sinuca, carroças, carrocerias de

caminhão, etc., como vimos, aliás, no segundo capítulo, com relação à marcenaria de Seu Davi, em Montanha, e de Girson Vidaurre, em Ecoporanga.

Algumas das antigas marcenarias do norte do Espírito Santo deram origem a grandes empresas de móveis. A atual Indústria de Móveis Movelar, antiga Indústria de Móveis Rigoni, em Linhares, é uma delas (VILLASCHI FILHO; BUENO, 2000; PISSINATI JÚNIOR, 2004). Alguns marceneiros eram autodidatas. Aprenderam o ofício produzindo móveis nas horas de folga para a própria família, por exemplo. Outros tornaram-se profissionais, trabalhando com marceneiros experientes em pequenas empresas já estruturadas. Dentre os primeiros, evidenciamos João Rodrigues da Silva (2022), mais conhecido como João Ramiro, que, entre outras funções, na pequena propriedade da família, também começou a produzir móveis artesanalmente, até montar sua própria marcenaria no centro de Boa Esperança. Vejamos:

Comecei a trabalhar [com marcenaria] em [19]75, muito fraquinho, tinha vindo da roça que papai vendeu a terra lá, não é? E viemos aqui para Boa Esperança. Aí, pensei: vou experimentar fazer móveis. Comecei a fazer umas mesinhas, umas cadeiras, umas camas, deu certo e foi melhorando. Lá na roça, eu fazia tudo manual com “sipira de pau”, tudo no formão, no arco de pua. Eu pegava a tora, colocava no estaleiro, pegava um companheiro, inclusive, tenho a serra até hoje, ali, guardada. Eu subia [no estaleiro], “mandando” a serra, e o outro, puxando, para serrar a tora para a gente fazer móvel.

[...].

Eu fazia feira em São Mateus, em 1966, pegava um caminhão de feira aqui, na Bela Vista, que está a uns 6 km. Na sexta-feira à tarde, juntava as coisas tudo: galinha, ovos, porco, feijão, milho, colocava no carro de feira e rodava a noite toda para chegar a São Mateus, amanhecendo, porque não tinha estrada, atolava no meio desse areal. Colocava pau para poder tirar aquele caminhão, maior sofrimento. Depois que terminava a feira, mais ou menos às 11 horas, eu ia à [serraria] Cacique comprar duas chapas de compensado. Colocava na cabeça, é mais ou menos 3 km a pé, e ia lá levar, botar no caminhão e trazer à Bela Vista, ali. Botava na cabeça de novo e levava lá, na roça, mais ou menos uns 5 km, para fazer um dinheirinho para tratar dos meninos.

[...].

O compensado, eu usava para fazer móveis na roça. Fiz isso por muito tempo, tudo manual. Aí, me deu aquele interesse de aprender a fazer móveis, eu vim para cá e falei: não, “móveis dá certo” e deu mesmo (SILVA, 2022).

Registrada, em 1977, com o nome de Fábrica de Móveis São João, a marcenaria de João Ramiro ainda se encontra em atividade com o nome de Ramiro Marcenaria. Além de agricultor, feirante e marceneiro, João Ramiro ainda se tornou arrendatário da Madeireira Boa Esperança Ltda., cujo proprietário era Agostinho Bravin. Durante o arrendamento, que se deu de 1982 a 1984, a serraria funcionou com cerca de 25 trabalhadores e produzia em torno de 15 m³ de

madeira serrada diariamente. Em 1986, João Ramiro montou uma serraria no Pará, onde explorou madeira com mais ou menos a mesma quantidade de funcionários durante mais quatro anos.

Dentre aqueles marceneiros que se tornaram profissionais laborando em empresas já estruturadas, destacamos José Gonçalves Ferreira (2022), conhecido como José Coelho, que começou a trabalhar em marcenaria ainda antes dos 13 anos, como aprendiz, realizando pequenos serviços em parte do dia, visto que se dedicava aos estudos no restante do tempo. A partir dos 13 anos, quando parou de estudar, começou, então, a trabalhar o dia inteiro, tendo trabalhado em Baixo Guandu, Vila Velha e Aimorés–MG, sempre em marcenarias, até montar sua própria empresa. Vejamos:

Primeiro, antes, não mexia em máquina, não. Era só envernizar, encerar. Mas dos 13 anos em diante..., eu me lembro que seu Sebastiãozinho me mandou fazer logo uma grade de cama. Aí, eu tive que serrar e tudo, já entrei para serrar e fazer aqueles negócios. Dali para frente, só fui fazendo o trabalho de madeira, já não mexia com tinta nem cera. Era montar móveis. Fui auxiliar de um senhor chamado Adão Pinheiro, entrei como auxiliar dele e ele me colocava sempre, oh: vai cortar esses pés aqui, corta lá de serra fita. Olha aqui: passa esse pau na plaina. Daí, um bocadinho, comecei a montar. Seu Sebastião, oh: monta dez cadeiras. Você já tem condições de montar. Aí, comecei a montar as cadeiras e fui embora (FERREIRA, 2022).

Em 1963, aos 25 anos, já como profissional, José Gonçalves montou sua própria marcenaria, em Baixo Guandu. Chamava-se Fábrica de Móveis Sapucaia e produzia mesas, cadeiras, camas, portas e janelas, dentre outros, até 1995, quando parou de funcionar. José Gonçalves contava com um número de 8 a 12 funcionários e trabalhava muito por encomenda, vendendo sua produção para o próprio Estado, além do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Vejamos parte do que disse acerca de sua marcenaria.

A madeira comprava-se nas serrarias, não é? Tinha a serraria do Dr. Carlyle, Carlyle Santos Passos, foi deputado nosso duas vezes, comprava lá as peças. Nesse vizinho aqui, Serraria Alves, também comprava dele. É meu vizinho ali. Depois, comprei um engenho de serra para serrar a tora. Aí, eu comprava as madeiras em toras, serrava e fazia os móveis. A madeira, é como estou te falando, era: jacarandá, peroba amarela, vinhático, jequitibá, bicuíba e assim por diante, angico. Comecei sozinho com um primo meu, que me ajudava, e dali fui começando a colocar pessoas.

[...].

Tinha entalhador, eu entalhei por muitos anos. Lá, mesmo, para mim, entalhei por 12 anos. Depois, botei a meninada. Uns garotos para aprender. Eles começaram a aprender. Aí, ia tomando um tamanho, eu os legalizava, outros iam embora. Era assim (FERREIRA, 2022).

Além da forma como a Fábrica de Móveis Sapucaia surgiu, da aquisição de madeira para a produção de móveis, bem como do tipo de madeira utilizada, notamos ainda o emprego de aprendizes, tal como José Gonçalves havia sido outrora. Tratava-se, com efeito, de um expediente corriqueiro na época, embora não oficial, de que se lançava mão a fim de se aprender uma profissão também em outras áreas. O que não significa dizer que se tratava de trabalho não remunerado, embora houvesse casos em que os “aprendizes” não foram pagos adequadamente.

Edson Calixto (2021) conta que trabalhou na Cimbarra (Serraria Pai João) por quatro anos como “menor aprendiz” de mecânica industrial, tendo começado aos 13 anos, enquanto ainda fazia os estudos primários pela manhã. Ele observa que era aprendiz de seu próprio pai, empregado regular da empresa e encarregado da oficina mecânica, e que até os 17 anos, quando se tornou operário oficial com carteira assinada, recebia apenas uma espécie de gorjeta ou gratificação esporádica. Vejamos:

Eu estudava no Joaquim Fonseca das 7 às 11 horas. Às 12 horas, eu chegava lá, no Pai João, tinha tempo de almoçar e trabalhar, não como empregado, mas como aprendiz do meu pai. Aí, foi assim. Fiz até o quarto ano primário porque era o estudo máximo. Comecei como menor de idade, de 13 a 17 anos. Depois, fiquei, em 1957. Eles me davam uma “gruja”. Não era todo mês, mas sempre lembravam. Eles me consideravam como uma pessoa ativa no serviço. Aí, quando lembravam, mandavam me chamar lá. Menino não faz questão, não é? Depois de quatro anos, passei a ser soldador. Quando chegava na fase de carregamento [de madeira], naquele tempo entrava um maquinista na Maria-Fumaça e saía, eu já trabalhava [com ela, como maquinista] porque eu já conhecia o movimento dela, porque trabalhava com meu pai consertando tudo que pintava na..., era caldeira, maria-fumaça, era o serviço em geral. A serraria em peso..., meu pai comandava 11 pessoas. Ele era o chefe da oficina e comandava 11 pessoas (CALIXTO, 2021).

Particularmente, no caso de Edson Calixto, trata-se de trabalho não pago. Sua condição de “aprendiz”, durante quatro anos, não altera a situação dele, enquanto trabalhador da empresa, tampouco a “gratificação” concedida, esporadicamente, era a remuneração adequada por seus serviços. Como disse, era considerado “uma pessoa ativa no serviço”. Aliás, ele trabalhou oficialmente por 21 anos na Cimbarra, tornando-se, conforme observa, o último empregado a ser dispensado quando a empresa encerrou suas atividades, em Conceição da Barra, no ano de 1978.

Quanto aos aprendizes de marcenaria, em especial, destacamos ainda o trabalho de Valter Rodrigues (2022), que se profissionalizou na lida diária com marceneiros experientes, exercendo a função como meio de vida, tornando-se, posteriormente, professor de marcenaria. Tratava-se de um projeto semiprofissionalizante em marcenaria voltado a “meninos” carentes, cuja escola, montada com sala de aula e equipamentos necessários, estava sediada na igreja católica de Ecoporanga.

Era uma instituição de utilidade pública denominada Sociedade Administrativa Empreendedora Pró-Ecoporanga (Saepe), que existia desde o início da década de 1970. Valter Rodrigues trabalhou nessa entidade por 18 anos, onde ensinava marcenaria para turmas de aproximadamente 20 alunos. O trabalho desenvolvido pelo Saepe demonstra, entre outros pontos, o quanto a atividade madeireira fazia parte do cotidiano local, visto buscar capacitar os alunos em algo tangível, presente na própria sociedade.

Outro “profissional da madeira” versa sobre o industrial madeireiro. Abordamos alguns deles, particularmente no segundo capítulo, quando tratamos de algumas das principais empresas do setor no norte do Espírito Santo. Queremos, todavia, destacar ainda Anthero Bragatto, já que se trata de um madeireiro com histórico mais diretamente relacionado ao fornecimento de lenha e de dormentes para a Companhia Vale do Rio Doce, tornando-se também pecuarista, produtor de café e de eucalipto, dentre outros empreendimentos. Em entrevista a Adilson Vilaça (2010), Anthero Bragatto disse que, em 1946, ele e seu irmão Elias haviam se tornado fornecedores de lenha para a Companhia Vale do Rio Doce. Inicialmente, faziam o transporte da lenha com quatro burros. Depois passaram para duas juntas de bois e, posteriormente, para dois caminhões.

Ele observou ainda que, em 1952, vendiam postes de madeira para o Rio de Janeiro e Vitória e que, em 1958, além de lenha, tornaram-se também fornecedores de dormentes para a Vale. Em 1959, essa empresa, no entanto, finalizou o contrato quanto à lenha. Problemas

internos¹³³ levaram-na a recontratá-los. Dessa vez, para o fornecimento de 120 mil m³ de lenha em dez meses. Para tanto, Anthero Bragatto e seu irmão precisaram contratar 150 machadeiros, majoritariamente em Minas Gerais. A madeira e a lenha provinham da aquisição de matas fechadas nos municípios de Ibirapu e Aracruz, dentre outros lugares, principalmente do norte do Espírito Santo. Ainda, em 1959, a sociedade entre Anthero e seu irmão se desfez. Anthero Bragatto continuou no ramo madeireiro, até que, em 1968, tornou-se proprietário da Sociedade Espírito-santense de Industrialização de Madeira Ltda. (Ceima), firma da qual já era sócio anteriormente. Essa empresa localizava-se em Carapina, Serra, tornando-se fornecedora de postes de eucalipto tratado para a Escelsa. Também produzia dormentes, cruzetas de madeira, mourões, etc.

Dentre essas peças, convém salientar que a produção de dormentes ocupava lugar de destaque em termos de exploração madeireira no norte do Estado por conta da importância desse produto para a atividade ferroviária (assentamento de trilhos de trem) na época. Nesse caso, convém destacar o trabalho de outro profissional da madeira, o “lavrador” de dormentes. Tratava-se de uma função, muitas vezes, subsidiária à ocupação agrícola, à extração de madeiras de maior valor comercial ou em que se trabalhava até que surgisse outra atividade de melhor remuneração. Moacir de Freitas (2021) conta que trabalhou na década de 1960, lavrando dormentes em Novo Brasil, Colatina, para a Vale do Rio Doce. Ele destaca ainda como se dava parte desse processo nas matas locais. Vejamos:

A gente saía pela mata procurando madeira seca, não é? Muitas vezes, a gente derrubava alguma madeira de lei, porque só pode fazer dormentes com madeira de lei, por exemplo, garibu, até peroba derrubamos; sucupira e várias outras madeiras que estão na classificação de “madeira de lei”, ipê, entendeu?

A madeira era toda lavrada no machado. Eu lavrava cerca de 16 dormentes por dia. Quando a gente lavrava um dormente “solteiro”, aí não dava mão de obra. “Solteiro” é quando a madeira é fina. Então só tira um dormente. É mais fácil. Terminou, já está pronto. Já pode levar para o caminhão. Agora, quando são dois, já tem que levar para a serra para desdobrar.

¹³³ A Companhia Vale do Rio Doce finalizou o contrato para fornecimento de lenha porque havia adquirido 18 locomotivas movidas a diesel, pelo menos é o que foi anunciado. A empresa, no entanto, só recebeu seis máquinas, tendo que continuar, então, operando com as locomotivas antigas movidas a vapor. Por isso, precisou refazer o contrato com Anthero Bragatto e seu irmão (VILAÇA, 2010).

Quem comprava os dormentes era a Vale [do Rio Doce], mas eu trabalhava para Luiz Gonzaga. Ele veio de outro Estado e se apossou ali em Novo Brasil, justamente para tirar esses dormentes. [...]. Nem lembro quanto eu ganhava. Ele me dava uma comida lá que não tinha muita força. Era uma coisinha. Ele era, tipo assim, um aventureiro também, não é? Como eu.

Então, a gente vivia nessa aventura, fazendo essas aventuras para sobreviver. De acordo com a produção, dava até menos do que o [salário] mínimo. Era tipo, quase “um viver para não morrer”. Eu trabalhava na lavoura de café, era meeiro, e fazia isso como um “bico”. Quando não estava capinando, quando não estava “panhando” café, eu ia fazer esse “bico” com Luiz Gonzaga (FREITAS, 2021).

Depreende-se, portanto, que tais dormentes eram produzidos mediante um processo bastante rudimentar. Embora tenhamos nos deparado com outras situações que denotam esse entendimento da produção de dormentes enquanto uma atividade de “bico”, complementar, obviamente, para os “lavradores” dessas peças, sabemos que tais dormentes precisavam ainda passar por desdobramento em serrarias. Isso se fazia necessário para atender às exigências do comprador quanto às dimensões de cada peça, espécie da madeira, etc. Conforme o estudo *Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo* (1967, v. III), havia 80 serrarias dedicadas à produção de dormentes no território capixaba no ano de 1966. Segundo esse Estudo, tais serrarias produziram 44.298 m³ dessas peças nesse ano.

Importante observar que nos deparamos no norte do Espírito Santo com várias empresas madeireiras que também produziam dormentes. Não encontramos, no entanto, nenhuma que produzisse somente tal produto, considerado, inclusive, de baixo retorno financeiro. Isto nos leva a acreditar na possibilidade de que muitas empresas na área, assim como no restante do Estado, estavam registradas como produtoras de dormentes quando também produziam outros produtos derivados da exploração madeireira. A produção de dormentes pagava menos imposto.

Entre os “vendedores de lenha”, a exemplo de Anthero Bragatto, destacamos ainda José Barbosa Neto (2022), mas não se trata de modo algum de uma produção industrial. Entre outras profissões, além de ter trabalhado na Sican, na Serraria “dos Nicchio”¹³⁴ e na Serraria Spelta,

¹³⁴ A serraria “dos Nicchio” pertencia, segundo José Barbosa (2022), a Valdir Nicchio. Também funcionava com cerca de 25 funcionários, trabalhando com madeira serrada e esquadrias (caibros, ripas, aduelas, tacos, portas, etc.). Localizava-se em São Silvano, Colatina. Infelizmente, não conseguimos obter mais informações sobre essa empresa.

José Barbosa Neto também se tornou vendedor de lenha e de pó de serra, em meados da década de 1970, em Colatina. Boa parte das serrarias, sobretudo as menores, jogava o pó de serra fora em terrenos baldios, em córregos e rios ou botava fogo. Muitas vezes, utilizava-se esse pó para aterrar brejos e áreas alagadas.¹³⁵ As empresas que dispunham de caldeira utilizavam tanto o pó de serra quanto a lenha para gerar vapor e aquecer água, alimentar máquinas e/ou gerar energia elétrica. A lenha vendida por José Barbosa não provinha diretamente da mata virgem, como fazia Anthero Bragatto. Tratava-se de lenha produzida nas serrarias e resultava do próprio processamento da madeira. José Barbosa Neto observa que o pó de serra era “doador”, mas a lenha era comprada. Vejamos o que disse:

Olha, eu tinha duas carroças de burro. Quando eu saí da serraria [Spelta], eu comprei uma carroça. Aí, eu puxava pó. Chegava lá, com o pó, já havia um do lado, querendo lenha, eu tinha que jogar aquilo depressa e voltar para pegar lenha. Eu disse: vou comprar outra carroça. Tinha um menino aqui, em Colatina, eu botava ele para encher o saco de pó e a lenha, eu botava em cima da carroça. De 1 m³ de lenha, nós fazíamos duas viagens para poder ganhar um “troquinho”, senão não ganhava nada. A lenha, nós pagávamos, o pó de serra era dado para limpar a serraria. Eu vendia para a Pensão Brasil, [...]. Vendia pó para todo mundo [...]. Só comprava do Seu Toninho Spelta e dos “Nicchio”. Se eu não estou enganado, era [Cr\$]1,50 o metro [de lenha]. Já vinha os metros [...]. O comércio era bom, 70% de Colatina tinha fogão a pó e fogão a lenha (BARBOSA NETO, 2022).

O pó de serra e a lenha vendidos por José Barbosa Neto eram utilizados em cozinhas domésticas e de estabelecimentos comerciais, em fogões a lenha e “fogões” improvisados com latas.¹³⁶ Estes últimos cozinham mediante a queima do pó de serra. O empreendimento de José Barbosa não foi à frente. Depois disso, ele se empregou na Sican, onde trabalhou alguns anos de 1977 ao início dos anos 1980. A venda de lenha e a entrega a domicílio mediante o emprego de carroças não surgiram como alternativa de trabalho criada por ele. De qualquer forma, seu negócio como “vendedor de lenha” revela a importância desse produto como combustível também nos domicílios ainda na década de 1970.

¹³⁵ Destaca-se, nesse caso, o surgimento de duas favelas, em Linhares, na década de 1970, que deram origem aos atuais bairros Pó do Shell e Pó do Aviso. Localizam-se na área urbana de Linhares e ocuparam os remansos e baixios da Lagoa do Aviso, os quais foram aterrados com pó de serra oriundo das inúmeras serrarias existentes nas proximidades (FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES, 1980).

¹³⁶ Trata-se de latas reaproveitadas para tal finalidade. Normalmente, são quadradas, com capacidade para dezoito litros (L), corriqueiramente utilizadas para venda de tintas e outros produtos.

Vale observar que, nos anos 1940, o jornal A Época (ES) (1946) denunciou o que parecia ser uma cobrança abusiva por parte dos carroceiros “vendedores de lenha”, em Cachoeiro de Itapemirim. Segundo esse jornal, 1 m³ de lenha era vendido nas serrarias por Cr\$ 15,00. Aceitava-se, no entanto, que os carroceiros entregassem o produto nos domicílios por até o dobro desse preço. Para evitar a cobrança excessiva, a Serraria Vivacqua Vieira anunciou que aceitaria queixas contra os carroceiros que não respeitassem o limite convencional de preços e que, por isso, não lhes forneceria mais lenha.

O comércio, o preço da lenha e do carvão vegetal para uso doméstico no Espírito Santo, em alguns casos, transformaram-se em problema que envolveu autoridades locais. O jornal Folha do Povo (ES) (1952a) observa que, no início de 1952, Joaquim David colocou um depósito de lenha e de carvão numa área conhecida como “Coreia”, entre a ponte Florentino Avidos em Vitória e o mercado da Vila Rubim, onde começou a vender lenha e carvão de boa qualidade a preços baixos. Uma lata de carvão, por exemplo, custava Cr\$ 2,50 no depósito e Cr\$ 3,00 para entrega em domicílio. Segundo o jornal, a inveja de alguns e a perseguição dos fiscais da Prefeitura fizeram Joaquim David fechar seu negócio. Como consequência, o preço do carvão subiu rapidamente, chegando até a Cr\$ 7,00 a lata.

Normalmente, associamos este produto à atividade siderúrgica, como destacamos no primeiro capítulo com relação à Cofavi. Além da lenha, no entanto, como era de costume, o carvão vegetal, nos anos 1950, também se constituía em produto de primeira necessidade como combustível para fogões de cozinha nos domicílios do país. Segundo o Brasil-Revista (RJ) (1958), cerca de 500.000 ha de matas eram derrubadas anualmente no Brasil, para atender ao consumo de lenha e de carvão, que correspondiam a mais de 80% do combustível consumido nas indústrias e nas atividades domésticas do país. Dados do IBGE (1959) dão conta de que, em 1956, somente no município de Aracruz, foram extraídos 30 mil m³ de carvão vegetal. Tratava-se da maior produção desse tipo de carvão no Espírito Santo.

A produção de carvão vegetal, seja para o uso doméstico ou siderúrgico, nos chama a atenção para outro “profissional da madeira”, o carvoeiro, não o vendedor, mas aquele que o produzia. Embora algumas serrarias no norte do Estado produzissem carvão, tratava-se de uma produção ínfima quando comparada com aquela oriunda diretamente da Mata Atlântica. Essas serrarias, entre elas, a Malenza, em Pedro Canário, a Eugênio Meneguelli e a Móveis Bantanai, em Colatina, além da Serraria Modenesi, que se localizava no centro de Aracruz, aproveitavam a lenha que restava do processamento da madeira para produzir carvão vegetal.

A Serraria Modenesi, além disso, também produziu carvão com lenha retirada da mata local de sua propriedade. Jaime Simões Nascimento (2022) disse que seu pai era carvoeiro e que chegou com a família ao centro de Aracruz na década de 1950, quando começou a trabalhar, produzindo carvão para a Serraria Modenesi. Tratava-se de uma produção na qual o pai de Jaime Nascimento entrava com a força de trabalho, ficando responsável, inclusive, pela derrubada da mata que a serraria tinha no centro do município. Como pagamento pelo trabalho realizado, seu pai ficava com duas partes do carvão produzido e a empresa ficava com uma. Vejamos:

Na serraria havia uns fornos, mas só para “cozinhar” a lenha do refugio da madeira. Aqui, nós tínhamos uma base de uns oito fornos para “cozinhar” lenha. O carvão, o carro pegava e levava para Monlevade, no Estado do Rio.¹³⁷ [...]. Agora, a Ferro e Aço, ali, fazia carvão, mesmo. A lenha com que meu pai fazia carvão vinha da mata deles, mesmo, e dos refugos da serraria. [Meu pai] fazia a meia, eram dois carros nossos e um carro deles. Era uma Mercedes que “pegava” 30 metros [m³ de carvão] (NASCIMENTO, 2022).

Embora a Serraria Modenesi contasse com operários assalariados, essa produção de carvão caracteriza-se como uma espécie de “parceria”, resultado de um acordo informal, nesse caso, entre o capitalista, proprietário da empresa, e o carvoeiro que trabalhava, produzindo carvão vegetal com a família. Situação, aliás, bastante confortável para o capitalista dono da serraria que, assim, obtinha lucro com o refugio do processamento da madeira e com a mata já

¹³⁷ Trata-se, na verdade, do município de João Monlevade, localizado em Minas Gerais. Esse município teve seu crescimento motivado, principalmente, pela instalação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira no início dos anos 1920.

semi-explorada (após a retirada da madeira de lei) de quem também era proprietário, cuja única destinação era ser destruída por meio do fogo, como de costume. Ademais, ainda se eximia de arcar com os direitos trabalhistas que deveriam ser devidamente pagos ao carvoeiro e à sua família com quem ele trabalhava.

A Serraria Modenesi, a propósito, surgiu em 1944 da sociedade entre César Sarcinelli, Eugênio Antônio Bitti e Giovanni Modenesi. Chamava-se Serraria São João em homenagem ao padroeiro local. Posteriormente, Eugênio Bitti vendeu sua parte na sociedade para José Modenesi, irmão de Giovanni. A serraria passou a se chamar Modenesi & Sarcinelli. Mais tarde, César Sarcinelli e José venderam suas ações para Giovanni, que a renomeou como Modenesi & Filhos. A partir de 1957, essa empresa contou ainda com a Fábrica de Aguardente Estrela do Norte, ambas construídas na mesma área.¹³⁸ A Serraria Modenesi foi a primeira a surgir em Aracruz. Tornou-se representante local do Banco de Comércio Agrícola de Minas Gerais e do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, quando o município de Aracruz ainda não dispunha de agência bancária. A Serraria Modenesi era a maior do ramo madeireiro no município. Sua madeira provinha de vários fornecedores. Também comprava áreas de mata com a mesma finalidade. Quando fechou as portas, em 1989, contava com mais de 300 alqueires de mata virgem nos municípios de Aracruz e Linhares (CRUZ, 1997; COUTINHO, 2006, v. 2).

Além de carvão vegetal e da fábrica de aguardente, a Serraria Modenesi produzia taco e madeira serrada para a construção civil. Possuía um depósito (revendedor) de madeiras, em Vitória, para onde, segundo Jaime Nascimento (2022), destinava um caminhão carregado com madeira diariamente. Ele observa também que a Serraria Modenesi dispunha de cerca de oito casas de madeira para funcionários. Conta que ele mesmo morou numa dessas casas, já que trabalhou na empresa entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980. Destaca que,

¹³⁸ A Serraria Modenesi localizava-se onde hoje se encontra o Hiper Casagrande, no centro do Município de Aracruz (NASCIMENTO, 2022).

naquela ocasião, pagava apenas a energia elétrica e utilizava água de poço artesiano. Nessa época, a empresa era administrada por Artêmio Modenesi, filho de Giovanni.

Entre os “profissionais da madeira”, destacamos ainda o madeireiro. Não o empresário, dono de serrarias, necessariamente, tampouco o machadeiro ou mateiro, embora o madeireiro também estivesse revestido desses atributos. Mas sim, aquele madeireiro voltado à derrubada de árvores, a grandes empreitadas, capaz de conseguir grandes contratos para abertura de fazendas, por exemplo, “senhor” de outros derrubadores. Nesse quesito, não houve ninguém maior do que o capixaba Rainor Grecco. Em entrevista a Edilson Martins (1984), repórter da revista *Manchete*, ele admitiu tratar-se de um “assassino de árvores”. Àquela época, Rainor era considerado o “terror da Amazônia”, onde liderava um verdadeiro exército de derrubadores de árvores, especialmente em Paragominas-PA. Em 38 anos, Rainor derrubou árvores em 78 países, inclusive na antiga União Soviética, e havia exportado mais de 6 milhões de árvores de madeira de lei.

Além disso, Rainor Grecco derrubou árvores no sul da Bahia, leste de Minas e norte do Espírito Santo. Conta-se que, em certa ocasião, ele desceu 5 mil toras de madeira através do rio Itaúnas (TRISTÃO, 1989). Derrubou mais de 30 milhões de árvores e quase 60% do jacarandá do planeta. Ele e Augusto Ruschi tornaram-se desafetos por conta das críticas que Ruschi lhe direcionava. A última contenda entre os dois se deu em torno da fazenda Klabin,¹³⁹ em Conceição da Barra. Augusto Ruschi provou a existência no local de três espécies raras de beija-flor e, assim, depois de muitas “idas e vindas”, conseguiu impedir o serviço de derrubada da

¹³⁹ Trata-se da Fazenda São Joaquim, localizada em Conceição da Barra, que foi adquirida por Klabin Irmãos & Cia., a maior holding do Brasil, no início dos anos 1980. A Klabin controlava quase três dezenas de empresas no país e era a maior produtora de papel no território brasileiro, onde também é pioneira em reflorestamento (A HISTÓRIA, 1981). Depois de um acordo, a, então, Fazenda Klabin passou para o grupo Monteiro Aranha S.A., classificado como um dos maiores holdings do país, na época. A mobilização de Augusto Ruschi para impedir o desmatamento provocado na fazenda pelo grupo Monteiro Aranha contou com políticos e cientistas, dentre outros, além de ação judicial que demorou seis anos, entre 1978 e 1984 (GONÇALVES; FURTADO, 2015).

mata (ASSASSINO, 1986) para o qual Rainor Grecco havia sido contratado. Entre seus epítetos, cabe ainda o de “rei da motosserra”, sua principal arma e de seu exército.

Para mais dos “profissionais da madeira” já abordados, destacamos o operário. Trata-se, especialmente, daquele que laborava nas empresas madeireiras. Trabalhador de categoria mista, de “chão de fábrica”, um “sem número” de profissões. Desde menores aprendizes e carregadores de pó de madeira até maquinistas. De operadores de serra de fita a montadores de móveis. De caldeireiros a operadores de máquinas diversas (serra circular, tupia, plainas, lixadeiras, torno de laminação, guilhotina, etc.). Além de tratoristas, mecânicos e eletricitas, dentre outros. Todos eles envolvidos na produção em alta escala, principalmente nas grandes empresas. Todos eram trabalhadores livres de regime assalariado, com jornada de trabalho específica, direitos trabalhistas estipulados em lei, embora nem sempre assegurados.

4.2 A exploração de madeira e as relações de trabalho

As relações de trabalho entre “profissionais da madeira” e empresários do setor, no norte do Espírito Santo, caracterizadas majoritariamente pelo assalariamento, embora nem sempre formalizado, além das contradições inerentes ao próprio regime, estiveram, em muitos casos, permeadas de violência econômica e extraeconômica. Esta, segundo a concepção marxiana. Tal violência é um atributo da territorialização do capital, do qual também faz parte a mobilidade do trabalho centrado na produção de mercadorias, entre as quais se destaca a força de trabalho. A mobilidade do trabalho, segundo Jean-Paul de Gaudemar (1977), diz respeito à capacidade que tem o capital de produzir a mercadoria “força de trabalho”, em utilizá-la e, ao mesmo tempo, criar condições para exercer o domínio e o controle sobre ela tanto pelo lado da oferta quanto da demanda.

No que toca à oferta de força de trabalho ou à formação da superpopulação relativa no norte do Estado, evidenciamos a condição dessa região enquanto zona de fronteiras agrícolas, que a identificam como área de elevado crescimento populacional. Especialmente com relação

ao município de Colatina, entre 1920 e 1940, e à região contestada, entre 1940 e 1960, houve verdadeira explosão demográfica. Além disso, notamos grande crescimento populacional nas fronteiras agrícolas de Aracruz, visivelmente, entre 1920 e 1940; de Conceição da Barra, na década de 1950, bem como no município de Linhares, no mesmo período, como observamos no primeiro capítulo.

Com efeito, o norte do Espírito Santo — a partir das primeiras décadas do século XX, até, sobretudo, o início dos anos 1960, no contexto da erradicação dos cafezais — transformou-se em zona de atração populacional, tendo por base um processo migratório, em larga medida incentivado pelo Estado. Aliás, é o trabalho de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira. Logo, tal processo evidencia uma das formas através das quais se deu a mobilidade do trabalho no norte do Espírito Santo.

Outra forma versa sobre o modelo clássico de proletarização mediante a expropriação da terra. É a terra, com efeito, que se traduz em condição de vida, no norte do Espírito Santo, de povos originários e comunidades tradicionais, além de posseiros e pequenos proprietários. José de Souza Martins (1991) observa que a expropriação é um elemento que compõe a lógica da reprodução do capital, que, a propósito, só pode se expandir graças ao trabalho, única forma de se criar riqueza. Portanto, a lei fundamental do capitalismo consiste em subjugar o trabalho. Daí porque a separação entre o trabalhador e a terra é condição primordial para que se instaure o “reino” do capital, além da própria expansão do capitalismo. Concretizada a expropriação, o capital passa, então, à exploração do trabalhador. A ele só resta vender sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria, segundo as regras do mercado.

Uma das formas mais visíveis de expropriação no norte do Estado se refere à grilagem de terras. Conduta, a propósito, da qual o Espírito Santo fez escola em outros Estados para onde se deslocaram madeireiros “capixabas”, caracterizando a plena existência de um mercado de terras. Evidenciamos também a expropriação conduzida pelo Governo Estadual mediante a

política de concessões a empresas madeireiras. A Cimbarra, por exemplo, constitui-se em um dos casos mais representativos. A possibilidade da existência de posseiros na área cedida a ela resultou em cláusula contratual que garantia o emprego do aparato policial em seu favor.

Nesse contexto, convém destacar ainda o caso da Cofavi, que, após adquirir terras do Estado, tornou-se responsável pela progressiva expropriação de indígenas da aldeia de Caieiras Velha, em Aracruz. Situação, aliás, agravada com a implantação do Projeto Aracruz, no norte do Espírito Santo. Para além de intensificar a expropriação de indígenas no município de Aracruz, iniciada pela Cofavi, o Projeto Aracruz desencadeou outro processo de expropriação de quilombolas, posseiros e pequenos proprietários, em Conceição da Barra e São Mateus. Nara Cuman Motta (1982) observa que a introdução do eucalipto nesses municípios provocou êxodo rural, favelização e assalariamento. Parte dos grupos expropriados tornou-se força de trabalho nas florestas homogêneas locais.

Ademais, no que toca à fronteira agrícola do vale da Suruaca, vimos no primeiro capítulo como o Estado rompeu o espaço anterior com vistas a produzir um espaço novo, incorporando-o à esfera global capitalista, levando à expropriação de pequenos proprietários e comunidades originárias. Boa parte deles migrou para a Grande Vitória, outra parcela, contudo, permaneceu no norte do Estado, tornando-se assalariada em empresas locais. Convém lembrar ainda os efeitos da política de erradicação dos cafezais no norte do Espírito Santo. Além do acentuado êxodo rural, vale observar que essa política visou, ao mesmo tempo, a diversificação econômica da qual a silvicultura fez parte, e criou renda, possibilitando investimentos em outros negócios, entre os quais os setores madeireiro e de mobiliário, que também absorveram força de trabalho. Esta, com história marcada por arbitrariedades, também como forma de domínio e controle, era praticada, visivelmente, no setor da madeira, desde as primeiras décadas do século XX.

Adeluais Gomes Viana (2020) conta que seu pai, Jacinto Gomes Viana, trabalhou por nove anos na Cimbarra (Serraria Pai João), tendo sido dispensado do emprego em meados da

década de 1950, após retornar à empresa depois de um acidente de serviço que o impossibilitou de trabalhar por alguns dias. Ele observa que, após o referido acidente, a Cimbarra cortou o crédito que a família tinha no armazém da empresa. Além disso, seu pai foi despedido sem qualquer direito por tempo de serviço ou indenização em virtude do acidente de trabalho.

Vejamos:

Meu pai “fichou” na serraria do Pai João. Ele trabalhou aqui nove anos. Eles o botaram para fora. Naquele tempo, não tinha lei, não é? Papai, com nove anos de casa, a máquina jogou uma lasca de paraju na mão dele, que entrou, assim, por dentro. Aí, o Dr Mário¹⁴⁰ tirou.

[...].

Ele era operador de uma tal de “serra de centro”, uma serra grande que tem uma esteira, tira uns pranchões, aquela madeira quadrada, dependendo do que calibrava a máquina: 18×18, 16×18. [...]. Eu não sei como aquela lasca de pau saiu do meio da madeira para entrar na mão de papai assim. [Ele] foi para o hospital, tirou esse “negócio”. O acidente aconteceu no meio da semana, quando fomos fazer compras no armazém da serraria, não venderam mais.

Quando ele recebeu alta, que já dava para trabalhar, eles não o aceitaram mais. Botaram ele para fora sem direito a nada. Já cortaram o [crédito] com essa intenção, não é? Aí, quer dizer: nove anos de casa perdidos e não ganhou um centavo de indenização. Ele pegava os [mantimentos] no armazém toda sexta-feira e já vinha descontado. Papai nunca tirou um centavo de dinheiro nos envelopes. Quando vinha, eram duas, três “niquinhas” novinhas “chega” estavam brilhando. Os outros todos tiravam dinheiro. Papai nunca tirou um centavo. Acho que comprava tudo, com a casa cheia de gente (VIANA, 2020).

Embora o país contasse com a Justiça do Trabalho desde 1939, além do fortalecimento das leis trabalhistas mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, notamos diversos casos de injustiças cometidas contra “profissionais da madeira” no norte do Estado. Os abusos diziam respeito, sobretudo, ao efetivo pagamento do salário mínimo fixado em lei, ao cumprimento de jornadas de serviço diário, ao pagamento do percentual de acréscimo por horas extras e descanso semanal remunerado, à devida assinatura de Carteiras de Trabalho e pagamentos de indenizações obrigatórias. Estas últimas, tanto no caso de rescisão de contrato de trabalho quanto em situações de acidentes de serviço, como vimos com relação a Jacinto Gomes Viana na Cimbarra.

¹⁴⁰ Trata-se de Mário Vello Silves, médico do posto de saúde da Cimbarra, diretor dessa empresa e líder político local, conforme observamos no terceiro capítulo.

A propósito, a atividade madeireira era muito perigosa, desde a derrubada de árvores na mata, quando acidentes graves podiam acontecer, inclusive com mortes, até o processamento da madeira nas empresas. Encontramos casos no norte do Espírito Santo, em que trabalhadores faleceram esmagados por toras tanto na derrubada quanto no transporte da madeira ou mesmo no pátio das serrarias. Deparamo-nos ainda com vários exemplos de trabalhadores mutilados, sem dedos das mãos, principalmente os polegares, cortados pelas serras das máquinas. Os acidentes tendiam a ser mais graves e mais frequentes, sobretudo, nas serrarias clandestinas, bem como naquelas que não cumpriam normas básicas de segurança do trabalho. Nesses casos, as irregularidades quanto ao pagamento de indenizações obrigatórias também eram constantes.

O jornal Folha Capixaba (1956b) denunciou uma dessas situações, particularmente, com relação a um acidente em que um trabalhador menor de idade faleceu na serraria Sema, cuja proprietária era Dona Bete,¹⁴¹ alvo de várias denúncias. Vejamos:

Há tempos dona Bete mandou um menor ir fazer um carregamento de madeira. Acontece que sua Serraria tem muitas polias viradas por motores elétricos. Em dado momento este menor, perdendo o equilíbrio, caiu em uma dessas polias, tendo morte instantânea. Chamava-se este Pedro Vieira, filho do sr. Braulino Vieira e dona Amália Vieira. Os pais do menor não foram indenizados. Isto não é surpresa pois, existem operários na Serraria de d. Bete com três anos de casa que não têm Carteira assinada, para não terem direito nenhum e quando falam com ela para assinar, ela diz que não assina e ainda diz desaforos aos operários (UM INFERNO, 1956b, p. 7).

Além do acidente com fatalidade, agravado por ocorrer com um trabalhador menor de idade, seguido do não pagamento de indenizações legais, notamos outra anormalidade, qual seja, o emprego de trabalhadores em situação irregular. Prática corriqueira em empresas madeireiras, no norte do Espírito Santo, principalmente nas menores, o que não significa que as de maior porte também não lançassem mão desse expediente ilegal. Israel Jerônimo Cani (2022) conta que seu pai trabalhou alguns anos na Companhia Paulista, em Conceição da Barra, no início da década de 1960, e que tanto seu pai quanto outros trabalhadores não tinham a

¹⁴¹ Infelizmente, não logramos encontrar mais informações sobre a serraria Sema nem sobre sua proprietária. O nome da serraria destacado pode ser, inclusive, uma sigla. Quanto à proprietária, seu nome aparece nos jornais com grafias distintas. Preferimos, no entanto, utilizar “Bete”, mas mantivemos as grafias originais nos casos de citações diretas.

Carteira de Trabalho devidamente assinada, tampouco recebiam indenizações trabalhistas. Para ele, seu pai foi até beneficiado porque pôde retirar “algum jacarandá” remanescente para si próprio das terras da empresa. Vejamos:

Eu não me lembro bem. Ele deve ter trabalhado uns dois ou três anos, por aí. Eles botaram as terras para vender, então, como já haviam explorado madeira numa época, disseram: tira lá, alguma madeira que tiver. O chefe da empresa gostava muito de meu pai. Aí, deu autorização para a gente tirar, [mas] já haviam explorado a madeira. Haviam tirado peroba, jacarandá. Tiramos a sobra [...]. Papai foi apenas um “cabo de turma”. Ela [a Companhia] não indenizava ninguém, o “cara” trabalhava, terminava a tarefa e ia embora. Não havia ninguém com carteira assinada. Não havia ninguém formal, não. O “peão”¹⁴² chegava, trabalhava um dia, dois, enjoava e ia embora. Aí, meu pai ficou uns tempos. Ele gostava de ficar lá, se deu bem com o pessoal lá. Na verdade, não indenizaram, mas só o que fizeram com meu pai já é alguma coisa, não é? Deram esse material para a gente. Deram oportunidade para a gente comprar a terra (CANI, 2022).

Israel Jerônimo Cani (2022) observa que ele e seu irmão retiraram jacarandá das terras da Companhia Paulista por quatro anos, entre 1964 e 1968. Por isso, conseguiram completar o pagamento do terreno que seu pai havia comprado. Observa ainda que, em três desses quatro anos, essas terras, na verdade, já pertenciam a José Luiz da Costa, prefeito de Conceição da Barra (1967–1971), que as comprou em um total de 120 alqueires, confirmando também a autorização que seu pai havia recebido da Companhia Paulista. Daí porque, para Israel Cani, seu pai foi alvo da benevolência tanto de José Luiz da Costa quanto da Companhia Paulista.

Convém salientar, no entanto, que a madeira de lei e de valor comercial já havia sido retirada das terras dessa empresa. O pai de Israel Cani obteve autorização para “garimpar” o que, eventualmente, “escapou” da exploração industrial. Por isso, nesse caso, o jacarandá, madeira de elevado valor no mercado, seria a única que compensaria a procura e o trabalho. Interessante observar ainda que a “cessão” da Companhia Paulista, mais do que um ato de suposta benevolência, serviu para encobrir suas responsabilidades quanto ao pagamento de indenizações obrigatórias. Igualmente, a confirmação de José Luiz da Costa visava impedir

¹⁴² Expressão utilizada para qualificar trabalhadores de empresas em geral, sobretudo os de pouca ou nenhuma qualificação profissional.

qualquer contestação, inclusive em âmbito judicial, além de que a retirada dos remanescentes de jacarandá não lhe traria nenhum prejuízo.

A Companhia Paulista é o mesmo “grupo” denunciado como grande latifundiário no norte do Estado, que contava com Carlos Castro como representante, conforme abordamos no terceiro capítulo. Trata-se, com efeito, da Companhia Paulista de Madeiras, com sede em São Paulo, denunciada também por exploração de trabalhadores e por abandoná-los em caso de acidentes de serviço, conforme noticiado pelo jornal Folha Capixaba (1955c). Essa empresa, em meados dos anos 1950, ainda no início da expansão da fronteira agrícola de Conceição da Barra, plantou no município cerca de 2 milhões de pés de café (INDUSTRIALIZANDO, 1956d). A venda de suas terras, no início da década de 1960, enquadra-se no processo de erradicação dos cafezais no norte do Estado.

Além das arbitrariedades destacadas, abordamos ainda aqueles abusos cometidos por algumas empresas madeireiras, no norte do Espírito Santo, que dispunham de armazéns para vender mantimentos e outros produtos aos seus funcionários, como evidenciamos no caso da Cimbarra com referência a Jacinto Gomes Viana. Há denúncias de situações semelhantes cometidas, na mesma época, por outras empresas do setor. Em 23 de abril de 1955, o jornal Folha Capixaba denunciou o seguinte:

Os trabalhadores da região de Vila da Montanha sofrem horrores. O dr. Benedito Reis, madeireiro, mantém aqui um armazém que explora miseravelmente os operários, além de não pagar-lhes [*sic*] os salários nem por semana, nem por mês e nem por ano. Os gêneros vendidos no barracão são estragados e o preço é o dobro do comum. E quando o madeireiro suspende o serviço, o que faz sempre, não paga aos trabalhadores os saldos e nem fornece mercadorias. O que é mais triste é que existe uma feira em que tudo é vendido mais em conta tendo em vista os preços absurdos cobrados pelo sr. Benedito (TRATADOS, 1955b, p. 40).

A Serraria Floresta, em Colatina, é outra dessas empresas que incorreu na mesma falta. Alberto Romanha, sócio dessa madeireira, obrigava seus empregados a comprar no armazém da serraria, onde os preços das mercadorias subiam de “maneira assustadora”, principalmente, com relação aos artigos de primeira necessidade (UM INFERNO, 1956b, p. 7). Excetuando

essa serraria, a madeireira de Benedito Reis, além da Cimbarra, não encontramos nenhuma outra, no norte do Espírito Santo, dotada de armazém particular.

A Cobraice, no entanto, possuía convênio com fornecedores terceirizados (farmácias e supermercados), onde seus empregados podiam fazer compras devidamente autorizadas por meio de “vales” expedidos pela empresa. De todo modo, o sistema de pagamento era o mesmo: desconto em folha. Isto é, o preço das compras era descontado nos salários dos empregados. Daí porque, em muitos casos, como no de Jacinto Gomes, na Cimbarra, o trabalhador não recebia nenhum pagamento em espécie.

A existência de armazéns, vendas ou barracões para vender mantimentos em empresas, particularmente em fazendas no Brasil, juntamente com a instituição do “vale”, serviu, em muitas ocasiões, para expropriar o trabalhador. Trata-se, com efeito, de uma das formas através das quais o empregador lança mão para se apropriar do excedente produzido pela força de trabalho, controlando-a mediante dívidas impagáveis, pelas quais muitos trabalhadores se veem escravizados. Convém observar, no entanto, que o armazém da Cimbarra era aberto também à sociedade local. Aos empregados da empresa, havia dias específicos para realizarem suas compras.

Além do armazém particular, a Cimbarra contava ainda com uma pequena vila operária para empregados, constituída de umas 40 casas para famílias e um alojamento para homens solteiros, uma escola e o posto médico da empresa. Sua vila, ao contrário da vila operária da Serraria Barbados e da Cobraice, não formou um bairro específico que tenha perdurado ao fim da própria empresa. A vila operária da Serraria Barbados, por exemplo, era formada por casas de alvenaria e casas de madeira, além de refeitório, igreja católica e escola. As casas de madeira localizavam-se “na beira rio”, rua mais próxima ao rio Doce. A vila operária da empresa deu origem ao atual bairro Barbados, em Colatina, na área onde a serraria estava instalada.

Do mesmo modo, a vila operária da Cobraice formou o bairro homônimo, localizado às margens da BR-101, próximo ao local onde a empresa estava sediada, em Conceição da Barra. A vila era formada por casas de alvenaria e casas de madeira, possuía escola e posto médico construídos pela própria Cobraice. As fotografias 28 e 29 permitem-nos visualizar, com base nas casas de madeira, como era a vila operária dessa empresa ainda em meados dos anos 1980.

Fotografia 29 – Casas da Cobraice
(Vista aproximada)



Fotografia 30 – Casas da Cobraice
(Vista em profundidade)



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

No auge das atividades da Cobraice, em Conceição da Barra, iniciou-se um processo de favelização próximo à sua vila operária. O que denota crescimento da oferta de força de trabalho por um lado e, por outro, que as casas de sua vila não eram suficientes para atender à totalidade de seus funcionários. Adeluais Gomes Viana (2020), que trabalhou na Cobraice no final da década de 1960, disse que as casas da empresa possuíam água encanada e energia elétrica e que morou numa dessas casas (uma das de madeira) sem precisar pagar nada. Segundo observa, no entanto, só conseguiu emprego na Cobraice mediante a interferência de Jorge Timboíba,¹⁴³ visto que a empresa geralmente não admitia pescadores, pois alegava que tais profissionais não permaneciam empregados por muito tempo. Adeluais conta que trabalhou na empresa por mais

¹⁴³ Conforme destacamos no segundo capítulo, Jorge Timboíba desempenhou várias funções na Cobraice, dentre elas, a de gerente de Recursos Humanos.

de um ano sem qualquer falta ao serviço e que só pediu demissão por conta do baixo salário.

Vejamos:

Trabalhei na Cobraice durante um ano e pouco porque a minha profissão, mesmo, é pescaria. Tinha o documento desde os 18 anos. Então, quando fui para lá, estava com 23 anos. Aí, trabalhei um ano e pouco lá, para não fazer feio. Quando fui bater o aviso, eles não queriam me botar para fora porque trabalhei sem perder nenhum dia de serviço. Eu ganhava o salário mínimo, por isso, que saí. A minha profissão lá era braçal. Entrei ganhando, em [19]69, Cr\$ 100,00 por mês. Esse era o salário mínimo. O trabalho era pesado. Eu trabalhava das 6h às 18h. Na outra semana, entrava às 18h e saía às 6h da manhã. Era a noite inteirinha trabalhando.

[...].

Eu disse: oh, vou sair daqui e vou pescar porque salário mínimo não dá para ninguém viver, não. Esse pessoal aí, eu os estou sustentando no café. Um pessoal que tem sete, oito anos de casa e está passando certas necessidades.

[...].

Era assim: os operadores das máquinas onde eu trabalhava vinham de Valadares-MG. Eles só tomavam café uma semana porque pegavam o vale, naquela semana, para fazer compras. Daí para frente, ficavam sem tomar o café da manhã. Eu levava uma garrafa de café e uma lata de farofa e botava no armário da seção de portas. Eles me chamavam de “barrense”, não é? Aí, barrense, você tem um cafezinho lá? Eu falava: tem lá, na garrafa, pode tomar. Não demorava, o outro também vinha pedir. Só que quando eu ia tomar café, não tinha mais nada, eles haviam bebido tudo. Depois, começaram a comer a farofa. Quer dizer: iam em jejum para lá.

[...].

Aí falei: vou sair daqui enquanto é cedo (VIANA, 2020).

Conforme o estudo Potencial Florestal e Silvicultura no Estado do Espírito Santo (1967, v. III), a falta de força de trabalho semiqualficada no norte do Estado impedia que a Cobraice utilizasse sua plena capacidade empresarial instalada em Conceição da Barra. Situação agravada, ainda mais, devido ao elevado índice de faltas diárias ao serviço por parte dos empregados, o qual atingia até 30%.

Certamente, esses são os principais motivos que levaram a Cobraice a guardar reservas quanto à admissão de pescadores que buscavam emprego na firma. Para além da questão do visível preconceito com esses trabalhadores, é preciso considerar os baixos salários pagos pelas empresas madeireiras no norte do Espírito Santo. Os “profissionais da madeira”, nessa área, recebiam, majoritariamente, o salário mínimo. Lembrando que o baixo poder de compra desse salário foi o motivo pelo qual Adeluais Gomes Viana saiu da Cobraice, retornando à sua antiga profissão. Em muitas situações, inclusive, tanto pequenas quanto grandes empresas procuravam lesar seus trabalhadores, não pagando o devido salário mínimo implementado legalmente no

Brasil, desde 1 de maio de 1940. Em Colatina, por exemplo, havia várias denúncias nesse sentido.

O maior número de reclamações coube, no entanto, à serraria Sema, denunciada várias vezes, a partir de meados dos anos 1950, também por outras arbitrariedades. Vejamos o que expôs o jornal Folha Capixaba (1956b) com relação a uma dessas denúncias:

Quanto ao salário mínimo, d. Betti diz que ainda não entrou em vigor e, que só entrará em vigor a partir de setembro quando este já está vigorando desde o dia primeiro de agosto. A pretexto do novo salário mínimo aquela senhora já dispensou o operário Agenor e ameaça os outros dizendo: “vou pagar o salário mínimo mas, vocês têm que deixar o couro” (UM INFERNO, 1956b, p. 7).

Várias eram as formas de violência utilizadas por empresários madeireiros a fim de não pagarem o salário mínimo estipulado, legalmente, aos seus funcionários. Dentre elas, destacam-se: as ameaças e coações; as demissões sumárias, seguidas do não pagamento dos respectivos direitos trabalhistas ou pagamento de indenizações irrisórias; as cobranças de aluguéis abusivos (situações em que trabalhadores moravam em casas das serrarias); exigências de ampliação da jornada de trabalho e cobranças pela lenha (casos em que funcionários utilizavam resto de madeira da empresa para cozinhar). As arbitrariedades desse tipo se avolumavam nos meses subsequentes ao aumento do salário mínimo por parte do Governo Federal.

Além da serraria Sema, destacamos, entre outras, a Serraria Floresta, onde houve greve por conta de salários atrasados; a Alves Marques (Sicam), que abordamos no segundo capítulo; a Serraria Morro Grande, cujo proprietário era Roberto Vivacqua, e a Serraria Industrial, pertencente a Atílio Vivacqua, influente líder político capixaba, destacado no terceiro capítulo dessa tese, quando analisamos a formação, estrutura e atuação das oligarquias no Espírito Santo (UM INFERNO, 1956b; MANOBRAS, 1956c). Tais serrarias localizavam-se em Colatina. Todas as citadas estavam envolvidas em arbitrariedades relativas ao devido pagamento do salário mínimo. Verdade seja dita, a menos abusiva, particularmente nesse caso, foi a Sicam, que logo corrigiu seu mau proceder.

Excetuando a Cimbarra, a Cobraice e a Serraria Barbados, que possuíam vila operária para funcionários, outras empresas madeireiras no norte do Estado mantinham algumas casas, normalmente barracos de madeira, para seus trabalhadores. Tratadas como extensão da própria empresa e, portanto, como áreas sujeitas ao controle do capital, essas casas e vilas, mais do que um “benefício”, representavam controle sobre os trabalhadores que nelas moravam. Por isso, as represálias em forma de alugueis abusivos e/ou de cobranças de “benesses”, como a cessão de lenha. Estas e demais violências eram praticadas com a flagrante intenção de manter sempre os mesmos índices de expropriação do excedente produzido pela força de trabalho antes de cada reajuste do salário mínimo.

Nesse contexto, a mobilidade do trabalho ganha maior evidência, especialmente quando observamos as formas através das quais o capital estabelece relações com o mundo do trabalho, impondo-lhe novas determinações que envolvem a violência, as migrações, a qualificação profissional, novos arranjos produtivos internos e externos às organizações, etc. Não significa dizer, de modo algum, que a atividade madeireira no norte do Espírito Santo não fosse lucrativa. Lembramo-nos de Gualter Nunes Loureiro e de Anthero Bragatto, abordados na primeira seção deste capítulo. Os dois iniciaram suas carreiras profissionais com a atividade madeireira, nela permanecendo ao longo da vida, auferindo riqueza.

Além deles, entre outros, destacamos ainda Rainor Grecco, embora possamos qualificá-lo como um madeireiro de nível internacional. É bem verdade, todavia, que o Brasil era quem se constituía, de fato, em base de sua atividade madeireira. Em entrevistas a Edilson Martins (1984) e Giuseppe Bizzarri (1998), Rainor disse que a exploração madeireira lhe proporcionou grande riqueza, com a qual, dentre outras realizações, viajou por 72 países e também fez muitas “loucuras”. Numa dessas ocasiões, no início da década de 1970, ele “fechou” a boate Moulan Rouge, em Paris, por três noites consecutivas, reservando-a somente para si, amigos e

convidados. Cada noite custou \$ 16.500 dólares. Contou ainda que fez isso muitas vezes em outros locais de diversão, em vários países.

Rainor Grecco, a exemplo de outros madeireiros do norte do Espírito Santo, não escapou às acusações do cometimento de arbitrariedades contra funcionários. Dos 200 trabalhadores que contratou em Linhares para derrubarem a mata da área que seria inundada para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará-PA, dois haviam desaparecido durante a realização do serviço e 185 regressaram, três meses depois, reclamando de terem sido submetidos a trabalho análogo à escravidão. Vejamos o que disse o trabalhador Joel Pereira:

Seu Rainor nos botou dentro da mata em palhoças e barracas de lona. O trabalho era de 6 da manhã às 6 da tarde e dentro d'água, em pântanos e lagoas. Todos nós pegamos malária. E o pior é que ele não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos. Recebemos a metade do tratado e ficamos sem ver o dinheiro dos últimos meses (CAPIXABAS, 1984, p. 12).

Como podemos perceber, os abusos cometidos contra “profissionais da madeira” não se restringiram somente ao norte do Espírito Santo. Da mesma forma, a riqueza produzida com a exploração madeireira também não se limitou a essa zona. Realidade que, aliás, contrasta com o que afirmou Anízio Depollo Cremasco (2021), madeireiro de Nova Venécia, cuja família era proprietária da Serraria Santa Elisa Ltda., a qual funcionou, no município, de 1964 a 1975. Vejamos o que ele disse:

Em outras palavras, uma árvore em pé, até chegar ao caminhão, só valia a mão de obra. Em [19]72], nós compramos um paraju na Bahia, acho que, talvez, uns 1000 m³ ou mais um pouco, também só [pagou] a mão de obra. Era uma pessoa que derrubava, outra que cortava os toros, outra que fazia o caminho para ir até a madeira, praticamente era... e foi assim, de acordo com as madeiras, até o ano 2000.
[...].

Esses donos de serrarias também não conseguiram patrimônio nenhum porque dava muito pouco. Quem vinha comprar também pagava muito pouco. Então, quase que as serrarias também só pagavam a mão de obra dos funcionários.
[...].

Então, o madeireiro, de maneira geral, praticamente não ganhou nada. Várias pessoas que saíram daqui (várias não, pelo menos uma família, que tenho certeza) para Rondônia, ninguém conseguiu nada porque, se serrasse uma madeira de qualidade inferior, teria o mesmo trabalho com o resultado pior, não é? Então, quase ninguém fez patrimônio nenhum. Foi realmente assim, do mesmo jeito que a árvore em pé só valia a mão de obra, o serviço da serraria só pagava a mão de obra.
[...].

Houve uma época em que, às vezes, nós tínhamos que parar a serraria de três a quatro meses porque não havia mercado. Então, o que nós íamos buscar na Bahia? Íamos buscar essa madeira de maior valor. E aí, você tinha tudo, estrada de chão. Sobrava um pouquinho, trabalhando com essas madeiras. A última peroba com que

trabalhamos, por exemplo, era lá, de um lugar chamado Floresta Azul, município próximo a Itabuna. Aí, nesse caso, estavam, na época, construindo a [BR]101, em [19]73, [19]74, depois que acabou, a gente foi um pouco mais à frente porque trabalhamos com o paraju do sul da Bahia. E não passou disso, não. A madeira em pé só valia a mão de obra, e a pessoa que transportava só dava para ir pagando o caminhão (CREMASCO, 2021).

Trata-se, com efeito, de uma visão um tanto quanto reducionista baseada na experiência particular vivenciada com a atividade madeireira numa pequena empresa que, nesse caso, aparentemente, não rendeu o lucro almejado. Não significa afirmar, no entanto, que toda empresa do setor madeireiro e de mobiliário, no norte do Espírito Santo, tenha prosperado. Há que se considerar a época em que a empresa começou a funcionar, o tipo de madeira com a qual trabalhava, a expectativa de produção e de demanda, a disponibilidade de madeira, etc.

Convém observar que a Serraria Santa Elisa teve curta duração, tendo iniciado suas atividades quase no fim da expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce em Nova Venécia, quando a oferta de madeiras, especialmente as de lei, havia decaído consideravelmente. Além disso, observamos que, entre os Censos Industrial de 1960 e Econômico de 1970, Nova Venécia passou de 2 para 37 empresas madeireiras e de 1 para 9 empresas do setor de mobiliário. É claro que a ampliação da quantidade dessas empresas levaria à maior oferta de produtos oriundos da madeira e à concorrência, o que, por sua vez, puxaria os preços de tais produtos para baixo. Talvez seja esse o motivo pelo qual Anízio Cremasco (2021) afirmou que “quem vinha comprar também pagava muito pouco” ao se referir aos baixos lucros proporcionados, segundo ele, pela produção madeireira.

Se, por um lado, o consumidor procura melhores preços; por outro, o empresário sempre busca aumentar sua margem de lucro. Este é o objetivo das empresas, isto é, produzir o maior lucro possível com organização racional do trabalho e da produção. Objetivo e organização que, aliás, não diferiam com relação às empresas madeireiras e de mobiliário encontradas no norte do Espírito Santo. Lucro é aumento de capital. Logo, o empresário, nesse caso, busca aumentar seu capital que, no sistema capitalista, será novamente reinvestido com vistas a se obter mais

capital que também será reinvestido. Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) observam que essa é a principal característica do capitalismo.

Quanto à serraria Santa Elisa Ltda., cabe salientar que essa empresa, segundo Anízio Cremasco (2021), trabalhou, majoritariamente, com peroba do campo proveniente da Bahia e de Minas Gerais, além de menor quantidade de Jequitibá e Ipê. Possuía de 15 a 17 funcionários e serrava de 5 a 6 m³ de madeira diariamente por meio de engenho de desdobro, produzindo pranchas, caibros e ripas, além de tacos. Sua produção era exportada para o Rio de Janeiro (a maioria), Belo Horizonte–MG e São Paulo–SP. Com efeito, isso não nos parece pouca coisa, considerando, obviamente, as condições de instalação da serraria, sua organização, produção, equipamentos, etc.

4.3 A economia madeireira: significado e abrangência

Dada a complexidade da exploração madeireira no norte do Espírito Santo, com sua imensa quantidade de empresas do setor, bem como do setor de mobiliário, como poderíamos calcular o lucro de cada uma delas? Tomando somente a Cimbarra como exemplo, que explorou madeira, em alta escala, por praticamente 55 anos no norte do Estado, como saber quantos milhões de toras de madeira (se é que ficou só nisso) essa empresa retirou da área? Quanto isso representou monetariamente?

Sabemos, todavia, que somente em 1937 a Cimbarra extraiu 1.530 toras de peroba e que, até o início de outubro de 1938, já havia extraído 1.499 toras da mesma madeira. Em ambos os anos, não foram registradas as retiradas de outras madeiras, como o jequitibá e o cedro (RELATÓRIO, 1938), ou seja, a quantidade de madeira retirada pela Cimbarra nesses dois anos é muito superior ao que de fato foi registrado. Como responder às mesmas questões em relação à Serraria Diaz, à Cobraice, à Cacique, ou a Barbados, ou quanto às centenas de empresas madeireiras registradas em atividade no norte do Estado entre 1920 e 1985?

Que diríamos acerca das centenas de pequenas e médias serrarias clandestinas? Como calcular a quantidade de madeira que a Bralanda (maior indústria de compensados da América Latina, na época) retirou informalmente só nos atuais municípios de Ponto Belo e Mucurici? Impossível responder a essas questões. Há que se considerar a incapacidade do Governo do Estado em fiscalizar as diversas empresas madeireiras. É bem verdade que, a partir de 17 de novembro de 1909, a Lei n.º 590 havia regulamentado a fiscalização do corte de madeira no Estado e instituído a obrigatoriedade de licença para a comercialização do produto.

Essa licença poderia ser expedida pelo próprio Governo em caso de madeira retirada de terras devolutas estaduais ou pelo proprietário da mata em caso de propriedade particular ou concessão estadual. Na primeira situação, a licença estaria condicionada à não impugnação pelas municipalidades ou pela Diretoria de Terras. Na segunda, a licença deveria ter “firma” reconhecida do licenciador e o visto da Diretoria de Terras após verificada a legalidade da propriedade ou da concessão. Em ambas as situações, a licença deveria ser ainda despachada pelas estações fiscais do Estado.

Além disso, a partir de 1910, o corte de madeira em grande escala passou a depender também de autorização do Governo Estadual (BONOMO, 2010). Na prática, entretanto, décadas depois, a realidade ainda era bastante diferente. Em 1943, Enrico Ruschi, secretário de Agricultura, Terras e Obras, informava ao Governo do Estado sobre o início da utilização de talões específicos para fiscalizar a retirada de madeira das matas estaduais (ESPÍRITO SANTO, 1943a).

Poucos anos depois, em 1946, Almir Garcia Roza, secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, destacava que o serviço de fiscalização de matas no Espírito Santo ainda era deficiente devido à reduzida quantidade de agentes fiscais e de equipamentos básicos como machadinhas,¹⁴⁴ e trenas, dentre outros. Evidenciava também as dificuldades de condução e a

¹⁴⁴ As machadinhas eram utilizadas para imprimir a marca do Estado nas toras de madeira, assegurando que elas haviam passado pela fiscalização.

insuficiência de animais de montaria para o deslocamento desses agentes, apontando alguns dos riscos a que tais profissionais estavam expostos no exercício da função. Por isso, pedia providências do Governo do Estado para que esses profissionais pudessem usar armas para defesa pessoal (ESPÍRITO SANTO, 1946). Vejamos:

Há necessidade de obter-se da polícia, licença para que esses funcionários possam usar armas como garantia pessoal pois que, tendo que penetrar *sosinhos* na floresta, na defesa dos interesses do Estado, podem sofrer agressão por parte das pessoas atingidas pelas medidas fiscalizadoras. Nos Municípios de Linhares, Colatina, São Mateus, Conceição da Barra e São Francisco as invasões nas matas do Estado, com retirada das madeiras de valor comercial é praticamente comum (ESPÍRITO SANTO, 1946, p. 1, Seção de Divisão de Terras e Colonização).

Embora Almir Garcia Roza não tenha especificado no texto o tipo de armas pleiteadas, estamos seguros de que se tratava de armas de fogo, as únicas que careciam de regulamentação junto à polícia. Dentre os municípios que compunham o norte do Estado, em meados da década de 1940, conforme o nosso recorte geográfico, e que apresentavam deficiências com relação ao serviço de fiscalização de matas, Almir Garcia não citou apenas Baixo Guandu e Aracruz. O que não significa dizer que nesses municípios não houvesse contrabando de madeiras da Mata Atlântica local. É bem verdade que o Governo Capixaba tomava providências com vistas a defender o fisco estadual contra a sonegação de impostos e o tráfico tanto de madeiras quanto de outros produtos nas divisas do Estado.

Ainda no final dos anos 1940, Carlos Lindenberg reformou o sistema fiscal do Espírito Santo, criando mecanismos a fim de facilitar o pagamento de impostos pelos contribuintes. Ele reorganizou o posto fiscal do Estado no Rio de Janeiro, criou novas coletorias (muitas delas aparelhadas com fichários e máquinas de escrever), além de 35 novos postos fiscais. Alguns deles, localizados nas divisas estaduais, passaram a contar com apoio policial. Criou ainda a função de auxiliar de arrecadação e contratou novos fiscais e inspetores de fiscalização. A reforma fiscal levada a efeito por Carlos Lindenberg aumentou a arrecadação tributária do Estado e proporcionou melhorias na vigilância das matas no Espírito Santo, particularmente com relação ao comércio clandestino de madeiras (ESPÍRITO SANTO, 1949; 1950).

Jones dos Santos Neves igualmente dispensou atenção particular ao fisco do Estado. Mediante a Lei n.º 609 de 31 de dezembro de 1951, ele criou o novo Código Tributário do Estado, que substituiu o Código de 1939. Organizou um serviço de fiscalização volante nas divisas do sul do Espírito Santo, para o qual disponibilizou cinco jipes. Ademais, reformou os serviços de arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais por meio da Lei n.º 679 de 22 de dezembro de 1952, criando, entre outros, novas seções administrativas, cargos e funções. Tais medidas contribuíram para o Espírito Santo alcançar uma arrecadação *recorde* em 1953. Quanto ao norte do Estado, em especial, Jones dos Santos Neves instalou casas de madeira pré-fabricadas nos postos fiscais de Barra de São Francisco, Colatina, Baixo Guandu e Conceição da Barra para residências dos agentes de fiscalização e funcionamento dos postos de polícia fiscal. De todo modo, em 1953, ele observou que a invasão das matas públicas do Estado ainda se configurava em notória realidade de difícil controle, especialmente no norte do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1952; 1953; 1954).

Além disso, em Comercinho do Itaúnas (atual Mucurici), na região do Contestado, por exemplo, em meados dos anos 1950, não havia recolhimento de nenhum imposto municipal, estadual ou federal (COMERCINHO, 1954). Lembrando que Mucurici, juntamente com o município de Ponto Belo, era um dos quais a Bralanda explorava madeira no Espírito Santo nessa época. A propósito, tanto as referências sobre a extração de madeira quanto os dados relativos às próprias empresas madeireiras na região contestada, mesmo de forma escassa, só entraram em dados estatísticos do IBGE a partir de 1963, com o fim da questão litigiosa entre Minas e Espírito Santo.

No início de 1965, Francisco Lacerda de Aguiar informava à Assembleia Legislativa Estadual que, nos dois anos anteriores de seu governo, havia promulgado leis e baixado decretos e portarias, reorganizando a legislação fiscal vigente e a arrecadação tributária do Estado. Por isso, esperava alcançar um *superávit* em termos de recolhimento de impostos ainda em 1965

(ESPÍRITO SANTO, 1965). Em meio a reformas e ajustes do sistema tributário estadual verificados igualmente nos governos de Christiano Dias Lopes e Arthur Gerhardt, contava o Espírito Santo, em 1975, com 110 postos fiscais localizados, principalmente, nas divisas do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1975). Nessa época, o norte do Espírito Santo sediava boa parte das coletorias a quem esses postos fiscais estavam subordinados. Uma delas localizava-se no município de Pancas.

Teobaldo Stur (2022), que teve empresas madeireiras no município, disse que, mesmo assim, não era difícil burlar o fisco estadual. Embora tenha começado a derrubar árvores em Pancas desde os 13 ou 14 anos, ele observa que sua primeira empresa madeireira foi a Móveis Stur. Trata-se de uma marcenaria que, em 1961, quando iniciou as atividades, contava com seis a oito trabalhadores, chegando a 17, no início da década de 1970. A Móveis Stur fabricava “todo tipo” de mobiliário, além de portas e janelas. Trabalhava com peroba, jequitibá, angico, etc. Teobaldo Stur também montou um depósito de madeira em Pancas, onde revendia madeira (principalmente, peroba-mica e garapa) procedente de Rondônia. Além disso, instalou uma serraria em sociedade com Francisco Carlos Werneck, tornando-se depois o único dono da empresa.

Tratava-se da Stur & Werneck Ltda., empresa aberta no município no início da década de 1970. Essa serraria, conforme observa Teobaldo Stur, contava com mais de 30 funcionários, considerando os que trabalhavam derrubando árvores na mata, no arrastão das toras com juntas de bois, no caminhão, além da produção na empresa. A maioria desses funcionários não tinha Carteira de Trabalho assinada. A serraria produzia madeira serrada (taipá, tábua, etc.), fabricou taco durante algum tempo e vendia madeira para outras empresas maiores, como a Sicam.

Quanto à tributação estadual em Pancas, Teobaldo Stur esclarece que não era difícil ludibriá-la porque o trabalho da coletoria no município era deficiente. Além disso, os elevados

encargos tributários não deixavam outra opção ao contribuinte, segundo ele, senão a sonegação de impostos. Vejamos:

Em Pancas, só tinha coletoria e um “fiscalzinho”, mas todos que tinham aí eram amigos da gente, não nos prejudicavam em nada. Fazia “trambique”, não é? Ninguém consegue viver sem fazer “trambique”, principalmente, “industriazinha”, comércio em geral, se não tiver um “quebra-galho”..., porque o imposto é muito alto. Então, não tem jeito. Se o imposto fosse mais baixo, seria melhor. Às vezes, tiravam madeira por meio de um “jeitinho”, isso acontecia muito. Passava de noite, levava lá para a serraria clandestina, não é? Mas eu mexi mais com a Sicam e umas duas serrarias aí perto: uma, em Aracruz, na beira do asfalto, e outra, em São Domingos (STUR, 2022).

Embora destaque que vendia madeira para poucas empresas e que elas trabalhavam com madeira legalizada, Teobaldo Stur revela a existência de “jeitinhos” através dos quais se extraía madeira clandestinamente. Um deles era a retirada de madeira à noite, quando, teoricamente, a fiscalização era menor. Ademais, ele também sugere que os fiscais da coletoria de Pancas, na época em que teve empresas madeireiras no município, eram, no mínimo, pouco diligentes. Com efeito, não raras vezes, detectou-se a omissão de autoridades encarregadas da fiscalização e arrecadação de tributos estaduais. Isto, quando não havia cumplicidade no contrabando. Muitas dessas autoridades foram demitidas do serviço público estadual por corrupção.

Em 1978, Élcio Álvares fechou vários postos fiscais no interior do Estado, substituindo-os por um sistema de fiscalização volante, para o qual disponibilizou 56 veículos, propiciando, com isso, resultados positivos ao fisco estadual. Em 5.350 autuações efetuadas, o Estado apurou Cr\$ 9.960.043,36 (ESPÍRITO SANTO, 1978). Apenas um ano depois, Eurico Rezende tomou medidas para reinstalar alguns postos fechados anteriormente e instalar novos postos fiscais no território capixaba. Para isso, ele contratou a edificação de mais 50 dessas unidades. Quanto ao norte do Estado, em particular, ele providenciou novas instalações para a agência fiscal, em São Gabriel da Palha, além da Delegacia Regional da Fazenda, em Colatina. Aliás, cinco dessas delegacias, das dez existentes no Espírito Santo na época, estavam sediadas no norte do

Estado.¹⁴⁵ Além de Colatina, as demais localizavam-se em São Mateus, Nova Venécia, Linhares e Barra de São Francisco (ESPÍRITO SANTO, 1980).

Atevaldo Gomes Luz (2021), que trabalhou na fiscalização tributária no posto fiscal de Pedro Canário, na divisa entre o Espírito Santo e a Bahia, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, observa que o controle fiscal, principalmente com relação à madeira, era muito rigoroso. Segundo ele, além do posto fixo, havia também a fiscalização móvel. Vejamos:

Trabalhei na divisa por uns cinco anos, a madeira, como diz: era o produto da região. Guiei muita madeira para a Serraria Parket e para o próprio Gualter, que tinha serraria e era prefeito. Havia muito despacho de madeira para eles. A madeira, que era interna, chegava na serraria até sem nota, mas na hora de vender, eles eram obrigados a emitir documento. Não dava grandes prejuízos, mas dava alguma coisa porque vendia muita madeira interna, não é? Era mais difícil ser fiscalizada. A economia madeireira rendia bons dividendos para o município [de São Mateus] porque o volume era muito grande. A gente trabalhava no posto, o caminhão só passava mediante a nota. Não tinha a nota, você era obrigado a emitir um documento, a nota fiscal, direto para a serraria. No posto, passava uma média de 50 a 100 caminhões de madeira por dia. Era a BR-101, todo mundo só passava por ali. [...]. Por lá, entrava madeira para todo canto, a maioria era para Linhares, mas ia muito para Vitória e para o Estado do Rio. [...].

O posto fiscal era na divisa, havia o posto fiscal da Bahia e do Espírito Santo, [...]. Mas escapava muito da Bahia, a gente sempre pegava alguma coisa. Havia uma estrada chamada “Picadão da Bahia”. Entrava nesse “picadão” e saía no Espírito Santo, mas era muito fiscalizado. O povo tinha medo de entrar porque a multa era alta. O Espírito Santo tinha mais interesse, mas a Bahia também fiscalizava. Às vezes, coincidia de nós chegarmos lá e eles já estarem. Quando eles estavam, a gente voltava; quando não estavam, nós ficávamos lá, cinco, seis horas esperando. Nós sabíamos, mais ou menos, o horário em que os caminhões passavam. De preferência, o horário era das 3 até as 9 horas da noite. Eles iam carregar de manhã e voltaram à tarde (LUZ, 2021).

Obviamente, esse rigor não resulta apenas das medidas adotadas nos governos de Élcio Álvares e de Eurico Rezende. Portanto, não significa dizer que a circulação de mercadorias, especialmente de madeira, no próprio Espírito Santo e entre ele e seus Estados vizinhos, não tivesse uma longa história de contrabando e sonegação. Além da fiscalização no que diz respeito à saída de mercadorias do Estado, Atevaldo Gomes Luz evidencia o controle fiscal com relação à entrada de madeira da Bahia no Espírito Santo, destacando que mesmo assim ainda havia irregularidades, embora com menor intensidade devido à fiscalização e às elevadas multas. Tal

¹⁴⁵ As demais delegacias regionais da Secretaria da Fazenda no Espírito Santo localizavam-se na região central: a de Vitória e a de Santa Teresa; e no sul do Estado: as de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Mimoso do Sul (ESPÍRITO SANTO, 1980).

controle, segundo ele, não era tão eficiente no caso da madeira oriunda do próprio Estado, que podia chegar às serrarias até sem a devida nota fiscal ainda no início dos anos 1980. O que corrobora com o que disse Ismael Dariva (2022) em relação à exploração de madeira em Barra de São Francisco, na mesma época, como observamos no segundo capítulo.

Além da sonegação e do contrabando, muitos madeireiros também não eram honestos quanto ao processo de aquisição e venda de madeiras. Havia vários subterfúgios para tanto. Estes iam desde a imputação de supostos defeitos que teoricamente barateariam o produto até medições fraudulentas por meio de trenas adulteradas. Em algumas ocasiões, características da madeira que a valorizavam eram apresentadas como imperfeições. Às vezes, entregavam carregamentos de madeira com quantidade inferior àquela adquirida pelo comprador. Em outras situações, simplesmente compravam e não pagavam. Lembramo-nos do caso do agrimensor Aracati, citado por Genoveva Hupp no primeiro capítulo. Teobaldo Stur disse haver muitos “picaretas” no ramo madeireiro.

Além disso, o desperdício de madeira era algo comum. Nesse caso, o uso do fogo como limpeza de área era o mecanismo mais utilizado. Havia uma verdadeira “instituição” da queimada. Segundo Nelson Werneck Sodré (1962), para a maioria dos autores, trata-se de uma herança indígena utilizada desde o início da colonização para preparar a terra para a agricultura. A queimada, nesse caso, reduzia os esforços e apressava os prazos. Leo Waibel (1955) observa que a queimada e a rotação de terras fazem parte da estrutura econômica das zonas pioneiras e compõem um sistema simples e barato que não liga o colono à terra.

A queimada tornou-se um fenômeno permanente no Brasil. Os cafezais, os pastos para o gado, a preparação da terra para qualquer outra cultura agrícola reduziam-se à queimada, o fogo destruía tudo em qualquer parte, inclusive no Espírito Santo. Almir Antônio Guzzo (2022) disse que trabalhou muito na roça, no município de João Neiva, e que a limpeza dos terrenos para o plantio, principalmente de café, era feita com o fogo. Vejamos:

A limpeza do terreno era feita com fogo. Tacava fogo embaixo e o fogo levantava a altura de 30, 40 metros. Aquelas chamas, que chegavam a fazer assim, queimavam tudo. Vixe! Toquei fogo em muita derrubada. Eu tinha um terreno que tinha “um pedrão”, quando tocava fogo embaixo era labareda de 300, 400 metros, você via as “línguas de fogo” que faziam assim, no morro. Queimava madeira. Queimava tudo. Tinha uns cinco alqueires onde eu tocava fogo. Cinco alqueires são uma colônia. Mas depois daí, queimava do vizinho aqui, queimava do outro, saía, até que ele [o fogo] parasse. Mas ninguém..., se entrasse na colônia do vizinho, ele dizia: não tem importância, porque vou derrubar também. Era assim (GUZZO, 2022).

Percebemos que a ação do fogo podia transpor a área pretendida. Notamos, ademais, que a madeira, mesmo a de maior valor comercial, não estava isenta de se transformar em cinzas frente ao imperativo da terra para a agricultura. É o que se depreende, em particular, do que disse Sebastião Amadeu Entringer (2022) acerca do trabalho de sua família na agricultura em Afonso Cláudio, no início dos anos 1960, após saírem de Castelo. Vejamos:

Chegamos lá, o negócio foi mais complicado porque era só mato, mata e capoeira. Esse negócio todo. Era totalmente diferente daquilo onde vivi, no meu início de vida. Em Castelo, era mais confortável. Quando chegamos a Rancho D’antas, que é o nome do local, no município de Afonso Cláudio, ali era mata, você só via animal. Tivemos que começar a abrir a área para plantar alguma coisa. Não tinha quase nenhuma condição para plantar, aí foi desmatando.

O desmatamento era aquele negócio: derrubava a mata, jogava no chão. Não tinha para onde levar. Poderia até ter, mas não compensava porque não tinha um caminhão. Não tinha como. Então, ia apodrecendo, botava fogo, queimava. Lembro que queimava bastante madeira de lei porque não tinha a quem interessar, não valia a pena a pessoa comprar e ir buscar. Não tinha uma estrada. Era tudo aquela estrada que, para entrar um caminhão, era muito difícil, quase impossível, era só algum carro pequeno que entrava. Era tudo chão, barro e foi assim.

Derrubava a mata “no machado”. Primeiro, com a foice, tirava o que era menor, ficava “aquele aberto”, aquele clarão. E aí, vinha na base do machado e da serra. Era o “grupião”, na época, tipo um serrote com dois cabos, puxava um, de um lado, e outro, do outro. Havia muita queimada. Éramos nós, os outros vizinhos, que eram longe, mas também funcionavam assim, para plantar café, milho, feijão para sobrevivência, o café era mais para recurso mesmo (ENTRINGER, 2022).

No norte do Espírito Santo, a cultura da queimada não era diferente. Ateava-se fogo na mata com as mais diversas finalidades, levando igualmente à destruição de madeiras de lei. Em Comercinho do Itaúnas, ou simplesmente “Comercinho”, como o atual município de Mucurici também era conhecido, utilizava-se a queimada para abrir estradas no meio da mata, bem como para alargá-las quando necessário, evitando assim o penoso trabalho com o machado (COMERCINHO, 1954). Mais do que isso, o trabalho, desse modo, era bastante simplificado, ademais, ganhava-se tempo. Desmatava-se também para plantar eucalipto. Nesse caso, era um desmatamento realizado por empresas com suporte técnico e financeiro, levando o

desflorestamento à escala industrial. O que não significa dizer que se abria mão da utilização do fogo nesse processo. Vejamos o que disse Mateus Nascimento (2021) a respeito da ação de uma dessas empresas no município de São Mateus, em meados da década de 1950.

Isso tudo aí para baixo, onde está esse eucalipto todo plantado hoje em dia, parece que são 750 alqueires de terra, foi tudo derrubado no “correntão”. Foi essa tal de Conterra, a primeira firma que veio. Ela trouxe aqueles “tratorzão” B8, um ficava lá e outro cá com aquele “correntão” grosso. Deitava assim, que só fazia o “pau quebrar”. Quando chegava naqueles “guaribu”, que guaribu é “bicho danado”, não é? Eles forçavam para lá, forçavam para cá, não podiam derrubar, levantavam a corrente e “serravam ele no meio e aí rebentavam com ele”.

Jaqueira, essas jaqueiras aí, cada pé de jaqueira que tinha nada, nada, seus 100 anos. Juntavam dois tratores: tom, tom, tom, com pouco [a jaqueira] revirava de raiz para cima. Ainda tem toco delas por aí. Depois, eles juntavam tudo, faziam aquelas leiras de madeira. Cada madeira que vou dizer: “coisa de doído”. “Semeavam” óleo naquilo, “picavam” fogo, só ficava a cinza.

A Conterra sumiu. Depois que ela foi embora, entrou a “Florestas Rio Doce”. A Conterra foi a primeira. Ela só veio derrubar a mata. Depois, a “Floresta” entrou, meteu o trator, arou e plantou eucalipto. Agora esse eucalipto aí é da tal de Suzano. Olha, eu vou dizer: foi um estrago.

Daqui para dentro, tinha uma mata ali no 10, eram uns 40 alqueires de mata. Tinha paraju que o senhor olhava assim, chega o “bicho estava cinzento”. Aquela braúna de “pocar” para fazer estaca, guaribu amarelo, bicuíba, barriga d’água, esse “madeirão” que se vende na serraria, esse tal de jequitibá. Arrebentaram tudo. Meteram o “correntão” naquilo lá. Quando acabavam, juntavam, faziam aquela “feira” assim, jogavam o óleo em cima, “grimpavam” fogo (NASCIMENTO, 2021).

Analisando a prática da queimada apenas pelo viés da exploração madeireira, diríamos que no norte do Espírito Santo houve um desperdício incalculável de madeira. Em muitos casos, diferente do que conta Mateus Nascimento com relação à “Conterra”, retiravam-se da mata as madeiras de lei e ateava-se fogo no restante. Isso era comum quando uma empresa ou um madeireiro, por exemplo, comprava a mata em pé para retirar a madeira de maior valor econômico. O restante, normalmente, o vendedor (fazendeiro, pequeno proprietário, posseiro) ateava fogo com fins agropecuários. Quanto às empresas reflorestadoras de eucalipto,¹⁴⁶ além da expropriação direta, elas também adquiriam terras, a baixos custos, em capoeira (com vegetação secundária) ou áreas de onde os madeireiros já haviam retirado, principalmente a

¹⁴⁶ Além da Conterra, sobre a qual, infelizmente, não logramos obter mais informações, sabemos que a Aracruz Florestal S.A., fundada em 1967; a empresa Florestas Rio Doce S.A. (FRDSA), fundada em 1968, a Flonibra S.A., que se tornou Bahia Sul Celulose S.A., bem como a Aracruz Celulose, a quem essas três últimas passaram a pertencer, atuaram no “reflorestamento” com eucalipto no norte do Espírito Santo. Além delas, a Florestas Acesita S.A. também operou na mesma atividade na área. A propósito, convém lembrar que a Aracruz Celulose é a atual Suzano S.A. e que permanece no ramo da produção de celulose com eucalipto no norte do Estado.

madeira de lei. Nesses casos, tanto quanto em terras com “mata virgem”, a regra era a mesma: desmatamento e queimada.

Gualter Nunes Loureiro, amparado em sua experiência de prefeito de São Mateus e madeireiro, disse, em entrevista a Daniel Lopes do jornal *A Gazeta* (1981), que a madeira que foi estragada em São Mateus daria para se trabalhar no município durante cinco anos. Além do desperdício, destacamos igualmente a imensa quantidade de empresas madeireiras clandestinas que atuavam no norte do Estado. Segundo José Ferrari Leite (*apud* DEAN, 2018, p. 289), nos anos 1960, havia 1.700 serrarias nessa área. Acontece que, segundo o Censo Industrial de 1960, havia no Espírito Santo o registro de apenas 521 empresas madeireiras (setores de madeira e de móveis). Quanto ao norte do Estado, especificamente, o Censo Industrial de 1970 apontava a existência de somente 536 dessas empresas e de 1.022 em todo o Estado.

A quantidade de serrarias apresentada por José Ferrari Leite não nos parece exagerada. Além das médias e grandes empresas madeireiras, teoricamente, com maior dificuldade para atuar clandestinamente, é preciso considerar a existência de imensa quantidade de serrarias do tipo “pica-pau” e de serrarias móveis. As primeiras formavam em boa medida as pequenas empresas, que, pela localização (muitas estavam em áreas mais afastadas das sedes municipais), bem como pela rusticidade do próprio maquinário, podiam atuar clandestinamente de forma mais fácil. Já as serrarias móveis eram, principalmente, as que tinham um locomóvel como gerador de energia. Estas podiam ser deslocadas sempre para os lugares com maior oferta de madeira. Segundo Ivan Borgo, Léa Alvarenga Rosa e Renato Pacheco (1996), em 1960, havia 42 delas somente na rua principal de Aracruz.

Nos anos 1970, apareceu no Estado um novo tipo de serraria móvel. Com o surgimento dos motores de injeção direta, mais potentes e mais econômicos, fabricados pela Mercedes Benz, muitos proprietários de caminhões começaram a trocar os motores desses veículos em Colatina. Município, tradicionalmente, dotado de várias oficinas mecânicas abertas durante a

expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce. Os motores antigos foram reaproveitados, então, na fabricação de novas “serrarias”. Segundo Carlos Teixeira de Campos Júnior (2004, p. 41), “fixava-se o motor em dois perfis metálicos e acoplava-se no seu eixo uma polia que, feitas as adaptações, funcionava para serrar madeira”. Essas serrarias móveis construídas em Colatina também foram muito utilizadas no sul da Bahia.

A evolução da exploração madeireira no Espírito Santo e no norte do Estado é notória e indiscutível. Em 1920, o item “madeira”, segundo dados da Secretaria da Fazenda Estadual (1930), respondia por 5% dos principais produtos exportados pelo Estado. Em 1948, esse percentual havia saltado para 12,20%, atrás somente do café, como destacamos no segundo capítulo. Na década de 1950, conforme a tabela 5, a participação da madeira e do mobiliário na indústria de transformação no Espírito Santo teve um acréscimo percentual da ordem de 83,33% e 194,11%. Vejamos:

Tabela 5 – Participação da madeira e do mobiliário na indústria de transformação no Espírito Santo (1950 e 1960)

Censo Industrial de 1950			Censo Industrial de 1960	
		Percentual		Percentual
Gênero de Indústria	Madeira	14,40%	Madeira	26,40%
	Mobiliário	1,70%	Mobiliário	5,00%

Fonte: (IBGE,1950; 1960). Elaboração própria.

A propósito, o item “madeira”, segundo dados do Censo Industrial de 1960, só perdia individualmente para os “produtos alimentares”. Estes respondiam por 29,4% dos produtos da indústria de transformação do Estado na época. Quanto ao norte do Espírito Santo, em especial, verificamos, conforme a tabela 6, que os valores das produções das indústrias de madeira e de mobiliário aumentaram de forma extraordinária na década de 1970. O valor da produção de madeira aumentou praticamente 3.400% e o da indústria do setor de mobiliário chegou aos surpreendentes 15.857,69%. Vejamos:

Tabela 6 – Valores das produções das indústrias de madeira e de mobiliário no norte do Espírito Santo

Censo Industrial de 1970			Censo Industrial de 1980	
		Valor da produção (Mil Cruzeiros)		Valor da produção (Mil Cruzeiros)
Gênero de Indústria	Madeira	78.898	Madeira	2.761.390
	Mobiliário	3.872	Mobiliário	617.882

Fonte: (IBGE, 1970; 1980). Elaboração própria.

Dentre os municípios do norte do Estado com os maiores valores da produção industrial de madeira e de móveis, conforme o Censo Industrial de 1980, destacamos: Colatina, Linhares; estes dois, praticamente empatados; Conceição da Barra, São Gabriel da Palha, Aracruz e São Mateus, na produção industrial de madeira. Já na indústria de móveis, destacaram-se: Linhares, Colatina, São Gabriel da Palha, Aracruz e Pinheiros. Entre os Censos industriais de 1970 e 1980, Conceição da Barra teve o maior aumento percentual em termos de valor da produção da indústria madeireira, chegando a mais de 5.930%. Entre aqueles que se destacaram nos valores da produção da indústria de móveis, vale observar que Linhares, disparado em primeiro lugar, saiu de uma produção com o valor de Cr\$ 781.000,00 para Cr\$ 336.765.000,00 no mesmo período.

É evidente, contudo, que a economia do Espírito Santo, vista de meados do século XIX até o início dos anos 1960 sob o prisma da produção cafeeira, levou pesquisadores da história capixaba a privilegiarem o café em detrimento de outras mercadorias. Pensando somente na territorialização do capital, diríamos que faltam pesquisas, por exemplo, acerca da economia cacauera e sobre a pecuária. Com relação a essa última, em particular, vimos no segundo capítulo que o rebanho bovino dobrou no Estado na década de 1960. Dispensável dizer que a pecuária se constituiu numa das opções de reinvestimento para os capitais desmobilizados da cafeicultura na época, tal qual se deu com a exploração de madeira.

O privilégio dispensado aos estudos sobre a cafeicultura no Espírito Santo conduziu, portanto, a algumas afirmações, como esta de Gabriel Bittencourt (1982). Vejamos:

O desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo vai, ao menos indiretamente, promover o desbravamento da floresta, o incremento da imigração e fixação do imigrante europeu, a construção de estradas de rodagem para circulação nas novas regiões produtoras, a navegação a vapor e a tentativa de incorporação de ferrovias; estas notadamente nos últimos anos da fase imperial (BITTENCOURT, 1982, p. 48).

Trata-se de entendimento a que, em geral, também chegaram outros pesquisadores dedicados à história econômica do Espírito Santo. Com efeito, isso é o mínimo que se pode afirmar acerca do desenvolvimento da cafeicultura no Estado. Não nos resta dúvida, todavia, de que a exploração madeireira no Espírito Santo e, especialmente, no norte do Estado, ocupou lugar privilegiado na economia capixaba. Obviamente, não se trata de lugar-comum. Sabemos que a madeira (serrada, em toras, postes, dormentes, etc.) em conjunto ocupava normalmente o segundo lugar em exportação no Estado quando comparada com o café até meados da década de 1960 e que, depois, seguiu ocupando posição destacada na economia estadual, visivelmente ainda nos anos 1970, apresentando acentuado declínio, no entanto, em meados da década de 1980.

Estamos seguros de que, mesmo considerando toda a madeira contrabandeada, bem como a existência de serrarias clandestinas, a produção madeireira no Estado não se igualaria economicamente à produção de café. Os dados disponíveis indicam que, mesmo a madeira ocupando o segundo lugar em termos de participação na receita geral do Estado até meados da década de 1960, a diferença dessa receita entre ela e o café era muito grande. Ademais, nem toda madeira era de lei, nem toda ela alcançava alto valor de mercado. Considerando a produção madeireira ao nível estadual, acreditamos, no entanto, que poderíamos multiplicar os dados apresentados em documentos oficiais por pelo menos três. Isso nos daria uma noção mais apurada acerca da relevância da exploração madeireira no Estado. Observamos: trata-se de uma projeção. Mas, é claro, que ela não surgiu de nossa pura imaginação.

Os dados sobre a exploração de madeira no Espírito Santo em documentos oficiais são inconstantes e incompletos. Além disso, havia uma evidente falta de padronização quanto às unidades de medida em termos de produção madeireira. A madeira era calculada, muitas vezes, em toras, peças, unidades, metros cúbicos, toneladas e até em quilogramas. Quanto aos valores monetários no período de abrangência de nossa tese, há referências ao réis (\$), ao cruzeiro (Cr\$), ao cruzeiro novo (NCr\$) e novamente ao cruzeiro. Tudo isso impede, por exemplo, a formação de séries e, conseqüentemente, de análises mais seguras sobre períodos mais longos.

Se considerarmos a economia madeireira somente em relação ao norte do Estado, logo entenderemos que sua relevância para o Espírito Santo e, sobretudo, para a própria região e municípios é muito superior à importância que essa economia alcançou em termos estaduais. A exploração madeireira nessa área, inicialmente mediante as concessões do Estado, financiou a colonização, a criação de núcleos coloniais, a abertura de picadas e estradas. Não poucas vezes, os madeireiros foram os primeiros construtores dessas vias por onde as ondas migratórias seguiam.

A exploração madeireira no norte do Espírito Santo também bancou a construção de vias férreas, além da abertura e funcionamento de centenas de empresas madeireiras, tornando-se responsável pelo emprego de milhares de trabalhadores, bem como pelo advento de bairros e municípios. É responsável igualmente pelo surgimento da indústria moveleira local, tendo contribuído para lançar essa indústria entre as principais do ramo no país. Também atraiu capital, sobretudo o capital nacional. Em última instância, a exploração de madeira no norte do Espírito Santo, visivelmente entre 1920 e 1985, guarda íntima relação com a territorialização do capital local, bem como com a efetiva modernização da região.

Considerações finais

O estudo sobre a exploração de madeira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo nos permitiu entender que o início do processo de “abertura” dessa região se deu já no alvorecer do século XIX, no governo de Antônio Pires da Silva Pontes. Com efeito, o movimento de “abertura” de uma região, entendida aqui como “região econômica e política”, diz respeito à expansão das forças capitalistas e, portanto, à própria territorialização do capital. Nesse caso, a pesquisa sobre a região não é outra coisa senão a análise das transformações das estruturas socioeconômicas vigentes, bem como das contradições reveladas nesse processo, além das diferentes formas de produção de mercadorias, para as quais concorre a mobilidade do trabalho.

Difícil não pensar nesse contexto na interação entre o local e o nacional e, em sentido mais amplo, entre o local e o global, sobretudo no que toca à expansão do sistema capitalista e à própria produção de mercadorias. Quanto ao norte do Espírito Santo, em particular, notamos que o surgimento da condição de fronteira se deu como conquista militar. Percebemos, ademais, que este cenário se constituiu em base para a formação de oligarquias locais que cresceram a reboque do Estado. Assim, não notamos a existência de um Estado “capturado” por tais oligarquias. Não significa dizer, todavia, que essas oligarquias, cujo campo de propagação era o sistema coronelista, não tenham concorrido para a formação da região, bem como para a propagação das fronteiras agrícolas no norte do Espírito Santo.

Quanto a estas, percebemos que os fluxos migratórios se constituem em alguns de seus elementos essenciais, sem os quais nenhuma fronteira agrícola logra se expandir. Para tanto, é indispensável, no mínimo, a existência e/ou produção de uma mercadoria rentável o suficiente para atrair e levar o migrante a se fixar na localidade. No norte do Espírito Santo, tal mercadoria foi representada principalmente pela cafeicultura e pela exploração de madeira nativa da Mata

Atlântica local. Não significa afirmar que numa zona de fronteira agrícola se produz somente um determinado produto, aquele, supostamente, mais rentável.

Por isso, sua compreensão como fronteira agrícola capitalista amplia o seu significado, visto que em áreas de expansão dessas fronteiras se produzem diversas mercadorias. A pecuária, por exemplo, é uma das atividades comumente associadas. Ademais, nessas áreas também se exploram recursos minerais e vegetais, dentre outros. Temas, aliás, ainda carentes de estudos quanto às fronteiras agrícolas no Espírito Santo. Além da exploração madeireira no norte do Espírito Santo, lembramo-nos de que o Governo Estadual também estabeleceu contrato de concessão a fim de explorar sementes de coco indaiá em Conceição da Barra e São Mateus. Nessa perspectiva, o norte do Estado afigurou-se como um novo “eldorado” para migrantes e empresas de capital nacional e internacional.

Para os primeiros, a aquisição de terras mediante a compra ou por via da simples posse significava a possibilidade de produzir, sobretudo, café, principal produto agrícola do Espírito Santo de meados do século XIX até o início dos anos 1960. Embora tais elementos: fluxos migratórios e produção agrícola estivessem presentes nas fronteiras agrícolas do norte do Estado, observamos que a fronteira do vale do rio Doce representa um caso emblemático devido, em particular, à sua historicidade, zona de abrangência e propagação aliada à produção de mercadorias, além da atividade do Estado.

Com relação à historicidade, notamos a relevância que a criação de colônias formadas por imigrantes estrangeiros teve para o efetivo surgimento e propagação dessa fronteira agrícola que se tornou a maior zona produtora de café do Estado e uma das mais representativas áreas de exploração de madeira no Espírito Santo. É claro que a criação de colônias oficiais, como a Colônia Antônio Prado, que deu origem ao município de Colatina, dependia da ação do Estado. De todo modo, quanto a este último, observamos que a criação da Companhia Territorial, mais

do que instrumento de colonização, possibilitou que migrantes menos abastados se tornassem pequenos proprietários.

Ademais, o trabalho realizado por agenciadores de terras nessa Companhia revelou uma das marcas do processo de autonomização do Estado, embora sua diretoria fosse composta por líderes políticos locais. De qualquer forma, tanto a criação da própria Companhia Territorial de Colonização quanto a venda de terras por seus agenciadores retratam um processo distinto do coronelismo clássico e reforçam a autonomia do Estado relacionada ao processo de “abertura” da região. Processo, aliás, contínuo para o qual o Governo Estadual também lançou mão do mecanismo das concessões. Bertolo Malacarne se constituiu, nesse caso, como vimos, no maior exemplo.

Notamos igualmente que a expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce se deu basicamente em duas etapas, separadas, visivelmente, pela construção da ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce no município de Colatina, em 1928. A primeira, com início na colônia Antônio Prado, estendendo-se até a construção da ponte, manteve-se restrita diretamente à margem esquerda do rio Doce. Suas marcas principais dizem respeito à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, à elevação de Colatina à condição de município, bem como à criação da própria Companhia Territorial.

Já a segunda etapa, em sentido amplo, estendeu-se da construção da ponte até os anos 1960, tendo como área de propagação a margem direita do rio Doce. Aqui também notamos a incidência de dois momentos específicos, embora contínuos: a expansão da fronteira “em sentido norte”, além de sua expansão interna. A primeira encontrou seu ponto culminante no rio 15 de Novembro, na bacia do rio São Mateus, no início dos anos 1950; a segunda se refere à propagação dessa fronteira nos anos 1950 e 1960, notadamente nos municípios de Linhares, São Mateus e Nova Venécia.

Essas etapas e o término da expansão da fronteira agrícola do vale do rio Doce, é óbvio, relacionam-se diretamente à territorialização do capital, mas também se referem à historicidade inerente a toda fronteira agrícola. Esta caracteriza-se como um fenômeno complexo, não apenas econômico e político, mas igualmente histórico. Trata-se, na realidade, de um evento concreto e avassalador, não permanente, de difícil delimitação espacial, geralmente incentivado pelo Estado, voltado, necessariamente, à produção de mercadorias, dotado de início, meio e fim. Daí provém sua complexificação, polissemia e historicidade.

A configuração do norte do Espírito Santo como um novo “eldorado” representou para empresas nacionais e internacionais, tanto quanto para simples migrantes, a possibilidade de execução de uma atividade lucrativa. É claro que há distinção em termos de perspectiva de lucro em ambas as situações. Mais do que uma pequena propriedade agrícola, uma empresa obedece a princípios básicos de administração empresarial em que a razão maior é o lucro, sem o qual a empresa não subsiste. Esse lucro será novamente reinvestido a fim de proporcionar mais lucro. Foi justamente sob esse prisma que analisamos os contratos de concessão realizados entre o Estado e empresas nacionais e internacionais.

A Companhia Societé Forestière et Industrielle de São Mateus destacou-se entre essas últimas. A amplitude de sua concessão no norte do Espírito Santo refletia a expectativa de lucro da empresa. De todo modo, mesmo dotada de capital internacional, a Societé Forestière não conseguiu levar à frente seu empreendimento no norte do Estado. Entre as empresas nacionais, notamos que a Cimbarra se destacou como a maior madeireira concessionária do Estado e a que mais tempo explorou madeira no norte do Espírito Santo nessa condição. Seus investimentos na área refletem igualmente sua intenção de lucro. Imenso, na verdade, por conta das garantias asseguradas pelo Estado, da vasta área de concessão, além da própria exploração madeireira, altamente rentável.

Vimos ainda que conhecidos líderes políticos locais, entre eles Eleosipo Rodrigues da Cunha e Carlos Alberto dos Reis Castro, também se tornaram concessionários do Estado no norte do Espírito Santo. Os contratos estabelecidos com personalidades locais demonstram que muitas delas não tinham condições financeiras para cumprir as cláusulas contratuais. Notamos, nesses casos, uma espécie de “capitalista aventureiro”. Alguns obtiveram grande lucro com isso. Não obstante, observamos que o Estado, embora benevolente no sentido de ampliar prazos e fazer aditamentos, em várias ocasiões, encampou concessões independentemente do lugar de poder ocupado pelo concessionário.

Isto nos leva a entender que o Estado, diferente do que se esperaria no contexto de um coronelismo clássico, possuía autonomia, reforçando nosso entendimento, segundo o qual, não se tratava de um Estado “capturado pelas oligarquias”. O sistema das concessões no norte do Espírito Santo nos faz notar a existência de um Estado ativo e dinâmico, porém incapaz de conduzir financeiramente todas as demandas que lhe eram impostas. Ainda mais, considerando a colonização de uma área que, segundo nossa concepção de região, abrange mais da metade da extensão territorial capixaba. Mais do que isso, o sistema de concessões no norte do Espírito Santo revela a utilização de um mecanismo legal a reboque da territorialização do capital e do então vigente processo de modernização.

Notamos que a exploração de madeira no norte do Estado, associada à territorialização do capital e à demanda do mercado, perpassou todas as fronteiras agrícolas que encontramos na área, bem como todos os principais acontecimentos políticos e econômicos verificados no século XX até o início dos anos 1980. Particularmente, destacamos o processo de erradicação dos cafezais na década de 1960 no Espírito Santo. Isto porque ficou evidente que o capital, desmobilizado da produção cafeeira, encontrou em outras atividades econômicas, entre elas a exploração madeireira, um meio viável ao reinvestimento. Evidencia-se com isso a intrínseca capacidade de expansão e de movimento do capital, além da própria expansão da economia

madeira mediante o surgimento de inúmeras pequenas e médias empresas do setor. Esta economia ainda se avolumou em áreas pouco exploradas na região, expandindo-se também no setor de mobiliário.

Nem mesmo a implantação da Ditadura Militar, que pôs fim ao já transmutado sistema coronelista no Estado, modificou a exploração madeireira vigente. É bem verdade que o Código Florestal de 1965, aliado a outras leis ambientais, restringiu a exploração de madeira nativa da Mata Atlântica local, especialmente a partir dos anos 1970. De qualquer forma, lembramo-nos de que a erradicação dos cafezais considerados improdutivos se deu no mesmo contexto do golpe militar. Notamos, ademais, que os anos 1960, com efeito, foram bastante profícuos no que diz respeito à implantação de empresas madeireiras de grande porte no norte do Espírito Santo. Vale observar que a Cobraice, por exemplo, se estabeleceu em Conceição da Barra nessa época, recebendo, inclusive, auxílio financeiro do Estado.

Além disso, observamos que, nos anos 1970, a economia madeireira no norte do Espírito Santo se tornou mais versátil, enquanto precisou se adaptar à crescente demanda do mercado num contexto de evidente redução da oferta de madeira. A solução esteve relacionada à abertura de novas empresas em outras zonas de exploração madeireira, assim como à obtenção de madeira diretamente dessas outras localidades. É nesse contexto que, mais notadamente, se deu a introdução de madeira oriunda do Mato Grosso, de Rondônia, do Pará e, sobretudo, da Bahia. Com efeito, o sul da Bahia se tornou o grande fornecedor de madeira nativa para o norte do Espírito Santo nessa época.

Não significa, todavia, que não houvesse mais madeira da Mata Atlântica no norte do Estado. Ao contrário, nesse contexto, verificamos a migração interna de empresas madeireiras locais, bem como a abertura de outras do mesmo setor. Isto indica, no mínimo, a existência de reservas de madeira remanescentes que ainda não haviam sido completamente exploradas. Ademais, observamos que, na década de 1970, as empresas dos setores de madeira e de móveis

no norte do Espírito Santo tornaram-se até maiores e mais competitivas, absorvendo, inclusive, mais força de trabalho. Os valores das produções desses dois setores econômicos alcançaram cifras extraordinárias, especialmente no setor moveleiro. A propósito, a década de 1970 marcou ainda o período de consolidação desse setor no norte do Espírito Santo. Isto, é óbvio, ainda no transcurso da Ditadura Militar.

Essa última observação não se trata de redundância. Com efeito, ela se justifica porque, conforme já destacamos, o Regime Militar não interferiu, tampouco modificou a exploração madeireira vigente no norte do Espírito Santo, embora tenha acelerado o corrente processo de territorialização do capital na área com a implantação dos Grandes Projetos de Impacto. Nesse contexto, a Aracruz Celulose S.A., atual Suzano S.A., largamente beneficiada pelos Governos Federal e Estadual, juntamente com suas subsidiárias, transformou-se na responsável pelo agravamento da degradação ambiental local. Isto se deu mediante o desmatamento elevado à escala industrial para a implantação da monocultura do eucalipto.

Os Grandes Projetos de Impacto consolidaram a modernização do Espírito Santo. Uma modernização atrasada, retardatária. Seu alvo: a moderna produção de mercadorias dos países centrais do capitalismo. Sua história no Espírito Santo passa necessariamente pelo processo de centralização política, pelo planejamento regional, além do fomento à industrialização. Difícil não pensar, nesse caso, em Jones dos Santos Neves e em seu Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo. Difícil, do mesmo modo, não entender o processo de autonomização do Estado como resultado da modernização e não como um pressuposto.

A história da modernização retardatária do Espírito Santo passa necessariamente ainda pela criação de órgãos voltados ao planejamento e à captação de recursos financeiros, além do acentuado volume de investimentos estatais e privados nacionais e estrangeiros. Marcas, aliás, nesse contexto, visivelmente, dos governadores biônicos Christiano Dias Lopes Filho e Arthur Gerhardt. Assim, entendemos que a história da modernização do Espírito Santo, embora com

maior participação do Estado, não é outra coisa senão a história da expansão do próprio sistema capitalista, para quem concorre como parte intrínseca e inseparável a territorialização do capital.

O êxito dessa modernização, cujo ápice foram os Grandes Projetos de Impacto, se fez notar na década de 1980. Período de acentuado declínio da exploração madeireira no norte do Estado, bem como de inflação e recessão econômica no país, mas que, não obstante, o Espírito Santo mostrou desempenho positivo em vários quesitos, entre eles, no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O declínio da exploração de madeira no norte do Estado nessa época não reduziu de modo algum a importância dessa economia para o Espírito Santo, tampouco para a própria região e seus municípios.

A propósito, retomando ainda essa questão primordial à pesquisa, compete destacar nosso entendimento segundo o qual a exploração madeireira no norte do Estado desempenhou papel indispensável para a territorialização do capital na área. Vimos que a madeira extraída da Mata Atlântica local financiou indiretamente a colonização da própria região. Vimos, além disso, que a moeda de troca para empresas madeireiras concessionárias do Governo do Estado, responsáveis por abrir estradas, criar núcleos coloniais, etc., era, sobretudo, a madeira. Notamos que, apesar do elevado número de empresas madeireiras clandestinas e da acentuada sonegação de impostos, a exploração de madeira no Estado, bem como no norte do Espírito Santo, mais notadamente, ocupou lugar de destaque na economia capixaba, ficando atrás somente do café até os anos 1960.

Notamos ainda que a exploração madeireira no norte do Espírito Santo adquiriu papel estratégico fundamental no que toca à constituição e domínio do próprio território capixaba. Lembramo-nos de que o Governo do Estado vivenciou questões de divisa territorial no norte do Espírito Santo até o alvorecer da década de 1960. Finalmente, destacamos que tivemos, é óbvio, papel ativo em nossa pesquisa, como, aliás, compete ao pesquisador. Vale destacar, no entanto, que o comando da tese coube, como também convém, ao objeto de pesquisa.

Trata-se de uma submissão no sentido de se compreender o objeto e o analisar conforme as categorias que ele apresenta, com as estruturas que o mantêm de pé, considerando que tais estruturas são sempre contraditórias e conflituosas e nunca se revelam em sua totalidade. Assim, tivemos como objetivo analisar esses conflitos e contradições inerentes à exploração madeireira no norte do Espírito Santo, sem perder de vista as acomodações que deles decorrem. Tampouco nos abstraímos do entendimento segundo o qual a totalidade, pressuposto, muitas vezes, da territorialização do capital e da própria modernização, foge à compreensão humana.

Referências bibliográficas

Entrevistas

Adeluais Gomes Viana, Conceição da Barra, 18 de setembro de 2020.

_____. Conceição da Barra, 19 de setembro de 2020.

_____. Conceição da Barra, 20 de setembro de 2020.

_____. Conceição da Barra, 21 de setembro de 2020.

Jorge Timboíba, Conceição da Barra, 24 de setembro de 2020.

Edson Calixto, Conceição da Barra, 28 de janeiro de 2021.

Iwânio de Souza, São Mateus, 29 de Janeiro de 2021.

Moacir de Freitas, Conceição da Barra, 30 de janeiro de 2021.

Manoel Carvalho da Paixão, Conceição da Barra, 1 de fevereiro de 2021.

Antônio Honorato da Silva, Conceição da Barra, 2 de Fevereiro de 2021.

Aloísio Moraes dos Santos, Conceição da Barra, 2 de Fevereiro de 2021.

Genoveva Hupp Gama da Silva, Serra, 22 de fevereiro de 2021.

Geraldo Cuzzuol, Linhares, 3 de junho de 2021.

Mateus Nascimento, São Mateus, 5 de junho de 2021.

Rubens Damasceno Lira, Conceição da Barra, 2 de setembro de 2021.

Rafael Fanticelli, São Mateus, 6 de setembro de 2021.

Anízio de Depollo Cremasco, Nova Venécia, 01 de novembro de 2021.

Atevaldo Gomes Luz, São Mateus, 3 de novembro de 2021.

Neuza Silva Santos, Montanha, 13 de Janeiro de 2022.

Leomar Schaffeln, Pinheiros, 13 de Janeiro de 2022.

João Rodrigues da Silva, Boa Esperança, 14 de janeiro de 2022

Epaminondas Chaves Neri, Boa Esperança, 14 de janeiro de 2022

Osias Furlan, Boa Esperança, 14 de janeiro de 2022.

Antônio Maria Locateli, Ibiracú, 19 de janeiro de 2022.

Jaime Simões Nascimento, Aracruz 19 de janeiro de 2022.

Afonso Simões Nascimento, Aracruz 19 de janeiro de 2022.

Almir Antônio Guzzo, João Neiva, 19 de janeiro de 2022.

Benedito Ferreira Sampaio, Colatina, 26 de janeiro de 2022.

Zilda Maria Aguiar Falcão, Colatina, 26 de janeiro de 2022.

Antônio Luiz Spalenza, Colatina, 26 de janeiro de 2022.

José Gonçalves Ferreira, Baixo Guandu, 27 de janeiro de 2022.

Adolfo Kapiche, Baixo Guandu, 27 de janeiro de 2022.

José Barbosa Neto, Colatina, 27 de janeiro de 2022.

Adão Pereira Luz, São Gabriel da Palha, 28 de janeiro de 2022.

Osmar Francisco Arpini, São Gabriel da Palha, 28 de janeiro de 2022.

Antenor Rubim, São Domingos, 28 de janeiro de 2022.

Ismael Dariva, Barra de São Francisco, 29 de Janeiro de 2022.

Antônio Luiz Ribeiro, Barra de São Francisco, 29 de Janeiro de 2022.

Valter Rodrigues, Ecoporanga, 29 de Janeiro de 2022.

Teobaldo Stur, Pancas, 18 de fevereiro de 2022.

Sebastião Amadeu Entringer, Serra, 25 de fevereiro de 2022.

Israel Jerônimo Cani, Pedro Canário, 2 de março de 2022.

Dalmo Luiz da Silva, Pedro Canário 2 de março de 2022.

João de Deus Falcão dos Santos, Conceição da Barra, 7 de março de 2022.

Documentação

ACATARÃO os marceneiros da Cacique a resolução da assembléia do dia 26. **Imprensa Popular** (RJ), ano VI, n. 1.321, p. 6, 17 jan. 1953. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&Pesq=%22F%c3%a1brica%20de%20m%c3%b3veis%20cacique%22&pagfis=3989>. Acesso em: 12 abr. 2024

ACTOS Officiaes. **Actualidade**: órgão do partido liberal (ES). Anno I, n. 35, p. 3. 14 jun. 1878
Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230359x&Pesq=%22ant%c3%b4nio%20rodrigues%20da%20cunha%22&pagfis=27>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ACTOS Officiaes. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno VI, n. 84, p. 1, 29 mar. 1911. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Lichtenfels%22&pagfis=4166>. Acesso em: 16 abr. 2024.

AGUIAR, Aristeu Borges. Secretaria da Agricultura. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor. Anno XXII, n. 2250, p. 2, 11 fev. 1930. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Decreto%20N.%209.972%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=33559>. Acesso em: 18 maio 2024.

A HISTÓRIA de Klabin é a própria história de... **Manchete** (Revista Semanal). Ano 29, n. 1501, p. 130. 24 jan. 1981. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=%22Grupo%20Monteiro%20aranha%20S.A%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=199428>. Acesso em: 16 nov. 2024.

A IMPORTÂNCIA de um banco. **O jornal** (RJ), p. 6, 23 out. 1973. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Cobraice%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=115877. Acesso em: 09 jul. 2024.

ANTIGO militar assassinado por empreitada. **O Jornal** (RJ). Ano LIII, n. 15.7548, p. 4, 8 fev. 1973. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22Vila%20Rubim%22&pagfis=109741. Acesso em: 18 jan. 2023.

AOS DOMINGOS. **Diário da Manhã**: órgão do partido Construtor. Anno XXIV, n. 2.652, p. 1, 5 jul. 1931. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22eleosippo%22&pagfis=36241>. Acesso em: 15 ago. 2024.

A QUESTÃO da lenha. **A Época** (ES). Ano I, n. 21, p. 8. 21 maio 1946. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112046&pesq=%22lenha%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=168>. Acesso em: 18 nov. 2024.

AS NOSSAS explorações Florestaes. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor. Anno XX, n. 143, p. 3, 4 fev. 1926. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20linha%20f%C3%A9rrea%22&pagfis=24319>. Acesso em: 21 maio 2024.

AS “OSTRAS”: quartel general da quadrilha de Manoel Lapa. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XI, n. 1.050, p. 7, 1 jan. 1956a. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22Carlos%20Castro%22&pagfis=1666>. Acesso em: 12 set. 2024.

ASSASSINATOS e terror em Conceição da Barra. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano X, n. 1.000, p. 2, 27 nov. 1955d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22tenente%20c ipreste%22&pagfis=1298>. Acesso em 12 set. 2024.

“ASSASSINO de árvores” lamenta morte e diz que Ruschi era “poeta menor”. **Jornal do Brasil** (RJ). Primeiro caderno. Ano XCVI, n. 60, p. 13, 7 jun. 1986. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Assassin o%20de%20%C3%A1rvores%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16994 9. Acesso em: 16 ago. 2024.

BAIÃO, Godofredo Chaves. O problema de transporte. **O Jornal** (RJ). Ano XXXVII, n. 10.847, p. 2, 15 jan. 1956. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&Pesq=%22Serraria %20de%20Barbados%22&pagfis=40686. Acesso em: 7 jun. 2024.

BARRA de S. Matheus. **Diário da Manhã** (ES). Anno XX, n. 339, p. 3, 1 out. 1926. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22usina%20For %C3%A7a%20e%20Luz%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25611>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BIZZARRI, Giuseppi. Rainor Gercco, o exterminador de florestas. **Caros Amigos**. 1998. disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/53502_20210318_122513.P DF. Acesso em: 18 out. 2023.

BNDE já financia rápido. **Correio da Manhã** (RJ), 1º caderno, ano LXV, n. 22.343, p. 14, 3 mar. 1966. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22cobraice %22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=69533. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. **Colecção das Leis do Brazil. Bibliotheca da Câmara dos deputados 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1891. Disponível em: file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/collecao_leis_1808_parte1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. **Decreto n.º 66999, de 05 de agosto de 1970. Confisca Bens de João Corsino de Freitas, e dá outras providências**. Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/confisca-bens-corsino-freitas-providencias-34183193>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. **Decreto n.º 78.236, de 12 de agosto de 1976**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78236-12-agosto-1976-427073-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. [Lei das falências (2005)]. **Nova lei de falência: recuperação judicial e extrajudicial do empresário e da sociedade empresária** (Lei n. 11.101/2005). São Paulo: Atlas, 2005.

CAPIXABAS que voltam de Tucuruí denunciam regime de trabalho e maus tratos. **Jornal do Brasil** (RJ). Ano XCIV, n. 218, 12 nov. 1984. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22Rainor%20Grecco%22&pagfis=130694. Acesso em: 6 nov. 2024.

“COBRAICE”, pioneira em Brasília impulsiona o progresso nacional. **O jornal (RJ)**, p. 27, 21 abr. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=%22cobraice%22&pagfis=120897. Acesso em: 6 jul. 2024.

COBRAICE teve sua concordata deferida. **Jornal do Commercio (RJ)**. Mercado de capitais, p. 9, 2 dez. 1983. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_17&pesq=%22Cobraice%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=33042. Acesso em: 11 jul. 2024.

COELHO, José. **Estado do Espírito Santo**: obra de propaganda geral. Rio de Janeiro: Oficinas da ‘Pap. Venus’ Henrique Velho, [192-].

COLATINA em festa. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XI, n. 1.036, p. 10, 18 ago. 1956. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%2218%20de%20ago%20de%201956%22&pagfis=1517>. Acesso em: 9 abr. 2024.

COMERCINHO. **Correio da Manhã (RJ)**, 1º Caderno. Ano LIII, n. 18.647, p. 4, 8 jan. 1954. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=%22concei%20a7%20da%20Barra%22&pagfis=33161. Acesso em: 14 out. 2023.

COMPANHIA Estrada de Ferro S. Matheus à Aymorés. **Estado do Espírito-Santo**: órgão do Partido Republicano Constructor, ano XIV, n. 3927, p. 2, 12 set. 1895. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229644&Pesq=%22ant%20do%20Rodrigues%20da%20Cunha%22&pagfis=6944>. Acesso em: 2 jun. 2024.

COMPANHIA Territorial. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES), p. 6, 25 set. 1923. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=societ%20a9%20for%20esti%20a8re&pagfis=19657>. Acesso em: 31 jul. 2023.

COMPANHIA Territorial. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XVIII, n. 286, p. 5, 5 ago. 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22companhia%20Territorial%22&pagfis=22812>. Acesso em: 18 dez. 2023.

COMPANHIA Industrial de Madeiras da Barra de São Matheus. **Vida Capixaba**, 18 jun. 1930. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&pesq=%22serraria%20em%20Concei%20a7%20da%20Barra%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7629>. Acesso em: 21 maio 2024.

COMPANHIA Territorial S. A.: prestação de contas do exercício de 1931. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XXVI, n. 2823, p. 2, 29 jan. 1932. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Serraria%20>

de%20Barbados%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37016. Acesso em: 7 jun. 2024.

CONGRESSO Legislativo. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno VII, n. 78, p. 2, 19 mar. 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Joaquim%20Mariano%20de%20Amorim%20Carr%C3%A3o%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5633>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CONVÉM saber. **Brasil-Revista** (RJ). Ano 25, n. 45, p. 315, 1958. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081558&Pesq=%22LENHA%22&pagfis=10087>. Acesso em: 07 out. 2023.

CORRE mais sangue em Ecoporanga: pistoleiros abatem covardemente José da Cruz. **Folha Capixaba**. Vitória. N. 1.263, p. 4, 17 dez. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22Jos%c3%a9%20da%20Cruz%22&pagfis=3181>. Acesso em: 17 de setembro de 2024.

CORREDOR de exportação. **Ponto de Vista** (MG). Ano VI, n. 225, p. 4, 29 maio 1982. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=849413&Pesq=%22Bralanda%22&pagfis=138>. Acesso em: 7 out. 2023.

DECRETADA a prisão do cel. Bimbim. **O jornal** (RJ). Ano XXXVII, n. 11.725, p. 2, 23 nov. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=%22coronel%20Bimbim%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=69323. Acesso em: 18 set. 2024.

DEPUTADO Corsino seria o mandante do assassinato do líder camponês. **Folha Capixaba**. Vitória. N. 1.269, p. 1 e 5, 28 jan. 1961a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&pesq=%22Deputado%20corsino%20seria%20o%20mandante%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3258>. Acesso em: 17 set. 2024.

“DIÁRIO da Noite” com o comandante do navio naufragado em Cabo Frio. **Diário da Noite** (RJ). Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 3358, p. 1 e 6, 2 maio 1952. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&Pesq=%22Diaz,%20Oirm%c3%a3o%22&pagfis=19112. Acesso em: 25 maio 2024.

DIAZ, Laureano; DIAZ, Antônio; GONÇALVES, Ludivina Diaz. **Ao commercio**. Diário da Manhã: órgão do partido constructor (ES). Ano XXX, n. 8.874, p. 7, 3 jan. 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Diaz,%20Oirm%C3%A3o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=46066>. Acesso em: 24 maio 2024.

DIRECTORIA de finanças. **Commercio do Espírito Santo**. Ano XIX, n. 219, p. 2, 7 out. 1909. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229687&pesq=charles%20spitz&hf=memoria.bn.br&pagfis=10915>. Acesso em: 18 abr. 2024.

DISPOSTA a CHENES a resolver o problema da energia elétrica no Norte do Espírito Santo. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XV, n. 1.180, 23 maio 1959. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&pesq=%22CHENES%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2604>. Acesso em: 12 set. 2024.

EMPRESA da GB vai para o ES. **Diário de Notícias** (RJ). 1ª Seção, n. 14.637, p. 14, 19 jul. 1970. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Hertz%20Uderman%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4127. Acesso em: 13 jul. 2024.

EMQUANTO isso os dias passam... **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor. Anno XX, n. 213, p. 2, 30 abr. 1926. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Guilherme%20Guinle%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24737>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ENCAMPAÇÃO da “Forestière”. **Diário da Manhã**: órgão oficial do Estado do Espírito Santo. Ano XV, n. 283, p. 2, 22 jul. 1921. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22barbados%22&pagfis=12936>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ESCRITURA pública de contrato para extração de madeiras e montagem de uma serraria na Barra de São Matheus... **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XVIII, n. 159, p. 2, 23 fev. 1924a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22margem%20Oeste%20da%20chamada%20vala%20ou%20canal%22&pagfis=21162>. Acesso em: 21 maio 2024.

ESCRITURA Pública de novação de contracto e substituição de outro para extracto de madeiras em terras devolutas do Estado. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XXVII, n. 2.776, p. 2 e 4, 12 ago. 1934a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Companhia%20Territorial%22&pagfis=40323>. Acesso em: 18 maio 2024.

ESCRITURA Pública de Contracto para Introdução de Immigrantes Polonezes. **Diário da Manhã**: órgão do partido Construtor (ES). Anno XXVIII, n. 2.887, p. 2, 29 dez. 1934b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Sociedade%20de%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=40851>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente Francisco Ferreira Correa**. Victória: Typ. do Correio da Victória, 1872. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1864/FRANCISCO%20FERREIRA%20CO>

RREA%20E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. **Relatório apresentado a Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas por Luiz Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar administração da Província do Espírito-Santo.** Victória: Typographia Espírito-santense, 1874. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1864/LUIZ%20EUGENIO%20HORTA%20BARBOSA%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. **Relatório apresentado por Manoel da Silva Mafra à Assembleia Legislativa do Espírito Santo.** Victória: Typographia da Actualidade, 1878. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1875/MANOEL%20DA%20SILVA%20MAFRA%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

_____. **Mensagem apresentada por Jeronymo de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo do Espírito Santo.** Victória: Imprensa Official, 1909. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201909.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

_____. **Mensagem apresentada por Marcondes Alves de Souza ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Victória: Papelaria e Typographia Pimenta & Comp. 22 de outubro de 1913. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/MARCONDES%20ALVES%20DE%20SOUZA-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

_____. **Mensagem apresentada por Marcondes Alves de Souza ao Congresso Legislativo do Estado Espírito Santo.** Vitória: 15 de outubro de 1914. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201914.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

_____. **Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 31 de outubro de 1921. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201921.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

_____. Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo. **Diário da Manhã:** órgão oficial do Estado do Espírito Santo. Anno XVI, n. 64, p. 5, 1 nov. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=societ%C3%A9%20for%20esti%C3%A8re&pasta=ano%20192&pagfis=13801>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. **Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 7 de setembro de 1922. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201922.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

_____. **Mensagem apresentada por Nestor Gomes, presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Victória: 23 de maio de 1924. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201924.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

_____. **Mensagem apresentada por Florentino Avidos, presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo.** Vitória, s/d. Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%20\[s.d.\].pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%20[s.d.].pdf). Acesso em: 1 jun. 2024.

_____. **Mensagem apresentada por Florentino Avidos, presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo.** Vitória, 4 de maio de 1925. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%201925.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

_____. **Mensagem apresentada por Florentino Avidos, presidente do Estado do Espírito Santo, ao Congresso Legislativo.** Vitória, [1926]. Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%20\[1926\].pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20ano%20[1926].pdf). Acesso em: 2 set. 2024.

_____. **Relatório da Secretaria da Agricultura Terras e Obras, apresentado a Florentino Avidos, presidente do Estado do Espírito Santo, por Benvido de Novaes.** Vitória: Typ. do “Diário da Manhã”, 1926. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1919/relatorio%204-%20ano%201926.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

_____. **Relatório da Secretaria da Agricultura Terras e Obras, apresentado a Florentino Avidos, presidente do Estado do Espírito Santo, por Benvido de Novaes.** Vitória: Typ. da Vida Capixaba, 1928a. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1919/relatorio%208%20-%20ano%201928.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

_____. **Mensagem final apresentada pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo.** Vitória: 15 de junho de 1928b. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%20-%20Junho%20de%201928.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1930, por Aristeu Borges de Aguiar, presidente do Estado do Espírito Santo.** Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/ARISTEU%20BORGES%20DE%20AGUIAR%20\(3\).pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/ARISTEU%20BORGES%20DE%20AGUIAR%20(3).pdf). Acesso em: 7 set. 2022.

_____. Exposição apresentada por s. exc., o sr. Interventor Federal, Capitão João Punaro Bley, relativa ao governo do Estado, desde novembro de 1930 até abril de 1935. **Diário da Manhã:** órgão do Partido Constructor (ES). Anno XXVIII, n. 2.970, p. 4, 11 abr. 1935, Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22cajuby%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=41214>. Acesso em: 18 jul. 2024.

_____. **Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras. Relatório do ano de 1942 apresentado ao interventor federal por Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi (Diretor Geral).** Vitória: 13 de abril de 1943a. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1941/relatorio%20-%20ano%201942%20cx16.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

_____. **Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor presidente da república, pelo major João Punaro Bley, interventor federal no Estado do Espírito Santo.** Imprensa oficial, Vitória: 1943b. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1941/relatorio%20-%20ano%201943.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.

_____. **Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Relatório do primeiro semestre do ano de 1946. Almir Garcia Roza (Secretário).** Vitória: 3 de outubro de 1946. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/1941/relatorio%20-%20ano%201946.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado.** Vitória, 15 de março de 1949. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-024/Mensagem%201949-1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado.** Vitória: 15 de março de 1949. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%201949-1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado.** Vitória: Imprensa Oficial, 15 de março de 1950. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%201950-1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Jones dos Santos Neves, governador do Estado Espírito Santo.** Vitória: 1952. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/Mensagem%201952-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Jones dos Santos Neves, governador do Estado Espírito Santo.** Vitória: 1953. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201953-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Jones dos Santos Neves, governador do Estado Espírito Santo.** Vitória: 1954. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201954-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Governador (1951-1955: Santos Neves). **O Espírito Santo trabalha e confia, 1951-1955.** Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Carlos Fernando M. Lindemberg, governador do Estado.** Espírito Santo, 1961. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201961-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Estado.** Espírito Santo, 1965. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201965-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

_____. **Ecotec. Potencial florestal e silvicultura no Estado do Espírito Santo (Vol. III).** Rio de Janeiro: IBC/Gerca/Codes, 1967.

_____. **Mensagem apresentada pelo Governador Christiano Dias Lopes Filho à Assembleia Legislativa, em 15 de junho de 1968.** Um Estado em marcha para o desenvolvimento. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201968-1.pdf>. Acesso em: 15 ou. 2022.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa por Élcio Álvares, governador do Estado.** Espírito Santo, 1978. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201978%20capa%201977%20dentro-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa por Eurico Vieira de Rezende, governador do Estado.** Espírito Santo, 1980. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Mensagem-2024/mensagem%201980-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

_____. **Perfil da economia do Estado do Espírito Santo.** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico/Seplae/DEE/Suppin. Vitória, 1994.

_____. **Diagnóstico e prognóstico das condições de uso da água na bacia hidrográfica do rio São Mateus.** Vitória, 2018. Disponível em: https://agerh.es.gov.br/Media/agerh/Documenta%C3%A7%C3%A3o%20CBHs/S%C3%A3o%20Mateus/Plano%20de%20Bacia/RT_Percepcao_Ambiental_CBH%20SaoMateus.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

ESPÍRITO Santo: o fim do cangaço. **Jornal do Brasil** (RJ). 1º cad. Ano LXXVIII, n. 54, p. 14, 12 jun. 1968. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Zona%20do%20Contestado%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=116848. Acesso em: 15 fev. 2024.

ESTADO do Espírito Santo. **Diário da Manhã:** órgão do Partido Constructor (ES). 9 abr. 1911. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Lichtenfels%22&pagfis=4289>. Acesso em: 16 abr. 2024.

EXCURSÃO presidencial à Cachoeiro de Itapemirim. **Vida Capixaba.** Anno VII, n. 181, p. 9, 30 jun. 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=ano%20192&pesq=princesa%20do%20sul&pagfis=4786>. Acesso em: 1 ago. 2023.

FARSA eleitoral em Conceição da Barra. **Folha Capixaba.** Vitória. Ano?, n. 786, p. 2, 23 out. 1954. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100706&pesq=%22Cimbarra%22&pagfis=923>. Acesso em: 26 set. 2023.

FERNANDES, Gildevan. **Projeto de Lei nº ?/2018**. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. 2018. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/PL/17415612032018.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FIPEME empresta. **Diário de Notícias** (RJ), 1ª Seção, ano XXXVIII, n. 13.309, p. 5, 26 mar. 1968. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=%22Serraria%20de%20Barbados%22&pagfis=73473. Acesso em: 21 jun. 2023.

FIRMAS individuais e alterações em firmas coletivas. **Jornal do Commercio** (RJ), 2º caderno, p. 3, 10 fev. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&Pesq=%22Clovis%20Reuter%22&pagfis=743. Acesso em: 5 out. 2023.

FONSECA, Cesar. A Marinha Mercante Brasileira: suas linhas de navegação. **Revista Marítima Brasileira** (RJ). p. 622, 1955. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=008567&pesq=%22Diaz,%20irm%C3%A3o&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=83377>. Acesso em: 24 maio 2024.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil da cidade de Linhares**. Governo do Estado do Espírito Santo, 1980.

GUARDA Nacional. **A Província do Espírito Santo**. Victória, anno III, n. 345, p. 3, 3 jul. 1884. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=301582&pesq=%22ant%C3%B4nio%20rodrigues%20da%20cunha%22&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=2175>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HOMENS & empresas: Brasil importa lajes de concreto da Inglaterra. **Jornal do Commercio** (RJ). 1º Caderno, ano 148, n. 89, p. 9, 18 jan. 1975. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22mobra%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=33170. Acesso em: 30 jun. 2024.

HOSPEDADO o coronel Bimbim pelo ex-governador Capixaba. **O Jornal** (RJ). Ano XXXVIII, n. 11.818, p. 6-D, 19 abr. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=%22coronel%20Bimbim%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=74070. Acesso em: 16 jul. 2024.

IBEME S.A. assessora industriais madeireiros do Espírito Santo em sua viagem ao exterior. **Jornal do Brasil** (RJ). Ano LXXXIII, n. 244, p. 8 dez. 1973. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Serraria%20Barbados%20S.%20A.%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24359. Acesso em: 8 jun. 2024.

INDUSTRIALIZANDO a madeira. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XI, n. 1043, 13 out. 1956d, Suplemento Especial. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22Serraria%20concei%c3%a7%c3%a3o%20da%20Barra%22&pagfis=1594>. Acesso em: 1 set. 2023.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Série Regional. Parte XIV – Espírito Santo**. Rio de Janeiro. 1951. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p14_es.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. **Sinopse estatística do Estado do Espírito Santo, n. 4**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1942. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000447/sinopse19391940es/sinopse19391940es.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024

_____. **Censo Demográfico de 1950. Série Regional. Volume XXII, Tomo 1 – Espírito Santo**. Rio de Janeiro. 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v22_t1_es.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XII. Rio de Janeiro: 1952. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

_____. **Censo Demográfico. Série Regional, volume XXII, Tomo 1. Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v22_t1_es.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXII volume, Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/liv27295_22.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

_____. **Censo demográfico de 1960**. Espírito Santo. Sétimo recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume 1. Tomo 10 - primeira parte. Rio de Janeiro, ano. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t10_p1_es.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

_____. **Censo Agrícola de 1960**. Série Regional Volume II - Tomo X, 2ª Parte. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t10_p2_es_rj_gb.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. **Censo Industrial de 1960**. Série Regional. Volume III, Tomo 5 – Espírito Santo - Rio de Janeiro/Guanabara. Rio de Janeiro 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci_1960_v3_t5_es_rj_gb.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XXIII. Rio de Janeiro: 1962. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1962.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

_____. **Censo Industrial Espírito Santo de 1970**. Série Regional Volume IV, Tomo XV. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/101/ci_1970_v4_t15_es.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**. Vol. 33, p. 1 – 992. Rio de Janeiro: 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1972.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

_____. **Censo Industrial de 1980 (Dados gerais)**: Espírito Santo. Vol. III, tomo 2, parte 1, n. 17. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/103/ci_1980_v3_t2_n17_es.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Censo Industrial de 1985 (Dados Gerais – Unidades da Federação)**. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/104/ci_1985_n2_uf.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

INFILTRAÇÃO Mineira no contestado! **Folha do Povo**: o vespertino do Espírito Santo. Ano I, n. 57. p. 1 e 4, 18 de abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101800&pesq=cimbarra&pasta=ano%20195&pagfis=431>. Acesso em: 20 set. 2023.

INQUÉRITO Policial. **Catório Privativo do Crime, Júri e Execuções Criminais**. Fórum “Ferreira Coelho”, Comarca de Conceição da Barra, 1952.

INSTITUTO CEPA/ES. **Município de Pinheiros**: situação socioeconômica. (Série Monografia dos Municípios, n.º 92). Vitória: Secretaria de Estado da Agricultura, ES, 1983.

JAGUNÇOS “Chapa Branca”, em nome do govêrno, matam e mandam Matar. **Última Hora** (RJ). Ano VII, n. 2.564, p. 3, 10 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%22coronel%20Bimbim%22&pagfis=52449>. Acesso em: 14 dez. 2023.

JOÃO Corsino quer matar. **A Gazeta**, Vitória, 24 de abril 1962. p. 1 e 8.

JUNTA de Sancções. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Construtor (ES). Ano XXIV, n. 2632, p. 1, 12 jun. 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Angelo%20Brighete%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=36161>. Acesso em: 15 ago. 2024.

_____. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Construtor (ES). Ano XXIV, n. 2642, p. 1, 24 jun. 1931. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22eleosippo%22&pagfis=36201>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LACERDA de Aguiar acha boa política do Crédito Rural. **Correio da Manhã** (RJ). Ano LXV, n. 22.364, p. 7, 22 dez. 1965. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22beneficiament%20de%20mandioca%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=67670. Acesso em: 14 out. 2023.

LAMAS, Manoel Alves. À praça. **Jornal do Commercio** (RJ). Ano 151. n. 83, p. 17. 11 jan. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Ind%C3%BAstria%20Madeira%20Alves%20Marques%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=53628. Acesso em: 25 maio 2023.

LEGIÃO de outubro. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XXIV, n. 2.605, p. 1, 12 maio 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=princesa%20do%20norte&pagfis=36051>. Acesso em: 1 ago. 2023.

LEITURA dinâmica: economia (Transferência). **Jornal de Serviço** (RJ). Ano I, n. 212, p. 2, 22 jul. 1970. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22mobrassa%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9553. Acesso em: 1 jul. 2024.

LICENÇAS de exportação. **Jornal do Commercio** (RJ). Ano 130, n. 289, 2º Caderno, p. 2, 13 set. 1957. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&pesq=%22Serraria%20Barbados%20Ltda%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=45907. Acesso em: 8 jun. 2024.

LOBO, José Guimarães. **A região da Serra dos Aimorés e o recenseamento geral de 1950**. Documentos Censitários (IBGE), série B, número 6, Rio de Janeiro, 1953.

LOPES, Daniel. São Mateus: falta de madeira fecha serrarias. **A Gazeta**, 15 de fevereiro de 1981.

MADURO, Luiz Carlos. História da colonização do Norte do Rio Doce: “o início de uma época”. **Revista Nossa** (Edição especial). Ano V, n. 30. Colatina-ES, 1987.

MANOBRAS contra trabalhadores nas serrarias Morro Grande e industrial. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XI, n. 1.038, p. 6, 1 set. 1956c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&pesq=%22serraria%20SEMA%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1533>. Acesso em: 18 out. 2023.

MATTOS, Archimino. Influência da imigração branca sobre a lavoura de café no Espírito Santo. **Diário da Manhã** (ES), 28 out. 1927. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20192&pesq=%22deserto%20onde%20morrer%C3%A3o%20%20Famintos%22&pagfis=28012>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MARTINS, Edilson. Rainor Grecco confessa que já derrubou mais de 20 milhões de árvores. **Manchete** (RJ). p. 70. 21 abr. 1984. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=%22200%20mil%20capixabas%22&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=224936>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MELLO, Heraldo. Mini-notas. **O Jornal** (RJ), ano LIV, n. 16.062, 12 fev. 1974. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Serraria%20de%20Barbados%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=118572. Acesso em: 8 jun. 2024.

MICROECONOMIA: Frigoria e pesca no Rio de Janeiro com apoio da SUDEP. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro. Ano LXVIII, n. 23.356, p. 2, 8 jun. 1969. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22Frigoria%22&pagfis=101919. Acesso em: 29 maio 2024.

MINAS-E SANTO em nova fase no judiciário. **O jornal** (RJ), ano XXXVII, número 11.350, p. 1, 10 set. 1957. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=%22Wilton%20Neves%20Cunha%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=54932. Acesso em: 12 set. 2024

MONSTRUOSO “grilo” de terras. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano X, n. 925, 22 jan. 1955a, p. 2 e 8. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22Barra%20de%20S%C3%A3o%20Francisco%22&pagfis=1046>. Acesso em: 12 set. 2024.

MUNICÍPIOS do Espírito Santo. Afonso Cláudio, Itarana, Baixo Guandu. **A Gazeta**. Vitória, 31 de outubro de 1994.

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (1895)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995.

“NA MINHA casa falta água e na minha fábrica, energia”. **Imprensa Popular** (RJ). Ano VII, n. 1.309, p. 1. 23 set. 1954. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&Pesq=%22F%C3%A1brica%20de%20m%C3%B3veis%20cacique%22&pagfis=7204>. Acesso em: 6 jun. 2024.

NOGUEIRA. Jorge Costa. Venda casco Iate-motor “Diaz”. **A Tribuna**, p. 12, 26 maio 1961. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_04&pesq=%22Diaz,%20irm%C3%A3o%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13690. Acesso em: 25 maio 2024.

NORMALISTAS focalizam a Bralanda. **Comunitário**: Órgão cultural do Stella Matutina (MG). Ano 1, n. 3, p. 1, 7 dez. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829390&pesq=%2212%20caminh%C3%B5es%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13>. Acesso em: 5 out. 2023.

NOSSA terra. **O S. Matheus**. São Matheus (ES), 13 fev. 1927. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716057&pasta=ano%20192&pesq=pri ncesa&pagfis=5>. Acesso em: 1 ago. 2023.

O ABRAÇO da morte. **A Noite (RJ)**, ano XL, n. 13.908, p. 9, 2 out. 1951. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=%22prefeito%20de%20Barra%20de%20S%C3%A3o%20Francisco%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=9111. Acesso em: 16 set. 2024.

O COVARDE assassino do... **Folha do Povo**: o vespertino do Espírito Santo. Ano 1, n. 143, p. 5, 7 ago. 1952b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101800&pesq=%22Jos%C3%A9%20Morcef%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=770>. Acesso em: 26 jan. 2023.

O GOVERNADOR do Estado visita o Norte. **Folha do Povo**: o vespertino do Espírito Santo, p. 2 e 6, 11 fev. 1953. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101800&Pesq=%22Mestre%20Bento%22&pagfis=1405>. Acesso em: 2 set. 2023.

O INTERVENTOR Santos Neves, e a obra de engrandecimento do Estado do Espírito Santo. **Brasil-Revista** (RJ), n. 17, p. 305. 17 jun. 1944. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081558&pesq=%22ferro%20e%20a%C3%A7o%20de%20vit%C3%B3ria%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=3447>. Acesso em: 7 out. 2023.

O “RIO DOCE”. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XIX, n. 11, p. 3, 30 ago. 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22Ano%20XIX%22&pagfis=23062>. Acesso em: 18 maio 2024.

PALHA. **Correio da Manhã** (RJ). Ano LIII, n. 18.646, p. 4, 7 de jan. 1954. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=%22concei%c3%a7%c3%a3o%20da%20Barra%22&pagfis=33139. Acesso em: 14 out. 2023.

PARTE Oficial. **Diário da Manhã**: Órgão do Partido Constructor (ES). Anno XVI, n. 115, p. 3, 31 dez. 1921. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Estrada%20de%20Ferro%20S%C3%A3o%20Matheus%22&pagfis=14250>. Acesso em: 4 jun. 2024.

PARTE Oficial. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XVIII, n. 203, p. 1, 17 abr. 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22Companhia%20de%20Madeiras%20Nacionaes%20do%20Rio%20D%C3%B4ce%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=21689>. Acesso em: 8 set. 2022.

PERROTA, Romualdo. Inaugurada a Ponte Presidente Vargas no Espírito Santo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro. Ano XXVI, n. 7.965, p. 9, 25 jun. 1954. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_04&Pesq=%22Ponte%20Pre

sidente%20Vargas%20no%20Esp%20c3%adrito%20Santo%22&pagfis=24184. Acesso em: 10 ago. 2023.

PRESOS vários implicados no assassinio do prefeito de Aimorés. **O Dia (PR)**, ano XXXV, número 10.998, p. 8. 18 nov. 1958. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22coronel%20Bimbim%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagf&pagfis=98561>. Acesso em: 18 set. 2024.

R. CHAGAS & Cia. Serraria de Barbados. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES), p. 8, 17 jan. 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22barbados%22&pagfis=30918>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RELATÓRIO de uma viagem de observações. **A Cia. Industrial de Madeiras da Barra de São Matheus**. Rio de Janeiro: 1938.

SÁ, Janete de. **Projeto de lei nº ? de 2021**. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/PL/122406-202109221023251566-assinado.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SECRETARIA da presidência. **O Espírito-santense** (ES). Anno XVII. n. 95, p. 4, 28 nov. 1888. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&Pesq=%22Ant%20c3%b4nio%20Rodrigues%20da%20Cunha%22&pagfis=8020>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SECRETARIA da Agricultura: suas realizações. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor. Anno XXVI, n. 2.991, p. 3 e 11, 18 de ago. 1932. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Ernesto%20Otero%22&pagfis=37743>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SEIXAS, Délio de. Várias notícias. **Jornal do Commercio** (RJ). Ano 141, n. 146, p. 2, 26 mar. 1968. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&Pesq=%22Serraria%20de%20Barbados%22&pagfis=50704. Acesso em: 7 jun. 2024.

_____. Várias notícias. **Jornal do Commercio** (RJ). 1º caderno, ano 143, n. 100, p. 2, 28 jan. 1970. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22mobra%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=378. Acesso em: 30 jun. 2024.

S. INDUSTRIAL de São Matheus. **O S. Matheus**, São Matheus (ES). Ano II, n. XXVI, p. 3, 29 set. 1928. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716057&Pesq=%22Cunha,%20Ayres&pagfis=69>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SERRARIA Barbados S.A. **Revista**. S.l., s/d.

SOÇOBROU em Vitória um navio costeiro. **Correio da Manhã** (RJ), ano LVIII, n. 20.305, p. 5, 7 de jun. 1959, 1º Caderno. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22Diaz,%20irm%C3%A3o%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=106713. Acesso em: 25 maio 2024.

SUICÍDIO. **O Jornal** (RJ). Ano XXXVII, n. 10.842, p. 2, 10 jan. 1956. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=%2210%20de%20janeiro%20de%201956%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=40614. Acesso em: 21 fev. 2024.

TÃO. K. Pró Serra. **A Serra**. Serra. Anno I, n. 1, p. 3, 25 set. 1910. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716065&pesq=princesa%20do%20norte&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=3>. Acesso em: 1 ago. 2023.

TERROR contra os posseiros. **Voz Operária** (RJ), ano IV, n. 158, p. 9, 31 maio 1952. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154512&pesq=%22Ermolau%20coutinho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=1819>. Acesso em: 3 ago. 2023.

TÓPICOS e comentários. **Folha do Povo**: o vespertino do Espírito Santo. Ano I, n. 122, p. 3, 8 jul. 1952a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101800&pesq=%22lenha%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=569>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TOVAR. V. Construtores do progresso. **Diário de Notícias** (RJ), p. 3, 31 jul. 1966. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&Pesq=%22navios%20cargueiros%22&pagfis=59737. Acesso em: 30 maio 2024.

TRATADOS como animais. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano IX, n. 955. p. 4. 23 abr. 1955b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22Montanha%22&pagfis=1134>. Acesso em: 23 nov. 2024.

TRISTÃO, Rita. Dunas soterram vilarejo capixaba. **Correio Braziliense** (DF). n. 9450, p. 18, 5 de mar. 1989. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22Rainor%20Grecco%22&pagfis=125080. Acesso em: 3 nov. 2024.

UDERMAN, Hertz; Jacob, SOLTER. MobraSA – Móveis Brasileiros S.A. **Jornal do Comercio** (RJ), (2º caderno), p. 4, 3 ago. 1963. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=%22mobraSA%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23612. Acesso em: 1 jul. 2024.

UM INFERNO em Colatina. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano XI, n. 1037, p. 7, 25 ago. 1956b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100706&Pesq=%22serraria%20da%20d.%20Betti%22&pagfis=1523>. Acesso em: 15 out. 2024.

UM PADRÃO de político. **Diário da Manhã**: órgão do Partido Constructor (ES). Anno XXIV, n. 2.634, p. 1, 16 jun. 1931. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22eleosippo%22&pagfis=36173>. Acesso em: 15 ago. 2024.

UMA GRANDE indústria e um dos seus fundadores: Sílvio Rodrigues Marques. **Jornal do Brasil** (RJ). 1º caderno, p. 17, 19 dez. 1973. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22compensados%20alves%20marques%22&pagfis=25252. Acesso em: 4 jul. 2024.

VIANNA, Alziro; LIMA, José Augusto. Companhia Territorial: relatório da directoria. Colatina, 10 jan. 1931. **Diário da Manhã**: órgão do partido constructor (ES). Anno XXIV, n. 2.508, p. 6, 14 jan. 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&Pesq=%22Cezar%20Lino%22&pagfis=35403>. Acesso em: 11 jun. 2024.

150 MIL alqueires sem cultivar. **Folha Capixaba**. Vitória. Ano X, n. 959, p. 1 e 2, 11 maio 1955c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=100706&pesq=%22cimbarra%22&pagfis=1147>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Obras gerais

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AGUIAR, Maciel. **Negro Rugério**. São Mateus, ES: Memorial Editora, 2007.

_____. **Conceição da Barra nasceu de um beijo**. São Mateus, ES: Memorial Editora, 2021.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rev. e atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg: um estadista**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória: 2010. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Carlos_Lindenberg.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALVES, Tiago de Matos. **Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848–1889): a exportação da farinha de mandioca pelas águas “dorminhocas” do rio Cricaré**. 2021. 137f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13112_Disserta%E7%E3o%20Sociedade%20e%20Economia%20Portu%E1ria%20de%20S%E3o%20Mateus.%20vf20220615-171517.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

ARARIPE, Delecarliense de Alencar. **História da Estrada de Ferro Vitória a Minas: 1904-1954**. Rio de Janeiro: Cia. Vale do Rio Doce, 1954.

ARAÚJO, Hannah Alves Alcure e. **Ilustre filho do Espírito Santo: trajetória e pensamento político de Attilio Vivacqua (1894-1961)**. 2024. 262f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/Vers%20A3o%20Final%20-%20Disserta%20A7%20C3%A3o%20Hannah%20Alcure%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/Vers%20A3o%20Final%20-%20Disserta%20A7%20C3%A3o%20Hannah%20Alcure%20(1).pdf). Acesso em: 21 set. 2023.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1987.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**. Vitória: Escola Tipográfica (Obras Pavonianas de Assistência), 1976.

BECKER, Bertha K. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação**. 1969. 132f. Tese de concurso para livre docência. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1969.

_____. **O norte do Espírito Santo, região periférica em transformação (conclusão)**. **Revista Bras. Geografia**. Rio de Janeiro, ano 35, n. 4, página 35 –112, out./dez. 1973. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018777&parte=1>. Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. **Fronteira e urbanização repensadas**. **Revista Bras. Geografia**. Rio de Janeiro, pp. 357-371. Jul./dez., 1985. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/902-Texto%20do%20artigo-1504-1-10-20190130%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/902-Texto%20do%20artigo-1504-1-10-20190130%20(1).pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

_____. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira**. In: AUBERTIN, Catherine (Org.) **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37772.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BERGAMASCHI, Vanessa; FERREIRA, Ívna; SUPELETE, Edmilson. Edição especial de aniversário: Sindmol 35 anos. **Sindimol (Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e região norte-ES)**. Linhares: Gráfica Grafítusa, 2021.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/2003/1/DISSERTACAO-MARCIA-CRISTINA-BERGAMIM.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas**

propriedades no Centro-Sul. 2012. 393f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BERTOLANI, Mayara Lyra. **Para além da problemática cafeeira: a criação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e o financiamento da agricultura capixaba (1889–1945)**. 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Economia) — departamento de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/931c34d0-3f65-4959-a709-925d742139a7/content>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista**. 2009. 311 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09022010-134900/publico/CASSIO_ARRUDA_BOECHAT.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____. **O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. 2013. 567f. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102014-180906/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BOECHAT, Cássio Arruda; TOLEDO, Carlos de Almeida. Mobilização do trabalho e o estudo da região. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 3, p. 448-464, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2456>. Acesso em: 15 out. 2024.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 87-122, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/6267-22683-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/6267-22683-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2009.

BONOMO, Soliane. **Trajetórias e tendências da centralidade de São Mateus (ES): a importância de uma cidade (sub) regional na rede urbana capixaba**. 2010. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/46f78224-feaf-441a-8a11-c5e4e347d367/content>. Acesso em: 23 out. 2022.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: Edufes, 1996.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A Revolta da Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916)**. 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. 2007. Disponível em:

https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_3314_Namy_Chequer_Bou-Habib_Filho.pdf. Acesso em: 22 Jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 311f. Dissertação (Mestrado em economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CALMON JÚNIOR, Lastênio. **Vultos, fatos e lendas linharenses**. [Belo Horizonte: Littera Maciel], 1975.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte. 1988, n. 6, p. 137-150.

CAMMACK, Paul. O “Coronelismo” e o “Compromisso coronelista”: uma crítica. In: **Cadernos DCP (Departamento de Ciência Política)**, n. 5. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. 338f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13311/1/CANCELA%2c%20Francisco.%20De%20projeto%20%20c3%a0%20processo%20colonial.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1985.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp/IE, 2007

CAPRINI, Aldieris B. Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARONE, Edgar. **A República Velha I** (Instituições e Classes Sociais. 4ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790-1821). Vitória: Secult, 2010.

CASTRO, Jeane Berrance. A Guarda Nacional. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Tópicos de uma história política. **Revista de Ciência Política**. Vol. 21, n. 3, p. 5-23. Rio de Janeiro. 1978. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59835/58159>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAVAZZONI, Livia Torezani Cavazzoni. **História e memória em narrativas de representação identitária**: a ferrovia Vitória a Minas como patrimônio territorial em Colatina, Espírito Santo. 2022. 216f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2022. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16738__Disserta%E7%E3o%20LTC%20FINAL_compressed.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

CELIN, José Lázaro. **Migração europeia e expansão cafeeira**: e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. 1984. 330f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Multiple-purpose river valley development: a repercussão do ideário e das experiências de planejamento regional norte-americanos no Brasil. In: BROSE, Markus E. **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias [recurso eletrônico] - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. p. 40-70. Disponível em: https://www.unisc.br/editora/ebook_06015.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade**: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani. 2001. 468 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CORRÊA, Aline Liquer; BERTOLANI, Mayara Lyra. A Contribuição do Bandes para a Economia Capixaba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. n. 67, p. 29-59. 2012. Disponível em: <https://ihges.org.br/publicacoes/revista/67.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

COSTA, João Ribas da. **Canoeiros do Rio Santa Maria**. 2. ed. fac-similada. [Vitória]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida; [Santa Leopoldina ES]: Prefeitura Municipal, 1982.

COSTA, Maria Cilda Soares da. **Terra e povoamento na implantação da lavoura cacaeira no Espírito Santo**. Um estudo de caso: Linhares – 1900-1930. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

COUTINHO, José Maria. **Uma história do povo de Aracruz**. Aracruz, ES: Reitem, 2006. 2 v.

CRUZ, Ruth Bouchaud Lopes. **Distribuição da população do estado do Espírito Santo em 1940**. Revista Brasileira de Geografia. Ano XII, nº 3, Rio de Janeiro, 1950, p. 393-412.

CRUZ, Maurilen de Paulo. **Faça-se Aracruz!** (Subsídios para estudos sobre o município). Serra, ES: Tempo Novo, 1997.

DADALTO, Maria Cristina. Imigração italiana e memória do trabalho. *In*: VILAÇA, Adilson. DADALTO, Maria Cristina. (Orgs.). **Trajetória: trabalho solidário do imigrante italiano no Espírito Santo**. Vitória: Textus, 2003, p. 51–68.

_____. Relacionamentos interétnicos e memória: narrativas dos colonizadores do norte do Espírito Santo. **Revista Dimensões**, Vol. 18, 2006, p. 186-202.

DADALTO, Maria Cristina; SIUDA–AMBROZIAK, Renata. Poloneses no Espírito Santo: duas trajetórias de um povo entre os vales da Serra e os sertões do Norte. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 20, n. 3, p. 153–174, set/dez 2020.

DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Provincia_do_espirito_santo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

DALCOMUNI, Sônia Maria. **A implantação da Aracruz celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo**. 1990. 269 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. 2. ed. Aracaju: Criação Editora, 2019.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Vitória, 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_4209_Raquel.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. 10 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

DEFFONTAINES, Pierre. Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira - o caso do Espírito Santo. **Boletim Geográfico**: Rio de Janeiro, Ano II, nº 19, 1944, p. 985-999.

DEMONER, Sônia Maria. **A colonização do Norte do rio Doce – vida e obra de um colonizador – Bertolo Malacarne**. Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, 1983. Vitória, 1982 (Obra não publicada). Disponível no Arquivo Público do Espírito Santo.

_____. Como foram povoadas as terras capixabas. **Revista do IJSN**, ano V, nº 2, p. 34-39, abr/jun de 1986.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga**: lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Editora Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo. 1984.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. v. 22. n. 44, p. 267-288, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NdtKwMyyyLB3rD49FTWG7Ns/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2021.

EGLER, Walter Alberto. A zona pioneira ao Norte do rio Doce. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 167, p. 147-180, março/abril de 1962. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n167_mar_abr.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. **Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos**: notas linguísticas. Fundação Nacional do Índio, Boletim do Museu do Índio, n.º 03, Rio de Janeiro, 1975. Disponível em: <file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/A2D00004.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ESCAMILLA, Francisco. El significado del termino frontera. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n.º 140. Universidad de Barcelona, 1999. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-140.htm>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras**, Vol. 1, n. 4, p. 160-206, jan-jul de 2015. Disponível em: <https://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1287/1183>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed., rev. São Paulo: Globo, 2001.

FELIPE, Ednilson Silva; VILLASCHI FILHO, Arlindo; OLIVEIRA, Ueber José de. Diversificação econômica e a consolidação de uma estrutura industrial e urbana: alguns aspectos da economia capixaba nos anos 1980–2000. In: FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro; ARTHMAR, Rogério (Org.). **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo**. Volume 1, Vitória: PPGeco/CORECON-ES, 2011.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo**: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840–1960. 1987. 322f. Tese (Mestrado em Economia) — Programa de Pós-Graduação do Instituto de economia industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1987.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte–ES. 2009. 513f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/39895864/_Donos_do_lugar_a_territorialidade_quilombola_do_Sap%C3%AA_do_Norte_ES. Acesso em: 26 mar. 2022.

FERREIRA, Cláudia da Silva. **Estrada de Ferro Caravelas**: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em História) —

Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_7641 DISSERTA%C7%C3O%20CL%C1UDIA%20D A%20SILVA%20FERREIRA20150721-152555.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. 227f. 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/fortunato_marialucinete_d%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/fortunato_marialucinete_d%20(2).pdf). Acesso em: 23 abr. 2024.

FORTUNATO, Dannielle de Oliveira B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos Grandes Projetos. **Dimensões**. Vitória, vol. 27, p. 40-62, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2582/2078>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Organizado por Agostino Lazzaro. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GARCIA, Elio Ramires. **Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé**: transição e longevidade. 2015. 203f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_7635 DISSERTA%C7%C3O%20ELIO%20%20RAM IRES20151028-142025.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

GAVIORNO, Gracimeri Vieira Soeiro de Castro; SPERANDIO, Josemar Antônio; FERREIRA, Paulo César. **Uma nova estrutura para a Polícia Civil**. 2001. 62 f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública) – CCJE/CIESP, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

GEIGER, Pedro Pinchas. Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Otoni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). **Revista Brasileira de Geografia**, ano XIII, n. 3, julho-setembro, p. 403-442, 1951.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 19-76.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL (1947–1964)**. Brasília–DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; FURTADO, Marcello França. **Catálogo do acervo textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão)**. Above: Vila Velha – ES, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/Acervo_Ruschi.pdf. Acesso em: 9 nov. 2024.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GOULDNER, Steven. As Metamorfoses do Marxismo. **Revista Espaço Livre**. V. 9, n. 17, p. 12-19, jan. jun./2014. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/issue/view/39/15>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Portos e Sertões**: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825). 2015. 220f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1757.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GROSSELLI, Renzo. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Tradução: Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Colonias_Imperiais_na_Terra_Cafe.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

GUIMARÃES, Mário Mazzei. **Espírito Santo, um ramal de café no Brasil** (reportagem). Edição da Secretaria da Agricultura do Espírito Santo: São Paulo, 1954.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HASSE, Geraldo. Faroeste caboclo: meus colegas lavradores. **Século**, Vitória, ano 1, n. 6, p. 8-13, 2000.

HAUPT, Georges. Marx e o Marxismo. *In*: Hobsbawm, Eric (Org). **História do Marxismo**: o marxismo no tempo de Marx. Vol. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 347-376.

HESS, Regina Rodrigues. **Santa Maria de Jetibá**: uma comunidade teutocapixaba. Vitória: Edufes, 2014.

HEINSDIJK, Dammis *et al.* **A floresta do norte do Espírito Santo**: dados e conclusões de um inventário Florestal piloto. Boletim número 7. 1965.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Perfil da cidade de Nova Venécia. Vitória: 1980. JONES, Judith. **Soldado descansa**. São Paulo: Jarde, 1967.

JANARY JÚNIOR; MORAES, Georgia. **Servidor da Sucam intoxicado por DDT poderá ter plano de saúde**. Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/564554-servidor-da-sucam-intoxicado-por-ddt-podera-ter-plano-de-saude/#:~:text=O%20pesticida%20acabou%20banido%20do,Brasil%20pela%20Lei%2011.936%2F09>. Acesso em: 12 set. 2024.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis**: política e poder local. Curitiba-PR: Appris editora, 2016.

KEYES, Julia Louisa. **Nossa vida no Brasil**: imigração norte-americana no Espírito Santo (1867-1870). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_NossaVidaNoBrasil_Editado.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Quando o planejamento vai para o Brejo**: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. 2016. 423f. Tese (Doutorado em Geografia) — Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13062017-160747/publico/2016_ErickGabrielJonesKluck_VOrig.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

KURTZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LACHINI, Cláudio. **Vasco**: memórias de um precursor da globalização. São Paulo: Ed. Barcarolla Ltda, 2009.

LAMEGO, Alberto. **Terra Goitacá**. Niterói: Diário Oficial, v. IV, 1945.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia**: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: UCS, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LEITE, José Ferrari. **As reservas ecológicas do sudoeste paulista**. 1979. Tese apresentada ao Congresso Estadual de Municípios, 23, Praia Grande, São Paulo, 1979.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/publico/2010_AnaCarolinaGoncalvesLeite.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 1, p. 75-92, 2014. Disponível em: 14 jan. 2024.

_____. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. 762f. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082015-124614/pt-br.php>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. (Org.). OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. UFRJ: Editora Marco Zero, 1987.

LIMA, Rita de Cássia Bóbbio. **Relatos e retratos de Conceição da Barra**. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; LIMA, Rita de Cássia Bóbbio; BONICENHA, Wallace. **Conceição da Barra: 110 anos de emancipação**. Vitória: Multiplicidade, 2001.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: um balanço e perspectivas. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* (Org.). **História quantitativa e serial no Brasil: um balanço**. ANPUH-MG: 2001. p. 13–24.

LOIOLA, Gelson. **A participação da PMES nos conflitos limítrofes entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais na Região do Contestado**. Vitória: IHG/ES, 2008.

LOPES, Gabriel Pedro Alves. **A várzea do planejamento: A territorialização das ações estatais e as transformações no “Vale da Suruaca” (ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990)**. 2022. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_15998_disserta%E7%E3o.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967–1983)**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

LOURENÇO, Sônia Bastos. **Histórico Trapiche “Casarão”**. Conceição da Barra–ES.: S/E, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, Fernando Cezar; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**. V. 16, n. 1, p. 61-99, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421/2214>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54(2), p. 27-55, abr./jun., 1992. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/1235-Texto%20do%20artigo-2113-1-10-20190205%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/1235-Texto%20do%20artigo-2113-1-10-20190205%20(4).pdf). Acesso em: 20 maio 2022.

MACHADO, Lryssa da Silva; MACHADO, Lucas da Silva. O barão de Itapemirim e as tradições da política capixaba no século XIX. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Recurso eletrônico]**. Ano. 3, n. 6, (jul./dez.2019). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, p. 79–93, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/issue/view/1225/759>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **A venda pomerana no Espírito Santo: lugar sociopolítico, econômico e identitário (1857-2021)**. 2021. 232 f. Tese (doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

Disponível em:
https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_10735_Tese%20Cione%20Marta%20Raasch%20Manske.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

MARIANO, Fabiene Passamani. **A festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba**. 2019. 315f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em:
https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_8701_FABIENE%20Tese%20vers%E3o%20Novembro%20%282%29.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824–1845)**. 2007. 251f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MARTINI, Evandro Arruda de. **A modernização do litoral norte do Espírito Santo: do processo de “civilização dos índios” ao reconhecimento das populações tradicionais; da mobilização à crise do trabalho**. 2023. 486f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/f8445a2e-6eb9-4a91-af8a-c9d606fd1971/content>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MARTINS. José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. - São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890 a 1950. **Revista de História Regional**. Vol. 15, n. 1, p. 40-77, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2361/1855>. Acesso em: 10 maio 2022.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**. Bauru: Edusc, 2004.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política (livro III, o processo global de produção capitalista)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Rogério. O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. **A Tribuna**. Vitória, 28 de março de 1982.

_____. Ciclo da peroba inicia o desbravamento do Norte. **A Gazeta**. Vitória, 11 de julho de 1999.

_____. Caminhão e trem: golpe fatal na peroba-do-campo. **A Gazeta**. Vitória, 18 de julho de 1999.

_____. Um certo coronel Bimbim. **Século**. Vitória, Ano II, nº. 21, nov. 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MELO JÚNIOR, Antônio Machado Bittencourt. **Estudos Históricos sobre a vila de Santa Cruz**. (org.) Geraldo Magela da Silva Araújo. Vitória: IHGES, 2014.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONJARDIM, Leonardo Passos. **História política da família Monjardim**. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MORAES, Cícero. **Limites do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1939.

_____. **Diretrizes do plano rodoviário do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1953.

_____. **Como nasceram cidades no Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1954.

_____. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004.

MORAES, Ormando. **História dos bancos no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800–1830). *In*: COSTA, Ricardo; PEREIRA, Walter Pires (Org.). **História – Revista do Departamento de História da UFES**, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2001a, n. 9, p. 99–123.

_____. Colonização oficial e espontânea na fronteira norte do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória–ES, n. 55, p. 87–104, 2001b. Disponível em: <https://ihges.org.br/publicacoes/revista/55.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da Vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Dimensões – Revista de História da Ufes**, Vitória, n. 14, p. 151-167, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2626/2111>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Espirito_Santo_Indigena_completo_site.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

MOTA, Fernando César de Macedo. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960–2000)**. 2002. 175f. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/mota_fernandocezardemacedo_d%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/mota_fernandocezardemacedo_d%20(2).pdf). Acessado em: 27 jun. 2020.

MOTTA, Nara Cuman. **As consequências da implantação do projeto Aracruz celulose sobre a estrutura econômica da “região de Linhares”–ES**. 1982. 152 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro–SP, 1982.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento** (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960). 2015. 342f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

MURARI, Jonas Braz et al. **História, geografia e organização social e política do município de Nova Venécia**. [Vitória, ES?]: Brasília ed., 1992.

MUSSE, Ricardo. **De Socialismo Científico à Teoria Crítica. Modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937**. Tese (Doutorado em Filosofia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e OLIVEIRA, Herinéia Lima. **História de São Mateus**. São Mateus – Espírito Santo: EDAL – Editora Atlântica Ltda, 1999.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **São Mateus: história, turismo e cultura**. São Mateus – Espírito Santo: EDAL – Editora Atlântica Ltda, 2005.

_____. **Litoral norte: história, turismo e cultura**. São Mateus – Espírito Santo: EDAL – Editora Atlântica Ltda, 2011.

_____. **História, geografia & economia de São Mateus**. São Mateus, ES: Editora do autor, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, UEFS, 2008.

NICOLI, Sandra, GENOVEZ, Patrícia Falco, SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, n. 49, p. 371–406, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/24991/13839>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

OLIVEIRA, Euflásina W. **Mucurici e Montanha**: a ocupação de parte dos “Terrenos desconhecidos”. Montanha: Ed. do autor, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Fundação Cultura do ES, 2008.

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites regionais e realinhamentos políticos no Espírito Santo (1930–1964). **Historiae**. Rio Grande, p. 53–81, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/anajuliafurg,+Artigo04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)**. 2020. 327f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/10087/3/2020%20-%20Tatiana%20Gon%20c3%a7alves%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

EUL-SOO PANG. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**: a Bahia na primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: Edufba, 2014.

PAULO NETO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PEREIRA, Ailton Teodoro de Souza. **As metamorfoses do marxismo no Brasil**. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07082017-163636/publico/2016_AiltonTeodoroDeSouzaPereira_VCorr.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

PISSINATI JUNIOR, Jair. **Reestruturação produtiva e organização clássica do trabalho no pólo moveleiro de Linhares/ES**: um estudo de caso na Movelar. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória: 2004.

PIZZOL, José Luiz. A Companhia Territorial. **Revista do IHGES**, n° 78. Vitória, p. 245–263, 2021. Disponível em: <https://ihges.org.br/publicacoes/revista/78.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

_____. **Colatina, sua história, sua gente**. Coordenador Antônio de Pádua Gurgel. Colatina, ES, 2018.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 - 1970)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_WALACE_TARCISIO_PONTES.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. PUC – SP, p. 25 – 39, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PREFEITURA de Pinheiros. **Memória histórica de Pinheiros**. Administração 1980-1992: Pinheiros, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História da civilização brasileira: o Brasil Republicano (estrutura de poder e economia 1889-1930)**, Tomo III, 1º volume. São Paulo: Difel, 1977.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. José de Souza Martins e os conceitos de frente de expansão e frente pioneira. **XII Encontro da Associação Nacional de História, seção Mato Grosso do Sul**. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%20RIO/Downloads/JosdeSouzaMartinsconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%20RIO/Downloads/JosdeSouzaMartinsconceitosdefrentedeexpansaoefrentepioneira%20(1).pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela Estrada de Ferro sul do Espírito Santo**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2008. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_3188_Leandro_do_Carmo_Quint%20o.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

REBELLO, Wanderson dos Santos. **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrarias en América Latina. **Cuadernos Críticos de Geografía Humana**. Universidad de Barcelona, Año XV. Número: 87, 1990. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/geo87.htm>. Acesso em: 26 mar. 2024.

RIOS, José Arthur. Caminhos e descaminhos de uma ideologia: o marxismo na universidade. **Ciência & Trópico**, v. 27, n. 2, p. 285-361, jul./dez., 1999. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/issue/view/65>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ROCHA, Gilda. Aldeamento Imperial Afonsino. **Revista de Cultura Ufes**. Edição Especial. Ano I, n. III. Universidade Federal do Espírito Santo, jan./jun. 1979, p. 48-53.

_____. **Imigração estrangeira no Espírito Santo - 1847-1896**. Vitória, 2000. S/e.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo -1850/1930**. Vitória: NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas Departamento de Economia - UFES, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955-1985**. 2ª ed. – Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/APEES_23_Ra%C3%ADzes_da_Imigra%C3%A7%C3%A3o_Alem%C3%A3_Helmar_R%C3%B6lke.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Subsídios à história da imigração italiana nos municípios de Ibiragu e João Neiva**. [Vitória–ES?], 1990.

_____. **Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina**. Vitória: Ed. do autor, 1996.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2000.

RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo. **Revista do IHGB**, tomo XXIV. Rio de Janeiro, 1861, p. 171-351. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSSNEJ4ekhSS1AtR3M/view?resourcekey=0-pGa8qAyfsq6r74WKnymkGQ. Acesso em: 4 abr. 2024.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: O papel da Câmara Municipal (1848/1889)**. Vitória: IHGES, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SALETTI, Nara. **Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996a.

_____. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996b.

_____. **Sobre política capixaba na Primeira República**. Vitória–ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Sobre_Pol%C3%ADtica_Capixaba_na_Primeira_Rep%C3%ABlica.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023. 2018.

SALIZZI, Esteban. Frontera agraria (América Latina, segunda mitad del s.XX – comienzos s.XXI). In: MUZLERA, Jose. **Diccionario del Agro Iberoamericano**. 2ª ed compendiada. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020. pp. 585-594. Disponível em: file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/FronteraAgraria%20(1).pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

SALOMÃO NETO, Flávio Henrique. **Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri**: uma concessão de serviço público como forma de desenvolvimento de uma região. Museu Virtual Vale do Mucuri. p. 56-82, 2013. Disponível em: <https://museuvirtualvaledomucuri.com.br/biblioteca/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANCEAU, Elaine. **Capitães do Brasil**. Porto: Livraria civilização, 1975.

SANTOS, Adilson Silva. **Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)**. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Editora Cachoeiro Cult, 2012.

SANTOS, Estilaque Ferreira, Território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo**: um painel da nossa história, Vitória: EDIT, 2002.

_____. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. **Revista Dimensões**. Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005, v. 17, p. 47-68.

SANTOS, Leonardo Bis. **A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000**: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. 2016. 347f. Tese (Doutorado em história) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_5876_tese%20Leonardo%20Bis.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. São Mateus: **Do Lugar à Vila**. 2017. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:

file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/tese_10778_Sofia%20Maria%20Valente%20Sim%20es%20dos%20Santos20170815-104122.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

SARTÓRIO, Elvino Antônio. **A trilha Sagrada**. Volume 1: Anatomia Histórica das Estradas. Vitória: Gráfica e Encadernadora Sodré Ltda., 2007.

_____. **A trilha Sagrada**. Volume 2: Anatomia Histórica das Rodovias. Vitória: Gráfica e Encadernadora Sodré Ltda., 2007.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

_____. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: Edufes, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Edmilton da. **As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 2019a. 126f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019a. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_10747_Edmilton%20Dissertacao%20completa%20%28Revisada%20%29.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. A imigração estrangeira no Espírito Santo: uma abordagem sobre a colonização do Norte do Estado. *In*: DADALTO, Maria Cristina; MARLOW, Sérgio Luiz. (org.). **Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019b. p. 101-119.

_____. A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais e a história oral. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Recurso eletrônico]**. Ano 6, n. 12 (jul./dez.2022). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2023a, p. 97-109. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista_APEES_numero_12_ISSN2763535X.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

_____. A centralidade de Colatina, ES, e o desenvolvimento da fronteira agrícola do vale do rio Doce. **Anais do II Congresso de Ciências Sociais da UNESP/FCLAr: antropoceno e lutas insurgentes: meio ambiente, bem viver e diversidade/ II Congresso de Ciências Sociais/ XXI semana de Pós-graduação em Ciências Sociais/ XXII Semana de Graduação em Ciências Sociais**. Araraquara, 2023b, p. 491-505. Disponível em: <https://congressocs.wixsite.com/congresso2022/anaisdocongresso>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SIMONATO, Juliana Sabino. **Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_JULIANA_SABINO_SIMONATO.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do Porto de Vitória, 1870-1940**. 2. ed. Vitória-ES: CODESA, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. A queimada. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIV, n. 1, Janeiro-março, p. 135 – 136, 1962. Disponível em: <file:///C:/Users/USU%20C3%81RIO/Downloads/2435-Texto%20do%20artigo-3988-1-10-20200826.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

SOUZA, Paulo Ferreira. **Indústria madeireira: tecnologia de produtos florestais**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1947.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

TEIXEIRA, Fausto. **Colatina ontem e hoje**. s.l., 1974.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A Região das Lavras Baianas**. 2008. 246f. Tese (Doutorado em Geografia) — Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27082008-135058/publico/TESE_CARLOS_DE_ALMEIDA_TOLEDO.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

TORRES FILHO, Arthur E. Magarinhos. **O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Typo. Litho. Pimenta de Mello & Cia., 1913.

TURNER, Frederick Jackson. **O significado da História**. Tradução de Arthur Lima de Ávila. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 191-223, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/YTd4BYpTp3WvBRVgZgCbPzd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287-1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória-ES: Gráfica Ita, 1995.

_____. (Coord.). **Christiano Dias Lopes Filho**. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2010.

VIANA, Nildo. Existe um marxismo heterodoxo? **Revista Posição**. v. 5, n. 16–19, 2018. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/pos/article/view/234/225>. Acesso em: 10 maio. 2024.

VIANNA, Sergio Besserman. **A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé**. SEJUC/SPDC/IJSN, 1997.

_____. **Cotaxé: a reinvenção de Canudos**. Vitória: IHG/ES, 2007.

_____. **Anthero Bragatto: batalhador de fato**. Vitória: textos, 2010.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; BUENO, Flávio de Oliveira. **Elementos dinâmicos do arranjo produtivo madeireiro/móveis no nordeste capixaba – Linhares**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/ UFRJ, 2000.

WAIBEL, Léo. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, n. 4, 1955. Disponível em: <file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/10018705-1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. 2. ed. ampl., rev. e atual. Linhares, ES: Pousada das Letras, 2000.